



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1342

Quarta-feira - 09 de Outubro de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce	2
Alto Bela Vista	8
Atalanta	9
Biguaçu	9
Bom Jesus do Oeste	10
Bom Retiro	11
Caçador	11
Camboriú	13
Campo Alegre	26
Campos Novos	28
Canoinhas	36
Capinzal	38
Catanduvas	48
Chapadão do Lageado	48
Cocal do Sul	48
Concórdia	49
Cordilheira Alta	50
Coronel Freitas	50
Corupá	50
Curitibanos	51
Ermo	52
Forquilha	53
Fraiburgo	53
Garopaba	76
Garuva	77
Gaspar	81
Grão Pará	85
Guaramirim	91
Herval d'Oeste	91
Ibiam	164
Imbituba	166
Iomerê	177
Ipumirim	177
Irineópolis	178
Itá	179
Itapiranga	180
Itapoá	184
Jacinto Machado	186
Joaçaba	187
Lages	190
Lauro Muller	192
Leoberto Leal	192
Lindóia do Sul	193
Luzerna	194
Macieira	199
Mafra	214
Maravilha	214
Massaranduba	216
Meleiro	229

Monte Carlo	229
Morro da Fumaça	231
Navegantes	231
Nova Trento	286
Orleans	286
Palhoça	286
Papanduva	297
Passo de Torres	297
Passos Maia	299
Pescaria Brava	299
Pomerode	300
Porto União	300
Rio do Sul	301
Salto Veloso	312
Santa Terezinha do Progresso	314
São Bento do Sul	315
São José	346
São Lourenço do Oeste	365
São Pedro de Alcântara	365
Schroeder	366
Serra Alta	373
Sombrio	380
Timbó	382
Tunápolis	387
Videira	387
Vitor Meireles	388
Xavantina	388

Associações

Consórcios	390
EGEM	389
FECAM	389
CIM-AMAVI	390
CIS/AMMVI	407
CISAM	408

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

Lei Nº 2.231/2013

LEI Nº 2.231/2013 - DE 03 DE OUTUBRO DE 2013

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. O Orçamento do Município de Água Doce, para o exercício de 2014 será elaborado e executado observando as diretrizes e objetivos estabelecidos nesta Lei, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual 2014/2017;

II - as metas físicas;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014, são aquelas especificadas no Anexo I que integra esta LEI.

§ 1º. Os recursos estimados na Lei Orçamentária para o exercício de 2014 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no Anexo I desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º. Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2014 o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º. O orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e os Fundos Municipais e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 4º. Para efeitos desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação de crédito;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

Art. 5º. A Lei Orçamentária para o exercício de 2014 evidenciará a Receita de cada uma das Unidades Gestoras em níveis gerencialmente importante, identificando cada rubrica com Código de Destinação de Recursos, e a Despesa de cada Unidade Gestora, por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN 303/2005 e suas alterações, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Adendo II portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Adendo III portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa (Adendo IV portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

V - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o vínculo com os Recursos (Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa, classificada até a modalidade de aplicação, segundo cada unidade orçamentária (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX - Quadro Demonstrativo da Despesa- QDD (Planilha da Despesa) por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização dos projetos e atividades;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fontes, dos últimos três exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projeção para dois exercícios seguintes;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica, realizada nos dois últimos exercícios, fixada para o exercício corrente e a prevista para o exercício seguinte, conforme disposto no artigo 22 da Lei 4.320/64;

XII - Demonstrativo da estimativa de renúncia de receita.

§ 1º. Os fundos municipais terão orçamentos próprios.

§ 2º. O Quadro Demonstrativo da Despesa- QDD, de que trata o item IX deste artigo, fixará a despesa conforme disposto na Portaria nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 6º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I - Quadro Demonstrativo de Evolução da Receita, dos exercícios de 2010, 2011 e 2012 e fixada para 2013 e 2014;

II - Quadro demonstrativo da participação relativa de cada fonte na composição da receita total;

III - Quadro demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados até o exercício de 2012, identificando o estoque da Dívida Ativa;

IV - Quadro demonstrativo de Evolução da Despesa.

V - Quadro demonstrativo da dívida fundada por contrato, com identificação do credor, saldo em 31/12/12 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2013 e 2014.

VI - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro do último dia do mês imediatamente anterior a remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VII - Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal por Poder e percentual de comprometimento em 2012 e previsão para 2013 e 2014.

VIII - Demonstrativo dos recursos vinculados a manutenção e desenvolvimento do ensino.

IX - Demonstrativo dos recursos vinculados as ações públicas de saúde.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 7º. O orçamento para o exercício de 2014 obedecerá, entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e os Fundos Municipais.

Art. 8º. As previsões de receita para o exercício de 2014, observarão as normas técnicas e legais, as alterações da legislação

tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

Art. 9º. Se a receita estimada para 2014, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o equilíbrio orçamentário e financeiro, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo, não obrigatoriamente na ordem proposta:

- I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com serviços extraordinários;
- III - redução de até 20% das despesas com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV- redução dos investimentos programados.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação, para implantação ou não do mecanismo de limitação de empenho, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 11. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município aqueles oriundos de desapropriações de relevante interesse público e aqueles oriundos de situações de emergência e calamidade pública.

§ 1º. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2013.

§ 2º. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 12. O orçamento para o exercício de 2014, contemplará recursos para a Reserva de Contingência, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme artigo 11 desta LEI.

Art. 13. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 14. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o cronograma de desembolso mensal para suas Unidades Gestoras e o Desdobramento da Receita prevista em metas bimestrais de arrecadação.

Art. 15. Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 16. As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2013, serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 17. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial recreativo, cultural esportivo, de cooperação técnica e voltadas

para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

§ 1º. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo Município.

§ 2º. Não se aplica o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas a entidades municipalistas em que o Município for associado.

Art. 18. Para efeito do disposto no Art. 16, parágrafo 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 19. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Parágrafo Único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público serão fixados na Lei Orçamentária para o exercício de 2014.

Art. 20. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 21. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o exercício de 2014 a preços correntes.

Art. 22. A Lei Orçamentária para o exercício de 2014 poderá autorizar o Executivo Municipal a remanejar por decreto, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, as dotações dos grupos de natureza ou elementos de despesa que o compõem, bem como alterar a programação da aplicação das fontes de recursos nela previstas.

Art. 23. A Lei Orçamentária para o exercício de 2014 poderá autorizar o Executivo Municipal a utilizar o Excesso de Arrecadação do exercício e o Superávit Financeiro do exercício anterior para suplementação de dotações orçamentárias.

Art. 24. Durante a execução orçamentária de 2013, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, constantes do Anexo I desta lei e alterações posteriores.

Art. 25. As destinações de recursos, aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento, por Decreto do Poder Executivo.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 26. Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2014.

Art. 27. As operações de crédito deverão constar da Proposta

Orçamentária e ser autorizadas por lei específica.

Art. 28. A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000 e de conformidade com a Resolução do Senado Federal.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 29. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2014 ou em créditos adicionais.

Art. 30. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de serviços extraordinários pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, Inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 31. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, não obrigatoriamente na sequência proposta:

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão; e
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 32. Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem a substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados no elemento de despesa 3.3.90.34.00 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Terceirização e computadas como despesas de pessoal na apuração do seu limite estabelecido no Artigo 20 da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Água Doce, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 33. A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita no final de cada semestre.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender

ao disposto no Art. 14 da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 35. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art.14 Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 36. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. O Executivo Municipal enviará até o dia 15/11/2013, a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2011.

§ 1º. A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º. Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 38. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 39. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 40. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos pelos seus saldos, no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 41. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual, bem como com entidades públicas ou privadas, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhada cópia de todos os convênios firmados a Câmara de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 42. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 43. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de outubro de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito

Lei Nº 2.232/2013

LEI Nº 2.232/2013 - DE 03 DE OUTUBRO DE 2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito de Água Doce - SC. Faça saber a

todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.148 de 27 de novembro de 2012, um crédito adicional especial no valor de R\$ 81.600,00 (oitenta e um mil e seiscentos reais), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único: O recurso a que se refere o "caput" deste artigo serão para pagamento referente à parte de Construção da 3ª ESF (Estratégia de Saúde da Família) no Assentamento Olaria, abrangendo o atendimento de toda a região dos campos e dos assentamentos, o que equivale a aproximadamente 400 famílias.

Art. 2º. Fica criado e suplementado, no orçamento vigente, o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.1.022 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA E.S.F
4.4.90.00.0.1.0023/45 Aplicações Diretas R\$ 81.600,00
TOTAL R\$ 81.600,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o excesso de arrecadação verificado na rubrica: 0.1.0023 -Transferências de Convênios da União.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de outubro de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.233/2013

LEI Nº 2.233/2013 - DE 03 DE OUTUBRO DE 2013.

"AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMMOC, DENOMINADO DE CONSÓRCIO PÚBLICO MEIO OESTE CONTESTADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faça saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o ingresso do Município de ÁGUA DOCE no consórcio público denominado de Consórcio Público Meio Oeste Contestado, nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de outubro de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.234/2013

LEI Nº 2.234/2013 - DE 03 DE OUTUBRO DE 2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faça saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara

Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.148 de 27 de novembro de 2012, um crédito adicional especial no valor de R\$ 64.077,30 (sessenta e quatro mil e setenta e sete reais e trinta centavos), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
3.3.90.00.0.1.0002.0/6 Aplicações Diretas R\$ 64.077,30
TOTAL R\$ 64.077,30

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, ficam autorizados a anulação total dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.1.022 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA E.S.F
4.4.90.00.0.1.0002.0/1 Aplicações Diretas R\$ 34.077,30

10.301.0042.1.023 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
4.4.90.00.0.1.0002.0/3 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
TOTAL R\$ 64.077,30

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de outubro de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.235/2013

LEI Nº 2.235/2013 - DE 03 DE OUTUBRO DE 2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, CRIAR ELEMENTO DE DESPESA, ANULAR PARCIAL OU TOTAL E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, no valor de R\$ 4.442,59 (quatro mil e quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e nove centavos) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a compra de equipamentos do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa: Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE

08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL - IGD/PETI E OUTROS

4.4.90.00.0.10063.0/21 Aplicações Diretas R\$ 4.442,59

TOTAL R\$ 4.442,59

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anulação total ou parcial dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL - IGD/PETI E OUTROS

3.3.90.00.0.1.0063.0/10 Aplicações Diretas R\$ 3.800,67

3.3.90.00.0.6.0063.0/13 Aplicações Diretas R\$ 641,92

TOTAL R\$ 4.442,59

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de outubro 2013
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 076/2013

DECRETO Nº 076/2013 - DE 26 DE SETEMBRO DE 2012

"ANULA TOTAL OU PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18º da Lei nº 2.148, de 27 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º. Com fundamento no artigo 18 da Lei nº 2.148, de 27 de novembro de 2012, fica anulado total ou parcialmente os valores dos seguintes elementos de despesas do orçamento vigente:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

20.606.0020.2.017 PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR ASSISTIDO

3.3.50.00.0.1.0095/35 Transf.a Instituições Privadas sem fins Luc
R\$ 1.840,00

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBANISMO

01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO

15.452.0047.2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

4.4.90.00.0.1.0054/115 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

4.4.90.00.0.1.0055/116 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 26.840,00

Art. 2º. Os valores anulado conforme artigo 1º deste Decreto, serão utilizados para suplementar os seguintes elementos de despesas:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

20.606.0020.2.017 PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR ASSISTIDO

3.3.50.00.0.1.0095/36 Aplicações Diretas R\$ 1.840,00

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBANISMO

01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO

15.452.0047.2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

3.3.90.00.0.1.0054/112 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

3.3.90.00.0.1.0055/113 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 26.840,00

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 26 de setembro de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 077/2013

DECRETO Nº 077/2013 - DE 03 DE OUTUBRO DE 2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.232, de 03 de outubro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.148 de 27 de novembro de 2012, um crédito adicional especial no valor de R\$ 81.600,00 (oitenta e um mil e seiscentos reais), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único: O recurso a que se refere o "caput" deste artigo serão para pagamento referente à parte de Construção da 3ª ESF (Estratégia de Saúde da Família) no Assentamento Olaria, abrangendo o atendimento de toda a região dos campos e dos assentamentos, o que equivale a aproximadamente 400 famílias.

Art. 2º. Fica criado e suplementado, no orçamento vigente, o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.1.022 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA E.S.F
4.4.90.00.0.1.0023/45 Aplicações Diretas R\$ 81.600,00
TOTAL R\$ 81.600,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação verificado na rubrica: 0.1.0023 -Transferências de Convênios da União.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de outubro de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 078/2013

DECRETO Nº 078/2013 - DE 03 DE OUTUBRO DE 2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.234, de 03 de outubro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.148 de 27 de novembro de 2012, um crédito adicional especial no valor de R\$ 64.077,30 (sessenta e quatro mil e setenta e sete reais e trinta centavos), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
3.3.90.00.0.1.0002.0/6 Aplicações Diretas R\$ 64.077,30
TOTAL R\$ 64.077,30

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, ficam anulados totalmente os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.1.022 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA E.S.F
4.4.90.00.0.1.0002.0/1 Aplicações Diretas R\$ 34.077,30

10.301.0042.1.023 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
4.4.90.00.0.1.0002.0/3 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
TOTAL R\$ 64.077,30

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de outubro de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 079/2013

DECRETO Nº 079/2013 - DE 03 DE OUTUBRO DE 2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA, ANULA PARCIAL OU TOTAL E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.235, de 03 de outubro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional especial, no valor de R\$ 4.442,59 (quatro mil e quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e nove centavos) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a compra de equipamentos do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa: Aplicações Diretas, com as seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E

FEDERAL - IGD/PETI E OUTROS

4.4.90.00.0.10063.0/21 Aplicações Diretas R\$ 4.442,59

TOTAL R\$ 4.442,59

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, ficam anuladas total ou parcialmente os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE

01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE

08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E

FEDERAL - IGD/PETI E OUTROS

3.3.90.00.0.1.0063.0/10 Aplicações Diretas R\$ 3.800,67

3.3.90.00.0.6.0063.0/13 Aplicações Diretas R\$ 641,92

TOTAL R\$ 4.442,59

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de outubro 2013

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Extrato do 4º Termo Aditivo ao Contrato Nº. 91/2013

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 91/2012

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Construcórdia Construções Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 84/2012 - Tomada de preço nº. 12/2012

OBJETO : Execução de obra de melhorias da infraestrutura do Parque de Exposições.

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 66/2013 - Convite nº. 7/2013

PRAZO : Fica prorrogado o prazo do referido contrato até 27/12/2013.

DATA : 27/09/2013

SIGNATÁRIOS: Novelli Sganzerla pelo Município de Água Doce e Rosemar Marmitt pela contratada.

Alto Bela Vista**PREFEITURA****Autoriza o Poder Executivo Municipal a Aderir ao Programa Badesc Cidades II e Tomar Empréstimo Junto ao Badesc - Agência de Fomento do Estado de Santa**

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa BADESC CIDADES II e tomar empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Senhora Catia Tessmann Reichert

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprova e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º - A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Obras de

Infraestrutura e Melhoria dos serviços do Município.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeira do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recurso do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignara nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargo dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 04 de Outubro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

Dá Nova Redação ao Inciso VI do Art. 1º e ao Art. 5º da Lei Municipal Nº 620 de 19 de Julho de 2013 e Dá Outras Providências.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO VI DO ART. 1º E AO ART. 5º DA LEI MUNICIPAL Nº 620 DE 19 DE JULHO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Cátia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. O inciso VI do Art. 1º e o Art. 5º da Lei Municipal nº 620 de 19 de julho de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

VI - Serviços da Balsa Municipal: das 5h às 23h de segunda à sexta-feira; das 6h às 23h aos Sábados e, aos Domingos, Feriados e Pontos Facultativos, das 7h às 19h, restando prorrogado até às 21hs no horário de verão, todos mediante escala de revezamento a ser regulamentada por Decreto do Poder Executivo Municipal.
"

"Art. 5º - O Município designará, por ato da Prefeita Municipal, servidor público responsável por aferir o controle mensal dos horários dos servidores públicos do Município".

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas por saldos de dotações específicas e constantes dos orçamentos municipais.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC),



em 04 de outubro de 2013.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

Atalanta

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 11/2013
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ATALANTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 9/2013, para o seguinte objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO 0KM PARA A SECRETARIA DE SECRETARIA DA SAÚDE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ATALANTA. Julgamento: Menor Preço Por Item. Abertura dia 22 de outubro de 2013 às 09:00 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 07 de outubro de 2013.
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº 12/2013
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ATALANTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2013
REGISTRO DE PREÇO

O Fundo Municipal de Saúde de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 10/2013, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO DAS UNIDADES SANITÁRIAS DO MUNICÍPIO. Julgamento: Menor Preço Por Item. Abertura dia 23 de outubro de 2013 às 09:00 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 08 de outubro de 2013.
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Portaria Nº 2607 de 22 de Agosto de 2013

PORTARIA nº 2607 de 22 de agosto de 2013
Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TATIANA SEBBEN ZANELLA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse TATIANA SEBBEN ZANELLA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENGENHEIRO SANITARISTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Fundação Municipal do Meio Ambiente e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/09/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2704 de 04 de Setembro de 2013

PORTARIA nº 2704 de 04 de setembro de 2013
Nomeia o servidor Sincler Bilck, detentor do cargo de provimento efetivo de Vigia, inscrito na matrícula funcional nº 7980, para exercer a Função de Confiança de Coordenador dos Serviços de Vigia, nos termos do inciso I do art. 28, caput da Lei Complementar nº 50/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor Sincler Bilck, detentor do cargo de provimento efetivo de Vigia, inscrito na matrícula funcional nº 7980, para exercer a Função de Confiança de Coordenador dos Serviços de Vigias, nos termos do inciso I do art. 28, caput da Lei Complementar nº 50/2012.

Art. 2º Suspender a Gratificação pelo Exercício de Função de Confiança até dezembro de 2013, em virtude do município ter ultrapassado o limite prudencial de despesas com pessoal, observando o art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000 que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal no que tange à União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/08/2013.

Biguaçu, 04 de setembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2823 de 18 de Setembro de 2013

PORTARIA nº 2823 de 18 de setembro de 2013

Designa a comissão para que seja realizado Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Afonso Pedro Borba, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, Marivalde Inês Kons Junkes, ocupante do cargo efetivo de Escrivão e Cláudia Vanderleia Soethe, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para que, sob presidência do primeiro, seja realizado o Processo Administrativo Disciplinar, em razão de infração disciplinar cometida em tese pelos servidores: Cláudia Mara Cândido da Silva, João Paulo Ramos, Maycon Ricardo Perto, Renato Vieira e João Pereira Filho conforme Memorando nº 317/2013.

Art. 2º Fica revogada a portaria nº 1854 de 10 de junho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 18 de setembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 231/13 de 07 de Outubro de 2013.

PORTARIA Nº 231/13, DE 07 DE OUTUBRO DE 2013.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal Sr. TARCÍ LUIZ GEBERT, inscrito na matrícula nº 79-5, ocupante de cargo de Odontólogo, conforme Atestado Médico, no período de 25 de setembro de 2013 a 23 de dezembro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa de 25/09/2013, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 07 de outubro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Portaria Nº 232/13 de 07 de Outubro de 2013.

PORTARIA Nº 232/13, DE 07 DE OUTUBRO DE 2013.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal Sr. GILMAR LUIZ WERLANG, inscrito na matrícula nº 355-7, ocupante de cargo de Operador, conforme Atestado Médico, no período de 07 de outubro de 2013 a 21 de outubro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 07 de outubro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Minuta Edital Tomada de Preços 1856/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1856/2013

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2013

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 14:00 horas do dia 24 de Outubro de 2013, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Tomada de Preço, tendo como objeto a execução de centro de eventos com área de 745,86 m².

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 09 de Outubro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro**PREFEITURA****924.10.13 - P. Prorroga Lic. Trat. Saude Celi Alves Hinckel**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 924/13 de 07.10.13

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 28 de dezembro de 2013, a funcionária Celi Alves Hinckel, Ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde - Nível 1, do Quadro de Pessoal Contratado do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde - Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS - São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de outubro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

925.10.13 - P. Des. Ag. Saude Lolita S. a. Vasconcelos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 925/13 de 07.10.13

Designa Agente de Saúde Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

RESOLVE:

Designar Lolita Saturnino Antonio Vasconcelos, para exercer o cargo de Agente de Saúde - nível 1 - 40 horas semanais no Fundo Municipal de Saúde - ACS - Bairro São José, no período de 07 de outubro com término no dia 28 de dezembro de 2013, para Contratação de Agente Comunitária de Saúde ACT, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Agente Comunitária de Saúde - Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município, Motivo: Substituição da titular Celi Alves Hinckel que encontra-se em licença para tratamento de saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de outubro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Caçador**PREFEITURA****Lei 3.036 - Autoriza Firmar Convênio com o Ministério de Defesa, Para Permissão de Funcionamento do Tiro de Guerra de Caçador 05-006**

LEI 3.036, de 05 de setembro de 2013.

Autoriza firmar convênio com o Ministério de Defesa, para permissão de funcionamento do Tiro de Guerra de Caçador 05-006.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Ministério de Defesa - Comando do Exército Brasileiro, através do Comando Militar do Sul, objetivando permitir o funcionamento do Tiro de Guerra de Caçador 05-006, no Município de Caçador - Estado de Santa Catarina, com a participação, como acordantes, da União - Comando Militar do Sul - Tiro de Guerra de Caçador - SC e da Prefeitura Municipal de Caçador - SC, estabelecendo as responsabilidades dos partícipes, conforme minuta anexa que fica fazendo parte integrante da presente LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Lei nº 2.713, de 14 de maio de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de setembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.729 - Revoga Processo de Compra Nº 10/2013 - FMS

DECRETO Nº 5.729, de 26 de setembro de 2013.

Revoga Processo de Compra nº 10/2013 - FMS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, previstas no art. 79, incisos VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990,e,
Considerando:

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo de Compra nº 10/2013, referente ao Processo de Licitação nº 44/2013 - Convite nº 5/2013, do Fundo Municipal de Saúde, cujo objeto era contratação de empresa habilitada para construção da academia da saúde no Bairro Martello, tendo em vista que a única empresa que apresentou proposta não solicitou o convite com antecedência de 24 horas, nos termos do art. 22, §3º, da Lei 8666/93, bem como não obteve as três propostas válidas nos termos da Decisão 472/1999 do Tribunal de Contas da União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de setembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 5.730 - Revoga Processo de Compra Nº 09/2013 - FMS

DECRETO Nº 5.730, de 26 de setembro de 2013.
Revoga Processo de Compra nº 09/2013 - FMS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, previstas no art. 79, incisos VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo de Compra nº 09/2013, referente ao Processo de Licitação nº 42/2013 - Convite nº 3/2013, do Fundo Municipal de Saúde, cujo objeto era contratação de empresa habilitada para ampliação do Posto de Saúde do Bairro Berger, tendo em vista que a única empresa que apresentou proposta não solicitou o convite com antecedência de 24 horas, nos termos do art. 22, §3º, da Lei 8.666/93, bem como não obteve as três propostas válidas nos termos da Decisão 472/1999 do Tribunal de Contas da União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de setembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 5.731 - Revoga Processo de Compra Nº 08/2013 - FMS

DECRETO Nº 5.731, de 26 de setembro de 2013.
Revoga Processo de Compra nº 08/2013 - FMS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, previstas no art. 79, incisos VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo de Compra nº 08/2013, referente ao Processo de Licitação nº 41/2013 - Convite nº 2/2013, do Fundo Municipal de Saúde, cujo objeto era contratação de empresa habilitada para ampliação do Posto de Saúde do Bairro Santa Catarina, tendo em vista que a única empresa que apresentou proposta não solicitou o convite com antecedência de 24 horas, nos termos do art. 22, §3º, da Lei 8.666/93, bem como não obteve as três propostas válidas nos termos da Decisão 472/1999 do Tribunal de Contas da União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de setembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 5.740 - Suplementa e Anula Dotações Orçamentárias por Conta do Excesso de Arrecadação

DECRETO Nº 5.740, de 01 de Outubro de 2013.
Suplementa e Anula dotações orçamentárias por conta do Excesso de Arrecadação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do

Município, mais o disposto na Lei nº 2.959, de 17/12/2012:

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, por conta do provável Excesso de Arrecadação na fonte de recurso 0000 - Recursos Ordinário, na importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais):

02.08. GABINETE DO VICE-PREFEITO

04.122.0002.2.158 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-Prefeito

3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de Outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

Decreto Nº 5.741 - Nomeia Junta Administrativa de Recursos de Infrações - Jari

DECRETO Nº 5.741, de 01 de Outubro de 2013.

NOMEIA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos das Leis Municipais nºs 1.568, de 22 de dezembro de 2000 e 1.675, de 16 de novembro de 2001 e mais o previsto na Lei Complementar nº 208, de 23 de março de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, para comporem a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, pelo prazo de dois anos, a contar desta data, conforme segue:

I - PRESIDENTE

Titular: JULIO CESAR POZO DA FONSECA
Suplente: DEYWISON SCHMITT SCOTTI

II - REPRESENTANTE DA ENTIDADE EXECUTIVA MUNICIPAL DE TRÂNSITO

Titular: ANDRÉ LUIZ FRACARI KINDERMANN
Suplente: LUCIARA GARCEZ COELHO

III - REPRESENTANTE DA ENTIDADE REPRESENTATIVA DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Titular: HENRIQUE BASSO
Suplente: IRINEU CECCATTO

Art. 2º Revogam-se os Decretos nºs 4.834 de 11 de maio de 2011, 4.849 de 19 de maio de 2011 e 4.849 de 13 de setembro de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de Outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 5.744 - Suplementa e Anula Dotações Orçamentárias por Conta do Excesso de Arrecadação

DECRETO Nº 5.744, de 03 de Outubro de 2013.

Suplementa e Anula dotações orçamentárias por conta do Excesso de Arrecadação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o disposto na Lei nº 2.959, de 17/12/2012:

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, por conta do provável Excesso de Arrecadação na fonte de recurso 0019 - Transferências do FUNDEB 40%, na importância de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.047 - Aplicação Recursos do FUNDEB 40%

3.3.50.00.0019 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos (93) R\$ 230.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de Outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH

SECRETÁRIO DA FAZENDA.

Decreto Nº 5.745 - Declara de Utilidade Pública Para Fins de Desapropriação Área de Terreno Rural.

DECRETO nº 5.745, de 04 de Outubro de 2013.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação área de terreno rural.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e combinado com os arts. 2º e 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/6/1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, uma área de terreno rural, com superfície de 4.357,00m² (quatro mil, trezentos e cinquenta e sete metros quadrados), pertencente a uma área maior de 64.975,94m² (sessenta e quatro mil, novecentos e setenta e cinco metros quadrados e noventa e quatro decímetros quadrados), localizado na Fazenda Rio do Peixe, neste município, de posse de Hengelbert José Reinbold e Ruth de Cássia Reinbold, em processo de usucapião, sem nº de matrícula, com as seguintes medidas e confrontações: ao NOROESTE em um plano com o imóvel constante na matrícula do Registro de Imóveis nº30.441, ficha 01, de propriedade do Município de Caçador, medindo 138,28m; ao SUDESTE, em um plano, com o imóvel constante na matrícula nº 28.130, medindo 75m e a Oeste, em um plano de 116,18m, com a área de 69.975,94m² em um processo judicial de Usucapião.

Parágrafo único: A área que se refere o artigo anterior será desapropriada para fins de implantação do acesso ao Loteamento Habitacional Nossa Senhora Salete.

Art. 2º Revoga-se o Decreto 5.724, de 25 de setembro de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de Outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

IPASC**Aviso Prorrogação de Prazo Pregão Presencial 02/2013**

IPASC

Aviso Prorrogação de Prazo Pregão Presencial 02/2013

PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Solicitar este Edital pelo e-mail: ipascadm@brturbo.com.br

EDITAL: Pregão Presencial nº 02/2013

TIPO: Menor Preço

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA ELABORAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS A SEREM REALIZADAS EM BENEFICIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR (SEGURADOS ATIVOS, INATIVOS E DEPENDENTES MAIORES INVÁLIDOS), NECESSÁRIAS PARA DETECÇÃO DE INVALIDEZ, READAPTAÇÃO OU CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ OU PENSÃO, BEM COMO REAVALIAÇÃO ANUAL DOS APOSENTADOS POR INVALIDEZ E DOS DEPENDENTES MAIORES INVÁLIDOS (PENSIONISTAS), COM EMISSÃO DO RESPECTIVO LAUDO MÉDICO DIGITADO.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16:00 Horas do Dia 21/10/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16:10 Horas do Dia 21/10/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Sede do IPASC, sito na Rua General Ozório, 52, Centro, Caçador - SC, e e-mail: ipascadm@brturbo.com.br, das 13:00 às 19:00 horas

Caçador, 07 de outubro de 2013.

ALCEDIR FERLIN

Diretor Presidente

Camboriú**PREFEITURA****Termo de Errata PR 30/13 - FMS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL 030/2013-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 030/2013 - FMS, tendo como objeto a "AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, APARELHOS DE AR CONDICIONADO, COMPUTADOR, ELETRODOMÉSTICOS PARA EQUIPAR O CENTRO DE IMAGEM DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, sofreu a seguinte alteração:

Foi adicionado o item 6.8.6 na cláusula 6.8, do Edital.

- 6.8.6: A empresa licitante deverá apresentar para o Lote 06 Declaração de que possui em seu quadro societário ou de funcionários ENGENHEIRO MECÂNICO, bem como também deverá apresentar ART para o serviço de instalação e montagem do sistema de ar condicionado.

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 21/10/2013 as 10h00min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 08 de Outubro de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Ata de Registro de Preços do PR 19/13 - FUNDESB
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 019/2013 - FUNDESB - Ata do Sistema de Registro de Preços 007/2013 - FUNDESB - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PARALELEPÍPEDO PARA SER UTILIZADO NA RECUPERAÇÃO DAS VIAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 04/10/2014
1ª Publicação.

Ata de Registro de Preços PR 57/2013 - PMC
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 057/2013 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 020/2013 - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS E MANUTENÇÃO E LIMPEZA PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 04/10/2014

1ª Publicação.



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Edital de Aplicação de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 1056/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
 DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1056/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAU2945	55948352C	6548/2	09/09/2010	R\$ 85,12	229
AAU2945	55948357C	6548/2	14/09/2010	R\$ 85,12	229
AAY6947	55950690C	5045/0	09/05/2011	R\$ 191,53	162 * V
ABK1134	55950834C	6700/1	02/03/2011	R\$ 127,69	230 * XVI
ABK1134	55950835C	6912/0	02/03/2011	R\$ 53,20	232
ACY2969	55948810C	6599/2	17/12/2010	R\$ 191,53	230 * V
AGX2406	55952053C	5010/0	22/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
AGX2406	55952054C	6599/2	22/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
AHL7668	55948843C	6920/0	14/04/2011	R\$ 127,69	233
AHR6133	55951203C	5010/0	15/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
AKY7057	55372773C	6920/0	10/06/2010	R\$ 127,69	233
ALD4535	55374238C	6670/0	23/03/2011	R\$ 127,69	230 * XIII
ALH4182	55951771C	5274/1	15/05/2011	R\$ 191,53	175
ANG5604	55949675C	5010/0	26/01/2011	R\$ 574,61	162 * I
AVY9009	55374260C	6548/2	15/08/2010	R\$ 85,12	229
BGT8065	55948801C	6920/0	18/10/2010	R\$ 127,69	233
BNM8970	55949167C	6920/0	01/12/2010	R\$ 127,69	233
CJA9569	55373160C	5010/0	04/06/2010	R\$ 574,61	162 * I
CJA9569	55373161C	6599/2	04/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
CJA9569	55373162C	6556/1	04/06/2010	R\$ 191,53	230 * I
CLL7429	55948450C	6920/0	17/11/2010	R\$ 127,69	233
CMK8952	55952516C	6920/0	05/05/2011	R\$ 127,69	233
COP1473	55374431C	6920/0	14/12/2010	R\$ 127,69	233
DCQ3039	55948368C	6548/2	20/10/2010	R\$ 85,12	229
DIO9770	55949282C	5169/1	26/03/2011	R\$ 957,69	165
DSA7568	55950904C	6912/0	01/03/2011	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HXP4618	55959783B	5010/0	14/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
ICB3508	55949024C	6556/1	12/12/2010	R\$ 191,53	230 * I
ICB3508	55949025C	6599/2	12/12/2010	R\$ 191,53	230 * V
ICB3508	55949026C	5045/0	12/12/2010	R\$ 191,53	162 * V
ICB3508	55949027C	6912/0	12/12/2010	R\$ 53,20	232
ICB3508	55949028C	6637/1	12/12/2010	R\$ 127,69	230 * IX
ICQ8686	55373445C	6920/0	08/07/2010	R\$ 127,69	233
ICV8648	55371785C	6599/2	04/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
IGX7546	54456318E	5010/0	02/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
IGX7546	54456320E	6637/1	02/05/2013	R\$ 127,69	230 * IX
IGX7546	54456959E	5061/0	02/05/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
IGX7546	55654986D	6670/0	02/05/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
IHI4683	55951233C	6599/2	10/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
IJU8056	55372276C	5274/3	31/07/2010	R\$ 191,53	175
IJU8056	55373600C	5274/1	31/07/2010	R\$ 191,53	175
IJU8056	55959529B	5010/0	24/09/2010	R\$ 574,61	162 * I
IJU8056	55959530B	5118/0	24/09/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
KGH8249	55374420C	6920/0	14/12/2010	R\$ 127,69	233
LBT5255	55948537C	5045/0	19/11/2010	R\$ 191,53	162 * V
LWS0625	55373238C	6920/0	14/12/2010	R\$ 127,69	233
LWT5662	55949190C	6920/0	22/12/2010	R\$ 127,69	233
LWU9205	55951232C	6599/2	10/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
LWV3850	55951237C	6599/2	12/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
LWV3850	55951238C	5010/0	12/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
LWV3850	55951239C	5061/0	12/04/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LWV3850	55951240C	6912/0	12/04/2011	R\$ 53,20	232
LWZ1249	55371826C	5169/1	20/08/2010	R\$ 957,69	165
LWZ1249	55371827C	5274/1	20/08/2010	R\$ 191,53	175
LWZ8230	55372090C	6920/0	10/08/2010	R\$ 127,69	233
LXF6613	55951615C	5010/0	23/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
LXF6613	55951616C	6599/2	23/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXJ2571	55951113C	6580/0	15/03/2011	R\$ 191,53	230 * IV
LXJ2571	55951114C	6599/2	15/03/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXL4789	55951230C	6599/2	06/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXM6154	55371943C	6920/0	18/10/2010	R\$ 127,69	233
LXS4292	55373414C	6920/0	23/06/2010	R\$ 127,69	233
LXX0928	55949142C	6599/2	19/12/2010	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXX0928	55949143C	6580/0	19/12/2010	R\$ 191,53	230 * IV
LXY0278	55948446C	6920/0	17/11/2010	R\$ 127,69	233
LYC0286	55952521C	6920/0	05/05/2011	R\$ 127,69	233
LYG8192	55951134C	6920/0	25/03/2011	R\$ 127,69	233
LYH9460	55948975C	6920/0	17/11/2010	R\$ 127,69	233
LYK3272	55949159C	6920/0	01/12/2010	R\$ 127,69	233
LYK9785	55950665C	6599/2	18/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
LYT4886	55951617C	6637/1	24/04/2011	R\$ 127,69	230 * IX
LYU0145	55370372C	6599/2	12/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
LYZ9886	55951812C	6920/0	14/04/2011	R\$ 127,69	233
LZE0294	55951773C	6920/0	25/05/2011	R\$ 127,69	233
LZE3058	55951489C	7358/0	13/04/2011	R\$ 85,12	252 * V
LZM8552	55370518C	6599/2	21/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
LZO2831	55950725C	6599/2	12/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
LZO2831	55950726C	6912/0	12/04/2011	R\$ 53,20	232
LZO2831	55951100C	5010/0	12/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
MAC4816	55950689C	6653/2	09/05/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MAE5007	55952511C	6920/0	05/05/2011	R\$ 127,69	233
MAK2324	55948885C	6637/2	13/05/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MAK9466	55950735C	6556/5	28/05/2011	R\$ 191,53	230 * I
MAK9466	55950743C	6637/2	28/05/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MAK9466	55950744C	6556/1	28/05/2011	R\$ 191,53	230 * I
MAL7590	55374013C	5010/0	06/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
MAO5025	55371816C	6912/0	28/07/2010	R\$ 53,20	232
MAO5025	55371817C	6726/1	28/07/2010	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAQ1528	55374341C	6920/0	03/03/2011	R\$ 127,69	233
MAS3283	55948598C	5169/1	14/11/2010	R\$ 957,69	165
MBA6809	55950354C	6653/1	20/03/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MBB4011	55373430C	6920/0	30/06/2010	R\$ 127,69	233
MBE1272	55372343C	6920/0	26/05/2010	R\$ 127,69	233
MBI5738	55950660C	6599/2	08/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBJ1415	55948980C	5010/0	20/11/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBJ1415	55948984C	6912/0	20/11/2010	R\$ 53,20	232
MBK7560	55952008C	5029/2	25/04/2011	R\$ 957,69	162 * II
MBK7560	55952009C	6599/2	25/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBO3658	55374421C	6920/0	14/12/2010	R\$ 127,69	233
MBP9350	55950475C	6912/0	30/03/2011	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBP9350	55950476C	5045/0	30/03/2011	R\$ 191,53	162 * V
MBP9350	55950477C	6726/1	30/03/2011	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCB5384	55950265C	5010/0	08/02/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCB5384	55950266C	6599/2	08/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCC7957	55948977C	6920/0	17/11/2010	R\$ 127,69	233
MCG9244	55949165C	6920/0	01/12/2010	R\$ 127,69	233
MCJ4323	55369925C	5010/0	16/01/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCJ4323	55369926C	5061/0	16/01/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MCJ4323	55369927C	6912/0	16/01/2010	R\$ 53,20	232
MCO9883	55373173C	5010/0	28/07/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCO9883	55373174C	6599/2	28/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCO9883	55373176C	6912/0	28/07/2010	R\$ 53,20	232
MCP4214	55948937C	5010/0	19/09/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCP4214	55948938C	6599/2	19/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCP4214	55948939C	6912/0	19/09/2010	R\$ 53,20	232
MCP4214	55948940C	6580/0	19/09/2010	R\$ 191,53	230 * IV
MCR3181	55951077C	5010/0	27/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCY0637	55952215C	7340/0	25/04/2011	R\$ 85,12	252 * IV
MDE7062	55950680C	6912/0	26/04/2011	R\$ 53,20	232
MDE7062	55950681C	6637/2	26/04/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MDI9989	55948449C	6920/0	17/11/2010	R\$ 127,69	233
MDI9989	55952243C	7340/0	27/04/2011	R\$ 85,12	252 * IV
MDJ0182	55950421C	6599/2	24/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDJ0182	55950422C	5010/0	24/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDP7968	55948849C	6920/0	14/04/2011	R\$ 127,69	233
MDR2155	55370140C	7340/0	31/01/2010	R\$ 85,12	252 * IV
MDR5456	55951263C	5010/0	27/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDU2847	55949139C	6599/2	15/12/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDV6545	55951095C	5118/0	10/04/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDV6545	55951096C	6637/2	10/04/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MDV6545	55951098C	6912/0	10/04/2011	R\$ 53,20	232
MDY4273	55949188C	6920/0	22/12/2010	R\$ 127,69	233
MDZ9515	55951490C	6726/1	15/04/2011	R\$ 127,69	230 * XVIII
MED6017	55371536C	6599/2	16/01/2011	R\$ 191,53	230 * V
MED6017	55371537C	5010/0	16/01/2011	R\$ 574,61	162 * I
MEE5389	55951500C	6653/1	19/04/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MEG3558	55950656C	6599/2	05/04/2011	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEJ3149	55951267C	6599/2	05/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
MEK3745	55951491C	6653/1	15/04/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MEP2561	55959195B	6599/2	14/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEP3519	55372671C	5010/0	25/06/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEP3519	55372672C	6912/0	25/06/2010	R\$ 53,20	232
MEP3519	55372673C	6599/2	25/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEP9139	55949832C	6599/2	14/01/2011	R\$ 191,53	230 * V
MEU6108	55951121C	6920/0	24/03/2011	R\$ 127,69	233
MEV7438	55374132C	5010/0	14/09/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEX8442	55948570C	6599/2	06/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEX8442	55948571C	5010/0	06/10/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEX8442	55948572C	5061/0	06/10/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MEY0579	55950721C	5010/0	06/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFE0790	55950634C	6548/2	17/04/2011	R\$ 85,12	229
MFE5221	55370747C	6599/2	23/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFF3258	55951603C	5010/0	14/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFJ7798	55373940C	6599/2	04/12/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFO2520	55371355C	5010/0	22/01/2010	R\$ 574,61	162 * I
MFO2520	55371356C	6599/2	22/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFO2520	55371357C	5118/0	22/01/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFQ0340	55950095C	5290/0	22/01/2011	R\$ 957,69	176 * II
MFQ0340	55950096C	5320/0	22/01/2011	R\$ 957,69	176 * V
MFT2251	55951457C	5010/0	26/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFT2251	55951458C	6912/0	26/03/2011	R\$ 53,20	232
MFT3708	55952717C	6599/2	03/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFW0110	55370564C	6548/2	02/04/2010	R\$ 85,12	229
MFY6492	55950693C	6599/2	17/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFY4139	55951459C	5274/2	26/03/2011	R\$ 191,53	175
MGA8109	55951268C	6556/1	26/04/2011	R\$ 191,53	230 * I
MGA8109	55951270C	6645/0	26/04/2011	R\$ 127,69	230 * X
MGA8109	55951806C	6920/0	14/04/2011	R\$ 127,69	233
MGB5858	55370245C	6610/2	21/01/2010	R\$ 127,69	230 * VII
MGJ4157	55951817C	6637/2	20/04/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MGN4558	55373941C	5010/0	04/12/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGP5850	55948974C	6920/0	17/11/2010	R\$ 127,69	233
MGR7001	55949275C	6653/1	16/03/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MGT2680	55951701C	6599/2	26/05/2011	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGW6578	55951081C	5010/0	04/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
MHD1782	55948441C	6920/0	17/11/2010	R\$ 127,69	233
MHE0972	55951155C	6548/2	10/03/2011	R\$ 85,12	229
MHG8438	55952057C	6912/0	23/04/2011	R\$ 53,20	232
MHJ8399	55372645C	6912/0	19/07/2010	R\$ 53,20	232
MHL0484	55951116C	5010/0	17/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
MHL0484	55951117C	6726/1	17/03/2011	R\$ 127,69	230 * XVIII
MHL2435	55374064C	6599/2	13/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
MHL2453	55952377C	7340/0	13/05/2011	R\$ 85,12	252 * IV
MHS4073	55374038C	6548/2	27/08/2010	R\$ 85,12	229
MHV2097	55948729C	5010/0	18/12/2010	R\$ 574,61	162 * I
MHV2097	55948730C	5061/0	18/12/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MHV2097	55948731C	6726/1	18/12/2010	R\$ 127,69	230 * XVIII
MHW0326	55950295C	5010/0	11/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
MHW0326	55950296C	5118/0	11/03/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHX5669	55374247C	7340/0	30/03/2011	R\$ 85,12	252 * IV
MHY4175	55952103C	6912/0	23/04/2011	R\$ 53,20	232
MJC3599	55952006C	5010/0	22/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
MJC3599	55952007C	5118/0	22/04/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MJN1188	54455937E	6912/0	20/05/2013	R\$ 53,20	232
MJR6235	54455694E	6602/0	19/05/2013	R\$ 191,53	230 * VI
MKB0779	54456588E	5010/0	22/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MVT5644	55372199C	6920/0	10/06/2010	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Aplicação de Peralidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 1060/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1060/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACC2310	55372830C	6920/0	24/08/2010	R\$ 127,69	233
AGE6974	55373406C	6920/0	23/06/2010	R\$ 127,69	233
AHT4574	55371997C	5010/0	07/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
AHT4574	55371998C	5061/0	07/08/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
AOE1471	55373300C	5010/0	17/10/2010	R\$ 574,61	162 * I
AOE1471	55374313C	5061/0	17/10/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
AOE1471	55374314C	6610/2	17/10/2010	R\$ 127,69	230 * VII
AOE1471	55374316C	6637/1	17/10/2010	R\$ 127,69	230 * IX
AZY1991	55650577D	6599/2	28/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
AZY1991	55650578D	6610/2	28/04/2012	R\$ 127,69	230 * VII
AZY1991	55650579D	6912/0	28/04/2012	R\$ 53,20	232
AZY1991	55650580D	6637/1	28/04/2012	R\$ 127,69	230 * IX
AZY1991	55650581D	6670/0	28/04/2012	R\$ 127,69	230 * XIII
AZY1991	55650581D	6700/2	28/04/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
AZY1991	55650582D	6602/0	28/04/2012	R\$ 191,53	230 * VI
AZY1991	55650582D	6661/0	28/04/2012	R\$ 127,69	230 * XII
BOP8961	54622004E	6408/0	07/06/2013	R\$ 85,12	221
CAO9989	55952659C	5010/0	21/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
CAO9989	55952660C	5061/0	21/05/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
CAO9989	55952661C	5169/1	21/05/2011	R\$ 957,69	165
CNE6093	55374215C	6670/0	19/02/2011	R\$ 127,69	230 * XIII
DON9019	55949812C	6599/2	06/01/2011	R\$ 191,53	230 * V
HPI6994	55949520C	5045/0	21/01/2011	R\$ 191,53	162 * V
HPI6994	55949520C	6599/2	21/01/2011	R\$ 191,53	230 * V
HRC6273	55948430C	6920/0	29/09/2010	R\$ 127,69	233
IDV9447	55651178D	6599/2	01/05/2012	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
INC5292	55650823D	6599/2	01/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
JPH3471	55374039C	6548/2	27/08/2010	R\$ 85,12	229
LWR3316	55006995D	5010/0	26/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
LXL5402	55372099C	6920/0	10/08/2010	R\$ 127,69	233
LXM2495	55005566D	5010/0	17/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
LXS8189	55653697D	6920/0	03/07/2013	R\$ 127,69	233
LYD4558	55650647D	5010/0	07/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYD4558	55650648D	5169/1	07/06/2012	R\$ 957,69	165
LYI1517	55006959D	6599/2	22/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYK1248	55651530D	5010/0	28/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYL3493	55952519C	6920/0	05/05/2011	R\$ 127,69	233
LYM1933	55007028D	6599/2	06/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYN1658	55004445D	5010/0	01/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYN1658	55004446D	6912/0	01/04/2012	R\$ 53,20	232
LYP9559	55371821C	5029/1	07/08/2010	R\$ 957,69	162 * II
LYU3430	55374133C	5169/1	15/09/2010	R\$ 957,69	165
LYU3430	55374134C	6599/2	15/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
LZD5530	55005590D	6920/0	25/05/2012	R\$ 127,69	233
LZK9390	55370847C	6920/0	26/07/2010	R\$ 127,69	233
LZP8342	55651020D	6599/2	30/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZP8342	55651173D	5010/0	30/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBJ5500	55949289C	5010/0	20/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBJ5500	55949290C	6599/2	20/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBJ5500	55949293C	6912/0	20/04/2011	R\$ 53,20	232
MBK2787	55952527C	6920/0	05/05/2011	R\$ 127,69	233
MBK8677	55948954C	6920/0	28/10/2010	R\$ 127,69	233
MBL1039	55374212C	6653/1	18/02/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MBM6909	55651358D	5010/0	24/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBR6653	55006764D	5010/0	27/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBR6653	55006765D	6599/2	27/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCD7739	55651551D	6653/2	21/05/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MCJ4502	55005342D	6599/2	29/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCL6562	55949412C	6599/2	25/11/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCN1749	55372265C	6653/1	15/06/2010	R\$ 127,69	230 * XI
MCQ9292	55373242C	6920/0	14/12/2010	R\$ 127,69	233
MCV1694	55950465C	6637/2	27/02/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MCV1694	55950466C	6610/2	27/02/2011	R\$ 127,69	230 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCW0405	55007060D	6920/0	13/04/2012	R\$ 127,69	233
MCX2412	55005376D	6912/0	27/05/2012	R\$ 53,20	232
MDA1156	54622454E	5045/0	02/07/2013	R\$ 191,53	162 * V
MDA1156	54622455E	6912/0	02/07/2013	R\$ 53,20	232
MDD1325	55952292C	6653/1	09/05/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MDE6109	55952269C	5010/0	01/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDR7534	55950671C	6599/2	22/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDU4118	55650982D	6556/1	05/06/2012	R\$ 191,53	230 * I
MDY0983	55650801D	5010/0	24/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDY0983	55650802D	6912/0	24/04/2012	R\$ 53,20	232
MDY0983	55650804D	6637/2	24/04/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MDY0983	55650817D	6637/2	28/04/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MDY0983	55650818D	6688/0	28/04/2012	R\$ 127,69	230 * XIV
MDY0983	55650863D	5274/1	30/04/2012	R\$ 191,53	175
MEA3939	55650567D	6670/0	27/04/2012	R\$ 127,69	230 * XIII
MEA3939	55650567D	6700/1	27/04/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
MEA8260	55948957C	6920/0	28/10/2010	R\$ 127,69	233
MEB6599	55949427C	6912/0	30/11/2010	R\$ 53,20	232
MEC4808	55948511C	6912/0	25/10/2010	R\$ 53,20	232
MEC6632	55959516B	5010/0	31/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEC6632	55959516B	5061/0	31/08/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MED4103	55650844D	6912/0	18/05/2012	R\$ 53,20	232
MED4103	55650845D	6769/1	18/05/2012	R\$ 85,12	230 * XXII
MEG6928	54622257E	5010/0	10/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEI6479	55650856D	5010/0	30/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEL1669	55006825D	6912/0	23/04/2012	R\$ 53,20	232
MEL1669	55006826D	5045/0	23/04/2012	R\$ 191,53	162 * V
MEN7254	55006833D	5169/1	13/06/2012	R\$ 957,69	165
MEO8349	55371938C	6920/0	18/10/2010	R\$ 127,69	233
MET5612	55374105C	6599/2	13/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MET5612	55374106C	5010/0	13/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
MET5612	55374107C	6912/0	13/08/2010	R\$ 53,20	232
MEV6888	55005733D	5274/1	08/05/2012	R\$ 191,53	175
MEV8156	55650885D	6653/2	17/05/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MEW0332	55650641D	7340/0	07/06/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MEX5762	55006600D	6653/2	06/04/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MEX8245	55650714D	6599/2	22/04/2012	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFA9365	54622074E	6556/1	28/06/2013	R\$ 191,53	230 * I
MFE5221	55374070C	5045/0	14/09/2010	R\$ 191,53	162 * V
MFH8573	55650708D	5045/0	21/04/2012	R\$ 191,53	162 * V
MFO2955	55959845B	6599/2	21/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFR1838	55006584D	6653/1	28/03/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MFR1838	55006994D	6653/2	22/05/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MFS0612	55651019D	6912/0	30/04/2012	R\$ 53,20	232
MFY7851	55650831D	5010/0	10/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFZ1363	55951602C	6599/2	14/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGB3883	55651355D	6637/1	22/05/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MGB3883	55651356D	6637/2	22/05/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MGC5999	55651120D	6599/2	28/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGC5999	55651121D	6912/0	28/04/2012	R\$ 53,20	232
MGC5999	55651122D	6556/1	28/04/2012	R\$ 191,53	230 * I
MGF8525	55007062D	6920/0	13/04/2012	R\$ 127,69	233
MGI6550	55006188D	6726/1	01/06/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGI6550	55006189D	6556/5	01/06/2012	R\$ 191,53	230 * I
MGL4904	55650870D	5010/0	05/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGL4904	55650871D	6599/2	05/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGL4904	55650872D	6912/0	05/05/2012	R\$ 53,20	232
MGM4141	55651025D	6599/2	01/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGM4352	55650874D	5010/0	08/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGM4352	55650875D	6912/0	08/05/2012	R\$ 53,20	232
MGN0878	55650943D	7358/0	16/05/2012	R\$ 85,12	252 * V
MGU0779	55373545C	5010/0	25/11/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGU0779	55373546C	5118/0	25/11/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHS0384	55005573D	6920/0	25/05/2012	R\$ 127,69	233
MHX2208	55950723C	5010/0	11/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
MHX2208	55950724C	6653/1	11/04/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MIB4127	55650649D	7340/0	11/06/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MIC9996	55651127D	6599/2	29/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIM6435	55650909D	6653/2	30/04/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MIM6435	55650910D	6602/0	30/04/2012	R\$ 191,53	230 * VI
MIN8831	55650590D	6700/2	29/04/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
MIO9082	54622087E	5010/0	06/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MIO9082	54622088E	6599/2	06/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIS4354	55006187D	6726/1	01/06/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIW7314	55651569D	5010/0	03/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIW7314	55651570D	5118/0	03/06/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MLK2853	54622251E	5045/0	06/06/2013	R\$ 191,53	162 * V
MML4120	55004300D	5274/1	29/04/2012	R\$ 191,53	175
MQQ0621	55948405C	6920/0	10/09/2010	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 7.978 de 08 de Outubro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.978 DE 08 DE OUTUBRO DE 2013

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso VII; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. LUCIANE PRESTES DE SOUZA DA CRUZ, para exercer o cargo público de Agente Operacional I na função de Auxiliar de Serviços Gerais, Registro no Sistema sob o nº 955288; Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 1, Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 670,66 (seiscentos e setenta reais, sessenta e seis centavos) mensais, pelo período de 08 de outubro de 2013 a 19 de dezembro de 2013.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 013/2012, em 6º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 08 de outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 08/10/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.979 de 08 de Outubro de 2013

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 7.959 DE 08 DE OUTUBRO DE 2013

HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 013/2013.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 20 da Lei Municipal Complementar 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Homologar a lista dos Classificados do Edital do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 013/2013, conforme Anexo Único parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Os candidatos classificados serão requisitados para nomeação conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 08 de outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 08/10/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – SC.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO APROVADO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 013/2013

MÉDICO II

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATOS	CPF/MF	DATA NASCIMENTO	IDADE	TEMPO SERVIÇOS (MÊS)	Nº PONTOS TEMPO SERVIÇO	CLASSIFICAÇÃO
01	Caimi Tibiriçá de Carvalho	781666405-20	13/09/1977	36 anos 25 dias	00	0,00	1º

CAMPO ALEGRE/SC, 08 DE OUTUBRO DE 2013.
COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 013/2013.

Portaria Nº 10.334 de 03 de Outubro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.334 DE 03 DE OUTUBRO DE 2013

DESIGNA O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art.1º) Designar o Diretor de Administração Sr. RICARDO DAVID DA SILVA FILHO, Registro no Sistema sob nº 955166, para representar o Município de Campo Alegre/SC, no cadastramento do Município e de Entidades Governamentais e não Governamentais junto ao SIGEF - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - do Governo Estadual.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 03 de outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 03/10/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Homologação Aprovado Processo Seletivo Simplificado Edital Nº 013/2013

GABINETE DO PREFEITO

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – SC.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO APROVADO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 013/2013

MÉDICO II

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATOS	CPF/MF	DATA NASCIMENTO	IDADE	TEMPO SERVIÇOS (MÊS)	Nº PONTOS TEMPO SERVIÇO	CLASSIFICAÇÃO
01	Caimi Tibiriçá de Carvalho	781666405-20	13/09/1977	36 anos 25 dias	00	0,00	1º

CAMPO ALEGRE/SC, 08 DE OUTUBRO DE 2013.
COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 013/2013.

Campos Novos

PREFEITURA

Portaria Nº 1524/13 de 07/10/2013

PORTARIA Nº 1524/13 de 07/10/2013
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELENIR DE FATIMA DE OLIVEIRA GRIZ

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a existência de vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ELENIR DE FATIMA DE OLIVEIRA GRIZ, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços gerais, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de Outubro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1525/13 de 07/10/2013

PORTARIA Nº 1525/13 de 07/10/2013
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) GABRIELI DORINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) GABRIELI DORINI do cargo de PROFESSORA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de Outubro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1522/13 de 04/10/2013

PORTARIA Nº 1522/13 de 04/10/2013
EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA JULIANE SILVA RADEL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora JULIANE SILVA RADEL do cargo de PROFESSORA. Retroagindo seus efeitos a 02 de Outubro de 2013. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
04 de Outubro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1523/13 de 04/10/2013

PORTARIA Nº 1523/13 de 04/10/2013
CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ A RENI RODRIGUES MOREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 6032781686 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE:

Conceder aposentadoria por Invalidez ao servidor RENI RODRIGUES MOREIRA, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de Outubro de 2013.

Registre-se, Comunique-se, Publica-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
04 de Outubro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



www.ciga.sc.gov.br

Extratos dos Contratos Mês Setembro 2013 - Prefeitura
EXTRATOS DOS CONTRATOS FIRMADOS NO MÊS DE SETEMBRO DE 2013 - PREFEITURA**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 1/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Setembro/2013.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MORAUTO AUTOPECAS E ACESSORIOS LTDA**CNPJ:** 85.353.159/0001-42**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 60/2013**Número do Processo:** 147/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 393/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE ÓLEO DE MOTOR, FILTRO DE MOTOR E ANEL DE VEDAÇÃO PARA OS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE OBRAS, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.**Data da Assinatura:** 03/09/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/09/2013**Vigência:** 03/09/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 11.184,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** JOAO DIOGENES FAGUNDES - ME.**CNPJ:** 00.975.244/0001-90**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 394/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** Aditivo de 16 Km, passando de 91 km para 107 Km. Este aditivo se deu devido a entrada de uma aluna na linha 36, que percorre Distrito do Ibicuí, Fazenda Triunfo, Fazenda Palmeira, Fazenda Aguapé, Usina, Vila Libino, Vila Seca, Vila Gazarra para as escolas Cebolinha e EEB Jose Faria Neto, no período matutino e vespertino com veículo de no mínimo 09 lugares.**Data da Assinatura:** 06/09/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 06/09/2013**Vigência:** 06/09/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 2/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Setembro/2013.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** EBERSON MELLO ME**CNPJ:** 09.234.474/0001-72**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 395/2013**Fundamento Legal:**

Objeto: Aditivo de 7,20 Km, passando de 75,40 km para 82,60 Km. Este aditivo se deu devido a entrada de um aluno na linha 25, percorrendo residência da Sra. Ivonete Pasquali, São Francisco, Ass. Vitória, reassentamento Enercan, São Simão até a escola Paulo Blasi e Ceja em Campos Novos, no período noturno, veículo de no mínimo 15 lugares.

Data da Assinatura: 06/09/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 06/09/2013**Vigência:** 06/09/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** BMC HYUNDAI S.A**CNPJ:** 14.168.536/0001-25**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 48/2013**Número do Processo:** 145/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 396/2013**Fundamento Legal:**

Objeto: A Contratada, devidamente qualificada como vencedora do Pregão Presencial nº 48/2013 obriga-se a fornecer o (s) objeto (s) descrito abaixo, de acordo com as quantidades e especificações do Edital.
Item 07 - Escavadeira hidráulica e Item 08 - Pá carregadeira

Data da Assinatura: 09/09/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/09/2013**Vigência:** 09/09/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.086.500,00**Forma de Pagamento:** 30 dias mediante nota fiscal

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 3/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Setembro/2013.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MACROMAQ- EQUIPAMENTOS LTDA -CHAPECÓ**CNPJ:** 83.675.413/0002-84**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 48/2013**Número do Processo:** 145/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 397/2013**Fundamento Legal:**

Objeto: A Contratada, devidamente qualificada como vencedora do Pregão Presencial nº 48/2013 obriga-se a fornecer o (s) objeto (s) descrito abaixo, de acordo com as quantidades e especificações do Edital.
Item 02 - Rolo compactador vibratório e Item 06 - Retroescavadeira /Pá Carregadeira

Data da Assinatura: 09/09/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/09/2013**Vigência:** 09/09/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 878.000,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** PARANA EQUIPAMENTOS S.A.**CNPJ:** 76.527.951/0001-85**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 48/2013**Número do Processo:** 145/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 398/2013**Fundamento Legal:**

Objeto: A Contratada, devidamente qualificada como vencedora do Pregão Presencial nº 48/2013 obriga-se a fornecer o (s) objeto (s) descrito abaixo, de acordo com as quantidades e especificações do Edital.
Item 01 - Motoniveladora

Data da Assinatura: 09/09/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/09/2013**Vigência:** 09/09/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.650.000,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 4/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Setembro/2013.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** VIDEAR CAMINHÕES LTDA JOAÇABA**CNPJ:** 75.509.307/0001-11**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 48/2013**Número do Processo:** 145/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 399/2013**Fundamento Legal:**

Objeto: A Contratada, devidamente qualificada como vencedora do Pregão Presencial nº 48/2013 obriga-se a fornecer o (s) objeto (s) descrito abaixo, de acordo com as quantidades e especificações do Edital.
Item 03 - Caminhão 0 quilômetros, Truck e Item 04 - Caminhão 0 quilômetro, Truck novo, ano 2013

Data da Assinatura: 09/09/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/09/2013**Vigência:** 09/09/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.624.000,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** AGUA AZUL POÇOS ARTESIANOS LTDA.**CNPJ:** 03.983.713/0001-00**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 50/2013**Número do Processo:** 148/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 400/2013**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PERFURAÇÃO DE POÇO DE MONITORAMENTO DO CEMITÉRIO DOM DANIEL, E RELATÓRIO HIDROGEOLOGICO, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA, E ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS.

Data da Assinatura: 10/09/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/09/2013**Vigência:** 10/09/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 21.440,00**Forma de Pagamento:** MEDIANTE NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 5/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Setembro/2013.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

Contratado: LIZ & MAGNABOSCO ELABORAÇÃO DE PROJETOS LTDA
CNPJ: 81.777.336/0001-67
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 61/2013 **Número do Processo:** 149/2013
Número do Contrato ou Aditivo: 403/2013
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PLANEJAMENTO E ACESSORIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE VIABILIDADE DE UMA INCUBADORA DE EMPRESAS EM CAMPOS NOVOS.

Data da Assinatura: 19/09/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 19/09/2013
Vigência: 19/09/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 7.800,00 **Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL

Contratado: VEKSIL SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
CNPJ: 10.574.890/0001-07
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 14/2012 **Número do Processo:** 122/2012
Número do Contrato ou Aditivo: 401/2013
Fundamento Legal:
Objeto: Mediante requerimento, o Município resolve prorrogar o prazo até 10 de novembro de 2013 para conclusão da obra de empreitada global para implantação de praça pública no Bairro Santo Antônio, conforme projeto básico.
Convênio Nº 366.525-75/2011 Ministério Do Turismo.
Programa: Apoio a projetos de Infraestrutura Turística

Data da Assinatura: 20/09/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 20/09/2013
Vigência: 20/09/2013 a 10/11/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 6/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Setembro/2013.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** PLANATERRA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 49/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 402/2013**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o Município resolve prorrogar o prazo e vigência do contrato para 30 de novembro de 2013, para obra de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização nas ruas João Maria Becker, Santo Amaro Da Imperatriz e João Fernandes Gonçalves, conforme projeto básico.
Programa PAC II - Urbanização Contrato Nº 352.288-09/2011-Ministério das Cidades.

Data da Assinatura: 23/09/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 23/09/2013**Vigência:** 23/09/2013 a 30/11/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** GRINGO BORGES TRANSPORTES LTDA**CNPJ:** 06.171.795/0001-87**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 404/2013**Fundamento Legal:**

Objeto: Aditivo de 18 Km, passando de 72 km para 90 Km. Este aditivo se deu devido a entrada de alunas na linha 29, percorrendo residência do Sr. Galioto, Igreja do Alto Bela Vista, residência Bevilacqua, residência do Sr. Sturmer, antiga estação até a escola André Rebouças, nos períodos matutino e vespertino com veículo de no mínimo 15 lugares.

Data da Assinatura: 30/09/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/09/2013**Vigência:** 30/09/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 7/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Setembro/2013.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** DECIO FRANA**CNPJ:** 76.546.381/0001-70**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 405/2013**Fundamento Legal:**

Objeto: Aditivo de 10 Km, passando de 66 km para 76 Km. Este aditivo se deu devido a entrada de alunos na linha 16, percorrendo o Assentamento 30 de Outubro, E.I. Padre Josimo Tavares e E.I. Roseli Nunes, residência do Sr. Renato, Piovesan, Antonio Pedroso, prox. residência do Sr. Boita retornando a escola, período matutino e vespertino, com veículo de no mínimo 09 lugares.

Data da Assinatura: 30/09/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/09/2013**Vigência:** 30/09/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

Sistema de
Indicadores de
Desenvolvimento
Municipal
Sustentável

Informações municipais para a promoção do
desenvolvimento sustentável em Santa Catarina

indicadores.fecam.org.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação da Revogação do Edital de Chamamento Publica Nº FMS 01/2008 e 03/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
EDITAL CREDENCIAMENTO UNIVERSAL
REVOGAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde - FMS de Canoinhas/SC, CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público, que REVOGOU os editais de CHAMAMENTO PÚBLICO N.º FMS 01/2008 e 03/2010. Diante disto, publicou nova CHAMADA PÚBLICA para o Credenciamento Universal de prestadores de serviços de exames laboratoriais, destinados a atender os usuários do SUS (Sistema Único de Saúde). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link governo/licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito
07 de outubro de 2013

Publicação de Edital de Pregão Presencial N.º PMC 67/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 137/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 67/2013

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 24/10/2013, às 14h05min, REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS TRABALHADAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO SISTEMA ELÉTRICO, MOTOR DE PARTIDA, ALTERNADORES E AFINS, DE MÁQUINAS, CAMINHÕES E VEÍCULOS LEVES DA FROTA DESTA PREFEITURA E SEUS FUNDOS MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até às 14h00min do dia 24/10/2013. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Edital de Chamada Publica Nº FMS 02/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 02/2013

Objeto: Credenciamento Universal de prestadores de serviços de exames laboratoriais, destinados a atender os usuários do SUS (Sistema Único de Saúde) do Município de Canoinhas - SC.
Serviços: Grupo 02/Subgrupo 02 - (Diagnóstico em laboratório)
Remuneração: Valores da Tabela SIA/SUS.
Prestadores: Qualquer laboratório, pessoa jurídica, privada ou pública, lucrativa ou não, com sede no Município de Canoinhas que atenda as condições do edital.
Inscrições: A partir de 09 de outubro de 2013, com prazo indeterminado, no setor de protocolo da Prefeitura do município de Canoinhas, sito à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro - Canoinhas - SC, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às

15h30min.

Edital: Edital completo e seus anexos disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br, link - governo - licitações.

Canoinhas/SC, 07 de outubro de 2013.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 3-70/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 3-70/2013
ACRESCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 58/2013
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 10/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 3-70/2013 referente ao contrato n.º PMC 70/2013. Data do Aditivo: 03/10/2013. Objeto Contratado: REFORMA DA ILUMINAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL DO ESTÁDIO MUNICIPAL BENEDITO THEREZIO DE CARVALHO. Contratada: SICOL INSTALADORA ELÉTRICA LTDA EPP, CNPJ: 83.189.084/0001-80. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao contrato o valor de R\$ 6.892,76 (seis mil oitocentos e noventa e dois reais e setenta e seis centavos).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Edital N.º. 044/2013

EDITAL N.º. 044/2013
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL N.º. 01/SMDEICT/2013.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital n.º. 01/SMDEICT/2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto n.º. 184/2013; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital; Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo previsto no Edital n.º. 01/SMDEICT/2013, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt n.º. 10, Centro, Canoinhas, SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação do ORIGINAL e CÓPIA AUTENTICADA dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:
 - a) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
 - b) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
 - c) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

d) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
e) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
f) Cédula de Identidade (RG);
g) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);
h) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
i) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;
j) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;
k) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;
l) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;
m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
n) 1 Fotografia 3X4 recente;
o) Comprovante de residência atual;
p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do processo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os aprovados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 02 de outubro de 2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 044/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: COORDENADOR PEDAGÓGICO
CRICILENE DE FÁTIMA ZUCCO

CARGO: ASSISTENTE PEDAGÓGICO
SIMONE NEUBURGER LANGER

Edital Nº. 045/2013

EDITAL Nº. 045/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº. 02/SMDSF/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº. 02/SMDSF/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº. 091/2012; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo previsto no Edital nº. 02/SMDSF/2012, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº. 10, Centro, Canoinhas, SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação do ORIGINAL e CÓPIA AUTENTICADA dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

a) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;

b) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;

c) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

d) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

e) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

f) Cédula de Identidade (RG);

g) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);

h) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);

i) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;

j) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;

k) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;

l) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;

m) Número de inscrição no PIS/PASEP;

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual;

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e

cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do processo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os aprovados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração Finanças e Orçamento, e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 07 de outubro de 2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 045/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: MONITOR

HELENA MATHIAS PIERMANN

ROSILENE NOGATH

SIOMARA DO ROCIO MARCONDES SAFANELLI

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 122/2013

DECRETO Nº 122, DE 8 DE OUTUBRO DE 2013.

Estabelece horário especial de funcionamento nas Repartições Públicas Municipais, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, SC, no uso de suas atribuições legais, usando da atribuição privativa que lhe confere o art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais no dia 28 de outubro de 2013, em comemoração alusiva ao dia do Servidor Público.

Art. 2º Os serviços considerados essenciais, como atendimento à Saúde, Coleta de Lixo, Transporte Coletivo de Passageiros e outros serviços que vierem a se fazer necessários para suprir as necessidades de excepcional interesse público, permanecerão sendo praticados normalmente.

Parágrafo único. O atendimento à saúde será prestado através do Sistema de Plantão 24 horas no Hospital Nossa Senhora das Dores durante todo o período do ponto facultativo.

Art. 3º Além dos serviços previstos no artigo 2º, não haverá ponto facultativo nas atividades relacionadas à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, havendo aulas normais em todos os estabelecimentos de ensino municipal, tendo em vista a obediência ao calendário previamente estipulado.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, em 8 de outubro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN
Secretário da Administração e Finanças

Resultado Final

RESULTADO FINAL

Processo Licitatório Nº 31/2013
Pregão Presencial Nº 16/2013

1) Após serem convocados os fornecedores vencedores para apresentação de amostras, nos termos contidos no edital, considerando os documentos apensos ao processo administrativo da licitação, e, considerando o laudo de avaliação dos produtos, constatou-se a seguinte classificação final:

Item	Quant	Un	Descrição	Marca	Valor Unit.	Fornecedor
1	170,00	UN	Alimento para situação metabólica especial formulado para portadores de alergias às proteínas do leite de vaca e da soja. Marca pré-aprovada Pregomin, para nutrição enteral ou oral para distúrbios da digestão e absorção de nutrientes, semi-elementar e hipoalergênica, isento de lactose, galactose, sacarose, frutose e glúten., à base de proteína extensamente hidrolisada, com adição de LCPufas (DHA e ARA) e nucleotídeos. Unidade contendo no mínimo 400gr.	PREGOMIN	40,50	NUTRIPORT
2	65,00	UN	Alimento com fórmula balanceada especialmente desenvolvida para atender as necessidades de crianças de 1 a 10 anos de idade. Marca pré-aprovada Nutren Júnior.	NUTREN JÚNIOR	17,00	MEDIGRAN
3	100,00	UN	Alimento enriquecido com alto teor nutricional. Marca pré-aprovada Sustagem ou Sustain.	SUSTAGEM	13,00	ORIGINAL FARMA
4	25,00	UN	Alimento para complemento da nutrição diária, à base de fibras Marca pré-aprovada Nutren Active.	NUTREN ACTIVE	26,50	MEDIGRAN
5	85,00	UN	Fórmula infantil de seguimento com ferro para lactentes a partir de 6 meses de idade. Marca pré-aprovada Aptamil 2.	APTAMIL 2	14,50	NUTRIPORT
6	100,00	UN	Fórmula infantil com ferro para lactentes de 0 à 6 meses. Marca pré-aprovada: Nestogeno 1.	NESTOGENO1	18,86	NOSSA FARMA OURO
7	365,00	UN	Fórmula infantil especial, isenta de lactose. Marca pré-aprovada: Nan sem lactose.	NAN S/ LACTOSE	18,90	MEDIGRAN
8	100,00	UN	Fórmula infantil com ferro para lactentes de 0 à 6 meses. Marca pré-aprovada Nan 1 Pró.	APTAMIL 1	9,70	NUTRIPORT
9	25,00	UN	Fórmula infantil à base de proteína isolada de soja com ferro para lactentes. Marca pré-aprovada: Nan Soy.	NAN SOY	16,89	MEDIGRAN
10	15,00	UN	Fibra alimentar solúvel sem sabor. Marca pré-aprovada: Fiber Mais.	FIBER MAIS	40,30	NOSSA FARMA OURO
11	6.160,00	UN	Fralda geriátrica descartável para adulto tamanho EG.	FRALDAS CK	095	FRALDAS CK
12	2.200,00	UN	Fralda geriátrica descartável para adulto tamanho G.	FRALDAS CK	0,86	FRALDAS CK
13	2.800,00	UN	Fralda geriátrica descartável para adulto tamanho M.	MASTERFRAL	0,86	ALTERMED
14	1.680,00	UN	Fralda geriátrica descartável para adulto tamanho P.	MASTERFRAL	0,75	ALTERMED
15	680,00	UN	Fralda para criança Tamanho SXG acima de 15 Kg.	MASTERFRAL	0,40	ALTERMED
16	120,00	UN	Leite integral em pó instantâneo. Marca pré-aprovada Ninho com vitaminas (C, A e D), pirofosfato férrico e emulsificante lecitina de soja. Não contém glúten. Data de fabricação recente. Unidade contendo no mínimo 400 gr. Apresentar amostra nos casos de cotação de marcas diferentes das marcas pré-aprovadas.	NINHO	10,75	SUPER DELAZERI
17	225,00	UN	Suplemento alimentar em pó para crianças a partir de 1 ano de idade. Marca pré-aprovada Fortini.	FORTINI	28,78	NOSSA FARMA OURO

2) A pregoeira declara vencedores os fornecedores conforme quadro acima.

3) Abre-se prazo de recurso de três dias úteis para a eventual manifestação.

4) A presente ata deve ser enviada via fax ou e-mail aos participantes, com protocolo de recebimento dos mesmos.

Capinzal, 07 de outubro de 2013.
ELISÂNGELA APARECIDA BAGNOLIN
Pregoeira

Balancetes Setembro 2013

Balancetes relativos ao mês de Setembro 2013 da Prefeitura Municipal de Capinzal e fundos a seguir especificados:

- I. Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
- II. Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMCA;
- III. Fundo Municipal de Esporte - FME;
- IV. Fundo Municipal de Habitação - FMH;
- V. Fundo Municipal Meio Ambiente - FMMA;
- VI. Fundo Municipal de Saúde - FMS; e
- VII. Funrebom - Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros do Município de Capinzal.

F. Mun. de Assist. Soc. de Capinzal
Balanco Financeiro
Para Publicação
Período de Referência: Setembro /2013

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIA	22.050,07	320.465,13	ORÇAMENTÁRIA	45.195,76	313.369,78
Receitas Orçamentárias	22.050,07	320.465,13	Despesas Correntes	42.687,07	280.588,13
Receitas Correntes	22.050,07	320.465,13	31 - Pessoal e Encargos Sociais	12.287,13	86.009,91
Receita Tributária	0,00	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	30.399,94	194.578,22
Receitas Patrimoniais	2.178,64	12.110,35	Despesas de Capital	2.508,69	32.781,65
Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	44 - Investimentos	2.508,69	32.781,65
Receitas Industriais	0,00	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	46 - Amortização	0,00	0,00
Transferências Correntes	19.871,43	308.354,78	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	0,00	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçament. Correntes	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
Receitas de Capital	0,00	0,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00			
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	3.000,00	216.000,00			
Transferências Financeiras Recebidas	3.000,00	216.000,00			
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	21.572,52	21.680,19	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	7.971,79
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	7,08	114,75	Depósitos	0,00	0,00
Consignações	7,08	114,75	Consignações	0,00	0,00
Depósitos em Diversas Origens	0,00	0,00	Depósitos em Diversas Origens	0,00	0,00
Restos a Pagar	21.565,44	21.565,44	Restos a Pagar	0,00	7.971,79
Obrigações a Pagar	21.565,44	21.565,44	Obrigações a Pagar	0,00	7.971,79
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	578.945,76	343.568,84	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	580.372,59	580.372,59
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	2.750,63	53,64	Bancos Conta Movimento	1.044,89	1.044,89
Bancos Conta Vinculada	576.195,13	343.515,20	Bancos Conta Vinculada	579.327,70	579.327,70
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	625.568,35	901.714,16	TOTAL	625.568,35	901.714,16

<<CP490359.Nota>>

JANE TEREZINHA SERENA
 Secretária de Saúde e desenvolvimento Social
 CPF: 294.796.309-15

MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

F. da Criança e Adolescente de Capinzal
Balanco Financeiro
Para Publicação
Período de Referência: Setembro /2013

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIA	1.801,07	12.473,50	ORÇAMENTÁRIA	5.354,20	23.608,83
Receitas Orçamentárias	1.801,07	12.473,50	Despesas Correntes	5.354,20	18.088,83
Receitas Correntes	1.801,07	12.473,50	31 - Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	5.354,20	18.088,83
Receitas Patrimoniais	801,07	5.943,61	Despesas de Capital	0,00	5.520,00
Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	44 - Investimentos	0,00	5.520,00
Receitas Industriais	0,00	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	46 - Amortização	0,00	0,00
Transferências Correntes	1.000,00	6.524,57	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	5,32	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	0,00	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçament. Correntes	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
Receitas de Capital	0,00	0,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00			
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	3.031,87	27.286,83			
Transferências Financeiras Recebidas	3.031,87	27.286,83			
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	595,32	634,56	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	516,32
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	5,32	44,56	Depósitos	0,00	6,32
Consignações	0,00	0,00	Consignações	0,00	0,00
Depósitos em Diversas Origens	5,32	44,56	Depósitos em Diversas Origens	0,00	6,32
Restos a Pagar	590,00	590,00	Restos a Pagar	0,00	510,00
Obrigações a Pagar	590,00	590,00	Obrigações a Pagar	0,00	510,00
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	161.341,43	145.145,75	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	161.415,49	161.415,49
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	161.341,43	145.145,75	Bancos Conta Movimento	161.415,49	161.415,49
Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	166.769,69	185.540,64	TOTAL	166.769,69	185.540,64

<<CP490359.Nota>>

MARCO ANTONIO HACHMANN
 Ordenador da Despesa

MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

Fundacao Municipal de Esportes de Capinzal
Balanco Financeiro
Para Publicação
Período de Referência: Setembro /2013

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIA	240,00	1.630,00	ORÇAMENTÁRIA	28.919,51	224.092,11
Receitas Orçamentárias	240,00	1.630,00	Despesas Correntes	28.919,51	220.459,20
Receitas Correntes	240,00	1.630,00	31 - Pessoal e Encargos Sociais	11.137,43	90.240,66
Receita Tributária	0,00	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	17.782,08	130.218,54
Receitas Patrimoniais	240,00	980,00	Despesas de Capital	0,00	3.632,91
Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	44 - Investimentos	0,00	0,00
Receitas Industriais	0,00	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	46 - Amortização	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	650,00	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	0,00	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
(-)Ded.Rec.Intra-Orçament. Correntes	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
Receitas de Capital	0,00	0,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00			
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	24.794,25	237.233,25			
Transferências Financeiras Recebidas	24.794,25	237.233,25			
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	791,16	6.036,99	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	709,40	5.908,99
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	791,16	6.036,99	Depósitos	709,40	5.908,99
Consignações	791,16	6.028,55	Consignações	709,40	5.908,99
Depósitos em Diversas Origens	0,00	8,44	Depósitos em Diversas Origens	0,00	0,00
Restos a Pagar	0,00	0,00	Restos a Pagar	0,00	0,00
Obrigações a Pagar	0,00	0,00	Obrigações a Pagar	0,00	0,00
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	23.514,37	4.811,73	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	19.710,87	19.710,87
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	23.514,37	4.811,73	Bancos Conta Movimento	19.710,87	19.710,87
Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	49.339,78	249.711,97	TOTAL	49.339,78	249.711,97

<<CP490359.Nota>>

SAIONARA CRISTINA MASSON
 Ordenador da Despesa

MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

Fundo Mun de Habitacao de Capinzal
Balanco Financeiro
Para Publicação
Período de Referência: Setembro /2013

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	ORÇAMENTÁRIA	3.050,89	16.294,47
Receitas Orçamentárias	0,00	0,00	Despesas Correntes	3.050,89	5.886,74
Receitas Correntes	0,00	0,00	31 - Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	3.050,89	5.886,74
Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	Despesas de Capital	0,00	10.407,73
Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	44 - Investimentos	0,00	10.407,73
Receitas Industriais	0,00	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	46 - Amortização	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	0,00	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
(-)Ded.Rec.Intra-Orçament. Correntes	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
Receitas de Capital	0,00	0,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00			
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	8.000,00			
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	8.000,00			
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	0,00	0,00	Depósitos	0,00	0,00
Consignações	0,00	0,00	Consignações	0,00	0,00
Depósitos em Diversas Origens	0,00	0,00	Depósitos em Diversas Origens	0,00	0,00
Restos a Pagar	0,00	0,00	Restos a Pagar	0,00	0,00
Obrigações a Pagar	0,00	0,00	Obrigações a Pagar	0,00	0,00
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	9.368,73	14.612,31	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	6.317,84	6.317,84
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	9.368,73	14.612,31	Bancos Conta Movimento	6.317,84	6.317,84
Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	9.368,73	22.612,31	TOTAL	9.368,73	22.612,31

<<CP490359.Nota>>

ENIO JOSE PAGGI
 Ordenador da Despesa

MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

F. Mun do Meio Ambiente de Capinzal
Balanco Financeiro
Para Publicação
Período de Referência: Setembro /2013

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	ORÇAMENTÁRIA	703,00	18.144,75
Receitas Orçamentárias	0,00	0,00	Despesas Correntes	703,00	14.506,00
Receitas Correntes	0,00	0,00	31 - Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	703,00	14.506,00
Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	Despesas de Capital	0,00	3.638,75
Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	44 - Investimentos	0,00	3.638,75
Receitas Industriais	0,00	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	46 - Amortização	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	0,00	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
(-)Ded.Rec.Intra-Orçament. Correntes	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
Receitas de Capital	0,00	0,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00			
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	24.000,00			
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	24.000,00			
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	0,00	0,00	Depósitos	0,00	0,00
Consignações	0,00	0,00	Consignações	0,00	0,00
Depósitos em Diversas Origens	0,00	0,00	Depósitos em Diversas Origens	0,00	0,00
Restos a Pagar	0,00	0,00	Restos a Pagar	0,00	0,00
Obrigações a Pagar	0,00	0,00	Obrigações a Pagar	0,00	0,00
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	11.226,08	4.667,83	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	10.523,08	10.523,08
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	11.226,08	4.667,83	Bancos Conta Movimento	10.523,08	10.523,08
Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	11.226,08	28.667,83	TOTAL	11.226,08	28.667,83

<<CP490359.Nota>>

RENATO MARCELO MARKUS
 Secretário de Agricultura e Meio Ambiente
 CPF: 020.211.719-73

MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

F. Mun de Saude de Capinzal
Balanço Financeiro
Para Publicação
Período de Referência: Setembro /2013

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIA	412.449,97	1.602.960,95	ORÇAMENTÁRIA	736.931,38	6.514.662,99
Receitas Orçamentárias	412.449,97	1.602.960,95	Despesas Correntes	736.136,38	6.492.315,10
Receitas Correntes	146.849,97	1.309.561,87	31 - Pessoal e Encargos Sociais	324.572,02	2.426.780,68
Receita Tributária	0,00	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	411.564,36	4.065.534,42
Receitas Patrimoniais	2.883,34	24.268,63	Despesas de Capital	795,00	22.347,89
Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	44 - Investimentos	795,00	22.347,89
Receitas Industriais	0,00	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	46 - Amortização	0,00	0,00
Transferências Correntes	143.966,63	1.285.216,08	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	77,16	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	0,00	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	459,45
(-)Ded. Rec. Intra-Orçament. Correntes	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	459,45
Receitas de Capital	265.600,00	293.399,08			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	27.799,08			
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00			
Transferências de Capital	265.600,00	265.600,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00			
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	458.694,91	4.907.349,09			
Transferências Financeiras Recebidas	458.694,91	4.907.349,09			
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	110.291,82	576.002,97	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	28.121,12	308.102,83
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	54.079,99	388.926,28	Depósitos	28.121,12	308.102,83
Consignações	54.079,99	388.926,28	Consignações	28.121,12	308.102,83
Depósitos em Diversas Origens	0,00	0,00	Depósitos em Diversas Origens	0,00	0,00
Restos a Pagar	56.211,83	187.076,69	Restos a Pagar	0,00	0,00
Obrigações a Pagar	56.211,83	187.076,69	Obrigações a Pagar	0,00	0,00
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	501.068,46	454.364,92	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	717.452,66	717.452,66
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	12.082,90	25.080,16	Bancos Conta Movimento	21.975,35	21.975,35
Bancos Conta Vinculada	488.985,56	429.284,76	Bancos Conta Vinculada	695.477,31	695.477,31
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	1.482.505,16	7.540.677,93	TOTAL	1.482.505,16	7.540.677,93

<<CP490359.Nota>>

JANE TEREZINHA SERENA
 Secretária de Saude e desenvolvimento Social
 CPF: 294.796.309-15

MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

Fundo Mun. de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Capinzal.
Balanco Financeiro
Para Publicação
Período de Referência: Setembro /2013

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIA	38.888,12	311.032,86	ORÇAMENTÁRIA	16.061,14	95.171,88
Receitas Orçamentárias	38.888,12	311.032,86	Despesas Correntes	14.696,14	91.301,88
Receitas Correntes	38.888,12	302.822,86	31 - Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	14.696,14	91.301,88
Receitas Patrimoniais	2.998,50	19.756,39	Despesas de Capital	1.365,00	3.870,00
Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	44 - Investimentos	1.365,00	3.870,00
Receitas Industriais	0,00	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00	0,00
Receitas de Serviços	9.962,07	80.451,43	46 - Amortização	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	25.927,55	202.615,04	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	0,00	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçament. Correntes	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
Receitas de Capital	0,00	8.210,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	8.210,00			
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00			
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	0,00			
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00			
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	5,32	43,56	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	182.000,00
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	5,32	43,56	Depósitos	0,00	0,00
Consignações	0,00	0,00	Consignações	0,00	0,00
Depósitos em Diversas Origens	5,32	43,56	Depósitos em Diversas Origens	0,00	0,00
Restos a Pagar	0,00	0,00	Restos a Pagar	0,00	182.000,00
Obrigações a Pagar	0,00	0,00	Obrigações a Pagar	0,00	182.000,00
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	464.887,18	453.814,94	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	487.719,48	487.719,48
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	464.887,18	453.814,94	Bancos Conta Movimento	487.719,48	487.719,48
Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	503.780,62	764.891,36	TOTAL	503.780,62	764.891,36

<<CP490359.Nota>>

 ANDEVIR ISGANZELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

 MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

Município de Capinzal
Balanco Financeiro
Para Publicação
Período de Referência: Setembro /2013

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIA	3.625.840,73	34.406.331,38	ORÇAMENTÁRIA	2.905.669,24	26.341.437,91
Receitas Orçamentárias	3.625.840,73	34.406.331,38	Despesas Correntes	2.658.113,14	23.147.598,59
Receitas Correntes	3.625.840,73	34.077.254,35	31 - Pessoal e Encargos Sociais	1.613.124,90	14.332.123,43
Receita Tributária	247.824,24	3.447.162,19	32 - Juros e Encargos da Dívida	31.253,45	295.860,26
Receitas de Contribuições	54.768,08	529.563,74	33 - Outras Despesas Correntes	1.013.734,79	8.519.614,90
Receitas Patrimoniais	22.136,53	158.549,35	Despesas de Capital	247.556,10	3.193.839,32
Receitas Agropecuárias	19.198,67	114.126,56	44 - Investimentos	146.994,49	2.656.640,61
Receitas Industriais	0,00	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00	0,00
Receitas de Serviços	45.513,00	406.074,10	46 - Amortização	100.561,61	537.198,71
Transferências Correntes	3.662.961,97	33.039.253,67	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	70.930,59	952.517,46	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	0,00	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	497.492,35	4.569.992,72	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	626.404,37	6.592.134,12
(-)Ded. Rec. Intra-Orçament. Correntes	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	626.404,37	6.592.134,12
Receitas de Capital	0,00	329.077,03			
Operações de Crédito	0,00	297.405,03			
Alienação de Bens	0,00	31.672,00			
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00			
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	459,45			
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	459,45			
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	(346.222,22)	2.615.053,89	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	525.523,16	2.742.141,04
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	249.865,68	2.132.276,67	Depósitos	227.533,16	1.806.231,64
Consignações	249.805,68	2.131.736,67	Consignações	227.473,16	1.805.691,64
Depósitos em Diversas Origens	60,00	540,00	Depósitos em Diversas Origens	60,00	540,00
Restos a Pagar	(596.087,90)	482.777,22	Restos a Pagar	297.990,00	935.909,40
Obrigações a Pagar	(596.087,90)	482.777,22	Obrigações a Pagar	297.990,00	935.909,40
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	3.749.174,41	1.625.064,50	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	2.971.196,15	2.971.196,15
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	1.336.558,30	454.912,91	Bancos Conta Movimento	1.508.479,02	1.508.479,02
Bancos Conta Vinculada	2.412.616,11	1.170.151,59	Bancos Conta Vinculada	1.462.717,13	1.462.717,13
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	7.028.792,92	38.646.909,22	TOTAL	7.028.792,92	38.646.909,22

<<CP490359.Nota>>

 ANDEVIR ISGANZELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

 MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

Catanduvas

PREFEITURA

Termo de Retificação ao Primeiro Termo Aditivo ao Contrato FMS Nº 0020/2013

Processo Licitatório nº 0015/2013

Pregão nº 0009/2013

Objeto: termo aditivo ao contrato para aquisição de materiais e medicamentos hospitalares, visando o desenvolvimento das atividades do Fundo Municipal de Saúde que fazem entre si o Município de Catanduvas - SC e a empresa Altermed Mat. Médico Hospitalar Ltda.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
CONTRATADA: ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Através deste, FICA CANCELADO o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato FMS nº 0020/2013, estando em plena vigência o contrato originário firmado em 07 de março de 2013, nos termos pactuados.

Publique-se.

Catanduvas/SC, 08 de outubro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

ELIZETE CARDOSO DA SILVA

Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 302/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 302/2013

- CONSIDERANDO, o atestado médico de 15 (quinze) dias pelo período de 23.09.2013 a 07.10.2013, remunerado pelo Município;
- CONSIDERANDO, a apresentação de mais um atestado médico de 60 (sessenta) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da servidora Pública ELZA STEIN PEREIRA, ocupante da função de Professora ACT - 20 horas, matrícula nº 244/12, licença para tratamento de Saúde, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 08.10.13 a 06.12.13, conforme Atestado Médico, a ser remunerada pelo Regime Geral de Previdência Social, em forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
08 de outubro de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 303/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 303/2013

- CONSIDERANDO a Licença para tratamento de Saúde da Servidora Pública ELZA STEIN PEREIRA, através da Portaria nº. 302/2013;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085, de 30.06.99, e Lei Complementar nº 006, de 23/12/99;

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº 293, de 25.09.2013, que admite em caráter temporário ANA ZILDA DE OLIVEIRA, para exercer as funções do Cargo de Professora ACT - 20 horas, Nível I, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na turma do 4º ano, no Centro Educacional de Ensino Fundamental pelo período de 08.10.13 a 06.12.13

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
08 de setembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Ata

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA QUINTA LEGISLATURA.Aos 03 dias do mês de outubro do ano de 2013, às 13h:10min, na sala das sessões da Câmara Municipal, havendo necessidade realizou-se a escolha do Presidente da comissão, que por aclamação, restou eleito o vereador Sr. Clezio Marquez. Nada mais havendo a tratar, o presidente com a proteção divina declarou encerrados os trabalhos da presente reunião.Do que para constar, é lavrada a presente ata após lida e achada conforme, vai devidamente assinada:

Cocal do Sul

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº. 206/13

EXTRATO DO CONTRATO Nº 206/13 - MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. Processo de Licitação n. 68/2013. MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº. 13/2013. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: MARIA ELISA SAVIATO MUFATTO. ASSINATURA: 04/10/2013. VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2013. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade:3.3.90.30.07(18) (19). OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, para alunos da rede de educação básica pública - FNDE/PNAE, Resolução 26/2013. VALOR R\$ 31.524,00(trinta e um mil quinhentos e vinte e quatro reais).

Concórdia

PREFEITURA

Portaria Nº 25/2013

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 25/2013, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, por concurso, regime estatutário, LADI DEMAR-CHI, no cargo de Técnico Desportivo - Judô, Grupo Ocupacional Especialista - GE, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, a partir de 07 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes de Concórdia.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 122/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2013- PMC

Objeto: Aquisição de cestas alimentação e peru, para distribuição aos servidores públicos, ativos e inativos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 623/2012 e 2º Decreto Municipal nº 5.690/2012, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Recebimento das propostas: até as 16h00min. do dia 21/10/2013

Abertura: dia 22/10/2013 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 07 de outubro de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Convocação Para Assinatura de Contrato - Inexigibilidade de Licitação Nº 30/2013 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 30/2013 - PMC

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO vem por meio desta, convocar o representante legal da empresa CLECIANE MELANIA PASINATTO - ME, inscrita no CNPJ sob nº 13.079.859/0001-80, com sede na Travessa Cabo da Paciência, nº 45, Centro, para comparecer junto a Diretoria

de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, para assinatura do Contrato originado através da inexigibilidade de licitação em referência.

O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no artigo 64 da Lei Federal 8.666/1993 acarretará na aplicação das penas prevista na Cláusula Décima Primeira do Termo Contratual.

Concórdia, SC, 07 de outubro de 2013.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 12/2013 - FMS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 12/2013 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde, torna público que ratificou o ato da senhora Marlô Cristina Ribeiro, Diretora Administrativa, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do Inciso V, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 08 de outubro de 2013, para fornecimento de refeições para agentes Comunitárias de Saúde para participação em curso de formação, em favor da empresa PADARIA PINHEIRUS LTDA EPP, no valor total de R\$ 8.640,00 (oito mil, seiscentos e quarenta reais).

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação - Concessão - Nº 4/2013 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

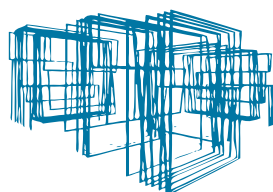
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

- CONCESSÃO - Nº 4/2013 - PMC

A Secretária Municipal de Administração, torna público que ratificou o ato do Senhor Carlos Fernando Comassetto, Diretor Administrativo, que declarou Inexigível a licitação, nos termos do Artigo 25, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, homologada em 07 de outubro de 2013, para a concessão de uso em caráter de exclusividade de uma edificação em alvenaria, denominada Central de Comercialização da Agricultura Familiar, localizada na Rua Leonel Mosele, nº 205, Centro, Concórdia - SC, código patrimonial nº 20.637, e um veículo automotor tipo caminhonete com caçamba fechada, modelo Master CC 2.5 DCI, na cor branca, chassi 93YBD-CIG6DJ393738, placa EXY-2858, ano modelo 2012/2013, código patrimonial 54.375., a favor da CENTRAL DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR - CECAP.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração



Programa de
Gestão de Obras



Cordilheira Alta

PREFEITURA

Extrato Resultado Pregão Presencial N° 37/2013 - FMS

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial n. 37/2013 FMS

JULGAMENTO: Menor preço por Item

PROCESSO ADMINISTRATIVO N: 89/2013 FMS

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

OBJETO: Aquisição de medicamentos para distribuição gratuita, de uso controlado e de uso interno.

VALOR PREVISTO: R\$ 291.472,68 (duzentos e noventa e um mil quatrocentos e setenta e dois reais e sessenta e oito centavos).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Pregoeira declarou vencedoras as empresas PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, ANGEOMED - COM.PROD.MEDICO HOSP.LTDA, CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, S&R DISTRIBUIDORA LTDA - ME, DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, DALMED MEDICAMENTOS, 1000MEDIC DISTR IMPORTADORA EXPORTADORA DE MEDICAMENTOS, COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, MEDICAMENTOS DE AZ LTDA ME, ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES, A.G. KIENEN E CI LTDA, adjudicado o objeto da licitação em epígrafe. Depois de publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 03 de outubro de 2013.

MICHELE ENDLER

Pregoeira Oficial

Coronel Freitas

PREFEITURA

Pregão Presencial R.P N° 31/2013

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de PREGÃO PRESENCIAL R.P Nº 31/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVELCONTRAT

Tipo: Menor Valor/Item

Entrega dos envelopes: até as 09:00 h do dia 21/10/2013

Abertura dos envelopes: na sequência às 09:00 horas do dia 21/10/2013

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 hrs ou pelo fone 3347.0322.

Coronel Freitas (SC) 08 de Outubro de 2013

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

Notificação de Receita 07/2013

NOTIFICAÇÃO DE RECEITA 07/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês de julho de 2013, recursos Federais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes programas:

Recursos Federais:

Objeto	Valor
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar	R\$ 16.536,40
PAB – Fixo – Piso da Atenção Básica	R\$ 26.844,83
PACS – Programa de Agentes Comunitários de Saúde	R\$ 29.450,00
PSF – Programa Saúde da Família	R\$ 28.520,00
PSB – Programa Saúde Bucal	R\$ 2.230,00
SE – Salário Educação	R\$ 42.959,28
IGD – Índice de Gestão Descentralizada (Bolsa Família)	R\$ 902,46
PBF – Programa Bolsa Família	R\$ 9.000,00
IGD-SUAS – Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social	R\$ 1.000,00
PNTE – Programa Nacional do Transporte Escolar	R\$ 5.611,49
PFB – Programa de Farmácia Básica	R\$ 5.686,50
MAC – Assistência Ambulatorial de Médio/alto custo/complexidade	R\$ 16.825,95

Recursos Estaduais:

Objeto	Valor
Co-financiamento – Atenção Básica	R\$ 5.500,00
TE – Transporte Escolar	R\$ 45.674,00

Corupá, 04 de outubro de 2013.

DILVANE KÜHL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
CONTROLADORA GERAL

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Notificação de Receita 08/2013

NOTIFICAÇÃO DE RECEITA 08/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

inciso VII do artigo 66, e atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês de agosto de 2013, recursos Federais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes programas:

Recursos Federais:

Objeto	Valor
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	R\$ 15.696,40
PAB - Fixo - Piso da Atenção Básica	R\$ 30.669,17
PACS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde	R\$ 28.500,00
PSF - Programa Saúde da Família	R\$ 28.520,00
PSB - Programa Saúde Bucal	R\$ 2.230,00
SE - Salário Educação	R\$ 43.217,43
IGD - Índice de Gestão Descentralizada (Bolsa Família)	R\$ 929,53
IGD-SUAS - Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social	R\$ 500,00
PNTE - Programa Nacional do Transporte Escolar	R\$ 7.148,13
PFVPS - Piso Fixo de Vigilância e Promoção de Saúde	R\$ 6.734,52
MAC - Assistência Ambulatorial de médio/alto custo/complexidade	R\$ 18.587,65

Recursos Estaduais:

Objeto	Valor
Co-financiamento - Atenção Básica	R\$ 5.500,00
Assistência Farmacêutica Básica	R\$ 5.194,50
TE - Transporte Escolar	R\$ 45.674,00

Corupá, 04 de outubro de 2013.

DILVANE KÜHL KLABUNDE VALQUIRIA MICHALAK
CONTADORA CONTROLADORA GERAL

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Notificação de Receita 09/2013

NOTIFICAÇÃO DE RECEITA 09/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês de setembro de 2013, recursos Federais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes programas:

Recursos Federais:

Objeto	Valor
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	R\$ 15.696,40
PAB - Fixo - Piso da Atenção Básica	R\$ 30.669,17
PACS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde	R\$ 28.500,00
PSF - Programa Saúde da Família	R\$ 28.520,00
SE - Salário Educação	R\$ 43.925,73

PBF - Programa Bolsa Família	R\$ 4.500,00
IGD-SUAS - Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social	R\$ 500,00
PFB - Programa de Farmácia Básica	R\$ 5.952,55
MAC - Assistência Ambulatorial de médio/alto custo/complexidade	R\$ 17.767,65

Recursos Estaduais:

Objeto	Valor
Assistência Farmacêutica Básica	R\$ 5.194,50
TE - Transporte Escolar	R\$ 45.674,00

Corupá, 04 de outubro de 2013.

DILVANE KÜHL KLABUNDE VALQUIRIA MICHALAK
CONTADORA CONTROLADORA GERAL

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Concorrência Nº 250/2013

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 250/2013

O Município de Curitibanos, SC pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular Sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de concorrência do tipo menor preço global regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998 e convênio firmado entre o Município de Curitibanos e o Ministério das Cidades/Planejamento Urbano, nº 773433, contrato n. 0390837-49/2012, cujo objeto é a pavimentação asfáltica e urbanização da Avenida Leoberto Leal, conforme descrição detalhada no memorial descritivo e demais condições previstas neste edital e em seus anexos.

A Comissão Permanente de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 11 de Novembro de 2013, na sede da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e propostas de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão Permanente de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 11 de Novembro de 2013, na sede da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem pessoalmente junto a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Curitibanos, no horário de expediente, não sendo autorizado qualquer tipo de envio.

Curitibanos, 04 de Outubro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL
Presidente da CPL



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Editais de Pregão Presencial Nº 47/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2013

O Fundo Municipal de Educação Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, aquisição de Mobiliários para Centros de Educação Infantil e Núcleos Municipais, conforme anexo I deste edital

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 23/10/2013, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a Rua Cel Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 23/10/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitação e Contratos, sito a Rua Cel Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 30 de Setembro de 2013.

KLEBERSON LUCIANO LIMA DIEGO SEBEM WORDELL
Presidente do Fundo Pregoeiro

Ermo**PREFEITURA****Decreto N.º 060, de 04 de Outubro de 2013.**

DECRETO N.º 060, de 04 de Outubro de 2013.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 307, de 21/11/2012 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a saber:

06.01 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP. E SERV. URBANOS

26.782.0033.2.021 - Manutenção da Secretaria de Obras, Viação, Transp. e Serv. Urbanos

3.3.90.00.00.00.00.0080 (53) - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da fonte 0080.0 (recursos próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 04 de outubro de 2013.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LÚCIA REGINA MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina

Decreto N.º 061, de 04 de Outubro de 2013.

DECRETO N.º 061, de 04 de Outubro de 2013.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 307, de 21/11/2012 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 3.517,71 (três mil, quinhentos e dezessete reais e setenta e um centavos), a saber:

05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

12.306.0030.2.012 - Aquisição de Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.0060 (20) - Aplicações Diretas R\$ 3.517,71

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da fonte 0060.0 (Pnae).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 04 de outubro de 2013.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LÚCIA REGINA MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina

Decreto N.º 062, de 08 de Outubro de 2013.

DECRETO N.º 062, de 08 de outubro de 2013.

Altera Os Valores da Tabela de Valores Mínimos para Cobrança do Imposto para a Transmissão de Bens Imóveis -ITBI das Áreas Rurais de acordo com a Lei Nº 053, de 18 de dezembro de 1997 (Código Tributário Municipal), e dá Outras Providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 62 inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal Nº 053, de 18 de Dezembro de 1997 (Código Tributário Municipal).

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Tabela de Valores Mínimos para cobrança do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis -ITBI das áreas rurais do Município de Ermo.

Parágrafo Único. Na Tabela para apuração do Valor Venal dos terrenos rurais para cobrança do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), serão expostas em Unidade Fiscal Monetária (UFM), do Município de Ermo, aplicado por hectare, de acordo com a zona de localização

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 003, de 16 de fevereiro de 1998.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 08 de outubro de 2013.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES
Secretária de Administração e Finanças interina

TABELA DOS VALORES MÍNIMOS PARA COBRANÇA DO IMPOSTO
SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS (ITBI) DOS IMÓVEIS
RURAIS DO MUNICÍPIO DE ERMO.

TERRENOS RURAIS:
ZONA 01
163,74 (UFM/ ha)
Taquaruçú
Santana
Nolla
Ermo (proximidades da Sede)

ZONA 02
122,81 (UFM/ ha)
Turvo Baixo
Morro do Ermo

ZONA 03
92,10 (UFM/ ha)
Morro do Loro
Vista Alegre
Garapuvú
Morro do Soares
Espigão da Cotia
Água Branca
Último Rio

Forquilha

PREFEITURA

Extrato de Contrato PMF Nº. 211/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 211/2013
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - COMERCIAL CARLESSI LTDA

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de mobiliário e equipamentos padronizados para o Centro de Educação Infantil Monteiro Lobato, construída por meio de convênio junto ao FNDE, Bairro Santa Ana, através do Termo de Compromisso nº. PAC200279/2011 firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional e o Município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 1.095,00 (mil e noventa e cinco reais).
VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 210 (duzentos e dez) dias corridos (prazo de entrega prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura.
DOTAÇÃO - 0501.2011.4490 (62).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 134/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 18 de setembro de 2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 220/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 220/2013
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - COMUNICAÇÃO VISUAL LONGARETTI LTDA

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de material de comunicação visual para atendimento a diversas secretarias do Município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 39.400,00 (trinta e nove mil e quatrocentos reais).
VIGÊNCIA - 31/12/2013.
DOTAÇÃO - 0501.2014.3390 (47), 0701.2033.3390 (86), 0802.2042.3390 (116).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 143/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0299/2013

DECRETO Nº 0299, DE 08 DE OUTUBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2013 no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) nas seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura
10.01 - Secretaria de Infraestrutura
15.452.0023.2.049 - Manutenção dos Serviços Urbanos
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (139) R\$ 30.000,00

Total R\$ 30.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura
10.01 - Secretaria de Infraestrutura
15.452.0023.2.049 - Manutenção dos Serviços Urbanos
3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (137) R\$ 30.000,00

Total R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 08 DE OUTUBRO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0300/2013

DECRETO Nº 0300, DE 08 DE OUTUBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 15 da Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

07.01 - Educação Geral

12.361.0006.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0300 (63) R\$ 50.000,00

10.00 - Secretaria de Infraestrutura

10.02 - Segurança Pública

06.181.0024.2.051 - Manutenção da Segurança Pública

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0203 (149) R\$ 20.000,00

Total R\$ 70.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

419191500 - Multas Previstas na Legislação de Trânsito R\$ 20.000,00

417219902 - Apoio Financeiro à Municípios R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 70.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 08 DE OUTUBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 0005-2013-FMS

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 0005/2013 - FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO nº 0033/2013-FMS

O Município de Fraiburgo-SC através do Fundo Municipal de Saúde, neste ato representado pela Secretária Municipal, torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 0005/2013-FMS, de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 0001/2013 - FMS, a contratação da empresa EMERSON L. DALAGNOL & CIA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 02.599.654/0001-09, para prestação dos serviços de confecção de próteses dentárias, cuja relação de procedimentos e valores encontram-se discriminados na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", disponível através do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de saúde - SUS, para o período de 07.10.2013 a 31.12.2013, podendo ser prorrogado.

Fraiburgo (SC), 07 de outubro de 2013.

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde

Resultado do Julgamento da Habilitação - CC 0006A/2013-PMF Dom

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0006A/2013 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cuja finalidade é a seleção de instituição financeira para: Concessão com exclusividade dos direitos referentes à administração das contas de remuneração dos servidores municipais de Fraiburgo, pelo período de 60 (sessenta) meses; Concessão dos direitos referentes à exploração dos produtos de crédito consignado com desconto em folha de pagamento, para todos os servidores do Município, pelo período de 60 (sessenta) meses; Concessão real de uso de espaço físico com área total de 15,00 m² para instalação de Posto de Atendimento - PA na sede da Prefeitura, sito a Av. Rio das Antas, 185 Centro, pelo período de 60 (sessenta) meses, houve a participação de apenas uma proponente: BANCO BRADESCO S.A. que pela apresentação regular de todos os documentos exigidos no Edital, restou HABILITADA pela Comissão quando da abertura e julgamento de seu Envelope de Habilitação. Passou-se desta forma, para a fase subsequente do julgamento da PROPOSTA DE PREÇO na mesma data, nos termos do art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo (SC), 08 de outubro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Resultado do Julgamento da Proposta - CC 0006A/2013-PMF Dom

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0006A/2013 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cuja finalidade é a seleção de instituição financeira para: Concessão com exclusividade dos direitos referentes à administração das contas de remuneração dos servidores municipais de Fraiburgo, pelo período de 60 (sessenta) meses; Concessão dos direitos referentes à exploração dos produtos de crédito consignado com desconto em folha de pagamento, para todos os servidores do Município, pelo período de 60 (sessenta) meses; Concessão real de uso de espaço físico com área total de 15,00 m² para instalação de Posto de Atendimento - PA na sede da Prefeitura, sito a Av. Rio das Antas, 185 Centro, pelo período de 60 (sessenta) meses, quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS, após desistência expressa na interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, restou classificada pela Comissão: BANCO BRADESCO S.A que apresentou a OFERTA no valor de R\$ 800.001,00 (oitocentos mil e um real) pelo período total do contrato, ficando o valor acima do mínimo permitido no item 2.1 do Edital para a concessão, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 08 de outubro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº Ct13fms23-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT13FMS23

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADA: CARBONI VEÍCULOS LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO DUCATO MINIBUS, PLACAS MJB-4211, FROTA Nº 261, CONSTANTE DO LOTE 1 DATA: 06.09.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: 0028/2013 - PREGÃO PRESENCIAL 0020A/2013

FRAIBURGO (SC) 07 DE OUTUBRO DE 2013.

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº Ct13fms24-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT13FMS24

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADA: TELEFÔNICA BRASIL S/A
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL - SMP, COM FORNECIMENTO DE 01 (UMA) LINHA DE MODEM 3G COM OS RESPECTIVO APARELHO, EM REGIME DE COMODATO PARA USO DA SECRETARIA DE SAÚDE, SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DATA: 13.09.2013

FRAIBURGO (SC) 07 DE OUTUBRO DE 2013.

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº Ct13fms25-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT13FMS25

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADA: EMERSON L. DALAGNOL & CIA LTDA ME. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, CUJA RELAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E VALORES ENCONTRAM-SE DISCRIMINADOS NA "TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES E PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPM) DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS", DISPONÍVEL ATRAVÉS DO SIGTAP - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPM) DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS; NOS TERMOS DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0001/2013-FMS. DATA: 07.10.2013. VIGÊNCIA: 07.10.2013 A 31.12.2013, podendo ser prorrogado. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0033/2013 - FMS. INEXIGIBILIDADE: Nº 0005/2013.

FRAIBURGO (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2013.

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº Ct13sf15

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT13SF15

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI. CONTRATADA: REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME. OBJETO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO MENSAL DO SITE DA SANEFRAI (WWW.SANEFRAI.SC.GOV.BR). VALOR TOTAL: R\$ 2.050,00 (DOIS MIL E CINQUENTA

REAIS). DATA DO CONTRATO: 11.09.2013. VIGÊNCIA DO CONTRATO: 16.09.2013 A 31.12.2013.

FRAIBURGO (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2013.

ELOI REGALIN

PRESIDENTE DA SANEFRAI

Extrato de Contrato Nº Ct13sf16

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT13SF16

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI. CONTRATADA: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA A REALIZAÇÃO DE SEGURO DE 12 (DOZE) VEÍCULOS, CAMINHÕES E MOTOCICLETAS DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS DA FROTA DA SANEFRAI, DOS QUAIS 01 (UM) COM COBERTURA TOTAL E 11 (ONZE), COM COBERTURA CONTRA TERCEIROS E ASSISTÊNCIA 24 HORAS, COM GUINCHO QUE ATENDA ATÉ 800 (OITOCENTOS) KM, DURANTE O PERÍODO DE 01 DE OUTUBRO DE 2013 ATÉ 30 DE SETEMBRO DE 2014 VALOR TOTAL: R\$ 2.280,00 (DOIS MIL DUZENTOS E OITENTA REAIS). DATA DO CONTRATO: 23.09.2013. VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01.10.2013 A 31.09.2014. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0027/2013 - SF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0023/2013.

FRAIBURGO (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2013.

ELOI REGALIN

Presidente da SANEFRAI

Extrato de Contrato Nº Ct13sf17

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT13SF17

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI. CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S.A. OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA A REALIZAÇÃO DE SEGURO DE UMA CARREGADEIRA E UMA RETROESCAVADEIRA DA FROTA DA SANEFRAI, COM COBERTURA CONTRA TERCEIROS E ASSISTÊNCIA 24 HORAS, COM GUINCHO QUE ATENDA ATÉ 800 (OITOCENTOS) KM, DURANTE O PERÍODO DE 01 DE OUTUBRO DE 2013 ATÉ 30 DE SETEMBRO DE 2014 VALOR TOTAL: R\$ 1800,00 (UM MIL E OITOCENTOS REAIS). DATA DO CONTRATO: 23.09.2013. VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01.10.2013 A 31.09.2014. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0027/2013 - SF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0023/2013.

FRAIBURGO (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2013.

ELOI REGALIN

Presidente da SANEFRAI

Extrato do Aditivo de Contrato Nº Ta13fme03-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA13FME03

TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT13FME04

CONTRATADA: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME. CONTRATANTE: ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A. OBJETO DA ATA: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) NOTEBOOK PARA USO NA SEDE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. OBJETO DO ADITIVO: A PEDIDO DA CONTRATADA E CONFORME TERMO DE ACEITE EXPEDIDO PELO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO, NÃO HAVENDO PREJUÍZO AO INTERESSE PÚBLICO, AJUSTAM A ALTERAÇÃO DO MODELO DO NOTEBOOK PREVISTO NO ITEM 1 DE "ACER ASPIRE E1-471-6867" PARA "ACER ASPIRE E1-571-6680", MANTENDO-SE O MESMO VALOR REGISTRADO. DATA DO ADITIVO: 12.09.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.10.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO

LICITATÓRIO: Nº 06/2013 - FME. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 005/2013.

FRAIBURGO (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2013.
ANTONIO ALMEIDA
SUPERINTENDENTE FME

Extrato do Aditivo de Contrato Nºta.At13sf19-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13SF19
SEGUNDO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13SF09
ÓRGÃO GERENCIADOR: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI. FORNECEDOR: TERRAPLENAGEM E PRESTADORA DE SERVIÇOS EXCEL LTDA OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE HORAS DE RETROESCAVADEIRA TRAÇADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SANEFRAI DURANTE OS MESES DE MAIO A AGOSTO DE 2013. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 20.09.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 13/2013 - SF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 011/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 007/2013.

FRAIBURGO (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2013.
ELOI REGALIN
Presidente da SANEFRAI

Extrato do Aditivo de Contrato Nºta.At13sf20-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13SF20
PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13SF11
ÓRGÃO GERENCIADOR: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI. FORNECEDOR: DELANE COMÉRCIO E IMPORTADORA DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE KITS DE CERDAS PARA VASSOURA E KITS DE CABOS DE AÇO PARA A CAPINADEIRA DO EQUIPAMENTO "BOB CAT". OBJETO DO ADITIVO: RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 20.09.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 17/2013 - SF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 014/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 009/2013.

FRAIBURGO (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2013.
ELOI REGALIN
Presidente da SANEFRAI

Extrato do Aditivo de Contrato Nºta13fms17-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº TA13FMS17
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT13FMS03
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONTRATADA: MG FRANQUIA EMPRESARIAL LTDA. OBJETO DO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E TELEMÁTICOS AO CONTRATANTE CONFORME A SUA NECESSIDADE, OU SEJA, DE ACORDO COM A MOVIMENTAÇÃO DE CARTAS, CORRESPONDÊNCIAS OU QUALQUER OUTRO SERVIÇO DE ACORDO COM O RAMO DE ATIVIDADE DA CONTRATADA. OBJETO DO ADITIVO: AJUSTAM E CONTRATAM A RESCISÃO DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, CONFORME SOLICITAÇÃO E JUSTIFICATIVAS DA CONTRATADA ANEXAS AO PROCESSO. DATA

DO ADITIVO: 13.09.2013 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0001/2013 - FMS. INEXIGIBILIDADE Nº 0001/2013-FMS.

FRAIBURGO (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2013.
NILCE PINZ
Secretária Municipal de Saúde

Extrato do Aditivo de Contrato Nºta13pmf121-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO TA13PMF121
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT10PMF116
ADITIVO ANTERIOR: TA12PMF75
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INDIVIDUAL PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, COMPREENDENDO O LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO ATUAL DE UNIDADES HABITACIONAIS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, DE 100 (CEM) CASAS RESIDENCIAIS EXISTENTES NO BAIRRO SÃO MIGUEL, NA CIDADE DE FRAIBURGO. OBJETO DO ADITIVO: AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA SUA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVOS, A PEDIDO DA CONTRATADA, EM VIRTUDE DAS SOLICITAÇÕES FEITAS PELA FISCALIZAÇÃO DA CAIXA - REDUR, FICANDO VIGENTE ATÉ O DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2013, SEM A INCIDÊNCIA DE QUALQUER PENALIDADE OU SANÇÃO ADMINISTRATIVA. DATA DO ADITIVO: 02.09.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 02.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 130/2010-PMF. TOMADA DE PREÇOS: Nº 0010 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.
IVO BIAZZOLO
PrEFEITO MUNICIPAL

Extrato do Aditivo de Contrato Nºta13pmf122-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO TA13PMF122
VIGÉSIMO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT09PMF97
ADITIVO ANTERIOR: TA12PMF192
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: HBINFORMA PROVIDOR LTDA ME. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA COMPUTACIONAL E DE INTERNET, COM SERVIÇO DE ALTA DISPONIBILIDADE, ENGLOBANDO HARDWARES, SOFTWARES, LINKS DE COMUNICAÇÃO E SUPORTE OPERACIONAL AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. OBJETO DO ADITIVO: CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO, FICANDO VIGENTE ATÉ O DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 03.09.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 03.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 114/2009-PMF. TOMADA DE PREÇOS: Nº 0007 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.
IVO BIAZZOLO
PrEFEITO MUNICIPAL

Extrato do Aditivo de Contrato Nºta13pmf124-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO TA13PMF124
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT13PMF03
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: MG

FRANQUIA EMPRESARIAL LTDA ME. OBJETO DO CONTRATO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E TELEMÁTICOS AO CONTRATANTE CONFORME A SUA NECESSIDADE, OU SEJA, DE ACORDO COM A MOVIMENTAÇÃO DE CARTAS, CORRESPONDÊNCIAS OU QUALQUER OUTRO SERVIÇO DE ACORDO COM O RAMO DE ATIVIDADE DA CONTRATADA. OBJETO DO ADITIVO: AJUSTAM E CONTRATAM A RESCISÃO DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, CONFORME SOLICITAÇÃO E JUSTIFICATIVAS DA CONTRATADA ANEXAS AO PROCESSO. DATA DO ADITIVO: 13.09.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 13.09.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 1/2013-PMF. INEXIGIBILIDADE: Nº 0001 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.
IVO BIAZZOLO
PrEFEITO MUNICIPAL

Extrato do Aditivo de Contrato Nºta13pmf125-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO TA13PMF125
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT13PMF88
ADITIVO ANTERIOR: TA13PMF118
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: COOPERTRINTA- COOP. DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINTA. OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR, CONFORME ARTIGO 18 DA RESOLUÇÃO Nº 38/2009, PODENDO PARTICIPAR DESTE PROCESSO GRUPOS FORMAIS (COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES) DETENTORAS DA DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR/ PRONAF, DAP JURÍDICA, CONSTANTE NO ARTIGO 23, § 4º, DESTA RESOLUÇÃO, PARA UTILIZAÇÃO NA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL. OBJETO DO ADITIVO: AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 02. VALOR DO ADITIVO: R\$ 3211,30 (TRÊS MIL, DUZENTOS E ONZE REAIS E TRINTA CENTAVOS). DATA DO ADITIVO: 16.09.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 30.09.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 90/2013-PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0064 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.
IVO BIAZZOLO
PrEFEITO MUNICIPAL

Extrato do Aditivo de Contrato Nºta13pmf126-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO TA13PMF126
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT13PMF88
ADITIVO ANTERIOR: TA13PMF125
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: COOPERTRINTA-COOP. DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINTA. OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR, CONFORME ARTIGO 18 DA RESOLUÇÃO Nº 38/2009, PODENDO PARTICIPAR DESTE PROCESSO GRUPOS FORMAIS (COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES) DETENTORAS DA DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR/ PRONAF, DAP JURÍDICA, CONSTANTE NO ARTIGO 23, § 4º, DESTA RESOLUÇÃO, PARA UTILIZAÇÃO NA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL. OBJETO DO ADITIVO: AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA CLÁUSULA SÉTIMA DO CONTRATO, FICANDO VIGENTE ATÉ O DIA 11 DE OUTUBRO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 25.09.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 11.10.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 90/2013-PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0064 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.
IVO BIAZZOLO
PrEFEITO MUNICIPAL

Extrato do Aditivo de Contrato Nºta13pmf127-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO TA13PMF127
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT13PMF17
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: ALTINO LUIZ MIGUEL ME. OBJETO DO CONTRATO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM ELETRÔNICA, NA MANUTENÇÃO DE RETRANSMISSORAS DE TELEVISÃO DA "REDE RECORD" E "CANÇÃO NOVA", NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. OBJETO DO ADITIVO: RESOLVEM RESCINDIR AMIGAVELMENTE O CONTRATO EM EPÍGRAFE, FICANDO VIGENTE ATÉ A DATA DE 30/09/2013. DATA DO ADITIVO: 27.09.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 30.09.2013. DISPENSA DE LICITAÇÃO.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.
IVO BIAZZOLO
PrEFEITO MUNICIPAL

Extrato do Aditivo de Contrato Nºta13pmf128-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO TA13PMF128
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12PMF152
ADITIVO ANTERIOR: TA13PMF112
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BAIRRO DAS NAÇÕES, NESTA CIDADE, PROJETO DENOMINADO "CRECHES DE REFERÊNCIA PARA O PROGRAMA PRO INFÂNCIA - PROJETO B", DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. OBJETO DO ADITIVO: AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA SUA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA CONTRATADA E PARECER TÉCNICO FAVORÁVEL DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA, ANEXOS AO PROCESSO, PARA ATÉ A DATA DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013.. DATA DO ADITIVO: 30.09.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 04.11.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 113/2012-PMF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA: Nº 0002 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.
IVO BIAZZOLO
PrEFEITO MUNICIPAL

Extrato do Aditivo de Contrato Nºta13sf08-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº TA13SF08
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT13SF10
CONTRATANTE: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI CONTRATADA: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA OBJETO DO CONTRATO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DE ESTRUTURA PARA DUAS CAIXAS D' ÁGUA EM FIBRA, COM CAPACIDADE TOTAL DE 50.000 (CINQUENTA MIL) LITROS, NA RUA GUILHERME EITZ, ESQUINA COM A VALTER SCHALY, QUADRA 183, LOTE 0002, NO BAIRRO SÃO SEBASTIÃO, NESTA CIDADE, CONFORME MEMORIAIS DESCRITIVOS E QUANTITATIVOS (ANEXOS AO PAL). OBJETO DO ADITIVO: AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA SUA CLÁUSULA TERCEIRA DO REFERIDO CONTRATO PARA ATÉ 06 DE NOVEMBRO DE 2013.

DATA DO ADITIVO: 06.09.2013 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0019/2013 - SF TOMADA DE PREÇOS: Nº 0002.

FRAIBURGO (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2013.
ELOI REGALIN
Presidente da SANEFRAI

Extrato do Aditivo de Contrato Nºta13sf09-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº TA13SF09
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT13SF05
CONTRATANTE: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRÁBURGO - SANEFRAI CONTRATADA: LABORATÓRIO BECKHAUSER E BARROS LTDA OBJETO DO CONTRATO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E ANÁLISE DE AMOSTRAS DE ÁGUA BRUTA E ÁGUA TRATADA, EFLUENTE BRUTO E TRATADO, TIPO FÍSICO-QUÍMICO E BACTERIOLÓGICO, NAS QUANTIDADES E EM LOCAIS DETERMINADOS, INCLUINDO AS DESPESAS DE TRANSPORTE E COLETA DO MATERIAL, A SEREM REALIZADAS DURANTE O PERÍODO DE MARÇO A DEZEMBRO DE 2013. OBJETO DO ADITIVO: AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, DE COMUM ACORDO, POR DETERMINAÇÃO DA FATMA, CONFORME LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO Nº 6113/2013 EM ANEXO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DOS ITENS 8 E 9. DATA DO ADITIVO: 11.09.2013 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0006/2013 - SF TOMADA DE PREÇOS: Nº 0001.

FRAIBURGO (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2013.
ELOI REGALIN
Presidente da SANEFRAI

Extrato do Contrato Nº Ct13pmf162-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT13PMF162
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: DOCA CASA E JARDIM LTDA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA REFORMA DO IMÓVEL LOCALIZADO SOBRE O LOTE Nº 10, QUADRA Nº 254, NA RUA CRUZ E SOUZA, CENTRO, NESTA CIDADE, COM ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE APROXIMADAMENTE 974,21 M² (ANTIGA CRECHE ESTRELINHA), DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO (ANEXOS AO PAL). VALOR TOTAL: R\$ 26.836,50 (VINTE E SEIS MIL, OITOCENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS). DATA: 07.10.2013. VIGÊNCIA: 07.10.2013 A 31.12.2013. EXECUÇÃO: 60 (SESSENTA) DIAS APÓS EMISSÃO E ENTREGA DA ORDEM DE SERVIÇO. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0174/2013 - PMF. TOMADA DE PREÇOS: Nº 0009/2013. RECURSOS: 1.323 (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO).

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.
IVO BIAZZOLO
PrEFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nºct13pmf151-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT13PMF151
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: POVOCOM INFORMÁTICA LTDA ME. OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) MICROCOMPUTADORES, 01 (UM) MONITOR LED, PARA USO NO QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR DE FRAIBURGO. VALOR TOTAL: R\$ 7.199,00 (SETE MIL, CENTO E NOVENTA E NOVE REAIS) DATA: 02.09.2013. VIGÊNCIA: 02.09.2013 A 29.11.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 160/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0111/2013.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.
IVO BIAZZOLO
PrEFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nºct13pmf152-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT13PMF152
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: IMPRECOMP MAN.COM.MAQ.EQPTOS. P/ ESCRITÓRIO LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL, PARA USO NO QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR DE FRAIBURGO. VALOR TOTAL: R\$ 929 (NOVECIENTOS E VINTE E NOVE REAIS) DATA: 02.09.2013. VIGÊNCIA: 02.09.2013 A 29.11.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 160/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0111/2013.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.
IVO BIAZZOLO
PrEFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nºct13pmf153-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT13PMF153
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: AMBIENTAL CASA VERDE LTDA - ME. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA REFERENTE A PLANO DE CORTE (DESBASTE) - PINHEIRO ARAUCÁRIA ANGUSTIFÓLIA NO BAIRRO SÃO MIGUEL, COM ÁREA APROXIMADA DE 17 (DEZESSETE) HECTARES. VALOR TOTAL: R\$ 12300 (DOZE MIL E TREZENTOS REAIS) DATA: 02.09.2013. VIGÊNCIA: 02.09.2013 A 31.12.2013.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.
IVO BIAZZOLO
PrEFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nºct13pmf154-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT13PMF154
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: LILIANE TERESINHA CARATTI - ME. OBJETO: CREDENCIAMENTO DA EMPRESA LILIANE TERESINHA CARATTI ME PARA VEICULAÇÃO NA FORMA IMPRESSA DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, DE UTILIDADE PÚBLICA, CAMPANHAS EDUCATIVAS E OUTRAS, NOS TERMOS DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 0001/2013 - PMF. DATA: 02.09.2013. VIGÊNCIA: 02.09.2013 A 31.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 179/2013 - PMF. INEXIGIBILIDADE: Nº 0027/2013.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.
IVO BIAZZOLO
PrEFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nºct13pmf155-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT13PMF155
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: LUCIANA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO NO DESFILE CÍVICO DO DIA 7 DE SETEMBRO DATA: 04.09.2013. VIGÊNCIA: 04.09.2013 A 17.09.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 172/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0121/2013.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.
IVO BIAZZOLO
PrEFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nºct13pmf156-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT13PMF156

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: ZABEN MADEIRAS LTDA EPP. OBJETO: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO GRATUITO DE TERRENO URBANO DE PROPRIEDADE DO CONCEDENTE COM ÁREA APROXIMADA DE 9.612,84 M² (NOVE MIL, SEISCENTOS E DOZE METROS E OITENTA E QUATRO DECÍMETROS QUADRADOS), CONFORME MATRÍCULA Nº 3181, DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS - CRI DE FRAIBURGO-SC, CONSTANTE DOS LOTES Nº 03 E 04, QUADRA Nº 320, LOCALIZADO NO DISTRITO INDUSTRIAL LIBERATA, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO-SC DATA: 11.09.2013. VIGÊNCIA: 11.09.2013 A 11.09.2016.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.

IVO BIAZZOLO

PrEFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nºct13pmf157-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT13PMF157

COMODATÁRIO: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. COMODANTES: VILMAR JOSÉ FIOREZE. OBJETO: OS COMODANTES SÃO SENHORES E LEGÍTIMOS POSSUIDORES DE UMA CONSTRUÇÃO EM ALVENARIA DE 84,00 M² (OITENTA E QUATRO METROS QUADRADOS) EDIFICADO SOBRE O TERRENO RURAL COM ÁREA TOTAL DE 72.600,00 M² (SETENTA E DOIS MIL E SEISCENTOS METROS QUADRADOS) LOCALIZADO EM DEZ DE NOVEMBRO, ATRAVÉS DO PRESENTE INSTRUMENTO, O COMODATÁRIO RECEBERÁ O REFERIDO IMÓVEL NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA PARA FINS DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DO "GRUPO DE CONVIVÊNCIA" DO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL). DATA: 12.09.2013. VIGÊNCIA: 12.09.2013 A 30.12.2016.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.

IVO BIAZZOLO

PrEFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nºct13pmf158-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT13PMF158

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: TÁRSIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO SOB MEDIDA PARA O ABRIGO "CASA LAR CÉLIO THIBES DOS SANTOS". DATA: 17.09.2013. VIGÊNCIA: 17.09.2013 A 31.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 178/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0124/2013.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.

IVO BIAZZOLO

PrEFEITO MUNICIPAL

Termo de Convocação - Laureane de Souza Granemann

TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 001/2010)

Senhor(a): LAUREANE DE SOUZA GRANEMANN
RUA DEODORO DA FONSECA, SANTO ANTONIO
89580-000 - FRAIBURGO - SC

CARGO: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Classificação: 33º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2010,

destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 306/2010, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- c) Cópia do CPF;
- d) Cópia da Carteira de Identidade;
- e) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- f) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- g) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- h) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- i) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- j) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- k) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- l) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido).
- m) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação - CNH (quando exigida);
- n) Carteira de Saúde (quando cargo exigir). Para demais casos, Carteira de Vacina;
- o) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO - Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- p) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- q) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- r) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- s) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- t) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
 - I - acuidade visual;
 - II - audiométrico;
 - III - hemograma;
 - IV - lipidograma;
 - V - glicemia;
 - VI - RX Tórax PA e Perfil;
 - VII - fator RH;
 - VIII - sorologia para Lues;
 - IX - parcial de urina;
 - X - uréia;
 - XI - ECG de repouso, para candidatos com idade igual ou superior a 35(trinta e cinco) anos;
- t.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;
- u) Atestado de Anamnese Clínica e Social - Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Avaliação Sociofuncional através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo

(agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "t");

v) Atestado de Saúde Ocupacional - Exame Admissional - Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "u");

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens "a" a "t" supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC., 24/09/2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: _____ de _____ de _____.

LAUREANE DE SOUZA GRANEMANN

Termo de Convocação - Vanessa Surdi

TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 002/2011)

Senhor(a): VANESSA SURDI

RUA PEDRO ANTONIO GIANELO SN, SAO MIGUEL

89580000 - FRAIBURGO - SC

CARGO: Professor - Matemática

Classificação: 9º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 002/2011, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 279/2011, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- c) Cópia do CPF;
- d) Cópia da Carteira de Identidade;
- e) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- f) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- g) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- h) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- i) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- j) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- k) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- l) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido).
- m) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação - CNH (quando exigida);

n) Carteira de Saúde (quando cargo exigir). Para demais casos, Carteira de Vacina;

o) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO - Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;

p) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);

q) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);

r) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);

s) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);

t) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:

I - acuidade visual;

II - audiométrico;

III - hemograma;

IV - lipidograma;

V - glicemia;

VI - RX Tórax PA e Perfil;

VII - fator RH;

VIII - sorologia para Lues;

IX - parcial de urina;

X - uréia;

XI - ECG de repouso, para candidatos com idade igual ou superior a 35(trinta e cinco) anos;

t.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

u) Atestado de Anamnese Clínica e Social - Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Avaliação Sociofuncional através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "t");

v) Atestado de Saúde Ocupacional - Exame Admissional - Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "u");

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens "a" a "t" supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC., 01 de outubro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: _____ de _____ de _____.

VANESSA SURDI

Extrato de Atas de Registro Nºat13fms16-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13FMS16 ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO. FORNECEDOR: PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA OBJETO: AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO NO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS DO PRONTO ATENDIMENTO, PREVISTOS NOS LOTES 2, 4, 6, 7 E 8. ITENS REGISTRADOS:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO
1	500	IMPRESSÃO BOLETIM DIÁRIO DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO, tamanho 21 x 30 cm, 1 x 0 cor, papel sulfite 75 gr.
2	2.000	IMPRESSÃO FICHA ODONTOGRAMA: tamanho 21x30 cm, 1x1 cor em papel sulfite 75 gr.
3	5.000	IMPRESSÃO EVOLUÇÃO DE PACIENTE, tamanho 21 x 30 cm, 1 x 1 cor em papel sulfite 75 gr.
4	500	IMPRESSÃO DE RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL, tamanho 16,0 X 22,0 cm, 1 X 0 cor, blocos 50 X 2 auto copiativo.
5	50	IMPRESSÃO DE RECEITUÁRIO INTERNO DE CONTROLE ESPECIAL, tamanho 10 X 20 cm, 1 X 0 cor, blocos 50 X 2 auto copiativo.
6	50	LAUDO MÉDICO PARA SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PROCESSADOS ATRAVES DO BPA-L, Bloco com 50 folhas com 2 vias carbonadas - 1x0 cor, tamanho 22x30cm.
7	10.000	IMPRESSÃO FICHA A, tamanho 21 x 30 cm, 1 x 1 cor, papel sulfite 75 gr.
8	2.000	IMPRESSÃO FICHA D, tamanho 21 x 30 cm, 1 x 1 cor, papel sulfite 75 gr.
9	500	IMPRESSÃO FICHA B-GES, Tamanho 21x30cm, 1x1 cor, papel sulfite 75 gr.
10	500	IMPRESSÃO FICHA B-DIA, Tamanho 21x30cm, 1x1 cor, papel sulfite 75 gr.
11	1.000	IMPRESSÃO FICHA B-HÁ, Tamanho 21x30cm, 1x1 cor, papel sulfite 75 gr.
12	250	IMPRESSÃO FICHA B-TB, Tamanho 21x30cm, 1x1 cor, papel sulfite 75 gr.
13	250	IMPRESSÃO FICHA B-HAN, Tamanho 21x30cm, 1x1 cor, papel sulfite 75 gr.
14	500	IMPRESSÃO FICHA RELATÓRIO SSA2, Tamanho 21x30 cm, 1x1 cor, papel 75 gr.
15	250	IMPRESSÃO FICHA D Complementar, tamanho 21 x 30 cm, 1 x 1 cor, papel sulfite 75 gr.
16	250	IMPRESSÃO FICHA PMA2 - C Complementar, tamanho 21 x 30 cm, 1 x 1 cor, papel sulfite 75 gr.
17	5.000	CONSOLIDADO DE VISITAS DOMICILIARES-ACS 30x21 cm, 1x0cor - Sulfite 75gr
18	10	IMPRESSÃO FICHA DE ATENDIMENTO ENFERMAGEM (SAMU): Tamanho 21x30 cm, 3x0 cor, 50x2 vias carbonada. (com símbolo SAMU colorido).
19	500	IMPRESSÃO FICHA AVERIGUAÇÃO DIÁRIA DAS VIATURAS (SAMU): Tamanho 21x30 cm, 1x0 cor, papel sulfite 75 gr.
20	50	IMPRESSÃO COMPROVANTE DE IMUNIZAÇÃO – papel sulfite 56 gr, tamanho 16 x 11,5 cm , 1 x 0 cor – bloco 50 x 1 via.
21	100	IMPRESSÃO CONTROLE DE ENTREGA DE MEDICAMENTOS: tamanho 11x15cm, 1x0 cor, papel sulfite 56gr, bloco 50x2 vias.
22	2.500	IMPRESSÃO REQUISICÃO DE EXAME CITOPATOLÓGICO, tamanho 22 x 30 cm, 1 x 1 cor em papel sulfite 75 gr.
23	1.000	IMPRESSÃO REQUISICÃO DE MAMOGRAFIA, Tamanho 21 x 30 cm, 1 x 1 cor, papel sulfite 90 gr.
24	800	IMPRESSÃO RECEITUÁRIO, tamanho 15 x 21 cm, 1 x 0 cor, papel sulfite 56 gr, blocos 50 x 1 via.
25	20	IMPRESSÃO DE ATESTADO MÉDICO PEDIATRA, tamanho 15 x 21 cm, 1 x 0 cor, papel sulfite 56 gr, bloco 50 x 1 via.
26	500	IMPRESSÃO DE REQUISICÃO DE EXAMES, blocos 50 x 1 via, tamanho 21 x 15,5 cm 1 x 0 cor, papel sulfite 56 gr.
27	1.000	IMPRESSÃO DE CARTÃO DE FISIOTERAPIA; tamanho 21 x 14,5 cm, com vinco, 1 x 1 cor, papel sulfite 180 gr.
28	150	IMPRESSÃO RECEITUÁRIO AZUL, tamanho 30 x 9,5 cm, 1 x 0 cor, papel super bond azul, 75 gr, com numeração seqüencial a ser fornecida pela vigilância sanitária. Bloco 50 x 1 via com picote e grampo.
29	2.000	CARTEIRA DIABÉTICOS/HIPERTENSO/CARDÍACOS, Tamanho aberto 24x16,5 cm, 1x1 cor, papel sulfite 180 gr, contendo 4 páginas com 2 grampos a cavalo.
30	450	BOLETIM DE ATENDIMENTO - blocos c/ 50 folhas 1x1cor, sulfite 75g - tamanho 22x30 cm.
31	4.500	ENVELOPE OFÍCIO - com janela/ logo Prefeitura Municipal de Fraiburgo, papel ofício 75 gr, 4x0 cor.
32	300	GRÁFICO PESO-IDADE (MENINO), tamanho 32,05x23,6 cm, 4x4 cores, papel sulfite 180gr
33	300	GRÁFICO PESO-IDADE (MENINA), tamanho 32,05x23,6 cm, 4x4 cores, papel sulfite 180 gr
34	500	FICHA – REGISTRO DIÁRIO DO SERVIÇO ANTIVETORIAL, tamanho 21 x 30 cm, 1 x 1 cor, papel sulfite 75 gr.
35	500	IMPRESSÃO FICHA RESUMO SEMANAL DO SERVIÇO ANTIVETORIAL, tamanho 21 x 31 cm, 1 x 0 cor, papel sulfite 75 gr.
36	500	CARTÃO FICHA DE VISITA: Tamanho 15,5x10,5 cm, 1x0 cor, papel sulfite 120 gr.
37	50	AUTORIZAÇÃO DE ATENDIMENTO: Bloco 50x2 vias carbonadas, tamanho 21,5x14,5cm, 1x0 cor.
38	400	COMPROVANTE DE COMPARECIMENTO - Bloco 50x1 via, papel sulfite 56gr, 1x0 cor, tamanho 10x9cm
39	5.000	CARTAO REUNIÃO DE HIPERTENSOS E DIABÉTICOS - PACS: Sulfite 180gr, 1x0 cor, tamanho 5x9cm.
40	5.000	CARTÃO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - Tamanho 5x9cm, 1x0 cor, sulfite 180gr.
41	1.000	CARTÃO SAÚDE DA MULHER - Tamanho 22x16,5, com vinco, 1x1 cor, papel sulfite 120gr, na cor rosa.
42	1.000	PASTA COM ORELHA: Brásão e Identificação do Município, 1x0cor,com vinco - papel sulfite 240gr, tamanho 45,5x32cm
43	500	PAPEL OFÍCIO (TIMBRADO)- 4x0 cor, em papel sulfite 90 gr, - tamanho A4
44	14.000	CARTEIRINHA PSF/PACS – em papel sulfite 180gr, tamanho 15,5 x 11 cm, com vinco, 1 x 1 cor (papel branco com escritas nas cores,:2.000 azul médio, 2.000 verde médio, 2.000 vermelho e 2.000 rosa, 2.000 azul turquesa e 2.000 laranja, 2000 verde limão).
45	50	IMPRESSÃO DE LAUDO MÉDICO PARA EMISSÃO DE TFD dentro do Estado, blocos c/ 50 folhas carbonadas tamanho 22X30cm 1X0 cor.
46	100	BLOCOS CONTROLE DE TRANSFERÊNCIA DE PACIENTES: 50x2 vias carbonadas, com numeração seqüencial a ser fornecida pela Secretaria Municipal de Saúde, no tamanho 20x24cm.

47	200	PASTA GESTANTE: Pasta aberta tamanho 50x44cm, papel triplex 450gr, 4x0 cor, com 1 vinco, Faca de corte especial 01 (tamanho 50x44), 2 bolsas internas tipo Canguru (4x0 cores, uma para cada lado do vinco), Acabamento Laminação Fosca e Arte final
48	200	CADERNETA PRÉ NATAL: Capa aberta 25,5x20cm, fechada 14,25x20cm, de tamanho, papel couchê 250gr, 4x4 cor acabamento plastificação brilho; miolo: folhas abertas 25,5x20cm, folhas fechadas 14,25x20cm, 1x1 cor, papel sulfite 75gr, com arte final, contendo 68 páginas (16 folhas), 2 folhas de tamanho diferenciados; aberta 42x20 cm, 1 dobrada, cada página 14,25, contendo 12 páginas 3x1 cor, papel sulfite 75gr, com arte final. (folha aberta: 6 páginas).
49	5.000	FOLDERS: com arte, em papel couchê 150gr, Tamanho A4 com 2 vincos e dobras, 4x4 cores, (3 campanhas) com arte, em papel couchê 150gr, Tamanho A4 com 2 vincos e dobras, 4x4 cores, (3 campanhas)

DATA: 26.09.2013. VIGÊNCIA: 26.09.2013 a 31.01.2014. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0030/2013 – FMS. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0021/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0010/2013.

FRAIBURGO (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2013.

NILCE PINZ

SECRETÁRIA DA SAÚDE

Extrato de Atas de Registro Nºat13pmf101-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF101 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. FORNECEDOR: CONFEITARIA MOREIRA LTDA. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONSUMO DOS IDOSOS DURANTE AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PARA O GRUPO NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA MELHOR IDADE "FLOR DE MAÇÃ", DURANTE OS MESES DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2013. ITENS REGISTRADOS:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR - R\$
6	1050	BANANINHA FRITA 100GR	1,30
11	800	BOLINHO DE CARNE 150GR	2,59
12	180	BOLO DE CHOCOLATE S/ RECHEIO C/ COBERTURA CHOCOLATE	11,24
13	100	BOLO CONFEITADO COM 2 RECHEIOS	14,66
14	40	BOLO DE CENOURA	11,24
15	40	BOLO FORMIGUEIRO	11,24
25	80	CUCA DE BANANA CARAMELADA	11,24
26	30	CUCA DE FUBÁ	11,24
27	40	CUCA DE ROYAL	11,24
28	1050	DOCINHO (BRIGADEIRO E BEIJINHO)	0,33
29	800	EMPADA DE FRANGO 120GR	1,30
33	120	GROSTOLI DOCE 60GR	11,24
45	1600	MINI SANDUÍCHE (PÃO DE FORMA, FRANGO, VERDURAS) 0,50GR	0,86
48	80	PÃO DE QUEIJO 50GR	13,82
49	55	PÃO FRANCÊS 50GR	6,91
50	50	PÃO PARA CACHORRO QUENTE 50GR	6,91
51	800	PASTEL ASSADO (QUEIJO E PRESUNTO) 120GR	2,59
52	800	PASTEL FOLHADO (MAÇÃ/BANANA/CANELA) 120GR	2,59
57	40	RISOLIS 100 GR	2,34
59	2000	SALGADINHOS FRITOS (PASTELZINHO-RISOLIS-CROQUETE) 30GR	0,33
61	800	SANDUÍCHE NATURAL PÃO DE FORMA, FRANGO, VERDURAS 100GR	1,73
62	800	SONHO RECHEADO 150GR	1,30
65	180	TORTA SALGADA COM CARNE E VERDURAS	14,69
66	1600	TORTINHA (MASSA PODRE, CREME, FRUTAS) 100GR	1,30

DATA: 03.09.2013. VIGÊNCIA: 03.09.2013 A 31.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 168/2013 – PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0117/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0065/2013.

FRAIBURGO (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Atas de Registro Nºat13pmf102-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF102 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. FORNECEDOR: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPP. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONSUMO DOS IDOSOS DURANTE AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PARA O GRUPO NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA MELHOR IDADE "FLOR DE MAÇÃ", DURANTE OS MESES DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2013. ITENS REGISTRADOS:



ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR - R\$
3	25	AFIAMBRAO	13,41
17	70	CARNE DE GADO SEM OSSO DE 1ª PARA XIXO	11,61
18	20	CARNE MOÍDA BOVINA DE 2ª RESFRIADA	10,71
19	50	CARNE SUINA SEM OSSO PARA XIXO	10,72
24	50	CARNE DE FRANGO (COXA E SOBRECOXA)	4,94
37	70	LINGUICINHA SUINA DE PERNIL	11,61
53	15	PEITO DE FRANGO COM OSSO	7,99
54	45	QUEIJO PRATO	20,59
60	50	SALSICHA SUINA AGRANEL	8,01
4	50	ALFACE CRESPA	1,14
5	104	BANANA CATURA	1,59
7	50	BATATA INGLESA MONALISA	3,47
21	20	CEBOLA	2,71
34	50	LARANJA PERA	1,59
38	50	MAÇÃ GALA CAT 90	4,58
40	40	MAMÃO FORMOSA	3,27
42	130	MELANCIA	2,05
43	60	MELÃO MELÍCIA	5,53
56	10	REPOLHO MÉDIO	1,88
64	50	TOMATE	3,08
1	15	ACHOCOLATADO 800 GR	8,99
2	15	AÇÚCAR REFINADO 5 KG	11,50
8	20	BISCOITO DE MAIZENA 800 GR	6,98
9	100	BISCOITO RECHEADO 300 GR	3,99
10	20	BISCOITO SALGADO 800 GR	6,98
16	50	CAFÉ TORRADO E MOIDO 500GR	10,90
20	10	CARVÃO PARA CHURRASCO 4 KG	7,90
22	50	CHÁ SABORES DIVERSOS 25 SAQUINHOS	3,29
23	6	COLORÍFICO 500GR	4,20
30	20	ERVILHA 200GR	1,70
31	50	EXTRATO DE TOMATE 500GR	3,29
32	5	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO 250GR	4,99
35	30	LEITE CONDENSADO 395GR	3,40
36	192	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL	2,99
39	30	MAIONESE 500GR	3,00
41	30	MARGARINA COM SAL 500GR	1,90
44	20	MILHO VERDE 200GR	1,80
46	50	ÓLEO DE SOJA 900ML	3,20
47	30	OVOS DE GALINHA	4,50
55	100	REFRIGERANTE 2,5L DIVERSOS SABORES	4,99
58	20	SAL IODADO REFINADO 1 KG	1,50
63	10	SUCO CONCENTRADO SABOR UVA 5 LITROS	120,00
67	10	VINAGRE BRANCO 900 ML	1,10
68	10	VINAGRE TINTO 900 ML	2,50

DATA:03.09.2013. VIGÊNCIA: 03.09.2013 A 31.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 168/2013 – PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 1172013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0065/2013.

FRAIBURGO (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Atas de Registro Nºat13pmf103-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF103 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SF E FMS. FORNECEDOR: FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO PARA REALIZAÇÃO DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI e FMS), DE ACORDO COM A PORTARIA 3.523 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, DURANTE OS MESES DE SETEMBRO DE 2013 A AGOSTO DE 2014. ITENS REGISTRADOS:



ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR - R\$
1	65	LIMPEZA DE CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT, INCLUINDO A RETIRADA DO APARELHO, TESTE DE FUNCIONAMENTO TESTE DOS COMPONENTES ELETRÔNICOS, DESMONTAGEM E LIMPEZA GERAL, HIGIENIZAÇÃO DAS PEÇAS, MONTAGEM E REINSTALAÇÃO. CONFORME PORTARIA 3.523 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	380,00
2	8	LIMPEZA DE CONDICIONADOR DE AR TIPO JANELA, INCLUINDO A RETIRADA DO APARELHO, TESTE DE FUNCIONAMENTO TESTE DOS COMPONENTES ELETRÔNICOS, DESMONTAGEM E LIMPEZA GERAL, HIGIENIZAÇÃO DAS PEÇAS, MONTAGEM E REINSTALAÇÃO. CONFORME PORTARIA 3.523 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	380,00

DATA:04.09.2013. VIGÊNCIA: 04.09.2013 A 31.08.2014. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 163/2013 – PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0112/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0062/2013.

FRAIBURGO (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Atas de Registro Nºat13pmf104-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF104 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. FORNECEDOR: FARMÁCIA RENOVAR LTDA ME. OBJETO: AQUISIÇÕES DE FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS PARA DOAÇÃO A FAMÍLIAS CARENTES E FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS PARA USO DE CRIANÇAS ABRIGADAS NAS CASAS LARES. ITENS REGISTRADOS:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR - R\$
1	150	Fralda descartável geriátrica tamanho P – embalagem com quantidade mínima 10 unidades	10,95
2	720	Fralda descartável geriátrica tamanho M – embalagem com quantidade mínima 09 unidades	10,95
3	1.300	Fralda descartável geriátrica tamanho EG – embalagem com quantidade mínima 7 unidades	10,95
4	60	Fralda descartável infantil pacote econômico tamanho P – 28 unidades	10,95
5	60	Fralda descartável infantil pacote econômico tamanho M – 26 unidades	10,95
6	120	Fralda descartável infantil pacote econômico tamanho EG – 20 unidades	10,95

DATA:04.09.2013. VIGÊNCIA: 04.09.2013 A 31.01.2014. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 166/2013 – PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0115A/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0063/2013.

FRAIBURGO (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Atas de Registro Nºat13pmf105-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF105 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SF, FMS E FME. FORNECEDOR: COMPANHIA ULTRAGÁZ S.A. OBJETO: AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO EM CARGA DE 13KG, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME). ITENS REGISTRADOS:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR - R\$
1	600	Gás liquefeito de petróleo (GLP) em carga de 13 kg	38,50

DATA:04.09.2013. VIGÊNCIA: 04.09.2013 A 31.01.2014. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 167/2013 – PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0116/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0064/2013.

FRAIBURGO (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Atas de Registro Nºat13pmf106-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF106 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SF, FMS E FME. FORNECEDOR: ATERPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: AQUISIÇÕES FUTURAS DE AREIA MÉDIA PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMS, SANEFRAI E FME) DURANTE O PERÍODO DE SETEMBRO DE 2013 A JANEIRO DE 2014. ITENS REGISTRADOS:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR - R\$
01	Ton.	Areia média	54,00

DATA:05.09.2013. VIGÊNCIA: 05.09.2013 A 31.01.2014. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 170/2013 – PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0119/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0067/2013.

FRAIBURGO (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Atas de Registro Nºat13pmf107-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF107 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: FMS E FME. FORNECEDOR: FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERTOS DE REDES DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS AFINS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME E FMS), DURANTE OS MESES DE SETEMBRO DE 2013 A JANEIRO DE 2014.

ITENS REGISTRADOS:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR - R\$
1	800	Serviço de eletricista – pessoa jurídica	33,00
2	400	Serviço de ajudante de eletricista – pessoa jurídica	22,00

DATA:05.09.2013. VIGÊNCIA: 05.09.2013 A 31.01.2014. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 169/2013 – PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0118/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0066/2013.

FRAIBURGO (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Atas de Registro Nºat13pmf108-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF108 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI FORNECEDOR: ARCO ÍRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO: AQUISIÇÕES FUTURAS DE FERROS, ELETRODOS, DISCOS DE CORTE E DE DESBASTE, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DO ÓRGÃO PARTICIPANTE (SANEFRAI), DURANTE OS MESES DE SETEMBRO DE 2013 À JANEIRO DE 2014. ITENS REGISTRADOS:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR - R\$
1	100	FERRO CA-60 4,2 MM - BARRA 12 METROS	5,95
2	100	FERRO CA 50 1/4 - BARRA COM 12 METROS	13,78
3	100	FERRO CA-50 5/16 - BARRA COM 12 METROS	23,41
4	100	FERRO CA-50 3/8 - BARRA COM 12 METROS	34,34
5	50	FERRO CA-50 ½ - BARRA COM 12 METROS	49,97
6	20	FERRO CA-50 5/8 - BARRA COM 12 METROS	82,67
7	100	FERRO CANTONEIRA AÇO CARBONO 1010/1020 - MED. 1.1/4 X 1/4	69,00
8	1.800	FERRO CA-25 7/8 - BARRA COM 6 METROS	12,70
9	45	ELETRODO 46 X 2,5 MM	17,92
10	75	ELETRODO 46 X 3,25 MM	16,59
11	40	ELETRODO 48 X 2,5 MM	18,69
12	100	ELETRODO 48 X 3.25 MM	17,57
13	100	DISCO DE CORTE 7"	6,16
14	60	DISCO DE CORTE 4.1/2"	3,22
15	100	DISCO DE DESBASTE 7"	8,68
16	20	DISCO DE DESBASTE 4.1/2"	5,25
17	40	DISCO DE CORTE 12"	15,19
18	80	DISCO DE CORTE INOX 7" 1.6	10,64

DATA:09.09.2013. VIGÊNCIA: 09.09.2013 A 31.01.2014. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 171/2013 – PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0120/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0068/2013.

FRAIBURGO (SC), 07 DE OUTUBRO 2013.
IVO BIAZZOLO
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Atas de Registro Nºat13pmf109-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF109 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO FORNECEDOR: NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA. OBJETO: AQUISIÇÕES FUTURAS DE SÊMENS BOVINOS E MATERIAIS DIVERSOS DE USO VETERINÁRIO, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL (PISA).

ITENS REGISTRADOS:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR - R\$
2	2	Régua para Nitrogênio - 65 cm	6,80
3	20	Aplicador Universal	53,57
4	20	Pinça Metálica para Sêmen - 15 cm	20,10
5	20	Termômetro Digital a Cartão (Máximo e Mínimo)	26,79
6	20	Estojo para Inseminador Plástico 17"	33,49
7	2	Botijão para Sêmen com capacidade para 20 litros (Garantia mínima de 5 anos)	1.205,03
8	910	Bainha para inseminação artificial - com 50 unidades	13,39
9	12	Luva especial 5 dedos 80 cm - com 100 unidades	46,87

DATA:13.09.2013. VIGÊNCIA: 13.09.2013 A 31.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 159/2013 – PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0110B/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0061/2013.

FRAIBURGO (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Atas de Registro Nºat13pmf110-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF110 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. FORNECEDOR: EMBRIOSEMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE SÊMENS BOVINOS E MATERIAIS DIVERSOS DE USO VETERINÁRIO, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL (PISA).

ITENS REGISTRADOS:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR - R\$
1	720	Nitrogênio Líquido	4,86

DATA:13.09.2013. VIGÊNCIA: 13.09.2013 A 31.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 159/2013 – PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0110B/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0061/2013.

FRAIBURGO (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Atas de Registro Nºat13pmf111-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF111 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. FORNECEDOR: AGROPECUÁRIA AMR EIRELI - ME. OBJETO: AQUISIÇÕES FUTURAS DE SÊMENS BOVINOS, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL (PISA).

ITENS REGISTRADOS:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR - R\$
10	186	Sêmen de touro provado convencional da raça Holandês, com as seguintes características mínimas: PTA Leite maior que 900 Libras, PTA Proteína Total maior que 20 libras, PTA Gordura Total maior que 10 libras, Confiabilidade dos dados de Produção e Tipo maior que 90%, Composto de Úbere maior que 1.70, Composto de Pernas e Patas maior que 1.80, Dificuldade de Parto menor que 8%, PTA Tipo maior que 1.30, Vida Produtiva maior que +1.00, Índice Prenhes das Filhas igual ou maior que 1.50. Provas a partir de abril de 2013, na base Americana pelo USDA ou equivalente.	16,27
11	186	Sêmen de touro provado convencional da raça Holandês, com as seguintes características mínimas: PTA Leite maior que 1.600 Libras, PTA Proteína Total maior que 30 libras, PTA Gordura Total maior que 50 libras, Confiabilidade dos dados de Produção e Tipo 90% ou maior, Composto de Úbere maior que 0.80, Composto de Pernas e Patas maior que 1.60, Vida Produtiva maior que 0.00, Dificuldade de Parto 9% ou menor, PTA Tipo maior que 1.00 e Profundidade de Úbere maior que 0.40. Provas a partir de abril de 2013, na base Americana pelo USDA ou equivalente.	15,35
12	188	Sêmen de touro provado convencional da raça Holandês, com as seguintes características mínimas: PTA Leite maior que 1.400 Libras, PTA Proteína Total igual ou maior que 30 Libras, PTA Gordura Total igual ou maior que 70 Libras, Confiabilidade dos dados de Produção e Tipo 90% ou maior, Composto de Úbere maior que 1.40, Composto de Pernas e Patas maior que 0.00, Dificuldade de Parto 7% ou menor, PTA Tipo maior que 1.5 e Altura do Úbere Posterior 3.00 ou maior. Provas a partir de abril de 2013, na base Americana pelo USDA ou equivalente.	15,81

13	175	Sêmen de touro provado convencional da raça Jersey, com as seguintes características mínimas: PTA Leite maior que 400 Libras, PTA Proteína Total maior que 30 libras, PTA Porcentagem de Proteína 0.05% ou maior, PTA Gordura maior que 50 libras, PTA Porcentagem de Gordura 0.20% ou maior, Confiabilidade dos dados de Produção e Tipo maior que 80%, PTA Tipo maior que 0.50, Vida Produtiva maior que 0.00 e Índice de Úbere +2.40 ou maior. Provas a partir de abril de 2013, na base Americana pelo USDA ou equivalente.	18,13
14	175	Sêmen de touro provado convencional da raça Jersey, com as seguintes características mínimas: PTA Leite maior que 700 Libras, PTA Proteína Total maior que 15 libras, PTA Gordura Total maior que 30 libras, Confiabilidade dos dados de Produção e Tipo 85% ou maior, PTA Tipo +1.80 ou maior, Índice de Úbere maior que 2.40 e Colocação de Tetos Anteriores 1.50 ou maior. Provas a partir de abril de 2013, na base Americana pelo USDA ou equivalente.	18,13
7	2	Botijão para Sêmen com capacidade para 20 litros (Garantia mínima de 5 anos)	1.205,03
8	910	Bainha para inseminação artificial - com 50 unidades	13,39
9	12	Luva especial 5 dedos 80 cm - com 100 unidades	46,87

DATA:13.09.2013. VIGÊNCIA: 13.09.2013 A 31.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 159/2013 – PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0110B/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0061/2013.

FRAIBURGO (SC), 07 outubro 2013.

IVO BIAZZOLO
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Atas de Registro Nºat13pmf112-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF112 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SF, FMS E FME. FORNECEDOR: ARCO ÍRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO: AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMS, SANE-FRAI E FME) DURANTE O PERÍODO DE SETEMBRO DE 2013 A JANEIRO DE 2014.

ITENS REGISTRADOS:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR - R\$
1	1000	ABRAÇADEIRA NYLON 15 CM	0,05
2	700	ABRAÇADEIRA NYLON 20 CM	0,09
3	180	ADAPTADOR PARA TOMADA - NOVO PADRÃO	2,74
4	20	BARRA ROSCADA ½" – 1 METRO	7,10
5	80	BASE PARA RELE FOTO CÉLULA 220W	5,03
6	100	BOCAL DE PORCELANA E-27	1,83
7	80	BOCAL DE PORCELANA E-40	3,96
8	80	BOCAL PLÁSTICO C/ TAMP. PROTETORA ROSQUEADA PLAFON DE PVC E-27	2,66
9	400	BUCHA DE NYLON 6MM COM PARAFUSO	0,15
10	100	BUCHA FIXA FIO 6 MM	0,08
11	80	CALHA PARA LÂMPADA 2 X 20 COMERCIAL	6,21
12	80	CALHA PARA LÂMPADA 2 X 40 COMERCIAL	10,65
13	120	CANAleta PVC FINA 20 X 10 X 2000 MM ANEXO DUPLA FACE	4,87
14	60	CANAleta PVC LARGA 40X16X2000 MM	8,58
15	60	CONECTOR DE TELEFONE RJ 11	0,26
16	200	CONECTOR DE REDE RJ 45	0,31
17	20	DISJUNTOR MONOFÁSICO 15 A (NEMA)	8,85
18	20	DISJUNTOR MONOFÁSICO 20 A (NEMA)	8,85
19	30	DISJUNTOR MONOFÁSICO 25 A (NEMA)	8,85
20	30	DISJUNTOR MONOFÁSICO 30 A (NEMA)	8,85
21	10	DISJUNTOR MONOFÁSICO 35 A (NEMA)	15,02
22	10	DISJUNTOR MONOFÁSICO 40 A (NEMA)	15,03
23	20	EXTENSÃO DE 20M 10 AMPERES C/ TOMADA SIMPLES	25,15
24	60	FILTRO DE LINHA COM 03 TOMADAS - NOVO PARÃO	21,60
25	60	FILTRO DE LINHA COM 04 TOMADAS - NOVO PADRÃO	24,11
26	40	FILTRO DE LINHA COM 05 TOMADAS - NOVO PADRÃO	20,11
27	20	FITA ALTA FUSÃO - 5 METROS	9,76
28	100	FITA DUPLA FACE DE NO MÍNIMO 2M DE PRIMEIRA QUALIDADE	12,00
29	20	FITA DUPLA FACE DE SILICONE COM 5 METROS	17,42
30	100	FITA ISOLANTE PRETA 10 M	2,06
31	250	FITA ISOLANTE PRETA 20 M	3,85
32	40	FITA VEDA ROSCA 20 M	1,92
33	180	GRAMPO FIXA FIO 8 MM PACOTE COM 15 UNIDADES	0,64
34	100	PINO TRÊS SAÍDAS ADAPTADOR NOVO PADRÃO (T)	3,67

35	50	PINOS FÊMEA MONOFÁSICO 10 AMPERES	2,80
36	60	PINOS MACHO MONOFÁSICO 10 AMPERES	2,00
37	100	PLACA DE INOX PARA PISO 4 X 2 - 10A - COM TOMADA NOVO PADRÃO	24,26
38	30	RELE FOTO ELÉTRICO COM BASE	19,10
39	50	TAMPA CEGA	1,02
40	100	TOMADA DE SOBREPOR SIMPLS	2,50
41	50	TOMADA DE TELEFONE SIMPLS DE SOBREPOR COM 01 ENTRADA PARA PINO MACHO E CONECTOR RJ11	1,33
42	50	TOMADA MONOFÁSICA SIMPLS	4,59
43	100	TOMADA SISTEMA X PADRÃO NOVO DE SOBREPOR P/ COMPUTADOR C/ CAIXA	7,24
44	140	TOMADA SISTEMA X PADRÃO NOVO	5,90
45	40	TOMADA SISTEMA X PARA TELEFONE	8,73
46	100	TOMADA SISTEMA X SIMPLS COM CAIXA	4,99
47	140	TOMADA DE EMBUTIR 2P + T - 10A	4,66
48	600	CABO PP 2X2,5MM	2,60
49	600	CABO PP 2X1,5MM	1,73
50	1000	CABO DE REDE UTP CAT5E AZUL	0,72
51	600	FIO FLEXÍVEL 10 MM AZUL, PRETO, BRANCO, AMARELO OU VERDE ANTICHAMA 750 W	4,10
52	400	FIO PARALELO 1,5 MM	1,09
53	400	FIO PARALELO 2,5 MM	1,44
54	200	FIO FLEXÍVEL 0,75MM	0,52
55	800	FIO FLEXÍVEL 1,5 MM AZUL, VERMELHO, VERDE, AMARELO OU PRETO	0,60
56	800	FIO FLEXÍVEL 2,5 MM AZUL, VERDE, VERMELHO, AMARELO OU PRETO	0,90
57	800	FIO RÍGIDO 1,5 MM AZUL, VERMELHO, VERDE, AMARELO OU PRETO	0,72
58	1000	FIO RÍGIDO 2,5 MM AZUL, VERDE, VERMELHO, AMARELO OU PRETO	1,15
59	600	FIO RÍGIDO 4 MM AZUL, VERDE, VERMELHO, AMARELO OU PRETO	1,80

DATA:23.09.2013. VIGÊNCIA: 23.09.2013 A 31.01.2014. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 182/2013 – PMF. PREGÃO PRE-SENCIAL: Nº 0126/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0071/2013.

FRAIBURGO (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Atas de Registro Nºat13pmf113-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF113 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SF, FMS E FME. FORNECEDOR: FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA. OBJETO: AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMS, SANEFRAI E FME) DURANTE O PERÍODO DE SETEMBRO DE 2013 A JANEIRO DE 2014.

ITENS REGISTRADOS:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR - R\$
60	140	INTERRUPTOR 1 TECLA SIMPLS + TOMADA DE EMBUTIR	6,95
61	140	INTERRUPTOR COM 2 TECLAS DE EMBUTIR (DUPLO)	6,10
62	140	INTERRUPTOR COM 1 TECLA SIMPLS DE EMBUTIR	4,95
63	60	INTERRUPTOR COM 3 TECLAS DE EMBUTIR (TRIPLO)	10,40
64	60	INTERRUPTOR SIMPLS 2 TECLAS (EMBTIR)	8,02
65	60	INTERRUPTOR SOBREPOR 1 TECLA SIMPLS	3,77
66	60	LÂMPADA 110 HO FLUORESCENTE	14,15
67	40	LÂMPADA COMPACTA 20W	8,51
68	400	LÂMPADA FLUORESCENTE 20W T10	4,65
69	2000	LÂMPADA FLUORESCENTE 40W T10	4,65
70	100	LÂMPADA INCANDESCENTE FILAMENTO REFORÇADO 100W	4,81
71	100	LÂMPADA INCANDESCENTE FILAMENTO REFORÇADO 60W	4,81
72	100	LÂMPADA MISTA 160W E 27	7,55
73	100	LÂMPADA MISTA 250W E 40	17,48
74	160	LÂMPADA MISTA 500W E 40	27,60
75	160	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 250W TUBULAR E40	46,00
76	100	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 400W TUBULAR E40	54,79
77	260	LÂMPADAS ECONÔMICA 25 W	10,65
78	160	LÂMPADAS ECONÔMICA 15 W	9,44
79	160	LÂMPADAS ECONÔMICA 84 W	61,34
80	50	REATOR 2X110 HO	55,00
81	80	REATOR ELETRÔNICO 1 X 20	8,49
82	160	REATOR ELETRÔNICO 1 X 40	12,50



83	160	REATOR ELETRÔNICO 2 X 20	14,77
84	600	REATOR ELETRÔNICO 2 X 40	19,85
85	80	REATOR VAPOR METÁLICO/SÓDIO 250 W	71,02
86	50	REATOR VAPOR METÁLICO/SÓDIO 400 W	77,81
87	40	RECEPTÁCULO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 110 HO SOQUETE FIXO	2,81
88	1000	RECEPTÁCULO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE LUMINÁRIA COMERCIAL	2,05
89	160	RECEPTÁCULO TIPO CEBOLINHA PARA LÂMPADA FLUORESCENTE DE 40 W	2,05
90	20	SENSOR DE PRESENÇA COM INFRAVERMELHO, FOTOCÉLULA, BIVOLT	25,82
91	12	AMPERÍMETRO E CHAVE PARA AMPERÍMETRO	94,79
92	4	ARTICULADOR	1,76
93	12	BARRA DE TRILHO DIM	5,44
94	4	BATERIA SELADA 12 V	50,42
95	120	BORNE 10MM	1,72
96	312	BORNE 2,5MM	2,23
97	10	BORNE DE CONEXÃO	0,99
98	15	BOTÃO LIGA/DESLIGA	19,52
99	4	CANAleta INDUSTRIAL 25X50	13,24
100	4	CANAleta INDUSTRIAL 50X50	17,66
101	2	CENTRAL DE ALARME AL4D	144,05
102	10	CHAVE SELETORA 03 POSIÇÕES	16,73
103	16	CONTATOR AUXILIAR 6A	17,66
104	10	CONTATOR 25 A	35,55
105	5	CONTATOR 50A	144,05
106	10	CONTROLE PARA ALARME	23,23
107	10	CONTROLE PARA PORTÃO PPA 433	23,23
108	10	DISJUNTOR DIM TRIFÁSICO 40 A	48,33
109	16	DISJUNTOR DIM TRIFÁSICO 6A	41,82
110	4	DISJUNTOR DIM MONOFÁSICO 10 A	4,65
111	20	DISJUNTOR DIM MONOFÁSICO 6 A	4,65
112	10	DISJUNTOR DIM TRIFÁSICO 30 A	35,31
113	10	DISJUNTOR DIM TRIFÁSICO 50 A	38,61
114	5	DISJUNTOR DIM TRIFÁSICO 63 A	44,61
115	10	DISJUNTOR TRIFÁSICO 100 A	62,27
116	4	DISJUNTOR TRIFÁSICO 125 A	84,57
117	8	DISJUNTOR TRIFÁSICO 65 A	51,11
118	28	DPS	104,08
119	10	INTERRUPTOR SISTEMA X	5,39
120	2	MOTOR DESLIZANTE INDUSTRIAL MONOFASICO	450,73
121	2	MOTOR DESLIZANTE PPA 1/3 CV	264,86
122	10	PARAFUSO P/ TRILHO DIM 3,9X25	0,06
123	2	QUADRO DE COMANDO 50X40X20	116,16
124	2	QUADRO DE COMANDO 80X50X20	199,81
125	13	RELE SOBRECARGA 25 A	48,33
126	10	RELE FALTA DE FASE	35,31
127	4	RELE SOBRECARGA DE 36 A 45 A	26,53
128	10	SENSOR PARA ALARME	25,51
129	6	SINALEIRO AMARELO	16,73
130	18	SINALEIRO VERDE	16,73
131	17	SINALEIRO VERMELHO	16,73
132	300	TERMINAL PARA CABOS VERMELHOS DIVERSOS	0,75
133	6	TIMMER ANALÓGICO	53,92
134	10	TRANSFORMADOR DE CORRENTE 100 A 5 A	75,22
135	10	VOLTÍMETRO E CHAVE PARA VOLTÍMETRO	97,45

DATA:23.09.2013. VIGÊNCIA: 23.09.2013 A 31.01.2014. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 182/2013 – PMF. PREGÃO PRE-SENCIAL: Nº 0126/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0071/2013.

FRAIBURGO (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
PREFEITO MUNICIPAL



Extrato de Atas de Registro Nºat13pmf114-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF114 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI. FORNECEDOR: JEREMIAS BASSO JACOBS ME. OBJETO: AQUISIÇÕES FUTURAS DE TINTAS, SOLVENTES, MICROESFERA DE VIDRO, PARA DEMARCAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DO ÓRGÃO PARTICIPANTE (SANEFRAI), DURANTE OS MESES DE SETEMBRO DE 2013 A JANEIRO DE 2014.

ITENS REGISTRADOS:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR - R\$
1	1	Tinta para demarcação viária na cor branca – 18 Litros	183,00
2	1	Tinta para demarcação viária na cor amarela – 18 Litros	183,00
3	1	Tinta para demarcação viária na cor vermelha – 18 Litros	183,00
4	1	Solvente – 18 Litros	171,50
5	1	Microesfera de vidro - saco 25kg	171,50

DATA:24.09.2013. VIGÊNCIA: 24.09.2013 A 31.01.2014. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 173/2013 – PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0122/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0069/2013.

FRAIBURGO (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Atas de Registro Nºat13pmf115-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF115 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI. FORNECEDOR: SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA. OBJETO: AQUISIÇÕES FUTURAS DE TACHÕES E COLA PARA TACHÕES, PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DO ÓRGÃO PARTICIPANTE (SANEFRAI), CONSTANTES DO LOTE 2. ITENS REGISTRADOS:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR - R\$
6	32	Cola para tachão com catalisador	9,50
7	160	Tachão bidirecional med. 25x15X5cm na cor amarela	13,50

DATA:24.09.2013. VIGÊNCIA: 24.09.2013 A 31.01.2014. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 173/2013 – PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0122/2013A. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0069/2013.

FRAIBURGO (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Atas de Registro Nºat13pmf116-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF116 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SF, FMS E FME. FORNECEDOR: ELIMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME), CONSTANTES DO LOTE 1. ITENS REGISTRADOS:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR - R\$
1	1500	TUBO DE CONCRETO DE 40 CM – LISO	19,74
2	1500	TUBO DE CONCRETO DE 30 CM – LISO	14,22

DATA:25.09.2013. VIGÊNCIA: 25.09.2013 A 31.01.2014. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 183/2013 – PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0127/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0072/2013.

FRAIBURGO (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Aditivo de Ata de Registro de Preço Nº TA.At13fme03-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13FME03

SEGUNDO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13FME04

CONTRATADA: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER – FME. CONTRATANTE: LIGA DESPORTIVA DA REGIÃO DE FRAIBURGO – LIDERFRAY OBJETO DA ATA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DOS CAMPEONATOS MUNICIPAIS, JOGOS ESCOLARES E AMISTOSOS DESTA MUNICÍPIO NO PERÍODO DE MARÇO A DEZEMBRO DE 2013. OBJETO DO

ADITIVO: AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 6 DO LOTE 1 CONFORME SEGUE:

LOTE 1

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ACRESCIDA (25%)	VL.R. UNITÁRIO-R\$
06	Arbitragem de futsal categoria base e livre feminino	80	30,00

DATA DO ADITIVO: 20.09.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 02/2013 – FME. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 002/2013.

FRAIBURGO (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2013.

ANTONIO ALMEIDA

SUPERINTENDENTE FME

Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços TA.At13pmf109-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF109

PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF70

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. FORNECEDOR: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPP. OBJETO DA ATA: AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO DO ADITIVO: A PEDIDO DO FORNECEDOR, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA (NOTAS FISCAIS) E DE ACORDO COM O VALOR MÉDIO DE MERCADO, RESOLVEM PROCEDER A REVISÃO DE 4,74% NO VALOR DO ITEM 25 DO LOTE 7 - LEITE PASTEURIZADO TIPO "C". DATA DO ADITIVO: 11.09.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 04.10.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 103/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0071/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0040/2013.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.

IVO BIAZZOLO

PrEFEITO MUNICIPAL

Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços TA.At13pmf110-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF110

SEGUNDO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF22

ADITIVOS ANTERIORES: TA.AT13PMF69

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI FORNECEDOR: JP COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA. OBJETO DA ATA: CONTRATAÇÕES FUTURAS DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONserto DE PAVIMENTAÇÃO COM PARALELEPÍPEDOS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DO ÓRGÃO PARTICIPANTE (SANEFRAI). OBJETO DO ADITIVO: RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2013 DATA DO ADITIVO: 11.09.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 21/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0015/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0013/2013.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.

IVO BIAZZOLO

PrEFEITO MUNICIPAL

Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços TA.At13pmf111-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF111

PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF62

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: PIATÃ COMERCIO DE PEÇAS LTDA. OBJETO DA ATA: AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA USO DE SERVIDORES DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME). OBJETO DO ADITIVO: RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 12.09.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 84/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0060/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0035/2013.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.

IVO BIAZZOLO

PrEFEITO MUNICIPAL

Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços TA.At13pmf112-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF112

PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT12PMF42

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: MARCELO ZANON ME OBJETO DA ATA: CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA AS REUNIÕES E FESTIVIDADES A SEREM PRO-MOVIDAS PELO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO DURANTE O ANO DE 2013. OBJETO DO ADITIVO: AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 3. CONFORME SEGUE:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ACRESC. (25%)	VLR. UNITÁRIO-R\$
03	Serviços de sonorização de pequeno porte para Eventos do Município, sem iluminação, contendo no mínimo: - 01 Mesa de som 12 canais com entradas e saídas balanceadas; - 04 caixas de som para PA 2 vias 600 watts rms; - 02 microfones com fio; - 01 microfone sem fio uhf; - 03 pedestais para microfone; - 01 notebook para uso de cd e mp3; - Cabeamento completo para o sistema de sonorização, no mínimo 100 m; - Amplificação completa conforme a necessidade do sistema de sonorização.	3 dias	295,00

DATA DO ADITIVO: 13.09.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 45/2013 – PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0032/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0022/2013.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços TA.At13pmf113-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF113

SEGUNDO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF67

ADITIVOS ANTERIORES: TA.AT13PMF100

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. FORNECEDOR: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA - EPP OBJETO DA ATA: AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUÊNTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO DO ADITIVO: AJUSTAM E CONTRATAM A ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE ABAIXO DESCRITAS NO ITEM 31 DO LOTE 11, APROVADAS ATRAVÉS DE LAUDO DE ACEITABILIDADE EMITIDO PELA NUTRICIONISTA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME SEGUE:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ACRESC. (25%)	VLR. UNITÁRIO R\$
31	BANHA SUÍNA: Ingredientes: gordura suína e gordura suína desidratada. Embalagem de polietileno padronizada contendo 1Kg cada e SIF. Validade mínima 4 meses após data de entrega do produto.	30 kg	3,93

DATA DO ADITIVO: 16.09.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 04.10.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 103/2013 – PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0071/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0040X/2013.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços TA.At13pmf114-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF113

SEGUNDO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF67

ADITIVOS ANTERIORES: TA.AT13PMF100

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. FORNECEDOR: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA - EPP OBJETO DA ATA: AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUÊNTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO DO ADITIVO: AJUSTAM E CONTRATAM A ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE ABAIXO DESCRITAS NO ITEM 31 DO LOTE 11, APROVADAS ATRAVÉS DE LAUDO DE ACEITABILIDADE EMITIDO PELA NUTRICIONISTA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME SEGUE:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ACRESC. (25%)	VL.R. UNITÁRIO R\$
31	BANHA SUÍNA: Ingredientes: gordura suína e gordura suína desidratada. Embalagem de polietileno padronizada contendo 1Kg cada e SIF. Validade mínima 4 meses após data de entrega do produto.	30 kg	3,93

DATA DO ADITIVO: 16.09.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 04.10.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 103/2013 – PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0071/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0040X/2013.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços TA.At13pmf115-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF115

PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF87

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: LUBRILAX COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA OBJETO DA ATA: AQUISIÇÕES FUTURAS DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, FLUÍDOS PARA FREIOS, GRAXAS, ESTOPAS E OUTROS MATERIAIS, PARA USO NA MANUTENÇÃO DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME). OBJETO DO ADITIVO: AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 44 DO LOTE 8. CONFORME SEGUE:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ACRESC. (25%)	VL.R. UNITÁRIO R\$
44	Querosene – balde 20 litros	2	120,00

DATA DO ADITIVO: 16.09.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 30.09.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 128/2013 – PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0088/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0052/2013.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços TA.At13pmf116-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF116

SEGUNDO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT12PMF127

ADITIVO ANTERIOR: TA.AT13PMF89

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: FMS. FORNECEDOR: PIOVEZAN COM. EQUIP. E GASES INDUSTRIAIS LTDA OBJETO DA ATA: AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL, INDUSTRIAL, ACETILENO E GÁS PARA SOLDA MIG, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DO ÓRGÃO PARTICIPANTE (FMS). OBJETO DO ADITIVO: RESOLVEM REDUZIR O PREÇO REGISTRADO NOS ITENS 1 E 3 DO LOTE 1 CONFORME SEGUE:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ACRESC. (25%)	VL.R. UNITÁRIO R\$
1	Gás oxigênio medicinal PPU – cilindro com 1m³	87,02	60,00
3	Gás oxigênio medicinal	23,50	20,00

DATA DO ADITIVO: 18.09.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.12.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 269/2012 – PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 00167/2012. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0076/2012.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços TA.At13pmf117-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF117

SEGUNDO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF70

ADITIVOS ANTERIORES: TA.AT13PMF109



ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. FORNECEDOR: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPP OBJETO DA ATA: AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO DO ADITIVO: RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 11 DE OUTUBRO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 20.09.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 11.10.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 103/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0071/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0040/2013.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.

IVO BIAZZOLO

PrEFEITO MUNICIPAL

Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços TA.At13pmf118-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF118

SEGUNDO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF68

ADITIVOS ANTERIORES: TA.AT13PMF114

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. FORNECEDOR: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA OBJETO DA ATA: AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO DO ADITIVO: AJUSTAM E CONTRATAM RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 11 DE OUTUBRO DE 2013 E O ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE ABAIXO DESCRITAS NO ITEM 03, 04, 05 E 18 DO LOTE 01 CONFORME SEGUE:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ACRESC. (25%)	VLR. UNITÁRIO R\$
03	ALFACE: Alface crespa extra. Folhas de coloração verde, fresca, tenra, limpa e sem marcas de insetos. As folhas murchas, danificadas ou amareladas devem ser descartadas. Deverá ser entregue em embalagem plástica de polietileno.	362 UNID	1,11
04	ALHO: Nacional, branco, selecionado, íntegro e firme. Embalagem plástica de polietileno.	18 KG	10,04
05	BANANA CATURRA: Tamanho médio, em processo de amadurecimento, sem a presença de bolor aparente.	3.500 KG	1,10
18	TOMATE: Classificação extra, bem formados, lisos, livre de defeitos, cor vermelho-vivo (em ponto de maturação) e ligeiramente mole. Embalado em plástico de polietileno.	775 KG	2,64

DATA DO ADITIVO: 20.09.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 11.10.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 103/2013 – PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0071/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0040/2013.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços TA.At13pmf119-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF119

PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF69

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: SB COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA OBJETO DA ATA: AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO DO ADITIVO: AJUSTAM E CONTRATAM RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 11 DE OUTUBRO DE 2013 E O ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE ABAIXO DESCRITAS NO ITEM 21 DO LOTE 04 CONFORME SEGUE:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ACRESC. (25%)	VLR. UNITÁRIO R\$
21	SOBRECOXA DE FRANGO: Congelada à temperatura de menos 18 graus centígrados ou inferior, com tolerância de menos 12 graus centígrados, embalagens individualizadas, plástica transparente, atóxica, flexível e resistente, lacrado, isento de furos e rasgos contendo 1 Kg. O transporte deverá preservar as características do alimento congelado. Devendo constar na embalagem de forma clara e legível: identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, SIF, peso e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária. Sua aparência deverá manter cor, textura, odor e sabor característicos. Validade mínima de 4 meses a partir da data de entrega.	1.300 KG	5,44

DATA DO ADITIVO: 20.09.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 11.10.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 103/2013 – PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0071/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0040/2013.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.
IVO BIAZZOLO
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços TA.At13pmf120-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF120

PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT32PMF75

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. FORNECEDOR: SUPERMERCADO JOTA LTDA OBJETO DA ATA: AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO DO ADITIVO: AJUSTAM E CONTRATAM RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 11 DE OUTUBRO DE 2013 E O ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE ABAIXO DESCRITAS NO ITEM 20 DO LOTE 03, CONFORME SEGUE

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ACRESC. (25%)	VLR. UNITÁRIO R\$
20	SALSICHA SUÍNA: Congelada, boa qualidade, contendo no máximo 2% de amido, não sendo permitido a adição de corantes. Embalagem em plástico de polietileno transparente, atóxica, flexível e resistente, lacrado, isento de furos e rasgos com no máximo 5 Kg do produto, contendo no rótulo identificação de forma clara e legível, marca do fabricante, prazo de validade, peso, SIF e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária. O transporte deverá preservar as características do alimento congelado, devendo apresentar temperatura de -18C com tolerância de até -12C. Validade mínima de 3 meses a partir da data de entrega do produto.	275 Kg	5,45

DATA DO ADITIVO: 20.09.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 11.10.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 103/2013 – PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0071/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0040/2013.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.
IVO BIAZZOLO
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços TA.At13pmf121-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF121

PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF82

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃO PARTICIPANTES: SF, FME E FMS FORNECEDOR: SUPERMERCADO JOTA LTDA OBJETO DA ATA: AQUISIÇÕES FUTURAS DE CAFÉ, AÇÚCAR E ÁGUA MINERAL, PARA CONSUMO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME). OBJETO DO ADITIVO: AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 1, 2 E 5 DO LOTE 1 CONFORME SEGUE:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ACRESC. (25%)	VLR. UNITÁRIO R\$
1	CAFÉ TORRADO E MOÍDO: De boa qualidade e tolerada a porcentagem máxima de 1% de impurezas (cascas, paus, etc.). Embalagem de 500 gramas	112 Pct	8,18
2	AÇÚCAR REFINADO: Produto processado da cana-de-açúcar, com moagem refinada. Não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. Embalagem: deve estar intacta, em pacotes de 5kg, em polietileno leitoso	42 Pct	8,91
5	ÁGUA MINERAL NATURAL COM GAS - 500 ML - validade mínima de 03 meses.	15	0,90

DATA DO ADITIVO: 20.09.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 30.10.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 118/2013 – PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0081/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0048/2013.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.
IVO BIAZZOLO
PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços
TA.At13pmf122-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF122

PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF74

ADITIVO ANTERIOR: TA.AT13PMF101

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP OBJETO DA ATA: AQUISIÇÕES FUTURAS DE CARTUCHOS DE TINTA E DE TONER, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FME E FMS). OBJETO DO ADITIVO: RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 20.09.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 30.11.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 113/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0078/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0045/2013.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.

IVO BIAZZOLO

PrEFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços
TA.At13pmf123-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF123

PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF73

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME e FMS FORNECEDOR: ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. OBJETO DA ATA: AQUISIÇÕES FUTURAS DE CARTUCHOS DE TINTA E DE TONER, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FME E FMS). OBJETO DO ADITIVO: RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 20.09.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 30.11.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 113/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0078/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0045/2013.

FRAIBURGO (SC), 07.10.2013.

IVO BIAZZOLO

PrEFEITO MUNICIPAL

Garopaba**PREFEITURA****Decreto N.º 142/2013**

DECRETO N.º 142, DE 07 DE OUTUBRO DE 2013.

DECLARA INSERVÍVEIS OS BENS QUE MENCIONA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 6º da Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a inservibilidade dos bens móveis abaixo relacionados:

I - VEÍCULO GM/ KADETT GL, placa CIP-5659, Renavam: 675455804, Ano 1997, cor cinza;

II - VEÍCULO M. BENZ/O 371 RS, placa JKW-7337, Renavam: 313329273, Ano 1988, cor branca;

III - VEÍCULO RENAULT/ SCENIC RT 1.6 16, placa MBU-0418, Renavam: 746275269, Ano 2001, cor verde;

IV - TRATOR AGRÍCOLA, marca FORD, combustível DIESEL, placa GII-5610, cor azul;

V - RETROESCAVADEIRA, combustível DIESEL, placa 580-L, Ano 1997, cor amarela;

VI - PLANTADEIRA, marca EICKHOFF ESG-403, cor amarela;

VII - ARADO COM AIVECA (QUATRO), cor vermelha;

VIII - ENSILADEIRA ESTACIONÁRIA, cor verde;

IX - 2 (DOIS) REBOQUES DE TRATOR, de madeira, cor azul;

Art. 2º. Fica determinado, aos setores responsáveis, providências para alienação dos bens objeto do presente Decreto, nos termos do § 1º, Art. 6º, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de Outubro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 09/10/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO

Secretária de Administração



Programa de Gestão Tributária



Aviso de Licitação Pe082/2013**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 082/2013**

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de veículos para uso das Secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 14h00min do dia 21/10/2013. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 21/10/2013, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 07 de setembro de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal

Garuva**PREFEITURA****Decreto Nº 231/2013****DECRETO Nº 231 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013**

"Dispõe sobre a jornada de trabalho da Prefeitura Municipal de Garuva e dá outras providências".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de contenção de despesas;

CONSIDERANDO o Decreto nº 6.558 de 08 de setembro de 2008, que institui em seu art. 1º a hora de verão, sendo a partir de zero hora do terceiro domingo do mês de outubro de cada ano, até zero hora do terceiro domingo do mês de fevereiro do ano subsequente.

DECRETA:

ART. 1º - Fica instituído, de 21/10/2013 a 14/02/2014, o horário das 08:00 as 14:00 horas, para expediente interno e externo da Prefeitura Municipal.

§ 1º - As atividades operacionais da Secretaria da Infraestrutura e Secretaria de Estratégias Rurais terá o expediente fixado das 07:30 horas as 11:30 horas, e das 13:30 horas as 17:00 horas, ressalvados os serviços e as atividades considerados de natureza essencial.

§ 2º - As atividades operacionais das Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Desenvolvimento Social e Habitação, Saneamento Ambiental, Cultura, Esporte e Turismo, e Procuradoria Jurídica terão seus expedientes ajustados à essencialidade dessas atividades.

ART. 2º - As horas extras realizadas durante o período de vigência deste decreto somente serão autorizadas mediante justificativa fundamentada pelo Secretário.

ART. 3º - Este decreto entra em vigor a contar de 21 de outubro de 2013.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Portaria Nº 535/2013**PORTARIA Nº 535, de 27 de setembro de 2013.**

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

JOSÉ CARLOS SCHUTZ, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO DECRETO MUNICIPAL 188/2013;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário IVONIR TEREZINHA CARDOSO, inscrita no CI-RG 6.827.467 e CPF 680.511.829-87, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 01 de Outubro de 2013.

JOSÉ CARLOS SCHUTZ

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Portaria Nº 536/2013**PORTARIA Nº 536, de 27 de setembro de 2013.**

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

JOSÉ CARLOS SCHUTZ, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO DECRETO MUNICIPAL 188/2013;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MARIA RITA DA SILVA, inscrita no CI-RG 6.440.443 e CPF 088.035.009-10, na função de Professora Nível I, por 10 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 01 de Outubro de 2013.

JOSÉ CARLOS SCHUTZ

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Portaria Nº 537/2013

PORTARIA Nº 537, de 27 de setembro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

JOSÉ CARLOS SCHUTZ, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO DECRETO MUNICIPAL 188/2013;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ALYNE CRISTHINE DE AVELAR, inscrita no CI-RG 10.533.764-7 e CPF 063.744.949-54, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 01 de outubro de 2013.

JOSÉ CARLOS SCHUTZ

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Portaria Nº 538/2013

PORTARIA Nº 538, de 27 de setembro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

JOSÉ CARLOS SCHUTZ, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO DECRETO MUNICIPAL 188/2013;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário TANIA MARA ZANELLA, inscrita no CI-RG 6.976.924-1 e CPF 020.473.609-94, na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 01 de outubro de 2013.

JOSÉ CARLOS SCHUTZ

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Portaria Nº 540/2013

PORTARIA Nº 540, de 30 de setembro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

JOSÉ CARLOS SCHUTZ, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO DECRETO MUNICIPAL 188/2013;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário JENNIFFER ZWETTLER TEIXEIRA, inscrita no CI-RG 4.751.874-0 e CPF 008.722.059-83, na função de Professora Nível I, por 30 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 1º de outubro de 2013.

JOSÉ CARLOS SCHUTZ

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Portaria Nº 541/2013

PORTARIA Nº 541, de 30 de setembro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

JOSÉ CARLOS SCHUTZ, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO DECRETO MUNICIPAL 188/2013;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário JENNIFFER ZWETTLER TEIXEIRA, inscrita no CI-RG 4.751.874-0 e CPF 008.722.059-83, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 1º de outubro de 2013.

JOSÉ CARLOS SCHUTZ

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Portaria Nº 542/2013

PORTARIA Nº 542, de 27 de setembro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Estratégias Rurais, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

JOSÉ CARLOS SCHUTZ, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO DECRETO MUNICIPAL 188/2013;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário, MARCOS ROBERTO GADOTTI, inscrito no CI-RG. 4.116.660-4 e CPF 040.290.959-33, na função de Operador de Máquinas, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Estratégias Rurais.

ART. 2º. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 1º de outubro de 2013.

JOSÉ CARLOS SCHUTZ

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Portaria Nº 543/2013

PORTARIA Nº 543, de 27 de setembro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Estratégias Rurais, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

JOSÉ CARLOS SCHUTZ, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO DECRETO MUNICIPAL 188/2013;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário LUCAS DA CRUZ RAZERA, inscrito no CI-RG 10.662.083-0 e CPF 094.929.909-03, na função de Agente Administrativo, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Estratégias Rurais.

ART. 2º. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 1º de outubro de 2013.

JOSÉ CARLOS SCHUTZ

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Portaria Nº 544/2013

PORTARIA Nº 544, de 27 de setembro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

JOSÉ CARLOS SCHUTZ, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO DECRETO MUNICIPAL 188/2013;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ROBSON KUHNEN, inscrito no CI-RG 4.475.168-0 e CPF 044.539.419-60, na função de Agente Administrativo, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

ART. 2º. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 1º de outubro de 2013.

JOSÉ CARLOS SCHUTZ

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Portaria Nº 545/2013

PORTARIA Nº 545, de 27 de setembro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

JOSÉ CARLOS SCHUTZ, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO DECRETO MUNICIPAL 188/2013;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário GRAZIELA GONÇALVES DA SILVA, inscrita no CI-RG 4.627.497-9 e CPF 074.830.309-09, na função de Agente Administrativo, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

ART. 2º. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 1º de outubro de 2013.

JOSÉ CARLOS SCHUTZ

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Portaria Nº 546/2013

PORTARIA Nº 546, de 27 de setembro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

JOSÉ CARLOS SCHUTZ, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO DECRETO MUNICIPAL 188/2013;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário DINARA NAIANE OLIVEIRO, inscrita no CI-RG 6.195.724 e CPF 093.393.679-60, na função de Agente Administrativo, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 1º de outubro de 2013.

JOSÉ CARLOS SCHUTZ

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Portaria Nº 548/2013

PORTARIA Nº 548, de 30 de setembro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

JOSÉ CARLOS SCHUTZ, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO DECRETO MUNICIPAL 188/2013;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MARIA GLOTILDE GERCKER, inscrita no CI-RG 687642 e CPF 312.707.869-20, na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 1º de outubro de 2013.

JOSÉ CARLOS SCHUTZ

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Portaria Nº 549/2013

PORTARIA Nº 549, de 30 de setembro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

JOSÉ CARLOS SCHUTZ, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO DECRETO MUNICIPAL 188/2013;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MARIA REGINA DA SILVA, inscrita no CI-RG 3.671.882 e CPF 018.657.039-23, na função de Professora Nível I, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 1º de outubro de 2013.

JOSÉ CARLOS SCHUTZ

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Portaria Nº 550/2013

PORTARIA Nº 550, de 30 de setembro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Saúde, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

JOSÉ CARLOS SCHUTZ, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO DECRETO MUNICIPAL 188/2013;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário PAOLA SCHUSSLER, inscrita no CI-RG 4.964.120 e CPF 076.606.159-04, na função de Agente Administrativo, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 02 de outubro de 2013.

JOSÉ CARLOS SCHUTZ

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Gaspar

PREFEITURA

Portaria Nº 3.178, de 02 de Setembro de 2013.

PORTARIA Nº 3.178, DE 02 DE SETEMBRO DE 2013.

NOMEIA SERVIDORES PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei 1.347/1992,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação nos Editais de Processos Seletivos nº 008/2011, 001/2013, 003/2013, da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

Nome	Admissão	Cargo
ADRIANA SOCORRO DE OLIVEIRA	09/09/13	MERENDEIRA/SERVENTE
ALESSANDRA FARIAS DA SILVA ESPINDOLA	16/09/13	BERCARISTA
ANA BEATRIZ ROCHO CORREA	17/09/13	BERCARISTA
BIANCA CECON	02/09/13	DOC-I-2
CLEILIMAR WINGRES PEREIRA GARCIA	19/09/13	BERCARISTA
FABIANE VENTURA	16/09/13	MERENDEIRA/SERVENTE
ISABEL CRISTINA FRANCA	18/09/13	MERENDEIRA/SERVENTE
IVONE DE PAULA	18/09/13	BERCARISTA
JANIS LENI VIEIRA	02/09/13	DOC-I-5
LINDAMAR SILVA TEIXEIRA	16/09/13	MERENDEIRA/SERVENTE
LUCINDA DOS SANTOS	16/09/13	BERCARISTA
MARIA APARECIDA PRAZERES	02/09/13	MERENDEIRA/SERVENTE
MARIETA PAMPLONA SCHMITT	19/09/13	DOC-I-I
NAIANA APARECIDA MARTINS MITTERSTEIN	16/09/13	MERENDEIRA/SERVENTE
ROSELIS FIRMO	03/09/13	DOC-III-7
SOLANGE ALBERTINA DUTRA NUNES	16/09/13	DOC-III-2
SONIA MARIA DOS SANTOS	10/09/13	BERCARISTA
TEREZINHA DE FATIMA DA CRUZ	13/09/13	BERCARISTA

Art. 2º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação nos Editais de Processo Seletivo nº 006/2013, 009/2013, 010/2013, 011/2013, 013/2013, da Secretaria Municipal Saúde, conforme segue:

Nome	Admissão	Cargo
ANDREA NOLLI	05/09/13	Medico Geral Com. PSF
CAROLINA REIS DE ABREU SCHMITT	23/09/13	MEDICO CLIN. GERAL

FATIMA APARECIDA DE LIZ	03/09/13	TECNICO ENFERMAGEM
ISABELLE BERNARDELLI NUNES	16/09/13	Nutricionista
JANETE RIBEIRO DE LIMA	02/09/13	AGENTE SERV. GERAIS
NEIDE APARECIDA SCHMITT DA SILVA	09/09/13	Agente Comunitário Saúde
ROBERTO CARLOS MORAELLI DE OLIVEIRA	02/09/13	TECNICO ENFERMAGEM
TARCILA KRIEGER CARESIA	23/09/13	Agente Comunitário Saúde

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de setembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.632, de 03 de Outubro de 2013.

DECRETO Nº 5.632, DE 03 DE OUTUBRO DE 2013.

REGULAMENTA O SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PEQUENAS CARGAS, MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE MOTOCICLETAS, DENOMINADO MOTOFRETE NO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de regulamentar a Lei municipal nº 3.523, de 17 de julho de 2013, que dispõe sobre o serviço de transporte de pequenas cargas, mediante a utilização de motocicletas, denominado Motofrete, no município de Gaspar.

DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentado o serviço remunerado de transporte de mercadorias com entrega e coleta mediante utilização de motocicletas, denominado moto frete, nos termos dos arts. 139-A e 139-B, da Lei nº 9.503/1997, com as alterações impostas pela Lei n. 12.009/2009 e das Resoluções pertinentes do CONTRAN.

Art. 2º. O serviço de motofrete somente poderá ser realizado mediante a obtenção de alvará municipal, e licença do departamento da Prefeitura responsável pelas vistorias, cadastramento e emissão de licenças;

Art. 3º. Para executar o transporte remunerado de mercadorias mediante motofrete, o veículo deverá ser registrado na categoria aluguel e possuir os equipamentos obrigatórios e de segurança, nos termos do artigo 139-A do CTB.

Do Credenciamento da Pessoa Jurídica, Associação e Cooperativa

Art. 4º O serviço poderá ser prestado por condutor autônomo ou por pessoa jurídica, constituída sob a forma de empresa comercial, associação ou cooperativa, que explore esse serviço por meio de frota própria ou não, mediante prévia autorização e licença, nas condições estabelecidas na legislação vigente e nos atos normativos dela decorrentes.

Art. 5º Será expedida 01 (um) certificado de licença para cada motocicleta que executar o serviço.

Art. 6º O credenciamento da pessoa jurídica, está sujeito ao atendimento das seguintes exigências, bem como, de outras que poderão ser estabelecidas pela Diretoria de Trânsito - DITRAN:

I - Alvará de localização e funcionamento no município de Gaspar;
II - estar inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
III - certidão negativa de débitos municipais, estaduais e federais;
IV - certidão comprobatória de regularidade perante o Instituto, Nacional do Seguro Social (INSS);
V - certidão comprobatória de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
VI - relação de condutores da empresa, com cópia da CNH;
VII - relação de veículos que serão utilizados para o serviço, com cópia do CRLV;
VIII - contrato social ou ato constitutivo e ultima alteração, quando for o caso, registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.

§ 1º A cooperativa ou associação deverá ser constituída exclusivamente por profissionais autônomos, portadores de licença para execução do serviço de motofrete.

§ 2º O Credenciamento poderá ser cancelado, a qualquer tempo, em razão do interesse público, sem que disso decorra direito à indenização.

Art. 7º A pessoa jurídica deverá apresentar à Diretoria de Trânsito - DITRAN, sempre que solicitado, relação de todos os condutores, bem como fornecer qualquer outra informação pertinente à atividade autorizada.

Art. 8º O Credenciamento deverá ser renovado a cada ano, mediante o atendimento dos requisitos previstos no art. 16 deste decreto e de outros que poderão ser exigidos pela Diretoria de Trânsito - DITRAN.

§ 1º A não renovação do Credenciamento no prazo estabelecido implicará, automaticamente, aplicação das penalidades previstas na legislação vigente, caso a pessoa jurídica continue em atividade.

§ 2º A renovação do Credenciamento fica subordinada à comprovação da regularidade da empresa junto ao DITRAN.

Do Cadastro do Conductor

Art. 9º Para operar o serviço de moto frete, os condutores deverão estar inscritos no Cadastro Municipal de Condutores de motofrete.

Parágrafo Único - Na operação do serviço, os condutores deverão portar a Licença de Motofrete e a identificação de condutor moto fretista, com prazo de validade vigente, além de um adesivo a ser colocado na traseira da motocicleta, correspondendo ao número da licença.

Art. 10º Para inscrição no Cadastro, os condutores deverão atender aos seguintes requisitos:

I - Ser maior de 21 (vinte e um) anos, e apresentar Carteira Nacional de Habilitação, categoria A, em validade, expedida há pelo menos 2 (dois) anos;
II - Apresentar prontuário de condutor expedido pelo DETRAN;
III - Apresentar cópia do comprovante de conclusão do Curso Específico para a atividade reconhecido pelo DETRAN;
IV - Apresentar declaração ou comprovante de residência emitido há, no máximo, sessenta dias;
V - Apresentar certidões de antecedentes criminais expedidas pela Comarca de Gaspar;
VI - Apresentar apólice de Seguro de Vida por morte e invalidez, sem prejuízo ao seguro DPVAT;
VII - Apresentar alvará da prefeitura, no caso do condutor ser autônomo;
VIII - Comprovante de regularização com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no caso do condutor ser autônomo;

IX - Duas fotos 2 x 3;

X - Apresentar equipamentos obrigatórios conforme anexos II e III da Resolução 356 do CONTRAN.

Parágrafo único. Será negada a inscrição no cadastro quando existir mandado de prisão expedido contra o interessado.

Art. 11º O Cadastro do condutor terá validade de 5 (cinco) anos ou até o prazo de vigência da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) se este ocorrer antes, devendo ser renovado nos 30 (trinta) dias que antecedem seu vencimento.

Parágrafo Único - Se o cadastro não for renovado dentro do prazo, será automaticamente cancelado.

Do Cadastro do Veículo

Art. 12. O veículo a ser utilizado no serviço de motofrete deverá ser previamente aprovado pela Diretoria de Trânsito- DITRAN, registrado no DETRAN na categoria aluguel e ter as seguintes características:

I - Ser original de fábrica;
II - Ter no máximo, 5 (cinco) anos, excluído o ano de fabricação;
III - Possuir cilindrada mínima de 120 c.c.;
IV - Possuir os padrões de visualização a serem definidos pela Diretoria de Trânsito;
V - Possuir os equipamentos obrigatórios definidos no Código Brasileiro de Trânsito, em suas resoluções e atos normativos;
VI - Ser aprovado em vistoria semestral pela Diretoria de Trânsito - DITRAN ou por empresas credenciadas para esse serviço.
VII - Estar registrado e licenciado na categoria aluguel, no município de Gaspar;
VIII - Apresentar cópia do documento do veículo a ser utilizado CRLV.

§ 1º Excepcionalmente, será aceito veículo com mais de 5 (cinco) anos de fabricação para o primeiro credenciamento, desde que adquirido em data anterior a da publicação deste decreto e aprovado em vistoria após 01 (um) ano. Quando for recadastrado, será aceito somente o veículo que preencha os requisitos do inciso II, do artigo 12, deste artigo.

§ 2º A Diretoria de Trânsito - DITRAN poderá, por meio de portaria, estabelecer prazos de vistoria inferiores ao previsto nesta LEI.
Art. 13. O veículo registrado na licença poderá ser substituído por outro, desde que aprovado em vistoria, e atender as demais exigências deste decreto.

Parágrafo Único - Ocorrendo a baixa do veículo e a não substituição em 180 (cento e oitenta) dias, a licença ficará automaticamente cancelada.

Da Licença de Moto Frete

Art. 14. A Licença de motofrete pelo qual é autorizada a utilização de motocicleta para a prestação do serviço a que se refere este decreto é intransferível.

Art. 15. Concedido o Credenciamento, a pessoa jurídica deverá requerer a expedição de licença para cada moto de sua frota.

Art. 16. A Licença de motofrete terá validade por 180 (cento e oitenta) dias ano e sua renovação deverá ser requerida 30 (trinta) dias antes de seu vencimento.

Art. 17. Para que seja emitida a licença, além do veículo estar licenciado no DETRAN/SC, deverá passar na vistoria e atender as demais exigências deste decreto.

Outras Disposições

Art. 18. Sem prejuízo da responsabilidade administrativa, civil ou criminal decorrente da conduta, a pessoa física ou jurídica prestadora do serviço de que trata este regulamento, perderá a licença para o exercício da atividade se estabelecer práticas que estimulem o aumento de velocidade pelos motociclistas profissionais, tais como:

I - oferecer prêmios por cumprimento de metas por números de entregas ou prestação de serviço;

II - prometer dispensa de pagamento ao cliente, no caso de fornecimento de produto ou prestação de serviço fora do prazo estipulado para a sua entrega ou realização;

Parágrafo único - O interessado somente poderá obter nova licença para o exercício da atividade de que trata este Regulamento após a cessação das práticas estimuladoras do aumento de velocidade referidas neste artigo.

Art. 19. É vedada a utilização de motonetas para o serviço de motofrete.

Art. 20. Para as despesas decorrentes do primeiro cadastramento, onde estarão incluídos a vistoria, emissão do Certificado de Licença para a motocicleta e para condutor, plotagem com número do cadastro no veículo, será cobrada uma taxa única no valor de 0,26 (zero vírgula vinte e seis) UFM - Unidade Fiscal do Município, sendo uma para cada motocicleta.

Art. 21. A Diretoria de Trânsito poderá estabelecer, por ato normativo próprio, a cada ano, o número máximo de licenciamentos permitidos para cada exercício do serviço de motofrete.

Art. 22. A Diretoria de Trânsito poderá estabelecer demais atos normativos, a fim de complementar a lei e melhorar o serviço de motofrete.

Art. 23. Este Decreto entra em vigor em 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

Gaspar, 03 de outubro 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal Gaspar

Decreto Nº 5.633, de 03 de Outubro de 2013.

DECRETO Nº 5.633, DE 03 DE OUTUBRO DE 2013.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 6º, inciso XVI, e art. 51, parágrafos 1º ao 5º, da Lei Federal nº. 8.666/93 e nas Leis nº. 8.883/94 e nº. 9.648/98,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 07/10/2013, a Comissão Permanente de Licitação, composta dos seguintes membros:

I - JOSÉ ARTUR BENACI - Agente de Serviços Especializados ASE I;

II - MARIANA DE SOUZA DA LUZ - Agente Administrativo;

III - EDMUNDO DE JESUS ARAUJO JUNIOR - Engenheiro Civil.

Parágrafo único. Fica o servidor JOSÉ ARTUR BENACI nomeado Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Art. 2º A Comissão Permanente de Licitação terá incumbência de

receber, examinar, apreciar e julgar os documentos e procedimentos relativos às licitações nas modalidades de Tomada de Preço e de Concorrência deste Município, bem como receber, examinar, apreciar e julgar todos os documentos relativos ao cadastramento de licitantes, tudo em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 8.883/94 e Lei Federal nº 9.648/98.

Art. 3º Para as licitações da modalidade de Convite, tendo em vista a exigüidade de pessoal, com fundamento no parágrafo 1º do art. 51, da Lei Federal 8.666/93, fica designado para apreciar e julgar as propostas, o servidor JOSÉ ARTUR BENACI.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 5.377/2013 e demais alterações posteriores.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.636, de 04 de Outubro de 2013.

DECRETO Nº 5.636, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013.

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos Servidores Públicos Municipais de Gaspar, no período compreendido entre 23 de dezembro de 2013 a 10 de janeiro de 2014, retornando às atividades no dia 13 de janeiro.

Art. 2º Os servidores em gozo de férias coletivas terão deduzidos 17 (dezessete) dias do respectivo período aquisitivo de férias.

Art. 3º No período de férias coletivas, o Chefe do Poder Executivo, o Dirigente da Autarquia e da Fundação Municipal de Esportes, deverão organizar escalas de plantão nos setores considerados prioritários, de modo a garantir a prestação de serviços básico à população, sendo os respectivos servidores excetuados, integral ou parcialmente, do gozo de férias de que trata o presente Decreto.

Art. 4º O presente Decreto alcança, além dos servidores da administração direta, os Servidores do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar e da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar.

Art. 5º Este Decreto não se aplica à Secretaria Municipal de Educação, que deverá observar escala própria de férias coletivas, a ser elaborada na forma da Lei Municipal nº 1.305/91.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.637, de 04 de Outubro de 2013.

DECRETO Nº 5.637, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO ABAIXO MENCIONADO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação da candidata PAULA CRISTINA COSTA, para exercer o cargo de Assistente Social, nomeada pelo Decreto nº 5.576/2013, em virtude de não ter assumido o cargo dentro do prazo legal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.638, de 04 de Outubro de 2013.

DECRETO Nº 5.638, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013.

ALTERA DECRETO Nº 5.392, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013, QUE REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 47 da Lei Orgânica do Município e, considerando o disposto no art. 72 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 3º, do Decreto nº 5.392, de 20 de fevereiro de 2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º As diárias destinam-se a indenizar o servidor das despesas de alimentação e pousada, e serão concedidas por dia de afastamento da sede do serviço.

Parágrafo Único: Nos deslocamentos para os municípios de Blumenau, Ilhota e Brusque, exceto aos sábados e domingos, pagar-se-á apenas as indenizações pelas despesas com locomoção e 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente à diária, de acordo com o artigo 4º, incisos II, III, IV, V e VI.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Gaspar, 04 de outubro de 2013

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3.200, de 07 de Outubro de 2013.

PORTARIA Nº 3.200, DE 07 DE OUTUBRO DE 2013.

DETERMINA SUSPENSÃO PREVENTIVA DO SERVIDOR LUIZ ROBERTO LIBERATO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira,

RESOLVE:

Art. 1º Fica suspenso preventivamente de suas atividades, pelo prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, o servidor Luiz Roberto Liberato, ocupante do cargo de Professor de Língua Portuguesa, matrícula nº 10033, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A suspensão preventiva justifica-se pelo fato do

servidor estar respondendo o Procedimento Administrativo nº 04/2013 perante a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Edital Nº 02/2013.

EDITAL Nº 02/2013.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA PARA ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO - CMHIS.

O Prefeito Municipal de Gaspar, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º, parágrafo único da Lei Municipal nº 2.966/2008, alterada pela lei municipal nº 3.049/2008, convoca as entidades não governamentais da política de habitação, com sede e atividades no município de Gaspar, para as Eleições dos Conselheiros titulares e suplentes, que irão compor o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social- CMHIS - biênio 2013/2015.

Das inscrições: As entidades não governamentais que atuam no município de Gaspar na política de habitação, receberão convite para participar das eleições, juntamente com a ficha de cadastramento da entidade e da ficha de indicação do candidato.

A entrega dos documentos acima descritos deverá ser feita entre os dias 21/10/2013 a 25/10/2013, junto a Diretoria de Habitação, na Prefeitura Municipal de Gaspar, localizada na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro em Gaspar.

- As fichas referidas acima deverão ser assinadas pelo presidente da entidade, ou por seu representante legal.

Dos candidatos: Cada entidade afim poderá inscrever 02 (dois) representante, 01 (um) titular e 01 (um) suplente, como candidato ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Gaspar.

Da competência dos Conselheiros eleitos: São de competência dos Conselheiros Municipais de Habitação de Interesse Social as ações previstas na Lei Municipal nº 2.966/2008 com as alterações dadas pela Lei municipal nº 3.049/2008, com poder de deliberação e controle da política de habitação e respectivas ações em todos os níveis, competindo-lhe fazer cumprir as normas previstas no Estatuto das Cidades, Lei federal 10.257/01 e do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Gaspar.

Do mandato: O mandato dos conselheiros de CMHIS será de (02) dois anos, facultada a sua reeleição, sendo o seu exercício considerado de interesse político relevante e não remunerado.

Da homologação dos candidatos: Serão deliberadas e homologadas as indicações em reunião do CMHIS publicadas em jornal de circulação local e no mural da Prefeitura Municipal de Gaspar em data a ser definida pelo presidente do CMHIS, não ultrapassando duas semanas após o recebimento de todas as indicações.

Da Comissão Eleitoral: A Comissão Eleitoral, que deverá estar em conformidade com a Resolução nº05/2013 do CMHIS) é composta dos seguintes membros;
Valdiria Stanke Pamplona
Raquel Mafioletti
Euclides Rampelotti

Das disposições gerais: No caso de haver votação para a eleição de candidato a conselheiro por entidade não governamental, esta

dar-se-á por maioria simples dos votos dos representantes das entidades presentes.

Gaspar, 08 de outubro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI PATRICIA SCHEIDT
Prefeito Municipal Presidente do Cons. Mun. de Habitação
Interesse Social

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 62/2013

RESOLUÇÃO Nº 62/2013

Autoriza a realização de audiência pública para apresentação do Projeto de Lei nº 49/2013, que "Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Gaspar para o Exercício Financeiro de 2014".

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso das atribuições contidas no art. 39, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Ofício Parlamentar nº 214/2013, subscrito pelos Membros da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, solicitando a realização de Audiência Pública no dia 24/10/2013, às 15h, no recinto do Plenário da Edilidade, sobre o Projeto de Lei nº 49/2013, que "Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Gaspar para o Exercício Financeiro de 2014";

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a realização de Audiência Pública no dia 24/10/2013, às 15h, no Plenário da Câmara de Vereadores de Gaspar, com a finalidade de se efetivar a apresentação do Projeto de Lei nº 49/2013, que "Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Gaspar para o Exercício Financeiro de 2014".

Art. 2º Fica autorizada a realização de despesas, inclusive a expedição de convites e publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios, para a efetivação da Audiência Pública a que se refere o artigo 1º desta Resolução.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor quando da sua publicação.

Gabinete da Presidência, 07 de outubro de 2013.

MESA DIRETORA

JOSÉ HILÁRIO MELATO MARCELO DE SOUZA BRICK
Vereador - Presidente Vereador - Vice Presidente

ANTÔNIO CARLOS DALSOCHIO MARLI IRACEMA SONTAG
Vereador - Primeiro Secretário Vereadora - Segunda Secretária

CONVITE

Câmara de Vereadores de Gaspar
CONVITE

A Câmara de Vereadores de Gaspar tem a grata satisfação de convidar a comunidade a participar de Audiência Pública pertinente a apresentação do Projeto de Lei nº 49/2013, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Gaspar para o Exercício Financeiro de 2014 (LOA - Lei Orçamentária Anual para 2014).

DATA: 24/10/2013

HORÁRIO: 15h

LOCAL: Plenário da Câmara de Vereadores de Gaspar
Avenida das Comunidades, nº 133, Centro
Prédio do GASCIC

Grão Pará

PREFEITURA

1º Termo Aditivo ao Contrato 73-2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 73/2013, DATADO DE 1º DE AGOSTO DE 2013, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barrão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, CEP 88.890-000, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, empresa estabelecida na Rua João Pessoa, 134 – 1º Andar, Centro – Criciúma/SC, CEP 88.801-530, inscrita no CNPJ/MF sob n. 00.456.865/0001-67, neste ato, representada por seu Procurador, Senhor Ernesto Muniz de Souza Jr, advogado, Portador do CPF. 004.770.259-19, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo, em razão da Clausula Primeira do contrato, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula I, do Contrato n. 73/2013, datado de 1º de agosto de 2013, passando a ter a seguinte redação:

1.1.2 Locação dos Sistemas:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	CUSTO UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
6	05	Mês	Patrimônio	01	R\$ 181,00	R\$ 905,00
7	05	Mês	Estoque	01	R\$ 181,00	R\$ 905,00
8	05	Mês	Frotas	01	R\$ 181,00	R\$ 905,00
			Atendimento ao servidor público via internet			
10	05	Mês		Ilimitado	R\$ 150,00	R\$ 750,00
			Atendimento ao Cidadão via internet			R\$
12	05	Mês		Ilimitado	R\$ 229,00	1.145,00
			Escrituração Eletrônica do ISS via internet			R\$
13	05	Mês		Ilimitado	R\$ 335,00	1.675,00
			Controle de Notas Fiscais Eletrônicas via internet			R\$
14	05	Mês		Ilimitado	R\$ 660,00	3.300,00

1.1.3 Serviços Técnicos



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

1	01	Serv.	Serviços de Implantação dos sistemas, conversão dos dados, implantação de sistema gerenciador de bancos de dados e treinamento para os usuários	Conforme necessidade	R\$ 12.160,00	R\$ 12.160,00
2	100	Hora	Assistência Técnica, após implantação dos sistemas, quando solicitado.	Conforme necessidade	R\$ 70,00	R\$ 7.000,00
3	5.000	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	Conforme necessidade	R\$ 0,70	R\$ 3.500,00
4	15	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	Conforme necessidade	R\$ 45,00	R\$ 675,00

Os itens acima 6, 7, 8, 10, 12, 13 e 14 referente à Locação dos Sistemas, e os itens 1, 2, 3, e 4, referente aos Serviços Técnicos, apenas serão pagos após o fornecimento da Ordem de Serviço e respectivo cumprimento da referida Ordem.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 09 de agosto de 2013.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JR.
Procurador da Contratada

CLAYTON BIANCO
OAB/SC 15.174
Assessor Jurídico

TESTEMUNHAS

1º Termo Aditivo ao Contrato N 51-2013 (Diesel S10)

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO N. 51/2013, DATADO DE 25 DE ABRIL DE 2013, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA POSTO GRÃO PARÁ LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e POSTO GRÃO PARÁ LTDA, empresa estabelecida na Rua Nereu Ramos, s/n, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 00.084.043/0001-00, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Senhor DAILTON DORIGON DE SOUZA, brasileiro, Casado, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPF n. 824.733.079-20 doravante denominado de CONTRATADA, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 51/2013, considerando a necessidade de alteração quantitativa, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a quantidade do item abaixo especificado:

DIESEL S10 = 10.000 Litros, passando para 12.500 litros.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 17 de Julho de 2013.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

DAILTON DORIGON DE SOUZA
Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

1º Termo Aditivo ao Contrato N 61-2013 (Jef)

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO N. 61/2013, DATADO DE 05 DE JULHO DE 2013, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA JEF SUPERMERCADO LTDA-ME, VISANDO À AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA MERENDA ESCOLAR E PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e JEF SUPERMERCADO LTDA ME, empresa estabelecida na Rua Jorge Lacerda, 425, no Centro da Cidade de Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 03.209.332./0001-79, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Senhor FLAVIO MEURER MÜLLER, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CNPF n. 767.569.639-53 doravante denominado de CONTRATADA, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 61/2013, considerando a necessidade de alteração quantitativa,

para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a quantidade do item abaixo especificado:

- Café Solúvel (Frasco c/ 30g) - 200 Frascos, passando para 250 Frascos.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 17 de setembro de 2013.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

FLÁVIO MEURER MÜLLER
Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

1º Termo Aditivo ao Contrato N59-2013 (Eplan)

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 59/2013, DATADO DE 20 DE MAIO DE 2013, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA EPLAN CONSULTORIA ASSOCIADA LTDA ME, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO E CONSULTORIA PÚBLICA PARA ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000, neste ato, representado pelo Senhor AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal, portador do CPF n. 436.051.849-87, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa EPLAN CONSULTORIA ASSOCIADA LTDA ME, com sede na Rua XV de Novembro, nº 132, sala 30, Galeria Zomer e Berger, Centro do Município de Orleans, Estado de Santa Catarina, neste ato, representada pelo Sócio Administrador Senhor ANTONIO JOÃO TAVARES, portador de CPF 063.795.409-20 e RG 143.866-2, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 59/2013, no que diz respeito à alteração do prazo para realização do processo seletivo, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 02 (dois) meses o prazo para execução, totalizando, assim, 04 (quatro) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização do objeto, contados a partir da assinatura do contrato, que ocorreu em 20 de maio de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 17 de Julho de 2013.

CONTRATANTE
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

CONTRATADA
ANTONIO JOÃO TAVARES
Sócio Administrador da Empresa Contratada

TESTEMUNHAS

4º Termo Aditivo ao Contrato 71-2012- Vigencia- (Contrutora Espaço Ideal)-

QUARTO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 71/2012, DATADO DE 12 DE JULHO DE 2012, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA CONSTRUTORA ESPAÇO IDEAL LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE SANITÁRIA CENTRAL E CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO JUNTO À UNIDADE, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e CONSTRUTORA ESPAÇO IDEAL LTDA, estabelecida na Rua Professor Pedro Michels, 998, Térreo, Bairro INSS, Município de Braço do Norte/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 15.074.566/0001-35, representada, neste ato, por sua Sócia Administradora, Sra. ROSIMERI DE SOUZA ROHDEN SERAFIM, portadora da Cédula de Identidade RG n. 1.732.913 e inscrita no CPF sob o n. 505.861.659-91, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 70/2012, no que diz respeito à alteração do prazo para vigência contratual, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar, a partir desta data, por 06 (seis) meses o prazo de vigência do Contrato n. 71/2012, assinado em 12 de julho de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 11 de Julho de 2013.

CONTRATANTE
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

CONTRATADA
ROSIMERI DE SOUZA ROHDEN SERAFIM
Sócia Administradora Empresa Contratada

TESTEMUNHAS

5º Termo Aditivo ao Contrato 48-2012- Vigencia- (a. Mendes)

QUINTO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 48/2012, DATADO DE 13 DE MARÇO DE 2012, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA A. MENDES TERRAPLANAGEM CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA, VISANDO À A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL DA RODOVIA MUNICIPAL GPA 385 (SÃO JOÃO) COM DIREÇÃO À LOCALIDADE DE RIO CACHOEIRINHAS, NA DIVISA COM O MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE, NO TOTAL DE 1.473,45M DE EXTENSÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e a empresa A. MENDES TERRAPLANAGEM CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA, estabelecida na Rodovia SC 438, KM 10, Pouso Alto, Gravatal/

SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 00.993.058/0001-83, representada, neste ato, pelo Senhor JOSÉ DE ASSIS CORRÊA, brasileiro, casado, Sócio Administrador, CNPF n. 851.540.919-49, Carteira de Identidade n. 5/R-2.536.023, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 48/2012 no que diz respeito à alteração do prazo para vigência contratual, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar, a partir desta data, por 12 (doze) meses o prazo de vigência do Contrato n. 48/2012, assinado em 13 março de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 13 março de 2013.

AMILTON ASCARI JOSÉ DE ASSIS CORRÊA
Prefeito Municipal Sócio Administrador da Empresa Contratada

TESTEMUNHAS

5º Termo Aditivo ao Contrato 60-2012- Vigencia- (a. Mendes)

QUINTO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 60/2012, DATADO DE 17 DE MAIO DE 2012, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA A. MENDES TERRAPLANAGEM CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO, COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, COM EXTENSÃO DE 383,75M E LARGURA DE 12,40M, DA RUA NEREU RAMOS, GRÃO-PARÁ/SC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e a empresa A. MENDES TERRAPLANAGEM CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA, estabelecida na Rodovia SC 438, KM 10, Pouso Alto, Gravatal/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 00.993.058/0001-83, representada, neste ato, pelo Senhor José de Assis Corrêa, brasileiro, casado, Sócio Administrador, CNPF n. 851.540.919-49, Carteira de Identidade n. 5/R-2.536.023, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 60/2012 no que diz respeito à alteração do prazo para vigência contratual, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar, a partir desta data, por 06 (seis) meses o prazo de vigência do Contrato n. 60/2012, assinado em 17 de maio de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 21 de maio de 2013.

AMILTON ASCARI JOSÉ DE ASSIS CORRÊA
Prefeito Municipal Sócio Administrador da Empresa Contratada

TESTEMUNHAS

6º Termo Aditivo ao Contrato N 60-2012 (a. Mendes - Nereu Ramos)

SEXTO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 60/2012, DATADO DE 17 DE MAIO DE 2012, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA A. MENDES TERRAPLANAGEM CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO, COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, COM EXTENSÃO DE 383,75M E LARGURA DE 12,40M, DA RUA NEREU RAMOS, GRÃO-PARÁ/SC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e a empresa A. MENDES TERRAPLANAGEM CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA, estabelecida na Rodovia SC 438, KM 10, Pouso Alto, Gravatal/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 00.993.058/0001-83, representada, neste ato, pelo Senhor José de Assis Corrêa, brasileiro, casado, Sócio Administrador, CNPF n. 851.540.919-49, Carteira de Identidade n. 5/R-2.536.023, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 60/2012, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 04 (quatro) meses o prazo para execução da obra, totalizando, assim, 20 (vinte) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que ocorreu em 21 de maio de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 22 de julho de 2013.

AMILTON ASCARI JOSÉ DE ASSIS CORRÊA
Prefeito Municipal Sócio Administrador da Empresa Contratada

TESTEMUNHAS

7º Termo Aditivo ao Contrato N 70-2012 (Cons. Espaço Ideal)

SÉTIMO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 70/2012, DATADO DE 06 DE JULHO DE 2012, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA CONSTRUTORA ESPAÇO IDEAL LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REFORMA DO GINÁSIO DE ESPORTES DO DISTRITO DE AIURÉ, GRÃO-PARÁ/SC, COM A ÁREA TOTAL DE 1.000,00M2

(UM MIL METROS QUADRADOS)

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000, neste ato, representado pelo Senhor AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal, portador do CPF n. 436.051.849-87, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUTORA ESPAÇO IDEAL LTDA, estabelecida na Rua Professor Pedro Michels, 998, Térreo, Bairro INSS, Município de Braço do Norte/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 15.074.566/0001-35, representada, neste ato, por sua Sócia Administradora, Sra. ROSIMERI DE SOUZA ROHDEN SERAFIM, portadora da Cédula de Identidade RG n. 1.732.913 e inscrita no CPF sob o n. 505.861.659-91, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 70/2012, no que diz respeito à alteração do prazo para vigência contratual, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar, a partir desta data, por 06 (seis) meses o prazo de vigência do Contrato n. 70/2012, assinado em 06 de julho de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 04 de Julho de 2013.

CONTRATANTE	CONTRATADA
AMILTON ASCARI	ROSIMERI DE SOUZA ROHDEN SERAFIM
Prefeito Municipal	Sócia Administradora Empresa Contratada

TESTEMUNHAS

8º Termo Aditivo ao Contrato 47-2011 (Construtora Dandolini)-

OITAVO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 47/2011, DATADO DE 20 DE ABRIL DE 2011, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA CONSTRUTORA DANDOLINI LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE UM NÚCLEO DE ESPORTE E LAZER

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e CONSTRUTORA DANDOLINI LTDA, estabelecida na Av. Monsenhor Frederico Tombrock, 815, Centro, São Ludgero, Santa Catarina, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 04.357.863/0001-71, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, representada, neste ato, pelo Senhor CLÁUDIO DANDOLINI, brasileiro, casado, engenheiro civil, Sócio Administrador, CPF n. 651.514.109-20, CREA/SC 46885-6, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 47/2011, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 05 (cinco) meses o prazo para execução da obra, totalizando, assim, 35 (trinta e cinco) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que ocorreu em 26 de abril de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 26 de outubro de 2013.

CONTRATANTE	CONTRATADA
AMILTON ASCARI	CLÁUDIO DANDOLINI
Prefeito Municipal	Sócio Administrador da Empresa Contratada

TESTEMUNHAS

8º Termo Aditivo ao Contrato N 70-2012 (Cons. Espaço Ideal)

OITAVO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 70/2012, DATADO DE 06 DE JULHO DE 2012, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA CONSTRUTORA ESPAÇO IDEAL LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REFORMA DO GINÁSIO DE ESPORTES DO DISTRITO DE AIURÊ, GRÃO-PARÁ/SC, COM A ÁREA TOTAL DE 1.000,00M2 (UM MIL METROS QUADRADOS)

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000, neste ato, representado pelo Senhor AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal, portador do CPF n. 436.051.849-87, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUTORA ESPAÇO IDEAL LTDA, estabelecida na Rua Professor Pedro Michels, 998, Térreo, Bairro INSS, Município de Braço do Norte/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 15.074.566/0001-35, representada, neste ato, por sua Sócia Administradora, Sra. ROSIMERI DE SOUZA ROHDEN SERAFIM, portadora da Cédula de Identidade RG n. 1.732.913 e inscrita no CPF sob o n. 505.861.659-91, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 70/2012, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 02 (dois) meses o prazo para execução da obra, totalizando, assim, 14 (quatorze) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que ocorreu em 06 de julho de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 04 de Julho de 2013.

CONTRATANTE	CONTRATADA
AMILTON ASCARI	ROSIMERI DE SOUZA ROHDEN SERAFIM
Prefeito Municipal	Sócia Administradora Empresa Contratada

TESTEMUNHAS

9º Termo Aditivo ao Contrato N 70-2012 (Cons. Espaço Ideal)**OITAVO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 70/2012, DATADO DE 06 DE JULHO DE 2012, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA CONSTRUTORA ESPAÇO IDEAL LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REFORMA DO GINÁSIO DE ESPORTES DO DISTRITO DE AIURÊ, GRÃO-PARÁ/SC, COM A ÁREA TOTAL DE 1.000,00M2 (UM MIL METROS QUADRADOS)

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000, neste ato, representado pelo Senhor AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal, portador do CPF n. 436.051.849-87, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUTORA ESPAÇO IDEAL LTDA, estabelecida na Rua Professor Pedro Michels, 998, Térreo, Bairro INSS, Município de Braço do Norte/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 15.074.566/0001-35, representada, neste ato, por sua Sócia Administradora, Sra. ROSIMERI DE SOUZA ROHDEN SERAFIM, portadora da Cédula de Identidade RG n. 1.732.913 e inscrita no CPF sob o n. 505.861.659-91, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 70/2012, no que diz respeito à alteração do

prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 02 (dois) meses o prazo para execução da obra, totalizando, assim, 14 (quatorze) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que ocorreu em 06 de julho de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 04 de Julho de 2013.

CONTRATANTE
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

CONTRATADA
ROSIMERI DE SOUZA ROHDEN SERAFIM
Sócia Administradora Empresa Contratada

TESTEMUNHAS



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Guaramirim

PREFEITURA

Extrato do Quarto Termo Aditivo 46/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO 46//2012-
PMG

Processo de Licitação: 70/2012.

Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para execução da obra de terraplanagem, drenagem pluvial e sinalização viária das Ruas Paraná e Cruzeiro - Bairro Recanto Feliz.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratada: Paviplan Pavimentação Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida na estabelecida na Rua Anélio Nicocelli, n.º 1720, Bairro Figueirinha, no município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) prorrogar o prazo de vigência do contrato até 01/12/2013, conforme justificativas apresentadas pelo Secretaria de Planejamento anexa ao processo licitatório.

Data da Assinatura: 09/09/2013 Vigência 01/12/2013.

GUARAMIRIM (SC), 09/09/2013

LAURO FRÖHLICH

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 721/2013

PORTARIA Nº 721/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido conforme requerimento anexo, e DECLARAR a Vacância do cargo ocupado pela Servidora ELIANE PINTO LISOT (Matr. 2566), a qual exercia as funções inerentes ao Cargo de Provisão Efetivo de Professor, Nível - 6, Referência "B", Anexo XI da LC Nº 286/2011, 20 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 07 de Outubro de 2013, de conformidade com o disposto nos artigos 44 e 45, da LC Nº 281/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 04 de Outubro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 713/2013

PORTARIA Nº 713/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor JAIR FRANCISCO ANTUNES (Matr. 508), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "G", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a partir de 04 de outubro de 2013 a 15 de outubro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Outubro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 714/2013

PORTARIA Nº 714/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor CARLOS ROGERIO LOPES DE LIMA (Matr. 2743), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Médico, Nível - 14, Referência "A", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a partir de 07 de outubro de 2013 a 18 de outubro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Outubro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 715/2013

PORTARIA Nº 715/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 04 (quatro) dias de Licença Prêmio, à servidora JAELE MARIA DOS S CARLETTI (Matr. 574), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Professor, Nível - 6, Referência "B", Anexo XI da LC Nº. 286/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 104, § único da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 30 de dezembro de 2010 a 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a partir de 07 de outubro de 2013 a 18 de outubro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Outubro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 716/2013

PORTARIA Nº 716/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora SAIONARA FERREIRA FRANÇA (Matr. 2733), ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, Anexo I, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15 de abril de 2012 e 14 de abril de 2013, para serem gozadas a partir de 07 de outubro de 2013 a 05 de novembro de 2013, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Outubro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 717/2013

PORTARIA Nº 717/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ALESSANDRA CRISTIANE MASCARELLO (Matr. 2725), ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, Anexo I, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15 de abril de 2012 e 14 de abril de 2013, para serem gozadas a partir de 07 de outubro de 2013 a 05 de novembro de 2013, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Outubro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 718/2013

PORTARIA Nº 718/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora GELCI DE GIACOMETTI (Matr. 337), ocupante do Cargo em Provisamento Efetivo de Telefonista, Nível - 6/2, Referência "D", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de novembro de 2011 e 31 de outubro de 2012, para serem gozadas a partir de 07 de outubro de 2013 a 05 de novembro de 2013, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Outubro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 719/2013

PORTARIA Nº 719/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 15 (quinze) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 111/2013, ao Servidor LUIZ CARLOS JULIAN (Matr. 892), ocupante do Cargo em Provisamento Efetivo de Motorista, Nível - 7, Referência "D", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de abril de 2011 e 31 de março de 2012, para serem gozadas a partir de 07 de Outubro de 2013 a 21 de Outubro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Outubro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 720/2013

PORTARIA Nº 720/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido conforme requerimento anexo, o Servidor

RONALDO DALLA COSTA (Matr. 3420), a partir de 07 de Outubro de 2013, o qual exercia a função de Professor Leigo, Disciplina de Informática, 30 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 286/2011, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Outubro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 047/2013

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

EXTRATO CONTRATO Nº 047/2013 DE 16/09/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste/ Convênio
Corpo de Bombeiros

Contratada: Telefônica Brasil S/A.

OBJETO: Prestação de Serviços de Telefonia Móvel Pessoal, compreendido na área de serviço da prestadora, mediante a cessão de uso de aparelhos em comodato.

VALOR Valor mensal estimado R\$ 98,89

PRAZO : 31/12/2013

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2013, conforme Lei Orçamentária nº 2975/2012 de 27/12/2012 e respectivos exercícios.

Herval d'Oeste, em 16 de setembro de 2013.

NELSON GUINDANI

TELEFÔNICA BRASIL S/A

Pela Contratante

Contratada



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Anexo I - Arp 0122013 - Preços Registrados**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/37

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:****Número do Registro de Preços: 12/2013****Data do Registro: 20/09/2013****Válido até: 20/09/2014****Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ÁCIDO GEL A 37% (ÁCIDO FOSFÓRICO) - CONDICIONADOR DENTAL EM SERINGAS 2,5ML	UND	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Caithec-Dental	0	1,2100	1
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	ATACTECK	0	1,2200	2
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	CAITHEC	0	1,2600	3
2	Adesivo para dentina e esmalte 2 em 1, agente de união monocomponente multiuso com flúor fotopolimerizável em frasco âmbar (06 gramas);	Fr	PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	3M ESPE	0	74,8900	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	SINGLE BOND	0	74,9000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	3M - SINGLEBOND	0	80,6000	3
3	Agulha gengival 27 G curta confeccionada em aço especial inoxidável de alta tecnologia, siliconizada para suavizar a penetração da Cânula no tecido, trifacetada com indicação da face do bisel e paredes finas, que proporcionam melhor fluxo da solução anestésica, esterilizada por óxido de etileno. Lacardas por solda à fusão, embaladas separadamente com protetores plásticos seguros, apirogênicos, caixa com 100 unidades	CX	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	UNOJECT	0	22,0000	1
4	Agulha gengival 30 G curta confeccionada em aço especial inoxidável de alta tecnologia, siliconizada para suavizar a penetração da Cânula no tecido, trifacetada com indicação da face do bisel e paredes finas, que proporcionam melhor fluxo da solução anestésica, esterilizada por óxido de etileno. Lacardas por solda à fusão, embaladas separadamente com protetores plásticos seguros, apirogênicos, caixa com 100 unidades	CX	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	UNOJECT	0	17,0000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	DFL	0	19,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 2/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA, EXTRACURTA CONFECCIONADA EM AÇO ESPECIAL INOXIDÁVEL DE ALTA TECNOLOGIA, SILICONZADA PARA SUAVIZAR A PENETRAÇÃO DA CÂNULA NO TECIDO, TRIFACETADA COM INDICAÇÃO DA FACE DO BISEL E PAREDES FINAS, QUE PROPORCIONAM MELHOR FLUXO DA SOLUÇÃO ANESTÉSIA, ESTERILIZADA POR ÓXIDO DE ETILENO, LACRADAS POR SOLDA À FUSÃO, EMBALADAS SEPARADAMENTE COM PROTETORES PLÁSTICOS SEGUROS, APIROGÊNICOS, CAIXA COM 100 UNIDADES	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	INJEX	0	14,5500	1
6	Almotolias plásticas médias para acondicionamento para soro e álcool - volume: 300ml;	Und	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	JPROLAB	0	2,1600	1
7	Anestésico de cloridato de prilocaína - felipressina 54 mg + 0,054 VI / ampola solução injetável, cx c/ 50 anestubes de 1,8 ml cada	CX	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	DENTSPLY	0	26,3000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Cristalia	0	26,3500	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	DENTSPLY	0	26,3800	3
8	ANESTÉSICO TÓPICO COM PRINCÍPIO ATIVO DE BENZOCAÍNA A 20% EM GEL, POTES COM 12GR	CX	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	DFL	0	5,0600	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	DFL-BENZOTC	0	5,2000	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	DFL	0	5,4000	3
9	ANESTÉSICO CLORIDADO DE LIDOCAÍNA E FENILIFRINA (1,8ML) CAIXA COM 50 TUBETES	CX	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	SS WHITE 100	0	21,0000	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	SSWHITE	0	21,6500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	SSWHITE	0	22,9900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 3/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	ANESTÉSICO COM CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% SEM VASO CONSTRITOR DE USO LOCAL, CAIXA COM 50 TUBETES.	CX	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	CRISTALIA	0	23,2900	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	XYLESTESIN	0	23,3000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Cristalia	0	23,6600	3
11	ANTISSÉPTICO BUCAL, CONTEÚDO DE 1500ML. COMPOSIÇÃO: TIMOL 0,064%, EUCALIPTO 0,092%, SALICILATO DE METILA 0,060%, MENTOL 0,042% E EXCIPIENTES, SABOR HORTELÃ, COM UMA BOMBA E 100 COPOS DESCARTÁVEIS.	UND	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	LISTERINE	0	30,6000	1
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	LISTERINE	0	33,1900	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	LISTERINE	0	37,5000	3
12	Babador dental impermeável 33x48, pacotes com 100 unidades, 1 lado impermeável com duas folhas de papel e 1 plástica	PCT	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	SSPLUS	0	8,1500	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Ssplus	0	9,3200	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	BIOSERVICE	0	9,4000	3
13	Bandeja de inox para armazenar material, com tamanho aproximado de 20 cm de comprimento, 14 cm de largura e 5,5 cm de profundidade.	UND	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Fami/Luminox	0	22,8000	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	AÇONOX	0	36,3000	2
14	Broca cirúrgica para alta rotação HL (haste longa) nº 701;	Und	PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	LABORDENTA	0	10,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 4/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	BROCA CIRÚRGICA 702 PARA ALTA ROTAÇÃO, TENDO A SUA PARTE ATIVA FABRICADA EM AÇO INOXIDAVEL DIN. 1.4197, CONTENDO 13% DE CR.	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	LABORDENTA	0	10,0000	1
16	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO Nº 01 TIPO CARBIDE	UND	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	MEDIN	0	4,3100	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Medin	0	5,0200	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	QUIMIDROL	0	5,4600	3
17	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO Nº 1090 DIAMANTADA	UND	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	KG	0	5,1900	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	KG SORENSE	0	5,2500	2
18	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO N 2135F, DIAMANTADA, PARA ACABAMENTO DE RESINA COMPOSTA.	UND	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	KG	0	5,1900	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	KG SORENSE	0	5,2500	2
19	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO Nº 3118, DIAMANTADA, TIPO CHAMA DOURADA, PARA ACABAMENTO DE RESINA COMPOSTA.	UND	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	KG	0	5,1900	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	KG SORENSE	0	5,2500	2
20	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO N 3168 F, DIAMANTADA PARA ACABAMENTO DE RESINA COMPOSTA.	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	KG SORENSE	0	5,1800	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	KG	0	5,1900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 5/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO Nº 3195 DIAMANTADA	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	KG SORENSE	0	5,1800	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	KG	0	5,1900	2
22	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO Nº 3195 F DIAMANTADA	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	KG SORENSE	0	5,1800	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	KG	0	5,1900	2
23	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 02 EM INOX ESFÉRICA	UND	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	JOTA	0	2,2600	1
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	MEDIN	0	2,2900	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Nti	0	2,4400	3
24	broca de baixa rotação n 03	und	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	QUIMIDROL	0	2,0700	1
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	JOTA	0	2,2600	2
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	MEDIN	0	2,2900	3
25	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 04 EM INOX ESFÉRICA	UND	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Nti	0	2,2500	1
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	JOTA	0	2,2600	2
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	MEDIN	0	2,2900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 6/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:**Número do Registro de Preços: 12/2013****Data do Registro: 20/09/2013****Válido até: 20/09/2014****Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 06 EM INOX ESFÉRICA	UND	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	MEDIN	0	2,2500	1
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	JOTA	0	2,2600	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Nti	0	2,4400	3
27	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 08 EM INOX ESFÉRICA	UND	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	JOTA	0	2,2600	1
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	MEDIN	0	2,2900	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Nti	0	2,4400	3
28	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO NÚMERO 4HL.	UND	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	QUIMIDROL	0	4,1500	1
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	INJECTA	0	4,4300	2
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	JOTA	0	4,5200	3
29	BROCA DIAMANTADA DE ALTA ROTAÇÃO 3081	UND	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	KG	0	4,9900	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	KG SORENSE	0	5,2500	2
30	BROCA ZEKRYA CIRÚRGICA 191 Z	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	JET	0	17,0000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	KG	0	22,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 7/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	JOTA	0	25,5000	3
31	BROCAS DE ALTA ROTAÇÃO Nº 1/2 EM INOX, TIPO CARBIDE	UND	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	MEDIN	0	6,1500	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	LABORDENTA	0	6,7000	2
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	JOTA	0	7,8300	3
32	Brocas de alta rotação nº 1011 diamantada	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	KG SORENSE	0	5,1800	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	KG	0	5,1900	2
33	BROCAS DE ALTA ROTAÇÃO Nº 1012 DIAMANTADA	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	KG SORENSE	0	5,1800	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	KG	0	5,1900	2
34	BROCAS DE ALTA ROTAÇÃO Nº 1014 DIAMANTADA	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	KG SORENSE	0	5,1800	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	KG	0	5,1900	2
35	Brocas de alta rotação nº 1016 diamantada	UND	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	KG	0	5,1800	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	KG SORENSE	0	5,2500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 8/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	BROCAS DE ALTA ROTAÇÃO Nº 1091 DIAMANTADA	UND	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	KG	0	5,1800	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	KG SORENSE	0	5,2500	2
37	BROCAS DE ALTA ROTAÇÃO Nº 1093 DIAMANTADA	UND	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	KG	0	5,1800	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	KG SORENSE	0	5,2500	2
38	CABO PARA BISTURI UNIVERSAL EM INOX Nº 3	UND	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Abc	0	4,7400	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	GOLGRAN	0	4,7500	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	GOLGRAN	0	5,1000	3
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	GOLGRAN	0	5,2000	4
39	CABO PARA ESPELHO UNIVERSAL EM INOX	UND	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Cassiflex	0	1,6100	1
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	GOLGRAN	0	2,6300	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	GOLGRAN	0	3,9000	3
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	GOLGRAN	0	3,9000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 9/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
41	Cápsula de amalgama , A 56%, Sn, 27,9%, Cun15,4%, in 0,5%, Zn 0,2%, Hg 47,9%, partículas esferoidais irregulares, cápsula com uma porção	UND	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	SDI	0	1,8000	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	PERMITE	0	1,8100	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	SDI - PERMITI	0	2,2600	3
42	CARIOSTÁTICO 10ML	FR	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	IODONTOSUL	0	12,0900	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	CARIESTOP	0	13,9500	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Iodontosul	0	14,0500	3
43	CARPULLE/SERINGA DOBRÁVEL EM INOX ESTERILIZÁVEL	UND	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Cassiflex	0	17,4900	1
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	LM	0	17,5000	2
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	FAVA	0	22,0500	3
44	CLORIDRATO DE MEPIVACAÍNA + BITARTARATO DE NOREPINEFRINA. FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL. APRESENTAÇÃO DE 5 BLÍSTERES COM 10 CARPULES (TUBETES) DE 1,8 ML CADA PARA USO EXCLUSIVO VIA INJEÇÃO POR INFILTRAÇÃO OU POR BLOQUEIO DO NERVO. USO PEDIÁTRICO E/OU ADULTO. COMPOSIÇÃO: CADA ML DE SOLUÇÃO INJETÁVEL CONTÉM: CLORIDRATO DE MEPIVACAÍNA (20 MG), BITARTARATO DE NOREPINEFRINA (18UG), EXCIPIENTE: CLORETO DE SÓDIO, METABISSULFITO DE POTÁSSIO, EDTA DISSÓDICO E ÁGUA PARA INJEÇÃO (1,0ML), COM 50 TUBETES.	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	DFL	0	46,2900	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	MEPINOR	0	46,3000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 10/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	DFL	0	52,0000	3
45	Creme dental com flúor uso adulto 90g	TBO	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	ICE FRESH	0	0,8200	1
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	FREEDENT	0	0,8400	2
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	ICEFRESH	0	0,9700	3
46	CREME ODONTOLÓGICO PARA TRATAMENTO DE ALVEOLITE 25GR	UND	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Inodon	0	10,1900	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	ALVOLEX	0	14,1800	2
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	ALVOLEX	0	22,8500	3
47	Cunha cervical de madeira para adaptador de matrizes, caixa com 100 unidades;	CX	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	IODONTOSUL	0	7,3000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	IODONTOSUL	0	8,7100	2
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	IODONTOSUL	0	10,0500	3
48	CURETAS GRACEY 11/12 EM INOX	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	GOLGRAN	0	7,9000	1
49	CURETAS GRACEY 13/14 EM INOX	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	GOLGRAN	0	7,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 11/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
50	CURETAS GRACEY 5/6 EM INOX	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	GOLGRAN	0	7,9000	1
51	CURETAS GRACEY 7/8 EM INOX	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	GOLGRAN	0	7,9000	1
52	ESCAVADOR DE DENTINA EM INOX N 5.	UND	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	GOLGRAN	0	3,8100	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	GOLGRAN	0	3,9700	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	GOLGRAN	0	4,2000	3
53	Escova dental massageadora tipo dedeira em silicone, macia e flexível para uso de bebês.	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	MEDFIO	0	5,4000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	MED FIO	0	6,2400	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	MEDFIO	0	6,4000	3
54	Escova dental infantil, cerdas de nylon, macia 23 tufo, aparadas uniformemente e arredondadas, cabo reto, medindo aproximadamente 13 cm. Embaladas com estojo de PVC cristal em alça para pendurar	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	MEDFIO FLOF	0	0,8500	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	MEDFIO	0	1,5000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	MEDFIO	0	1,6200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 12/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
55	Escovas dentais adulto com cerdas de nylon macias contendo 34 tufo de cerdas aparadas uniformemente e arredondadas, cabo reto com empunhadura. Embaladas com estojo de PVC cristal em alça para pendurar	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	MEDFIO	0	1,0500	1
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	MEDFIO	0	1,1200	2
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	MEDFIO	0	1,3300	3
56	Escovas dentais com cerdas de nylon macias, tamanho infantil, 28 tufo, aparadas uniformemente e arredondadas, cabo reto, medindo 15 cm, anatômica, com empunhadura. Embaladas com estojo de PVC cristal em alça para pendurar	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	MEDFIO FLOF	0	0,9800	1
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	MEDFIO	0	1,1900	2
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	MEDFIO	0	1,5800	3
57	ESCOVAS ROBSON BRANCA RETA, PARA USO EM BAIXA ROTAÇÃO	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	INJECTA	0	0,8500	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	MICRODONT	0	0,9800	2
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	MICRODONT	0	1,0800	3
58	EXTIRPA NERVOS VARIADOS COLORIDOS, CAIXA COM 8 UNIDADES	CX	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	MEDIN	0	16,4700	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	QUIMIDROL	0	16,4800	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	INJECTA	0	16,8000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 13/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
59	FIO CIRURGICO NYLON N 4-0, COM AGULHA 3/8, 3cm. CAIXA COM 24 UNIDADES	UND	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	PROCARE	0	18,8000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Solidor	0	19,2000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	TECHNOFIO	0	20,8000	3
60	FIO DE SEDA TRANÇADO 4.0 PARA USO ODONTOLÓGICO MONTADO EM AGULHA ATRAUMÁTICA EM CAIXA COM 24 ENVELOPES, ESTERELIZADO, USO ÚNICO, COMPRIMENTO 45CM	CX	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	LAMEDID	0	16,4800	1
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	PROCARE	0	18,8000	2
61	FIO DENTAL ROLO COM 100 METROS	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	MEDFIO	0	1,0000	1
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	HILLO	0	1,3000	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	MEDFIO	0	1,4000	3
62	Flúor solução para bochecho semanal. Concentração 0,2%, sabores variados, embalagem com 1 litro	LIT	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	IODONTOSUL	0	5,5700	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Inodon	0	6,7400	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	IODONTOSUL	0	7,5400	3
63	FLUOR TÓPICO GEL ACIDULADO PARA USO PROFISSIONAL 1,23%, FRASCO DE 200ML, 60 SEGUNDOS DE APLICAÇÃO	FR	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	IODONTOSUL	0	2,3500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 14/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	IODONTOSUL	0	2,3600	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	IODONTOSUL	0	2,8800	3
64	FLUOR TÓPICO GEL NEUTRO PARA USO PROFISSIONAL 1,23%, FRASCO DE 200ML, 4 MINUTOS DE APLICAÇÃO	FR	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	DFL	0	2,7700	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	IODONTOSUL	0	2,8800	2
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	IODONTOSUL	0	2,9000	3
65	FORMOCRESOL LÍQUIDO 10ML PARA USO ODONTOLÓGICO	FR	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	AAF	0	3,9800	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	IODONTOSUL	0	3,9900	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	BIODINAMICA	0	4,0500	3
66	Frasco de suspensão otológica 10ml com hidrocortizona (10mg/ml), sulfato de neomicina (5mg/ml) + sulfato de polimixina B (10.000 UI/ml) para uso em curativos para pulpectomias em endodontia;	FR	PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	FQM	0	9,8500	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Fqm	0	9,8900	2
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	FQM	0	9,9600	3
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	FKM	0	10,4000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 15/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
67	GEL DENTAL SEM FLÚOR INFANTIL. COMPOSIÇÃO: ÁGUA, SORBITOL, XYLITOL, SÍLICA HIDRATADA, PEG-8. COMPOSIÇÃO AROMÁTICA: CARBOXYMETYL CELLULOSE SODIUM BENZOATE, ÓLEO DE CAMOMILA. NÃO CONTÉM FLÚOR, TUBO PLÁSTICO DE 50 GR. SEM CORANTE. SABOR DE FRUTAS NATURAIS.	UND	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	CONDOR	0	2,4700	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Condor	0	2,6100	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	CONDOR	0	3,9500	3
68	GORRO COM ELÁSTICO, DESCARTÁVEL PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	EMBRAMAC	0	4,2900	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	EMBRAMAC	0	4,9500	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	BIOSERVICE	0	5,5000	3
69	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO EM PÓ P.A, FRASCO COM 10GR	UND	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	AAF	0	3,0200	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	BIODINAMICA	0	3,2300	2
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	IODONTOSUL	0	3,2700	3
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	BIODINÂMICA	0	3,3000	4
70	Hidróxido de cálcio para forramentos em kit com bloco de espatulação, pasta base (13g) e pasta catalizadora (11g);	CX	PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	TECHNEW	0	9,1000	1
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	TECHNEW	0	10,3800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 16/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Technew	0	10,7500	3
71	Jacaré para prender babador descartável no paciente em aço inóx	UND	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	MAQUIRA	0	4,6800	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	MAQUIRA	0	5,7000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	PRISMA	0	9,0900	3
72	KIT DE CONJUNTO DE MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO PÓ (PESO LÍQUIDO 38G) COM CONTEÚDO DE 15ML PARA USO ODONTOLÓGICO EM CAIXAS-PÓ: ÓXIDO DE ZINCO, POLI METACRILATO DE METILA E LÍQUIDO EUGENOL 99.5%, ÁCIDO ACÉTICO 0.5%	KIT	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	IRM	0	43,0000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	IRM-DENTSPL	0	52,0000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	DENTSPLY	0	61,7900	3
73	KIT COM DISCOS DE FELTRO FLEXÍVEIS PARA SUPOSTAR PASTAS E ABRASIVOS PARA POLIMENTO DE MATERIAIS RESTAURADORES E DO ESMALTE DENTAL CONTANDO 24 DISCOS DE FELTRO (8mm E 12mm) E 01 MANDRIL.	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	DENTSCARE	0	19,7500	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	FGM	0	23,4000	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	DIAMOND	0	27,0000	3
74	Kit de aspiração para endodontia em aço inox	KIT	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	BRAVO	0	19,5400	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	KONNEN	0	21,7500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 17/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	KONNEN	0	24,0000	3
75	KIT DE DISCOS DE LIXA COM SUPORTE FLEXÍVEL E MANDRIL, INDICADO PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE RESTAURAÇÃO EM RESINA, APRESENTADOS NOS DIÂMETROS DE 9,5 3 12,7 MM, EM 4 GRANULAÇÕES CODIFICADAS POR CORES; SEM CENTRO METÁLICO.	UND	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Fgm	0	35,4300	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	DIAMOND PR	0	47,2500	2
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	FGM	0	48,3300	3
76	KIT DE SISTEMAS DE ACABAMENTO DE COMPÓSITOS COM 07 PONTAS SORTIDAS EM 03 FORMATOS: TAÇA (2), CHAMA DE VELA (3) E DISCO (2).	UND	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	DENTSPLY	0	54,1500	1
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	DENTSPLY	0	54,2000	2
77	KIT SELANTE INCOLOR FOTOPOLIMERIZÁVEL, FRASCO COM 5ML, ÁCIDO GEL A 37% (10ML), 20 PONTAS DE PINCÊIS BANDEJA MULTIMISTURA	KIT	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	ALPHA SEAL	0	14,0000	1
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	DFL	0	14,9900	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	ALPHA-SEAL	0	17,1000	3
78	KIT VERNIZ COM FLÚOR 5%, 01 FRASCO 10ML DE VERNIZ COM FLÚOR + 1 FRASCO DE 10ML DE SOLVENTE PARA VERNIZ COM FLÚOR	KIT	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	FGM	0	9,9300	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	DENTSCARE	0	10,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 18/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	SSWHITE- FLI	0	14,6900	3
79	LÂMINA DE BISTURÍ Nº 12, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE E ESTERILIZADAS, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	SOLIDOR	0	13,9800	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	SOLIDOR	0	14,3000	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	SOLIDOR	0	15,0000	3
80	LÂMINA DE BISTURI Nº 15, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE E ESTERILIZADAS, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	SOLIDOR	0	13,9800	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	SOLIDOR	0	14,3000	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	SOLIDOR	0	15,0000	3
81	LIXA DE AÇO PARA ACABAMENTO DE AMALGAMA, CAIXA COM 12 UNIDADES, COMPRIMENTO 140MM E 6MM DE LARGURA	CX	PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	FAVA	0	4,9500	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	MICRODONT	0	5,2500	2
83	Máscara com elástico dupla descartável, filtragem mínima de 98% caixa com 100 unidades, com certificado de aprovação na embalagem;	CX	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Talge	0	3,8000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	EMBRAMAC	0	4,0300	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	EMBRAMAC	0	4,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 19/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
84	MÁSCARA COM TIRAS TRIPLAS (TRÊS CAMADAS), BRANCA, DESCARTÁVEL, FILTRAGEM SUPERIOR A 96%, CAIXA COM 100 UNIDADES, NÃO ALÉRGICA, 100% PROPILENO, BRANCA, NÃO INFLAMÁVEL, SEM FIBRA DE VIDRO, SEM LÁTEX, TOTALMENTE ATÓXICA, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NA EMBALAGEM.	UND	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	DESCARPAC	0	4,6200	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	EMBRAMAC	0	4,6500	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	DESCARPAC	0	7,3500	3
85	Óleo mineral atóxico de baixa viscosidade, elevado grau de pureza, aditivos para prevenir oxidações e desgastes das partes móveis, para lubrificação de canetas alta e baixa rotação em spray, com dois adaptadores com bico apropriado para adaptar em contra ângulo, peças retas, micromotor e canetas de alta rotação, frasco com 200 ml.	FR	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	PREVEN	0	9,5100	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	MAQUIRA	0	14,5600	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	MAQUIRA	0	15,8000	3
86	Papel duplaface bicolor para articulação azul e vermelho, 12 folhas de 110X25mm;	BI	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	PACCU FILM	0	9,8200	1
87	PASTA DE POLIMENTO EM RESINAS, PRODUZIDA COM INGREDIENTES ATÓXICOS, SOLÚVEIS EM ÁGUA, A BASE DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO, GRANULAÇÃO EXTRA FINA DE 6 A 8 MICRONS.	UND	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	FGM	0	11,4100	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	DENTSCARE	0	11,8500	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	DIAMOND	0	12,7500	3
88	Pasta maisto 10g;	Und	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	MAISTOSUL	0	12,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 20/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	IODONTOSUL	0	16,4600	2
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	IODNOTSUL	0	16,5100	3
89	PASTA PROFILÁTICA, TUBO COM 90G BRANCA SABOR TUTI-FRUTI OU MENTA	UND	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	HERJOS	0	3,7500	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	HERJOS	0	4,2800	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Maquira	0	4,2900	3
90	PINÇA CLÍNICA COM GUIA EM INOX PARA ALGODÃO	UND	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	GOLGRAN	0	6,0000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	GOLGRAN	0	6,4900	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	GOLGRAN	0	7,2000	3
91	Pincel microbrush fino, cx c/ 100 unidades	CX	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	KG	0	5,4500	1
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	ANGELUS	0	5,4700	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	CAVIBRUSH	0	6,0000	3
92	PÓ E LÍQUIDO PARA IONÔMETRO DE VIDRO PARA USO EM RESTAURAÇÃO DENTÁRIA COM PESO LÍQUIDO DE PÓ DE 10G E LÍQUIDO 8ML	CX	PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	DENTSCARE	0	14,3500	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	MAXXION R	0	14,3600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 21/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	FGM	0	14,3700	3
93	Porta agulha mayo - hegar em inox 14 cm	UND	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Abc	0	11,9000	1
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	ABC	0	12,0000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	GOLGRAN	0	14,3000	3
95	POTE DAPPEN COLORIDOS DE PLÁSTICO	UND	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	MAQUIRA	0	1,4300	1
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	MAQUIRA	0	1,4500	2
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	MAQUIRA	0	1,4500	3
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	INDUSBELLO	0	1,5000	4
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	MAC	0	1,5500	5
96	RESINA MICROHÍBRIDA A BASE DE MICROGLASS COM VIDRO DE BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO 0,02-2 MICRÔMETROS. DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO 0,02-0,07 MICRÔMETROS NA COR: A3	UND	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	KULZER	0	38,9800	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	CHARISMA	0	39,0000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	CHARISMA	0	40,8200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 22/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
97	RESINA MICROHÍBRIDA A BASE DE MICROGLASS COM VIDRO DE BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO 0,02-2 MICRÔMETROS. DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO 0,02-0,07 MICRÔMETROS NA COR: A2	UND	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	KULZER	0	38,9800	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	CHARISMA	0	39,0000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	CHARISMA	0	40,8200	3
98	RESINA MICROHÍBRIDA A BASE DE MICROGLASS COM VIDRO DE BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO 0,02-2 MICRÔMETROS. DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO 0,02-0,07 MICRÔMETROS NA COR: A2 OPACA	YND	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	KULZER	0	38,9800	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	CHARISMA	0	39,0000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	CHARISMA	0	40,8200	3
99	RESINA MICROHÍBRIDA A BASE DE MICROGLASS COM VIDRO DE BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO 0,02-2 MICRÔMETROS. DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO 0,02-0,07 MICRÔMETROS NA COR: A 3,5	UND	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	KULZER	0	38,9800	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	CHARISMA	0	39,0000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	CHARISMA	0	40,8200	3
100	RESINA MICROHÍBRIDA A BASE DE MICROGLASS COM VIDRO DE BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO 0,02-2 MICRÔMETROS. DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO 0,02-0,07 MICRÔMETROS NA COR: A1	UND	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	KULZER	0	38,9800	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	CHARISMA	0	39,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 23/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	CHARISMA	0	40,8200	3
101	ROLO DE 500M, FIO DENTAL COM CERA	UND	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	MEDFIO	0	5,5000	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	MEDFIO	0	5,6000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	PREVEN	0	5,7200	3
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	KULZER	0	5,8200	4
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	MEDFIO	0	6,0000	5
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Medfio	0	6,0200	6
102	ROLOS DENTAIS EM PACOTES COM 100 UNIDADES NÚMERO 2, 100% ALGODÃO BRANCO, QUALIDADE SUPERIOR, COM EXCELENTE ABSORÇÃO, ISENTO DE AMIDO E CLORO, PARA USO NO AFASTAMENTO DAS BOCHECHAS E MANUTENÇÃO DA BOCA SECA (ISOLAMENTO RELATIVO), FORMATO DECILINDROS COMPACTADO, PESO LÍQUIDO 25G.	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	CREMER	0	1,7100	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	CREMER	0	1,7200	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	CREMER	0	1,8500	3
103	Rolos dentais em pacotes com 100 unidades, 100% algodão branco, qualidade superior, com excelente absorção, isento de amido e cloro, para uso no afastamento das bochechas no tratamento dental e manutenção da boca seca (isolamento relativo), formato cilindro compactado, peso líquido 25g	PCT	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	CREMER	0	1,7100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 24/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	CREMER	0	1,7300	2
104	SABONETE LÍQUIDO ANTI-SÉPTICO EM GALÕES DE 5 LITROS	GL	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Ricie-Wirath-M	0	13,9100	1
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	RICIE	0	21,5000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	RIOQUIMICA	0	25,8700	3
105	SONDA EXPLORADORA Nº 5 EM INOX	UND	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	GOLGRAN	0	3,4600	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	GOLGRAN	0	3,9700	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	GOLGRAN	0	4,2000	3
106	Spray gelo seco - 50º para teste de vitalidade 160ml;	Und	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	MAQUIRA	0	22,9000	1
107	Sugador de sangue em inox	UND	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	GOLGRAN	0	9,6200	1
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	GOLGRAN	0	10,6200	2
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	GOLGRAN	0	13,1400	3
108	SUGADOR DESCARTÁVEL, PACOTES COM 40 UNIDADES	PCT	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	SSPLUS	0	2,5900	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	SSPLUS	0	2,8100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 25/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:**Número do Registro de Preços: 12/2013****Data do Registro: 20/09/2013****Válido até: 20/09/2014****Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Maxclean Biod	0	2,8500	3
109	Taça de borracha para polimento dental, uso em baixa rotação	UND	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	MICRODONT	0	1,0800	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	MICRODONT	0	1,1700	2
110	Tesoura iris curva em inox para remoção de sutura	UND	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	GOLGRAN	0	8,7100	1
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	GOLGRAN	0	8,8300	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	GOLGRAN	0	9,0000	3
111	Tesoura iris reta em inox para remoção de sutura	UND	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	GOLGRAN	0	8,7100	1
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	GOLGRAN	0	8,8300	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	GOLGRAN	0	9,0000	3
112	TIRA DE FITA PARA MATRIZ INOX 5MMX50CM	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	MAQUIRA	0	0,8800	1
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	PREVEN	0	1,0500	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	AAF do Brasil	0	1,0800	3
113	TIRA DE FITA PARA MATRIZ INÓX 7MMX50CM	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	MAQUIRA	0	0,8800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 26/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	PREVEN	0	1,0900	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	AAF do Brasil	0	1,1500	3
114	Tira de poliéster transparente para restauração em resina composta, envelopes com 50 unidades;	Env	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	KDENT	0	0,8900	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	K-DENT	0	0,9000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	K-DENT	0	0,9800	3
115	TRICRESOL FORMALINA, FRASCOS COM 10ML, PARA CURATIVOS ODONTOLÓGICOS	UND	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	AAF	0	3,5500	1
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	IODONTOSUL	0	4,3400	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	IODONTOSUL	0	4,4200	3
116	Oculos protetor odontologico acrílico antiembaçante	UND	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	SSPLUS	0	5,3600	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Danny	0	8,6000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	DANNY	0	11,8600	3
117	BROCA EM CARBONETO DE TUNGSTÊNIO PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 2 TIPO CARBIDE	UNI	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	JOTA	0	5,3900	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	QUIMIDROL	0	5,4000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 27/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:**Número do Registro de Preços: 12/2013****Data do Registro: 20/09/2013****Válido até: 20/09/2014****Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	MICRODONT	0	6,1500	3
118	BROCA EM CARBONETO DE TUNGSTÊNIO PARA ALTA ROTAÇÃO Nº4 TIPO CARBIDE	UNI	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	JOTA	0	5,3900	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	QUIMIDROL	0	5,4000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	MICRODONT	0	6,1500	3
119	Esculpidor Hollembach nº 3SS em aço AISI 420	UNI	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Cassiflex	0	3,1300	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	GOLGRAN	0	3,7700	2
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	GOLGRAN	0	3,8100	3
120	Cureta M Call n 13/14 n 17/18	und	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	GOLGRAN	0	8,0000	1
121	Curetas gracey minifive SAS 5/6-6 com haste terminal com 3mm mais longa e lâmina 50% menor que a gracey comum.	UNI	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	MILLENIUM	0	26,0000	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	MILLENIUM	0	27,0000	2
122	Curetas gracey minifive SAS ½-9.	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	MILLENIUM	0	26,0000	1
123	Descolador de molt 2-4 em aço AISI 420	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	GOLGRAN	0	33,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 28/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	MILLENIUM	0	34,3900	2
124	Escova em aço para limpar brocas. Cerdas em aço e corpo em plástico.	UNI	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	PREVEN	0	3,6400	1
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	PREVEN	0	3,8100	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	IODONTOSUL	0	4,9500	3
125	Espátula dupla nº 50 para manipulação de cimentos em aço ino	UNI	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	GOLGRAN	0	4,9300	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	GOLGRAN	0	4,9400	2
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	ABC	0	5,5000	3
126	Espátula para inserção de resina de ponta dourada antiaderente com ponta de inserção e condensador. Número 4.	UNI	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	PRISMA	0	26,6500	1
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	PRISMA	0	31,1400	2
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	PRISMA	0	34,5000	3
127	Espátula para inserção de resina de ponta dourada antiaderente com ponta de inserção e condensador. Número 5.	UNI	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	PRISMA	0	26,6500	1
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	PRISMA	0	31,1400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 29/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	PRISMA	0	34,5000	3
128	Espátula para inserção de resina de ponta dourada antiaderente com ponta de inserção e condensador. Número 6.	UNI	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	PRISMA	0	26,6500	1
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	PRISMA	0	31,1400	2
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	PRISMA	0	34,5000	3
129	Espátula para inserção de resina de alumínio anodizado número 4.	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	GOLGRAN	0	36,0000	1
130	Espátula para inserção de resina de alumínio anodizado número 5	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	GOLGRAN	0	36,0000	1
131	Espátula para inserção de resina de alumínio anodizado número 6	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	GOLGRAN	0	36,0000	1
132	Espátula para inserção de resina com ponta ativa com cobertura de titânio e baixa adesividade. Número 1.	UNI	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	PRISMA	0	26,6500	1
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	PRISMA	0	31,1400	2
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	PRISMA	0	34,5000	3
133	Espátula para inserção de resina com ponta ativa com cobertura de titânio e baixa adesividade. Número 2.	UNI	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	PRISMA	0	26,6500	1
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	PRISMA	0	31,1400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 30/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	PRISMA	0	34,5000	3
134	Espátula para inserção de resina com ponta ativa com cobertura de titânio e baixa adesividade. Número 3.	UNI	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	PRISMA	0	31,1000	1
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	PRISMA	0	31,1400	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	MILLENIUM	0	36,0100	3
135	Aplicador de cimento de hidróxido de cálcio (Dycal) angulado em inox	UNI	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	GOLGRAN	0	3,3700	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	GOLGRAN	0	3,3800	2
136	Fibrina do plasma de sangue bovino reabsorvível para hemostasia local. Fibrina puríssima, em forma de cubos de espuma, material idêntico ao que aparece na coagulação do sangue. Vidros com cubos de 1x1x1cm cada.	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	HEMOSPON	0	16,0000	1
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	TECHNEW	0	20,1500	2
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	HEMOSPON C	0	20,8000	3
137	Obturador provisório: massa provisória para fechamento temporário de cavidades dentais em tratamento de restaurações sem eugenol e composta por oxido de zinco, sulfato de zinco, sulfato de cálcio, gesso ortodôntico, óxido de ferro, silicone e aromatizante. Pote com 25g.	UNI	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Caithec-Dental	0	7,0000	1
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	CAITHEC	0	7,0100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 31/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	VILLEVIE	0	11,0500	3
138	placa de vidro 10mm polida (média), placa de vidro para espatulação de cimentos. bordas polidas. espessura: 10 mm. dimensões: 15 cm x 7,5 cm.	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	MEDFIO	0	3,7000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	GOLGRAN	0	5,5300	2
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	PREVEN	0	5,5600	3
140	Resina composta fotopolimerizável, radiopaca, nanoparticulada, para restaurações de dentes anteriores e posteriores. A Matriz inorgânica é uma combinação de carga de sílica de 20nm não aglomerada/não agregada, carga de zircônia de 4 a 1nm não aglomerada/não agregada e carga combinada de zircônia/sílica agregada (composta por partículas de sílica de 20nm e partículas de zircônia de 4 a 11nm).cor: A2B	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	Z 350 XT	0	63,0000	1
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	3M	0	113,6900	2
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	Z350	0	126,8000	3
141	Resina composta fotopolimerizável, radiopaca, nanoparticulada, para restaurações de dentes anteriores e posteriores. A Matriz inorgânica é uma combinação de carga de sílica de 20nm não aglomerada/não agregada, carga de zircônia de 4 a 1nm não aglomerada/não agregada e carga combinada de zircônia/sílica agregada (composta por partículas de sílica de 20nm e partículas de zircônia de 4 a 11nm).cor: A3B	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	Z 350 XT	0	66,6400	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	3M	0	66,6500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	3M	0	99,9900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 32/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
142	Resina composta fotopolimerizável, radiopaca, nanoparticulada, para restaurações de dentes anteriores e posteriores. A Matriz inorgânica é uma combinação de carga de sílica de 20nm não aglomerada/não agregada, carga de zircônia de 4 a 1nm não aglomerada/não agregada e carga combinada de zircônia/sílica agregada (composta por partículas de sílica de 20nm e partículas de zircônia de 4 a 11nm).cor: A1E	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	Z 350 XT	0	66,6400	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	3M	0	66,6500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	3M	0	99,9900	3
143	Resina composta fotopolimerizável, radiopaca, nanoparticulada, para restaurações de dentes anteriores e posteriores. A Matriz inorgânica é uma combinação de carga de sílica de 20nm não aglomerada/não agregada, carga de zircônia de 4 a 1nm não aglomerada/não agregada e carga combinada de zircônia/sílica agregada (composta por partículas de sílica de 20nm e partículas de zircônia de 4 a 11nm).cor: A2E	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	Z 350 XT	0	66,6400	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	3M	0	66,6500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	3M	0	99,9900	3
144	Resina composta fotopolimerizável, radiopaca, nanoparticulada, para restaurações de dentes anteriores e posteriores. A Matriz inorgânica é uma combinação de carga de sílica de 20nm não aglomerada/não agregada, carga de zircônia de 4 a 1nm não aglomerada/não agregada e carga combinada de zircônia/sílica agregada (composta por partículas de sílica de 20nm e partículas de zircônia de 4 a 11nm).cor: A3E	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	Z 350 XT	0	63,0000	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	3M	0	66,6500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	3M	0	99,9900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 33/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
145	Resina composta fotopolimerizável, radiopaca, nanoparticulada, para restaurações de dentes anteriores e posteriores. A Matriz inorgânica é uma combinação de carga de sílica de 20nm não aglomerada/não agregada, carga de zircônia de 4 a 1nm não aglomerada/não agregada e carga combinada de zircônia/sílica agregada (composta por partículas de sílica de 20nm e partículas de zircônia de 4 a 11nm).cor:B2B	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	Z 350 XT	0	63,0000	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	3M	0	66,6500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	3M	0	99,9900	3
146	Resina composta fotopolimerizável, radiopaca, nanoparticulada, para restaurações de dentes anteriores e posteriores. A Matriz inorgânica é uma combinação de carga de sílica de 20nm não aglomerada/não agregada, carga de zircônia de 4 a 1nm não aglomerada/não agregada e carga combinada de zircônia/sílica agregada (composta por partículas de sílica de 20nm e partículas de zircônia de 4 a 11nm).cor: A3,5E	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	Z 350 XT	0	63,0000	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	3M	0	66,6500	2
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	3M	0	113,6900	3
147	Resina composta fluida na cor opaco, mais pontas aplicadoras. Contém:bisfenol glicidil metacrilato (BIS-GMA), resinas de dimetacrilato, boro-alumínio silicato de vidro, sílica sintética e pigmentos. Indicada para restaurações dentárias onde o esmalte se apresentar com hipoplasias, lesões de erosão e abrasão ou pigmentado, para selamento de fósulas e fissuras, para o reparo de defeitos marginais em restaurações de resina composta, para preenchimento de áreas socavadas em restaurações de classe II, para reparos em porcelanas, para cimentação de factas de porcelana , para colagem de fragamento dentário, para pequenas restaurações de classe III sem contato oclusal e classe V e para restaurações anteriores e posteriores dem dentes deciduos.	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	Z 350 XT	0	63,0000	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	3M	0	76,2000	2
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	Z350	0	126,8000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 34/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
148	Pastilhas evidenciadoras de placa bacteriana (fuccina básica) caixas com 120 unidades	CX	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	IODONTOSUL	0	12,3600	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	EVIPLAC	0	13,5000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Maquira	0	17,9200	3
149	Solução hemostática para uso tópico a base de cloreto de alumínio, sem epinefrina e com ação adstringente. Vidro com 10ml.	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	HEMOLIQ	0	10,5000	1
			SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	TECHNEW	0	12,3100	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Inodon	0	17,2000	3
150	Solução tipo enxagatório bucal a base de gluconato de clorexidina a 0,12% em embalagem de 2 litros.	UNI	SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME (4874)	INODON	0	12,9600	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	PERIOPLAK	0	22,5000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	Gemballa	0	29,2400	3
151	Sugador cirúrgico descartável, caixa com 40 unidades contendo 40 ponteiros de 3mm e 40 de 2,5 mm (grátis). Em pvc atóxico (não contém ftalatos), polietileno e pigmento (uso odontológico), produto estéril embalados individualmente.	CX	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (1911)	INDUSBELLO	0	52,0000	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS (1841)	INDUSBELLO	0	60,0000	2
153	Vaselina sólida especial, pote com 35g. Composição: mistura de hidrocarbonetos.	POT	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	RIOQUIMICA	0	3,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 35/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:**Número do Registro de Preços: 12/2013****Data do Registro: 20/09/2013****Válido até: 20/09/2014****Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	QUIMIDROL	0	3,6500	2
156	GASES HIDRÓFILAS, TIPO QUEIJO, 9 FIOS/2CM2, 04 DOBRAS, 8 CAMADAS, 91MX91CM, PESO MÍNIMO POR ROLO 1.310 GRAMAS	UND	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (2723)	MEDIPLUS	0	29,9000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (2403)	America	0	35,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 36/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:**Número do Registro de Preços: 12/2013****Data do Registro: 20/09/2013****Válido até: 20/09/2014****Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER) (4341)	MEDIPLUS	0	35,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 37/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:**Número do Registro de Preços: 12/2013****Data do Registro: 20/09/2013****Válido até: 20/09/2014****Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2013****PROCESSO Nº 55/2013**

- (1841) - PRHODENT COM E REPRES DE PRODUTOS HOSP E DENTÁRIOS
- (1911) - DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA
- (2403) - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- (2723) - ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES
- (4341) - VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER)
- (4874) - SILMES COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME

Herval d'Oeste, 20 de Setembro de 2013.

Anexo I - Arp 0132013 - Preços Registrados**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE**

Página: 1/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 13/2013 Data do Registro: 20/09/2013 Válido até: 20/09/2014 Objeto da Compra: Aquisição de Uniformes e calçados de segurança para uso dos agentes de serviços gerais da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	SAPATO DE SEGURANÇA, DE COURO MACIO HIDROFUGADA, COM ELÁSTICOS NAS LATERAIS, ACOLCHOAMENTO INTERNO, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS, NA COR PRETA Nº 33; (9866)	PAR	CARLOS ZIPPERER & CIA LTDA. (5297)	Rogil	0	32,0000	1
2	SAPATO DE SEGURANÇA, DE COURO MACIO HIDROFUGADA, COM ELÁSTICOS NAS LATERAIS, ACOLCHOAMENTO INTERNO, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS, NA COR PRETA Nº 34; (33934)	,UN	CARLOS ZIPPERER & CIA LTDA. (5297)	Rogil	0	32,0000	1
3	SAPATO DE SEGURANÇA, DE COURO MACIO HIDROFUGADA, COM ELÁSTICOS NAS LATERAIS, ACOLCHOAMENTO INTERNO, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS, NA COR BRANCA Nº 35. (9859)	PAR	CARLOS ZIPPERER & CIA LTDA. (5297)	Rogil	0	27,0000	1
4	SAPATO DE SEGURANÇA, DE COURO MACIO HIDROFUGADA, COM ELÁSTICOS NAS LATERAIS, ACOLCHOAMENTO INTERNO, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS, NA COR PRETA Nº 36; (9864)	PAR	CARLOS ZIPPERER & CIA LTDA. (5297)	Rogil	0	27,0000	1
5	SAPATO DE SEGURANÇA, DE COURO MACIO HIDROFUGADA, COM ELÁSTICOS NAS LATERAIS, ACOLCHOAMENTO INTERNO, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS, NA COR PRETA Nº 37; (9865)	PAR	CARLOS ZIPPERER & CIA LTDA. (5297)	Rogil	0	27,0000	1
6	SAPATO DE SEGURANÇA, DE COURO MACIO HIDROFUGADA, COM ELÁSTICOS NAS LATERAIS, ACOLCHOAMENTO INTERNO, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS, NA COR PRETA Nº 38 (33935)	,UN	CARLOS ZIPPERER & CIA LTDA. (5297)	Rogil	0	33,0000	1
7	SAPATO DE SEGURANÇA, DE COURO MACIO HIDROFUGADA, COM ELÁSTICOS NAS LATERAIS, ACOLCHOAMENTO INTERNO, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS, NA COR PRETA Nº 39 (33936)	,UN	CARLOS ZIPPERER & CIA LTDA. (5297)	Rogil	0	33,0000	1
8	SAPATO DE SEGURANÇA, DE COURO MACIO HIDROFUGADA, COM ELÁSTICOS NAS LATERAIS, ACOLCHOAMENTO INTERNO, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS, NA COR PRETA Nº (33937)	,UN	CARLOS ZIPPERER & CIA LTDA. (5297)	Rogil	0	33,0000	1
9	BOTA DE BORRACHA CANO MÉDIO NA COR PRETA Nº 33 (33938)	,UN	COR E ARTE - COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME (3589)	BRACOL	0	23,9000	1
			CARLOS ZIPPERER & CIA LTDA. (5297)	Rogil	0	24,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

Página: 2/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 13/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: Aquisição de Uniformes e calçados de segurança para uso dos agentes de serviços gerais da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	BOTA DE BORRACHA CANO MÉDIO NA COR PRETA Nº 35 (33939)	,UN	COR E ARTE - COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME (3589)	BRACOL	0	21,9000	1
			CARLOS ZIPPERER & CIA LTDA. (5297)	Rogil	0	22,7000	2
11	BOTA DE BORRACHA CANO MÉDIO NA COR PRETA Nº 36 (33940)	,UN	COR E ARTE - COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME (3589)	BRACOL	0	22,0000	1
			CARLOS ZIPPERER & CIA LTDA. (5297)	Rogil	0	22,2300	2
12	BOTA DE BORRACHA CANO MÉDIO NA COR PRETA Nº 37 (33941)	,UN	COR E ARTE - COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME (3589)	BRACOL	0	23,0000	1
			CARLOS ZIPPERER & CIA LTDA. (5297)	Rogil	0	24,6200	2
13	BOTA DE BORRACHA CANO MÉDIO NA COR PRETA Nº 38 (33942)	,UN	COR E ARTE - COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME (3589)	BRACOL	0	23,0000	1
			CARLOS ZIPPERER & CIA LTDA. (5297)	Rogil	0	24,6200	2
14	BOTA DE BORRACHA CANO MÉDIO NA COR PRETA Nº 39 (33943)	,UN	COR E ARTE - COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME (3589)	BRACOL	0	23,0000	1
			CARLOS ZIPPERER & CIA LTDA. (5297)	Rogil	0	24,6200	2
15	BOTA DE BORRACHA CANO MÉDIO NA COR PRETA Nº 40 (33944)	,UN	COR E ARTE - COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME (3589)	BRACOL	0	23,0000	1
			CARLOS ZIPPERER & CIA LTDA. (5297)	Rogil	0	25,5000	2
16	AVENTAL DE NAPA IMPERMEÁVEL, NA COR BRANCA, DE FÁCIL HIGIÊNIZAÇÃO, TAMANHO ÚNICO, ALTURA DO JOELHO, COM AMARRAÇÃO NO PESCOÇO E CINTURA, COM FECHAMENTO AJUSTÁVEL; (33945)	,UN	CARLOS ZIPPERER & CIA LTDA. (5297)	Antoniucci	0	4,4300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

Página: 3/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 13/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: Aquisição de Uniformes e calçados de segurança para uso dos agentes de serviços gerais da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	JALECO NA COR AZUL, CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD, UNISSEX, MANFAS CURTAS, SEM BOLSO, COM BORDADO (BRASÃO DO MUNICÍPIO) NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA DO JOELHO, TAMANHO "P" (33946)	UN	DI LUNAS IND E COM. DE CONFECÇÕES LTDA. (4197)	DILUNAS	0	58,0000	1
			COR URBANA IND E COM DE CONFECÇÕES LTDA.EPP (3079)	Cor Urbana	0	58,3000	2
			CARLOS ZIPPERER & CIA LTDA. (5297)	Antoniucci	0	59,5000	3
18	JALECO NA COR AZUL, CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD, UNISSEX, MANFAS CURTAS, SEM BOLSO, COM BORDADO (BRASÃO DO MUNICÍPIO) NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA DO JOELHO, TAMANHO "M" (33947)	UN	DI LUNAS IND E COM. DE CONFECÇÕES LTDA. (4197)	DILUNAS	0	43,0000	1
			COR URBANA IND E COM DE CONFECÇÕES LTDA.EPP (3079)	Cor Urbana	0	43,5000	2
			CARLOS ZIPPERER & CIA LTDA. (5297)	Antoniucci	0	44,8000	3
19	JALECO NA COR AZUL, CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD, UNISSEX, MANFAS CURTAS, SEM BOLSO, COM BORDADO (BRASÃO DO MUNICÍPIO) NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA DO JOELHO, TAMANHO "G" (33948)	UN	DI LUNAS IND E COM. DE CONFECÇÕES LTDA. (4197)	DILUNAS	0	43,0000	1
			COR URBANA IND E COM DE CONFECÇÕES LTDA.EPP (3079)	Cor Urbana	0	43,5000	2
			CARLOS ZIPPERER & CIA LTDA. (5297)	Antoniucci	0	44,8000	3
20	JALECO NA COR AZUL, CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD, UNISSEX, MANFAS CURTAS, SEM BOLSO, COM BORDADO (BRASÃO DO MUNICÍPIO) NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA DO JOELHO, TAMANHO "GG" (33949)	UN	DI LUNAS IND E COM. DE CONFECÇÕES LTDA. (4197)	DILUNAS	0	43,0000	1
			COR URBANA IND E COM DE CONFECÇÕES LTDA.EPP (3079)	Cor Urbana	0	43,3000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

Página: 4/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 13/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: Aquisição de Uniformes e calçados de segurança para uso dos agentes de serviços gerais da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CARLOS ZIPPERER & CIA LTDA. (5297)	Antoniucci	0	44,8000	3
21	JALECO NA COR BRANCA, CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD, UNISSEX, MANFAS CURTAS, SEM BOLSO, COM BORDADO (BRASÃO DO MUNICÍPIO) NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA DO JOELHO, TAMANHO "P" (33950)	UN	DI LUNAS IND E COM. DE CONFECÇÕES LTDA. (4197)	DILUNAS	0	43,0000	1
			COR URBANA IND E COM DE CONFECÇÕES LTDA.EPP (3079)	Cor Urbana	0	44,0000	2
			CARLOS ZIPPERER & CIA LTDA. (5297)	Antoniucci	0	44,8000	3
22	JALECO NA COR BRANCA, CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD, UNISSEX, MANFAS CURTAS, SEM BOLSO, COM BORDADO (BRASÃO DO MUNICÍPIO) NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA DO JOELHO, TAMANHO "M" (33951)	UN	DI LUNAS IND E COM. DE CONFECÇÕES LTDA. (4197)	DILUNAS	0	42,5000	1
			COR URBANA IND E COM DE CONFECÇÕES LTDA.EPP (3079)	Cor Urbana	0	42,9000	2
			CARLOS ZIPPERER & CIA LTDA. (5297)	Antoniucci	0	44,8000	3
23	JALECO NA COR BRANCA, CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD, UNISSEX, MANFAS CURTAS, SEM BOLSO, COM BORDADO (BRASÃO DO MUNICÍPIO) NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA DO JOELHO, TAMANHO "G" (33952)	UN	DI LUNAS IND E COM. DE CONFECÇÕES LTDA. (4197)	DILUNAS	0	42,5000	1
			COR URBANA IND E COM DE CONFECÇÕES LTDA.EPP (3079)	Cor Urbana	0	42,8000	2
			CARLOS ZIPPERER & CIA LTDA. (5297)	Antoniucci	0	44,8000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

Página: 5/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:**Número do Registro de Preços: 13/2013****Data do Registro: 20/09/2013****Válido até: 20/09/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de Uniformes e calçados de segurança para uso dos agentes de serviços gerais da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	JALECO NA COR BRANCA, CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD, UNISSEX, MANFAS CURTAS, SEM BOLSO, COM BORDADO (BRASÃO DO MUNICÍPIO) NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA DO JOELHO, TAMANHO "GG" (33953)	UN	DI LUNAS IND E COM. DE CONFECÇÕES LTDA. (4197)	DILUNAS	0	44,0000	1
			CARLOS ZIPPERER & CIA LTDA. (5297)	Antoniucci	0	44,8000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

Página: 6/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:**Número do Registro de Preços: 13/2013****Data do Registro: 20/09/2013****Válido até: 20/09/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de Uniformes e calçados de segurança para uso dos agentes de serviços gerais da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

COR URBANA IND E COM DE CONFECÇÕES LTDA.EPP
(3079)

Cor Urbana

0

45,2300

3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

Página: 7/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:**Número do Registro de Preços: 13/2013****Data do Registro: 20/09/2013****Válido até: 20/09/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de Uniformes e calçados de segurança para uso dos agentes de serviços gerais da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2013****PROCESSO Nº 61/2013**

(3079) - COR URBANA IND E COM DE CONFECÇÕES LTDA.EPP

(3589) - COR E ARTE - COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME

(4197) - DI LUNAS IND E COM. DE CONFECÇÕES LTDA.

(5297) - CARLOS ZIPPERER & CIA LTDA.

Herval d'Oeste, 20 de Setembro de 2013.

Anexo I - Arp 0142013 - Preços Registrados**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/16

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:****Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 20/09/2013****Válido até: 20/09/2014****Objeto da Compra:** Registro de preços para a eventual aquisição de impressos gráficos para uso nas diversas unidades da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	BANNER EM LONA BRANCA 1,50 X 1,00M, 4 CORES, PARA PREVENÇÃO E PROMOÇÃO EM SAUDE.	UNI	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	39,0000	1
			GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA. (728)		0	60,0000	2
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	60,0000	3
			NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA (4948)		0	80,0000	4
2	BANNER EM LONA BRANCA NAS MEDIDAS 1,50X1,30M, 4 CORES, PARA PREVENÇÃO E PROMOÇÃO EM SAUDE.	UNI	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	55,0000	1
			GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA. (728)		0	80,0000	2
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	80,0000	3
			NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA (4948)		0	99,0000	4
3	Bloco boletim de atendimento odontológico 100x1 via, na cor branca, medindo 294x204mm em papel sulfite 90g/m² 1x0 cores, gomado, capa em papel kraft	UND	ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP (4503)	ALBGRAF	0	3,8500	1
			EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	3,8900	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA. ME (4251)	D.C.L	0	4,1500	3
			GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA. (728)		0	4,9000	4
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	4,9000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 2/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: Registro de preços para a eventual aquisição de impressos gráficos para uso nas diversas unidades da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Bloco de Notificação de Receita 50x1 via, na cor Azul, numeradas, medindo 195x90mm em papel sulfite mínimo 90g/m² 1x0 cores, gomado, capa em papel kraft	UND	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	0,7500	1
			ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP (4503)	ALBGRAF	0	1,2000	2
			NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA (4948)		0	1,2000	3
			GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA. (728)		0	1,4000	4
5	Bloco autorização setor de Assistência Social 50x2 vias, sendo a primeira na cor branca e a segunda amarela, medindo 157x130mm em papel sulfite 90g/m² auto copiativo 1x0 cores, gomado, capa em papel kraft.	UND	EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	2,5900	1
			ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP (4503)	ALBGRAF	0	2,6000	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA. ME (4251)	D.C.L	0	3,3500	3
			LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	3,5000	4
6	Bloco Boletim de Serviços Produzidos 100x1 via, na cor branca, medindo 300x210mm em papel sulfite 90g/m² 1x0 cores, gomado, capa em papel kraft.	UND	GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA. (728)		0	3,1800	1
			ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP (4503)	ALBGRAF	0	3,2000	2
			EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	4,1280	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA. ME (4251)	D.C.L	0	4,1500	4
7	Bloco de Evolução do Paciente 100x1 via, na cor branca, medindo 216x305mm em papel sulfite 90g/m² 1x0 cores frente e verso, gomado, capa em papel kraft	UND	ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP (4503)	ALBGRAF	0	3,1500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 3/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: Registro de preços para a eventual aquisição de impressos gráficos para uso nas diversas unidades da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	3,1900	2
			EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	3,2800	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA. ME (4251)	D.C.L	0	3,8700	4
8	Bloco PSF - Controle das visitas dos ACS 100x1 via, na cor branca, medindo 294x200mm em papel sulfite 90g/m² 1x0 cores, gomado, capa em papel kraft	UND	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	3,0500	1
			EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	3,0800	2
			ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP (4503)	ALBGRAF	0	3,1000	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA. ME (4251)	D.C.L	0	3,8700	4
9	Bloco Anamnese Multiprofissional 100x1 via, na cor branca, medindo 209x290mm em papel sulfite 90g/m² 1x0 cores, gomado, capa em papel kraft	UND	EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	4,5500	1
			LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	4,5900	2
			ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP (4503)	ALBGRAF	0	4,6000	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA. ME (4251)	D.C.L	0	4,9000	4
10	Bloco de Atestado Médico 100x1 via, na cor branca, medindo 128x187mm em papel sulfite 90g/m² 1x0 cores, gomado, capa em papel kraft	UND	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)		0	1,6800	1
			EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	1,6900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 4/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: Registro de preços para a eventual aquisição de impressos gráficos para uso nas diversas unidades da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP (4503)	ALBGRAF	0	1,7000	3
11	Bloco de autorização de compras 50X3 vias, numeradas sequencialmente, sendo a primeira via na cor branca, a segunda via na cor amarela, ambas picotadas e a terceira via na cor azul fixa no bloco em papel autocopiativo com gramatura de 50g/m², medindo 220X160mm com capa em papel kraft; grampeado	Und	EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	5,5200	1
			ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP (4503)	ALBGRAF	0	5,5300	2
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	5,5500	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA. ME (4251)	D.C.L	0	6,9800	4
12	Bloco de Boletim de Atendimento Médico 100x1 via, na cor branca, medindo 286x202mm em papel sulfite 90g/m² 1x0 cores, gomado, capa em papel kraft	UND	GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA. (728)		0	3,0500	1
			ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP (4503)	ALBGRAF	0	3,1000	2
			EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	3,9580	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA. ME (4251)	D.C.L	0	3,9800	4
13	Bloco de Receita Branca Simples 100x1 via, na cor branca, medindo 143x197mm em papel sulfite 90g/m² 1x0 cores, gomado, capa em papel kraft	UND	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	1,2200	1
			ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP (4503)	ALBGRAF	0	1,2300	2
			EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	1,7850	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 5/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: Registro de preços para a eventual aquisição de impressos gráficos para uso nas diversas unidades da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Bloco de Receita Branca 50x 2 vias , sendo a primeira na cor branca e a segunda na cor azul, medindo 153x213mm em papel sulfite 90g/m² auto copiativo1x0 cores, gomado, capa em papel kraft	Und	ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP (4503)	ALBGRAF	0	2,4000	1
			EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	2,8430	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA. ME (4251)	D.C.L	0	2,8700	3
			LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	3,3400	4
15	Bloco de requisição de abastecimento 50X2 vias numeradas em papel extra-copy gramatura mínima de 56g/m² sendo a primeira via picotada, cores branca e azul, medindo 220X150mm, com capa em papel kraft;	Und	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	3,9000	1
			LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	4,0000	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA. ME (4251)	D.C.L	0	4,7800	3
			ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP (4503)	ALBGRAF	0	4,8700	4
			EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	4,8700	5
16	Bloco Ficha A 100x1 via, na cor branca frente e verso, medindo 212x310mm em papel sulfite 90g/m², gomado, capa em papel kraft.	und	GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA. (728)		0	3,5800	1
			ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP (4503)	ALBGRAF	0	3,6000	2
			EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	4,1280	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA. ME (4251)	D.C.L	0	4,1500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 6/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: Registro de preços para a eventual aquisição de impressos gráficos para uso nas diversas unidades da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	Bloco Ficha D 100x1 via, na cor branca, medindo 300x210mm em papel sulfite 90g/m² 1x0 cores, gomado, capa em papel kraft frente e verso	UND	EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	3,9900	1
			ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP (4503)	ALBGRAF	0	4,0000	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA. ME (4251)	D.C.L	0	4,9500	3
			LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	4,9900	4
18	BLOCO FORMULARIO DE REFERENCIA E CONTRARREFERENCIA CAPS, FOLHAS CARBONADAS, MEDIDAS 21,0X15,0 CM PRIMEIRA VIA COR BRANCA, SEGUNDA VIA AMARELA, 100 FOLHAS POR BLOCO.	UND	EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	3,9900	1
			ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP (4503)	ALBGRAF	0	4,0000	2
			LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	4,2000	3
19	Bloco laudo médico - Tratamento fora do domicílio para dentro do estado 50x2 vias, sendo a primeira na cor branca e a segunda rosa, medindo 210x294mm em papel sulfite 90g/m² auto copiativo 1x0 cores, gomado, capa em papel kraft.	UND	ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP (4503)	ALBGRAF	0	6,2000	1
			EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	7,8480	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA. ME (4251)	D.C.L	0	7,8900	3
			LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	8,5000	4
20	BLOCO REQUISICAO EXAMES LABORATORIAIS 100X1 VIA, NA COR BRANCA, MEDINDO 153X213 EM PAPEL SULFITE 90G/M2, GOMADO, CAPA EM PAPEL KRAFT	UNI	ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP (4503)	ALBGRAF	0	1,6000	1
			EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	1,7840	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 7/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: Registro de preços para a eventual aquisição de impressos gráficos para uso nas diversas unidades da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	BLOCO DE FICHA CADASTRAL SERVICO SOCIAL 100X1 VIA, NA COR BRANCO, MEDINDO 216X310MM EM PAPEL SULFIETE 90MG/G2 FRENTE E VERSO, CAPA PAPEL KRAFT	UND	ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP (4503)	ALBGRAF	0	2,9000	1
			EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	4,1280	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA. ME (4251)	D.C.L	0	4,1500	3
			LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	4,9900	4
22	Cartão da Criança 100x1 via, medindo 115x215mm em papel cartolina 180g/m² 1x0 cores,frente e verso (cores azul e rosa)	Und	NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA (4948)		0	0,0800	1
			EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	0,0950	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA. ME (4251)	D.C.L	0	0,1000	3
			GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA. (728)		0	0,1200	4
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	0,1300	5
23	Cartão de agendamento consultas SUS tipo cartolina Cod:18506	Und	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	0,2200	1
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	0,2900	2
			GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA. (728)		0	0,3000	3
24	Cartão de Identificação do CAPS, na cor branca, medindo 124x153mm em papel cartolina 180g/m² 1x0 cores - frente e verso	UND	EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	0,2480	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 8/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: Registro de preços para a eventual aquisição de impressos gráficos para uso nas diversas unidades da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA. ME (4251)	D.C.L	0	0,2500	2
			LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	0,2500	3
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	0,2900	4
25	CARTAO FAMILIA FOLHAS NA MEDIDAS 11X24, VINCO MECANIZADO, FOTOLITO (T/R), FOLHA EM OFFSET 240G COM 4X2	UNI	NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA (4948)		0	0,0700	1
			LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	0,0800	2
			ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP (4503)	ALBGRAF	0	0,1000	3
26	CARTAO VISITA PACIENTES CAPS PARA AGENDAMENTO FRENTEXVERSO TAM 9,5 X 5,5CM PAPEL COUCHÊ 300GR NAS CORES VERDE, VERMELHO E PRETO	UND	EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	0,3490	1
			LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	0,3500	2
			GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA. (728)		0	0,3500	3
27	Cartaz formato 2 - folha nas medidas 46x64; fotolito (T/R) folha em couchê brilho 150g com 4x4	UND	GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA. (728)		0	0,8100	1
			LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	1,5000	2
			EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	2,8750	3
28	Cartaz\ formato A3 - folha nas medidas 29.7 x42 fotolito (T/R) folha em couche brilho 150g com 4x4	UND	GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA. (728)		0	1,8800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 9/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: Registro de preços para a eventual aquisição de impressos gráficos para uso nas diversas unidades da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	1,8900	2
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	1,9000	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA. ME (4251)	D.C.L	0	2,5000	4
			NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA (4948)		0	3,5000	5
29	Carteira de Saúde na cor verde, medindo 106x76mm em papel cartolina 180g/m² 1x0 cores.	UND	EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	0,1480	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA. ME (4251)	D.C.L	0	0,1500	2
			GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA. (728)		0	0,1840	3
			LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	0,2000	4
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	0,2000	5
30	Carteirinha - folhas nas medidas 11x24cm, vinco mecanizado, fotolito (T/R) , folha em off set 240g com 4x2	UND	ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP (4503)	ALBGRAF	0	0,1200	1
			LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	0,1200	2
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	0,1400	3
31	CARTEIRINHA DA GESTANTE FOLHAS NAS MEDIDAS 21X29, DUAS DOBRAS, VINCO MECANIZADO, FOTOLITO (T/R), FOLHA EM OFFSET 240G COM 4X4 CORES.	UNI	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	0,3000	1
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	0,3500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 10/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: Registro de preços para a eventual aquisição de impressos gráficos para uso nas diversas unidades da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	0,4680	3
32	CARTILHA 30 PAGINAS GRANDE PAPEL COUCHE FOLHA NAS MEDIDAS 21X29,7, INTERCALAÇÃO MANUAL, GRAMPEAR, FOTOLITO (T/R), FOLHA EM COUCHE BRILHO 150G COM 4X4. DIVERSOS TIPOS.	UNI	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	2,5100	1
			LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	2,5180	2
			GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA. (728)		0	2,5200	3
33	Cartilhas - 5 lâminas - 20 páginas - Grande - Papel OFF SET - folha nas medidas 21x29,7cm; intercalação manual, grampear; fotolito (T/R), folha em off set 150gr 4x4	UND	GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA. (728)		0	1,2750	1
			LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	1,2780	2
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	1,2790	3
34	Cartilhas - 5 lâminas - 20 páginas - Pequena - Papel couchê - folha nas medidas 15x21 cm; intercalação manual, grampear; fotolito (T/R) folha em couchê brilho 150g com 4x4	UND	NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA (4948)		0	1,9790	1
			GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA. (728)		0	1,9800	2
			LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	2,0000	3
35	Cartilhas- 10 PAGINAS - GRANDE- PAPEL COUCHÊ- folha nas medidas 21 x 29,7; intercalação manual, GRAMPEAR; fotolito (T/R), folha em Couchê brilho 150g com 4 x4. Diversos tipos.	UNI	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	1,2290	1
			LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	1,2500	2
			GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA. (728)		0	1,5300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 11/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: Registro de preços para a eventual aquisição de impressos gráficos para uso nas diversas unidades da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	Cartilhas - 10 PAGINAS - PEQUENA- PAPEL COCHÊ- folha nas medidas 15 x 21; intercalação manual, GRAMPEAR; fotolito (T/R), folha em Couchê brilho 150g com 4 x4. Diversos tipos.	UNI	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	0,8500	1
			LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	1,1000	2
			GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA. (728)		0	1,1000	3
			NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA (4948)		0	1,4800	4
37	FAIXAS PARA CAMPANHAS DE PREVENCAO E PROMOCAO DE SAUDE EM LONA, TAM 3,00 X 0,90, EM 4 CORES,MODELOS E RETIRADAS A CRITERIO DE CADA CAMPANHA (ARTE/QUANTIDADE)	UND	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	65,0000	1
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	80,0000	2
			GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA. (728)		0	80,0000	3
			NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA (4948)		0	99,0000	4
38	Ficha de Cadastramento de Gestante 50x1 via, na cor branca, medindo 197x285mm em papel sulfite 90g/m² 1x0 cores, gomado, capa em papel kraft	UND	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	1,6400	1
			EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	1,6500	2
			ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP (4503)	ALBGRAF	0	1,6900	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA. ME (4251)	D.C.L	0	2,5000	4
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	2,6000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 12/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: Registro de preços para a eventual aquisição de impressos gráficos para uso nas diversas unidades da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
39	Ficha de cadastro de gestante na cor branca, medindo 205x 290mm em papel sulfite 90g/m² 1x0 cores.	UND	ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP (4503)	ALBGRAF	0	1,8900	1
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	1,9000	2
			EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	2,4780	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA. ME (4251)	D.C.L	0	2,5000	4
40	Ficha Odontológica - Frente e Verso na cor branca, medindo 217x300mm em papel sulfite 90g/m² 1x0 cores.	UND	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	1,9000	1
			ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP (4503)	ALBGRAF	0	3,1000	2
			GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA. (728)		0	3,9000	3
41	Folder A4 com dobra - folha nas medidas 21x29,7cm; fotolito (T/R) folha em couchê brilho 170g com 4x4	UND	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	0,2800	1
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	0,2900	2
			GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA. (728)		0	0,4900	3
42	Folder simples - folha nas medidas 15x20; fotolito (T/R) folha em couchê brilho 150g com 4x4	UND	GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA. (728)		0	0,1480	1
			LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	0,1490	2
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	0,1500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 13/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: Registro de preços para a eventual aquisição de impressos gráficos para uso nas diversas unidades da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	IMPRESSAO DE INFORMATIVO PACIENTES CAPS EM PAPEL JORNAL,IMPRESSAO COLORIDA, TAM 26X36 POR PAGINA,TENDO CADA EXEMPLAR 4 PAGINAS.SUPERFÍCIE ASPERA.IMPRESSOES BIMESTRAIS (4 ARTES)	UND	NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA (4948)		0	1,1880	1
			LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	1,1890	2
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	1,2000	3
44	Laudo médico para procedimentos de alta complexidade na cor branca, medindo 210x296mm em papel sulfite 90g/m² 1x0 cores.	UND	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	2,5000	1
			GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA. (728)		0	4,4000	2
			EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	4,8680	3
45	PANFLETOS 4X4 CORES, PAPEL RECICLADO, PARA CAMPANHAS EDUCATIVAS, TAMANHO PAPEL A4.	UND	GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA. (728)		0	0,2900	1
			LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	0,3000	2
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	0,3500	3
46	Pasta com bolsa, folha nas medidas 32x46; vinco mecanizado; fotrolito (T/R), plastificação brilho, costura e cola, folha em triplex 350gr com 4x0	UND	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	0,7990	1
			LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	0,8000	2
			GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA. (728)		0	1,1800	3
47	Pasta de Prontuário médico na cor amarela, medindo 320x250mm em papel cartolina 180g/m² 1x0 cores, com vinco central	UND	EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	0,2460	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 14/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 20/09/2013

Válido até: 20/09/2014

Objeto da Compra: Registro de preços para a eventual aquisição de impressos gráficos para uso nas diversas unidades da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA. (728)		0	0,2470	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA. ME (4251)	D.C.L	0	0,2500	3
			ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP (4503)	ALBGRAF	0	0,2600	4
48	PASTA EM PLASTICO RÍGIDO INCOLOR E AMARELA TRANSLUCIDA, FORMATO 35X25CM PARA PAEIS OFICIO E A4, ABERTURA SUPERIOR, BOLSO FRONTAL 10X10	UND	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	0,8000	1
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	1,0000	2
			NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA (4948)		0	1,8000	3
49	PASTA PRONTUARIO MEDICO PLASTIFICACAO BRILHO NA COR AMARELA 320X250MM, VINCO MECANIZADO, FOTOLITO (T/r), COSTURA E COLA, FOLHA EM TRIPLEX 350 G COM 4X0, ESPAÇO FRONTAL PARA ESCRITA.	UND	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (5298)	liarte vendas e	0	0,8600	1
			GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA. (728)		0	0,8800	2
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	0,9000	3
50	Requisição de Exame Citopatológico - Colo do Utero 100x1 via, na cor branca, medindo 216x310mm em papel sulfite 90g/m² 1x0 cores, Frente e Verso, gomado, capa em papel kraft	UND	EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP (795)	E.G.C.L	0	3,0900	1
			ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP (4503)	ALBGRAF	0	3,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 15/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:**Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 20/09/2013****Válido até: 20/09/2014****Objeto da Compra:** Registro de preços para a eventual aquisição de impressos gráficos para uso nas diversas unidades da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME (4850)	POLIMPRESS	0	3,9000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D'OESTE

Página: 16/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:**Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 20/09/2013****Válido até: 20/09/2014****Objeto da Compra:** Registro de preços para a eventual aquisição de impressos gráficos para uso nas diversas unidades da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2013****PROCESSO Nº 63/2013**

(728) - GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA.

(795) - EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA. EPP

(4251) - DIGITAL CRUZEIRO LTDA. ME

(4503) - ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP

(4850) - POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME

(4948) - NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA

(5298) - LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME

Herval d'Oeste, 20 de Setembro de 2013.

Anexo I - Arp 0152013 - Preços Registrados**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE**

Página: 1/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:**Número do Registro de Preços: 15/2013****Data do Registro: 27/09/2013****Válido até: 27/09/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para a eventual aquisição de gêneros alimentícios para alimentação de funcionários em serviços no interior do Município pelo período de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	CARNE BOVINA DE 2ª (27556)	KG	MERCADO E CONF. SS DURIGON LTDA ME (1402)	BASOTTI	0	7,7800	1
2	CARNE SUÍNA DE 2ª (27557)	KG	MERCADO E CONF. SS DURIGON LTDA ME (1402)	BASOTTI	0	5,7800	1
3	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO INSPECIONADO (5058)	KG	MERCADO E CONF. SS DURIGON LTDA ME (1402)	SEVA	0	4,5900	1
4	Linguiça suína toscana: Boa qualidade, embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo no rótulo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso SIF, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária; (16626)	Kg	MERCADO E CONF. SS DURIGON LTDA ME (1402)	SEVA	0	7,8300	1
5	TOMATE LONGA VIDA AA (79)	KG	MERCADO E CONF. SS DURIGON LTDA ME (1402)	CANTU	0	2,1300	1
6	CEBOLA DE CABEÇA (5076)	KG	MERCADO E CONF. SS DURIGON LTDA ME (1402)	CANTU	0	1,8200	1
7	SAL TEMPERADO (27551)	KG	MERCADO E CONF. SS DURIGON LTDA ME (1402)	MIRAMAR	0	1,7800	1
8	REPOLHO BRANCO (78)	KG	MERCADO E CONF. SS DURIGON LTDA ME (1402)	CANTU	0	1,0400	1
9	MORTADELA SEM GORDURA; (9621)	KG	MERCADO E CONF. SS DURIGON LTDA ME (1402)	AURORA	0	4,9100	1
10	QUEIJO INSPECIONADO FATIADO (47)	KG	MERCADO E CONF. SS DURIGON LTDA ME (1402)	STA. BARBAR	0	17,3500	1
11	ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1 (6)	KG	MERCADO E CONF. SS DURIGON LTDA ME (1402)	ALFINETE	0	1,9100	1
12	BISTECA BOVINA (27555)	KG	MERCADO E CONF. SS DURIGON LTDA ME (1402)	BASOTTI	0	10,7100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

Página: 2/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:**Número do Registro de Preços: 15/2013****Data do Registro: 27/09/2013****Válido até: 27/09/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para a eventual aquisição de gêneros alimentícios para alimentação de funcionários em serviços no interior do Município pelo período de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Pão francês – Ingredientes: farinha de trigo, fermento biológico, açúcar, sal refinado e água. Validade de 1 dia a partir da data de fabricação. Fornecimento em embalagens adequadas. Transporte em caixas de polietileno forradas com papel descartável branco. Unidade de 50 gramas cada; (18639)	KG	MERCADO E CONF. SS DURIGON LTDA ME (1402)	VILA PEDRINI	0	8,3700	1
14	SAL REFINADO IODADO Cod:5070.00 (5070)	KG	MERCADO E CONF. SS DURIGON LTDA ME (1402)	ZIZO	0	0,9400	1
15	CARVÃO VEGETAL (4547)	SAC	MERCADO E CONF. SS DURIGON LTDA ME (1402)	LIMOEIRO	0	6,4100	1
16	ÓLEO DE SOJA REFINADO, LATA COM 900ML (33)	UND	MERCADO E CONF. SS DURIGON LTDA ME (1402)	COCAMAR	0	2,9900	1
17	CARNE BOVINA MOÍDA DE 2ª INSPECIONADA (5057)	KG	MERCADO E CONF. SS DURIGON LTDA ME (1402)	BASOTTI	0	7,8300	1
18	SALAME (27554)	KG	MERCADO E CONF. SS DURIGON LTDA ME (1402)	BASOTTI	0	15,6200	1
19	COPO DESCARTÁVEL 300 ML EMBALAGEM COM 100 UNIDADES (27553)	TIR	MERCADO E CONF. SS DURIGON LTDA ME (1402)	COPOBRAS	0	2,9000	1
20	PRATOS DESCARTÁVEIS 256MM EMBALAGEM COM 10 UND (27552)	PCT	MERCADO E CONF. SS DURIGON LTDA ME (1402)	COPOBRAS	0	2,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

Página: 3/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:**Número do Registro de Preços: 15/2013****Data do Registro: 27/09/2013****Válido até: 27/09/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para a eventual aquisição de gêneros alimentícios para alimentação de funcionários em serviços no interior do Município pelo período de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	REFRIGERANTE, EMBALAGEM PET DE 2 LITROS (4545)	UND	MERCADO E CONF. SS DURIGON LTDA ME (1402)	SCHIN	0	2,7100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

Página: 4/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:**Número do Registro de Preços: 15/2013****Data do Registro: 27/09/2013****Válido até: 27/09/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para a eventual aquisição de gêneros alimentícios para alimentação de funcionários em serviços no interior do Município pelo período de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2013****PROCESSO Nº 60/2013**

(1402) - MERCADO E CONF. SS DURIGON LTDA ME

Herval d'Oeste, 27 de Setembro de 2013.

Ata de Registro de Preços Nº014a/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº014A/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 20 de setembro de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte dias do mês de setembro de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de aquisição de impressos gráficos para uso das diversas Unidades da Secretaria municipal de saúde pelo período de 12 meses, conforme documento em anexo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 05.665.084/0001-04 em decorrência do Processo Licitatório nº0063/2013, modalidade Pregão Presencial nº 025/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: 13.164,00 (Treze mil cento e sessenta e quatro reais).

Herval d'Oeste, em 25 de setembro de 2013.

NELSON GUINDANI

BRAZ ALBANO

Prefeito Municipal

Sócio Administrador

CPF nº 501.589.459-72

CPF nº 710.786.810-15

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

MARIANA COLUSSO

CPF nº 687.857.399-87

CPF nº 052.051.949-36

Ata de Registro de Preços Nº014b/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº014B/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 20 de setembro de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte dias do mês de setembro de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de aquisição de impressos gráficos para uso das diversas Unidades da Secretaria municipal de saúde pelo período de 12 meses, conforme documento em anexo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 84.583.954/0001-64 em decorrência do Processo Licitatório

nº0063/2013, modalidade Pregão Presencial nº 025/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: 5.595,60 (Cinco mil quinhentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos).

Herval d'Oeste, em 25 de setembro de 2013.

NELSON GUINDANI

LUIZ CARLOS BARETTA

Prefeito Municipal

Sócio Administrador

CPF nº 501.589.459-72

CPF nº 385.462.999-00

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

MARIANA COLUSSO

CPF nº 687.857.399-87

CPF nº 052.051.949-36

Ata de Registro de Preços Nº014c/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº014C/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 20 de setembro de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte dias do mês de setembro de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de aquisição de impressos gráficos para uso das diversas Unidades da Secretaria municipal de saúde pelo período de 12 meses, conforme documento em anexo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa GRÁFICA BRINDES JOAÇABA LTDA, inscrita no CNPJ nº 80.153.646/0001-48 em decorrência do Processo Licitatório nº0063/2013, modalidade Pregão Presencial nº 025/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: 15.671,00 (Quinze mil seiscentos e setenta e um real).

Herval d'Oeste, em 25 de setembro de 2013.

NELSON GUINDANI

ADIR DALLAROSA

Prefeito Municipal

Sócio Administrador

CPF nº 501.589.459-72

CPF nº 246.176.520-00

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

MARIANA COLUSSO

CPF nº 687.857.399-87

CPF nº 052.051.949-36

Ata de Registro de Preços Nº014d/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº014D/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 20 de setembro de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte dias do mês de setembro de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de aquisição de impressos gráficos para uso das diversas Unidades da Secretaria municipal de saúde pelo período de 12 meses, conforme documento em anexo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 17.430.560/0001-89 em decorrência do Processo Licitatório nº0063/2013, modalidade Pregão Presencial nº 025/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: 16.521,00 (Dezesseis mil, quinhentos e vinte e um real).

Herval d'Oeste, em 25 de setembro de 2013.

NELSON GUINDANI

JEFFERSON LOPES

Prefeito Municipal

Sócio Administrador

CPF nº 501.589.459-72

CPF nº 036.598.569-40

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

MARIANA COLUSSO

CPF nº 687.857.399-87

CPF nº 052.051.949-36

Ata de Registro de Preços Nº014e/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº014E/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 20 de setembro de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte dias do mês de setembro de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de aquisição de impressos gráficos para uso das diversas Unidades da Secretaria municipal de saúde pelo período de 12 meses, conforme documento em anexo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA, inscrita no CNPJ

nº 10.755.238/0001-80 em decorrência do Processo Licitatório nº0063/2013, modalidade Pregão Presencial nº 025/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: 9.209,00 (Nove mil duzentos e nove reais).

Herval d'Oeste, em 25 de setembro de 2013.

NELSON GUINDANI

FERNANDA NEVES DA SILVA

Prefeito Municipal

Sócio Administrador

CPF nº 501.589.459-72

CPF nº 028.699.076-80

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

MARIANA COLUSSO

CPF nº 687.857.399-87

CPF nº 052.051.949-36

Ata de Registro de Preços Nº014f/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº014F/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 20 de setembro de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte dias do mês de setembro de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de aquisição de impressos gráficos para uso das diversas Unidades da Secretaria municipal de saúde pelo período de 12 meses, conforme documento em anexo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 14.292.313/0001-75 em decorrência do Processo Licitatório nº0063/2013, modalidade Pregão Presencial nº 025/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: 18.695,00 (Dezoito mil seiscentos e noventa e cinco reais).

Herval d'Oeste, em 25 de setembro de 2013.

NELSON GUINDANI

CLAUDIA ROSANE CAMARA

Prefeito Municipal

Sócio Administrador

CPF nº 501.589.459-72

CPF nº 034.711.399-07

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

MARIANA COLUSSO

CPF nº 687.857.399-87

CPF nº 052.051.949-36

Ata de Registro de Preços Nº015/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº015/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 26 de setembro de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de gêneros alimentícios para alimentação de funcionários em serviços no interior do Município pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa MERCADO E CONFECÇÕES SS DURIGON LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 75.306.829/0001-16 em decorrência do Processo Licitatório nº0060/2013, modalidade Pregão Presencial nº 022/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: 63.274,70 (Sessenta e três mil duzentos e setenta e quatro reais e setenta centavos).

Herval d'Oeste, em 03 de outubro de 2013.

NELSON GUINDANI

SÉRGIO ANTÔNIO DURIGON

Prefeito Municipal

Sócio Administrador

CPF nº 501.589.459-72

CPF nº 250.325.429-20

Testemunhas:

VERA LÚCIA DE ANDRADE

MARIANA COLUSSO

CPF nº 600.730.049-87

CPF nº 052.051.949-36

Ata de Registro de Preços Nº12a/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº12A/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0055/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0019/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 16 de setembro de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dezoito do mês de setembro de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme documento em anexo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa PRHODENT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES E

DENTÁRIOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 93.327.161/0001-75 em decorrência do Processo Licitatório nº0055/2013, modalidade Pregão Presencial nº 019/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: 14.403,35 (Quatorze mil, quatrocentos e três reais e trinta e cinco centavos).

Herval d'Oeste, em 25 de setembro de 2013.

NELSON GUINDANI

PAULO ALBERTO TRES

Prefeito Municipal

Sócio Administrador

CPF nº 501.589.459-72

CPF nº 411.289.660-34

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

MARIANA COLUSSO

CPF nº 687.857.399-87

CPF nº 052.051.949-36

Ata de Registro de Preços Nº12b/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº12B/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0055/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0019/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 16 de setembro de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dezoito do mês de setembro de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme documento em anexo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 04.989.294/0001-87 em decorrência do Processo Licitatório nº0055/2013, modalidade Pregão Presencial nº 019/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: 15.879,14 (Quinze mil e oitocentos e setenta e nove reais e quatorze centavos).

Herval d'Oeste, em 25 de setembro de 2013.

NELSON GUINDANI

JULIA WAGNER JUMES

Prefeito Municipal

Sócio Administrador

CPF nº 501.589.459-72

CPF nº 821.619.099-91

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF nº 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO
CPF nº 052.051949-36

Ata de Registro de Preços Nº12c/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº12C/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0055/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0019/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 16 de setembro de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dezoito do mês de setembro de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme documento em anexo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa ALTER-MED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.802.002/0001-02 em decorrência do Processo Licitatório nº0055/2013, modalidade Pregão Presencial nº 019/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: 7.656,67 (Sete mil seiscentos e cinquenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

Herval d'Oeste, em 25 de setembro de 2013.

NELSON GUINDANI	ANACLETO FERRARI
Prefeito Municipal	Sócio Administrador
CPF nº 501.589.459-72	CPF nº 523.140.819-00

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA	MARIANA COLUSSO
CPF nº 687.857.399-87	CPF nº 052.051949-36

Ata de Registro de Preços Nº12d/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº12D/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0055/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0019/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 16 de setembro de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dezoito do mês de setembro de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme documento em anexo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo

senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.477.571/0001-47 em decorrência do Processo Licitatório nº0055/2013, modalidade Pregão Presencial nº 019/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: 68.021,85 (Sessenta e oito mil e vinte e um real e oitenta e cinco centavos).

Herval d'Oeste, em 25 de setembro de 2013.

NELSON GUINDANI	SERGIO MIGUEL SKRZYPIEC
Prefeito Municipal	Sócio Administrador
CPF nº 501.589.459-72	CPF nº 099.338.249-53

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA	MARIANA COLUSSO
CPF nº 687.857.399-87	CPF nº 052.051949-36

Ata de Registro de Preços Nº12e/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº12E/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0055/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0019/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 16 de setembro de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dezoito do mês de setembro de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme documento em anexo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa VANUSA DIAS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ nº 08.850.926/0001-88 em decorrência do Processo Licitatório nº0055/2013, modalidade Pregão Presencial nº 019/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: 2.687,31 (Dois mil seiscentos e oitenta e sete reais e trinta e um centavo).

Herval d'Oeste, em 25 de setembro de 2013.

NELSON GUINDANI	VANUSA DIAS
Prefeito Municipal	Sócio Administrador
CPF nº 501.589.459-72	CPF nº 003.675.490-00

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF nº 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO
CPF nº 052.051949-36

Ata de Registro de Preços Nº12f/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº12F/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0055/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0019/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 16 de setembro de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dezoito do mês de setembro de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme documento em anexo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 06.194.440/0001-03 em decorrência do Processo Licitatório nº0055/2013, modalidade Pregão Presencial nº 019/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: 18.535,77 (Dezoito mil quinhentos e trinta e cinco reais e setenta e sete centavos).

Herval d'Oeste, em 25 de setembro de 2013.

NELSON GUINDANI	ANIMARI TEREZINHA GUIMARÃES
Prefeito Municipal	Sócio Administrador
CPF nº 501.589.459-72	CPF nº 896.860.049-04

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA	MARIANA COLUSSO
CPF nº 687.857.399-87	CPF nº 052.051949-36

Ata de Registro de Preços Nº13a/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13A/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 19 de setembro de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dezoito dias do mês de setembro de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Uniformes e Calçados de Segurança para uso dos agentes de serviços gerais da Secretaria de Educação Cultura e Esportes pelo período de 12, conforme documento em anexo, celebrado

entre o Município de Herval d'Oeste inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa DI LUNAS INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA inscrita no CNPJ nº 02.590.546/0001-75 em decorrência do Processo Licitatório nº0061/2013, modalidade Pregão Presencial nº 023/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: 12.507,50 (Doze mil quinhentos e sete reais e cinquenta centavos).

Herval d'Oeste, em 25 de setembro de 2013.

NELSON GUINDANI	SILVANA MARIA MANTOANI PRONER
Prefeito Municipal	Sócio Administrador
CPF nº 501.589.459-72	CPF nº 923.684.509-63

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA	MARIANA COLUSSO
CPF nº 687.857.399-87	CPF nº 052.051.949-36

Ata de Registro de Preços Nº13b/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13B/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 19 de setembro de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dezoito dias do mês de setembro de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Uniformes e Calçados de Segurança para uso dos agentes de serviços gerais da Secretaria de Educação Cultura e Esportes pelo período de 12, conforme documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa COR E ARTE - COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME inscrita no CNPJ nº 05.758.684/0001-09 em decorrência do Processo Licitatório nº0061/2013, modalidade Pregão Presencial nº 023/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: 1.887,50 (Um mil oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Herval d'Oeste, em 25 de setembro de 2013.

NELSON GUINDANI	ROBERTO ANTONIO TESSARO
Prefeito Municipal	Procurador
CPF nº 501.589.459-72	CPF nº 518.086.929-34

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF nº 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO

CPF nº 052.051.949-36

Ata de Registro de Preços Nº13c/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13C/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 19 de setembro de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dezanove dias do mês de setembro de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Uniformes e Calçados de Segurança para uso dos agentes de serviços gerais da Secretaria de Educação Cultura e Esportes pelo período de 12, conforme documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa CARLOS ZIPPERER & CIA LTDA inscrita no CNPJ nº 77.492.072/0001-28 em decorrência do Processo Licitatório nº0061/2013, modalidade Pregão Presencial nº 023/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: 4.047,50 (Quatro mil e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

Herval d'Oeste, em 25 de setembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF nº 501.589.459-72

CARLOS ZIPPERER

Sócio Administrador

CPF nº 104.846.559-49

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF nº 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO

CPF nº 052.051.949-36

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº CM 095/2013**

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

RESOLUÇÃO Nº CM 095/2013

"Concede Progressão Funcional a Servidor Público da Câmara Municipal de Herval d'Oeste que especifica e dá outras providências".

GILMAR JOSÉ DRI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder progressão funcional à servidora Angela Michelon da Silva, inscrita no CPF sob nº 824.988.309-87, ocupante do

cargo de provimento efetivo de Técnica Administrativa, nível-6, Referência "B", para o nível-6, Referência "C" constante do Anexo VI - Quadro Permanente de Pessoal, conforme dispõe a Lei Complementar nº 287/2011.

Art. 2º- Os encargos decorrentes desta Resolução correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de junho de 2013.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de outubro de 2013.

GILMAR JOSÉ DRI

Presidente

Resolução Nº CM 096/2013

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

Resolução Nº CM 096/2013

"Concede Progressão Funcional a Servidor Público da Câmara Municipal de Herval d'Oeste que especifica e dá outras providências".

GILMAR JOSÉ DRI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder progressão funcional à servidora VERA LÚCIA BRANDALISE MERLINI, CPF 665.253.069-49, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Servente, Nível - 1, Referência "B", para o Nível-1, Referência "C" constante do Anexo VI-Quadro Permanente de Pessoal, conforme dispõe a Lei Complementar nº 287/2011.

Art. 2º- Os encargos decorrentes desta Resolução correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de junho de 2013.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de outubro de 2013.

GILMAR JOSÉ DRI

Presidente

Resolução Nº CM 097/2013

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

Resolução Nº CM 097/2013

"Concede Progressão Funcional a Servidor Público da Câmara Municipal de Herval d'Oeste que especifica e dá outras providências".

GILMAR JOSÉ DRI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder progressão funcional ao servidor PAULO FERRANDIN, CPF nº. 596.399.469-15, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Analista Legislativo, Nível - 8, Referência "E", para o Nível-8, Referência "F" constante do Anexo VI-Quadro Permanente de Pessoal, conforme dispõe a Lei Complementar nº 287/2011.

Art. 2º- Os encargos decorrentes desta Resolução correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.



Herval d' Oeste (SC), em 07 de outubro de 2013.
GILMAR JOSÉ DRI
Presidente

Ibiam

PREFEITURA

Portaria Nº 287/2013

PORTARIA Nº 287, 26 DE SETEMBRO DE 2013
"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA CÁCIA APARECIDA GONZATTO ARALDI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008; tudo combinado com a Lei Municipal nº 461, de 25 de abril de 2011, bem como o Decreto nº 2.195, de 12 de maio de 2011 e o requerimento da servidora protocolado em 07 de agosto de 2013, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora CÁCIA APARECIDA GONZATTO ARALDI, ocupante do cargo efetivo de Professor II - Nível 5 - Referência C, 45 (quarenta e cinco) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 01.07.2000 a 19.12.2002.

Parágrafo único. A remuneração da servidora, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. A servidora usufruirá a Licença Prêmio no período de 26 de setembro a 09 de novembro de 2013.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 26 DE SETEMBRO DE 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 293/2013

PORTARIA Nº 293, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013
"NOMEIA COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE MOBILIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando o disposto no art. 15, § 8º, e o art. 73, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Considerando o item 14, do Edital do Processo Licitatório nº 045/2013 - Pregão Presencial nº 035/2013;

Considerando a cláusula 14ª, dos Contratos de nº 30 a 36, de 12

de setembro de 2013;

Com amparo no artigo 88, incisos VII e XIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Comissão de recebimento do mobiliário para a Creche Municipal, conforme padrões do FNDE, que tem como objetivo receber e examinar, no que diz respeito à quantidade e a qualidade, o material ou bens permanentes adquiridos, por meio de aquisição.

Art. 2º. Estabelecer que a Comissão de que trata o art. 1º, terá como competências:

I - receber e examinar, no que diz respeito à quantidade, qualidade e marca cotada no processo licitatório, o material entregue pelo contrato em cumprimento ao contrato ou instrumento equivalente;

II - a Comissão poderá solicitar à Unidade solicitante a indicação de servidor habilitado com conhecimento técnico em área específica, para respectiva análise e parecer técnico do material adquirido;

III - rejeitar o material sempre que estiver fora das especificações do contrato ou instrumento equivalente, ou em desacordo com a amostra apresentada na fase de licitação, quando submetê-lo, se necessário, ao Controle de Qualidade;

IV - expedir Termo de Recebimento e Aceitação ou Notificação, no caso de rejeição do material;

V - receber os recursos dirigidos à autoridade superior, interpostos contra seus atos e tomar as providências pertinentes;

VI - rever seus atos, de ofício ou mediante provocação;

VII - remeter à autoridade superior o recurso, devidamente instruído e informado.

Art. 3º. Ficam nomeados, para compor a referida Comissão, os seguintes servidores:

- a) Janete Aparecida Felicetti - Agente Administrativo - Presidente;
- b) Laelcio Antonio Gasaniga - Secretário Municipal da Administração e da Fazenda;
- c) Miguel Felicetti - Secretário Municipal da Educação;
- d) Irley Luiz Lamperti - Secretário municipal da Infraestrutura, Obras e transportes;
- e) Carmelita Chiesa Tragancin - Diretora do departamento de recursos Humanos.

Art. 4º. Determinar que nenhum material ou bem deverá ser liberado aos usuários antes de cumpridas as formalidades de recebimento, aceitação e registro no competente instrumento de controle.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 01 DE OUTUBRO DE 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 294/2013

PORTARIA Nº 294, DE 07 DE OUTUBRO DE 2013

"ESTABELECE HORÁRIO DE EXPEDIENTE A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando a necessidade de adequar o transporte escolar aos períodos letivos das escolas existentes no Município,

Com amparo no art. 88, incisos VII e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. art. 36 e seguintes da Lei Municipal nº 044/97,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica estabelecido ao servidor DOMINGOS MACHADO DA SILVA, ocupante do cargo de Motorista, o horário de expediente a ser cumprido nos seguintes períodos:

- a) das 06h30min às 09h00min;
- b) das 10h30min às 13h00min;
- c) das 15h00min às 18h00min.

Art. 2º. O pagamento ou compensação de horas extras, em qualquer das situações ocorrerá se a jornada mensal for superior a 200 (duzentas) horas mensais.

Art. 3º. O horário especial de expediente previsto no art. 1º, objetiva a adequar o transporte escolar ao horário de funcionamento dos estabelecimentos de ensino frequentados por estudantes do Município.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 183, de 16 de maio de 2013.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 07 DE OUTUBRO DE 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda**Portaria Nº 295/2013**

PORTARIA Nº 295, DE 07 DE OUTUBRO DE 2013

"ESTABELECE HORÁRIO DE EXPEDIENTE A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando a necessidade de adequar o transporte escolar aos períodos letivos das escolas existentes no Município,

Com amparo no art. 88, incisos VII e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. art. 36 e seguintes da Lei Municipal nº 044/97,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica estabelecido ao servidor AGUSTINHO CECATTO, ocupante do cargo de Motorista, o horário de expediente a ser cumprido nos seguintes períodos:

- a) das 05h30min às 09h00min;
- b) das 10h00min às 14h30min.

Art. 2º. O pagamento ou compensação de horas extras, em

qualquer das situações ocorrerá se a jornada mensal for superior a 200 (duzentas) horas mensais.

Art. 3º. O horário especial de expediente previsto no art. 1º, objetiva a adequar o transporte escolar ao horário de funcionamento dos estabelecimentos de ensino frequentados por estudantes do Município.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 07 DE OUTUBRO DE 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda**Portaria Nº 296/2013**

PORTARIA Nº 296, DE 07 DE OUTUBRO DE 2013

"CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que, a municipalidade não possui motoristas em número suficiente para suprir todas as necessidades de deslocamento municipal e outros deslocamentos externos de interesse do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, autorização para dirigir veículos oficiais em casos eventuais e específicos ao servidor abaixo relacionado, que se encontra devidamente habilitado:

- a) Alessandra Seratto - Carteira Nacional de Habilitação nº 319449671, nº registro 01000489000, categoria "AB", com validade até 26.07.2015.

Art. 2º. A servidora autorizada a dirigir veículos oficiais, não poderá:

- a) Ceder a direção do veículo a terceiros;
- b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º. A servidora autorizada a dirigir veículos oficiais, deverá:

- a) Cumprir as determinações expressas na Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;
- b) Preencher corretamente o Diário de Movimentação de veículos;
- c) Manter atualizado o documento de habilitação (CNH);
- d) Encaminhar cópia da CNH atualizada ao Setor de Pessoal, para arquivamento na sua ficha funcional;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 07 DE OUTUBRO DE 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Imbituba

PREFEITURA

Extrato: FMS 2013/46 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2013/46 A00
Contratada: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP
C.N.P.J: 01.980.629/0001-08

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA USO DO
PSF - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA.
Valor: R\$ 11.282,00 Prazo: 31/12/2013
Fundamento: Processo nº. 22/2013 Pregão 17/2013

Imbituba, 02 de outubro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2013/47 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2013/47 A00
Contratada: COMERCIAL PREÇO BOM Z&C LTDA
C.N.P.J: 04.660.943/0001-00

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA USO DO
PSF - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA.
Valor: R\$ 9.880,00 Prazo: 31/12/2013
Fundamento: Processo nº. 22/2013 Pregão 17/2013

Imbituba, 02 de outubro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

COMERCIAL PREÇO BOM Z&C
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2013/48 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2013/48 A00
Contratada: FAROL MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA ME
C.N.P.J: 12.073.002/00014-90

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA USO DO
PSF - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA.
Valor: R\$ 2.871,00 Prazo: 31/12/2013
Fundamento: Processo nº. 22/2013 Pregão 17/2013

Imbituba, 02 de outubro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA

Secretária Municipal de Saúde
Contratante

FAROL MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA ME
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2013/49 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2013/49 A00
Contratada: LIVRARIA E PAPELARIA FIGUEIREDO LTDA
C.N.P.J: 79.883.435/0001-81

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA USO DO
PSF - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA.
Valor: R\$ 298,00 Prazo: 31/12/2013
Fundamento: Processo nº. 22/2013 Pregão 17/2013

Imbituba, 02 de outubro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

LIVRARIA E PAPELARIA FIGUEIREDO LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2013/50 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2013/50 A00
Contratada: METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA
C.N.P.J: 83.157.032/0001-22

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA USO DO
PSF - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA.
Valor: R\$ 8.619,00 Prazo: 31/12/2013
Fundamento: Processo nº. 22/2013 Pregão 17/2013

Imbituba, 02 de outubro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Sdr Sul 2013/30 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SDR SUL 2013/30 A01
Contratada: FAZENDA ITAPEVA LTDA
C.N.P.J: 00.647.391/0001-30

Objeto: ACRÉSCIMO DE 25%(VINTE E CINCO POR CENTO) SOBRE
O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.
Valor: R\$ 16.789,50
Fundamento: Processo nº. 12/2013 Pregão 10/2013

Imbituba, 25 de setembro de 2013.
AMILTON GONÇALVES DE SOUZA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Regional Sul
Contratante

FAZENDA ITAPEVA LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Sdr Sul 2013/30 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SDR SUL 2013/30 A01
Contratada: FAZENDA ITAPEVA LTDA
C.N.P.J: 00.647.391/0001-30

Objeto: ACRÉSCIMO DE 25%(VINTE E CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.
Valor: R\$ 16.789,50
Fundamento: Processo nº. 12/2013 Pregão 10/2013

Imbituba, 25 de setembro de 2013.
AMILTON GONÇALVES DE SOUZA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Regional Sul
Contratante

FAZENDA ITAPEVA LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Sedes 2013/118 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDES 2013/118 A00
Contratada: CONPESA - CONSTRUÇÃO PESA LTDA
C.N.P.J: 80.708.084/0001-51

Objeto: IMPLANTAÇÃO DA DRENAGEM, ILUMINAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DO ACESSO AO DISTRITO INDUSTRIAL, SITUADA NO BAIRRO DE NOVA BRASÍLIA - IMBITUBA/SC.
Valor: R\$ 258.534,40
Fundamento: Processo nº. 97/2013 Tomada de Preços 03/2013

Imbituba, 30 de setembro de 2013.
ANTONIO CLESIO COSTA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Economico Sustentavel
Contratante

CONPESA - CONSTRUÇÃO PESADA LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Seimfra 2012/107 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEIMFRA 2012/107 A03
Contratada: CONSTRUTORA FORMIGONI LTDA
C.N.P.J: 01.375.841/0001-46

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 23/09/2013.
Fundamento: Processo nº. 59/2012 Tomada de Preços 02/2012

Imbituba, 18 de julho de 2013.
JOSÉ AFONSO DE CARVALHO
Secretária Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
Contratante

CONSTRUTORA FORMIGONI LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Seimfra 2013/117 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEIMFRA 2013/117 A00
Contratada: IMBIMOLDE PRÉ-MOLDADOS & CONSTRUÇÕES LTDA EPP
C.N.P.J: 10.975.264/0001-14

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE 50 UNIDADES DE RAMPAS DE ACESSO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE), NO CENTRO DA CIDADE DE IMBITUBA/SC.
Valor: R\$ 18.162,50 Prazo: 120 dias
Fundamento: Processo nº. 91/2013 Pregão 62/2013

Imbituba, 30 de setembro de 2013.
JOSÉ AFONSO DE CARVALHO
Secretária Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
Contratante

IMBIMOLDE PRÉ-MOLDADOS & CONSTRUÇÕES LTDA EPP
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Seimfra 2013/119 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEIMFRA 2013/119 A00
Contratada: VILA MATERIAIS DE CONSGTRUÇÃO LTDA
C.N.P.J: 75.831.867/0001-98

Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELETROMECÂNICOS PARA RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DA PRAÇA 02 DE JULHO NO BAIRRO DE VILA ALVORADA - IMBITUBA/SC.
Valor: R\$ 21.900,00 Prazo: 30dias
Fundamento: Processo nº. 104/2013 Pregão 71/2013

Imbituba, 02 de outubro de 2013.
JOSÉ AFONSO DE CARVALHO
Secretária Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
Contratante

VILA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Representante Legal
Contratada

Edital de Audiência Pública Nº 005.2013

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2013.

O Prefeito Municipal de Imbituba, com base no Parágrafo Único do Artigo 48 da Lei Complementar (LRF) nº 101, de 04 de maio de 2000, convida toda a sociedade civil e organizada com a atuação e sede no Município de Imbituba, bem como demais munícipes, para participar da Audiência Pública que fará realizar no dia 09 de outubro de 2013, as 19:00 hs, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, com a finalidade de discutir a Lei Orçamentária Anual - LOA - para o ano de 2014.

Imbituba - SC, 07 de outubro de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal de Imbituba

RREO 4º Bim.2013

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092921385400704556

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	73.360.590,21	73.360.590,21	10.855.719,63	14,80	48.942.552,19	66,72	24.418.038,02
2	RECEITAS CORRENTES	66.330.956,50	66.330.956,50	10.651.634,93	16,06	47.638.064,84	71,82	18.692.891,66
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	15.339.000,00	15.339.000,00	2.282.311,62	14,88	11.456.770,69	74,69	3.882.229,31
4	Impostos	13.505.000,00	13.505.000,00	1.984.523,30	14,69	9.548.725,18	70,71	3.956.274,82
5	Taxas	1.834.000,00	1.834.000,00	297.788,32	16,24	1.908.045,51	104,04	-74.045,51
6	Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.500.000,00	1.500.000,00	259.966,91	17,33	1.176.915,96	78,46	323.084,04
8	Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	1.500.000,00	1.500.000,00	259.966,91	17,33	1.176.915,96	78,46	323.084,04
10	Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	RECEITA PATRIMONIAL	476.900,00	476.900,00	134.695,58	28,24	565.614,03	118,60	-88.714,03
12	Receitas Imobiliárias	40.000,00	40.000,00	2.000,00	5,00	12.000,00	30,00	28.000,00
13	Receitas de Valores Mobiliários	436.900,00	436.900,00	132.695,58	30,37	553.614,03	126,71	-116.714,03
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	45.000,00	45.000,00	47.808,00	106,24	47.808,00	106,24	-2.808,00
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	46.712.056,50	46.712.056,50	7.269.801,20	15,56	31.935.310,69	68,37	14.776.745,81
30	Transferências Intergovernamentais	45.745.348,80	45.745.348,80	7.187.154,51	15,71	31.197.766,20	68,20	14.547.582,60
31	Transferências de Instituições Privadas	10.000,00	10.000,00	1.482,05	14,82	1.482,05	14,82	8.517,95
32	Transferências do Exterior	956.707,70	956.707,70	81.164,64	8,48	736.062,44	76,94	220.645,26
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092921385400704556

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.258.000,00	2.258.000,00	657.051,62	29,10	2.455.645,47	108,75	-197.645,47
37	Multas e Juros de Mora	1.048.000,00	1.048.000,00	341.187,45	32,56	1.266.067,05	120,81	-218.067,05
38	Indenizações e Restituições	10.000,00	10.000,00	27.602,58	276,03	42.017,20	420,17	-32.017,20
39	Receita da Dívida Ativa	1.150.000,00	1.150.000,00	276.610,59	24,05	1.098.389,37	95,51	51.610,63
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	50.000,00	50.000,00	11.651,00	23,30	49.171,85	98,34	828,15
42	RECEITAS DE CAPITAL	7.029.633,71	7.029.633,71	204.084,70	2,90	1.304.487,35	18,56	5.725.146,36
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	187.084,70	0,00	917.896,25	0,00	-917.896,25
44	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	187.084,70	0,00	917.896,25	0,00	-917.896,25
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00	17.000,00	17,00	72.368,00	72,37	27.632,00
47	Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	42.200,00	0,00	-42.200,00
48	Alienação de Bens Imóveis	100.000,00	100.000,00	17.000,00	17,00	30.168,00	30,17	69.832,00
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.929.633,71	6.929.633,71	0,00	0,00	314.223,10	4,53	6.615.410,61
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	1.448.633,71	1.448.633,71	0,00	0,00	0,00	0,00	1.448.633,71
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	5.481.000,00	5.481.000,00	0,00	0,00	314.223,10	5,73	5.166.776,90
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	73.360.590,21	73.360.590,21	10.855.719,63	14,80	48.942.552,19	66,72	24.418.038,02
64	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092921385400704556

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

70	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	73.360.590,21	73.360.590,21	10.855.719,63	14,80	48.942.552,19	66,72	24.418.038,02
72	DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
73	TOTAL (VII) = (V+VI)	73.360.590,21	73.360.590,21	10.855.719,63	14,80	48.942.552,19	-	-
74	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	2.377.750,98	-	-	1.634.624,06	-	-
75	Superávit Financeiro	-	2.377.750,98	-	-	1.634.624,06	-	-
76	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)	% (g/f)	
77	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	73.360.590,21	6.405.765,25	79.766.355,46	3.023.495,98	55.172.961,94	12.582.385,98	44.874.853,95	56,26	34.891.501,51
78	DESPESAS CORRENTES	59.183.411,97	4.839.469,51	64.022.881,48	1.250.643,84	48.899.135,52	11.421.821,35	41.373.497,18	64,62	22.649.384,30
79	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.241.072,58	400.305,54	32.641.378,12	-2.618.782,04	25.132.167,94	6.553.591,16	24.988.127,09	76,55	7.653.251,03
80	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.300.999,00	0,00	1.300.999,00	115.649,37	552.568,16	169.927,14	494.966,30	38,05	806.032,70
81	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.641.340,39	4.439.163,97	30.080.504,36	3.753.776,51	23.214.399,42	4.698.303,05	15.890.403,79	52,83	14.190.100,57
82	DESPESAS DE CAPITAL	14.077.178,24	1.566.295,74	15.643.473,98	1.772.852,14	6.273.826,42	1.160.564,63	3.501.356,77	22,38	12.142.117,21
83	INVESTIMENTOS	11.077.178,24	2.066.295,74	13.143.473,98	1.401.309,14	4.090.718,34	606.142,71	1.516.353,24	11,54	11.627.120,74
84	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.000.000,00	-500.000,00	2.500.000,00	371.543,00	2.183.108,08	554.421,92	1.985.003,53	79,40	514.996,47
86	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	0,00	100.000,00	-	-	-	-	-	-
87	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-
88	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	73.360.590,21	6.405.765,25	79.766.355,46	3.023.495,98	55.172.961,94	12.582.385,98	44.874.853,95	56,26	34.891.501,51
90	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Dívida Mobiliária - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Outras Dívidas - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	73.360.590,21	6.405.765,25	79.766.355,46	3.023.495,98	55.172.961,94	12.582.385,98	44.874.853,95	56,26	34.891.501,51
98	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	4.067.698,24	-	-
99	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	73.360.590,21	6.405.765,25	79.766.355,46	3.023.495,98	55.172.961,94	12.582.385,98	48.942.552,19	-	-

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092921385400704556

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
100	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	20/09/2013	MURAL

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: Departamento de Contabilidade

Nota:

IMBITUBA, 29/09/2013

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal
CPF.: 591.549.269-04

Ivan Vítório
Secretário da Fazenda
CPF.: 888.387.449-49

GEORGE WILIAM DOS SANTOS
CONTADOR
CRC.: 20.478

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092921385400704556

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre:	Até o Bimestre: (b)	% (b/total b)	%, (b/a)	
1		DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	73.360.590,21	79.766.355,46	3.023.495,98	55.172.961,94	12.582.385,98	44.874.853,95	100,00	56,26	34.891.501,51
2	00001	Legislativa	2.640.000,00	2.640.000,00	417.780,73	1.768.640,67	406.552,99	1.627.516,05	3,63	61,65	1.012.483,95
3	01031	Ação Legislativa	2.640.000,00	2.640.000,00	417.780,73	1.768.640,67	406.552,99	1.627.516,05	3,63	61,65	1.012.483,95
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	1.455.000,00	1.410.000,00	-50.021,41	793.992,03	277.831,43	782.181,37	1,74	55,47	627.818,63
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	1.455.000,00	1.410.000,00	-50.021,41	793.992,03	277.831,43	782.181,37	1,74	55,47	627.818,63
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	11.064.000,00	12.799.450,00	-5.031,89	10.305.544,24	2.484.211,65	8.602.169,73	19,17	67,21	4.197.280,27
12	04121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	04122	Administração Geral	8.886.000,00	10.165.450,00	-139.176,92	8.201.817,85	2.045.926,26	6.657.902,54	14,84	65,50	3.507.547,46
14	04123	Administração Financeira	1.993.000,00	2.449.000,00	171.812,82	1.984.854,65	402.273,85	1.833.029,42	4,08	74,85	615.970,58
15	04124	Controle Interno	185.000,00	185.000,00	-37.667,79	118.871,74	36.011,54	111.237,77	0,25	60,13	73.762,23
16	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	04129	Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	00006	Segurança Pública	905.000,00	905.000,00	178.745,24	329.221,86	108.300,37	218.966,72	0,49	24,20	686.033,28
28	06181	Policimento	175.000,00	175.000,00	0,00	12.641,61	0,00	11.833,11	0,03	6,76	163.166,89
29	06182	Defesa Civil	730.000,00	730.000,00	178.745,24	316.580,25	108.300,37	207.133,61	0,46	28,37	522.866,39
30	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	00008	Assistência Social	2.219.064,20	2.219.104,20	16.306,03	1.393.974,94	375.962,71	1.228.640,60	2,74	55,37	990.463,60
35	08241	Assistência ao Idoso	75.000,00	40,00	0,00	40,00	0,00	40,00	0,00	100,00	0,00
36	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	525.200,00	525.200,00	30.749,09	172.588,83	49.699,51	149.236,11	0,33	28,42	375.963,89
38	08244	Assistência Comunitária	328.900,00	403.900,00	16.997,17	163.126,73	62.730,63	73.879,39	0,16	18,29	330.020,61

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092921385400704556

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

39	08422	Direitos Individuais, Coletivos e Difuso	1.289.964,20	1.289.964,20	-31.440,23	1.058.219,38	263.532,57	1.005.485,10	2,24	77,95	284.479,10
40	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47	09272	Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	00010	Saúde	16.104.697,95	17.838.299,33	2.958.312,14	12.419.874,81	3.329.876,07	10.883.535,78	24,25	61,01	6.954.763,55
46	10301	Atenção Básica	10.940.381,81	11.985.098,50	1.738.423,34	8.271.557,89	2.351.030,66	7.582.591,82	16,90	63,27	4.402.506,68
47	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.918.117,94	4.563.117,94	1.037.300,99	3.582.160,13	841.241,46	2.820.673,30	6,29	61,81	1.742.444,64
48	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	579.198,20	623.082,89	100.575,84	335.632,62	40.995,53	275.386,37	0,61	44,20	347.696,52
49	10304	Vigilância Sanitária	667.000,00	667.000,00	82.011,97	230.524,17	96.608,42	204.884,29	0,46	30,72	462.115,71
50	10305	Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	10306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	11333	Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	11334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
57	00012	Educação	19.598.341,41	19.708.784,34	-1.596.710,51	15.245.634,61	3.342.673,46	11.009.030,72	24,53	55,86	8.699.753,62
58	12361	Ensino Fundamental	12.365.000,00	12.353.000,00	-1.511.606,30	9.115.140,64	2.229.668,95	7.713.627,02	17,19	62,44	4.639.372,98
59	12362	Ensino Médio	510.000,00	548.822,93	0,00	513.342,50	93.064,00	93.064,00	0,21	16,96	455.758,93
60	12363	Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	12364	Ensino Superior	100.000,00	140.000,00	8.635,00	116.974,88	12.762,48	78.573,68	0,18	56,12	61.426,32
62	12365	Educação Infantil	4.943.633,71	4.957.853,71	-102.039,21	4.552.624,19	832.669,58	2.633.475,62	5,87	53,12	2.324.378,09
63	12366	Educação de Jovens e Adultos	614.707,70	614.707,70	7.480,00	7.480,00	0,00	0,00	0,00	0,00	614.707,70
64	12367	Educação Especial	20.000,00	23.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.200,00
65	12306	Alimentação e Nutrição	1.045.000,00	1.071.200,00	820,00	940.072,40	174.508,45	490.290,40	1,09	45,77	580.909,60
66	00013	Cultura	75.000,00	377.175,16	61.785,47	292.745,54	106.192,90	221.950,74	0,49	58,85	155.224,42
67	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	13392	Difusão Cultural	25.000,00	119.960,00	75.923,29	91.089,69	17.771,46	25.334,46	0,06	21,12	94.625,54
69	13122	Administração Geral	50.000,00	257.215,16	-14.137,82	201.655,85	88.421,44	196.616,28	0,44	76,44	60.598,88
70	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	14421	Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	00015	Urbanismo	7.888.700,00	8.611.295,74	598.373,08	3.758.948,65	809.256,51	2.489.452,98	5,55	28,91	6.121.842,76
75	15451	Infra-Estrutura Urbana	4.538.700,00	5.281.295,74	592.545,68	1.554.342,57	317.015,08	767.706,85	1,71	14,54	4.513.588,89
76	15452	Serviços Urbanos	2.350.000,00	2.350.000,00	270.760,55	1.527.025,98	333.523,04	1.101.112,86	2,45	46,86	1.248.887,14
77	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	15122	Administração Geral	1.000.000,00	980.000,00	-264.933,15	677.580,10	158.718,39	620.633,27	1,38	63,33	359.366,73
79	00016	Habituação	320.000,00	320.000,00	3.350,00	55.760,69	5.272,96	52.282,38	0,12	16,34	267.717,62
80	16481	Habituação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092921385400704556

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

81	16482	Habitação Urbana	230.000,00	230.000,00	400,00	1.800,00	400,00	1.600,00	0,00	0,70	228.400,00
82	16181	Policiamiento	90.000,00	90.000,00	2.950,00	53.960,69	4.872,96	50.682,38	0,11	56,31	39.317,62
83	00017	Saneamento	170.000,00	989.500,00	22.940,08	874.533,68	16.636,00	866.533,60	1,93	87,57	122.966,40
84	17511	Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	17512	Saneamento Básico Urbano	170.000,00	989.500,00	22.940,08	874.533,68	16.636,00	866.533,60	1,93	87,57	122.966,40
86	00018	Gestão Ambiental	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
87	18541	Preservação e Conservação Ambiental	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
88	18542	Controle Ambiental	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
89	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	00020	Agricultura	552.287,65	593.337,65	-95.790,29	462.087,62	98.565,82	349.014,77	0,78	58,82	244.322,88
97	20601	Promoção da Produção Vegetal	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
98	20602	Promoção da Produção Animal	4.287,65	4.287,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.287,65
99	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	20605	Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	20606	Extensão Rural	30.000,00	30.000,00	0,00	29.820,00	5.421,82	16.265,45	0,04	54,22	13.734,55
103	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	20122	Administração Geral	505.000,00	546.050,00	-95.790,29	432.267,62	93.144,00	332.749,32	0,74	60,94	213.300,68
105	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	00022	Indústria	150.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
109	22661	Promoção Industrial	150.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
110	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	00023	Comércio e Serviços	3.317.000,00	3.307.000,00	-52.730,19	1.062.248,99	53.020,57	760.674,52	1,70	23,00	2.546.325,48
115	23691	Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	23695	Turismo	2.927.000,00	2.967.000,00	10.401,00	841.797,32	-399,00	564.773,14	1,26	19,04	2.402.226,86
120	23122	Administração Geral	390.000,00	340.000,00	-63.131,19	220.451,67	53.419,57	195.901,38	0,44	57,62	144.098,62
121	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092921385400704556

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

123	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	00025	Energia	1.500.000,00	2.891.989,60	15.116,02	2.677.188,88	221.989,08	2.343.594,79	5,22	81,04	548.394,81
125	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	25752	Energia Elétrica	1.500.000,00	2.891.989,60	15.116,02	2.677.188,88	221.989,08	2.343.594,79	5,22	81,04	548.394,81
127	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	26782	Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	00027	Desporto e Lazer	375.500,00	474.420,44	38.879,11	371.888,49	97.861,91	335.316,60	0,75	70,68	139.103,84
136	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	27812	Desporto Comunitário	110.500,00	110.500,00	31.285,00	68.221,00	15.336,00	47.436,00	0,11	42,93	63.064,00
138	27813	Lazer	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
139	27122	Administração Geral	225.000,00	323.920,44	7.594,11	303.667,49	82.525,91	287.880,60	0,64	88,87	36.039,84
140	00028	Encargos Especiais	4.900.999,00	4.450.999,00	512.192,37	3.360.676,24	848.181,55	3.103.992,60	6,92	69,74	1.347.006,40
141	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
142	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143	28843	Serviço da Dívida Interna	4.300.999,00	3.800.999,00	487.192,37	2.735.676,24	724.349,06	2.479.969,83	5,53	65,25	1.321.029,17
144	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
145	28845	Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
146	28846	Outros Encargos Especiais	600.000,00	650.000,00	25.000,00	625.000,00	123.832,49	624.022,77	1,39	96,00	25.977,23
147	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
149		RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	00001	Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	00004	Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	00008	Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	00010	Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	00012	Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	00013	Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092921385400704556

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

165	00015	Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	00016	Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	00017	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
169	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	00020	Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
173	00023	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
174	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
175	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
176	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
177	00027	Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
178	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
179		TOTAL (III) = (I + II)	73.360.590,21	79.766.355,46	3.023.495,98	55.172.961,94	12.582.385,98	44.874.853,95	100,00	56,26	34.891.501,51	

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: Departamento de Contabilidade

Nota:

IMBITUBA, 29/09/2013

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal
CPF.: 591.549.269-04

Ivan Vítório
Secretário da Fazenda
CPF.: 888.387.449-49

GEORGE WILLIAM DOS SANTOS
CONTADOR
CRC.: 20.478

Iomerê

PREFEITURA

Decreto 1459/2013

DECRETO Nº 1459, DE 07 DE OUTUBRO DE 2013.

Ceder combustível para o abastecimento da Viatura da Polícia Militar placa MKG-6552.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Ofício de nº10/7ºGPPM/1ªCIA/15ºBPM, encaminhado ao Sr. Prefeito Municipal, que solicita que seja cedido pela Prefeitura Municipal de Iomerê, o abastecimento da Viatura da PM placa MKG-6552, durante 45 dias;

CONSIDERANDO que a Administração do Estado de Santa Catarina, estará normalizando o abastecimentos da viatura, a partir de 15 de novembro de 2013;

CONSIDERANDO o termo de convênio nº13437/1997-6 que entre si celebraram a Polícia Militar de Santa Catarina e o município de Iomerê, firmado em 23 de julho de 1997;

DECRETA:

Art. 1. Fornecimento de Combustível para a viatura da Polícia Militar placa MKG-6552, até o prazo de 15 de novembro, quando o estado de Santa Catarina estará normalizando o abastecimento.

Art. 2. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iomerê, 07 de outubro de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISOZARDO

Secretario de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 418/2013 de 07 de Outubro de 2.013.

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A MAURO ANTONIO GABARDO, matrícula 100-7, Licença Prêmio de 30 dias, relativas aos períodos aquisitivos de 1997 a 2001 e gozo de 07/10/2013 a 06/11/2013.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 07 de Outubro de 2013.

Ipumirim - SC, 07 de Outubro de 2.013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal.

Portaria Nº. 417/2013 de 07 de Outubro de 2013.

EXONERA SERVIDORA EFETIVA NO CARGO DE FISIOTERAPEUTA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

VANUSA CANTON, Matrícula 1143-6, com domicílio na Cidade e Município de Concórdia, Carteira de Identidade nº. 3185749 e do CPF 028.379.739-80, com nomeação para o cargo de FISIOTERAPEUTA, constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002., nível salarial Nível 140, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 791/2007, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de outubro de 2013.

Ipumirim - SC, 07 de outubro de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 419/2013 de 07 de Outubro de 2013.

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ANDRE DOS SANTOS, matrícula 1993-3, férias de 20 dias, relativas ao período aquisitivo de 03/05/2012 a 02/05/2013 e gozo de 07/10/2013 a 26/10/2013 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 07/10/2013.

Ipumirim - SC, 07 de outubro de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 420/2013 de 07 de Outubro de 2013.

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA PUBLICA EFETIVA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ILSE NICOLAO SERAFIN, matrícula 53-1, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 02/01/2012 a 01/01/2013 e gozo de 07/10/2013 a 05/11/2013.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 07/10/2013.

Ipumirim - SC, 07 de outubro de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Processo de Licitação Nº 51/2013, Pregão Presencial Nº 25/2013

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 51/2013

Valdir Zanella - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:30:00 horas do dia 22/10/2013, e abertura prevista para às 08:45:00 do dia 22/10/2013. Objeto da licitação: o registro de Preços, com entrega parcelada de material de limpeza destinado as atividades dos Órgãos e Unidades da Administração Pública Municipal. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo > licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 08/10/2013

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis**PREFEITURA****Lei Nº 1735 /2013.**

LEI Nº 1735 /2013.

EMENTA: "INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO FUMICULTOR A SER COMEMORADO ANUALMENTE EM 28 DE OUTUBRO"

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica instituído como "Dia do produtor de Tabaco - Fumicultor" o dia 28 de outubro.

Art. 2º - A data instituída no artigo anterior passa a integrar o Calendário Anual Oficial de Eventos do Município de Irineópolis.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se às disposições em contrários.

Irineópolis-SC, 07 de Outubro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria Nº 331/2013

PORTARIA Nº 331/2013

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ

OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e, amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso IV e § 1º da Lei Complementar nº 064/2013, de 26/02/2013 e LC nº 056/2012 de 10/02/2012,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, LIDIANE ROBERTA PARTICA, nascida em 10/12/1989, portadora do CPF nº 078.118.519-03, RG. nº 5.795.243, SESP/SC, para no período de 07/10/2013 a 17/12/2013, exercer as atividades de Professora ACT (20h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação, Edital nº 010/2013, Contrato de Trabalho nº 053/2013, para atuar na Educação Infantil da EI de Serrinha dos Gonsalves, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 07 de Outubro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Declaração de Inexigibilidade 12/2013

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Irineópolis

Processo Licitatório nº. 66/2013

Inexigibilidade de Licitação nº. 12/2013

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através do presidente da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 25, caput da Lei nº. 8.666/93, e amparado no Decreto nº 2458/2013 e a Lei Municipal nº. 1.700/2013, conforme consta do Processo de Licitação nº. 54/2013, declarou a inexigibilidade de licitação, para a contratação da empresa Bela Vista Prestadora de Serviços Ltda. conforme documentação constante dos autos, com o objetivo de prestar serviços de hora maquina, especialmente para locação de maquinas, equipamentos e veículos, para prestarem serviços no Município, principalmente destinados ao atendimento de programas municipais, em conformidade com o Decreto nº 2458/2013. A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo. Nos termos do art. 109, da Lei nº. 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, representação ou impugnação.

Irineópolis (SC), 07 de outubro de 2013.

JOSÉ OSNIR CARDOSO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Extrato de Justificativa de Inexigibilidade 12/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

PROCESSO LICITATORIO Nº 66/2013

INEXIGIBILIDADE Nº 12/2013

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO: O Município de Irineópolis necessita contratar serviços de hora/máquina especialmente para

locação de máquinas, equipamentos e veículos, para prestarem serviços no Município, principalmente destinados ao atendimento de programas municipais, em conformidade com o Decreto nº 2458/2013. A empresa, Bela Vista Prestadora de Serviços Ltda., se compromete para os serviços ao qual se credenciou, incluir operador e/ou motorista, combustível e manutenções dos veículos, máquinas ou equipamentos. Os serviços prestados serão para a recuperação e manutenção das ruas e estradas deste município, onde se fizer necessário, de acordo com solicitação e autorizado pela Secretaria de Infra Estrutura ou Agricultura, e também junto ao Programa "Porteira Adentro", conforme Lei Municipal nº. 1700/2013, aos agricultores cadastrados, conforme artigo 3º:

I - Terraplanagem;

II - Abertura, conservação e revestimentos de estradas de acesso e dentro das propriedades rurais;

III - Construção e reforma de silos, trincheiras, tanques de peixe e açudes para captação de água;

IV - realização de drenagem;

V - Fornecimento de brita, lascão e cascalho;

VI - Transporte de cascalho e brita;

VII - Transporte de calcário e outros insumos, para fins de programa oficial de correção de solo;

VIII - Valetamento;

IX - Construção de bueiros, abertura de fossas e sumidouros para tratamento de dejetos orgânicos e outros serviços que possam trazer melhorias para as propriedades rurais, dentro das possibilidades da Secretaria Municipal da Infraestrutura e obedecida os limites orçamentários.

RAZÃO DA ESCOLHA: A escolha pelo Processo Licitatório de Inexigibilidade de Licitação possui previsão na Lei Federal 8.666/93, em seu artigo 25, caput, artigo 34, Parágrafo 1º e 2º, artigo 35 e artigo 37. O credenciamento ocorre nas situações em que a Administração não pretende contratar uma empresa/profissional ou um número limitado delas(es), mas todas(os) as(os) que tiverem interesse. Nesse sentido, não há relação de exclusão, o que, por sua vez, inviabiliza a competição. A contratação por inexigibilidade de licitação, mediante sistema de credenciamento, cuja convocação é aberta a todos os profissionais interessados na prestação do serviço, implica a contratação daqueles que tiverem interesse e que satisfaçam as condições exigidas no edital.

FUNDAMENTO LEGAL: Amparado no artigo 25, caput, artigo 34, §§ 1º e 2º, artigo 35 e artigo 37, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, justifica-se o presente certame através de inexigibilidade de licitação porquanto resta caracterizada a inviabilidade de competição na medida em que a Administração Pública pretende contratar todos os profissionais e pessoas jurídicas que satisfaçam os requisitos e que expressamente acatem as condições do poder público.

A contratação da empresa Bela Vista Prestadora de Serviços Ltda., dar-se-á pelo período de 01(um) ano, podendo ser prorrogada, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse das partes, tudo nos termos do que autoriza o art. 57, II da Lei 8666/93.

É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Irineópolis, 07 de outubro de 2013.

PRESIDENTE

JOSÉ OSNIR CARDOSO

SECRETÁRIA

SINTIA BENDLIN FRANZ

Extrato Despacho do Prefeito 12-2013

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Irineópolis

Processo Licitatório n.º 66/2013

Inexigibilidade de Licitação n.º 12/2013

DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL

Aprovo a justificativa da Comissão Permanente de Licitações, constante do processo administrativo em epígrafe, para nos termos do artigo 25, caput da Lei nº. 8.666/93, declarar a Inexigibilidade de licitação para contratação da empresa Bela Vista Prestadora de Serviços Ltda., para prestar serviços de hora máquina especialmente para locação de máquinas, equipamentos e veículos, para prestarem serviços no Município, principalmente destinados ao atendimento de programas municipais, em conformidade com o Decreto nº 2458/2013. A empresa se compromete para os serviços ao qual se credenciou incluir operador ou motorista, combustível e manutenções dos veículos, máquinas ou equipamentos. Os serviços prestados serão para a recuperação e manutenção das ruas e estradas deste município, onde se fizer necessário, de acordo com solicitação e autorizado pela Secretaria de Infra Estrutura ou Agricultura, e também junto ao Programa "Porteira Adentro", conforme Lei Municipal nº. 1700/2013. O processo em epígrafe encontra respaldo legal no artigo supra citado, sendo Bela Vista Prestadora de Serviços Ltda., a quinta a encaminhar os documentos necessários, de acordo com os solicitados no Processo Licitatório 54/2013 - Credenciamento 02/2013. Conforme consta dos autos, o valor do contrato será conforme valores fixados no processo de credenciamento e de acordo com os itens no qual a empresa pediu o seu credenciamento. O valor a ser pago será conforme relatório enviado pela Secretaria da Infra Estrutura, informando a quantidade de horas trabalhadas e os locais onde os serviços foram prestados.

Cumpra-se.

Irineópolis, 07 de outubro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

Edital de Processo Seletivo 007/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

PROCESSO SELETIVO Nº 007/2013

EDITAL Nº 001

A Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas Por Lei, torna público para o conhecimento dos interessados, que acham-se abertas de 08 a 17 de outubro, inscrições para Processo Seletivo Público visando a contratação temporária no serviço público municipal, por meio de prova títulos e tempo de serviço para a vaga de Agente Comunitário Saúde, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde. Íntegra do Edital e outras informações na Prefeitura Municipal de Itá (SC), telefone (49) 3458-9500, e na internet no sítio "http://www.ita.sc.gov.br".

Itá (SC), em 07 de outubro de 2013

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal.

Edital Processo Seletivo 008/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

PROCESSO SELETIVO Nº 008/2013

EDITAL Nº 001

A Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas Por Lei, torna público para o conhecimento dos interessados, que acham-se abertas de 04 a 14 de outubro, inscrições para Processo Seletivo Público visando a contratação temporária no serviço público municipal, por meio de prova títulos e tempo de serviço e prova prática, para a vaga de Monitor de Violão - 20 horas, para atuar no Departamento de Cultura. Íntegra do Edital e outras informações na Prefeitura Municipal de Itá (SC), telefone (49) 3458-9500, e na internet no sítio "http://www.ita.sc.gov.br".

Itá (SC), em 07 de outubro de 2013

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal.

Itapiranga

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 2.865, de 8 de Outubro de 2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.865, DE 8 DE OUTUBRO DE 2013.

Altera a alínea "e" do inciso I, parágrafo único do artigo 2º da Lei Municipal nº 2.849 de 9 de julho de 2013.

O Prefeito Municipal em Exercício de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta LEI:

Art. 1º A alínea "e" do inciso I, parágrafo único do art. 2º, da Lei Municipal nº 2.849 de 9 de julho de 2013, ficará com a seguinte redação:

"Art. 2º

Parágrafo único

I

e) efetuar a contratação de locação de estrutura metálica de cobertura e banheiro químico até o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), para o evento.

Art. 2º As demais disposições legais previstas na Lei Municipal nº 2.849 de 9 de julho de 2013 permanecerão inalteradas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, de 8 de outubro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração.

Lei Municipal Nº 2.866, de 08 de Outubro de 2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.866, DE 08 DE OUTUBRO DE 2013.

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, exercício de 2013, por conta do "Excesso de Arrecadação", e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em exercício de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o seguinte crédito especial no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga, por conta do "Excesso de Arrecadação" verificado na fonte de recurso 115 - Recursos de Alienação de Bens no valor de R\$ 144.304,30 (cento e quarenta e quatro mil, trezentos e quatro reais e trinta centavos) na seguinte dotação orçamentária, exercício de 2013:

03.02 - Secret. Munic. Adm. Obras, Serv. Urb.- Saneamento
17.511.0079.1008 - Constr. Ampl. Infraestrutura Rede de Água Potável, Água Pluvial e Rede de Esgoto
44.90.00.00.00.00.00.0115 - Aplicações Diretas
R\$ 65.000,00

03.03 - Secret. Munic. Adm. Obras, Serv. Urb.- Urbanismo
25.752.0076.2012 - Manutenção e Implantação de Redes de Iluminação Pública
44.90.00.00.00.00.00.0115 - Aplicações Diretas
R\$ 79.304,30

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 08 de outubro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração.

Lei Municipal Nº 2.867, de 08 de Outubro de 2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.867, DE 08 DE OUTUBRO DE 2013.

Dispõe sobre o fornecimento e cobrança de água e serviços de esgotamento sanitário e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em exercício de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta LEI:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a dispor sobre o fornecimento e cobrança de água e serviços de esgotamento sanitário no município de Itapiranga.

§ 1º As ligações de água e esgoto serão concedidas mediante requerimento da parte interessada, acompanhado do comprovante de propriedade e certidão negativa de débitos municipais.

§ 2º Para concessão de ligação, será considerada a viabilidade econômica, as distâncias, a capacidade de abastecimento do sistema e outros fatores que o Executivo Municipal achar de importância.

Art. 2º Ficam criadas as seguintes categorias para o fornecimento de água:

I - Residencial

II - Comercial;

III - Industrial;

IV - Agropecuária; e

V - Provisória para fins de construção em perímetro urbano.

§1º Os valores das categorias previstas nos incisos I a V deste artigo estão definidos no Anexo I da presente Lei.

§2º A partir da taxa mínima das categorias I a IV do Anexo I da

presente Lei, será acrescida a importância prevista por metro cúbico, de forma progressiva, considerando o valor de cada faixa nas respectivas categorias.

§3º A categoria de consumidores Provisória destina-se ao fornecimento de água para edificações e será concedida mediante requerimento e apresentação do alvará de licença para construção, com período definido pelo requerente, não superior a um ano, podendo ser prorrogado mediante revalidação do alvará de construção.

§4º Findo o prazo previsto no parágrafo anterior, o fornecimento de água será suspenso.

§5º Concluída a obra e após a emissão do respectivo Habite-se, a ligação de água será enquadrada dentro da respectiva categoria, conforme utilização da edificação.

Art. 3º Fica autorizada a cobrança dos seguintes serviços:

I - ligação de água;

II - religação de água por corte (inadimplência);

III - desligamento de água requerida;

IV - religação de água requerida sem inadimplência;

V - disponibilização de esgotamento sanitário comercial e residencial;

VI - disponibilização de esgotamento sanitário industrial;

VII - ligação de esgotamento sanitário;

VIII - Outros serviços.

§1º Os valores da cobrança dos serviços previstos nos incisos deste artigo estão definidos no Anexo II da presente Lei.

§ 2º Os valores referente às ligações de água e esgoto, constantes nos incisos I e VII poderão ser parcelados em até três vezes sem acréscimos, cujos pagamentos deverão ocorrer da seguinte forma: a primeira parcela no ato do requerimento, e as demais em trinta e sessenta dias após.

§ 3º As ligações conjuntas para mais de uma residência serão concedidas e permitidas em condomínios residenciais.

§4º Os hidrômetros danificados por culpa do consumidor, serão consertados ou substituídos pelo Município e cobrados do proprietário.

Art. 4º Fica autorizada a cobrança do consumo da água e serviços de esgoto até o dia 15 do mês subsequente ao da prestação do serviço e após este prazo, incidirá multa de 2% (dois por cento) e juro legal de 1% (um por cento) ao mês.

§ 1º Na falta de pagamento por dois meses de consumo, será efetuada a interrupção do fornecimento de água a qual será precedida de notificação.

§2º Em caso de interrupção do fornecimento de água por falta de pagamento, conforme constante no §1º deste artigo será concedida religação mediante requerimento e pagamento da tarifa de religação e das faturas do fornecimento de água vencidas.

Art. 5º As tabelas dos Anexos I e II da presente lei, serão majoradas sempre no mês de janeiro de conformidade com a Unidade Fiscal do Município (UFM).

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente as seguintes Leis:

Lei nº 882, de 12 de novembro de 1979, Lei nº 1.502, de 2 de março de 1993 e Lei nº 2.141, de 16 de setembro de 2003.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 08 de outubro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração.

ANEXO I

TABELA PROGRESSIVA DE PREÇOS DE ÁGUA

I -	Residencial:	
a)	Taxa mínima até 5 m³	R\$ 12,00
b)	Consumo de 06 à 10 m³	R\$ 2,60 p/ m³
c)	Consumo de 11 à 20 m³.. . R\$ 2,80 p/ m³	
d)	Consumo de 21 à 30 m³	R\$ 3,00 p/ m³
e)	Consumo de 31 à 50 m³	R\$ 3,50 p/ m³
f)	Consumo superior a 50 m³ R\$ 4,00 p/ m³	
II -	Comercial:	
a)	Taxa mínima até 5 m³	R\$ 12,50
b)	Consumo de 06 à 20 m³	R\$ 3,00 p/ m³
c)	Consumo de 21 à 50 m³	R\$ 3,50 p/ m³
d)	Consumo superior à 50 m³ R\$ 4,30 p/ m³	
III -	Industrial:	
a)	Taxa mínima até 5 m³	R\$ 12,50
b)	Consumo de 06 à 20 m³	R\$ 3,00 p/ m³
c)	Consumo de 21 à 50 m³	R\$ 3,50 p/ m³
d)	Consumo superior à 50 m³ R\$ 4,30 p/ m³	
IV -	Agropecuária:	
a)	Taxa mínima até 5 m³	R\$ 12,00
b)	Consumo de 06 à 10 m³	R\$ 2,60 p/ m³
c)	Consumo de 11 à 20 m³.. . R\$ 2,80 p/ m³	
d)	Consumo de 21 à 30 m³	R\$ 3,00 p/ m³
e)	Consumo de 31 à 50 m³	R\$ 3,50 p/ m³
f)	Consumo superior a 50 m³ R\$ 3,70 p/ m³	
V -	Provisório:	
a)	Taxa mínima até 5 m³	R\$ 15,00
b)	Consumo acima de 06 m³	R\$ 3,00 p/ m³

ANEXO II

TABELA DE PREÇOS DE SERVIÇOS:

I -	ligação de água: R\$ 132,00
II -	religação de água por corte (inadimplência) - R\$ 40,00
III -	desligamento de água requerida - R\$ 24,00
IV -	religação de água requerida sem inadimplência - R\$ 24,00
V -	disponibilização de esgotamento sanitário comercial e residencial R\$ 6,00 p/mês
VI -	disponibilização de esgotamento sanitário industrial - R\$ 30,00 p/ mês
VII -	ligação de esgotamento sanitário - R\$ 161,30
VIII -	Deslocamento do ponto de ligação - R\$ 12,00.

Decreto Nº 183 de 01 de Outubro de 2013

DECRETO Nº 183 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito em exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.803, de 4 de dezembro de 2012:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar por conta do "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recurso: 128 - Convênio Farmácia Básica Estado, no valor de R\$ 19.300,000 (dezenove mil e trezentos reais)

92.01 - Fundo Municipal da Saúde

10.301.0133.2026 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde

33.90.00.00.00.00.0128 - Aplicações Diretas
R\$ 19.300,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 01 de outubro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER

Secretario Municipal de Administração.

Decreto Nº 184, de 4 de Outubro de 2013

DECRETO Nº 184, DE 4 DE OUTUBRO DE 2013.

Designa Comissão Especial para avaliar e fixar valores mínimos para concessão de uso da área de lazer localizada na Barra do Macaco e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, c/c com a alínea p do inciso I do Art. 75 da Lei Orgânica Municipal e em atendimento à Lei Municipal nº 2.575, de 6 de outubro de 2009;

Decreta:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto designados os senhores ALBERTO LENGERT, ADEMIR ROHDEN e MAURO JOSÉ DELAVY para, sob a presidência do primeiro designado, compor a Comissão que irá avaliar e fixar os valores mínimos para concessão de uso com fins de exploração de serviço público em camping, copa, cozinha e bar no espaço da área de lazer localizada na Barra do Macaco, imóvel da matrícula nº 11.050, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itapiranga.

§1º A Comissão designada no caput deste artigo deverá, no prazo de até dez dias úteis, através de laudo, posicionar-se quanto à verificação e definição de valores mínimos a serem praticados na concessão de uso descrita no caput deste artigo.

§2º Esta designação não conta ônus para os cofres municipais, por se tratar de serviço público relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, de 4 de outubro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER

Secretario Municipal de Administração.

Portaria Nº 211/2013

Portaria nº 211 de 03 de outubro de 2013.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e determinação judicial ;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder complementação de aposentadoria a Sra. Anita Ilga Fischer Dunke, em cumprimento a determinação judicial oriunda dos autos da Ação de Execução de Obrigação de Fazer nº 034.11.002028-0/001.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.
Itapiranga SC., 03 de outubro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

IVAIR PAULO TAVARES

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 212/2013

Portaria nº 212 de 03 de outubro de 2013.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e determinação judicial ;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder complementação de aposentadoria ao Sr. Orce-li Tadeu Jones, em cumprimento a determinação judicial oriunda dos autos da Ação de Execução de Obrigação de Fazer nº 034.13.001720-9.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 03 de outubro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

IVAIR PAULO TAVARES

Diretor de Recursos Humanos

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 153/2013

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 153/2013, cujo objeto é a aquisição de jantas para o Encontro Municipal de Corais, conforme autoriza a Lei Municipal nº 2.497/2008. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 22 de outubro de 2013. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 08 de outubro de 2013.

INACIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

Extrato Contratos - Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATOS CONTRATOS - SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2013

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Mallmann Engenharia Ltda - ME.

ORIGEM: Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº 10/2013.

OBJETO: Aditado o prazo para serviços de elaboração do projeto para construção da nova UBS da Fronteira.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013.

Itapiranga - SC.,30 de setembro de 2013.
 LUIS CARLOS STEFFENON
 Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2013
 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2013
 PARTES: Município de Itapiranga e Santé Gestão em Saúde Ltda.
 ORIGEM: Pregão Presencial nº 21/2013.

OBJETO: Aditado o prazo da contratação de empresa especializada no desenvolvimento de protocolos de Atenção Básica, Criança, Adolescente, Adulto, Mulher e Idoso
 VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013.

Itapiranga - SC.,30 de setembro de 2013.
 LUIS CARLOS STEFFENON
 Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2013
 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 23/2013
 PARTES: Município de Itapiranga e Bee Arquitetura e Desing Ltda.
 ORIGEM: Pregão Presencial nº 10/2013.

OBJETO: Aditado o prazo para contratação de empresa para elaboração de Desenho Técnico de móveis, equipamentos e climatizadores, a serem instalados na nova UBS da Fronteira.
 VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013.

Itapiranga - SC.,30 de setembro de 2013.
 LUIS CARLOS STEFFENON
 Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2013
 PARTES: Município de Itapiranga e Berwanger & Grutzmann Corretora de Seguros.

OBJETO: Contratação de Seguros para o veículo Logan EXP placas MIN 0857, a disposição do Fundo Municipal da Saúde.
 VALOR: R\$ 1.763,67
 VIGÊNCIA: 30 de setembro de 2014.

Itapiranga - SC.,30 de setembro de 2013.
 LUIS CARLOS STEFFENON
 Administrador do FMS

Extrato dos Contratos - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
 EXTRATOS CONTRATOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 120/2013
 PARTES: Município de Itapiranga e Fey Probst e Brustolin Advocacia.
 ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 150/2013

OBJETO: Prestação de serviços Advocatícios para Ajuizamento de Ação Judicial com vistas ao ressarcimento dos valores da cota parte do Fundeb.
 VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.

Itapiranga - SC.,26 de setembro de 2013.
 INÁCIO OSWALD
 Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 121/2013
 PARTES: Município de Itapiranga e Paulo Schuh.

OBJETO: Contratação dos serviços para atuar junto ao Complexo

Oktober - Limpeza, corte de grama, reparos, controle dos portões e cuidar do Patrimônio do Complexo.

VALOR: R\$ 4.050,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013.

Itapiranga - SC.,27 de setembro de 2013.
 INÁCIO OSWALD
 Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 122/2013
 PARTES: Município de Itapiranga e Siqueiramos Comércio de Peças e Acessórios Ltda.
 ORIGEM: Pregão Presencial nº 146/2013

OBJETO: Aquisição de peças para reforma da Toyota, placas MAA 6777 a disposição do setor de Urbanismo do município.
 VALOR: R\$ 2.560,00
 VIGÊNCIA: 04 de outubro de 2014.

Itapiranga - SC.,04 de outubro de 2013.
 INÁCIO OSWALD
 Prefeito Municipal em Exercício

Extratos das Atas de Registro de Preços - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
 ATAS REGISTRO DE PREÇOS - PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 253/2013.
 PARTES: Município de Itapiranga e Jair Reis ME.
 ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 145/2013.

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de redes de proteção, goleiras, estrutura metálica, postes de vôlei e outros materiais, destinados para o Ginásio Poliesportivo Oktober.
 VALOR: R\$ 7.370,00
 VIGÊNCIA: 04 de outubro de 2014.

Itapiranga - SC., 04 de outubro de 2013.
 INÁCIO OSWALD
 Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 254/2013.
 PARTES: Município de Itapiranga e Telecopy Equipamentos Ltda.
 ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 145/2013.

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de redes de proteção, goleiras, estrutura metálica, postes de vôlei e outros materiais, destinados para o Ginásio Poliesportivo Oktober.
 VALOR: R\$ 11.364,00
 VIGÊNCIA: 04 de outubro de 2014.

Itapiranga - SC., 04 de outubro de 2013.
 INÁCIO OSWALD
 Prefeito Municipal em Exercício.

Itapoá

PREFEITURA

Ata do Pregão Presencial Nº 53/2013, Processo Licitatório Nº 100/2013

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2013, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2013 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 08/10/2013, a partir das 09:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Ad Hoc do Município, a Sra. ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros SOLAMIR COELHO, JULIANA CRISTINA SOARES SPECK, nomeados pelo DECRETO Nº 1896/2013, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 000053/2013, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS PRÓ-INFÂNCIA TIPO C DO PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E APARELHAGEM DA REDE ESCOLAR PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DESTE EDITAL. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)
DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MOVEIS LTDA EPP
MARA TEREZINHA MOREIRA ME
ESCOBRINQ LTDA EPP
BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA-ME
LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME
ANDREIA LORENZI ME

Representantes (Credenciados)
JOSNEI RODRIGUES
MARA TEREZINHA MOREIRA
LEANDRO DE ALMEIDA TODT
ANTONIO MOACIR BAGATOLI
LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI
ESPARTACO SALTON BONZANINI

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas as propostas foi verificado que as empresas: ESCOBRINQ LTDA EPP, MARA TEREZINHA MOREIRA ME, pois descumpriram o item 6.4 do edital e portanto foram consideradas DESCLASSIFICADAS para próxima fase do certame. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MOVE	12.491,0000	0,0000
2	ANDREIA LORENZI ME	4.260,0000	0,0000
4	ANDREIA LORENZI ME	3.990,0000	0,0000
5	ANDREIA LORENZI ME	547,0000	540,0000
6	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA-ME	2.870,0000	0,0000
8	LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO	3.843,0000	0,0000
9	ANDREIA LORENZI ME	7.045,0000	0,0000

Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que todas as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedoras portanto, as empresas citadas abaixo:

Vencedor	Vlr Total
DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MOVE	12.491,0000
BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA-ME	2.870,0000
LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO	3.843,0000
ANDREIA LORENZI ME	15.835,0000

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) – A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) – A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 08/10/2013.
ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL
Pregoeira Ad Hoc do Município

Equipe de Apoio
SOLAMIR COELHO
JULIANA CRISTINA SOARES SPECK

Licitantes

DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MOVEIS LTDA EPP
BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA-ME
LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME
ANDREIA LORENZI ME

CÂMARA MUNICIPAL**Decreto Legislativo Nº 51/2013**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 51/2013

Data: 12 de Setembro de 2013.

NOMEIA ASSESSOR PARLAMENTAR

Osni Ocker, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir da presente data, Luiz Carlos Marutti, no cargo de Assessor Parlamentar do vereador Thomaz William Palma Sohn - PP, instituído pela Resolução nº03/2013 e percebendo a remuneração estabelecida no Padrão 5 da Lei Complementar Municipal nº26/2010, de 04 de maio de 2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Itapoá, em 12 de Setembro de 2013.

OSNI OCKER

Presidente

Decreto Legislativo Nº 50/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 50/2013

Data: 04 de Setembro de 2013.

EXONERA ASSESSOR PARLAMENTAR

Osni Ocker, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a partir do dia 04 de setembro do corrente ano, Everton Henrique Alexandrino Ferreira, do cargo de Assessor Parlamentar do vereador Thomaz William Palma Sohn - PP.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Itapoá, em 04 de setembro de 2013.

OSNI OCKER

Presidente

Decreto Legislativo Nº 51/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 51/2013

Data: 12 de Setembro de 2013.

NOMEIA ASSESSOR PARLAMENTAR

Osni Ocker, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir da presente data, Luiz Carlos Marutti, no cargo de Assessor Parlamentar do vereador Thomaz William Palma Sohn - PP, instituído pela Resolução nº03/2013 e percebendo a remuneração estabelecida no Padrão 5 da Lei Complementar Municipal nº26/2010, de 04 de maio de 2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Itapoá, em 12 de Setembro de 2013.

OSNI OCKER

Presidente

Decreto Legislativo Nº 53/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 53/2013

Data: 1º de Outubro de 2013.

NOMEIA ASSESSORA PARLAMENTAR

Osni Ocker, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir da presente data, Rosane Marli Alves da Rosa, no cargo de Assessora Parlamentar do vereador Osni Ocker - PR, instituído pela Resolução nº03/2013 e percebendo a remuneração estabelecida no Padrão 5 da Lei Complementar Municipal nº26/2010, de 04 de maio de 2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Itapoá, em 1º de Outubro de 2013.

OSNI OCKER

Presidente

Portaria Nº. 10 /2013

PORTARIA Nº. 10 /2013

Data: 1º de outubro de 2013.

NOMEIA COMISSÃO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE ITAPOÁ-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNI OCKER, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, considerando a Instrução Normativa do Controle Interno Municipal nº. 04/2012,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Patrimônio Público no Âmbito do Poder Legislativo Municipal de Itapoá-SC, com o objetivo de administrar o patrimônio público sob a responsabilidade da Câmara Municipal, com a seguinte composição:

1. FRANCISCO XAVIER SOARES FILHO - PRESIDENTE
2. PATRICIA CARNEIRO BRAZ - SECRETÁRIA
3. LILIAN DAS GRAÇAS MAOSKI - MEMBRO

§ 1º. Para assessorar a Comissão fica estabelecido que o responsável pela verificação, e prestação de informações, sempre que solicitado, acerca dos bens existentes no Setor, será qualquer servidor que esteja lotado na unidade onde houver necessidade de apoio, bem como também é responsável o Chefe de Setor do Patrimônio.

§ 2º. Ficam designados os seguintes vereadores para acompanhar e fiscalizar os atos desta Comissão:

Vereador Carlito Joaquim Custódio Júnior

Vereador Geraldo Rene Behlau Weber

Vereadora Márcia Regina Eggert Soares

Art. 2º. Por Patrimônio Público no âmbito da Câmara Municipal, se subentende todos os bens móveis existentes e alocados nesta, em uso por funcionários ali lotados, e os bens imóveis de propriedade do Município cedidos para uso desta Câmara.

Art. 3º. Compete à Comissão, além do preceituado em leis:

- I. Reunir-se, sempre que necessário, a convite do Presidente;
- II. Lavar em ata todas as deliberações tomadas em reunião;
- III. Junto ao Responsável pelo setor de patrimônio, fiscalizar a manutenção do inventário dos bens públicos municipais atualizados, e em sistema informatizado;
- IV. Junto ao Responsável pelo setor de patrimônio, fiscalizar o registro da movimentação de bens entre setores;
- V. Elaborar plano de manutenção preventiva dos bens móveis e imóveis;
- VI. Comunicar à Controladoria Interna os eventuais desvios, irregularidades ou falta de bens cadastrados.
- VII. Promover avaliações de bens patrimoniais móveis e imóveis,

para fins de inclusão e alienação;

VIII. Efetuar sindicâncias para apuração de fatos sobre a movimentação de bens patrimoniais, encaminhando parecer para a Procuradoria Jurídica e cópia para a Controladoria.

Art. 4º. Os bens sob responsabilidade da Câmara Municipal pertencem ao município de Itapoá, assim, quando tais bens não mais tenham utilidade para esta Casa, deverão ser entregues ao Chefe do Poder Executivo, para que lhes sejam dadas as devidas destinações.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Itapoá, 1º de outubro de 2013.

OSNI OCKER

Presidente

Jacinto Machado

PREFEITURA

Decreto N°. 088 de 30 de Setembro de 2013.

DECRETO N°. 088 DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 9º, da Lei nº 661 de 19 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo especificada do orçamento vigente, com o valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) a saber:

ORGÃO: 03 - SECRETARIA DA ADM., PLANEJ. E FINANÇAS

UNIDADE: 01 - DIRETORIA GERAL DA ADM. E PLANEJAMENTO

ATIVIDADE: 2.005 - Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: (12) - 3.3.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

ORGÃO: 03 - SECRETARIA DA AGRIC., IRRIG. E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

ATIVIDADE: 2.048 - Manutenção da Secretaria de Agric., Irrig. e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: (103) - 3.3.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

TOTALGERAL R\$ 100.000,00

Art. 2º- Para suplementar as dotações acima anulam-se as dotações abaixo especificadas nos mesmos valores.

ORGÃO: 03 - SECRETARIA DA ADM., PLANEJ. E FINANÇAS

UNIDADE: 01 - DIRETORIA GERAL DA ADM. E PLANEJAMENTO

ATIVIDADE: 2.005 - Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: (09) - 3.1.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

ORGÃO: 03 - SECRETARIA DA AGRIC., IRRIG. E MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

ATIVIDADE: 2.048 - Manutenção da Secretaria de Agric., Irrig. e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: (100) - 3.1.70.00.00.00.0080 - Transf. a Cons. Públicos R\$ 1.000,00

Modalidade de Aplicação: (102) - 3.3.71.00.00.00.0080 - Transf. a Cons. Públicos R\$ 1.000,00

Modalidade de Aplicação: (105) - 4.4.71.00.00.00.0080 - Transf. a Cons. Públicos R\$ 1.000,00

Modalidade de Aplicação: (101) - 3.1.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

Modalidade de Aplicação: (106) - 4.4.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

TOTALGERAL R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 30 de setembro de 2013.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Aviso de Licitação Tomada de Preço N° 003/2013/ Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO N° 003/2013/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, a Comissão Permanente de Licitações, com devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal, Torna Público a realização de licitação no dia 25/10/2013 às 09h00min, com entrega dos envelopes até às 08:45 horas da mesma data, no Setor de Licitações da PREFEITURA, na Modalidade TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA COM VESTIÁRIOS (980,40 m²), LOCALIZADA NA RUA OTAVIO PATEL, BAIRRO ARIZONA, MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC, DE ACORDO COM PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVOS ANEXADOS AO EDITAL.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações da PREFEITURA, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, CENTRO, JACINTO MACHADO - SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira. Informações pelo Fone: (48) 3535-1133.

Jacinto Machado - SC, 08 de outubro de 2013.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Nota Anulação PL 97/2013 PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

CNPJ: 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 57/2013 - PR

Processo Administrativo: 97/2013
Processo de Licitação: 97/2013
Data do Processo: 12/09/2013

Objeto: Aquisição de madeira de eucalipto serrada destinada à recuperação e à manutenção de pontes do interior do Município.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 12 / 2013

Motivo: Aos sete dias do mês de outubro de 2013, às 14:00h, reuniram-se nas dependências do prédio da Prefeitura, o Pregoeiro e a sua Equipe de Apoio para proceder à abertura do Processo de Licitação nº 97/2013/PMJ - Edital de Pregão Presencial nº 57/2013/PMJ. Constatou-se que não acudiram interessados em participar da licitação, sendo a mesma declarada DESERTA.

Joaçaba, 7 de Outubro de 2013

RAFAEL LASKE - PREFEITO

Aditivo Contrato 107/2013 PMJ TA 01
CONTRATO Nº 107/2013/PMJ – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede a Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob o número 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito em exercício, Sr. MARCOS WEISS, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA ME com sede administrativa na Rua Julio Schlupp, 767, sala 2, Bairro Aliança, na cidade de Rio do Sul - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 10.657.917/0001-17, neste ato representada pelo Sr. SAUL MARCELO DE OLIVEIRA, portador da C.I. nº 2.025.163-7 e CPF nº 679.162.959/20, residente e domiciliado na cidade de Rio do Sul - SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 107/2013/PMJ, firmado em 21/08/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 84/2013/PMJ – Edital TP nº 16/2013/PMJ, homologado no dia 21/08/2013, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessário para a implantação e readequação da sinalização semaforica nas vias urbanas do Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O valor do contrato fica acrescido em R\$ 17.523,54 (dezesete mil quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e quatro centavos), correspondentes a 9,68% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente a contratação suplementar dos seguintes itens:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
2	03	un	Coluna 114 mm x 6.000 mm, galvanizada	811,89	2.435,67
5	01	un	Grupo focal repetidor 3 x 200 mm (LED).	1.483,33	1.483,33
6	08	un	Grupo focal pedestre 2 x 200 mm (LED).	1.156,37	9.250,96
8	08	un	Suporte simples convencional 114 mm	79,56	636,48
11	190	m	Cabo PP 3 x 1,0 mm 750 V	4,18	794,20
15	01	sv	Mão de obra de implantação e programação	2.922,90	2.922,90
VALOR TOTAL R\$					17.523,54

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 07 de outubro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
 CONTRATANTE

SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA
 LTDA ME
 CONTRATADA

SAUL MARCELO DE OLIVEIRA

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Aditivo Contrato 342/2009 PMJ TA 06
CONTRATO Nº 342 /2009 - TA 06

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa LB - COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.492.725/0001-03, estabelecida na Rua Nereu Ramos, 330 - Centro, no Município de Fraiburgo - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. LAURECI BITENCOURT, portador da Carteira de Identidade nº 3.263.197e CPF nº 014.931.649-61, residente e domiciliado na Rua Espírito Santo, 242, Bairro Bela Vista, na cidade de Fraiburgo - SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO, ao Contrato nº 342/2009, firmado em 25 de setembro de 2009, proveniente do Processo de Licitação nº 72/2009 - Edital PP nº 48/2009, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços de portaria (um posto) no prédio sede da Prefeitura de Joaçaba (SC), onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 meses, a contar de 05/10/2013, em conformidade ao disposto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 60 (sessenta) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO.

Diante da prorrogação do prazo, agregar-se-á ao valor global do contrato R\$ 128.902,68 (cento e vinte e oito mil novecentos e dois reais e sessenta e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 03 de outubro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
 CONTRATANTE

LB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
 CONTRATADA
 Laureci Bitencourt

Lages

PREFEITURA

Anulação Item PP 70-2013 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos

AVISO DE ANULAÇÃO DE ITEM DE LICITAÇÃO

A Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Lages/SC, neste ato representada pela Presidente da Comissão de Licitações, Sra. Katia Regina Borges Hillmann, nomeada pela portaria 177/2013 de 01 de abril de 2013 vem apresentar a ANULAÇÃO do item 01, Motoniveladora, do Pregão Presencial nº 70/2013 PML, realizado em 25/09/2013. A presente anulação justifica-se pelo fato de que a descrição do item cotado pela empresa vencedora e pelas empresas recorrentes não está de acordo com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de referência do edital. Tendo em vista a falha constatada, e os questionamentos apontados pelas empresas e não conclusão de um novo Termo de Referência em tempo hábil, o prosseguimento do feito com contratação da empresa vencedora, demonstra-se inviável tornando necessária a anulação do item 01 do Pregão Presencial nº 70/2013, com fulcro nos artigos 3º, II da Lei 10.520 que assim dispõe:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;
e artigo 49 da Lei 8.666:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Assim ratifica a autoridade competente.

Lages, 04 de outubro de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário Municipal da Administração

KATIA REGINA BORGES HILLMANN

Diretora de Licitações e Contratos

Presidente Comissão de Licitação

CC 06-2013 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade:CC06-2013PML

Objeto: Seleção de Pessoas Físicas para exploração, mediante a outorga de permissão do Município de Lages, da Prestação de Serviços de Transporte Individual Remunerado de Passageiros em

Motocicletas (MOTO TÁXI).

Tipo: Melhor Técnica

Abertura: 25/11/2013 às 09:00

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 , ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 08 de outubro de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

Extrato de Contrato 118/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 118/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: CENTRO COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS DOM PEDRO II LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.824.026/0001-66, com sede à Av. Dom Pedro II n.º 1131 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Contrato tem como objeto o fornecimento emergencial de combustíveis para uso nos veículos e máquinas da frota do município, para o consumo durante três meses.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Três meses da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 248.980,50 (duzentos e quarenta e oito mil e novecentos e oitenta reais e cinquenta centavos).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 255/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 255/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: ORLEANS INFORMATICA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 02.315.593/0001-00, estabelecida à Rua Barão do Rio Branco n.º 312, SL 01 - Orleans/SC - CEP: 88.870-000.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

O fornecimento de Materiais de Higiene e Limpeza para as Unidades Escolares, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 304/2013 e no Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

02/09/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 22.402,00 (vinte e dois mil e quatrocentos e dois reais).

Lages, 02 de setembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 318/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 318/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: MARCIA DA CUNHA VENTURA - ME, inscrita no

CNPJ sob n.º 04.498.706/0001-86, com sede na Av. Juscelino Kubitschek, 2510 - Lages/SC - cep: 88.519-400 - fone:32238051.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Construção de Quadra Poliesportiva Coberta com palco, na EMEB Mutirão, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

26/09/2013 à 26/01/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

539.350,95 (quinhentos e trinta e nove mil, trezentos e cinquenta reais e noventa e cinco centavos).

Lages, 23 de setembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 319/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 319/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: INTELLIBR SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 08.982.125/0001-76, estabelecida à Rua Jerônimo Coelho n.º 170, sala 1202, Florianópolis/SC - CEP: 88.010-030 - fone: 48-32067280.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Locação e Manutenção de Software de Gestão Educacional para uso na Secretaria de Educação de Lages, SC, compreendendo adesão, implantação, conversão da base de dados, suporte, treinamento e manutenção mensal, em consonância com o escopo de trabalho no Termo de Referência do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

10/09/2013 à 10/09/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de:

R\$ 20.850,00 (vinte mil e oitocentos e cinquenta reais) pela conversão, implantação e capacitação.

R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais) pela manutenção mensal.

Lages, 23 de setembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 320/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 320/2013

COMONDATE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

COMODATÁRIA: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

A COMODANTE cede à COMODATÁRIA, em comodato, 01 (um) trator Agrale, vermelho, n.º de Frota 035, Chassi 12721, com Rodadeira Acoplada, sem número de Patrimônio.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

01/10/2013 à 01/10/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

GRATUITO

Lages, 02 de outubro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 321/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 321/2013

COMODANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

COMODATÁRIA: CENTRO DE EDUCAÇÃO ANDRÉ LUIZ, inscrito no CNPJ sob n.º 82.792.664/0001-03.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

A COMODANTE cede ao COMODATÁRIO parte de 01 (um) imóvel, com metragem quadrada de 942m² (novecentos quarenta e dois metros quadrados) sito à Avenida Luis de Camões, 2195, bairro Conta Dinheiro, CEP 88520-000, para a Secretaria Municipal de Educação assumir a referida área, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

01/10/2013 à 31/12/2033.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

GRATUITO

Lages, 02 de outubro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 322/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 322/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: JULIO CESAR RODRIGUES DELFES - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 82.894.718/0001-33, estabelecido à Rua Mário Ribeiro Ramos n.º 242 - Lages/SC - CEP: 88.509-340.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios e Descartáveis para uso em Diversos Setores da Prefeitura, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital e autorização de fornecimento nº 335/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

02/10/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 19.600,00 (dezenove mil e seiscentos reais).

Lages, 02 de outubro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 323/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 323/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ALMEIDA PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA - ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n.º 14.764.095/0001-24, estabelecida à Rua Cirilo Vieira Ramos n.º 1.172, nesta cidade de Lages/SC - CEP: 88.503-200.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Contratação de Empresa para prestação de serviços de execução de 308,84 m³ (trezentos e oito vírgula quarenta e oito metros cúbicos) de estruturação de pontes em pedras basáltica, argamassa, em diversos pontos da cidade de Lages, SC, com fornecimento

de materiais, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilha de Quantitativos, a ser fornecida pela Secretaria de Infraestrutura.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

02/10/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais).

Lages, 02 de outubro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 324/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 324/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: LYSING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 14.694.138/0001-42, com sede à Rua Fermínio Vieira Cordeiro, 1.300 - 3D - ITAJAI - SC - CEP: 88.317-200.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Aquisição de Materiais Elétricos para Manutenção e Conservação da Iluminação Pública do Município, em conformidade com as especificações da requisição da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

02/10/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 10.118,85 (dez mil e cento e dezoito reais e oitenta e cinco centavos).

Lages, 02 de outubro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Lauro Muller

PREFEITURA

Errata ao Edital de Pregao Nº54/2013 Processo Nº79/2013

ERRATA AO EDITAL DE PREGAO Nº54/2013

PROCESSO Nº79/2013

A Prefeitura Municipal de Lauro Müller, com sede Rua Valter Vertterly, 239- Centro

em Lauro Müller/SC, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados que:

Onde lê-se: " No item nº4.2 , 10h e 00 min"

Leia-se: "14h e 00 min"

Lauro Müller, 8 de outubro de 2013.

Extrato de Aditivo de Contrato Nº 001/2013 Pmlm ao Contrato Nº 31/2013

Estado de Santa Catarina

Governo Municipal de Lauro Müller

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 001/2013 PMLM AO CONTRATO Nº 31/2013

Contrato Original: 31/2013 PMLM

Processo Licitatório nº 21/2013 - Pregão Presencial nº 10/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL.

Contratado: MARIVALDO PESCADOR ME

Valor: R\$ 423.75 (quatrocentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos).

Prazo de Vigência: 08/10/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto N.º 069/2013

DECRETO Nº 069, DE 08 DE OUTUBRO DE 2013.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 8º Inciso II da Lei nº 933 de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a dotação do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	15.845,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	15.845,00
Função	26	Transporte	15.845,00
Sub-Função	782	Transporte Rodoviários	15.845,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	15.845,00
Projeto/Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transporte Obras e Serviços Urbanos	15.845,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	15.845,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	15.845,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	15.845,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	15.845,00
Órgão	07	SECRETARIA DA AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE	19.106,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE	19.106,00
Função	20	Agricultura	19.106,00
Sub-Função	606	Extensão Rural	19.106,00
Programa	0011	Revitalização da Agricultura Familiar	19.106,00
Projeto/Atividade	2.030	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente	19.106,00

Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	19.106,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	19.106,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	19.106,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	19.106,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....			34.951,00

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	15.845,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	15.845,00
Função	26	Transporte	15.845,00
Sub-Função	782	Transporte Rodoviários	15.845,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	15.845,00
Projeto/Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transporte Obras e Serviços Urbanos	15.845,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	15.845,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	15.845,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	15.845,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	15.845,00
Órgão	07	SECRETARIA DA AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE	19.106,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE	19.106,00
Função	20	Agricultura	19.106,00
Sub-Função	606	Extensão Rural	19.106,00
Programa	0011	Revitalização da Agricultura Familiar	19.106,00
Projeto/Atividade	2.030	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente	19.106,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	19.106,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	19.106,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	19.106,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	19.106,00
TOTAL DA ANULAÇÃO.....			34.951,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 08 de Outubro de 2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 01/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2013

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato do Presidente da Comissão Permanente de Licitações, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Caput do artigo 25, da Lei nº 8.666/93, para a contratação de serviço médico especializado em pediatria aos pacientes de Lindóia do Sul, na sede deste município, por intermédio do Edital de Credenciamento Universal FMS nº 01/2013.

Contratado: SCHIAVINI & VARGAS LTDA EPP

Valor por consulta: R\$ 58,30 (cinquenta e oito reais e trinta centavos)

Valor máximo mensal: R\$3.206,50 (três mil duzentos e seis reais e cinquenta centavos)

Vigência: 30 de setembro de 2014.

Lindóia do Sul, SC, 04 de outubro de 2013.

RONALDO PISCINI

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Extrato do Convênio 61/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 61/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC, torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA-ESTADO DE SANTA CATARINA

Fundamento Legal: Lei Municipal no 1.081 de 16 de março de 2012.

Objeto: Convênio de cooperação entre o MUNICÍPIO e a SSP, para instalação e manutenção de um sistema de videomonitoramento urbano composto de 01 (uma) central de videomonitoramento com 06 (seis) câmeras de segurança no Município de Lindóia do Sul.

Valor total: R\$ 80.022,50

Vigência: 02 de outubro de 2018.

Assinatura: 02 de outubro de 2013.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Portaria 204/13

Portaria nº 204/13 de 03/10/13 - "CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA". CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, AISLIM RAMONA ARENHART, para exercer as funções de Agente Comunitária de Saúde no Programa Agentes Comunitários de Saúde/PACS, 40 horas semanais, a partir de 03 de outubro de 2013.

Portaria 205/13

Portaria nº 205/13 de 03/10/13 - "CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA". CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, ÉDINA TEDESCO DA COSTA, para exercer as funções de Agente Comunitária de Saúde no Programa Agentes Comunitários de Saúde/PACS, 40 horas semanais, em substituição a MARIZETE VARGAS, em licença para tratamento de saúde.

Portaria 206/13

Portaria nº 206/13 de 07/10/13 - "NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA". NOMEAR PEDRO LUCIANO SORGATO, para exercer o emprego público efetivo de Engenheiro Civil, 40 horas semanais, Nível 04, Classe "A", do Grupo IV - Atividades de Nível Superior/ANS, do Anexo I, a partir de 07 de outubro de 2013.

Extrato: Licitação Deserta - Pregão PML - PR 54.2013 - PL 42.2013: Serviço de Transporte: Atletas e Grupos Culturais

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DE OBRAS
EXTRATO - LICITAÇÃO DESERTA
Processo Licitatório 0054/2013 - PML
Pregão nº 0042/2013 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) Declarar Deserto o Processo Licitatório nº 0054/2013, em função da ausência de qualquer empresa interessada no certame, inobstante tenha sido publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, na edição do dia 06 de setembro de 2013; Mural Público a partir do dia 09 de setembro de 2013 e no site do Município no dia 05 de setembro de 2013, para dar amplo conhecimento aos eventuais interessados.

Luzerna (SC), 7 de outubro de 2013.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

1º Ato de Apostilamento Arp FMS.021.13

1º ATO DE APOSTILAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 21.2013

APOSTILA de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA à Ata de Registro de Preços fms.21.13 de 05/06/2013, proveniente do Processo Licitatório fms.0033/2013, Pregão fms nº 0026/2013, celebrada entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS e MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, Gestor do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Luzerna, no uso de suas atribuições

legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento à Ata de Registro de Preços fms.21.13 de 05/06/2013, proveniente do Processo Licitatório fms.0033/2013, Pregão fms nº 0026/2013, na dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

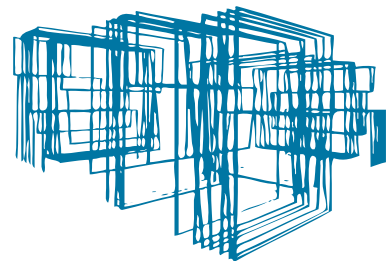
Elemento - 3.3.90.32.03 - Gêneros Alimentícios

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Reduzido 004

Fonte 00 - Recursos Ordinários

Luzerna(SC), 01 de outubro de 2013

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMS



Programa de Gestão de Obras



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL**Balancete Financeiro 09/2013****ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Setembro/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	33.246,44
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	33.246,44
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.834,45
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.411,99
Receita Extra - Orçamentária	78.782,24	Despesa Extra - Orçamentária	35.406,87
DEPÓSITOS	2.202,47	DEPÓSITOS	2.160,43
CONSIGNAÇÕES	2.202,47	CONSIGNAÇÕES	2.160,43
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.677,89	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.677,89
TESOURO NACIONAL	29,77	TESOURO NACIONAL	29,77
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	329,35	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	287,31
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	165,46	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	165,46
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	33.246,44	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	33.246,44
OBRIGAÇÕES A PAGAR	33.246,44	OBRIGAÇÕES A PAGAR	33.246,44
FORNECEDORES	6.411,99	FORNECEDORES	6.411,99
PESSOAL A PAGAR	21.647,57	PESSOAL A PAGAR	21.647,57
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.186,88	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.186,88
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	43.333,33		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	43.333,33		
REPASSE RECEBIDO	43.333,33		
Saldos anteriores	81.714,74	Saldos atuais	91.843,67
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	81.714,74	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	91.843,67
BANCO C/ MOVIMENTO	0,00	BANCO C/ MOVIMENTO	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	160.496,98	Total	160.496,98

Luzerna, 02/10/2013

Rubiana Suelen Balestrin
Contadora

João Batista Zamboni
Presidente da Mesa Diretora

Relatório de Gestão Fiscal - Anexo I - Dmons. da Despesa com Pessoal

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: LUZERNA/SC - PODER LEGISLATIVO

CNPJ: 11.351.972/0001-47

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013.

CVA: 2013100708305700102508

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
		(Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) = (2+3+4)	332.956,04	0,00
2	Pessoal Ativo	332.956,04	0,00
3	Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
4	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
5	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II) = (6+7+8+9)	0,00	0,00
6	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
7	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
8	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
9	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
10	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	332.956,04	0,00
11	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		332.956,04

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	13.962.382,69
13	% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	2,38
14	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - (6,00%)	837.742,96
15	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - (5,70%)	795.855,81
16	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - (5,40%)	753.968,67

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
-------	------------------	--------------------	---

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: LUZERNA/SC - PODER LEGISLATIVO

CNPJ: 11.351.972/0001-47

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013.

CVA: 2013100708305700102508

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

17	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	04/10/2013	DOM
----	---	------------	-----

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei nº 4320/60.

Fonte: SISTEMA CONTÁBIL

Nota:

LUZERNA, 07/10/2013

RUBIANA SUELEN BALESTRIN

CONTADORA

CPF.: 050.764.859-56

JOÃO BATISTA ZAMBONI

PRESIDENTE MESA DIRETORA ANO DE 2013

CPF.: 294.835.739-04

MARIA RITA NOGUEIRA PASA

CONTROLE INTERNO

CPF.: 03982654963

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
TRAJETÓRIA DE RETORNO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: LUZERNA/SC - PODER LEGISLATIVO

CNPJ: 11.351.972/0001-47

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013.

CVA: 2013100708305700102508

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL										
C/AMPO	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte		
1	.									
C/AMPO	.	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite, (h) = (a)	% DTP (i)
2	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO										
C/AMPO	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes		
3	.									
C/AMPO	.	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite, (h) = (a)	% DTP (i)
4	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Fonte: SISTEMA CONTÁBIL.

Nota:

LUZERNA, 07/10/2013

RUBIANA SUJEIN BALESTRIN
CONTADORA
CPF.: 050.764.859-56

JOÃO BATISTA ZAMBONI
PRESIDENTE MESA DIRETORA ANO DE 2013
CPF.: 294.835.739-04

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
CONTROLE INTERNO
CPF.: 03982654963

Macieira

PREFEITURA

Publicação Resumida _ Contrato CIGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Contrato Administrativo nº 0046/2013.

Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)

Objeto: Contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária (REGIN, Nota Fiscal Eletrônica e Simples Nacional), através do Contrato de Programa nº 0003/2011.

Pagamento: Mensal.

Vigência do contrato: 31/12/2013, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 57,II, da Lei nº 8.666/93.

Valor estimado do contrato: R\$ 210,00 (duzentos e dez reais) mensais

Macieira - SC, 03 de outubro de 2013.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente da Comissão de Licitações.

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESÃO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Compras Diretas _ Prefeitura Municipal _setembro

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Página: 1/8

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Cabo de rolo 23cm	1688	2,000	6,0000	12,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Mangueira para Fogão a Gas	1677	2,000	3,0000	6,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Parafusos com buchas	1768	8,000	1,2000	9,60
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Rolo 23cm p/ pintura	1688	2,000	8,0000	16,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	TINNER	1688	2,000	9,0000	18,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Papel Timbrado Impressão Colorido A4	1708	1.000,000	0,2450	245,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	Filtro de Combustivel S 3242	1698	1,000	58,0000	58,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	Filtro de óleo	1685	1,000	18,0000	18,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	Filtro Lubrificante PSC 353	1698	1,000	58,0000	58,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	Filtro Lubrificante PSL 962	1698	1,000	38,0000	38,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	OLEO LUBRIFICANTE P/MOTOR SAE 15W40		2,000	138,0000	276,00
BAR E LANCHONETE MAURINA ME	Marmitas	1702	10,000	8,0000	80,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU	cal virgem	1674	2,000	7,5000	15,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU	Cola Araudite	1679	1,000	38,0000	38,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU	Curva com rosca 25mm	1700	2,000	1,5000	3,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU	Curvas de 25mm	1700	9,000	0,6000	5,40
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU	Disco de corte	1713	5,000	3,8000	19,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU	Fechadura de porta	1681	1,000	27,8000	27,80
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU	Flexível	1659	1,000	5,2000	5,20
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU	Lampada Fluorescente	1659	4,000	4,8000	19,20
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU	Mangueira para Fogão a Gas	1695	1,000	5,0000	5,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU	Rastel de Ferro	1715	1,000	17,0000	17,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU	T 25	1700	1,000	0,9000	0,90
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU	T de 20 Rdução para 25	1700	1,000	1,3000	1,30
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU	Tomada	1659	1,000	7,0000	7,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU	Torneira	1700	2,000	3,0000	6,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU	TUBO COLA 3M	1700	1,000	4,8000	4,80
COMPE INFORMATICA LTDA	Deslocamento Notebook	1707	1,000	90,0000	90,00
COMPE INFORMATICA LTDA	Fita Impressora L X 300 + LL Epson	1745	1,000	10,0000	10,00
COMPE INFORMATICA LTDA	Fonte Nobrek	1706	1,000	120,0000	120,00
COMPE INFORMATICA LTDA	Hora Tecnica	1707	1,000	120,0000	120,00
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL SALTO VELOSO	Rondape	1684	5,000	15,0000	75,00
CS INFORMATICA LTDA	CARTUCHO DE TINTA Nº. 21 (ORIGINAL) PARA IMPRESSORA HP.		2,000	50,0000	100,00
CS INFORMATICA LTDA	CARTUCHO DE TINTA Nº.22 (ORIGINAL) PARA IMPRESSORA HP.		2,000	59,0000	118,00
CS INFORMATICA LTDA	RECARGA TONNER 285 PARA IMPRESSORA HP		1,000	52,0000	52,00
CS INFORMATICA LTDA	Recarga tonner S208D10, para impressora Xerox 3550		1,000	195,0000	195,00
ELETRO HATCOPH LTDA ME	Antena Externa M 3000 VHF/UHF	1660	1,000	88,5000	88,50
ELETRO HATCOPH LTDA ME	Cabo para Antena	1660	15,000	1,3000	19,50
ELETRO HATCOPH LTDA ME	Terminal	1660	2,000	1,0000	2,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Página: 2/8

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ILÁRIO TOMAZI	Abóbora moranga.	1767	1,000	2,6400	2,64
ILÁRIO TOMAZI	Alface	1728	20,000	1,1100	22,20
ILÁRIO TOMAZI	Batata Salsa	1658	4,000	4,8500	19,40
ILÁRIO TOMAZI	Batata Salsa	1678	2,000	4,8500	9,70
ILÁRIO TOMAZI	Brócolis	1709	12,000	3,1500	37,80
ILÁRIO TOMAZI	Brócolis	1728	10,000	3,1500	31,50
ILÁRIO TOMAZI	Couve - Flor	1709	8,000	3,2500	26,00
ILÁRIO TOMAZI	Limão	1709	1,000	1,0000	1,00
ILÁRIO TOMAZI	Mel de abelha.	1709	2,000	12,0000	24,00
ILÁRIO TOMAZI	Mel puro	1658	2,000	12,0000	24,00
ILÁRIO TOMAZI	Ovo de galinha caipira	1728	6,000	3,6900	22,14
ILÁRIO TOMAZI	Ovo de galinha caipira	1767	8,000	3,6900	29,52
ILÁRIO TOMAZI	Ovo de galinha.	1678	2,000	3,6900	7,38
ILÁRIO TOMAZI	Ovo de galinha.	1709	6,000	3,6900	22,14
ILÁRIO TOMAZI	Repolho	1658	2,000	2,1500	4,30
ILÁRIO TOMAZI	Repolho branco.	1678	9,000	2,1500	19,35
ILÁRIO TOMAZI	Repolho branco.	1709	6,000	2,1500	12,90
ILÁRIO TOMAZI	Tempero verde (salsinha e cebolinha)	1658	2,000	2,3400	4,68
ILÁRIO TOMAZI	Tempero verde (salsinha e cebolinha)	1678	2,000	2,3400	4,68
ILÁRIO TOMAZI	Tempero verde (salsinha e cebolinha)	1709	2,000	2,3400	4,68
ILÁRIO TOMAZI	Tempero verde (salsinha e cebolinha)	1728	2,000	2,3400	4,68
ILÁRIO TOMAZI	Tempero verde (salsinha e cebolinha)	1767	2,000	2,3400	4,68
ILÁRIO TOMAZI	VINAGRE	1767	1,000	5,0000	5,00
ILÁRIO TOMAZI	Vinagre branco	1678	1,000	5,0000	5,00
ILÁRIO TOMAZI	Vinagre branco	1709	1,000	5,0000	5,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Abacaxi Pérola.		4,000	4,7000	18,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Abacaxi Pérola.		10,000	4,7000	47,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar 5kg		1,000	10,6800	10,68
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar 5kg	1759	1,000	10,6800	10,68
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar 5kg	1770	2,000	10,6800	21,36
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar de Baunilha		2,000	1,2500	2,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco.		1,000	10,6800	10,68
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco.		1,000	10,6800	10,68
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco.		1,000	10,6800	10,68
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco.		1,000	10,6800	10,68
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco.		2,000	10,6800	21,36
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco.		2,000	10,6800	21,36
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco.		2,000	10,6800	21,36
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Água mineral- 20 l.	1682	1,000	7,3000	7,30

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Página: 3/8

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Água mineral- 20 l.		1,000	7,3000	7,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Álcool 1 litro 90%	1710	10,000	3,8000	38,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Álcool 1 litro 90%	1724	3,000	3,8000	11,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Álcool 1 litro 90%	1770	2,000	3,8000	7,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Anies para chimarrão pacote com 100 mg	1770	4,000	2,9900	11,96
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra.		15,000	1,4800	22,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra.		20,000	1,4800	29,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra.		20,000	1,4800	29,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra.		25,000	1,4800	37,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra.		20,000	1,4800	29,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra.		30,000	1,4800	44,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra.		20,000	1,4800	29,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra.		20,000	1,4800	29,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Batata Inglesa.		2,000	1,8900	3,78
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Batata Inglesa.		10,000	1,8900	18,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Batata Inglesa.		4,000	1,8900	7,56
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Beterraba.		7,000	2,6000	18,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Beterraba.		1,000	2,6000	2,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Biscoito doce, sabor chocolate.		7,000	5,2800	36,96
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Biscoito salgado, tipo cream cracker integral.		8,000	3,7500	30,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Biscoito salgado, tipo cream cracker integral.		10,000	3,7500	37,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Café em pó 500 Gr - empacotado a vácuo de 1° qualidade	1759	5,000	6,9800	34,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Café torrado moído tradicional.		5,000	6,9800	34,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Café torrado moído tradicional.		1,000	6,9800	6,98
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Café torrado moído tradicional.		1,000	6,9800	6,98
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Café torrado moído tradicional.		1,000	6,9800	6,98
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Café torrado moído tradicional.		1,000	6,9800	6,98
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Caldo de galinha.		2,000	2,5000	5,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Caldo de galinha.		2,000	2,5000	5,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Canjica de milho.		6,000	2,1400	12,84
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Canjica de milho.		10,000	2,1400	21,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Canjica de milho.		6,000	2,1400	12,84
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Canjica de milho.		8,000	2,1400	17,12
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Carne bovina picada ou em iscas,		3,000	11,7000	35,10
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Carne bovina picada ou em iscas,		6,000	11,7000	70,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cebola branca.		5,000	2,0000	10,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cebola branca.		5,000	2,0000	10,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cebola branca.		3,000	2,0000	6,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Página: 4/8

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cenoura ,		2,000	2,6900	5,38
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cenoura ,		3,000	2,6900	8,07
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cenoura ,		3,000	2,6900	8,07
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cera pasta 375 gr	1759	1,000	9,0000	9,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Chá mate.		2,000	2,7900	5,58
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Chá mate.		2,000	2,7900	5,58
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Chá mate.		2,000	2,7900	5,58
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Coxa e sobre coxa congeladas.		10,000	5,5900	55,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Coxa e sobre coxa congeladas.		15,000	5,5900	83,85
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Coxa e sobre coxa congeladas.		5,000	5,5900	27,95
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cravo da índia.	1759	1,000	1,4000	1,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Farinha de trigo especial,		1,000	8,5000	8,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Farinha de trigo especial,		1,000	8,5000	8,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Fermento químico em pó.		1,000	4,5000	4,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Fermento químico em pó.		1,000	4,5000	4,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro p/ café nº. 103 c/ 40 unidades	1770	3,000	2,5000	7,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida.		24,000	2,1300	51,12
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida.		12,000	2,1300	25,56
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida.		24,000	2,1300	51,12
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida.		12,000	2,1300	25,56
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Luva de vinil para procedimento descartáveis tamanho G.	1671	1,000	50,0000	50,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Luvas descartáveis látex tamanho M e G.	1759	1,000	2,8100	2,81
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Oleo de soja refinado.		2,000	3,7500	7,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Oleo de soja refinado.		2,000	3,7500	7,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Oleo de soja refinado.		4,000	3,7500	15,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Oleo de soja refinado.		2,000	3,7500	7,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Oleo de soja refinado.		3,000	3,7500	11,25
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Oleo de soja refinado.		2,000	3,7500	7,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Querosene - 800 ml	1671	3,000	8,2500	24,75
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis	1710	5,000	5,5000	27,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis	1770	1,000	5,5000	5,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sal refinado e iodado.		2,000	1,4000	2,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sal refinado e iodado.		2,000	1,4000	2,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sal refinado e iodado.		1,000	1,4000	1,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Salsicha a granel.		2,000	19,2000	38,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Salsicha a granel.		2,000	19,2000	38,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Salsicha a granel.		2,000	19,2000	38,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Toalha de rosto	1705	4,000	3,0000	12,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Toalha de rosto	1710	5,000	3,0000	15,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Página: 5/8

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Toalha de rosto	1759	2,000	3,0000	6,00
JACY CAMARGO	CONCERTO DE PNEU	1690	1,000	20,0000	20,00
JACY CAMARGO	CONCERTO DE PNEU	1729	1,000	20,0000	20,00
JACY CAMARGO	MONTAGEM DE PNEU	1690	1,000	15,0000	15,00
JANDIR ELIZEU PIRAN ME	Serviço hora/máquina de trator de esteira		6,900	72,5000	500,25
JANDIR ELIZEU PIRAN ME	Serviço hora/máquina de trator de esteira		5,200	72,5000	377,00
JANDIR ELIZEU PIRAN ME	Serviço hora/máquina de trator de esteira		11,200	72,5000	812,00
JANDIR ELIZEU PIRAN ME	Serviço hora/máquina de trator de esteira		12,900	72,5000	935,25
JANDIR ELIZEU PIRAN ME	Serviço hora/máquina de trator de esteira		3,200	72,5000	232,00
JANDIR ELIZEU PIRAN ME	Serviço hora/máquina de trator de esteira		13,000	72,5000	942,50
JANDIR ELIZEU PIRAN ME	Serviço hora/máquina de trator de esteira		17,000	72,5000	1.232,50
JANDIR ELIZEU PIRAN ME	Serviço hora/máquina de trator de esteira		6,000	72,5000	435,00
JANDIR ELIZEU PIRAN ME	Serviço hora/máquina de trator de esteira		1,600	72,5000	116,00
MACIOESTE LTDA ME	Balão - pacote com 50 unidades		6,000	3,9000	23,40
MACIOESTE LTDA ME	Caderno grande em espiral c/ 96 folhas		50,000	2,7500	137,50
MACIOESTE LTDA ME	CAIXA DE GRAMPO	1714	2,000	4,9900	9,98
MACIOESTE LTDA ME	Caneta azul cx c/ 50 unidades		1,000	35,6500	35,65
MACIOESTE LTDA ME	Cola bastão grossa 11,3 mm x 30.0 cm		1,000	29,5000	29,50
MACIOESTE LTDA ME	Cola branca 40 gramas com 12 unidades		1,000	6,9000	6,90
MACIOESTE LTDA ME	Fita adesiva transparente - 3m		1,000	2,7600	2,76
MACIOESTE LTDA ME	Fita crepe 3m amadeirada 25mmx50		3,000	6,7500	20,25
MACIOESTE LTDA ME	Fita crepe 3m amadeirada 25mmx50		20,000	6,7500	135,00
MACIOESTE LTDA ME	Folha de EVA colorida 40 x 50		50,000	1,3400	67,00
MACIOESTE LTDA ME	Folha de EVA colorida 40 x 50		5,000	1,3400	6,70
MACIOESTE LTDA ME	Folha papel cartão colorido		20,000	0,7900	15,80
MACIOESTE LTDA ME	Folha papel cartão colorido		4,000	0,7900	3,16
MACIOESTE LTDA ME	Folha papel cartolina colorido		20,000	0,4900	9,80
MACIOESTE LTDA ME	Folha papel cartolina colorido		4,000	0,4900	1,96
MACIOESTE LTDA ME	Folha papel dupla face colorido		1,000	0,6900	0,69
MACIOESTE LTDA ME	Lápis preto nº 02 cx com 144 unidades		1,000	29,9000	29,90
MACIOESTE LTDA ME	Lápis preto nº 02 cx com 144 unidades		2,000	29,9000	59,80
MACIOESTE LTDA ME	Matriz álcool cx com 100 unidades		1,000	55,9000	55,90
MACIOESTE LTDA ME	Matriz álcool cx com 100 unidades		1,000	55,9000	55,90
MACIOESTE LTDA ME	Medalha	1686	45,000	4,5800	206,10
MACIOESTE LTDA ME	Palitos churrasco 100 unidades grande		5,000	3,5900	17,95
MACIOESTE LTDA ME	Palitos churrasco 100 unidades grande		2,000	3,5900	7,18
MACIOESTE LTDA ME	Papel crepom colorido		4,000	0,4900	1,96
MACIOESTE LTDA ME	Papel dobradura colorido		12,000	0,3500	4,20
MACIOESTE LTDA ME	Papel ofício A4 cx 10 com resmas		2,000	149,9000	299,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Página: 6/8

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MACIOESTE LTDA ME	Papel ofício A4 cx 10 com resmas		1,000	149,9000	149,90
MACIOESTE LTDA ME	TNT bobina com 50 m x 1,40 de largura -		2,000	54,9000	109,80
MECANICA FARENZENA LTDA	Correia da Ventuinha S/10	1680	1,000	36,0000	36,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Fechadura porta esquerda	1683	1,000	73,0000	73,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Mola mestre traseira	1668	1,000	280,0000	280,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Parafuso 14 X 50 com Porca aço 8.8	1730	8,000	3,5000	28,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Rolamento da Correia S/10	1680	1,000	56,0000	56,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Valvula Governadora	1730	1,000	190,0000	190,00
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	SERVIÇO MOTOR PARTIDA	1749	1,000	100,0000	100,00
RESTAURANTE DALA VECIA	TIP TOP	1691	2,000	5,0000	10,00
RESTAURANTE E PANIFICADORA KARPINSKI LTDA	Biscoito doce, tipo rosquinha de coco		10,000	4,4900	44,90
RESTAURANTE E PANIFICADORA KARPINSKI LTDA	Pão de cachorro quente.		7,500	5,9900	44,93
RESTAURANTE E PANIFICADORA KARPINSKI LTDA	Pão de cachorro quente.		10,000	5,9900	59,90
RESTAURANTE E PANIFICADORA KARPINSKI LTDA	Pão Francês.		7,500	5,1700	38,78
RESTAURANTE E PANIFICADORA KARPINSKI LTDA	Pão Francês.		10,000	5,1700	51,70
SAFRA DIESEL LTDA	Óleo diesel para motores eletrônicos		1.500,000	2,0500	3.075,00
SAFRA DIESEL LTDA	Óleo diesel para motores eletrônicos		3.000,000	2,0500	6.150,00
SAFRA DIESEL LTDA	Óleo diesel para motores eletrônicos		2.000,000	2,0500	4.100,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Achocotado em pó instantâneo.		2,000	4,7000	9,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Alho.		2,000	2,5400	5,08
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Arroz parboilizado tipo 1, longo fino.		1,000	9,0500	9,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Arroz parboilizado tipo 1, longo fino.		1,000	9,0500	9,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Arroz parboilizado tipo 1, longo fino.		1,000	9,0500	9,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Arroz parboilizado tipo 1, longo fino.		1,000	9,0500	9,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Arroz parboilizado tipo 1, longo fino.		1,000	9,0500	9,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Bebida láctea fermentada.		30,000	2,5400	76,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Bebida láctea fermentada.		24,000	2,5400	60,96
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito doce, tipo laminado de leite.		5,000	5,8400	29,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito doce, tipo laminado de leite.		7,000	5,8400	40,88
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito salgado, tipo cream cracker com gergilim.		6,000	3,6800	22,08
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg	1665	1,000	51,4500	51,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg	1670	1,000	51,4500	51,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg	1689	1,000	51,4500	51,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg	1703	1,000	51,4500	51,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg	1704	1,000	51,4500	51,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg	1766	1,000	51,4500	51,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carne bovina moída .		5,000	9,8900	49,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carne bovina moída .		3,000	9,8900	29,67
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico p/ café c/100 unidades	1769	10,000	1,2900	12,90

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Página: 7/8

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml	1711	10,000	2,8900	28,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml	1758	2,000	2,8900	5,78
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml	1769	10,000	2,8900	28,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desinfetante 500 ml	1711	15,000	2,4500	36,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desinfetante 500 ml	1758	6,000	2,4500	14,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desinfetante 500 ml	1769	1,000	2,4500	2,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Detergente-500 ml contém tensoativos biodegradável	1711	20,000	1,3300	26,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Detergente-500 ml contém tensoativos biodegradável	1758	1,000	1,3300	1,33
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Detergente-500 ml contém tensoativos biodegradável	1769	2,000	1,3300	2,66
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Erva mate pacote 1 Kg	1725	1,000	6,1400	6,14
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Erva mate pacote 1 Kg	1758	3,000	6,1400	18,42
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Erva mate pacote 1 Kg	1769	6,000	6,1400	36,84
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Esponja de aço 100% ecológica pct com 8 unidades	1711	6,000	3,8900	23,34
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Esponja de espuma e manta abrasiva	1711	10,000	1,3400	13,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Extrato de tomate.		1,000	5,4500	5,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Extrato de tomate.		2,000	5,4500	10,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Feijão preto tipo 1.		4,000	4,4500	17,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Feijão preto tipo 1.		4,000	4,4500	17,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Feijão preto tipo 1.		5,000	4,4500	22,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Granola.		1,000	57,9000	57,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Laranja Pêra.		20,000	1,9500	39,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Laranja Pêra.		20,000	1,9500	39,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Laranja Pêra.		6,000	1,9500	11,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Laranja Pêra.		20,000	1,9500	39,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Lustra móveis - 100 ml	1758	1,000	3,5500	3,55
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maça fuji.		10,000	2,9500	29,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maça fuji.		10,000	2,9500	29,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maça fuji.		20,000	2,9500	59,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maça fuji.		10,000	2,9500	29,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maça fuji.		20,000	2,9500	59,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Macarrão com ovos, tipo cabelo de anjo.		3,000	2,4900	7,47
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Macarrão com ovos, tipo cabelo de anjo.		3,000	2,4900	7,47
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Macarrão com ovos, tipo espaguete reto.		3,000	3,8400	11,52
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Macarrão com ovos, tipo espaguete reto.		8,000	3,8400	30,72
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Melão.		10,000	3,0500	30,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Melão.		10,000	3,0500	30,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Melão.		4,000	3,0500	12,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Melão.		10,000	3,0500	30,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Multiuso composto 5 litros	1725	1,000	11,7700	11,77

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Página: 8/8

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Multiuso composto 5 litros	1769	1,000	11,7700	11,77
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pano de prato pronto	1711	3,000	3,4500	10,35
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pano de prato pronto	1758	2,000	3,4500	6,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel Higiênico branco - fardo c/ 64 rolos de 6 mt	1711	1,000	49,4500	49,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel Higiênico branco - fardo c/ 64 rolos de 6 mt	1723	1,000	49,4500	49,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pedra p/ vaso sanitário.	1769	8,000	1,6500	13,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Peito de frango congelado.		10,000	7,4500	74,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Peito de frango congelado.		6,000	7,4500	44,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Peito de frango congelado.		6,000	7,4500	44,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Presunto fatiado.		3,000	16,1000	48,30
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Queijo muzzarella fatiado.		4,000	18,4500	73,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em barra c/ 5 unidades totalizando 1 kg	1704	1,000	4,9400	4,94
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em barra c/ 5 unidades totalizando 1 kg	1711	1,000	4,9400	4,94
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 100 l. pacote c/ 5 unidades	1769	5,000	2,0400	10,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 30 lt pacote c/ 10	1711	20,000	2,0400	40,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 50 lt pacote c/ 10	1711	10,000	2,0400	20,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 50 lt pacote c/ 10	1758	4,000	2,0400	8,16
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 50 lt pacote c/ 10	1769	5,000	2,0400	10,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saponáceo líquido	1711	5,000	3,9000	19,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saponáceo líquido	1769	8,000	3,9000	31,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saponáceo pó 300 gs	1711	8,000	3,1900	25,52
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de banho	1711	4,000	10,9400	43,76
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor branco	1711	3,000	9,6800	29,04
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tomate.		4,000	3,4500	13,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tomate.		3,000	3,4500	10,35
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tomate.		2,000	3,4500	6,90
Total Geral do Mês ---->					27.863,94

Compras Diretas _ Saúde _ Setembro

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA

Página: 1/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ACM ANSILIERO CENTRAL DE MANT. LTDA	MÃO DE OBRA	857	2,000	250,0000	500,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Folha de brasilit 4mm	897	1,000	23,5000	23,50
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Adesivo PMAQ	931	1,000	295,0000	295,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Apostila e mola	931	1,000	35,0000	35,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Blocos de Atestado	876	100,000	3,4500	345,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Cartaz Campanha Outubro Rosa	931	10,000	6,0000	60,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Confecção de blocos	902	50,000	4,9000	245,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Faixa	931	2,000	47,5000	95,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Faixa Porta Central Saude	931	2,000	45,0000	90,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	Carga de gás	884	1,000	52,0000	52,00
BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	BISTURI ELETRÔNICO - ELETROCAUTÉRIO		1,000	1.493,0000	1.493,00
BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	CADEIRA DE RODAS PARA OBESOS DE ATÉ 120 KG.		2,000	785,0000	1.570,00
BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	DESTILADOR DE ÁGUA 04 LITROS.		1,000	797,0000	797,00
BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	HAMPER INOX COM ARMAÇÃO TUBULAR E SACO LAVÁVEL.		2,000	417,5000	835,00
BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	IMOBILIZADOR LATERAL DE CABEÇA.		1,000	349,0000	349,00
BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	MESA GINECÓLOGICA EM MDF COM 2 PORTAS E 4 GAVETAS.		1,000	3.350,0000	3.350,00
BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	MULETA MODELO CANADENSE ARTICULADA (PAR)		2,000	80,0000	160,00
CASA DAS FECHADURAS	Chave para Porta	887	8,000	4,5000	36,00
DIMASCENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEI	ARMARIO SOB MEDIDA EM MDF, COM PRATELEIRAS		1,000	1.100,0000	1.100,00
DIMASCENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEI	ARQUIVO DE AÇO PASTA SUSPensa 04 GAVETAS.		3,000	350,0000	1.050,00
DIMASCENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEI	LONGARINA 04 LUGARES EM POLIPROPILENO		3,000	270,0000	810,00
ESQUADRIAS MIQUEY LTDA ME	Porta de Vidro Temperado 10mm Incolor 245 x185	855	2,000	1.350,0000	2.700,00
FERNANDA ZILIO MEI	APARELHO DE FAX - C/ IDENTIFICADOR DE CHAMADAS		1,000	500,0000	500,00
FERNANDA ZILIO MEI	CENTRAL TELEFÔNICA - 02 LINHAS; C/24 RAMAIS.		1,000	1.870,0000	1.870,00
FERNANDA ZILIO MEI	IMPRESSORA LASER MONOCROMÁTICA -		2,000	1.390,0000	2.780,00
FERNANDA ZILIO MEI	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL - JATO DE TINTA		2,000	469,0000	938,00
G & C CONSTRUÇÃO DECORAÇÃO & ACABAMENTC	PERCIANA VERTICA PVC LISO 1,96 X 1,78	886	2,000	275,0000	550,00
GALINA PEÇAS E SERVIÇOS	Bomba d' agua	879	1,000	138,0000	138,00
GALINA PEÇAS E SERVIÇOS	Correia Dentada	879	1,000	58,3000	58,30
GALINA PEÇAS E SERVIÇOS	MÃO DE OBRA	880	1,000	130,0000	130,00
GALINA PEÇAS E SERVIÇOS	Suporte EScape	879	1,000	32,0000	32,00
GALINA PEÇAS E SERVIÇOS	Terminal de direção	879	1,000	48,8000	48,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Maçã	883	5,000	1,7500	8,75
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	BOLACHA DOCE	866	5,000	4,9900	24,95
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	BOM AR	934	4,000	7,5000	30,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Copo plástico médio com 100 unidades	934	20,000	2,5000	50,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Copo plástico médio com 100 unidades	939	6,000	2,5000	15,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Desinfetante	939	5,000	1,7500	8,75
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Desinfetante 500 ml	934	18,000	1,7500	31,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA

Página: 2/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	DETERGENTE	939	2,000	1,1000	2,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente - 500 ml	934	15,000	1,1000	16,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Fardos de papel toalha bege	939	5,000	6,5000	32,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Fardos de papel toalha branco	934	10,000	6,5000	65,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Limpa vidro	934	5,000	4,0000	20,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	MAÇA	883	5,000	3,9000	19,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel Higiénico branco - fardo c/ 64 rolos de 6 mt	934	1,000	38,0000	38,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel Higiénico branco - fardo c/ 64 rolos de 6 mt	939	1,000	38,0000	38,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel toalha pct com 02 rolos	934	26,000	2,2500	58,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel toalha pct com 02 rolos	939	3,000	2,2500	6,75
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	SUCO	866	2,000	5,7000	11,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Toalha de banho.	934	5,000	5,0000	25,00
JK PNEUS LTDA	Balançamento, Geometria, Rodizio de Pneus	877	1,000	50,0000	50,00
JUNIOR GAZES INDUSTRIAIS	Recarga de Oxigenio Medio X 7S	929	1,000	80,0000	80,00
LIDER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA	APARELHO TELEFÔNICO COM FIO -		8,000	38,0000	304,00
LIDER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA	CADEIRA FIXA TUBULAR.		24,000	106,0000	2.544,00
LIDER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA	CADEIRA SECRETARIA GIRATÓRIA.		11,000	120,0000	1.320,00
LIDER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA	LONGARINA 03 LUGARES EM POLIPROPILENO		2,000	210,0000	420,00
MACIOESTE LTDA ME	EVA	878	1,000	3,5000	3,50
MACIOESTE LTDA ME	Fita 3m transparente	873	3,000	3,5000	10,50
MACIOESTE LTDA ME	Pasta A/B elástica	878	1,000	2,5000	2,50
MACIOESTE LTDA ME	TNT branco	878	1,800	3,5000	6,30
MACITEC INFORMATICA E ARTIGOS PARA PRESEN	BATERIAS PARA SONAR GINECOLOGISTA	881	4,000	5,0000	20,00
MACITEC INFORMATICA E ARTIGOS PARA PRESEN	Cabo de rede	889	19,000	1,9000	36,10
MACITEC INFORMATICA E ARTIGOS PARA PRESEN	Cartucho de tinta colorido nº 61	870	1,000	15,0000	15,00
MACITEC INFORMATICA E ARTIGOS PARA PRESEN	Cartucho de Tinta nº 21 Preto	862	2,000	15,0000	30,00
MACITEC INFORMATICA E ARTIGOS PARA PRESEN	Cartucho de Tinta nº 21 Preto	871	2,000	15,0000	30,00
MACITEC INFORMATICA E ARTIGOS PARA PRESEN	Cartucho de Tinta nº 21 Preto	872	1,000	15,0000	15,00
MACITEC INFORMATICA E ARTIGOS PARA PRESEN	Cartucho de Tinta Nº 22 Colorido	862	2,000	15,0000	30,00
MACITEC INFORMATICA E ARTIGOS PARA PRESEN	Cartucho de Tinta Nº 22 Colorido	872	1,000	15,0000	15,00
MACITEC INFORMATICA E ARTIGOS PARA PRESEN	Ponteira	889	8,000	1,7500	14,00
MACITEC INFORMATICA E ARTIGOS PARA PRESEN	RECARGA DE TONER 4623	900	1,000	80,0000	80,00
MACITEC INFORMATICA E ARTIGOS PARA PRESEN	Transformador para Roteador sem Fio	889	1,000	22,9000	22,90
MECANICA ZAGO	Caixa de tacografo	903	1,000	37,0000	37,00
NEUMIX CONCRETOS LTDA ME	Concreto Usinado 6 Toneladas	859	6,000	285,0000	1.710,00
PRESTADORA DE SERVIÇO SOMER LTDA	LAVAÇÃO DE TELHADO	885	1,000	700,0000	700,00
RESTAURANTE E PANIFICADORA KARPINSKI LTDA	Bolos	938	2,000	11,0000	22,00
RESTAURANTE E PANIFICADORA KARPINSKI LTDA	Torta Salgada	938	3,000	10,0000	30,00
RESTAURANTE E PANIFICADORA KARPINSKI LTDA	Torta Salgada	941	6,000	10,0000	60,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA

Página: 3/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
RUBENS WALMÓRBIDA NETO	AMALGAMADOR CAPSULAR		1,000	515,0000	515,00
RUBENS WALMÓRBIDA NETO	APARELHO DE ULTRASSOM COM JATO DE BICARBONATO.		1,000	1.520,0000	1.520,00
RUBENS WALMÓRBIDA NETO	AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA, CAPACIDADE MÍNIMA 25 LITROS		1,000	2.750,0000	2.750,00
RUBENS WALMÓRBIDA NETO	FOTOPOLIMERIZADOR LED		1,000	450,0000	450,00
SAFRA DIESEL LTDA	Óleo diesel para motores eletrônicos		500,000	2,2700	1.135,00
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGIC	GRAMPO PARA REVELAÇÃO DE RAIOS-X, DE METAL		6,000	2,1300	12,78
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Açúcar 5kg	865	1,000	8,9000	8,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Água sanitária - 1 litro	935	6,000	1,6800	10,08
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Água sanitária - 1 litro	940	5,000	1,6800	8,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Amaciante embalagem de 2 litros	935	2,000	3,9400	7,88
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Bolacha Salgada	865	6,000	2,9900	17,94
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Chá	865	2,000	2,4900	4,98
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Cucas	865	7,000	2,4500	17,15
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Esponja de aço 100% ecológica pacote c/ 8 unidades	940	1,000	1,5900	1,59
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Esponja tipo verde amarela	935	10,000	0,9800	9,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Esponja verde amarela	940	3,000	0,9800	2,94
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Fósforo caixa com 10 unidades	935	1,000	1,8900	1,89
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Fósforo maço c/ 10 caixas	940	1,000	1,8900	1,89
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Luva plástica descartável	935	2,000	3,8900	7,78
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	MAÇA	937	0,500	2,2900	1,15
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Mamão	937	1,000	2,9900	2,99
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Mamão.	937	0,500	3,9900	2,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em barra com 5 unidades	940	1,000	3,9900	3,99
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó - caixa de 1 kg	935	2,000	3,4800	6,96
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó - caixa de 1 kg	940	1,000	3,4800	3,48
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 30 l. pacote c/ 10 unidades	935	10,000	1,8900	18,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 30 l. pacote c/ 10 unidades	940	5,000	1,8900	9,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 50 l. pacote c/ 10 unidades	935	20,000	1,8900	37,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	SAPÓLIO LÍQUIDO	935	6,000	2,9800	17,88
VICENTE DE PIERI ME	ANTENA PARABÓLICA, DIGITAL COM RECEPTOR COMPLETA		2,000	550,0000	1.100,00
VICENTE DE PIERI ME	AR CONDICIONADO 18.000 BTU/H		1,000	2.600,0000	2.600,00
VICENTE DE PIERI ME	ARMÁRIO FECHADO 02 PORTAS, EM MDF, COM CHAVE		6,000	275,0000	1.650,00
VICENTE DE PIERI ME	BALCÃO COM BACIA DE MARMORE SOB MEDIDA		1,000	450,0000	450,00
VICENTE DE PIERI ME	LUZ DE EMERGENCIA - 30 LED		9,000	50,0000	450,00
VICENTE DE PIERI ME	LUZ DE EMERGENCIA COM BATERIA 45 A/H - 02 FARÓIS		2,000	650,0000	1.300,00
ZUCCO PNEUS LTDA	ALINHAMENTO	932	1,000	30,0000	30,00
ZUCCO PNEUS LTDA	Balanceamento	932	4,000	5,0000	20,00
ZUCCO PNEUS LTDA	Balanceamento	933	1,000	10,0000	10,00
ZUCCO PNEUS LTDA	Cambagem	933	2,000	40,0000	80,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA

Página: 4/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ZUCCO PNEUS LTDA	Geometria	933	1,000	10,0000	10,00
ZUCCO PNEUS LTDA	MONTAGEM DE PNEU	932	4,000	5,0000	20,00
Total Geral do Mês ---->					45.454,30

Compras Diretas _fundo Municipal Assistência Social _Setembro**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MACIEIRA**

Página: 1/2

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CASA DAS FECHADURAS	Copia de chaves	313	1,000	4,5000	4,50
COMPE INFORMATICA LTDA	Recarga de Toner HP 285	314	1,000	60,0000	60,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco, emb. de 5 kg	304	1,000	10,7500	10,75
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Arroz parbolizado, tipo 1, pacote de 5 kg.	304	1,000	9,9000	9,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	BALAS PECCIN 600G	306	1,000	2,9900	2,99
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra.	299	4,000	1,4500	5,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra.	304	8,000	1,4500	11,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra.	315	5,000	1,4500	7,25
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra.	319	4,000	1,4500	5,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Biscoito doce, sabor chocolate, pacotes de 800 gr	304	2,000	5,7500	11,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Biscoito salgado, tipo cream cracker integral, emb. 400 gr	304	2,000	3,8000	7,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Bomba de chimarrão.	302	1,000	18,0000	18,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cebola branca.	315	3,000	3,0000	9,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Colher de inox	305	6,000	1,6600	10,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Couve Flor,	299	2,000	3,0000	6,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote 1 Kg	306	2,000	7,4900	14,98
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote 1 Kg	321	2,000	7,5000	15,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Facas	305	6,000	1,6600	10,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	garfo	305	12,000	1,6700	19,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Maça fuji.	299	3,000	3,9900	11,97
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Maça fuji.	304	4,000	3,9900	15,96
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pão Francês.	299	1,750	6,4500	11,29
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pão Francês.	304	4,250	6,4500	27,41
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pão Francês.	319	1,000	6,4500	6,45
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	PAPEL HIGIÊNICO 4 ROLOS	302	2,000	2,7500	5,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel toalha pct com 02 rolos	302	2,000	2,2500	4,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco para lixo 30 litros pacote com 10	321	2,000	1,7500	3,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Tecido de Algodão	311	36,910	4,9000	180,85
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Tomate.	304	6,000	3,9900	23,94
MACITEC INFORMATICA E ARTIGOS PARA PRESEN	Switch para divisão de rede	303	1,000	69,0000	69,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Abacaxi Pérola.	316	8,000	3,9500	31,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Acelga.	300	2,000	3,9500	7,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Acelga.	316	2,000	3,9500	7,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Achocolatado em pó instantaneo, emb. 400 gr	300	1,000	5,5500	5,55
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Alface.	300	4,000	1,4000	5,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Alface.	307	7,000	1,4000	9,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Alface.	320	3,000	1,4000	4,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Alho.	316	4,000	3,9500	15,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Amido de milho, embalagem de 500 gr	316	4,000	4,2000	16,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MACIEIRA

Página: 2/2

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Batata Salsa.	316	4,000	4,8000	19,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito doce, tipo maria pct de 800 gr	320	1,000	5,8000	5,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Brócolis.	307	2,000	3,2500	6,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Brócolis.	316	2,000	3,2500	6,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carne bovina moída .	316	3,000	9,4000	28,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Cenoura ,	307	1,000	2,9500	2,95
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Cereal matinal de milho com açúcar, com 1 kg.	316	1,000	12,0000	12,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico médio com 100 unidades	301	2,000	2,7900	5,58
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Doce de leite, potes de 1 kg	316	2,000	7,2500	14,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Extrato de tomate, emb. de 850 gr	316	5,000	5,3500	26,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Farinha de milho, pacotes de 5 kg	316	5,000	12,5000	62,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Laranja Pêra.	307	4,000	1,6000	6,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Laranja Pêra.	316	11,000	1,6000	17,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Mamão.	300	2,000	3,1500	6,30
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Mandioca descascada e congelada.	316	4,000	7,4000	29,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Manga.	316	6,000	3,4500	20,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Melancia.	307	6,000	1,3500	8,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Milho para pipoca, embalagem de 500 gr	320	1,000	2,2500	2,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pão integral.	316	4,000	7,5000	30,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pó para gelatina, contendo 1 kg	316	2,000	8,1000	16,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Presunto fatiado.	316	2,000	17,5000	35,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Presunto fatiado.	320	0,500	17,5000	8,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Queijo muzzarella fatiado.	316	3,000	17,5000	52,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Queijo muzzarella fatiado.	320	0,500	17,5000	8,75
Total Geral do Mês ---->					1.138,72

Mafra

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 109/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI's), destinados aos funcionários públicos das Secretarias Municipais, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 13/11/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 08 de outubro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE	JÉSSICA SCHMITZ
Prefeito Municipal	Pregoeira Municipal

Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 110/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, destinados a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 12/11/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 08 de outubro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE	FABIANO MAURÍCIO KALIL
Prefeito Municipal	Pregoeiro Municipal

Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 112/2013

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de material de consumo odontológico destinados aos usuários das Unidades de Saúde, ESFs e CEO da Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal da Saúde, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14:00hrs do dia 04/11/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 08 de outubro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE	FABIANO MAURÍCIO KALIL
Prefeito Municipal	Pregoeiro Municipal

Edital de Pregão Presencial Nº 104/2013

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para contratação de empresa especializada para executar a pintura da parte externa geral da sede da CIRETRAN de Mafrá/SC, arcando com o fornecimento de material e mão de obra, através dos recursos do convênio de trânsito celebrado entre a Secretaria de Estado e Segurança Pública, DETRAN/SC e o Município de Mafrá, conforme autoriza a portaria nº 407/2011 do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14:00 hrs do dia 22/10/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório, encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 08 de outubro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE	JÉSSICA SCHMITZ
Prefeito Municipal	Pregoeira Municipal

Maravilha

PREFEITURA

Decreto Nº 101/2013

DECRETO Nº 101, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013.
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARTE DE IMÓVEL RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º Fica DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial parte do imóvel objeto da Matrícula nº 9.666, do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Maravilha-SC, de propriedade de Luiz Ivo Forgiarini, portador da CI RG nº 1.122.559-SESPDC/SC, inscrito no CPF sob nº 346.024.539-53 e sua esposa dona Elma Forgiarini, portadora da CI RG nº 12R-2.757.108-SSP/SC, inscrita no CPF sob nº 776.132.109-44, casados pelo regime da comunhão universal de bens, aos 29-07-1967; ambos brasileiros, agricultores, domiciliados e residentes na Linha Água Parada, Maravilha-SC, a saber:

Parte da Chácara Rural nº (11), do Bloco "C", situada na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com a área de "Dez mil e quinhentos metros quadrados" (10.500,00 m²), sem edificações;- Confrontando:- ao Nordeste, com parte da mesma chácara rural nº (11), na extensão de 105,00 metros, de Luiz Ivo Forgiarini, M. 9.666;- ao Sudoeste, com parte da mesma chácara rural nº (11), na extensão de 105,00 metros, de Luiz Ivo Forgiarini, M. 9.666;- ao Noroeste, com parte da mesma chácara rural nº (11), na extensão de 100,00 metros, de Luiz Ivo Forgiarini, M. 9.666;- ao Sudeste, com parte da mesma chácara rural nº (11), na extensão de 100,00 metros, de Luiz Ivo Forgiarini, M. 9.666; Restando o remanescente seguinte:

Parte da Chácara Rural nº (11), do Bloco "C", situada na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com a área de "Cento e um mil, oitocentos e cinquenta e dois metros quadrados" (101.852,00 m²), sem edificações;- Confrontando:- ao Norte, com chácara rural nº (12), de Orides Biazussi, M. 11.138; Leomar Luiz Guth e Neiva Aparecida da Rosa, M. 11.982;- ao Sul, com a chácara rural nº (7), de Arnildo Herpich, M. 4.456 e João Luis Becker, M. 15.755;- ao Leste, com o lote colonial rural nº (115), da Seção Humaitá, de João Luis Becker, M. 15.755 e José Enio da Rosa, M. 8.441;- ao Oeste, com as chácaras rurais nºs: (8 e 9), de Alceo Borlina, M. 8.231 e Aldecirio Antonio Forgiarini, M. 10.512, respectivamente;- ao Nordeste, com parte da mesma chácara rural nº (11), na extensão de 105,00 metros, de Luiz Ivo Forgiarini, M. 9.666;- ao Sudoeste, com parte da mesma chácara rural nº (11), na extensão de 105,00 metros, de Luiz Ivo Forgiarini, M. 9.666;- ao Noroeste, com parte da mesma chácara rural nº (11), na

extensão de 100,00 metros, de Luiz Ivo Forgiarini, M. 9.666;- ao Sudeste, com parte da mesma chácara rural nº (11), na extensão de 100,00 metros, de Luiz Ivo Forgiarini, M. 9.666.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 24 de setembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto Nº 102/2013.

DECRETO Nº 102, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013.

DECRETA DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA PARTE DE IMÓVEL RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica DESAPROPRIADO POR UTILIDADE PÚBLICA, por via amigável, parte do imóvel objeto da Matrícula nº 9.666, do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Maravilha-SC, de propriedade de Luiz Ivo Forgiarini, portador da CI RG nº 1.122.559-SESPDC/SC, inscrito no CPF sob nº 346.024.539-53 e sua esposa dona Elma Forgiarini, portadora da CI RG nº 12R-2.757.108-SSP/SC, inscrita no CPF sob nº 776.132.109-44, casados pelo regime da comunhão universal de bens, aos 29-07-1967; ambos brasileiros, agricultores, domiciliados e residentes na Linha Água Parada, Maravilha-SC, a saber:

Parte da Chácara Rural nº (11), do Bloco "C", situada na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com a área de "Dez mil e quinhentos metros quadrados" (10.500,00 m²), sem edificações;- Confrontando:- ao Nordeste, com parte da mesma chácara rural nº (11), na extensão de 105,00 metros, de Luiz Ivo Forgiarini, M. 9.666;- ao Sudoeste, com parte da mesma chácara rural nº (11), na extensão de 105,00 metros, de Luiz Ivo Forgiarini, M. 9.666;- ao Noroeste, com parte da mesma chácara rural nº (11), na extensão de 100,00 metros, de Luiz Ivo Forgiarini, M. 9.666;- ao Sudeste, com parte da mesma chácara rural nº (11), na extensão de 100,00 metros, de Luiz Ivo Forgiarini, M. 9.666; Restando o remanescente seguinte:

Parte da Chácara Rural nº (11), do Bloco "C", situada na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com a área de "Cento e um mil, oitocentos e cinquenta e dois metros quadrados" (101.852,00 m²), sem edificações;- Confrontando:- ao Norte, com chácara rural nº (12), de Orides Biazussi, M. 11.138; Leomar Luiz Guth e Neiva Aparecida da Rosa, M. 11.982;- ao Sul, com a chácara rural nº (7), de Arnildo Herpich, M. 4.456 e João Luis Becker, M. 15.755;- ao Leste, com o lote colonial rural nº (115), da Seção Humaitá, de João Luis Becker, M. 15.755 e José Enio da Rosa, M. 8.441;- ao Oeste, com as chácaras rurais nºs: (8 e 9), de Alceo Borlina, M. 8.231 e Aldecirio Antonio Forgiarini, M. 10.512, respectivamente;- ao Nordeste, com parte da mesma chácara rural nº (11), na extensão de 105,00 metros, de Luiz Ivo Forgiarini, M. 9.666;- ao Sudoeste, com parte da mesma chácara rural nº (11), na extensão de 105,00 metros, de Luiz Ivo Forgiarini, M. 9.666;- ao Noroeste, com parte da mesma chácara rural nº (11), na extensão de 100,00 metros, de Luiz Ivo Forgiarini, M. 9.666;- ao Sudeste, com parte da mesma chácara rural nº (11), na extensão de 100,00 metros, de Luiz Ivo Forgiarini, M. 9.666.

Art. 2º O imóvel desapropriado destina-se ao Serviço Público Municipal.

Art. 3º Para efeitos de pagamento da presente desapropriação foi atribuído o valor de R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais).

Art. 4º O valor atribuído ao imóvel desapropriado foi estabelecido por Comissão Municipal de Avaliação de Bens Imóveis, devidamente constituída através do Decreto nº 003, de 02 de janeiro de 2013.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 24 de setembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto Nº 108/2013

DECRETO Nº 108, DE 07 DE OUTUBRO DE 2013.

FIXA O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR DE MARAVILHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado o horário de funcionamento da Junta de Serviço Militar do Município de Maravilha, conforme o da 7ª Delegacia de Serviço Militar, ou seja, de segunda-feira a quinta-feira, das 09h00min às 11h30min, e das 13h30min às 17h00min; e nas sextas-feiras, das 08h00min às 11h30min.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 07 de outubro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Massaranduba

PREFEITURA

Errata Processo Licitatório 24/2013 - FMS - Pregão Presencial 16/2013

ERRATA

O Edital do Processo Licitatório nº 24/2013, Pregão Presencial nº 16/2013, passa a vigorar com a redação abaixo, tornando inválida a redação anterior:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 24/2013 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO Nº. 16/2013 - FMS

I - PREAMBULOI

1.1. O FUNDO Municipal de SAÚDE DE Massaranduba, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria nº. 251, de 20 de setembro de 2013, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores vigentes e pertinentes à matéria, e Decreto Municipal nº. 2.051, DE 11 DE OUTUBRO DE 2010, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO, com adjudicação pelo menor preço – por item, sob a forma de fornecimento parcelado.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

Data: 18 de Outubro de 2013

b) Local: Prefeitura de Massaranduba - SC.

Setor de Licitações

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba - SC

- c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08:00h.
d) Abertura do processo: às 08:30h.

II – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Oxigênio Medicinal em cilindros para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC), ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO II– Termo de Referência.

III - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO

3.1. No dia, hora e local designado neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, inicialmente, será recebido os documentos para credenciamento, bem como os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

Nome da Empresa (Participante)	Nome da Empresa (Participante)
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 24/2013	PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 24/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2013	PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2013
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA/SC	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA/SC
Envelope nº. 01 - PROPOSTA COMERCIAL	Envelope nº. 02 – DOCUMENTAÇÃO HABILITAÇÃO

3.2. Em seguida, realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

3.2.1. Documentos obrigatórios para comprovação de poderes legais:
(Deixar fora dos envelopes)

a) Cópia do contrato social ou outro documento de constituição da empresa.

b) Procuração ou apresentação do Anexo V (modelo de Credenciamento) com firma reconhecida, caso o credenciado seja representante da empresa. Se o credenciante for sócio/ proprietário é dispensada sua apresentação.

c) Cópia de documento de identificação, com foto, para certificação do representante presente a sessão;

d) Apresentar a Declaração (Anexo VI), comprovando que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, juntamente com o credenciamento.

e) Comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (se for o caso), através de CERTIDÃO expedida pela JUNTA COMERCIAL, para fins de aplicação dos procedimentos definidos na Lei Complementar nº. 123/2006.

OBS: A não comprovação da alínea “e”, deixará a empresa impossibilitada da participação do direito de preferência, conforme cláusula VII do edital.

3.3. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

3.3.1. A não apresentação de declaração (anexo VI) comprovando que cumpre plenamente os requisitos de habilitação deixará a pessoa física ou jurídica impossibilitada de participar do certame,



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

ou seja, ficará desclassificada do certame, exceto:

3.3.1.1. quando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de credenciamento ou procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta deste documento poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato, através de declaração escrita a próprio punho na sessão de abertura.

3.4. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

3.5. Não será concedido o uso do telefone celular ou qualquer outro meio de comunicação no momento da sessão de lances, haja visto que no subitem 3.2 do edital exige-se do representante da empresa poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os atos relativos ao certame; desta forma, deverão vir os representantes munidos com seus lances mínimos.

3.6. Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2. Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1. Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2. Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3. Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4. O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5. Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3. O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

V – DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1. A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

5.1.1. Preferencialmente, emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.2. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.3. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, indicando a marca dos produtos, de acordo com as especificações constantes

no item 2 – DO OBJETO e Anexo II – Termo de Referência, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo duas casas decimais.

5.1.4. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.5. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.6. As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço dos serviços cotados.

5.1.7. Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.8. Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, 30 (trinta) dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.9. Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida por 30 (trinta) dias e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.10. Conter a identificação do responsável da empresa e a respectiva assinatura.

Parágrafo Único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.

VI – DA HABILITAÇÃO

6.1. Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO, os seguintes documentos, para a Sessão Pública.

6.1.1. As empresas cadastradas ou, que possuem cadastro (CRC na Prefeitura Municipal de Massaranduba em vigor na data da disputa, poderão apresentar no envelope 02 – HABILITAÇÃO somente o CRC, as negativas que estiverem vencidas, e os documentos citados nas letras de “j” a “m”.

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. (Dispensado se apresentado na fase de Credenciamento).

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)

c) Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social – INSS;

d) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

e) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

f) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede

da proponente;

g) Prova de Regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

h) Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede da proponente;

i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

j) DECLARAÇÃO, de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º. da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos), em observância à Lei Federal nº. 9.854, de 21.10.99, que acrescentou o inciso V ao artigo 27 da Lei Federal nº. 8.666/93;

k) Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO VII;

l) Alvará de Licença, Localização e Funcionamento da empresa e/ou Alvará Sanitário;

m) Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, certificando que a empresa licitante já forneceu produtos com as características do objeto licitado e que atendam o fornecimento sem nenhum problema.

n) Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA de acordo com o disposto na RDC nº 69 de 2008 e RDC nº 9 de 2010.

6.2. Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.

6.3. O envelope deverá estar lacrado evitando assim sua violação.

6.4. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

6.5. Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.

6.6. Caso a validade não conste nos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão.

6.7. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;

6.7.1. No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante.

VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTEII

7.1. Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, através de CERTIDÃO expedida pela JUNTA COMERCIAL, para ser beneficiada pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43, deverá se verificar o seguinte procedimento:

7.1.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a empresa terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo

inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.1.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preço, ou revogar a licitação.

7.1.4. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.1.4.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.1.5. Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.1.5.1. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.1.5.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.1.5.3. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.1.6. O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

VIII – DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTOIX

8.1. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.1.2. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.2. No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.2.1. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de

oferta dos lances.

8.2.2. A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.2.3. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.2.4. Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.2.5. No decorrer da sessão, o Pregoeiro poderá definir os valores mínimos a serem ofertados, caso achar necessário.

8.2.6. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.3. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.4. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.5. Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "5", deste Edital.

8.6. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.7. Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.8. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora com vistas a obter melhor preço.

8.9. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

8.9.1. Os recursos contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.

8.9.2. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.9.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

8.10. Da Sessão Pública do Pregão, será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na

ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições dos itens acima.

8.10.1. A ata circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todas as licitantes presentes.

8.11. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

8.12. Se todas as empresas na fase de habilitação forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes novo prazo para reapresentação das mesmas de acordo com artigo 48 § 3º da Lei Federal nº. 8.666 de junho de 1993.

8.13. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

IX – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

9.1. No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de MENOR PREÇO POR ITEM desde que atendidas às especificações constantes deste Edital.

9.2. A adjudicação do objeto deste PREGÃO será POR ITEM, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

X – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso.

10.2. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4. Os recursos serão dirigidos à Prefeitura Municipal de Massaranduba (SC), e, por intermédio do Pregoeiro, serão encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

XI – DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

XII – DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, o Fundo Municipal de Massaranduba, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou documento equivalente

12.1.1. As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no Ata de Registro de Preço, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.2. A Ata de Registro de Preço será assinado pela Gestora dos Fundos Municipais, pelo Prefeito Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.3. A Ata de Registro de Preço não obriga a Administração Municipal a adquirir os serviços nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.3.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preço, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

12.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e da Ata de Registro de Preço.

12.5. O Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.5.1. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.5.2. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no jornal no DOM – Diário Oficial dos Municípios, Mural Público Municipal e disponibilizado no site: www.massaranduba.sc.gov.br da PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA/SC.

12.6. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

12.6.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar a Ata de Registro de Preço ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preço.

12.8. Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 12.6.1 e 12.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.9. Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens

12.6.1 e 12.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.10. Não havendo êxito nas negociações, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba procederá à revogação a Ata de Registro de Preço.

12.11. Da Ata constarão também, as obrigações do Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba e do Fornecedor.

12.12. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preço.

12.13. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal/Fundos Municipais para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preço de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

XIII – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da dotação orçamentária do ano corrente.

13.2. A efetiva dotação será discriminada na ordem de compra.

XIV – DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado através da Tesouraria Municipal, a crédito do beneficiário no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data de aceitação dos serviços, pela CONTRATANTE, acompanhando dos documentos fiscais.

14.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

XV – DO REAJUSTE

15.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

XVI – DAS PENALIDADES

16.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do FUNDO MUNICIPAL, se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preço deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preço, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

XVII – DA RESCISÃO

17.1. A rescisão do presente poderá ser:

17.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

17.1.2. A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item

16.1 deste Edital;

17.1.3. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

17.1.4. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

XIX – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

18.1. A empresa vencedora obriga-se a:

18.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o FUNDO MUNICIPAL solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

18.1.3 Entregar os objetos licitados rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas, após solicitação através de ordem de serviço, na sede do Pronto Atendimento e nos Postos de Saúde ora designados pela municipalidade, de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 12h e das 13h00min às 17h, devendo ser expedida a nota fiscal;

18.1.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

18.1.5. Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

18.1.6. Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

18.1.7. Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

18.1.8. O preço contratado será, a qualquer título, a única e completa remuneração devida à CONTRATADA, achando-se compreendidos e diluídos no valor proposto, os materiais, os equipamentos, as ferramentas, os tributos, despesas decorrentes de transporte, entrega, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, e tudo o que for necessário ao perfeito e adequado fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preço.

18.1.9. A empresa vencedora deverá ceder os cilindros de oxigênio medicinal, sendo eles disponibilizados em cilindros de 01 m³, 02 m³, 3,5 m³ e 7 m³ de acordo com a solicitação do setor, por empréstimo para o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba durante o tempo de fornecimento das cargas.

XIX – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL

19.1. Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

19.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item "15" deste edital.

19.3. Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

XX – DA VIGÊNCIA

20.1. O objeto da licitação tem vigência de 12 meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços ou do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

20.2. Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressaltado ao FUNDO MUNICIPAL, a não obrigatoriedade de retirar todo o objeto licitado, em virtude da desnecessidade.

XXI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Recomendam-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

21.2. Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

21.3. Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

21.4. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

21.5. No interesse do Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) Adiada a abertura da licitação;

b) Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.X

XII

21.6. Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Declaração de Retirada de Edital;

ANEXO II - Termo de referência

ANEXO III - Modelo de Proposta Comercial;

ANEXO IV - Modelo de Declaração;

ANEXO V - Modelo de Credenciamento;

ANEXO VI - Modelo de Declaração para Habilitação;

ANEXO VII - Modelo de Declaração de Idoneidade;

ANEXO VIII - Minuta da Ata de Registro de Preço;

21.7. Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital, deverão ser dirigidas ao Pregoeiro, até três dias anteriores à data para abertura da sessão pública, no endereço anteriormente citado, ou pelo fax (47) 3379-5654 e telefone (047) 3379-5079 ou e-mail: compras.saude@massaranduba.sc.gov.br.

21.8. Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrado na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

21.9. Impugnações deverão ser entregues em original, no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Massaranduba, endereçado ao Pregoeiro, até 02 (dois) dias úteis anteriores a data fixada para abertura das propostas.

21.10. Fica a licitante ciente de que a simples apresentação da

documentação e proposta implicará aceitação das condições estabelecidas neste edital.

E para que ninguém alegue desconhecimento, é o presente Edital publicado em resumo no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, afixado no Mural de Avisos da Prefeitura Municipal de Massaranduba, e disponibilizado no site oficial: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba (SC), 08 de outubro de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

ANNA KARINE REINKE FRANZ

Gestora dos Fundos Municipais

ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 24/2013

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 16/2013-FMS

DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL

Nome da empresa: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____

e-mail: _____

Pessoa de contato: _____

CNPJ da empresa: _____

Nome completo de quem retirou o edital: _____

CPF: _____

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 16/2013.

_____, em _____ de _____ de _____.

Nome e Assinatura do Representante Legal

CPF nº. _____

ANEXO II

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 24/2013

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 16/2013-FMS

TERMO DE REFERÊNCIA

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Oxigênio Medicinal em cilindros, por m³ para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba/SC, ao longo de 12 (doze) meses, com as seguintes características:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	R\$ UNIT. (cilindro)	R\$ TOTAL
01	<p>CILINDRO DE 01m3 a 1,5m3 DE OXIGENIO PARA USO TERAPEUTICO (O2); PARA PREVENIR, DIAGNOSTICAR, TRATAR, ALIVIAR OU CURAR ENFERMIDADES OU PARA DOENÇAS NAS TERAPIAS DE INALAÇÃO E NEBULIZAÇÃO. PROPRIEDADES FÍSIO-QUÍMICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ESTADO FÍSICO: GASOSO - ODOR: INODORO - PH: NÃO APLICÁVEL - TEMPERATURAS ESPECÍFICA OU FAIXAS DE TEMPERATURA NAS QUAIS OCORREM MUDANÇAS DE ESTADO FÍSICO: - PONTO DE EBULIÇÃO: - 182,9 °C - PONTO DE CONGELAMENTO: -218,8 °C - TEMPERATUEA DE AUTO-IGNIÇÃO: NÃO DETERMINADO. - LIMITE DE EXPLOSIVIDADE INFERIOR: NÃO DETERMINADO - DENSIDADE: 1,326 Kg/m³ A 21 °C E 1 atm - DENSIDADE DO LIQUIDO NO PONTO DE EBULIÇÃO: 1.141 Kg/m³ - PRESSÃO DE EBULIÇÃO: ACIMA DA TEMPERATURA CRÍTICA – 118,4 °C (21 °C E 1 atm) - SOLUBILIDADE: MUITO POUCO SOLÚVEL EM ÁGUA. 	40	CILINDRO	75,00	3.000,00
02	<p>CILINDRO DE 02m3 a 3m3 DE OXIGENIO PARA USO TERAPEUTICO (O2); PARA PREVENIR, DIAGNOSTICAR, TRATAR, ALIVIAR OU CURAR ENFERMIDADES OU PARA DOENÇAS NAS TERAPEUTICAS DE INALAÇÃO E NEBULIZAÇÃO. PROPRIEDADES FÍSIO-QUÍMICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ESTADO FÍSICO: GASOSO - ODOR: INODORO - PH: NÃO APLICÁVEL - TEMPERATURAS ESPECÍFICA OU FAIXAS DE TEMPERATURA NAS QUAIS OCORREM MUDANÇAS DE ESTADO FÍSICO: - PONTO DE EBULIÇÃO: - 182,9 °C - PONTO DE CONGELAMENTO: -218,8 °C - TEMPERATUEA DE AUTO-IGNIÇÃO: NÃO DETERMINADO. - LIMITE DE EXPLOSIVIDADE INFERIOR: NÃO DETERMINADO - DENSIDADE: 1,326 Kg/m³ A 21 °C E 1 atm - DENSIDADE DO LIQUIDO NO PONTO DE EBULIÇÃO: 1.141 Kg/m³ - PRESSÃO DE EBULIÇÃO: ACIMA DA TEMPERATURA CRÍTICA – 118,4 °C (21 °C E 1 atm) - SOLUBILIDADE: MUITO POUCO SOLÚVEL EM ÁGUA. 	12	CILINDRO	115,00	1.380,00

03	<p>CILINDRO DE 3,0m3 a 4m3 DE OXIGENIO PARA USO TERAPEUTICO (O2); PARA PREVENIR, DIAGNOSTICAR, TRATAR, ALIVIAR OU CURAR ENFERMIDADES OU PARA DOENÇAS NAS TERAPEUTICAS DE INALAÇÃO E NEBULIZAÇÃO. PROPRIEDADES FÍSIO-QUÍMICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ESTADO FÍSICO: GASOSO - ODOR: INODORO - PH: NÃO APLICÁVEL TEMPERATURAS ESPECÍFICA OU FAIXAS DE TEMPERATURA NAS QUAIS OCORREM MUDANÇAS DE ESTADO FÍSICO: - PONTO DE EBULIÇÃO: - 182,9 °C - PONTO DE CONGELAMENTO: -218,8 °C - TEMPERATUEA DE AUTO-IGNIÇÃO: NÃO DETERMINADO. - LIMITE DE EXPLOSIVIDADE INFERIOR: NÃO DETERMINADO - DENSIDADE: 1,326 Kg/m³ A 21 °C E 1 atm - DENSIDADE DO LIQUIDO NO PONTO DE EBULIÇÃO: 1.141 Kg/m³ - PRESSÃO DE EBULIÇÃO: ACIMA DA TEMPERATURA CRÍTICA – 118,4 °C (21 °C E 1 atm) - SOLUBILIDADE: MUITO POUCO SOLÚVEL EM ÁGUA. 	140	M3	125,00	17.500,00
04	<p>CILINDRO DE 07m3 a 8m3 DE OXIGENIO PARA USO TERAPEUTICO (O2); PARA PREVENIR, DIAGNOSTICAR, TRATAR, ALIVIAR OU CURAR ENFERMIDADES OU PARA DOENÇAS NAS TERAPEUTICAS DE INALAÇÃO E NEBULIZAÇÃO. PROPRIEDADES FÍSIO-QUÍMICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ESTADO FÍSICO: GASOSO - ODOR: INODORO - PH: NÃO APLICÁVEL TEMPERATURAS ESPECÍFICA OU FAIXAS DE TEMPERATURA NAS QUAIS OCORREM MUDANÇAS DE ESTADO FÍSICO: - PONTO DE EBULIÇÃO: - 182,9 °C - PONTO DE CONGELAMENTO: -218,8 °C - TEMPERATUEA DE AUTO-IGNIÇÃO: NÃO DETERMINADO. - LIMITE DE EXPLOSIVIDADE INFERIOR: NÃO DETERMINADO - DENSIDADE: 1,326 Kg/m³ A 21 °C E 1 atm - DENSIDADE DO LIQUIDO NO PONTO DE EBULIÇÃO: 1.141 Kg/m³ - PRESSÃO DE EBULIÇÃO: ACIMA DA TEMPERATURA CRÍTICA – 118,4 °C (21 °C E 1 atm) - SOLUBILIDADE: MUITO POUCO SOLÚVEL EM ÁGUA. 	100	CILINDRO	169,94	16.994,00

setor, por empréstimo para a Secretaria de Saúde do Município de Massaranduba, durante o tempo de fornecimento das cargas.

b) Entregas parceladas, conforme a necessidade de suprimento, obedecendo rigorosamente o prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação.

c) Condições de Pagamento: 30 dias mediante entrega.

d) Na sede do Pronto Atendimento Municipal ou dos Postos de Saúde Municipais, conforme definido no ato do pedido.

e) A empresa deverá fornecer por empréstimo no mínimo 08 cilindros de 7m3 a 8m3; 3 cilindros de 3m3 a 4 m3; 2 cilindros de 2m3 a 3m3 e 3 cilindros de 1m3 a 1,5m3.

ANEXO III

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 24/2013

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 16/2013-FMS

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DE EMPRESA: _____

CNPJ: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RUA: _____ Nº. _____ BAIRRO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ UF: _____

FONE: (____) _____

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Oxigênio Medicinal em cilindros por m³ para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba/SC, ao longo de 12 (doze) meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº. 16/2013-FMS, acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

a) A empresa vencedora deverá ceder os cilindros de oxigênio medicinal, sendo eles disponibilizados em cilindros de 01 a 1,5, 02 a 03, 3,0 a 4,0 e 07 a 08 m³ de acordo com a solicitação do



ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	MARCA	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
01	<p>CILINDRO DE 01m3 a 1,5m3 DE OXIGENIO PARA USO TERAPEUTICO (O2); PARA PREVENIR, DIAGNOSTICAR, TRATAR, ALIVIAR OU CURAR ENFERMIDADES OU PARA DOENÇAS NAS TERAPEUTICAS DE INALAÇÃO E NEBULIZAÇÃO. PROPRIEDADES FÍSIO-QUÍMICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ESTADO FÍSICO: GASOSO - ODOR: INODORO - PH: NÃO APLICÁVEL TEMPERATURAS ESPECÍFICA OU FAIXAS DE TEMPERATURA NAS QUAIS OCORREM MUDANÇAS DE ESTADO FÍSICO: - PONTO DE EBULIÇÃO: - 182,9 °C - PONTO DE CONGELAMENTO: -218,8 °C - TEMPERATUEA DE AUTO-IGNIÇÃO: NÃO DETERMINADO. - LIMITE DE EXPLOSIVIDADE INFERIOR: NÃO DETERMINADO - DENSIDADE: 1,326 Kg/m³ A 21 °C E 1 atm - DENSIDADE DO LIQUIDO NO PONTO DE EBULIÇÃO: 1.141 Kg/m³ - PRESSÃO DE EBULIÇÃO: ACIMA DA TEMPERATURA CRÍTICA – 118,4 °C (21 °C E 1 atm) - SOLUBILIDADE: MUITO POUCO SOLÚVEL EM ÁGUA. 	40	CILINDRO			

02	<p>CILINDRO DE 2 a 3m3 DE OXIGENIO PARA USO TERAPEUTICO (O2); PARA PREVENIR, DIAGNOSTICAR, TRATAR, ALIVIAR OU CURAR ENFERMIDADES OU PARA DOENÇAS NAS TERAPEUTICAS DE INALAÇÃO E NEBULIZAÇÃO. PROPRIEDADES FÍSIO-QUÍMICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ESTADO FÍSICO: GASOSO - ODOR: INODORO - PH: NÃO APLICÁVEL TEMPERATURAS ESPECÍFICA OU FAIXAS DE TEMPERATURA NAS QUAIS OCORREM MUDANÇAS DE ESTADO FÍSICO: - PONTO DE EBULIÇÃO: - 182,9 °C - PONTO DE CONGELAMENTO: -218,8 °C - TEMPERATUEA DE AUTO-IGNIÇÃO: NÃO DETERMINADO. - LIMITE DE EXPLOSIVIDADE INFERIOR: NÃO DETERMINADO - DENSIDADE: 1,326 Kg/m³ A 21 °C E 1 atm - DENSIDADE DO LIQUIDO NO PONTO DE EBULIÇÃO: 1.141 Kg/m³ - PRESSÃO DE EBULIÇÃO: ACIMA DA TEMPERATURA CRÍTICA – 118,4 °C (21 °C E 1 atm) - SOLUBILIDADE: MUITO POUCO SOLÚVEL EM ÁGUA. 	12	CILINDRO			
----	--	----	----------	--	--	--

03	<p>CILINDRO DE 3 a 4m3 DE OXIGENIO PARA USO TERAPEUTICO (O2); PARA PREVENIR, DIAGNOSTICAR, TRATAR, ALIVIAR OU CURAR ENFERMIDADES OU PARA DOENÇAS NAS TERAPEUTICAS DE INALAÇÃO E NEBULIZAÇÃO. PROPRIEDADES FÍSIO-QUÍMICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ESTADO FÍSICO: GASOSO - ODOR: INODORO - PH: NÃO APLICÁVEL TEMPERATURAS ESPECÍFICA OU FAIXAS DE TEMPERATURA NAS QUAIS OCORREM MUDANÇAS DE ESTADO FÍSICO: - PONTO DE EBULIÇÃO: - 182,9 °C - PONTO DE CONGELAMENTO: -218,8 °C - TEMPERATUEA DE AUTO-IGNIÇÃO: NÃO DETERMINADO. - LIMITE DE EXPLOSIVIDADE INFERIOR: NÃO DETERMINADO - DENSIDADE: 1,326 Kg/m³ A 21 °C E 1 atm - DENSIDADE DO LIQUIDO NO PONTO DE EBULIÇÃO: 1.141 Kg/m³ - PRESSÃO DE EBULIÇÃO: ACIMA DA TEMPERATURA CRÍTICA – 118,4 °C (21 °C E 1 atm) - SOLUBILIDADE: MUITO POUCO SOLÚVEL EM ÁGUA. 	140	CILINDRO				
----	--	-----	----------	--	--	--	--

04	<p>CILINDRO DE 7 a 8m3 DE OXIGENIO PARA USO TERAPEUTICO (O2); PARA PREVENIR, DIAGNOSTICAR, TRATAR, ALIVIAR OU CURAR ENFERMIDADES OU PARA DOENÇAS NAS TERAPEUTICAS DE INALAÇÃO E NEBULIZAÇÃO. PROPRIEDADES FÍSIO-QUÍMICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ESTADO FÍSICO: GASOSO - ODOR: INODORO - PH: NÃO APLICÁVEL TEMPERATURAS ESPECÍFICA OU FAIXAS DE TEMPERATURA NAS QUAIS OCORREM MUDANÇAS DE ESTADO FÍSICO: - PONTO DE EBULIÇÃO: - 182,9 °C - PONTO DE CONGELAMENTO: -218,8 °C - TEMPERATUEA DE AUTO-IGNIÇÃO: NÃO DETERMINADO. - LIMITE DE EXPLOSIVIDADE INFERIOR: NÃO DETERMINADO - DENSIDADE: 1,326 Kg/m³ A 21 °C E 1 atm - DENSIDADE DO LIQUIDO NO PONTO DE EBULIÇÃO: 1.141 Kg/m³ - PRESSÃO DE EBULIÇÃO: ACIMA DA TEMPERATURA CRÍTICA – 118,4 °C (21 °C E 1 atm) - SOLUBILIDADE: MUITO POUCO SOLÚVEL EM ÁGUA. 	100	CILINDRO				
----	--	-----	----------	--	--	--	--

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 4.1.4 do edital).

DATA:
NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE

ANEXO IV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 24/2013

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 16/2013-FMS

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

DATA

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 24/2013

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 16/2013-FMS

CREDENCIAMENTO

MODELO DE CREDENCIAMENTO

NOME DA EMPRESA: _____

CNPJ: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº. _____ - órgão emissor _____, data de emissão _____, CPF sob o nº. _____, residente na Rua _____, nº. _____, Bairro _____, CEP _____, município de _____, estado de _____, telefone (____) _____, a participar da licitação instaurada pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO nº. 16/2013, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em _____ de _____ de 2013.

Nome e Assinatura do Representante Legal
(COM FIRMA RECONHECIDA)

ANEXO VI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 24/2013

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 16/2013-FMS

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

NOME DA EMPRESA: _____

CNPJ: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório - PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO nº. 16/2013, que a empresa _____, atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em _____ de _____ de 2013.

Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO VII

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 24/2013

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 16/2013-FMS

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

NOME DA EMPRESA: _____

CNPJ: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO nº. 16/2013, instaurado pela Prefeitura Municipal de Massaranduba, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser esta a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 2013.

Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO VIII

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 24/2013

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 16/2013-FMS

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Termo da Ata de Registro de Preço que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA/SC, e a empresa _____, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Oxigênio Medicinal em cilindros para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC), ao longo de 12 (doze) meses.

Pelo presente instrumento contratual que firmam o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, com sede na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 11.231.203/0001-05, neste ato representada pela Gestora dos Fundos Municipais, Sra. _____, CPF nº. _____, Cédula de Identidade nº. _____, brasileira, casada, residente e domiciliada neste Município e pelo Prefeito Municipal, o Senhor MÁRIO FERNANDO REINKE, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____ e inscrição Estadual nº. _____, estabelecida na _____, município de _____, Estado de _____, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo (a) Senhor (a) _____, inscrito no CPF sob o nº. _____, portador da Carteira de Identidade nº. _____, resolvem celebrar a presente Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo de Licitação Nº. 24/2013, modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 16/2013-FMS, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO, E DESCRIÇÃO:
Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas

visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Oxigênio Medicinal em cilindros para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante desta Ata de Registro de Preço, como se transcrito fosse.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL:

2.1. A CONTRATADA compromete-se, com relação ao disposto nesta cláusula primeira, entregar os objetos licitados, de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de compra, de segunda a sexta-feira, das 07h às 12h e das 13h00min às 17h, devendo ser expedida a nota fiscal, sempre que houver a execução do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:

3.1. Fazem parte desta Ata de Registro de Preço os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: Proposta da Contratada, Edital de Pregão Presencial Registro de Preço nº. 16/2013-FMS, Homologação, além das normas e instruções legais vigentes no país, que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:

4.1. O preço da Ata de Registro de Preço tem como certo e ajustado o valor total da proposta de R\$ -----, correspondente ao objeto total descrito e caracterizado na cláusula primeira do presente instrumento.

4.2. Este instrumento não obriga os órgãos participantes a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário deste registro terá preferência.

Parágrafo único: O objeto licitado poderá sofrer reajuste após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual. Para a comprovação de aumento de preços pelo fornecedor, será levado em consideração apenas, notas fiscais emitidas no máximo 30 (trinta) dias anteriores a data de abertura das propostas deste certame.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:

5.1. O pagamento será efetuado através da Tesouraria da Prefeitura Municipal de Massaranduba, a crédito do beneficiário no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

5.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DESPESAS E RECURSOS:

6.1. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da dotação orçamentária do ano corrente.

6.2. A efetiva dotação será discriminada na ordem de compra.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS MULTAS E PENALIDADES:

7.1. Pelo não cumprimento das condições estabelecidas na presente Ata de Registro de Preço, a Contratada fica sujeita, a critério da Administração e, garantida a defesa prévia, às penalidades previstas no art. 87, incisos e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro - Pela falta injustificada do fornecimento do objeto, ficará a Contratada sujeita a multa de 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor total da obrigação.

Parágrafo segundo - Se a falta do objeto for superior a 10 (dez) dias, a multa será em dobro.

Parágrafo terceiro - Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preço, a Administração poderá garantir defesa prévia, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei Federal que rege este instrumento e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado.

Parágrafo quarto - Ocorrendo multas, estas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

Parágrafo quinto - A aplicação da multa fica condicionada à prévia defesa da Contratada, que deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da respectiva notificação.

Parágrafo sexto - Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preço, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preço, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas nesta Ata de Registro de Preço e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORÇA MAIOR:

8.1. No caso de impossibilidade de cumprimento por parte da CONTRATADA do previsto nesta Ata de Registro de Preço, devido à força maior, conforme definido legalmente, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente suas obrigações, deverá comunicar o fato ao CONTRATANTE e ratificar por escrito em até 05 (cinco) dias essa comunicação, descrevendo as ocorrências.

Parágrafo primeiro - As obrigações contratuais da CONTRATADA serão suspensas enquanto perdurar a situação.

Parágrafo segundo - O CONTRATANTE e a CONTRATADA, reciprocamente não serão responsáveis, por atrasos de qualquer natureza, causados por motivos de força maior.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO:

9.1. A rescisão contratual poderá ser:

9.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

9.1.2. A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas nos itens de penalidades deste Edital;

9.1.3. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

9.1.4. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

10.1. A empresa vencedora obriga-se a:

10.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o FUNDO MUNICIPAL solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

10.1.2. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

10.1.3. Entregar os objetos licitados rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas, após solicitação através de ordem de serviço, na sede do Pronto Atendimento e dos Postos de Saúde ora designados pela municipalidade, de segunda a sexta feira, das 07h00min às 12h e das 13h00min às 17h, devendo ser expedida a nota fiscal;

10.1.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

10.1.5. Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

10.1.6. Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

10.1.7. Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

10.1.8. O preço contratado será, a qualquer título, a única e completa remuneração devida à CONTRATADA, achando-se compreendidos e diluídos no valor proposto, os materiais, os equipamentos, as ferramentas, os tributos, despesas decorrentes de transporte, entrega, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, e tudo o que for necessário ao perfeito e adequado fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preço.

10.1.9. A empresa vencedora deverá ceder os cilindros de oxigênio medicinal, sendo eles disponibilizados em cilindros de 01, 02, 3,0 ou 3,5 e 07 m³ de acordo com a solicitação do setor, por empréstimo para a Secretaria de Saúde e Assistência Social durante o tempo de fornecimento das cargas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL:

11.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

11.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado na cláusula "5" desta Minuta da Ata de Registro de Preço.

11.3. Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto nesta minuta da Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1 Esta Ata de Registro de Preço e o Edital de Pregão Presencial Registro de Preço nº. 16/2013-FMS e seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado especificado e válido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:

13.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de

Guaramirim, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata de Registro de Preço ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

14.1. O objeto da licitação tem vigência até 12 meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

14.2. Findo o prazo previsto para o termino do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado ao FUNDO MUNICIPAL, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas da presente Ata de Registro de Preço, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Massaranduba(SC), ____ de _____ de 2013.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA

ANNA KARINE REINKE FRANZ

Gestora dos Fundos Municipais

NOME DA EMPRESA

CNPJ:

Nome do Representante Legal

Lic 72.2013 P34.2013 Errata

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 72/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2013

ERRATA

Item 06 - Documentação de Habilitação:

l) Apresentar certificado de Registro Cadastral da CELESC para prestação de serviços referente a Iluminação Pública. (obrigatório para quem cotar o item 08).

Item 16 - Das obrigações da empresa vencedora:

16.1.8. Certidão de Pessoa Física fornecida pelo CREA, que comprove a inscrição e regularidade do responsável técnico (Engenheiro), juntamente com a comprovação de que o profissional tenha algum vínculo com a licitante vencedora. Esta comprovação dar-se-á por: apresentação de Carteira de Trabalho ou, Contrato de Prestação de Serviços, ou Contrato Social; (obrigatório para o item 08).

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Massaranduba, 07 de Outubro de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

Meleiro

PREFEITURA

Aviso de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 052/2013

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 22/10/2013, às 09:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 052/2013, objetivando a AQUISIÇÃO DE TINTA DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA E DELUENTE PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA EM RUAS DO MUNICÍPIO. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado, ou por solicitação via e-mail licitacao@meleiro.sc.gov.br.

Meleiro, 07 de outubro de 2013.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

Processo Licitatório Dispensa 04/2013

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 04/2013

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o inciso IV do art. 24 da Lei n. 8.666/94, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Dispensa de Licitação nº 04/2013, conforme segue:

Considerando que os serviços de limpeza e conservação de instalações físicas em escolas e prédios públicos é indispensável para do município;

Considerando-se os pressupostos para a contratação direta:

- a) a demonstração e efetiva da impossibilidade de manutenção dos serviços por pessoal próprio para realização imediata dos trabalhos;
- b) a comprovação de que a contratação é a via mais adequada em face a economicidade;

Considerando a emergência e continuidade da realização dos serviços de limpeza em prédios e públicos;

Considerando a emergência da continuidade do preparo da merenda a alunos da rede municipal de ensino;

Considerando a emergência para manutenção dos serviços de auxílio em creches com os cuidados a serem dispensados as crianças;

Considerando que o município de Monte Carlo mantinha Ata de

Registro de Preços 41/2013 ativa oriunda do Processo Licitatório e que por decisão judicial a referida ata foi suspensa.

Considerando que o inciso IV do artigo 24 da Lei Federal nº 8666/94 autoriza a contratação em regime de emergência.

Considerando que os serviços objeto da ata suspensa é de relevante importância para o atendimento dos municípios e da operacionalização administrativa do município.

Considerando ainda a realização de licitação ser um processo relativamente demorado.

Considerando a pesquisa de preços e, verificando que o contratado ofereceu o menor preço conforme proposta em anexo.

RESOLVE CONTRATAR A EMPRESA: FABIAN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME, CONFORME OS TERMOS DA DISPENSA QUE SEGUEM:

1. OBJETO

Contratação de empresa para prestar serviços de limpeza e conservação de espaços físicos em prédios públicos e escolas da rede municipal de ensino, bem como no auxílio em preparação de merenda e atendimento em creches.

2. PREÇO

Preço para o presente ajuste é de R\$ 1.590,00 (Um mil, quinhentos e noventa Reais), por pessoa contratada e todas as despesas decorrentes da realização do presente objeto vencíveis até o terceiro dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços.

3. PRAZO

O prazo de vigência do referido processo, inicia-se na data de 07 de Outubro de 2013 com validade até 06 de Março de 2014 ou até a realização de novo processo licitatório.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação sustenta-se no inciso IV do art. 24 da Lei Federal n. 8.666/93, que regulamenta Licitações e Contratos Administrativos e por não haver em processo licitatório fornecedor em condições de regularidade fiscal e gerencial passíveis de contratação.

5. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

A empresa escolhida tem por objeto social a exploração das atividades de serviços gerais dentre outros e esta apta a realizar imediatamente a prestação dos serviços, pela razão do menor preço e pela facilidade de contratação de mão de obra com a qualidade necessária ao bom desempenho das atividades exigidas.

6. DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA:

As despesas decorrentes deste contrato enquadram-se na seguinte Dotação Orçamentária 2013 e 2014:

Projeto/Atividade - 20.13 - Manutenção Educação Infantil

Projeto/Atividade - 20.14 - Manutenção Ensino Fundamental

Publique-se e Registre-se na forma da LEI.

Monte Carlo, 07 de Outubro de 2013
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente Contrato e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rodovia SC 456, Km 15, Nº 1551, Estado de Santa

Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, investido nas atribuições que lhe conferem o cargo de Prefeito Municipal, doravante denominada simplesmente, "CONTRATANTE".

FABIAN COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Lebon Régis Estado de Santa Catarina, na Rua Pedro Deboni, 381, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.884.488.0001.20, neste ato representada na forma de seu Contrato Social pela Sr. JOSÉ ANTÔNIO FABIAN, doravante denominada simplesmente, "CONTRATADA"; e

Têm entre si justo e contratado o presente contrato de prestação de serviços de limpeza e conservação de espaços físicos em prédios públicos e escolas da rede municipal de ensino, bem como no auxílio em preparação de merenda e atendimento em creches.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

Constitui o objeto do presente Contrato, Contratação de empresa para prestar serviços de limpeza e conservação de espaços físicos em prédios públicos e escolas da rede municipal de ensino, bem como no auxílio em preparação de merenda e atendimento em creches.

CLÁUSULA SEGUNDA: PRAZO

O presente Contrato com vigência de 07 de Outubro de 2013 com validade até 06 de Março de 2014 ou até a realização de novo processo licitatório.

CLÁUSULA TERCEIRA: VALOR DA CONTRATAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 1.590,00 (Um mil, quinhentos e noventa Reais), por pessoa contratada e todas as despesas decorrentes da realização do presente objeto vencíveis até o terceiro dia do mês subsequente ao da prestação de serviços pela CONTRATANTE, através de depósito bancário em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, com o que o CONTRATADA concorda expressamente, sem qualquer ressalva, condição ou exigência, valendo os respectivos comprovantes de depósitos, após devidamente compensados, como recibos de pagamento.

Parágrafo primeiro: O pagamento previsto no caput da presente Cláusula, fica condicionado a apresentação, à CONTRATANTE, de NOTA FISCAL de Prestação de serviços, com 03 (três) dias de antecedência, bem como os comprovantes de que a mesma continua regular com os órgãos públicos federais, estaduais, municipais e trabalhistas (CND'S).

CLÁUSULA QUARTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

Os recursos para atender às despesas decorrentes do presente contrato, correrão por conta do orçamento Municipal de Monte Carlo, do ano 2013/2014;

Projeto/Atividade - 2.013 - Manutenção Educação Infantil

Projeto/Atividade - 2.014 - Manutenção Ensino Fundamental

CLÁUSULA QUINTA: MORA

Na eventualidade de atraso na prestação dos serviços, pela CONTRATADA, a mesma pagará a importância em débito CORRESPONDENTE a multa de 10% (dez por cento), além de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária de acordo com a variação do índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, tudo calculado sobre o valor do contrato total.

CLÁUSULA SEXTA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

A CONTRATADA, na forma do inciso I, artigo 79, da lei 8.666/93, ocorrendo comprovadamente as hipóteses previstas no artigo 78 da mesma lei, reserva-se o direito de rescindir o presente Contrato, sem qualquer ônus, mediante notificação com antecedência mínima de trinta dias, declarando os motivos de tal ato.

Parágrafo Único: O presente Contrato, ainda poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, na hipótese de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição ora estabelecida.

CLÁUSULA SÉTIMA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

- a) Prestar os serviços nas condições e formas previstas no presente termo contratual, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;
- b) Prestar os serviços licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;
- c) Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.
- d) Somente será paga horas extras, quando houverem sido solicitadas pela contratante em formulário próprio, assinado e de forma motivada.
- e) A remuneração dos funcionários da contratada deverá ser de R\$: 814,00 (Oitocentos e catorze Reais) mensais
- f) No momento da apresentação da ou das Notas Fiscais para recebimento dos valores mensais deverá apresentar o comprovante de pagamento do FGTS com a guia GFIP- Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social do mês imediatamente anterior.
- g) O Pagamento de salário dos funcionários deverá obrigatoriamente ser realizado via transferência bancária e comprovado no ato de recebimento dos valores mensais da contratada.
- h) As responsabilidades advindas de acidente de trabalho são única e exclusivamente da empresa contratada.
- i) Considerando que o ponto inicial e final deverá coincidir com o calendário mensal, ou seja do dia 1º ao dia 30 de cada mês.
- j) Considerando o princípio da eficiência, o funcionário apresentado, deverá cumprir integralmente os atributos da função, qualidade do serviço e produtividade adequada, quando não se enquadrar nestes padrões deverá a contratada substituí-lo imediatamente.
- l) Permitir que o serviço executado seja fiscalizado pela secretaria da área da prestação do serviço.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE se obriga a:

- I - Observar e cumprir, estritamente, os termos e condições ora estabelecidas;
- II - Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e art. 67 da Lei nº 8.666/93, através do Responsável pela Fiscalização e Acompanhamento do Contrato, para o que fica designado, desde logo, a Sra. Emília Bento Zancan de Andrade;
- II - Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nos prazos e condições estabelecidas na Cláusula Terceira do presente Contrato.

CLÁUSULA NONA: MULTA CONTRATUAL

A parte que descumprir qualquer cláusula ou condição do presente Contrato, ou der causa à sua rescisão, ficará sujeita ao pagamento de uma multa contratual punitiva equivalente ao valor de R\$ 1.000,00 (Um mil Reais) devidamente atualizada pelos índices de variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo de se pleitear indenização suplementar.

Parágrafo Único: A multa contratual será sempre devida integralmente, seja qual for o tempo decorrido do presente Contrato, e tantas vezes quantas forem as violações.

CLÁUSULA DÉCIMA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Dos atos da CONTRATADA decorrentes da aplicação deste Contrato cabem recurso, representação e pedido de reconsideração, conforme o caso, nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este contrato reger-se-á pelas Lei nº 8.245/91 e 8.666/93 com as alterações posteriores, no que couber, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se também as disposições de Direito Privado relativas à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE é responsável pela publicação no Diário Oficial dos Municípios, em resumo, do presente termo de contrato, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: INDIVISIBILIDADE

Caso qualquer parte ou Cláusula deste Contrato seja considerada inválida ou inexecutável por qualquer Juízo ou Tribunal, tal determinação não afetará as demais disposições constantes deste Contrato, que continuarão vigorando entre as partes, para todos os fins e efeitos de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LIBERALIDADE

A abstenção do exercício de qualquer direito ou faculdade estabelecidos no presente Contrato, constituir-se-á ato de mera liberalidade, não inovando, criando direitos ou precedentes a serem invocados pela parte infratora.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: FORO

Elegem as partes o foro da Comarca de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, para dirimir as dúvidas resultantes do presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem, justas e contratadas, as partes firmam o presente Contrato em DUAS vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Monte Carlo, 07 de Outubro de 2013.

FABIAN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME
JOSÉ ANTÔNIO FABIAN

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Testemunhas:

DELCIR BARZOTTO VANDERLÉIA ALVES FERNANDES
522.218.229.00 077.361.879.16

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Registro de Preço Nº 050/2013

MUNICÍPIO DE MORRO FUMAÇA - SC. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 050/2013. OBJETO: AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, CONFORME ANEXO DO EDITAL - FICA PRORROGADO PARA 15/10/2013 - 09:00 horas. LOCAL: Setor de Licitação da Secretaria de Administração e Planejamento, Rua Vinete de Maio, 100, Centro.

Morro da Fumaça - SC.
MICHEL ANTONIO MACCARI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS.

Registro de Preços Nº 015/2013

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA DE MORRO FUMAÇA- SC. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2013. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E MATERIAL DE USO COMUM PARA SECRETARIAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014, CONFORME ANEXOS DO EDITAL - DATA 21/10/2013 - 09:00 horas. LOCAL: Setor de Licitação da Secretaria de Administração e Planejamento, Rua Vinete de Maio, 100, Centro.

Morro da Fumaça - SC.
MICHEL ANTONIO MACCARI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS.

Navegantes

PREFEITURA

Altera Lei 2424 Ref. Instalação de Parques

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

LEI Nº 2774 DE 7 DE OUTUBRO DE 2013

ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 2º DA LEI Nº 2423 DE 6 DE ABRIL DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE PARQUES DE DIVERSÃO NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 2º da lei nº 2423, de 6 de abril 2011, passa a vigorar acrescido do parágrafo único, que terá a seguinte redação:

"Art. 2º

Parágrafo Único: A fim de realizar as vistorias previstas no artigo 1º, fica autorizada a liberação provisória da ligação de energia elétrica pelo período de 72 (setenta e duas) horas, não podendo, o parque, em hipótese alguma, antes de ser atendido o disposto no artigo 1º desta lei, entrar em funcionamento ao público."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 7 DE OUTUBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 7 de outubro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Convênio Para Repasse Clube 1 ° de Maio

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n ° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

LEI N ° 2775 DE 7 DE OUTUBRO DE 2013

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES A CELEBRAR CONVÊNIO COM A SOCIEDADE RECREATIVA E CULTURAL 1 ° DE MAIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1 ° Fica autorizado, o Município de Navegantes, a conceder contribuição financeira à Sociedade Recreativa e Cultural 1 ° de Maio mediante celebração de Convênio.

Parágrafo Único - A entidade beneficiada foi declarada de utilidade pública pela lei municipal 1881 de 13/04/2005.

Art. 2 ° Em vista do referido Convênio, a entidade beneficiada disponibilizará a sua sede social para a realização de eventos sociais pela Prefeitura de Navegantes.

Art. 3 ° O Município de Navegantes contribuirá com a quantia de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), a ser paga em 12 (doze) parcelas de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) cada uma, com a primeira parcela para dezembro de 2013 a última para novembro de 2014, com posterior prestação de contas.

Art. 4 ° As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente, suplementada à época oportuna.

Art. 5 ° Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 7 DE OUTUBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 7 de outubro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Substitui Membro Em Comissão de Acompanhamento de Concurso Público

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n ° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N ° 3369 DE 7 DE OUTUBRO DE 2013

SUBSTITUI MEMBRO DE COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são

conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III,

RESOLVE:

I SUBSTITUIR o Membro Luiz Carlos Vieira por Marcos Antônio Bittencourt na Comissão instituída pela Portaria n ° 2947 de 31/7/2013 para acompanhamento de concurso público e processo seletivo que especifica.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 7 DE OUTUBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 7 de outubro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Aviso de Licitação Pregão Presencial N° 150/2013 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL N° 150/2013 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA REPRODUÇÕES, IMPRESSÕES, DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS E ENVIO/RECEBIMENTO DE FAX (COM SOFTWARE DE BILHETAGEM PARA GESTÃO OPERACIONAL) PARA ATENDIMENTO À Prefeitura Municipal de Navegantes, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. Data da entrega dos envelopes: dia 21/10/2013 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: dia 21/10/2013 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 08 de outubro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

Aviso Dispensa de Licitação N° 04/2013 Fuman

DISPENSA DE LICITAÇÃO FUMAN N° 04/2013.

PROCESSO N° 04/2013.

HOMOLOGAÇÃO: 04/10/2013.

CONTRATANTE: FUNDACAO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NAVEGANTES.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS ECOLÓGICAS PARA COLOCAÇÃO NA PRAÇA DE ESPORTE, LOCALIZADA NO BAIRRO SÃO DOMINGOS II, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

CONTRATADO: LANCI PAPELARIA E INFOR. LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Navegantes, 04 de outubro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

Prefeito do Município.

Extrato de Homologação C.C 124/2013 PMN

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO.

CONCORRÊNCIA Nº 124/2013

PROCESSO Nº 124/2013.

HOMOLOGAÇÃO: 07/10/2013.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

OBJETO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA VISANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DA NOVA ESCOLA MUNICIPAL LOCALIZADA NA RUA HENRIQUE JULIÃO, LOTEAMENTO JARDIM DAS ORQUÍDEAS, BAIRRO GRAVATÁ, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

CONTRATADO: GILSON AVILA EPP.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.929.292,90 (dois milhões novecentos e vinte e nove mil duzentos e noventa e dois reais e noventa centavos).

Navegantes, 07 de outubro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

Prefeito do Município.

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 173/2013

EXTRATO CONTRATUAL Nº 173/2013.

Contrato Nº.: 173/2013.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada: CONSTRUTORA SANTA FÉ LTDA.

Vigência: Início: 08/10/2013 Término: 05/01/2014.

Licitação: Concorrência Nº.:65/2012.

Recursos: Dotação: 1.018 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto: TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 84/2012, CONCORRÊNCIA Nº 65/2012, CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA CONSTRUTORA SANTA FÉ LTDA EPP.

Navegantes, 08 de outubro de 2013.

Extrato Decisão Administrativa Nº 05/2013 Olimed Mat. Hospitalar Ltda

Prefeitura Municipal de Navegantes - Extrato Decisão Administrativa Empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. - Procedimento Administrativo nº 05/2013 - A empresa OLIMED inscrita no CNPJ 03.033.589/0001-12 uma das vencedoras do Pregão nº 114/2012, e de alguns itens nºs 109,110,111 e 112 (Luvas de Procedimentos de Látex) é o que restou prejudicado, conforme e-mail do departamento de compras, através do Sr. Humberto, enviado no dia 19 de setembro solicitando abertura de processo administrativo, a empresa Olimed estava com problemas no fornecimento destes itens, por falta de assinatura do termo de realinhamento, foi dado a empresa o direito a ampla defesa e o contraditório, através de e-mails, contudo não restou comprovado o valor solicitado pela empresa para o reajuste, restando a empresa então, o pedido de cancelamento e desistência dos itens objeto da lide. Com fundamento no alegado pela empresa e pela prefeitura municipal, tendo em vista a efetiva comprovação nos autos da responsabilidade deste ente com a população, ante todo exposto, com base na lei 10.520/02 com aplicação subsidiária da lei 8.666/1993, em seus artigos 77 e 78, prevê a rescisão do contrato por sua inexecução total ou parcial, isto posto, DETERMINAMOS O CANCELAMENTO DOS ITENS Nºs 109,110,111 e 112 do Pregão 114/2012 (Luvas de Procedimentos de Látex) diante da impossibilidade da entrega do mesmo, pelo preço licitado, e, de acordo com o artigo 77,78 inc XII, combinado com os artigos 79 inc. II da Lei nº 8666/1993, por fim e consequentemente, fazer a chamada da segunda colocada

e assim sucessivamente, para suprir o referido item em caráter de urgência, visto a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, com o fim de selecionar a proposta mais vantajosa para esta Administração Pública. Não restando interessados ou colocados, cancelar os itens faltantes e fazer nova licitação. DEFIRO o requerimento de cancelamento dos itens objeto da lide. Intime-se. Publique-se. Arquive-se.

Navegantes, 04 de outubro de 2013.

BENILDE PERÃO

Secretária da Secretaria de Administração e Logística.

Extrato Ata Registro de Preço Nº 146/2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2013.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 146/2013, relativa ao Pregão Presencial nº 146/2013 - contendo o preço registrado abaixo:

Empresa: Luís Fernando Macarini Montali Comércio Me.

Valor: R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

Vigência: 07/10/2014.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 07 de outubro de 2013.

CARLA CLAUDINO

Pregoeira



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

www.ciga.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Editais de Notificações de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº272 1346/2013 a 1381/2013



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1346/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACC4943	55573602C	6599/2	04/07/2013	230 * V
ACC4943	55573603C	6556/1	04/07/2013	230 * I
ACC4943	55573604C	6726/1	04/07/2013	230 * XVIII
AGR6110	55573601C	6599/2	04/07/2013	230 * V
AKT9301	55685995D	5010/0	04/07/2013	162 * I
AND6941	54329698D	5045/0	17/07/2013	162 * V
ANP1904	54434782E	5010/0	07/06/2013	162 * I
ASY0116	54435875E	6599/2	18/07/2013	230 * V
HCV6264	54436851E	6599/2	05/07/2013	230 * V
HCV6264	54436852E	5010/0	05/07/2013	162 * I
HCV6264	54436853E	5118/0	05/07/2013	164 c/c 162 * I
IJJ8012	55687073D	6548/0	06/07/2013	229
LWV0233	55685697D	5169/1	21/06/2013	165
LXD1801	55685372D	6599/2	18/07/2013	230 * V
LXS6643	55573633C	6599/2	16/07/2013	230 * V
LZN1163	54436655E	6599/2	19/07/2013	230 * V
LZN1163	54436656E	5010/0	19/07/2013	162 * I
MBI6098	54435930E	5010/0	03/07/2013	162 * I
MBT2211	55685367D	5010/0	18/07/2013	162 * I
MBT2211	55685368D	5118/0	18/07/2013	164 c/c 162 * I
MCH5523	55573643C	6599/2	18/07/2013	230 * V
MCH5523	55573646C	5010/0	18/07/2013	162 * I
MDR5332	54435879E	6599/2	18/07/2013	230 * V
MEE7222	54435718E	5010/0	11/07/2013	162 * I
MEE7222	54435719E	5118/0	11/07/2013	164 c/c 162 * I
MEE7222	54435720E	6599/2	11/07/2013	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEL7630	54435933E	6599/2	18/07/2013	230 * V
MFA4027	54682006E	5010/0	17/07/2013	162 * I
MFA5554	55573605C	6599/2	05/07/2013	230 * V
MFB0911	55573008C	6599/2	13/06/2013	230 * V
MFE5895	54435878E	5010/0	18/07/2013	162 * I
MFL0692	54436832E	6599/2	07/06/2013	230 * V
MGK8473	54434798E	6599/2	03/07/2013	230 * V
MGK8473	54434799E	5010/0	03/07/2013	162 * I
MGK8473	54434800E	5274/1	03/07/2013	175
MGK8473	54435613E	5118/0	03/07/2013	164 c/c 162 * I
MGK8473	54435615E	5169/1	03/07/2013	165
MGM4353	55573641C	6599/2	17/07/2013	230 * V
MGQ8608	55573393C	6971/0	11/07/2013	238
MIR2354	55686123D	5010/0	14/07/2013	162 * I
MIR2354	55686124D	6599/2	14/07/2013	230 * V
MJA1237	55687091D	6548/0	02/07/2013	229
MJG9482	54436602E	5010/0	18/07/2013	162 * I
MJG9482	54436603E	6599/2	18/07/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 272 1347/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CYG2578	55584852C	5541/1	02/07/2013	181 * XVII
MBJ4833	55573628C	5541/4	12/07/2013	181 * XVII
MFA5554	55573606C	5185/1	05/07/2013	167
MGK8473	54435614E	5835/0	03/07/2013	195
MGK8473	54435616E	7234/0	03/07/2013	250 * I * a
MGQ8606	55573392C	5835/0	11/07/2013	195
MGQ8608	55573391C	6050/1	11/07/2013	208
MIQ8587	55573616C	5460/0	08/07/2013	181 * IX
MIR2354	55686125D	5835/0	14/07/2013	195
MJI4681	54436320E	6041/2	06/06/2013	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

CÉLIO ROBERTO FRANCISCO

AUTORIDADE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1348/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGM6341	54435799E	5010/0	24/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
AGM6341	54435800E	5118/0	24/04/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AGZ8134	54435966E	5045/0	25/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
AJP2431	55686098D	5045/0	09/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
AJP2431	55686099D	6599/2	09/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
BEL3022	54435662E	6726/1	01/03/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
IEO3605	55575070C	6599/2	10/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
IEO3605	55575071C	6637/2	10/05/2013	R\$ 127,69	230 * IX
JND7961	54435960E	6912/0	25/04/2013	R\$ 53,20	232
JPE1790	54436102E	6599/2	22/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
LOH1600	54434763E	6599/2	02/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
LWR3459	55489982D	5010/0	23/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
LWR3459	55489983D	5118/0	23/04/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXE2048	55583932C	6556/3	02/05/2013	R\$ 191,53	230 * I
LXG8676	55583916C	6610/2	30/04/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LXH8044	54434756E	6599/2	06/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXK2423	55583931C	6556/1	02/05/2013	R\$ 191,53	230 * I
LXP1362	54436117E	5010/0	07/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXP1362	54436118E	5118/0	07/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXP1362	54436119E	6599/2	07/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYF8175	54435682E	6610/2	02/03/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LYM0280	55686173D	6599/2	23/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYS6850	54435482E	6726/1	05/04/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYS6850	54435484E	6670/0	05/04/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
LZG8245	55575018C	6556/1	14/05/2013	R\$ 191,53	230 * I
LZG8245	55575019C	6637/2	14/05/2013	R\$ 127,69	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZU9277	55583912C	6610/2	30/04/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LZW0423	55687159D	5010/0	29/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZW0423	55687160D	5118/0	29/09/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZW0423	55687161D	5169/1	29/09/2012	R\$ 957,69	165
MAG7727	54436009E	6599/2	05/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAG7727	54436010E	5061/0	05/04/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MAG7727	55685977D	5010/0	05/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAM0833	55686174D	5010/0	28/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAV2108	55575024C	6556/1	14/05/2013	R\$ 191,53	230 * I
MAV2108	55575025C	6637/2	14/05/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MAZ7715	54435431E	6912/0	02/03/2013	R\$ 53,20	232
MAZ7715	55489873D	5010/0	22/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAZ7715	55489874D	5118/0	22/09/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBO4980	54435519E	6920/0	13/03/2013	R\$ 127,69	233
MBU3005	54434647E	6599/2	16/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBU3005	54436169E	5010/0	16/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCA4405	54435680E	6610/2	02/03/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MCF3719	55686044D	5010/0	04/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCF3719	55686045D	5118/0	04/03/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCF3719	55686046D	6599/2	04/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCG3517	54436554E	6637/2	26/05/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MCY4502	54436064E	5010/0	25/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCY4502	54436069E	5118/0	25/04/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDB0750	55489985D	5010/0	27/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDB0750	55489986D	5118/0	27/04/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDE3132	55686434D	6599/2	26/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDE8323	54436253E	6912/0	23/04/2013	R\$ 53,20	232
MDE8323	54436254E	6610/2	23/04/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MDE8323	55489974D	6912/0	25/03/2013	R\$ 53,20	232
MDN1282	54435582E	6599/2	30/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDN1282	54435583E	5045/0	30/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
MDO4075	54436120E	5045/0	07/05/2013	R\$ 191,53	162 * V
MDO4075	54436121E	6912/0	07/05/2013	R\$ 53,20	232
MDX6037	54436066E	5010/0	25/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDX6037	54436067E	5118/0	25/04/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEC5546	54436457E	6912/0	29/05/2013	R\$ 53,20	232
MEF6276	54434925E	6599/2	31/03/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEG9892	54434547E	5010/0	24/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEK0560	54435902E	6599/2	09/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEM0161	54434847E	6599/2	10/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MES0112	54436359E	5010/0	01/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MES0112	54436360E	5118/0	01/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MET6691	54435417E	7358/0	28/02/2013	R\$ 85,12	252 * V
MET6691	54435418E	6408/0	28/02/2013	R\$ 85,12	221
MET6691	54435419E	6912/0	28/02/2013	R\$ 53,20	232
MEW2539	54436039E	5010/0	10/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEZ8530	54435564E	5010/0	02/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEZ8530	54435565E	5118/0	02/03/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFA4027	54434542E	5010/0	17/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFA4027	54434543E	5118/0	17/04/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFA4027	54434544E	6912/0	17/04/2013	R\$ 53,20	232
MFB6136	54435400E	6726/1	02/03/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGC3541	54436907E	6599/2	02/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGC3541	54436908E	5010/0	02/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGC3541	54436909E	5061/0	02/04/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MGC4420	54435659E	6599/2	01/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGD9275	54435580E	6599/2	30/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGD9275	54435581E	5045/0	30/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
MGI4712	54436944E	5045/0	01/05/2013	R\$ 191,53	162 * V
MGI4712	54436945E	6599/2	01/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGJ7908	55686070D	6726/1	25/02/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGK1178	54436103E	5010/0	22/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGK1178	54436104E	5118/0	22/04/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHC5581	55575012C	5010/0	13/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHG1709	55686097D	5045/0	09/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
MHM2669	54435149E	7340/0	01/03/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MHO3514	54435766E	5010/0	28/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHO3514	54435767E	5118/0	28/03/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHW9447	54435775E	6599/2	09/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHX8791	55686632D	6599/2	14/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHX8791	55686633D	5010/0	14/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHX8791	55686634D	5118/0	14/09/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIR4756	55584835C	5010/0	19/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MIR7845	54435470E	5010/0	23/03/2013	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIR7845	54435471E	5118/0	23/03/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIW8388	54435707E	5010/0	11/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MJA7434	54435020E	7340/0	22/02/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MJM6281	55584927C	7340/0	04/04/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MKM2838	55489981D	5010/0	14/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
NIB6571	54436152E	6556/5	18/04/2013	R\$ 191,53	230 * I
NIB6571	54436153E	5010/0	18/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
NIB6571	54436154E	6599/2	18/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
NIB6571	54436155E	5274/1	18/04/2013	R\$ 191,53	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1349/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DDX7470	54436001E	5525/0	18/03/2013	R\$ 85,12	181 * XV
DDX7470	54436002E	5452/1	18/03/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
HJG5924	55583975C	5550/0	05/04/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
HPH1921	54435378E	5185/1	01/03/2013	R\$ 127,69	167
ILP4347	55583938C	5568/0	06/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
JND7961	54435959E	5185/1	25/04/2013	R\$ 127,69	167
LLG1958	55584787C	5550/0	22/03/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
LLG1958	55584789C	5231/1	22/03/2013	R\$ 85,12	172
LXH8044	54434757E	5452/1	06/03/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
LYM0174	54436916E	6270/0	19/04/2013	R\$ 127,69	220 * II
MBA5975	54436402E	5541/5	11/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBK6986	55575078C	5550/0	13/05/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBN2628	55583969C	5541/5	05/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDB0750	55489987D	5185/1	27/04/2013	R\$ 127,69	167
MDO5320	55584772C	5568/0	20/03/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MDX6037	54436068E	5835/0	25/04/2013	R\$ 127,69	195
MDX8104	55583940C	5460/0	06/05/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MEG9892	54434549E	5835/0	24/04/2013	R\$ 127,69	195
MEL3989	55584941C	5550/0	03/04/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEO0595	55584752C	5568/0	14/03/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MEQ5559	55583952C	5452/3	04/04/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MES6485	55584806C	5568/0	11/04/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MFC9013	54436021E	5550/0	09/04/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFN7088	55584946C	5550/0	03/04/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MTX1913	55583978C	7374/0	05/04/2013	R\$ 191,53	253
MGI4712	54436946E	5835/0	01/05/2013	R\$ 127,69	195

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGK1178	54436105E	5835/0	22/04/2013	R\$ 127,69	195
MGM4379	55583960C	5541/1	05/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHD1586	55575066C	5541/3	09/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHL2896	55584833C	6785/1	19/04/2013	R\$ 191,53	231 * II * a
MHL3409	55584922C	5550/0	28/03/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHL3735	55583959C	5550/0	05/04/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHM5956	55584830C	6785/1	19/04/2013	R\$ 191,53	231 * II * a
MHO7146	55584831C	6785/1	19/04/2013	R\$ 191,53	231 * II * a
MHQ3332	54435481E	5878/0	04/04/2013	R\$ 85,12	199
MHS5169	55584832C	6785/1	19/04/2013	R\$ 191,53	231 * II * a
MIL4774	54434836E	5886/0	30/03/2013	R\$ 191,53	200
MIM5066	55583920C	5460/0	30/04/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MIP7057	54329033D	5568/0	16/09/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MIX5625	54436074E	7056/1	03/05/2013	R\$ 191,53	244 * III
MIX7076	55584764C	5541/3	20/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJE2510	54435486E	6270/0	19/04/2013	R\$ 127,69	220 * II
MJJ3961	55584933C	5568/0	01/04/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MJM2118	55584818C	5541/1	15/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJP6421	55583992C	5550/0	09/04/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKX5071	55583987C	5460/0	08/04/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MLJ8741	55583958C	5550/0	05/04/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
NHL8869	55584800C	5541/6	25/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

CÉLIO ROBERTO FRANCISCO

AUTORIDADE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 272 1350/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFY1195	55686050D	6599/2	22/07/2013	230 * V
AFY1195	55686126D	5010/0	22/07/2013	162 * I
AFY1195	55686127D	5118/0	22/07/2013	164 c/c 162 * I
ASY0116	54435882E	5045/0	18/07/2013	162 * V
BSH5883	55573607C	5010/0	05/07/2013	162 * I
MAB0346	54436485E	5118/0	15/07/2013	164 c/c 162 * I
MAB0346	54436487E	5274/1	15/07/2013	175
MAB0346	54436488E	5010/0	15/07/2013	162 * I
MAB6239	54435607E	5010/0	18/06/2013	162 * I
MAB6239	54435610E	6599/2	18/06/2013	230 * V
MBS7593	54435871E	5010/0	27/05/2013	162 * I
MBS7593	54435872E	6599/2	27/05/2013	230 * V
MDF2829	54436489E	5010/0	26/07/2013	162 * I
MDF2829	54436490E	5118/0	26/07/2013	164 c/c 162 * I
MDF7352	55685801D	6599/2	07/07/2013	230 * V
MHB8441	54435937E	5010/0	24/07/2013	162 * I
MHB8441	54435938E	6599/2	24/07/2013	230 * V
MHB8441	54435940E	5118/0	24/07/2013	164 c/c 162 * I
MIJ1919	55685381D	6610/2	26/07/2013	230 * VII
MJC9551	55685356D	6599/2	11/06/2013	230 * V
MJC9551	55685357D	5010/0	11/06/2013	162 * I
MJC9551	55685358D	6912/0	11/06/2013	232
MJG9575	54436505E	5010/0	20/06/2013	162 * I
MJG9575	54436506E	5118/0	20/06/2013	164 c/c 162 * I
MJO5151	54436290E	5010/0	28/07/2013	162 * I
MJO5151	54436291E	5118/0	28/07/2013	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 272 1351/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AUL1400	54436605E	6041/2	18/07/2013	207
HIU3756	55573292C	5568/0	06/06/2013	181 * XIX
IJB0999	54436482E	5568/0	23/07/2013	181 * XIX
IND0637	55573011C	5460/0	14/06/2013	181 * IX
MAB0346	54436486E	5835/0	15/07/2013	195
MAB6239	54435608E	5835/0	18/06/2013	195
MEZ5405	55573283C	5460/0	04/06/2013	181 * IX
MHY9915	55573031C	5509/0	21/06/2013	181 * XIII
MJA2635	55687089D	5738/0	25/05/2013	186 * II
MJA7749	54436481E	5541/5	23/07/2013	181 * XVII
MJS5083	55573013C	5550/0	14/06/2013	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

CÉLIO ROBERTO FRANCISCO

AUTORIDADE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1352/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BTF3751	54435710E	6599/2	19/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
IGW8270	54435588E	6599/2	30/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYQ5418	54436083E	5010/0	07/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYQ5418	54436084E	6599/2	07/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYQ5418	54436085E	5118/0	07/06/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZY3012	55489993D	5010/0	11/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZY3012	55489994D	5118/0	11/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZY3012	55489995D	6599/2	11/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDX3362	54436223E	6599/2	06/05/2013	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1353/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AUG1430	55584841C	5541/4	24/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
KDQ5898	55584823C	5460/0	16/04/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MCR3826	54436171E	5207/0	20/05/2013	R\$ 53,20	169
MDJ1434	55584913C	6041/1	27/03/2013	R\$ 127,69	207
MEI5029	55685353D	7048/1	08/06/2013	R\$ 191,53	244 * II
MGW7241	54436370E	5819/1	22/05/2013	R\$ 574,61	193
MKF2569	55575075C	5541/5	13/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

CÉLIO ROBERTO FRANCISCO

AUTORIDADE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 272 1354/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFJ2121	54436193E	6599/2	17/07/2013	230 * V
AGW9174	54436491E	5010/0	26/07/2013	162 * I
LWY0324	55573020C	6610/2	17/06/2013	230 * VII
MCG9366	55573022C	5010/0	18/06/2013	162 * I
MFR1201	55573043C	6599/2	27/06/2013	230 * V
MHJ7790	54436657E	5045/0	25/07/2013	162 * V
MHW5202	54682012E	6556/1	26/07/2013	230 * I
MIH0911	54435157E	6599/2	24/06/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 272 1355/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABV3462	55686981D	6050/2	01/08/2013	208
LYS1553	55573375C	5568/0	20/06/2013	181 * XIX
MBQ8625	55685380D	7030/1	26/07/2013	244 * I
MCA4397	55573037C	5460/0	25/06/2013	181 * IX
MFA4027	54436289E	6394/4	28/07/2013	220 * XIV
MFR1201	55573044C	6041/2	27/06/2013	207
MHS4394	55573374C	5568/0	20/06/2013	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

CÉLIO ROBERTO FRANCISCO

AUTORIDADE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1356/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DEN0876	54436418E	5118/0	22/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDZ3973	54436438E	6556/1	17/06/2013	R\$ 191,53	230 * I
MEJ2416	55685359D	6599/2	12/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEJ2416	55685360D	6912/0	12/06/2013	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1357/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAV6877	54434787E	5720/0	16/06/2013	R\$ 127,69	186 * I
MDZ3973	54436437E	7056/1	17/06/2013	R\$ 191,53	244 * III
MEJ2416	55685361D	5541/1	12/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJI2573	55573364C	5568/0	07/06/2013	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

CÉLIO ROBERTO FRANCISCO

AUTORIDADE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 272 1358/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYB9291	55685394D	6599/2	03/08/2013	230 * V
LZR7158	55573068C	6610/2	26/07/2013	230 * VII
MAH4632	54434796E	6599/2	27/06/2013	230 * V
MBQ5098	54435159E	6599/2	06/08/2013	230 * V
MBQ5098	54435160E	5010/0	06/08/2013	162 * I
MDX9683	54434797E	6599/2	27/06/2013	230 * V
MFP2190	54436448E	6599/2	04/07/2013	230 * V
MFP2190	54436449E	5169/1	04/07/2013	165
MHR1924	55685389D	6726/1	03/08/2013	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 272 1359/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXH8978	55584860C	5541/1	29/07/2013	181 * XVII
MFP7917	55584864C	5541/1	18/07/2013	181 * XVII
MHR1924	55685388D	7056/1	03/08/2013	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

CÉLIO ROBERTO FRANCISCO

AUTORIDADE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1360/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CXV4173	54436337E	6599/2	14/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
CXV4173	54436339E	5010/0	14/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXC5396	54435526E	6920/0	13/03/2013	R\$ 127,69	233
LXC5396	55686246D	6920/0	15/03/2013	R\$ 127,69	233
LXN2244	55686178D	6556/1	22/04/2013	R\$ 191,53	230 * I
LXN2244	55686179D	5010/0	22/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDF1981	54435513E	6920/0	13/03/2013	R\$ 127,69	233
MFL0218	54436423E	5037/1	22/05/2013	R\$ 574,61	162 * III
MHK7812	55687075D	5010/0	25/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHK7812	55687076D	5118/0	25/04/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MJP2174	54435663E	6408/0	01/03/2013	R\$ 85,12	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1361/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BHD5243	54435501E	5185/1	27/02/2013	R\$ 127,69	167
LXN2244	55686180D	5738/0	22/04/2013	R\$ 191,53	186 * II
MHR8890	54434623E	5452/3	21/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

CÉLIO ROBERTO FRANCISCO

AUTORIDADE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 272 1362/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIA6617	55573070C	6610/2	29/07/2013	230 * VII
CPR4232	55573622C	6556/1	11/07/2013	230 * I
CPR4232	55573623C	6637/2	11/07/2013	230 * IX
IDU7763	55573082C	6610/2	31/07/2013	230 * VII
LWV8505	55573637C	6556/1	17/07/2013	230 * I
LZD1759	55573090C	5037/1	01/08/2013	162 * III
LZD1759	55573091C	6971/0	01/08/2013	238
MEV9084	54435934E	5169/1	22/07/2013	165
MFZ1204	55685371D	6599/2	18/07/2013	230 * V
MHJ4907	55685997D	6599/2	07/07/2013	230 * V
MJE9145	55685369D	5045/0	18/07/2013	162 * V
MJE9145	55685370D	6912/0	18/07/2013	232
MMK8693	55573080C	5274/1	30/07/2013	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 272 1363/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFQ1212	55573085C	5568/0	31/07/2013	181 * XIX
IND5686	54436198E	5541/4	25/07/2013	181 * XVII
MEV9084	54435935E	5207/0	22/07/2013	169
MEV9084	54435936E	5207/0	22/07/2013	169
MFD1628	55573083C	6564/0	31/07/2013	230 * II
MHJ4907	55685996D	5550/0	07/07/2013	181 * XVIII
MIO4888	55573397C	5452/6	12/07/2013	181 * VIII
MJE9939	55573615C	5460/0	08/07/2013	181 * IX
MLX4079	54682104E	5541/1	08/08/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

CÉLIO ROBERTO FRANCISCO

AUTORIDADE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1364/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AQJ2491	54435525E	6920/0	13/03/2013	R\$ 127,69	233
AQJ2491	55686245D	6920/0	15/03/2013	R\$ 127,69	233
BVQ6004	54435135E	6726/1	07/02/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
CLS1898	54434687E	6637/2	25/02/2013	R\$ 127,69	230 * IX
HLJ3084	54436008E	5169/1	31/03/2013	R\$ 1.915,38	165
IIE7911	54436216E	6599/2	19/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
JOZ8131	54435590E	6599/2	22/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXP5772	54435366E	5010/0	28/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXP5772	54435367E	6912/0	28/02/2013	R\$ 53,20	232
LZA3693	54435657E	6408/0	01/03/2013	R\$ 85,12	221
LZK8845	54435551E	6599/2	28/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAU9152	54436059E	5045/0	12/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
MBB7400	54435144E	6726/1	01/03/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCB5269	55687439D	6599/2	11/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCC5186	54436310E	6599/2	22/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCC5186	54436311E	5010/0	22/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCQ0911	55686071D	6726/1	25/02/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCW0099	55572759C	6599/2	15/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCW0099	55572760C	6556/3	15/02/2013	R\$ 191,53	230 * I
MDJ2425	54329496D	6599/2	27/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDJ2425	54329497D	5010/0	27/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDP9831	54435356E	5010/0	22/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEA9205	54435407E	6912/0	23/02/2013	R\$ 53,20	232
MEL8526	55686240D	6408/0	25/02/2013	R\$ 85,12	221
MES2443	54435771E	5045/0	05/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
MEW2821	54436224E	6599/2	06/05/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFB5158	55489869D	6599/2	19/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFB5158	55489870D	5010/0	19/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFL8759	54435557E	6912/0	02/03/2013	R\$ 53,20	232
MFN0521	54330199D	6599/2	09/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFX6804	54435768E	6599/2	28/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFX6804	54435769E	5010/0	28/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFX6804	54435770E	5118/0	28/03/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGF6214	54435530E	6920/0	13/03/2013	R\$ 127,69	233
MGF6214	54435541E	6920/0	14/03/2013	R\$ 127,69	233
MGS0642	54434631E	5010/0	02/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGX3278	55686087D	6920/0	19/03/2013	R\$ 127,69	233
MHI6896	54435599E	5010/0	23/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHJ3130	54434533E	6599/2	05/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHJ3130	54434534E	5010/0	05/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHJ3130	54434536E	6912/0	05/04/2013	R\$ 53,20	232
MHV5029	55573497C	7340/0	27/02/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MHZ5659	54436389E	5010/0	16/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHZ5659	54436390E	5118/0	16/06/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIM7216	54435595E	5045/0	23/05/2013	R\$ 191,53	162 * V
MJO7579	54434531E	6599/2	05/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJV7261	55686983D	6599/2	25/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJZ1131	54435683E	7340/0	02/03/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MLX2949	54435984E	6599/2	23/05/2013	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1365/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJK4857	55584769C	5568/0	20/03/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
AKA5972	55583980C	5550/0	05/04/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
EEZ0346	55574476C	5380/0	21/09/2012	R\$ 85,12	181 * I
JZA6825	54435416E	5207/0	24/02/2013	R\$ 53,20	169
LZV1429	55584753C	5568/0	14/03/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MDJ5782	55584795C	5568/0	25/03/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MDK9021	55583996C	5568/0	09/04/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MEJ6656	54434845E	5835/0	10/04/2013	R\$ 127,69	195
MEJ6656	54434846E	5215/1	10/04/2013	R\$ 191,53	170
MEJ6656	54436040E	6270/0	10/04/2013	R\$ 127,69	220 * II
MEJ6656	54436041E	5215/2	10/04/2013	R\$ 191,53	170
MEJ6656	54436042E	5720/0	10/04/2013	R\$ 127,69	186 * I
MEJ6656	54436043E	6076/0	10/04/2013	R\$ 191,53	210
MEJ6656	54436044E	5797/0	10/04/2013	R\$ 191,53	191
MEJ6656	54436045E	5800/0	10/04/2013	R\$ 127,69	192
MEJ6656	54436046E	5762/0	10/04/2013	R\$ 85,12	188
MEJ6656	54436047E	6394/4	10/04/2013	R\$ 191,53	220 * XIV
MEJ6656	54436048E	5967/0	10/04/2013	R\$ 191,53	203 * V
MET9316	55584967C	5568/0	08/03/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MEU0105	55584000C	5568/0	09/04/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MFG4336	54435462E	5401/0	08/03/2013	R\$ 127,69	181 * III
MFL5528	55572762C	5568/0	15/02/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MFS0173	54435005E	7366/2	20/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MFV6192	54435661E	7030/2	01/03/2013	R\$ 191,53	244 * I
MHK5651	55584774C	5568/0	21/03/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MID6797	55575056C	6041/2	09/05/2013	R\$ 127,69	207

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIH2139	55584959C	5541/5	07/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJC9272	55008297C	7030/2	26/02/2013	R\$ 191,53	244 * I
MJF3540	55573483C	5568/0	20/02/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MJI1328	55573461C	5452/1	03/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MJO7579	54434532E	5207/0	05/04/2013	R\$ 53,20	169
MKI0836	55584934C	5460/0	01/04/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MKR6216	54435384E	5185/1	01/03/2013	R\$ 127,69	167
MKT3151	55584819C	5460/0	15/04/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MLX9709	55574762C	5541/5	01/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

CÉLIO ROBERTO FRANCISCO

AUTORIDADE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 272 1366/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BFK3177	54436126E	5010/0	09/08/2013	162 * I
BFK3177	54436127E	5118/0	09/08/2013	164 c/c 162 * I
BFK3177	54436128E	6599/2	09/08/2013	230 * V
ILN3157	55685377D	5045/0	25/07/2013	162 * V
MBH9458	54436518E	5010/0	28/07/2013	162 * I
MBH9458	54436519E	6599/2	28/07/2013	230 * V
MBJ0805	54435883E	6599/2	29/07/2013	230 * V
MCV6175	54436732E	5010/0	05/07/2013	162 * I
MEI3511	54434872E	5010/0	18/07/2013	162 * I
MEI3511	54434873E	5169/1	18/07/2013	165
MEI3511	54434874E	5118/0	18/07/2013	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 272 1367/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBP3499	55584879C	5541/1	13/08/2013	181 * XVII
MEI3511	54434875E	5835/0	18/07/2013	195
MHL4796	55584898C	5541/1	01/08/2013	181 * XVII
MIV3836	54436606E	6041/2	18/07/2013	207
MJK8612	55573644C	5568/0	18/07/2013	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

CÉLIO ROBERTO FRANCISCO

AUTORIDADE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1368/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDN5628	54435873E	5010/0	27/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFA7166	54435843E	6637/2	26/05/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MFA7166	54435844E	6653/2	26/05/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MGS7903	54436276E	6912/0	27/05/2013	R\$ 53,20	232
MIJ0936	54436445E	5010/0	28/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MIJ0936	54436446E	6599/2	28/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MKP1343	54436183E	6912/0	30/05/2013	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1369/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBS4852	55584758C	5541/5	18/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDD7415	55573472C	5568/0	18/02/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MDD8784	54436829E	6041/2	07/06/2013	R\$ 127,69	207
MEK7249	55574768C	5460/0	04/03/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MFZ0631	55686988D	6041/2	10/06/2013	R\$ 127,69	207
MIJ0936	54436447E	7030/1	28/06/2013	R\$ 191,53	244 * I
MIM9967	54436434E	6050/1	17/03/2013	R\$ 191,53	208
MJU5511	54436274E	7366/2	25/05/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJU5511	54436275E	5185/1	25/05/2013	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

CÉLIO ROBERTO FRANCISCO

AUTORIDADE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 272 1370/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DJC6026	55573673C	6599/2	16/08/2013	230 * V
IDR3785	55573667C	6610/2	13/08/2013	230 * VII
IDR3785	55573668C	6637/2	13/08/2013	230 * IX
JSR1662	54682114E	6610/2	18/08/2013	230 * VII
JSR1662	54682363E	6548/0	18/08/2013	229
LXC6585	55573677C	6556/1	19/08/2013	230 * I
MCT7954	54436580E	6912/0	26/07/2013	232
MEA5362	54436513E	6599/2	26/07/2013	230 * V
MEN6100	55573656C	5037/1	09/08/2013	162 * III
MES6485	55573686C	6556/3	22/08/2013	230 * I
MIG5424	55573535C	5037/1	28/08/2013	162 * III
MLC5771	55685395D	5010/0	05/08/2013	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 272 1371/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJ18604	55573534C	5541/1	28/08/2013	181 * XVII
CLW5083	55584883C	5541/1	13/08/2013	181 * XVII
CLW5083	55584888C	5541/1	15/08/2013	181 * XVII
EIJ1063	55573526C	5568/0	20/08/2013	181 * XIX
JPH9656	55584854C	5541/1	30/07/2013	181 * XVII
JSR1662	54682115E	6980/0	18/08/2013	239
MAO2807	55573531C	5541/5	27/08/2013	181 * XVII
MDZ9413	55685807D	6050/1	02/08/2013	208
MEL5112	55584865C	5541/1	18/07/2013	181 * XVII
MHC0566	54435949E	6050/1	29/07/2013	208
MJW1451	55584866C	5541/1	18/07/2013	181 * XVII
MKI0836	54436581E	5541/1	29/07/2013	181 * XVII
MKO3129	55573517C	5541/5	12/08/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

CÉLIO ROBERTO FRANCISCO

AUTORIDADE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1372/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHH3905	54434866E	6637/2	15/05/2013	R\$ 127,69	230 * IX
ALK6228	54436808E	6599/2	24/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
APU1860	54434772E	6599/2	21/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
APZ4907	55575041C	6610/2	22/05/2013	R\$ 127,69	230 * VII
APZ4907	55575042C	6637/1	22/05/2013	R\$ 127,69	230 * IX
GWK0320	54435956E	6912/0	25/04/2013	R\$ 53,20	232
IDR3785	55575020C	6610/2	14/05/2013	R\$ 127,69	230 * VII
IDR3785	55575021C	6637/2	14/05/2013	R\$ 127,69	230 * IX
IEO8812	55583914C	6599/2	30/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
IGK4552	55583913C	6599/2	30/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
IHB6134	55573289C	6602/0	04/06/2013	R\$ 191,53	230 * VI
IJK9128	54436365E	6599/2	22/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
JQH1795	54436575E	5010/0	05/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
KAD8690	54436940E	6599/2	01/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDN5628	54435874E	5118/0	27/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1373/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEE0604	54436179E	5380/0	28/05/2013	R\$ 85,12	181 * I
AEE0604	54436557E	5398/0	28/05/2013	R\$ 53,20	181 * II
AJY6290	55575052C	5410/0	08/05/2013	R\$ 85,12	181 * IV
ASN7160	54435972E	5460/0	29/04/2013	R\$ 85,12	181 * IX
BUS3842	55583902C	5525/0	25/04/2013	R\$ 85,12	181 * XV
IJK9128	54436375E	5185/1	22/05/2013	R\$ 127,69	167
JQH1795	54436574E	5835/0	05/07/2013	R\$ 127,69	195
JQH1795	54436576E	5207/0	05/07/2013	R\$ 53,20	169
JQH1795	54436577E	5215/1	05/07/2013	R\$ 191,53	170
JQH1795	54436578E	5215/2	05/07/2013	R\$ 191,53	170
LCA6089	55575089C	5452/1	24/05/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MEV2003	55573371C	5410/0	14/06/2013	R\$ 85,12	181 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

CÉLIO ROBERTO FRANCISCO

AUTORIDADE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 272 1374/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABS7325	54682351E	5010/0	17/08/2013	162 * I
ABS7325	54682352E	6599/2	17/08/2013	230 * V
ABS7325	54682353E	5274/1	17/08/2013	175
AJV3525	54682598E	6920/0	21/08/2013	233
ANE5891	54434934E	5010/0	23/08/2013	162 * I
APG5878	54682572E	6920/0	21/08/2013	233
CXD3357	54682585E	6920/0	21/08/2013	233
IHJ8818	55573669C	6610/2	13/08/2013	230 * VII
IIH4137	55573094C	6912/0	01/08/2013	232
IIS8840	55573093C	6912/0	01/08/2013	232
JPN3587	54682394E	6920/0	21/08/2013	233
LWX1457	55573540C	6610/2	04/09/2013	230 * VII
LXE0098	54436858E	6599/2	19/08/2013	230 * V
LXQ2718	54682576E	6920/0	21/08/2013	233
LXR3259	54682016E	6556/1	20/08/2013	230 * I
LXR3259	54682456E	6599/2	20/08/2013	230 * V
LXR3259	54682457E	5010/0	20/08/2013	162 * I
LXV2503	54436497E	6599/2	20/08/2013	230 * V
LXV2503	54436498E	5010/0	20/08/2013	162 * I
LXV2503	54436499E	5118/0	20/08/2013	164 c/c 162 * I
LYF7592	54682125E	6599/2	24/08/2013	230 * V
LYF7592	54682126E	5010/0	24/08/2013	162 * I
LYW6676	54435887E	5010/0	28/08/2013	162 * I
LYW6676	54435888E	5118/0	28/08/2013	164 c/c 162 * I
LZW1719	54682594E	6920/0	21/08/2013	233
MAA0923	54436737E	5010/0	23/08/2013	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAA0923	54436739E	5118/0	23/08/2013	164 c/c 162 * I
MAK5542	54682397E	6920/0	21/08/2013	233
MAZ6903	54682575E	6920/0	21/08/2013	233
MBS9070	55573071C	6610/2	29/07/2013	230 * VII
MBS9070	55573072C	6637/2	29/07/2013	230 * IX
MCD2367	54682390E	6920/0	21/08/2013	233
MCO6301	54436594E	6912/0	12/08/2013	232
MCP8521	55573075C	6610/2	30/07/2013	230 * VII
MCQ1557	54436987E	6599/2	14/08/2013	230 * V
MCR3659	54436984E	6599/2	14/08/2013	230 * V
MDD0575	54436520E	6599/2	22/08/2013	230 * V
MDE3059	54682158E	5010/0	10/08/2013	162 * I
MDM2790	55573539C	6556/1	04/09/2013	230 * I
MDW9523	54436666E	6920/0	20/08/2013	233
MFA4027	54682469E	5010/0	28/08/2013	162 * I
MFA4027	54682470E	6912/0	28/08/2013	232
MGU0284	54682132E	6912/0	24/08/2013	232
MHA5402	54682458E	6599/2	24/08/2013	230 * V
MHA5402	54682459E	5010/0	24/08/2013	162 * I
MHA5402	54682461E	5118/0	24/08/2013	164 c/c 162 * I
MIJ1919	54436589E	6912/0	12/08/2013	232
MIJ1919	54436590E	6610/2	12/08/2013	230 * VII
MIM2595	54682464E	5010/0	25/08/2013	162 * I
MIM2595	54682465E	5118/0	25/08/2013	164 c/c 162 * I
MIM2595	54682466E	6726/1	25/08/2013	230 * XVIII
MIP2102	54436296E	5010/0	18/08/2013	162 * I
MIP2102	54436297E	5118/0	18/08/2013	164 c/c 162 * I
MIP2102	54436298E	6599/2	18/08/2013	230 * V
MIP2102	54436299E	6637/2	18/08/2013	230 * IX
MKR6012	54682156E	5010/0	10/08/2013	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 272 1375/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALP3913	55573543C	5185/1	25/08/2013	167
ALP3913	55573550C	5835/0	25/08/2013	195
CLW5083	55584873C	5541/1	16/08/2013	181 * XVII
IHB6229	55573511C	5541/3	08/08/2013	181 * XVII
LXY9518	54436592E	5550/0	12/08/2013	181 * XVIII
LZT4706	55584872C	5541/1	16/08/2013	181 * XVII
MAA0923	54436738E	7048/1	23/08/2013	244 * II
MBU5892	55573512C	5568/0	08/08/2013	181 * XIX
MDE3059	54682159E	7030/1	10/08/2013	244 * I
MDL0278	55573510C	5460/0	08/08/2013	181 * IX
MDS7643	55573548C	5550/0	09/09/2013	181 * XVIII
MHA5402	54682460E	5835/0	24/08/2013	195
MIX1007	55573545C	5541/5	09/09/2013	181 * XVII
MJZ1568	54682111E	5380/0	16/08/2013	181 * I
MKE6991	55573508C	5819/1	05/08/2013	193
MKE6991	55573509C	6068/1	05/08/2013	209
MKR6012	54682157E	7030/1	10/08/2013	244 * I
MWC8157	55573691C	5541/1	27/08/2013	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

CÉLIO ROBERTO FRANCISCO

AUTORIDADE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1376/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADX8233	55573285C	6599/2	04/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
AJP2431	55573266C	5010/0	28/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
ANC9473	54436188E	6599/2	12/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
AUD1148	55573384C	6637/2	29/06/2013	R\$ 127,69	230 * IX
BNF7880	54434861E	5010/0	03/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
BNF7880	54434862E	5118/0	03/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
BNF7880	54434863E	6599/2	03/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
DJJ7058	55685366D	6653/1	23/06/2013	R\$ 127,69	230 * XI
EHV2920	55686186D	5010/0	26/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
EHV2920	55686187D	6599/2	26/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
EHV2920	55686188D	5118/0	26/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
GSM6342	54436954E	5169/1	26/04/2013	R\$ 1.915,38	165
HGS5188	54436705E	6610/2	24/05/2013	R\$ 127,69	230 * VII
HGS5188	55573005C	6610/2	11/06/2013	R\$ 127,69	230 * VII
HPB5713	54436413E	6599/2	22/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
HPB5713	54436414E	5045/0	22/05/2013	R\$ 191,53	162 * V
KIN5362	55573648C	6599/2	18/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXK3449	54434931E	5010/0	07/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXK3449	54434932E	6599/2	07/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXL0548	54434795E	6599/2	25/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXO9723	54436123E	5010/0	07/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXO9723	54436124E	6599/2	07/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYA7882	55575032C	6637/2	17/05/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LYM9845	55575044C	6556/1	23/05/2013	R\$ 191,53	230 * I
LYM9845	55575047C	6637/2	23/05/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LYN0089	55573049C	6610/2	28/06/2013	R\$ 127,69	230 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYN0089	55573050C	6637/2	28/06/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LYN0089	55573383C	6610/1	28/06/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LZD4991	54434648E	6599/2	16/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZD6873	55575036C	6556/1	17/05/2013	R\$ 191,53	230 * I
LZK2696	55583928C	6556/3	02/05/2013	R\$ 191,53	230 * I
LZN4461	55685988D	5010/0	24/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZN4461	55685989D	6599/2	24/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZN4461	55685990D	5118/0	24/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAH6408	55583918C	6610/2	30/04/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MAM4094	55573284C	6599/2	04/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBA3014	54435994E	5010/0	23/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBA6627	54436016E	5010/0	07/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBA6627	54436017E	6599/2	07/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBA6627	54436018E	5118/0	07/04/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBO6415	54435852E	5010/0	22/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBO6415	54435991E	5010/0	23/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBO9267	54435859E	6610/2	22/05/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MBU8943	54435867E	5010/0	27/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBU8943	54435868E	5118/0	27/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBU8943	54435869E	6599/2	27/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBW3149	54435976E	6599/2	20/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBZ4966	54436558E	5010/0	28/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBZ4966	54436559E	6599/2	28/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCE2191	54436318E	6599/2	29/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCI2332	55686189D	6599/2	02/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCI2332	55686190D	6912/0	02/06/2013	R\$ 53,20	232
MCI2332	55686191D	6556/1	02/06/2013	R\$ 191,53	230 * I
MCI2332	55686192D	6637/2	02/06/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MCN2431	54436433E	5010/0	13/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCN2431	54436434E	5118/0	13/06/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCN2431	54436435E	6599/2	13/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCN2431	54436436E	6556/1	13/06/2013	R\$ 191,53	230 * I
MCQ6855	55574797C	5010/0	06/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCQ6855	55574798C	6599/2	06/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCR2682	54435435E	5037/1	03/03/2013	R\$ 574,61	162 * III
MCR2682	54435440E	5134/1	03/03/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * III
MCW3153	55573021C	6556/1	18/06/2013	R\$ 191,53	230 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDA5728	55685978D	5010/0	04/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDA5728	55685980D	6599/2	04/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDD0575	54436953E	5169/1	06/04/2013	R\$ 1.915,38	165
MDE4842	54436430E	5010/0	12/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDE4842	54436431E	6599/2	12/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDE4842	54436432E	5118/0	12/06/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDI5465	54436391E	5010/0	20/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDK0482	54435597E	5010/0	23/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDK8803	55573045C	6599/2	27/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDK8803	55573046C	5010/0	27/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDX3962	54436175E	5010/0	06/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDX3962	54436176E	6556/1	06/05/2013	R\$ 191,53	230 * I
MDX3962	54436177E	6912/0	06/05/2013	R\$ 53,20	232
MDX3962	54436178E	6599/2	06/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDX6037	55685354D	5010/0	08/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEI3072	54435864E	6599/2	27/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEK3850	54436270E	6599/2	24/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEV8257	54436189E	6599/2	13/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEV8257	54436191E	5010/0	13/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEY3442	54436234E	6599/2	20/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFA4027	54436439E	5010/0	20/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFA4027	54436443E	5118/0	20/06/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFA4027	54436444E	6556/1	20/06/2013	R\$ 191,53	230 * I
MFA7904	54435478E	6912/0	28/03/2013	R\$ 53,20	232
MFF2620	54436181E	6599/2	29/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFG4336	54435810E	5274/1	05/04/2013	R\$ 191,53	175
MFG4336	54436959E	5169/1	12/05/2013	R\$ 1.915,38	165
MFG4336	54436960E	6556/3	12/05/2013	R\$ 191,53	230 * I
MFQ7219	55575094C	5010/0	28/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFR7449	54436201E	6912/0	12/04/2013	R\$ 53,20	232
MFS2639	54436440E	5010/0	17/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFS2639	54436441E	5118/0	17/06/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFS2639	54436442E	6599/2	17/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFS9402	54436966E	5169/1	28/05/2013	R\$ 1.915,38	165
MFS9402	54436967E	6599/2	28/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFT8616	54435154E	5045/0	22/06/2013	R\$ 191,53	162 * V
MGJ3252	54436817E	6599/2	29/05/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGJ3252	54436818E	5045/0	29/05/2013	R\$ 191,53	162 * V
MGN2682	54436708E	5010/0	25/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGN2682	54436709E	6599/2	25/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGY5216	54435713E	6599/2	29/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGY5216	54435714E	5010/0	29/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHN3348	54436312E	5118/0	22/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHN3348	54436313E	5010/0	22/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHN3348	54436314E	6599/2	22/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHO1152	55575040C	6599/2	20/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHO2682	55575037C	5010/0	20/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHO2682	55575038C	6599/2	20/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHW8402	54436406E	6599/2	15/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIA5721	54436372E	6599/2	22/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MID3227	54435997E	5010/0	23/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MIF4608	54436462E	6599/2	29/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MII8583	54436560E	6599/2	01/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MII8583	54436703E	6556/3	23/05/2013	R\$ 191,53	230 * I
MIL7331	54436420E	6599/2	22/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIL7331	54436421E	6912/0	22/05/2013	R\$ 53,20	232
MIT8062	54436704E	6599/2	23/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIW8388	54436403E	5010/0	12/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MIW8388	54436404E	5118/0	12/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MJB4075	55685352D	6599/2	08/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJO1031	55573025C	6602/0	19/06/2013	R\$ 191,53	230 * VI
MJV5249	54436823E	5010/0	29/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MJV5249	54436824E	5118/0	29/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MKD5169	54436716E	6599/2	31/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MKD5169	54436718E	6912/0	31/05/2013	R\$ 53,20	232
MKG1408	54436809E	5045/0	24/05/2013	R\$ 191,53	162 * V
MKO4977	54436978E	5010/0	05/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MKO4977	54436979E	6912/0	05/06/2013	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1377/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJP2431	55573267C	6041/2	28/05/2013	R\$ 127,69	207
AML3780	55685689D	5380/0	11/04/2013	R\$ 85,12	181 * I
ASV9833	54435606E	5452/3	18/06/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
CFA4641	55687443D	5541/6	20/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
CYD1680	54711338B	5541/0	24/05/2007	R\$ 53,20	181 * XVII
EHV2920	54436277E	5720/0	02/06/2013	R\$ 127,69	186 * I
HWU7716	55575088C	5541/1	24/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LRZ1813	55583901C	5541/4	25/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LXP7925	54436827E	6041/2	07/06/2013	R\$ 127,69	207
LYM0174	54436238E	6041/2	20/05/2013	R\$ 127,69	207
LYQ9212	54436240E	6050/1	20/05/2013	R\$ 191,53	208
LYT9319	55573033C	5738/0	24/06/2013	R\$ 191,53	186 * II
LYZ5168	55573381C	5568/0	26/06/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
LZN4461	55685987D	5835/0	24/05/2013	R\$ 127,69	195
MAR1319	55573019C	5541/1	17/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBJ4833	55575087C	5452/1	24/05/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MBY8066	54435573E	5185/1	19/04/2013	R\$ 127,69	167
MCK5881	55573032C	5568/0	24/06/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MCZ9494	55573358C	5568/0	03/06/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MDX1476	55575081C	5541/1	16/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDX6037	55685355D	5835/0	08/06/2013	R\$ 127,69	195
MEO3753	54435955E	7099/1	25/04/2013	R\$ 127,69	244 * V II
MEU7588	55573354C	5541/5	29/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFA7904	54435479E	5835/0	28/03/2013	R\$ 127,69	195
MFA7904	54435480E	5738/0	28/03/2013	R\$ 191,53	186 * II
MGN6958	55573293C	5568/0	06/06/2013	R\$ 127,69	181 * XIX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIF1113	55573352C	5550/0	29/05/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIH4099	54436244E	5550/0	20/05/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIL4105	54436334E	6041/2	10/06/2013	R\$ 127,69	207
MJB4075	55685351D	6050/1	08/06/2013	R\$ 191,53	208
MJV6969	54436180E	5541/5	28/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKD5169	54436717E	7048/1	31/05/2013	R\$ 191,53	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

CÉLIO ROBERTO FRANCISCO

AUTORIDADE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 272 1378/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHD8605	54435884E	5010/0	23/08/2013	162 * I
AHD8605	54435885E	5061/0	23/08/2013	163 c/c 162 * I
CSD4704	54682603E	6920/0	22/08/2013	233
IEO4653	54682389E	6920/0	21/08/2013	233
LXC6488	54682561E	6920/0	21/08/2013	233
MAJ8152	54682577E	6920/0	21/08/2013	233
MBL0885	54682388E	6920/0	21/08/2013	233
MCB9901	54436669E	6920/0	20/08/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 272 1379/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBG0425	54436493E	5452/1	08/08/2013	181 * VIII
MGI5337	55584869C	5541/1	15/08/2013	181 * XVII
MGL1485	54682135E	6173/2	25/08/2013	215 * I * a
NGO3796	55584892C	5541/1	16/08/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

CÉLIO ROBERTO FRANCISCO

AUTORIDADE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1380/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HGR8336	54435600E	6599/2	23/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
IDN3194	54434793E	6912/0	23/06/2013	R\$ 53,20	232
IDN3194	54434794E	6637/2	23/06/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MGJ8454	54435715E	5010/0	13/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGJ8454	54435716E	6599/2	13/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGJ8454	54435717E	6912/0	13/06/2013	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1381/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHZ8021	55573018C	5193/0	17/06/2013	R\$ 191,53	168
MAZ9003	55573017C	5568/0	17/06/2013	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

CÉLIO ROBERTO FRANCISCO

AUTORIDADE TRANSITO

Nova Trento

PREFEITURA

Classificação Parcial Edital Processo Seletivo Nº 11/2013

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO PARCIAL DOS CANDIDATOS INSCRITOS AO CARGO CONFORME EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 11/2013 DE 25/09/2013.

EDITAL 11/2013

CARGO MOTORISTA I	
Classificação	Nome completo
01	Alvocir Til

Nova Trento, 07 de outubro de 2013.

LUIZ CARLOS ORSI

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Orleans

PREFEITURA

Pregão Presencial 21/2013

SAMAE DE ORLEANS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.21/2013

O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans-SC, torna publico que encontra-se aberto o Pregão Presencial n.21/2013 cujo objeto é Aquisição material de construção. A entrega de documentação e propostas até 13hr 45min do dia 23 de outubro de 2013. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações do SAMAE na Rua Edgard Cunha, 322, Bairro Conde D'eu, Orleans, pelo Telefone (48) 34660233 e por e-mail: licitação@samaeorleans.sc.gov.br

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

SAMAE ORLEANS

Palhoça

PREFEITURA

Lei Nº 3.892, de 04 de Outubro de 2013

LEI Nº DE 3.892, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013.

CONVÊNIO. Associação Empresarial de Palhoça - ACIP, com intervenção da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina - FACISC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Empresarial de Palhoça - ACIP, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ 73.278.152/0001-24, com sede na Praça 7 de setembro, n. 10, Centro, Palhoça/SC, CEP 88.130-200, com intervenção da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina - FACISC, inscrita no CNPJ n. 78.354.636/0001-29, tendo como objetivo a operacionalização do fornecimento de Vale-Alimentação, através da exclusiva emissão, utilização e administração de cartões magnéticos denominados UTIL Alimentação, apto a receber crédito em dinheiro correspondentes carga dos cartões, aos servidores públicos municipais usuários, detentores de cargo de provimento efetivo, aos detentores de cargos comissionados e aos que exerçam funções temporárias, integrantes do Quadro de Pessoal da Administração Pública Municipal, inclusive autárquica e fundacional, a ser efetuado a custo zero.

Art. 2º A despesa com a execução desta Lei, corre por conta da dotação específica do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 04 de outubro de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1.567, de 04 de Outubro de 2013.

DECRETO Nº 1.567, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013.

INSTITUI COMISSÃO DE PERÍCIA MÉDICA OFICIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Perícia Médica Oficial dos servidores públi-cos do Município de Palhoça.

Art. 2º A Comissão de Perícia Médica Oficial será composta por 04 (quatro) membros, sendo um suplente.

Parágrafo Único. Os membros da Comissão de Perícia Médica Oficial serão de-signados por ato específico da Secretaria de Administração Municipal.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 04 de outubro de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2663/2013

PORTARIA Nº 2663/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, NIKOLAS BONFIM DUTRA, estudante regu-larmente matriculada no Curso de Engenharia Elétrica da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, nos termos estabelecidos pelo artigo 92 da Lei Complementar nº. 25, de 14 de feve-reiro de 2005, com a redação dada pelo artigo 11 da

Lei Complementar nº. 28, de 30 de junho de 2005, e pelo Decreto nº. 186, de 16 de novembro de 2005, com início em 02/09/13 término em 02/09/14 com carga horária de 25 (vinte e cinco horas semanais), na Secretaria do Planejamento.

Palhoça, SC, em 28 de agosto de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 2664/2013
PORTARIA Nº 2664/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013.

RESOLVE:
CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, LUANA SOUZA MARTINS, estudante regularmente matriculada no Curso Nível Médio da Escola de Educação Básica Governador Ivo Silveira, nos termos estabelecidos pelo artigo 92 da Lei Complementar nº. 25, de 14 de fevereiro de 2005, com a redação dada pelo artigo 11 da Lei Complementar nº. 28, de 30 de junho de 2005, e pelo Decreto nº. 186, de 16 de novembro de 2005, com início em 02/09/13 término em 31/12/2013, com carga horária de 20 (vinte horas semanais), na Superintendência de Trânsito - CIRETRAN.

Palhoça, SC, em 28 de agosto de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 2665/2013
PORTARIA Nº 2665/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013.

RESOLVE:
CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, ADEMIR SANTINO MARTINS JUNIOR, estudante regularmente matriculada no Curso Nível Médio da Escola de Educação Básica Governador Ivo Silveira, nos termos estabelecidos pelo artigo 92 da Lei Complementar nº. 25, de 14 de fevereiro de 2005, com a redação dada pelo artigo 11 da Lei Complementar nº. 28, de 30 de junho de 2005, e pelo Decreto nº. 186, de 16 de novembro de 2005, com início em 02/09/13 término em 31/12/2013, com carga horária de 20 (vinte horas semanais), na Secretaria de Administração - Informática.

Palhoça, SC, em 28 de agosto de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 2740/2013
PORTARIA Nº 2740/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013.

RESOLVE:
CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, LUIZ EDUARDO DA SILVA, estudante regularmente matriculada no Curso Nível Médio da Escola de Educação Básica Irmã Maria Tereza, nos termos estabelecidos pelo artigo 92 da Lei Complementar nº. 25, de 14 de fevereiro de 2005, com a redação dada pelo artigo 11 da Lei Complementar nº. 28, de 30 de junho de 2005, e pelo Decreto nº. 186, de 16 de novembro de 2005, com início em 04/09/13 término em 31/12/2013, com carga horária de 20 (vinte horas semanais), na Superintendência de Trânsito - CIRETRAN.

Palhoça, SC, em 30 de agosto de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3003/2013
PORTARIA Nº 3003/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013.

RESOLVE:
CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, EVILYN BEPLER, estudante regularmente matriculada no Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina - UNISUL, nos termos estabelecidos pelo artigo 92 da Lei Complementar nº. 25, de 14 de fevereiro de 2005, com a redação dada pelo artigo 11 da Lei Complementar nº. 28, de 30 de junho de 2005, e pelo Decreto nº. 186, de 16 de novembro de 2005, com início em 24/09/13 término em 24/09/14, com carga horária de 25 (vinte e cinco horas semanais), na Procuradoria Geral do Município.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3079/2013
PORTARIA Nº 3079/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013.

RESOLVE:
CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, THAIS SILVEIRA DALRI, estudante regularmente matriculada no Curso de Engenharia Civil da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, nos termos estabelecidos pelo artigo 92 da Lei Complementar nº. 25, de 14 de fevereiro de 2005, com a redação dada pelo artigo 11 da Lei

Complementar nº. 28, de 30 de junho de 2005, e pelo Decreto nº. 186, de 16 de novembro de 2005, com início em 30/09/13 término em 30/09/14, com carga horária de 25 (vinte e cinco horas semanais), na Águas de Palhoça.

Palhoça, SC, em 25 de setembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3031/2013.
PORTARIA Nº. 3031/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora PATRICIA ADELAIDE DA SILVA, matrícula nº. 800230, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura. A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.
Pelo período de até o final do ano, a contar de 04/09/2013, de acordo com às folhas 45 e 46.

Palhoça, SC, em 25 de setembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3032/2013.
PORTARIA Nº. 3032/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora IVANA MARIA SOARES, matrícula nº. 800636, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura. A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.
Pelo período de até o final do ano, a contar de 21/09/2013, de acordo com às folhas 32 e 33.

Palhoça, SC, em 25 de setembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3033/2013.
PORTARIA Nº. 3033/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARGARETE SILVA DE PINHO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Padre Réus da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 09/09/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 25 de setembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3034/2013.
PORTARIA Nº. 3034/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO IVONETE DOS SANTOS WAGNER, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Padre Réus da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 02/09/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 25 de setembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3035/2013.
PORTARIA Nº. 3035/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SONIA TERSINHA MORAES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Padre Réus da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 02/09/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 25 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Pregão Presencial Nº 186/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 186/2013

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 22 de outubro de 2013, às 14:00, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 186/2013, que tem por objeto a aquisição de materiais elétricos para a Secretaria de Administração, neste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 07 de outubro de 2013.
A PREGOEIRA.

Resultado Pregao 159-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL
159/2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 159/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de peças para manutenção de roçadeiras e materiais para proteção dos funcionários da Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e da Pesca, deste Município, de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

HP & E COMERCIAL LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar no lote 01, totalizando R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).

SANTOMAQ TRATORES PEÇAS SERVIÇOS IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA ficou classificada em 1º lugar nos lotes 02, 03, 04 e 05, totalizando R\$ 17.790,00 (dezessete mil, setecentos e noventa reais).

Palhoça, 07 de outubro de 2013.

CÂMARA MUNICIPAL**Edital Material de Limpeza e Copa Carta Convite Nº 008/2013**

EDITAL DE LICITAÇÃO

CARTA CONVITE nº. 008/2013

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

UNIDADE EXECUTORA: CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

1. REALIZAÇÃO

A Câmara Municipal de Palhoça torna público e dá ciência aos interessados que realizará em sua sede, na sala do Departamento de Compras e licitações, sito na Rua Joci José Martins, 101, Palhoça SC, que até o dia 17 de outubro de 2013 às 13:30 horas, receberá os envelopes de habilitação e propostas e a abertura dos envelopes de habilitação do respectivo processo, será realizada no mesmo dia às 14:00, para a aquisição de Material Limpeza e utilidades para copa.

2. Objeto

2.1. A presente licitação tem como objeto Aquisição de Material de Limpeza e utilidades para copa, conforme especificações e quantidades contidas no anexo I, e Ordem de Serviço encaminhada pela Presidência desta Casa Legislativa.

2.2. Fazem parte integrante deste edital os anexos, I, II, III, IV, V, VI e VII.

3. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

3.1. As empresas proponentes deverão apresentar os documentos de habilitação e propostas em 02 (dois) envelopes distintos, fechados e lacrados que, obrigatoriamente,

Deverão conter, externamente, a indicação do seu conteúdo, ou seja:

ENVELOPE I DOCUMENTAÇÃO

Câmara Municipal de Palhoça

CONVITE nº. /2013

(Nome da Empresa)

ENVELOPE II PROPOSTA PREÇO

Câmara Municipal de Palhoça

CONVITE nº. /2013

(Nome da Empresa)

3.2. Os documentos exigidos nos dois envelopes poderão ser apresentados em original, ou qualquer processo de cópias autenticadas, ou publicação em órgão de imprensa oficial.

Poderá ainda a Comissão de Licitação autenticar as cópias, a vista do original antes do início da licitação.

3.3. Análise das amostras apresentadas para o processo licitatório Carta Convite nº 00/2013 - Material de limpeza, será no mesmo dia da abertura da proposta comercial.

4. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO ENVELOPE I

4.1. O ENVELOPE I deverá conter a documentação para habilitação, em 1 (uma) via.

A documentação deverá ser a seguinte:

a) Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, de plena e total aceitação dos termos do edital e seus anexos (anexo

II);

b) declaração, assinada pelo representante legal da empresa, informando que comunicará fato superveniente e impeditivo de habilitação (anexo III);

c) Declaração específica assinada pelo representante legal da empresa, de que não foram declarados INIDÔNEOS para licitar ou contratar com o poder público, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 (anexo IV);

d) Certidão negativa conjunta de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união;

e) Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

f) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; fornecido pela Caixa Econômica Federal;

g) Certidão de regularidade de situação, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);

h) Certidão da DRT (Delegacia Regional do Trabalho) ou Declaração de que não emprega menor, conforme artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal (anexo V).

As Empresas de Pequeno Porte – EPP ou Microempresas deverão apresentar os seguintes documentos, além dos elencados acima:

I) Declaração que não se inclui no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, quando for o caso, (anexo VI);

j) Certidão Negativa de Débito Trabalhistas (CNDT);

4.2. Os licitantes Convidados poderão ainda apresentar, dentro do envelope I, o cartão de cadastro da Prefeitura Municipal de Palhoça, atualizado no ano de 2013, em substituição aos documentos propostos no item 4.1 alíneas d, e, f, g e h. Se algum dos itens referidos no cartão de cadastro, estiver com validade vencida, deverá o licitante apresentar junto com o referido cartão, dentro do envelope I, novo documento que comprove a sua regularidade.

4.3. Os licitantes não convidados deverão cadastrar-se ou manifestar seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação da proposta, conforme determina o art. 22, § 3º da Lei 8.666/93 e apresentar a documentação arrolada no item 4.1.

5. PROPOSTA

5.1. O ENVELOPE II deverá conter a PROPOSTA atendendo as condições exigidas pelo edital, em 01 (uma) via digitada, com identificação da empresa, assinada, sem rasuras ou emendas e entregue na data, hora e local estabelecidos no Edital, que deverá constar expressamente:

Quantidade, preço unitário e total (em moeda nacional, com dois dígitos decimais) dos itens propostos;

b) Prazo de validade da proposta mínimo de 90 (noventa) dias; não havendo a declaração será considerado como aceito o prazo mínimo solicitado neste edital.

5.2. No preço ofertado deverão estar incluídos os custos de materiais, serviços, equipamentos, ferramentas, utensílios, transporte; todas e quaisquer despesas decorrentes de impostos, taxas, encargos sociais, das obrigações trabalhistas e previdenciárias que recaiam sobre os serviços contratados, sem qualquer ônus ou solidariedade por parte da Câmara Municipal de Palhoça.

5.3. Serão consideradas inexequíveis, as propostas cujo valor global seja inferior ao limite de exequibilidade, calculado da seguinte forma: (fórmula retirada de parecer da Editora Zênite, sendo este elaborado pelo economista Judas Tadeu Grassi Mendes).

a) CÁLCULO DA MÉDIA DOS VALORES DA PROPOSTA: somam-se os valores das propostas e divide-se o resultado obtido pelo número de propostas apresentadas;

b) CÁLCULO DO DESVIO MÉDIO: subtrai-se da média encontrada, o valor de cada proposta, separadamente, desprezando-se os sinais negativos em relação à média, o desvio médio é a media das diferenças de preços;

c) CÁLCULO DO LIMITE DE EXEQUIBILIDADE: deduz-se da média

das propostas (letra A), o dobro do desvio médio (letra B), chegando-se desta forma ao valor limite de exequibilidade;

5.4. Quando a empresa habilitada tiver sua proposta considerada inexequível, deverá à mesma apresentar demonstração de sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto da licitação, conforme disposição do artigo 48, II da Lei Federal nº. 8.666/93.

6. PROCEDIMENTO E JULGAMENTO

6.1. No local e hora indicados no item 1 deste Edital, a Comissão receberá os envelopes contendo as documentações e propostas dos licitantes, na forma dos itens 3, 4 e 5.

6.2. A Comissão de Licitação solicita aos licitantes proponentes que se façam presentes às reuniões ou que se façam representar, por pessoa credenciada, mediante a apresentação de documento adequado (procuração ou carta de representação) entregue junto com os envelopes, a fim de que possam manifestar-se durante as reuniões.

6.3. Para fins de julgamento e classificação das propostas, será vencedora a licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital e ofertar o MENOR PREÇO POR LOTE.

6.4. Abertos os trabalhos pela Comissão, considerar-se-á encerrado o prazo de recebimento dos envelopes números I e II, não sendo tolerados atrasos, bem como nenhum outro documento será recebido e nem serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou modificações à documentação e propostas apresentadas.

6.5. Aberto o ENVELOPE I DOCUMENTAÇÃO/HABILITAÇÃO, os documentos serão apresentados a todos os proponentes e rubricados folha por folha pelos representantes legais e pelos membros da Comissão, não implicando a rubrica aposta em reconhecida validade dos mesmos ou à proposta apresentadas.

6.6. O Presidente da Comissão de licitação avaliará se a promulgação do resultado da fase de habilitação será efetuada no mesmo dia da abertura do Envelope I DOCUMENTAÇÃO/HABILITAÇÃO, ou designará dia, hora e local para a promulgação de resultado da fase de habilitação, rubricando os licitantes e a Comissão de Licitação, os envelopes II PROPOSTA.

6.7. Para efeitos do Edital serão considerados inabilitados os proponentes que deixarem de apresentar no todo ou em parte da documentação solicitada, ou apresentá-la com vícios ou defeitos substanciais que dificultem o seu entendimento, exceto as licitantes enquadradas como Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte EPP, devendo nestes casos ser observado os itens 13.2 a 13.6 deste ato convocatório.

6.8. Promulgando o resultado da fase documentação/habilitação, se todos os concorrentes, habilitados ou não, desistirem da faculdade de interpor recurso, a Comissão lavrará a Ata Circunstancial do evento e procederá de imediato a abertura dos envelopes II, desde que não ocorra a situação elencada nos itens 13.2 a 13.6 deste ato convocatório.

6.9. Se houver recursos, estes deverão ser interpostos no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data de publicação do resultado de habilitação.

6.10. Os recursos referentes à fase de habilitação terão efeito suspensivo e deverão ser dirigidos, por escrito, ao Presidente da Câmara Municipal, através da Comissão de Licitação e, protocolados no Departamento de Licitações, devendo constar no envelope o número da respectiva licitação.

6.11. Encerrada a fase recursal referente à habilitação, os proponentes inabilitados terão o seu envelope II devolvido, indevassado e não participarão da fase seguinte da licitação.

6.12. No local, dia e hora previamente designados pela Comissão e comunicado aos licitantes, serão abertos os envelopes II PROPOSTA, na presença dos proponentes ou seus representantes legais, que juntamente com a Comissão Julgadora, rubricarão folha a folha as propostas apresentadas.

6.13. Ocorrendo empate conforme estabelecido no item 13.7, a

Comissão de Licitação procederá da seguinte forma:

6.13.1. A Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, sendo o objeto licitado adjudicado em seu favor;

6.13.2. No caso de não ocorrer à contratação na forma do item 6.13.1., serão convocadas as Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte EPP que estiverem enquadradas no critério do item 13.8, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

6.13.3. Se houver equivalência nos valores das propostas apresentadas pelas Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte EPP, será realizado sorteio público, possibilitando, assim, a identificação daquela que apresentará proposta em primeiro lugar;

6.14. No caso de não ocorrer à contratação conforme o item 6.13, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

6.15. O disposto no item 6.13 só será aplicado quando a melhor proposta ofertada não for apresentada por Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte EPP;

6.16. O prazo para apresentação de nova proposta será de vinte e quatro (24) horas, a partir da notificação da licitante. A nova proposta poderá ser enviada via fax, mas a original deverá ser entregue dentro do prazo supracitado;

6.17. Serão DESCLASSIFICADAS as propostas que:

a) Estiverem em desacordo com as condições estabelecidas neste procedimento

Licitatório;

b) Contiverem omissões, rasuras, entrelinha ou forem ilegíveis;

c) Quando se basearem em propostas de outros licitantes;

d) Apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.

e) Estejam acima do percentual estabelecido no item 13.8 deste edital, sendo elas Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte - EPP.

6.18. A Comissão eliminará previamente as propostas que conflitarem com este Edital, que não atenderem a todos os requisitos constantes das especificações ou que apresentarem preços exageradamente elevados.

6.19. Dentre as propostas aceitas será vencedora a que apresentar MENOR PREÇO POR LOTE de acordo com o item 6.3, classificando-se as demais por ordem crescente dos preços propostos.

6.20. A comissão de licitação, previamente verificará os cálculos contidos na proposta e constatado erro, procederá a sua correção do seguinte modo:

I O erro de multiplicação ou divisão de preço unitário pela qualidade correspondente, terá corrigido o seu produto ou resultado.

II O erro de adição ou subtração será retificado tomando as parcelas corrigidas e substituindo o total proposto pelo corrigido.

6.21. Após a promulgação do vencedor, será aberto o prazo para recursos de 02 (dois) dias úteis contados da divulgação do resultado, que deverão ser interpostos conforme previsto no item 6.10.

6.22. A Câmara Municipal de Palhoça reserva-se o direito de aceitar, no todo ou em parte, qualquer proposta, ou rejeitar todas, sem que assistam os proponentes direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

6.23. Em caso de empate entre 02 (duas) ou mais propostas a Comissão, obedecerá ao disposto no parágrafo 2º do art. 45 da Lei 8.666/93.

6.24. A Comissão, através de seu presidente designará dia, hora e local para proclamar o resultado do julgamento e o vencedor da licitação, sendo efetivada a notificação aos vencedores.

7. DO PRAZO E FORNECIMENTO

7.1. O prazo do presente contrato é de até 31/12/2013, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE, e de conformidade com a lei 8.666/93 e alterações, especialmente artigo 57, II e 2º.

7.2. A Contratada fornecerá o objeto licitado de forma parcelada,

atendendo as necessidades administrativas, após recebimento da autorização de fornecimento emitida pelo Gerente do Setor de Compras da Câmara Municipal.

8. DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

8.1. A forma de pagamento da Câmara Municipal de Palhoça é por empenho, que deverá ser originado após Autorização de Fornecimento que será expedida ao Contratado pelo Setor de Compras da Câmara Municipal.

8.2. As faturas/nota fiscais que não estiverem corretamente formuladas deverão ser devolvidas dentro do prazo de sua conferência (48 horas) à contratada e seu tempo de tramitação desconsiderado.

8.3. Somente serão pagos os valores correspondentes aos materiais e serviços efetivamente prestados e atestados na forma do item 8.2 deste Edital.

8.4. Os pagamentos serão efetuados até 15(quinze) dias subsequente ao dia que a fatura/nota fiscal for protocolada no setor Contábil da Câmara Municipal. Se ao término deste prazo coincidir com dia sem expediente na Câmara Municipal, considerar-se-á como vencimento o primeiro dia útil imediato.

8.5. A Licitação será realizada e adjudicada pelo regime de menor preço por lote.

8.6. Os preços serão fixos e irrevogáveis.

9. PENALIDADES

9.1. Caso a contratada não satisfazer os compromissos assumidos serão aplicadas as seguintes penalidades:

9.1.1. Multa de 5% - sobre o valor da NOTA FISCAL/FATURA relativa ao fornecimento, pelo descumprimento de disposição do Edital, cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;

9.1.2. Multa de 10% - sobre o valor total atualizado do Contrato, nos casos de inexecução parcial ou total, execução imperfeita ou negligência na execução do objeto contratado.

9.1.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Palhoça, conforme a seguinte graduação:

9.1.3 - a. nos casos definidos no subitem 9.1.2 acima: por 1 (um) ano;

9.1.3 - b. nos casos definidos no subitem 9.1.3 acima: por 2 (dois) anos.

9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

9.2. A multa dobrará em cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor atualizado do Contrato, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos de qualquer valor, que venham a serem causados ao erário público, e/ou rescisão.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se por culpa da CONTRATADA, houver rescisão do contrato, ser-lhe-á imposta uma multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado.

10. SANÇÕES

10.1. Caso a empresa vencedora der causa à revogação da presente contratação estará sujeita a multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado.

10.2. As multas previstas neste item não terão caráter compensatório, mas meramente moratório e o pagamento dela não exime a empresa da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato vier a acarretar.

10.3. Pela inexecução total ou parcial do disposto nas condições expostas neste Edital ou por imperícia, poderá ser revogado o presente certame, ficando a empresa sujeita às penalidades previstas no item 9.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da aquisição objeto do presente Edital correrão por conta das dotações orçamentárias descritas abaixo:
Câmara Municipal de Palhoça

Elementos

3.3.90.30.22 .00- Material de Limpeza – Lote I,II

3.3.90.30.21.00 – Material de copa e cozinha – Lote III

12. RECURSOS

Os recursos e prazos seguirão o disposto nos art. 109 e seguintes da Lei 8.666/93 e suas alterações.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A Comissão Julgadora poderá exigir, em qualquer época, documentos, informações complementares e amostra dos materiais aos proponentes, bem como realizar visitas ou vistorias em locais, equipamento ou estabelecimentos.

13.2. A comprovação da documentação referente à Regularidade Fiscal das microempresas - ME e empresas de pequeno porte EPP será exigida no momento da assinatura do contrato.

13.3. Havendo alguma restrição na comprovação da Regularidade Fiscal das microempresas ou das empresas de pequeno porte, estas não serão inabilitadas na fase de apresentação da documentação, devendo apresentar toda a documentação exigida para a comprovação da Regularidade Fiscal.

13.4. Havendo restrição na comprovação da Regularidade Fiscal a licitante (ME e EPP) terá 02 (dois) dias úteis para regularizar a documentação exigida, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame. O prazo estabelecido neste item poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração;

13.5. A não regularização da documentação, no prazo do item 13.4, implicará em decadência no direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93.

13.6. Ocorrendo a situação elencada no item 13.5 a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação para a assinatura do instrumento contratual - quando for o caso ou revogar a licitação;

13.7. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para microempresas ou empresas de pequeno porte, desde que, haja empate entre a sua proposta e de outra licitante não enquadrada nesta classificação;

13.8. Caracteriza-se como empatadas a proposta das microempresas ou das empresas de pequeno porte quando seu valor for 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada;

13.9. A licitação poderá ser revogada ou anulada a exclusivo critério da Câmara Municipal de Palhoça, mediante parecer fundamentado sem que assista aos interessados direito de indenização.

13.10. Fazem parte integrante do presente Edital, como se nele fossem transcritas, a Lei 8.666/93.

13.11. Os modelos dos equipamentos solicitados através deste processo licitatório encontram-se a disposição para consulta no Setor de Compras da Câmara Municipal de Palhoça para eventuais esclarecimentos, telefone 48 – 3242-1501.

13.12. O valor que será utilizado para este certame não poderá ultrapassar o valor total de R\$ 12.000,00(doze mil reais).

14. FORO

Fica eleito e convencionado, para fins legais e para questões derivadas desta licitação, o Foro da cidade de Palhoça, com renúncia expressa a qualquer outro.

Palhoça, 04 de outubro de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2013

MODALIDADE CARTA CONVITE Nº 008/2013

AQUISIÇÃO MATERIAL DE LIMPEZA

LOTE I

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL
01	20	BB	Álcool gel 70%,para assepsia das mãos, embalados em bombonas de 5 litros.	R\$	R\$
02	30	Caixa	Sabão em pó com branqueador óptico, alto poder de limpeza e remoção de manchas, multição com partículas de extra limpeza-embalados em caixa de 1Kg,contém tensoativos biodegradáveis, tensoativos aniônicos,fragancias,	R\$	R\$
03	10	Pacotes	Sabão em Barra 200 gramas pacotes com 5 unidades	R\$	R\$
04	36	FRS	Desinfetante exclusivo para vasos sanitários e mictórios elimina bactérias e odores desagradáveis. Perfume de pinho suave, Biodegradável, composição: ácido clorídrico, ph 0,8 a 1,5, aspecto líquido. Frasco: 700 ml com bico de saída de produto pronto uso .	R\$	R\$
05	20	Fardos	SACO P/ LIXO PRETO 20 Litros, Medindo 39x50cm, com 4 micras Embalagem: fardo com 100 peças.	R\$	R\$
06	05	Fardos	SACO P/LIXO PRETO de 100 litros Medindo 75x95cm, com 10 micras Embalagem: fardo com 100 peças.	R\$	R\$
07	10	BB	Água sanitária para limpeza geral, á base de cloro, composição química hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto, teor cloro ativo variando de 2 a 2,50%,cor levemente amarelo-esverdeada bombona de 05 litros. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	R\$	R\$
08	30	FRS	Lustra móveis cremoso de uso geral, perfumado, embalagem plástica, frasco de 200 ml.	R\$	R\$

09	50	Unidades	Detergente para louça glicerinado, biodegradável e consistente. Aplicação : remoção de gorduras de louças, talheres e panelas. Frasco de 500ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação , procedência , número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	R\$	R\$
10	10	Caixas	Copo para água de 180 ml, reforçado, conformidade ABNT. Embalagem: caixa com 25 centos de 100 unidades cada	R\$	R\$
11	15	Caixas	Copo para café de 50 ml, reforçado, conformidade ABNT. Embalagem: caixa com 25 centos de 100 unidades cada	R\$	R\$
12	30	Fardos	Papel toalha interfolhado em 100% de fibras naturais, branco, resistente e macio. Embalagem: fardo de 06 pacotes com 400 folhas cada, medida 22x23cm. 100% celulose virgem, 3 dobras, corte limpo das folhas, tecnologia folha por folha Possui laudo microbiológico e teste de irritabilidade dérmica aprovados/atualizados pelo Inst. Adolfo Lutz.	R\$	R\$
13	15	BB	Limpador multiuso, com perfume/ 5 litros, indicado para limpeza de pisos, paredes, banheiros em geral. Diluição 3% a 10%. Bombona.	R\$	R\$
14	20	unidades	Guardanapo de papel 23x22cm, pacote c/50 unid. 100% celulose - branco luxo, folha dupla.	R\$	R\$
15	20	Unidades	Sapólio cremoso, frasco com 300 ml, tensoativos aniônicos e não iônicos, espessante, alcalizantes, abrasivos, preservante, pigmentos, fragrância e veículo. Componente ativo linear alquilbenzeno sulfonato de sódio.	R\$	R\$
16	20	unidades	Aromatizador de ambiente 360 ml composição cloreto de alquil dimetil benzil amônio e cloreto de alquil dimetil etil benzil amônio 0,07%. Ingrediente: ativo solubilizante, coadjuvantes, perfume e butano/propano.		

17	06	BB	Sabonete líquido com agente naturais humectantes, perfume e poder de limpeza. Composição ácido graxo de palmiste, dietanolamida de ácido graxo de coco, corante alcalinizante, preservante, opacificante, perfume e água. Embalagem 05 litros/ Biodegradável. Pronto uso.		
----	----	----	---	--	--

AQUISIÇÃO MATERIAL DE LIMPEZA LOTE II

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL
01	40	Unidades	Toalha para louça em tecido 100% de algodão na cor branca, sem estampa medindo aproximadamente 65x38, com bainha	R\$	R\$
02	05	Unidades	Balde plástico c/alça ferro galvanizado, material resistente, com capacidade para 15 a 17 litros.		
03	30	Pacotes	Lã de aço 60 gramas formato retangular, aplicação limpeza geral , textura macia e isenta de sinais de oxidação. Composição lã de aço carbono. Pacotes com 8 unidades.	R\$	R\$
04	04	Caixa	Luva para limpeza Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho médio. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.394.	R\$	R\$
05	04	caixa	Luva para limpeza Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho pequeno. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.394.		
06	05	Unidades	Vassoura angular com cerdas especiais plumadas indicado para todos os tipos de pisos, limpa canto.	R\$	R\$
07	40	Unidades	Flanela 100% em algodão branca, medida 28x38 cm.	R\$	R\$
08	30	Pacotes	Esponja de louça dupla face (fibra e espuma), formato retangular, medindo 110x75x23mm, abrasividade média. Composição: espuma de poliuretano com bactericida, fibra sintética com abrasivo. Embalagem com 04 (quatro) unidades.	R\$	R\$

09	30	Unidades	Saca alvejada para limpeza, branca, dupla, 100% de algodão, pré-amaciado, super-resistente, com trama grossa (bem fechada), medindo aproximadamente 50x70cm, para uso doméstico. Embalada em saco plástico transparente contendo 01 unidade.	R\$	R\$
----	----	----------	--	-----	-----

LOTE III

10	01	Unidades	Escorredor de louças inox para 20 pratos com porta talheres, estrutura em aço inox, escorredor de talheres em polipropileno, dimensão 28x50, 2x29cm.		
11	02	Unidades	Colher grande para arroz toda em inox dimensão aproximadas 31x2x7cm		
12	02	Dúzia	Faca com fio serrilhado para cozinha em lâmina de aço inox, cabo em polipropileno, cor preta, dimensão 21cm.		
13	04	Unidades	Pote porta mantimentos 8,45 litros em plástico reforçado. Dimensões: 228x214x258mm Capacidade: 8 litros. Cor Branco gelo tampa reversível, conserva os alimentos por mais tempo, alta resistência livre de BPA, atóxico, vai ao freezer, micro-ondas e a máquina de lavar louças.		
14	04	Caixa	Copo todo liso de vidro 330 ml caixa com 24 unidades.		
15	02	Unidade	Chaleira, com tampa e alça em alumínio, suporte/cabo em madeira, medindo 17 cm de altura, 14 cm de boca 22 cm de fundo capacidade 5 litros.		
16	04	Unidades	Jarras toda lisa de vidro capacidade para 2 litros.		
17	02	Unidades	Canecão Reto nº18, 4 litros, fabricado 100% em alumínio.		

ANEXO II
CONVITE nº ____/2013

DECLARAÇÃO

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF nº _____ (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente). DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pela Câmara Municipal de Palhoça, na modalidade CONVITE nº ____/2013, dá plena e total aceitação dos termos do edital e seus anexos.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Palhoça, de de 2013.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO E
CARIMBO DA EMPRESA

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)

ANEXO III
CONVITE nº ____/2013

DECLARAÇÃO

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF nº _____ (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente). DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pela Câmara Municipal de Palhoça, na modalidade CONVITE nº ____/2013, declara que comunicará fato superveniente e impeditivo de habilitação.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Palhoça, de de 2013.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO E
CARIMBO DA EMPRESA

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)

ANEXO IV
CONVITE nº ____/2013

DECLARAÇÃO

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF nº _____ (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente). DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pela Câmara Municipal de Palhoça, na modalidade CONVITE nº ____/2013, que não foi declarada INIDÔNEA para licitar com o PODER PÚBLICO em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Palhoça, de de 2013.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO E
CARIMBO DA EMPRESA

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)

ANEXO V
CONVITE nº ____/2013

DECLARAÇÃO

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF nº _____ (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente), _____ DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pela Câmara Municipal de Palhoça, na modalidade CONVITE nº ____/2013, que não possui em seus quadros pessoa menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega pessoas menores de dezesseis anos.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Palhoça, de de 2013.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO E
CARIMBO DA EMPRESA

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)

ANEXO VI
CONVITE nº ____/2013**DECLARAÇÃO**

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF _____, (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente), _____ DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pela Câmara Municipal de Palhoça localidade CONVITE nº ____/2013, que não se inclui no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Palhoça, de de 2013.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO E CARIMBO DA EMPRESA

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)

ANEXO VII**MINUTA DO CONTRATO Nº 00/2013**

Contrato que entre si celebram a Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Joci José Martins, nº. 101 Loteamentos Pagani, Bairro Passa Vinte, Palhoça/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 75.813.675/0001-59, neste ato representado por seu Presidente, Senhor _____, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e a empresa _____, registrada no CNPJ sob o nº. _____ Inscrição Estadual nº. _____ neste ato representado por seu representante legal Sr _____, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do processo de licitação nº. 00/2013 – CONVITE, homologado em de de 2013, mediante sujeição mútua às normas constantes: da Lei Nº 8.666, de 21/06/93, com suas respectivas alterações; ao edital antes citado; a proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objetivo aquisição parcelado mensalmente de Aquisição de Material de Limpeza e utilidades para copa . Conforme especificado no anexo I do edital que faz parte do contrato. Sendo que, o material só será entregue mediante Autorização de Fornecimento expedida pelo Presidente ou Diretor de Compras, respeitada os limites estipulados neste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2.1 - Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos: Proposta da Contratada, Edital Convite nº. ____/2013, além das normas e instruções legais vigentes, que lhe sejam aplicáveis.

CAPITULO TERCEIRO - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entrega dos objetos licitados; que serão entregues em duas parcelas, mediante necessidade da CMP.

3.2 - O pagamento de que trata o item anterior, será efetuado mediante apresentação do termo de recebimento definitivo da Administração desta Casa Legislativa, bem como, das certidões relativas ao recolhimento a Seguridade Social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). As empresas com sede neste Município também deverão apresentar Certidão Negativa de Débito Municipal (CNDM);

3.3 - A fatura/nota fiscal deverá ser emitida no ato da entrega do objeto licitado;

3.4 - O valor total deste contrato é de R\$ (..... reais), que está contido na proposta da licitante

vencedora;

3.5 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da PROPONENTE incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto licitado, constituindo-se na única remuneração devida;

CLÁUSULA QUARTA DA COMUNICAÇÃO DO PAGAMENTO

4.1 - No ato da liquidação da despesa, oriunda deste contrato, a Câmara, pelo seu serviço de contabilidade, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos à contratada.

CLÁUSULA QUINTA DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

5.1 - A despesa deste contrato correrá por conta de recursos próprios da Câmara Municipal de Palhoça, através dos seguintes elementos: 3.3.90.30.22 .00 - Material de Limpeza – Lote I,II e 3.3.90.30.21.00 - Material de copa e cozinha – Lote III.

CLÁUSULA SEXTA DO PRAZO DO CONTRATO

6.1 – O prazo do presente contrato é a partir da data de sua assinatura até 31/12/2013, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE, e de conformidade com a lei 8.666/93 e alterações, especialmente artigo 57, II e 2º.

CLÁUSULA SETIMA DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - A contratada se obriga, ainda:

7.1.1 - A responder pelos danos causados diretamente à Câmara ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da Câmara.

7.1.2 - A manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

CLÁUSULA OITAVA DAS PENALIDADES

8.1 - Ocorrendo à inexecução parcial das cláusulas contidas no presente edital, por parte da CONTRATADA, ficará esta sujeita as seguintes penalidades:

Multa de 0,5% (zero ponto cinco por cento) do valor contratado, por dia de atraso na entrega do objeto;

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas vencidas.

Advertência por escrito;

Suspensão do direito de participar em licitações do Município até 02 (dois) anos;

Declaração de inidoneidade para licitação na Administração Municipal publicada no Diário Oficial, observados os pressupostos legais vigentes.

§ 1º As penalidades poderão ser aplicadas simultâneas, combinadas ou separadamente.

§ 2º No ato do pagamento, se tiver sido imposta multa, o valor correspondente será deduzido do crédito do fornecedor.

CLÁUSULA NONA DAS PRERROGATIVAS DA CÂMARA

9.1 - Neste contrato, será conferida a Câmara as prerrogativas de:

9.1.1 - Modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitado os direitos da contratada;

9.1.2 - Rescindir-lo, unilateralmente, nas hipóteses da Cláusula Décima Primeira;

9.1.3 - Aplicar as penalidades previstas pela inexecução total ou parcial do ajustado.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1 - Este contrato poderá ser alterado, com as devidas

justificativas:

10.1.1 - Por acordo das partes:

Quando conveniente à substituição da garantia de execução;

Quando necessária à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais;

Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de execução do objeto.

10.1.2 - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como, a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste para mais ou para menos, conforme o caso.

10.1.3 - Havendo alteração unilateral deste contrato que aumente os encargos da contratada, a Câmara deverá restabelecer, por adiantamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

10.1.4 - As cláusulas econômico-financeiras e monetárias deste Contrato poderão ser alteradas, mediante prévia concordância da contratada.

10.1.5 - Na hipótese de modificação unilateral deste Contrato, as suas cláusulas econômico-financeiras deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 - A rescisão contratual poderá ocorrer nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante formalização através de aviso por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo indenização de qualquer natureza, exceto para pagamento de serviços comprovadamente prestados;
- c) Judicialmente, na forma da legislação vigente.

Parágrafo Único Da rescisão contratual decorrerá o direito do CONTRATANTE, incondicionalmente, reter os créditos decorrentes do contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avançado, além das demais sanções estabelecidas neste contrato e em lei, para a plena indenização do Erário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO

12.1 - A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

12.2 - A nulidade não exonera a Câmara do dever de indenizar a contratada pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos, regularmente comprovada, contanto que não lhes seja imputáveis, cabendo a Câmara promover a responsabilidade que deu causa a nulidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - A contratada cabe:

13.1.1 - Recurso ao Presidente da Câmara Municipal, no prazo de cinco dias úteis a contar da intimação, nos casos de:

Rescisão do contrato pela Câmara, pelo não cumprimento de cláusulas contratuais;

Aplicação pela Câmara das penalidades de advertência, suspensão temporária ou de multa.

13.1.2 - Representação ao Presidente da Câmara Municipal, no prazo de cinco dias úteis da intimação relacionada com o objeto deste contrato, de que não caiba recurso.

13.1.3 - A intimação, na hipótese do primeiro parágrafo será feita mediante publicação na imprensa oficial; nos demais casos, pessoalmente.

13.1.4 - O Presidente da Câmara Municipal, justificadamente e presentes razões de interesse público, poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso.

13.1.5 - O recurso será dirigido ao Presidente da Câmara Municipal que deferirá a decisão no prazo de cinco dias úteis.

13.1.6 - Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

14.1 - Este contrato vincula as partes ao Edital de Licitação nº./2013 CONVITE e à proposta da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Palhoça para dirimir qualquer questão contratual com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

16.1 - Aplicam-se as execuções deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei nº. 8.666 de 21/06/93, e suas respectivas alterações, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

16.2 - Assim acordadas e ajustadas, a Câmara Municipal e Contratada assinam este Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

Palhoça, de de 2013.
CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas - 1:
CPF nº.

testemunha - 2:
CPF nº.

Publicação Dispensa Correios

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais,

RESOLVE:

1. OBJETO: O presente 2º Termo Aditivo ao Contrato Múltiplo de Prestação de Serviços e Venda de Produtos nº 9912276741, devidamente assinada. Tem por objeto a alteração do sub item 6.1, alínea "b" da Cláusula Sexta do contrato original, bem como ,prorrogar o período de vigência do contrato para o ano de 2013.

2.EMPRESA CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

3.FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso IV, da Lei de Licitações nº 8.666/93.

4.VALOR DO DESEMBOLSO DO CONTRATADO: Fica estipulado o valor de R\$ 3.300,00 (três mil trezentos reais).

5.JUSTIFICATIVA: O presente aditivo visa a contratação da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS , referente a contratação desta empresa para serviços e venda de produtos, para esta Casa Legislativa, nos termos do Artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, justifica-se tendo em vista sendo esta a única

empresa que realiza estes serviços de correios e telégrafos .

Diante das razões ora expostas e com fundamento no inciso IV, do artigo 24, da Lei 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, resolve dispensar a realização do processo licitatório para Contratação de Empresa Especializada em serviços de correios e telégrafos para o ano de 2013.

Palhoça, 24 de julho de 2013.
VEREADOR NIRDO ARTUR LUZ
Presidente da CMP

Papanduva

PREFEITURA

2ª Retificação - Processo Licitatório Nº 136/2013 Pregão Presencial

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

2ª RETIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2013 PREGÃO PRESENCIAL. Objeto: Contratação de empresa para realização de teste seletivo. Tipo: Menor Preço Global e Presencial; Entrega dos envelopes: até o dia 22 de outubro de 2013 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 22 de outubro de 2013 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 14:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (0**47) 3653-2166.

Papanduva, 07 de outubro de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 102/2013 PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 102/2013, Referente à Tomada de Preços 130/2013. Objeto: Conclusão da Unidade Básica de Saúde - UBS no Bairro São Cristóvão. Contratado: ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA - EPP, totalizando o montante de R\$ 112.499,52 (cento e doze mil, quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos). Vigência: O presente instrumento terá início na data de sua assinatura e término previsto para 90 (noventa) dias após a emissão da ordem de serviço.

Papanduva/SC, 27 de setembro de 2013
ODAIR JOSÉ LEANDRO DIAS
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Passo de Torres

CÂMARA MUNICIPAL

Concurso Público

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO
EDITAL DE CONCURSO Nº 02/2013
REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA

A Presidente da Câmara Municipal de Passo de Torres/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e emendas, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Edital de Concurso nº 01/2013, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 20/10/2013 (domingo), às 9h, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Rodrigues da Silva, sita na Rua João Pedroso, s/n, Bairro Centro, no Município de Passo de Torres/SC.

1.1. Desde já, ficam todos os candidatos convocados a comparecerem com antecedência de 1 (uma) hora ao local das provas, portando documento de identidade original que bem os identifique e esteja em bom estado de conservação, bem como o comprovante de inscrição no Concurso Público (boleto bancário devidamente quitado) e caneta esferográfica azul ou preta de ponta grossa.

1.2. Serão aceitos como documentos de identidade: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, são válidos como documento de identidade, como, por exemplo, as Carteiras do CRA, CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97) e Cédula de Identidade para Estrangeiros. NÃO SERÁ ACEITA CÓPIA DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE, MESMO QUE AUTENTICADA. Caso o candidato tenha documento de Identidade aberto, avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentre os acima citados).

2. HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES: o relatório nominal de candidatos com inscrições homologadas, assim como o relatório das inscrições não processadas por não apresentarem quitação do boleto bancário até o vencimento, conforme determina o subitem 2.4.4, Capítulo II, do Edital de Concurso nº 01/2013, Anexos I e II deste Edital, estão divulgados no Jornal de Publicações dos Atos da Câmara Municipal, bem como, em caráter meramente informativo, pelo site www.objetivas.com.br.

3. Os candidatos interessados em interpor recursos relativos às inscrições poderão fazê-lo, nos dias 07, 08 e 09/10/2013, em conformidade com o disposto no Capítulo V, do Edital de Concurso nº 01/2013, junto à Câmara Municipal, em horário de expediente.

Passo de Torres/SC, 04 de outubro de 2013.
MARLENE DUTRA VIDOR
Presidente da Câmara Municipal

Registre-se e publique-se

Anexo I

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
RELATÓRIO DE CANDIDATOS INSCRITOS POR CARGO
ANEXO I DO EDITAL DE CONCURSO Nº 02/2013 - 04/10/2013
REALIZAÇÃO OBJETIVA CONCURSOS LTDA.

SERVENTE

Nome Inscrição

ADRIANA CÂNDIDA BAUER	219
ALESSANDRA ROSA DA SILVA BUENO	225
CELIA COLARES LUIZ	204
CLARILIANE DOS SANTOS PORTELLA	214
CLARISSE MACHADO DE LIMA	209
CLEUSA SELAU BAUER	203
ELISABETE DA SILVA RIBEIRO	216
FORTUNATA VIVIANI ROSA DE MATOS	221
JUCILEIA RODRIGUES PEREIRA	231
LISIANE BARBOSA DOS SANTOS	222
MADALENA TEIXEIRA DA SILVA	227
MARIA FLAVIA SANTIAGO DE OLIVEIRA	228
MARIA VERONICA RIBEIRO LUCRECIO	226
PATRICIA LUMERTZ STEFFEN	211
RAFAEL BERG DE FREITAS	205
REJANE CARVALHO FERNANDES RAMOS	212
ROBRIGO JOSE ANTONIO	220
ROSANE BAUER STUART	223
TAIS DA SILVA MARTINS DE MELLO	224
THIAGO SOUZA VENANCIO VIANNA	206

Anexo II

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
RELATÓRIO DE INSCRIÇÕES NÃO PROCESSADAS
ANEXO II DO EDITAL DE CONCURSO Nº 02/2013 - 04/10/2013
REALIZAÇÃO OBJETIVA CONCURSOS LTDA.

201	202	207	208	210	213	215	217	218	229	230	232
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Passos Maia

PREFEITURA

Notificação de Recebimento de Recursos.

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal.

Valor: R\$ 1.608,41 (um mil seiscentos e oito reais e quarenta e um centavos).

Destinação: IGD BOLSA FAMILIA.

Data liberação: 07/10/2013

Passos Maia - SC, 07 de outubro de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Notificação de Recebimento de Recursos.

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal.

Valor: R\$ 936,55 (novecentos e trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).

Destinação: IGD - SUAS

Data liberação: 07/10/2013

Passos Maia - SC, 07 de outubro de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Pescaria Brava

PREFEITURA

Lei Nº 32/2013

Lei Nº 32/2013

FIXA PARA 1ª LEGISLATURA A INICIAR-SE EM 01/01/2013 E TÉRMINO EM 31/12/2016, O SUBSÍDIO DOS VERADORES, DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DO VICE- PREFEITO E DO PREFEITO MUNICIPAL, PARA O MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA/SC, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Pescaria Brava, no uso de suas atribuições legais de acordo com o art.29, incisos V e VI, inciso X do art.37 da Constituição Federal, e art.13º, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Pescaria Brava, e artigo 100 do novo Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Os subsídios dos vereadores, do presidente da Câmara Municipal, do vice-prefeito e do prefeito municipal serão fixados em parcela única conforme segue:

a) Vereador: R\$ 2.500,00

b) Presidente da Câmara: R\$ 4.000,00

c) Vice-Prefeito: R\$ 4.080,00

d) Prefeito: R\$ 9.880,00

Art. 2º Os subsídios dos vereadores, do presidente da Câmara, do vice-prefeito e do prefeito municipal, estabelecidos no art. 1º desta Lei, poderão ser fixados ou alterados em cada legislatura para subsequente e revistos anualmente, com a observância dos artigos 29, inciso V, VI, VII, artigo 37, inciso X, artigo 39,§4º, da Constituição Federal, com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais n.19 e 25 da CF.

Art. 3º. Além dos subsídios mensais, os vereadores, o presidente da Câmara Municipal, o vice-prefeito e o prefeito municipal perceberão, em dezembro de cada ano, na mesma data em que for pago o 13º salário aos servidores da Câmara Municipal e do Município de Pescaria Brava, a importância igual aos subsídios vigentes aquele mês.

Art.4º Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os dispositivos em contrário e, com seus efeitos jurídico e financeiros, retroativos a 1º de janeiro de 2013.

Pescaria Brava, 26 de fevereiro de 2013; 1º Ano da Instalação do Município.

ANTONIO AVELINO HONORATO FILHO

Prefeito Municipal

Lei Nº 41

ESTADADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PESCARIA BRAVA

Lei Ordinária nº 041, de 30 de agosto de 2013.

Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014-2017 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA/SC

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Os objetivos e metas da Administração para o quadriênio 2014-2017 serão financiados com os recursos previstos no Anexo I desta LEI.

Art. 2º O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Pescaria Brava para o quadriênio 2014-2017, em cumprimento ao disposto no art. 165, I, § 1º, da Constituição Federal, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, e está expresso nas planilhas do anexo II desta LEI.

Parágrafo único. Para fins desta Lei consideram-se:

I- Programa: o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - Justificativa: o conhecimento da realidade capaz de permitir a identificação, a caracterização, a mensuração e a compreensão dos principais problemas e necessidades;

III - Diretrizes: o conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

IV - Objetivos: os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

V- Ações: o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas à execução do programa;

VI - Metas: a especificação e a quantificação física dos objetivos estabelecidos.

Art. 3º As metas da Administração para o quadriênio 2014-2017,

consolidadas por programas, são aquelas constantes do Anexo II desta lei.

Art. 4º Os valores financeiros contidos nos Anexos desta Lei estão orçados a preços correntes.

Parágrafo único. O Índice de Reajuste do Orçamento Municipal de ano para ano terá como base o aumento do Valor do Produto Interno Bruto (PIB), projeção divulgada pelo Governo Federal mais a inflação estimada para o ano da elaboração do orçamento; caso esta soma (PIB estimado Inflação estimada) ultrapasse os índices estipulados neste item, os valores poderão ser majorados ou diminuídos conforme adequado.

Art. 5º A inclusão ou exclusão de programas e ações somente poderão ser promovidas mediante lei específica.

Art. 6º Fica o Poder Executivo, autorizado a alterar, mediante Decreto, os quantitativos físicos e financeiros constantes no anexo II e III quanto a Programação Físico-Financeira.

Art. 7º O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas, a fim e compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício, de forma assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 8º As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos Anexos desta LEI.

Art. 9º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pescaria Brava, 30 de agosto de 2013; 1º Ano da Instalação do Município.

ANTONIO AVELINO HONORATO FILHO

Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

Decreto Nº 2.799, de 08 de Outubro de 2013.

DECRETO Nº 2.799, DE 08 DE OUTUBRO DE 2013.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA EFEITOS DE DESAPROPRIAÇÃO, ÁREA DO IMÓVEL PARTICULAR SITUADO A RUA LUIZ ABRY, NECESSÁRIO PARA ACESSO A RUA ARTHUR REINERT E PONTE WILHELM KRUEGER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal e na conformidade do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941;

CONSIDERANDO, a necessidade do acesso a Rua Arthur Reinert e a Ponte Wilhelm Krueger sobre o Rio do Testo para implementação do sistema viário do Município de Pomerode; e,

CONSIDERANDO, a elaboração pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento da Cidade da planta baixa da área do imóvel a ser desapropriado para, efetivamente, dar sequência na viabilidade de tráfego na mencionada via;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para ser desapropriada

judicialmente ou adquirida mediante acordo, a seguinte área de terras, localizada a Rua Luiz Abry, necessário para viabilização de acesso à Rua Arthur Reinert e Ponte Wilhelm Krueger, com as seguintes características:

I - Parte do imóvel de área total escriturada, de DOIS MIL, SEISCENTOS E QUATRO METROS E QUINZE DECÍMETROS QUADRADOS (2.604,15 m²), situado neste município de Pomerode, na Rua Luiz Abry, de forma irregular, contendo a área a ser desapropriada de VINTE E TRÊS METROS E OITENTA E NOVE DECÍMETROS QUADRADOS (23,89 m²), de forma triangular, dividido em três linhas, a primeira fazendo frente em 8,70m (oito metros e setenta centímetros) com a Rua Luiz Abry, a segunda, extremando pelo lado direito em 8,32m (oito metros e trinta e dois centímetros) com a Rua Arthur Reinert (Lei nº 2566 de 19 de agosto de 2013), a terceira, em linha sinuosa de 12,50m (doze metros e cinquenta centímetros) margeando com terras de Douglas Schneider Strassmann (Matrícula nº 8173), não contendo edificações a área a ser desapropriada, sendo o imóvel matriculado no Registro de Imóveis da Comarca de Pomerode sob o nº 8173.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, em 08 de outubro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

Extrato de Contrato 014/2013 - FUNREBOM

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 014/2013 - FUNREBOM

Partes: Município de Porto União e a empresa Leme & Ribas Engenharia e Arquitetura Ltda - ME.

Objeto: execução da reforma e ampliação das instalações da 3ª Cia de Bombeiros Militares de Porto União, de uma área total de 1.102,16 m² incluindo material e mão de obra.

Valor total: R\$ R\$ 74.459,83 (Setenta e quatro mil e quatrocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e três centavos).

Vigência: será de 10 (dez) meses, contados a partir da data de assinatura do presente Instrumento.

Base legal: Tomada de Preços 001/2013 - FUNREBOM, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 02 de Outubro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Leme & Ribas Engenharia e Arquitetura Ltda - ME.
Contratada.

Termo de Homologação da Tomada de Preços 001/2013 - FUNREBOM

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 006/2013 - FUNREBOM

Tomada de Preços 001/2013 - FUNREBOM

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Leme & Ribas Engenharia e Arquitetura Ltda - ME.

Porto União SC, 02 de Outubro de 2013.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto 3643

DECRETO Nº 3643, 27 de setembro de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2013 FMS"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3234/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 036/2013 FMS, de 21.08.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- SOCIEDADE BLUMENAUENSE DE ENSINO E CULTURA LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

27 de setembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 3643/2013

Pregão Presencial Nº 036/2013FMS de 21.08.2013

Objeto da Licitação: Contratação de instituição de Ensino Superior e ou/ Ensino Técnico Profissionalizante em Saúde, que executará os projetos de Educação Permanente para profissionais das Secretarias Municipais e Regionais de Saúde e Gestores de saúde Municipais e Regionais do Alto Vale do Itajaí, que fazem parte do Plano de Ação Regional de Educação Permanente.

Participantes: SOCIEDADE BLUMENAUENSE DE ENSINO E CULTURA LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante:

SOCIEDADE BLUMENAUENSE DE ENSINO E CULTURA LTDA.

Decreto 3653

DECRETO Nº 3653, de 02 de outubro de 2013.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.358, de 13/12/2012 e Lei nº 5.405, de 02/10/2013.

DECRETA:

Art. 1º-

Ficam suplementadas até o limite de R\$ 503.000,00 (quinhentos e três mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.02 Departamento Pedagógico de Ensino

2.030 Manutenção do Ensino Infantil

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 Aplicações Diretas

00.00.001 Recursos Educação R\$ 462.000,00

00.00.004 Fundeb 40% R\$ 41.000,00

TOTAL R\$ 503.000,00

Art. 2º-

Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 503.000,00 (quinhentos e três mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.01 Gabinete do Secretário de Educação

2.028 Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 Aplicações Diretas

00.00.000 Recursos Ordinários R\$ 52.000,00

08.02 Departamento Pedagógico de Ensino

2.029 Manutenção do Ensino Fundamental

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 Aplicações Diretas

00.00.001 Recurso Educação R\$ 190.000,00

2.066 Manutenção do Ensino Infantil

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.50.00 Transf. a instituições privadas sem fins lucrativos

00.00.004 Fundeb 40% R\$ 41.000,00

2.068 Manutenção das Atividades Pedagógicas

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 Aplicações Diretas

00.00.001 Recursos Educação R\$ 60.000,00

08.03 Departamento de Apoio Administrativo

2.031 Manutenção do Departamento Administrativo

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 Aplicações Diretas

00.00.001 Recursos Educação R\$ 160.000,00

TOTAL R\$ 503.000,00

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

02 de outubro de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto 3655

DECRETO Nº 3655, de 03 de outubro de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 093/2013"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3234/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 093/2013, de 03.10.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- Comercial Agrícola Alto Vale Ltda;
- Comercial de Frutas e Verduras Simão Ltda ME;
- Panificadora Coelho Neto Ltda;
- Princesa Comércio e Transportes Ltda EPP.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

03 de outubro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 3655/2013

Pregão Presencial Nº 093/2013 de 03.10.2013

Objeto da Licitação: Aquisição de frutas, verduras, ovos, pão francês e leite tipo C, para atender o setor de merenda escolar. Secretaria Municipal de Educação.

Participantes:

- Comercial Agrícola Alto Vale Ltda;
- Comercial de Frutas e Verduras Simão Ltda ME;
- Comércio de Frutas e Verduras Nunesmann Ltda;
- Panificadora Coelho Neto Ltda;
- Princesa Comércio e Transportes Ltda EPP.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- Comercial Agrícola Alto Vale Ltda;
- Comercial de Frutas e Verduras Simão Ltda ME;
- Panificadora Coelho Neto Ltda;
- Princesa Comércio e Transportes Ltda EPP.

Decreto 3656

DECRETO Nº 3656, de 03 de outubro de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2013"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3234/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 010/2013, de 06.09.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- Fronza Comércio de Gás Ltda EPP.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

03 de outubro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CLAUDIA MARA FRONZA DA SILVA

Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

ANEXO AO DECRETO Nº 3656/2013

Pregão Presencial Nº 010/2013 de 06.09.2013

Objeto da Licitação: Registro de preços para aquisição de cargas de gás para atender o CREAS. Fundo Municipal de Assistência Social.

Participante:

- Fronza Comércio de Gás Ltda EPP.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante:

- Fronza Comércio de Gás Ltda EPP.

Decreto 3657

DECRETO Nº 3657, de 03 de outubro de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2013"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3234/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 086/2013, de 02.09.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- Aliança Hospitalar Ltda ME;
- Altermed Material Médico Hospitalar Ltda;
- M. Dias Comércio de Produtos Hospitalar Ltda;
- Metromed Com. de Material Médico Hospitalar;
- Olimed Material Hospitalar Ltda;
- Sermedical ARP Equipamentos Hospitalares;
- Triade Farmacêutica Ltda - EPP.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

03 de outubro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 3657/2013

Pregão Presencial Nº 086/2013 de 02.09.2013

Objeto da Licitação: Aquisição de materiais de primeiros socorros e de resgate, para uso em ocorrência atendidas pelo Corpo de Bombeiros de Rio do Sul.

Participante:

- Aliança Hospitalar Ltda ME;
- Altermed Material Médico Hospitalar Ltda;
- M. Dias Comércio de Produtos Hospitalar Ltda;
- Metromed Com. de Material Médico Hospitalar;
- Olimed Material Hospitalar Ltda;
- Qualymedic Com. Assist. Tec. Ltda EPP;
- Sermedical ARP Equipamentos Hospitalares;
- Triade Farmacêutica Ltda - EPP.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante:

- Aliança Hospitalar Ltda ME;
- Altermed Material Médico Hospitalar Ltda;
- M. Dias Comércio de Produtos Hospitalar Ltda;
- Metromed Com. de Material Médico Hospitalar;
- Olimed Material Hospitalar Ltda;
- Sermedical ARP Equipamentos Hospitalares;
- Triade Farmacêutica Ltda - EPP.

Decreto 3660

DECRETO Nº 3660, de 04 de outubro de 2013.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.358, de 13/12/2012 e Lei nº 5.407, de 03/10/2013.

DECRETA:

Art. 1º-

Fica suplementada até o limite de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.02 Departamento Pedagógico de Ensino

2.030 Manutenção de Ensino Infantil

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

TOTAL R\$ 140.000,00

Art. 2º-

Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

10.03 Departamento de Obras e Melhorias Viárias

2.038 Manutenção Depto de Obras e Melhorias Viárias

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

TOTAL R\$ 140.000,00

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

04 de outubro de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto 3661

DECRETO Nº 3661, de 04 de outubro de 2013.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.358 de 13/12/12.

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas na importância de R\$ 338.115,60 (trezentos e trinta e oito mil, cento e quinze reais e sessenta centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.087 BLFAB - FARMÁCIA BÁSICA

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 Aplicações diretas

00.00.067 Assistência Farmacêutica Básica R\$ 26.885,00

2.097 AÇÕES DE SAÚDE COM RECURSO DO ESTADO

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 Aplicações diretas

00.00.012 Convênio do Estado - Saúde R\$ 311.230,60

TOTAL R\$ 338.115,60

Art. 2º - Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 338.115,60 (trezentos e trinta e oito mil, cento e quinze reais e sessenta centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.087 BLFAB - FARMÁCIA BÁSICA

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 Investimento

4.4.90.00 Aplicações diretas

00.00.067 Assistência Farmacêutica Básica R\$ 26.885,00

2.097 AÇÕES DE SAÚDE COM RECURSO DO ESTADO

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.50.00 Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

00.00.012 Convênio do Estado - Saúde R\$ 311.230,60

TOTAL R\$ 338.115,60

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Prefeito.

04 de outubro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

Decreto 3662

DECRETO Nº 3662, de 04 de outubro 2013.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.358 de 13/12/12

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 311.230,60 (trezentos e onze mil, duzentos e trinta reais e sessenta centavos), por conta do Superavit Financeiro verificado no exercício anterior na conta-corrente nº 40.016-7, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.358/2012, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.097 AÇÕES DE SAÚDE COM RECURSO DO ESTADO

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.50.00 Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

00.03.0054 Convênios do Estado - Saúde - Exerc. Anteriores R\$ 311.230,60

TOTAL R\$ 311.230,60

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

04 de outubro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto 3663

DECRETO Nº 3663, de 04 de outubro de 2013.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.358 de 13/12/12.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Sul:

50.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

50.02 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA FEDERAL

1.108 IGDSUAS - Índice de Gestão Descentralizada

3.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

3.3.00.00 INVESTIMENTOS

3.3.90.00 Aplicações Diretas

00.01.0052 Outras Transf. de Rec. Fundo de Ass. Social - FNAS
R\$ 2.000,00

TOTAL R\$ 2.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Sul:

50.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

50.02 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA FEDERAL

1.108 IGDSUAS - Índice de Gestão Descentralizada

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 INVESTIMENTOS

4.4.90.00 Aplicações Diretas

00.01.0052 Outras Transf. de Rec. Fundo de Ass. Social - FNAS
R\$ 2.000,00

TOTAL R\$ 2.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

04 de outubro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto 3664

DECRETO Nº 3664 de 07 de outubro de 2013.

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR OS COMITÊS ESTRATÉGICO E GERENCIAL E A COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DOCUMENTAL DO SISTEMA DE ARQUIVOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL (SIARQ/RS)." "

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, nos termos da Lei nº 2956/1994 e o Decreto nº 3452, de 19 de junho de 2013,
DECRETA:

Art.1º - Ficam nomeados para compor o Comitê Estratégico, de acordo com o artigo 4º do Decreto nº 3452, de 19 de junho de 2013, os seguintes membros:

I) Secretaria Municipal de Administração:

a. Titular: Givanildo Silva - Secretário Municipal de Administração
b. Suplente: Jullian Hermann Creutzberg

II) Fundação Cultural:

a. Titular: Willian Walter Sieverdt - Superintendente da Fundação Cultural

b. Suplente: Marcelo Luis Rossa

III) Secretaria Municipal da Fazenda:

a. Titular: Rubens Augusto Schwarz Menslin - Secretário Municipal de Fazenda

b. Suplente: Ronaldo Da Rocha

IV) Secretaria Municipal da Educação:

a. Titular: Regina Garcia Ferreira - Secretária Municipal de Educação

b. Suplente: Luis Carlos Visentainer

V) Secretaria Municipal da Saúde:

a. Titular: Luiz Carlos Zanis - Secretário Municipal de Saúde

b. Suplente: Ercides Pfitter

VI) Procuradoria-geral do Município:

a. Titular: Giovani Galvan - Procurador-geral do Município

b. Suplente: Edmir De Lara Rodrigues

Parágrafo Único - O Secretário Municipal de Administração presidirá os trabalhos do Comitê Estratégico.

Art. 2º - Ficam nomeados para compor o Comitê Gerencial, de acordo com o artigo 4º do Decreto nº 3452, de 19 de junho de 2013, os seguintes membros:

I) Representante da Secretaria Municipal da Fazenda, do Protocolo Geral: Leonice Witte;

II) Representante da Secretaria Municipal de Administração: Jullian Hermann Creutzberg;

III) Representante da Fundação Cultural, do Arquivo Histórico Wera Von Buettner Gemballa: Catia Dagnoni;

IV) Representante do Gabinete do Prefeito, do Controle Interno do Município: Valdenir Borges Ribeiro;

V) Representantes de outras Secretarias que sejam convocados pelo presidente do Comitê Gerencial;

§ 1º - O representante da Secretaria Municipal da Fazenda presidirá os trabalhos do Comitê Gerencial.

§ 2º - Representantes de outras Secretarias podem ser convocados pelo presidente do Comitê Gerencial.

Art. 3º - Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD), de acordo com o artigo 4º do Decreto nº 3452, de 19 de junho de 2013, os seguintes membros:

I) Especialista em Arquivologia e/ou História: Catia Dagnoni;

II) Responsável pelo Protocolo Geral do município de Rio do Sul: Leonice Witte;

III) Responsável pelo arquivo geral do município de Rio do Sul: Altair Guilherme Becker;

IV) Representante da Procuradoria Jurídica: Daniel Juppa da Silva;

V) Responsável pelo Departamento de Recursos Humanos: Jullian Hermann Creutzberg;

VI) Secretário Municipal de Administração: Givanildo Silva.

§ 1º - O Responsável pelo Protocolo Geral do município de Rio do Sul presidirá os trabalhos da Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD).

§ 2º - Outros integrantes podem ser convocados pelo presidente da Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD).

§ 3º - O presidente da Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD) fará a convocação de um representante da Secretaria cujos documentos estiverem sendo avaliados.

Art. 4º - Os membros ora nomeados, cumprirão mandato de 02 (dois) anos, cujo período compreende de 07 de outubro de 2013 a 07 de outubro de 2015.

Parágrafo Único - Na conformidade com o Art. 10 do Decreto nº 3452, de 19 d junho de 2013, os membros ora nomeados poderão ser reconduzidos.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
07 de outubro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto 3665

DECRETO Nº 3665, de 07 de outubro de 2013.
"ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 3.634 DE 25/09/2013 QUE DISPÕE SOBRE A APOSENTADORIA COMPULSÓRIA AO SR. ALFONSO SPLITTER"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, inciso II do artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "b" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 1º inciso II do artigo 40 da Constituição Federal/88.

DECRETA:

Art.1º - Fica alterado o artigo 1º do Decreto nº 3.634 de 25/09/2013, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º - Fica concedida aposentadoria compulsória ao servidor Sr. ALFONSO SPLITTER, brasileiro, divorciado, portador da Cédula de Identidade nº 439.165 e CPF nº 134.642.729-1 matrícula nº 2742101, domiciliado e residente na Rua Humaitá,855 - Bairro Boa Vista, Rio do Sul/SC, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, nível A-1 - Lotado na Secretaria Municipal de Obras, com proventos proporcionais a 28,68% (vinte e oito, vírgula sessenta e oito por cento), sem paridade, a partir de 21 de setembro de 2013.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
07 de outubro de 2013
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

Decreto 3666

DECRETO Nº 3666, de 07 de outubro de 2013.
"REVOGA O INCISO X DO ARTIGO 2º DO DECRETO Nº 3.469, DE 26 DE JUNHO DE 2013."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Decreto nº 3632, de 24 de setembro de 2013 que declarou Estado de Calamidade Pública no Município de Rio do Sul.

DECRETA:

Art. 1º - Revoga o inciso X do Art. 2º do Decreto nº 3.469, de 26 de junho de 2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
07 de outubro de 2013.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul.

Decreto 3659

DECRETO Nº 3659, de 04 de outubro de 2013.
"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.358, de 13/12/2012 e Lei nº 5.406, de 03/10/2013.

DECRETA:

Art. 1º-

Ficam suplementadas até o limite de R\$ 1.035.915,02 (um milhão, trinta e cinco mil, novecentos e quinze reais e dois centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.02 Departamento Pedagógico de Ensino

2.029 Manutenção do Ensino Fundamental

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

2.066 Manutenção do Ensino Infantil

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 535.915,02

TOTAL R\$ 1.035.915,02

Art. 2º-

Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 1.035.915,02 (um milhão, trinta e cinco mil, novecentos e quinze reais e dois centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.02 Departamento Pedagógico de Ensino

2.070 Programa de Alimentação das Escolas de Tempo Integral I e II 3.0.00.00

DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 1.035.915,02

TOTAL R\$ 1.035.915,02

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

04 de outubro de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Portaria Nº 1149/RH

PORTARIA Nº. 1149/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Convalidar a Lotação dos servidores abaixo relacionados, na Procuradoria Geral do Município, nos termos do Art. 18 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, Art. 2º, Inciso I, letra "a", da Lei Complementar n. 075 de 20/11/2001 e alterações posteriores:
ADRIANO PEREIRA MARTINS - Agente Administrativo
DAIANE DE BRITO NEVES - Agente Administrativo
FRANCINI BIANCA CIPRIANI - Advogado

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de setembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 1182/RH

PORTARIA Nº. 1182/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Convalidar a Lotação dos servidores abaixo relacionados, na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Art. 18 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, Art. 2º, Inciso I, letra "a", da Lei Complementar n. 075 de 20/11/2001 e alterações posteriores:

ADRIANA SCHMIDT - Cirurgião Dentista (20h)
ALTAIR LUIZ HASSE - Motorista De Caminhão
ANA CLARA WENDHAUSEN - Enfermeiro
ANA OLIPIA VITORINO - Auxiliar De Enfermagem
ANDRE MARQUES VIEIRA - Médico (20h)
ANDREIA CRISTINA LADEWIG - Auxiliar De Saúde Bucal
ANGELA LUISA SCHWARTZ - Cirurgião Dentista (20h)
ANGELA MARIA PEREIRA DA SILVA - Auxiliar Administrativo I
ANTONIO CARLOS LAURINDO - Cirurgião Dentista (20h)
APARECIDA HONORATA CORDEIRO MILITZER - Enfermeiro
AUGUSTO FEY - Médico (20h)
AUREA LONGEN - Auxiliar Administrativo I

BLADEMIR ELVIS HOELLER - Cirurgião Dentista (30h)
CARL HEINZ GUTJAHR - Agente Administrativo
CARLOS ALEXANDRE PADILHA - Auxiliar Administrativo II
CAROLINE BAPTISTA BAUMGARTEN - Cirurgião Dentista (20h)
CAROLINE DREHMER PILATTI - Psicólogo
CAROLINE SCHUHMACHER AMORIM - Cirurgião Dentista (20h)
CAROLINE SOSTER CANDIDO - Enfermeiro
CELESTE OELKE SCHAEFER - Enfermeiro
CELIANA CRISTINA STACHESKI MARTINS - Enfermeiro
CIBELE RAQUEL WEBER - Psicólogo
CRISTIANA ROPELATO CAETANO - Farmacêutico
CRISTIANE APARECIDA LEANDRO DE SOUZA - Agente De Saúde
CRISTIANE MACHADO HEISSLER BRANDL - Cirurgião Dentista (20h)
CRISTIANE MARILI FRONZA STEDILE - Enfermeiro Obstétrico
CRISTIANI REGINA PETRIS - Auxiliar De Enfermagem
DAIANE BRANG FELDHAUS - Auxiliar De Saúde Bucal
DANIEL BRANDL - Cirurgião Dentista (20h)
DANIELA CRISTINA FERRARI - Psicólogo
DANIELA PACHECO DARIS - Fonoaudiólogo
DARCLE CARDOSO - Cirurgião Dentista (20h)
DAYANE PEREIRA DE ANDRADE - Técnico Em Enfermagem
DEBORA PINHEIRO - Agente Administrativo
DIEISON FERNANDO MARQUEZ - Agente Administrativo
DIOGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA - Cirurgião Dentista (20h)
ELEINE TEREZA PEGLOW HARTHMANN - Fiscal de Saúde Pública
ELISA NALSIRA BELING CERUTTI - Auxiliar De Saúde Bucal
ELISIANA FELBER - Auxiliar De Enfermagem
ELIZETE ALVES - Auxiliar Serviços Gerais Feminino
ELIZETE WOJERACK - Técnico Em Enfermagem
EVA MARIA MUNIZ LUZ - Técnico Em Enfermagem
FABIO BET - Cirurgião Dentista (20h)
FABRICIO ULHMANN - Auxiliar Administrativo I
FERNANDO CESAR ALEXANDRINO - Auxiliar Administrativo II
FRANCISCO ODELLI - Auxiliar Administrativo II
GABRIEL DE AZEVEDO PHILIPPI - Cirurgião Dentista (20h)
GIBRAN DAMIAO RAMOS - Farmacêutico
GRACIELA SAN MARTIN RODRIGUES BAGATOLI - Enfermeiro
GRAZIELLE HENCKE SERAFIM - Técnico Em Enfermagem
HAROLDO SWAROWSKY - Motorista De Caminhão
INGELOR CRISTEN DE OLIVEIRA - Auxiliar De Enfermagem
IOLANDA DEMARCH - Auxiliar De Enfermagem
IRONI BICHOFF - Técnico Em Enfermagem
IVANIR SCHLEMPER NEVES - Agente Administrativo
IVONE TEREZINHA MENEGHELLI LOURENCO - Técnico Em Enfermagem
IZABEL MARIA DE ESPINDOLA - Auxiliar De Enfermagem
JACKSON RODRIGO ZEMKE - Técnico Em Enfermagem
JAIR ARNALDO HAESER - Cirurgião Dentista (20h)
JAIR LEANDRO FERREIRA - Motorista De Veículo Leve
JAIR VOLNEY CARLOS TEIXEIRA - Médico (20h)
JAQUELINE SILVA MACHADO FABREGAS - Técnico Em Enfermagem
JEAN DE JESUS - Motorista De Veículo Leve
JOAO AUGUSTO ANTUNES PAIANO - Cirurgião Dentista (20h)
JONATHAS FIAMONCINI - Técnico Em Informática
JOSE CARLOS MORAIS - Operador De Equipamentos
JOSE DEL CARMEN JURADO ABRIL - Médico Ginecologista/Obs-tetra (20h)
JOSE HAMILTON MOREIRA FERRO - Médico Otorrinolaringologista (20h)
JOSE MARCONSINI - Motorista De Veículo Leve
JOSE MENDES DA CUNHA - Auxiliar De Saúde Bucal
JOSE RUBENS RAITEZ - Médico Pediatra (20h)
JOSE SOLIMAR GESAT RESES - Cirurgião Dentista (20h)
JOSIANE CARLA BEBER - Auxiliar De Saúde Bucal
JULIANA BATISTI - Auxiliar De Enfermagem
JULITA ANDRADE NEGHERBOM - Auxiliar Serviços Gerais Feminino

JUREMA KOEHLER HERING - Auxiliar De Enfermagem
 JUREMA LANZMASTER - Auxiliar Administrativo II
 LAILA YOUNES QUATRIN - Médico (20h)
 LILIANE SERAPHIM - Auxiliar Administrativo I
 LINDACIR PADILHA SALVADOR - Auxiliar Serviços Gerais Feminino
 LORENA NIENKOETTER HINCKEL - Auxiliar Serviços Gerais Feminino
 LUCIANE ARAUJO MATTANA - Enfermeiro
 LUIS FERNANDO BASSI DE ARAUJO - Cirurgião Dentista (20h)
 MAIRA KLAUBERG - Auxiliar De Saúde Bucal
 MAQUELI PEREIRA GORGES - Técnico Em Enfermagem
 MARCELA NASARIO - Auxiliar Administrativo I
 MARCIA APARECIDA BRANCO - Auxiliar De Enfermagem
 MARCIA CORREA RIBEIRO - Auxiliar De Saúde Bucal
 MARCIA PASSOS DE ANDRADE - Assistente Social
 MARGARETE DA SILVA DA LUZ - Técnico Em Enfermagem
 MARGRIT FELDMANN MIRAMBEL PUIGDEFABREGAS - Técnico Em Enfermagem
 MARIA DIVAIR DE GOIS - Auxiliar De Enfermagem
 MARIA LUCIA ANDRE - Almoxarife
 MARIA TERESINHA MADEIRA - Técnico Em Enfermagem
 MARIA TEREZINHA BARBOZA - Auxiliar Serviços Gerais Feminino
 MARISTELA DE MELO ALMEIDA - Técnico Em Enfermagem
 MARIZE OSSEMER LUNELLI - Cirurgião Dentista (20h)
 MARIZETE LEXANDRA DEMEDA BUTH - Auxiliar De Enfermagem
 MICHEL LUIS STREY - Cirurgião Dentista (20h)
 MORGANA FRONZA - Auxiliar De Saúde Bucal
 NADIR MARCHI - Agente De Saúde
 NERCIRIA ODETE SOARES - Auxiliar Serviços Gerais Feminino
 NILSA SCHWAMBACH - Auxiliar Serviços Gerais Feminino
 NILTON GRAH - Motorista De Veículo Leve
 OSMAR MARTINS - Motorista De Caminhão
 PATRICIA SENS DE OLIVEIRA - Farmacêutico
 RAFAEL TORQUATO LUIZ - Motorista De Caminhão
 RAMON BARIDO NAVARRO LINS - Psicólogo
 REGIANI SILVEIRA GARCIA - Auxiliar De Saúde Bucal
 RISOLEIDA DO CARMO DE OLIVEIRA - Auxiliar De Enfermagem
 RITA DE CASSIA GUTJAHR - Auxiliar Serviços Gerais Feminino
 ROBERTO CARLOS SEDREZ - Médico (20h)
 ROBERTO KNOTH - Motorista De Veículo Leve
 RODRIGO BRANDL - Cirurgião Dentista (20h)
 ROLF RUDI KUSTERKO - Motorista De Caminhão
 ROMULO AUGUSTO BORGES - Farmacêutico
 ROSANA BELLA CRUZ - Auxiliar De Saúde Bucal
 ROSANE GANDIN DA ROSA - Enfermeiro
 ROSANE TEREZINHA EING - Auxiliar Administrativo I
 ROSELI ISABEL PERFOLL ORTIGA - Médico (20h)
 ROSELI TENFEN - Auxiliar De Saúde Bucal
 ROSELITA SEBOLD - Cirurgião Dentista (20h)
 ROSICLER ROCHA KLUPPELL ODORIZZI - Auxiliar Administrativo I
 SANDRA BOSCHI BAGGIO - Fonoaudiólogo
 SANDRA DENISE FACHINI SEDREZ - Cirurgião Dentista (20h)
 SANTINA APARECIDA LONGO - Recepcionista
 SAULO ANDRADE - Motorista De Caminhão
 SIGNEIDE MARIA DA CUNHA - Auxiliar De Enfermagem
 SILVANA REGINA DALMARCO - Auxiliar De Saúde Bucal
 SILVANIA DELLA JUSTINA DE GODOI - Auxiliar Administrativo I
 SIMONE GAUCHE - Auxiliar De Enfermagem
 SIMONE VARGAS - Auxiliar De Enfermagem
 SIMONE ZICKUHR - Auxiliar De Enfermagem
 SIMONI GROSCH - Técnico Em Enfermagem
 SONIA BRITO - Auxiliar Serviços Gerais Feminino
 SONIA MARIA REAL AMORIM CARDOSO - Cirurgião Dentista (20h)
 SONIA MARIA TOMAZONI ULIANA - Cirurgião Dentista (20h)
 SONIA PASQUALINI VOTA - Administrador
 SUELI APARECIDA RIBEIRO KUMMER - Cirurgião Dentista (20h)
 VALDEMIRO GILZ - Carpinteiro
 VALESKA AMORIM - Enfermeiro
 VALMIR CEOLA - Motorista De Veículo Leve

VALMIR DE SOUZA - Motorista De Veículo Leve
 VANIA SILVIA MARTINS - Auxiliar De Enfermagem
 WALTER MULLER NETO - Médico Pediatra (20h)
 Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de setembro de 2013.
 GARIBALDI ANTONIO AYROSO
 Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
 Secretário Municipal de Administração
 Dr

Portaria Nº 1183/RH **PORTARIA Nº. 1183/RH**

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Convalidar a Lotação dos servidores abaixo relacionados, no Gabinete do Prefeito, nos termos do Art. 18 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, Art. 2º, Inciso I, letra "a", da Lei Complementar n. 075 de 20/11/2001 e alterações posteriores:

ADRIANO ZIMMERMANN - Guarda Municipal
 BEATRIZ PETRY PFLEGER - Guarda Municipal
 BIANKA REGINA DA SILVA - Engenheiro Civil
 CLAUDIR HECK - Guarda Municipal
 DJONATAN PARMA - Guarda Municipal
 EDER KREUSCH - Guarda Municipal
 ELIANE KROEHNKE - Auxiliar Administrativo I
 ESTER HASSE - Guarda Municipal
 FABIANO JOSÉ DE SOUZA BECKER - Guarda Municipal
 FARLEY DE AVILA - Auxiliar Administrativo II
 GEOMAR FINARDI NASCIMENTO - Fiscal do Procon
 GERSON PASQUALINI SCHMIDT - Guarda Municipal
 GRAZIELA GRAH - Guarda Municipal
 HAMILTON MANOEL ADÃO - Motorista de Caminhão
 IVAM ALMEIDA BARRETO - Guarda Municipal
 JECY RITA PEREIRA LEITE - Auxiliar de Serviços Gerais Feminino
 JOSE CARDOSO - Guarda Municipal
 LEONARDO ANTONIO DA SILVEIRA - Guarda Municipal
 LUANA VIEIRA - Auxiliar Administrativo I
 LUCIMERI BERNARDES - Guarda Municipal
 LUIZ CARLOS MAURICIO DE SOUZA - Pintor
 MAICON DE CAMARGO REINHOLD - Guarda Municipal
 MARIANA CONINCK - Guarda Municipal
 NATANAEL ANDERSON DE SOUZA - Agente Administrativo
 PAULO EVANDRO SOARES RODRIGUES - Guarda Municipal
 PAULO GEOVANI CAETANO - Guarda Municipal
 RAFAEL SCOPEL - Guarda Municipal
 RICARDO SCHWAMBACH - Guarda Municipal
 ROBSON FERREIRA FERNANDES - Guarda Municipal
 ROBSON RASSINI - Guarda Municipal
 SARA PRISCILA RAMOS - Guarda Municipal
 SILVIO ANDRADE - Motorista de Caminhão
 SILVIO KLETTENBERG - Guarda Municipal
 SIRLEI FIAMONCINI - Guarda Municipal
 VALMIR ROCHA DE ALCANTARA - Guarda Municipal

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de setembro de 2013.
 GARIBALDI ANTONIO AYROSO
 Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
 Secretário Municipal de Administração
 Dr

Portaria N° 1189/RH
PORTARIA Nº. 1189/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Convalidar a Lotação dos servidores abaixo relacionados, nos termos do Art. 18 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, Art. 2º, Inciso I, letra "a", da Lei Complementar n. 075 de 20/11/2001 e alterações posteriores:

Servidor	Lotação
ANDRE GUSTAVO WORMSBECHER	Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente
BRUNA LIVRAMENTO	Secretaria Municipal da Fazenda
CLAUDIA SIMARA BEBER	Secretaria Municipal da Fazenda
DEJAIR PAULO SOPHIATI JUNIOR	Secretaria Municipal da Fazenda
DIOVANA MAY MACHADO	Secretaria Municipal de Administração
EDSON DE MELO	Secretaria Municipal da Fazenda
EDVIRGES REGINA ROSSETT	Secretaria Municipal da Fazenda
GILBERTO JULIO VICENTE	Secretaria Municipal da Fazenda
INES ZITA FLORIANI	Secretaria Municipal da Fazenda
JACKSON OSMAR NUNES DA SILVA	Secretaria Municipal da Fazenda
JOSE LUIZ DO NASCIMENTO	Secretaria Municipal da Fazenda
KHELLEN KUHLL DELLA SANTOS	Secretaria Municipal da Fazenda
LACI DE FATIMA DOS SANTOS	Secretaria Municipal da Fazenda
LEONICE WITTE	Secretaria Municipal da Fazenda

LILIANA REGINA MAY AYROSO	Secretaria Municipal da Fazenda
LUIZ OSVALDO MEIRELLES PAHL	Secretaria Municipal da Fazenda
MAFALDA DE SOUZA DOS SANTOS	Secretaria Municipal da Fazenda
MARIO CESAR POSANSKI	Secretaria Municipal da Fazenda
MYRTHES MINIROZE CHRISTEN	Secretaria Municipal da Fazenda
NELSON POLTRONIERI	Secretaria Municipal da Fazenda
OLDINA TILLMANN	Secretaria Municipal da Fazenda
PATRICIA RAQUEL MAYR	Secretaria Municipal da Fazenda
PATRICIA SOARES	Secretaria Municipal da Fazenda
RAFAEL IRINEU FACHINI	Secretaria Municipal da Fazenda
RONALDO DA ROCHA	Secretaria Municipal da Fazenda
RUBENS AUGUSTO SCHWARZ	
MENSLIN	Secretaria Municipal da Fazenda
RUBIA CRISTINA MOHR	Secretaria Municipal da Fazenda
SANDRO RENATO SOFKA	Secretaria Municipal da Fazenda

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de setembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria N° 1191/RH
PORTARIA Nº. 1191/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Convalidar a Lotação dos servidores abaixo relacionados, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, nos termos do Art. 18 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, Art. 2º, Inciso I, letra "a", da Lei Complementar n. 075 de 20/11/2001 e alterações posteriores:

ADRIANO SEEMANN - Operador de Equipamentos
AGOSTINHO TOMIO SOBRINHO - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
ALCIR JOSE SALVADOR - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
ALDO FELAU - Pedreiro
ALFREDO ADEMIR CHRISTEN - Operador de Equipamentos
ALTAIR LEDRA - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
AMADEU DE SOUZA - Motorista de Caminhão
ANDRE PIRES DE MORAES - Operador de Equipamentos
ANTONIO ALVES - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
ANTONIO CARLOS SEBOLD - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
ARILSON FRANCO - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
AUGUSTINHO IGNACIO - Motorista de Caminhão
AYRTON DA SILVA - Motorista de Caminhão
CANISIO SCHMITT - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
CARLOS ADÃO CIMARDI - Motorista de Caminhão
CARLOS CONRADO BERK - Operador de Equipamentos
CARLOS NASCIMENTO RIBEIRO - Motorista de Caminhão
CIRINEU BLEMER DIAS - Motorista de Caminhão
CLAUDECIR JOSE MARTINS - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
COLMAR GASTÃO - Motorista de Caminhão
DAURI CASATTI - Motorista de Caminhão
EDSON RICARDO DE SOUZA - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
EDSON TRAPP - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
ERMINIO ZEFERINO - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
FLAVIO HAMILTON RAMOS - Motorista de Caminhão
GILBERTO ALVES DO ROSARIO - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
GUIMARÃES GASTÃO - Motorista de Caminhão
HEITOR LONGO - Motorista de Caminhão
ISOLDE SCHOENINGER - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
JEFERSON PADILHA SANTOS - Pedreiro
JELINO FRANCISCO HEIDERSCHIEDT - Motorista de Caminhão
JOICE RONCHI - Auxiliar Serviços Gerais Feminino
JONAS PEREIRA - Calceteiro
JOSE COELHO - Motorista de Caminhão
JOSE LINO CORREA - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
JOSE NESIO PAMPLONA - Motorista de Caminhão
JUAES MARCOS ANGIOLETTI - Motorista de Caminhão
LEANDRO DOCKHORN - Motorista de Caminhão
LEODIR CAPISTRANO DA CUNHA - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
LUIS CARLOS MACHADO - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
LUIZ DIAZIR ROSA - Operador de Equipamentos
MANOEL MIRANDA - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
MARCOS ROBERTO WOLFF DE OLIVEIRA - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
MARIA JOAQUINA ROSA - Auxiliar Serviços Gerais Feminino
NELSON SALVADOR - Motorista de Caminhão
NILDO ALVES - Motorista de Caminhão
NILSON GABRIEL FELIPPE - Operador de Equipamentos
NILTON XAVIER - Calceteiro
ODILSON CESAR BACHMANN - Auxiliar Administrativo II
OSMAR TRAINOTTI - Operador de Equipamentos
OSNI DOS SANTOS - Motorista de Caminhão
OSVALDO DE MATTOS - Operador de Equipamentos
PAULO SCHMITZ - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
PEDRO SERGIO DE MELLO - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
PELEGRINO ESTEVÃO VIEIRA - Motorista de Caminhão
ROGERIO SEBOLD - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
TARCISIO CAMPESTRINI - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
VALDECI HACK - Lubrificador
VALDECI HORSTMANN - Operador de Equipamentos

VALDECIR DE SOUZA - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
VALDECIR ROHLING - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
VALDEMIRO AGOSTINHO DE JESUS - Carpinteiro
VALDIR ANTONIO POSTAI - Motorista de Veículo Leve
VALDIR ZUCATELLI - Carpinteiro
VALDONIR DOLZAN - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
VALSONIR JOÃO JASPER - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
VICENTE GRANZA - Operador de Equipamentos
WILSON DE ANDRADE - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
WALDEMAR PAULO DOS SANTOS - Auxiliar Serviços Gerais Masculino
WILSON PEDRO SCHMIDT - Auxiliar Serviços Gerais Masculino

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de outubro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 1.213/2013

PORTARIA Nº. 1.213/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º Designar, de acordo com Art. 46 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, o (a) servidor (a) municipal RONALDO DA ROCHA, matrícula nº 2873801, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, Nível E, para exercer as atribuições do cargo de Diretor do Departamento de Cadastro Multifinalitário da Secretaria da Fazenda, durante o impedimento do titular, por motivo de Afastamento Auxílio Doença na data de 26/09/2013 a 24/12/2013.

Art. 2º Pelo exercício da função, faz jus, além da remuneração de seu cargo efetivo, a diferença de vencimentos referente ao cargo em comissão, pelo período da designação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de outubro de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vf

Portaria Nº 1.214/2013

PORTARIA Nº. 1.214/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a partir de 03/10/2013, a servidora municipal ARIANE DOS SANTOS, matrícula nº 3627301, do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Rio do Sul, 07 de outubro de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1156/RH

PORTARIA Nº. 1156/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, SARA GRACIELLE KLAUBERG CHRISTEN para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de setembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

Extrato de Edital 42/2013 FMS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2013 FMS

O PREFEITO do MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço por item, visando a aquisição de bolsas térmicas, garrafas térmicas e protetores solares para a Secretaria de Saúde, de acordo com o Termo de Ajuste Sanitário nº 234.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 3.246/13 e, os artigos 42, 43, 44, 45, e 46 da LC-123/2006 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até o dia 21/10/2013 às 10:00 horas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 21/10/2013 às 10:00 horas.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 21/10/2013 às 10:00 horas.

CONTATO: Dieison Fernando Marquez Telefone: (47) 3531-1437
e-mail: licitacao.saude@hotmail.com

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações"
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

OBJETO - Aquisição de bolsas térmicas, garrafas térmicas e protetores solares para a Secretaria de Saúde, de acordo com o Termo de Ajuste Sanitário nº 234, conforme descrito no Anexo I do edital.

Compõem este Edital os seguintes anexos:

ANEXO 01

Descrição do Objeto

ANEXO 02

Minuta do Termo do Contrato

ANEXO 03

Exigências para Habilitação

ANEXO 04

Modelo de Declaração de Idoneidade

ANEXO 05

Modelo de declaração de fato superveniente impeditivo de habilitação

ANEXO 06

Modelo de declaração de inexistência de empregado menor no quadro da empresa empregadora

ANEXO 07

Modelo de carta proposta para fornecimento do objeto do Edital

ANEXO 08

Procuração nomeando representante Legal

ANEXO 09

Declaração de enquadramento no regime de tributação de ME/EPP

ANEXO 10

Ficha técnica descritiva

Rio do Sul (SC), 04 de outubro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

Contrato Administrativo Nº 307/2013 - Rita de Cassia Oliveira

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 307/2013

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) RITA DE CASSIA OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 089.210.289-60 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Santa Isabel, nº 131, Santa Rita, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 716,04 (setecentos e dezesseis reais e quatro centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 07/10/2013 e encerrando-se em 06/11/2013, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 04 de outubro de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

RITA DE CASSIA OLIVEIRA

Contratado (a)

Termo de Convocação - Ssara Gracielle Klauberg Christen**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) SARA GRACIELLE KLAUBERG CHRISTEN, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL – 40 HORAS).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 1156/RH de 25/09/2013, publicada em 09/10/2013. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.

2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.

3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar De Serviços Gerais	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUMNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA
Calceteiro	
Carpinteiro	
Coveiro	
Eletricista	
Motorista De Caminhão	
Motorista De Veiculo Leve	
Operador De Equipamentos	
Pedreiro	

Demais Cargos	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA
---------------	--

Rio do Sul, 08 de outubro de 2013.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Edital de Intimação de Decisão Proferida Em Processo Administrativo

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Joarez Souza Lehmann	xxx.820.459-xx	137682
Genesio Testoni	xxx.162.989-xx	132577
Guilherme Bachmann	xxx.758.779-xx	140865
Ademar Maggio – Espólio	xxx.076.649-xx	137277

Rio do Sul, 08 de outubro de 2013.
LEONICE WITTE
Protocolo Geral

RUBENS AUGUSTO S MENSLIN
Secretário Municipal da Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 714/2013

RESOLUÇÃO No 714, DE 8 DE OUTUBRO DE 2013.
Autoriza pagamento de inscrição de vereadores e assessor parlamentar em palestra.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de inscrição ao Vereador Cariso Sávio Giacomini, a Vereadora Maria Helena Zimmermann e ao Assessor Parlamentar Paulo Tarso Moreira, no valor de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) cada, para participarem da Palestra “Motivação: A Chave para a Alta Performance”, promovida pela Pró-Gestão Consultoria em Gestão de Pessoas, a ser realizada no dia 09 de outubro do corrente ano, às 19h30min, tendo como local o Parque Universitário Norberto Frahm, na cidade de Rio do Sul - SC.
Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 8 de outubro de 2013.
DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA
Presidente da Mesa

MÁRIO MIGUEL
Vice Presidente da Mesa

CARISO SÁVIO GIACOMINI
1º Secretário

DIONÍSIO MAÇANEIRO
2º Secretário

Resumo do Contrato Nº 11/2013

RESUMO DO CONTRATO Nº 11/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2013

Contratante: Câmara de Vereadores de Rio do Sul
Contratada: Empresa Telefônica Brasil S/A - VIVO

Objeto: Fornecimento em comodato de 10 (dez) smartphones, conforme especificações do Item 01 do Anexo I - Termo de Referência do Edital PR nº 6/2013; 04 (quatro) smartphones, conforme especificações do Item 02 do Anexo I - Termo de Referência do Edital PR nº 6/2013; 12 (doze) aparelhos de telefonia móvel, conforme especificações do Item 03 do Anexo I - Termo de Referência do Edital PR nº 6/2013; 26 (vinte e seis) chips para telefone celular, com tecnologia GSM; 01 pacote compartilhado de 5.000 (cinco mil) SMS mensal; 01 pacote de voz compartilhada de 5.000 (cinco mil) minutos mensal, incluindo ligações VC-1, VC-2 e VC-3, podendo estes dois últimos ser subcontratados e portabilidade dos números já utilizados pela Câmara Municipal de Rio do Sul; 11 pacotes de dados de internet móvel 3G, com franquia mensal de 3 Gb cada com micro-chips incluso, para uso dos tablets já existentes na Câmara; 14 pacotes de dados de internet móvel 3G, com franquia mensal de 600 Mb cada, para uso nos 14 smartphones. Vigência: A vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses a contar da data de 19 de outubro de 2013.

Rio do Sul, 08 de outubro de 2013.
DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA
Presidente da Câmara Municipal

CLÉBER PINHEIRO LIMA
Empresa Telefônica Brasil S/A

Salto Veloso

PREFEITURA

Edital de Cientificação dos Resultados - PP 00036/2013

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS
APROVADOS PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, EM PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI Nº 10.520
DE 17 DE JULHO DE 2002, APLICANDO-SE SUBSIDIARIAMENTE AS NORMAS
DA LEI Nº 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Modalidade : Pregão Presencial
Número : 36/2013
Data Início Processo: 06/09/2013

Abertura Propostas...: 01/10/2013

Objeto : Registro de preços para aquisição de Horas-máquina
O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, no uso de suas atribuições
que lhe confere a Legislação em vigor, torna público, a todos os interessados e aos participantes do processo de Licitação supra identificado, que a Comissão de Licitação decidiu como melhor proposta a apresentada pela(s) firma(s) abaixo citada(s). Ficam cientes todos os interessados do prazo legal para eventual interposição de recursos, que entenderem cabíveis a decisão adotada com relação a presente licitação.

Licitantes Vencedores:

- ZAPELINI SERVIÇOS DE MAQUINAS E TRANSPORTES LTDA, com um valor
total de R\$ 84.000,00 (Oitenta e quatro mil reais);

SALTO VELOSO, 08 de outubro de 2013.

Edital de Cientificação dos Resultados - PP 00037/2013

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS
APROVADOS PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, EM PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI Nº 10.520
DE 17 DE JULHO DE 2002, APLICANDO-SE SUBSIDIARIAMENTE AS NORMAS
DA LEI Nº 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Modalidade : Pregão Presencial

Número : 37/2013

Data Início Processo: 26/09/2013

Abertura Propostas...: 07/10/2013

Objeto : Registro de preços para aquisição de tinta para demarcação viária
O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, no uso de suas atribuições
que lhe confere a Legislação em vigor, torna público, a todos os interessados e aos participantes do processo de Licitação supra identificado, que a Comissão de Licitação decidiu como melhor proposta a apresentada pela(s) firma(s) abaixo citada(s). Ficam cientes todos os interessados do prazo legal para eventual interposição de recursos, que entenderem cabíveis a decisão adotada com relação a presente licitação.

Licitantes Vencedores:

- COMERCIO E SERVIÇOS DE PINTURAS NEZZI LTDA, com um valor
total de R\$ 27.340,00 (Vinte e sete mil reais e trezentos e quarenta reais);

SALTO VELOSO, 08 de outubro de 2013.

Edital de Cientificação dos Resultados - PP 00038/2013

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS
APROVADOS PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, EM PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI Nº 10.520
DE 17 DE JULHO DE 2002, APLICANDO-SE SUBSIDIARIAMENTE AS NORMAS
DA LEI Nº 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Modalidade : Pregão Presencial

Número : 38/2013

Data Início Processo: 25/09/2013

Abertura Propostas...: 07/10/2013

Objeto : Registro Aquisição de gêneros alimentícios que compõem a merenda escolar
O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, no uso de suas atribuições
que lhe confere a Legislação em vigor, torna público, a todos os interessados e aos participantes do processo de Licitação supra identificado, que a Comissão de Licitação decidiu como melhor proposta a apresentada pela(s) firma(s) abaixo citada(s). Ficam cientes todos os interessados do prazo legal para eventual interposição de recursos, que entenderem cabíveis a decisão adotada com relação a presente licitação.

Licitantes Vencedores:

- MERCADO RZ LTDA ME LTDA, com um valor
total de R\$ 4.741,45 (Quatro mil, setecentos e quarenta e um reais e quarenta e quarenta e cinco reais);

SALTO VELOSO, 08 de outubro de 2013.

Edital de Cientificação dos Resultados - PP 00038/2013

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS
APROVADOS PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, EM PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI Nº 10.520
DE 17 DE JULHO DE 2002, APLICANDO-SE SUBSIDIARIAMENTE AS NORMAS
DA LEI Nº 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Modalidade : Pregão Presencial

Número : 38/2013

Data Início Processo: 25/09/2013

Abertura Propostas...: 07/10/2013

Objeto : Aquisição de gêneros alimentícios que compõem a merenda escolar
O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, no uso de suas atribuições
que lhe confere a Legislação em vigor, torna público, a todos os interessados e aos participantes do processo de Licitação supra identificado, que a Comissão de Licitação decidiu como melhor proposta a apresentada pela(s) firma(s) abaixo citada(s). Ficam cientes todos os interessados do prazo legal para eventual interposição de recursos, que entenderem cabíveis a decisão adotada com relação a presente licitação.

Licitantes Vencedores:

- MERCADO SANTA JULIANA LTDA, com um valor
total de R\$ 14,118,00 (Quatorze mil, cento e dezoito reais);

SALTO VELOSO, 08 de outubro de 2013.

Edital de Tomada de Preços Nº 010/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2013

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 10/2013, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores

e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Contratação de empresa para Realização de Concurso Público.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 24/10/2013 até as 16h00min.

Abertura: 27/08/2013, às 16h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 08 de agosto de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Lei Municipal 1145/2013

LEI Nº 1145 DE 07 DE OUTUBRO DE 2013.

CRIA O MUSEU PÚBLICO MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente LEI:

Art. 1º - Fica criado, nos termos da presente Lei, o MUSEU PÚBLICO MUNICIPAL de Santa Terezinha do Progresso - SC, destinado ao estudo, reunião e exposição de obras de arte, coleções científicas, peças, imagens, documentos, objetos antigos ou qualquer forma de registro histórico, visando resgatar e retratar a história do Município.

Art. 2º - Compete ao Poder Executivo Municipal, no atendimento a presente Lei:

I - Firmar convênios de intercâmbio e cooperação financeira com entidades públicas ou privadas para prestação de orientação e assistência na formação e manutenção do Museu Público Municipal;

II - Manter local, material e pessoal necessários para orientação e funcionamento do Museu em local próprio e de fácil acesso à população;

III - Elaborar regulamento com a forma de utilização do Museu pela população, os horários de funcionamento e atendimento ao público;

IV - Formar e manter o acervo, através de recursos dos Governos Municipal, Estadual e Federal, bem como de doações de pessoas físicas ou jurídicas;

V - Nominar o Museu, através de Decreto, podendo ser lançado concurso público, entre os estudantes do Município, para a escolha do nome.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento municipal.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 06 de Outubro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Lei Municipal 1146/2013

LEI Nº 1146 DE 07 DE OUTUBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde, constante da Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012, no valor de R\$ 6.614,90 (seis mil seiscentos e quatorze reais e noventa centavos).

1000.00.00.00.00 Receitas Correntes

1700.00.00.00.00 Transferências Correntes

1720.00.00.00.00 Transferências Intergovernamentais

1722.00.00.00.00 Transferências dos Estados

1722.33.00.00.00 Transferências de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo

0171 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012, até o valor de R\$ 6.614,90 (seis mil seiscentos e quatorze reais e noventa centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

09.00 Fundo Municipal de Saúde

09.01 Fundo Municipal de Saúde

103010025.2.025006 Rede Básica de Saúde

0171 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 6.614,90

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 06 de Outubro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Lei Municipal 1147/2013

LEI Nº 1147 DE 07 DE OUTUBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde constante da Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara

de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012, por conta dos recursos do Programa de Requalificação da UBS - Construção, no valor de R\$ 408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais).

2000.00.00.00.00 Receitas de Capital

2400.00.00.00.00 Transferências de Capital

2470.00.00.00.00 Transferências de Convênios

2471.00.00.00.00 Transferências de Convênios da União

2471.01.00.00.00 Transferência de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde - SUS

0171 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012, até o valor de R\$ 408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

09.00 Fundo Municipal de Saúde

09.01 Fundo Municipal de Saúde

103010025.2.025006 Rede Básica de Saúde

0171 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 408.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 06 de Outubro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Lei Municipal 1148/2013

LEI Nº 1148 DE 07 DE OUTUBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal constante da Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012, por conta dos recursos do Termo de Compromisso PAC 204348/2013 Programa de Construção de Quadras Poliesportivas, no valor de R\$ 509.999,99 (quinhentos e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

2000.00.00.00.00 Receitas de Capital

2400.00.00.00.00 Transferências de Capital

2470.00.00.00.00 Transferências de Convênios

2471.00.00.00.00 Transferências de Convênios da União

2471.02.00.00.00 Transferência de Convênio da União destinados a programa s de educação

0134 - Outras Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012, até o valor de R\$ 509.999,99 (quinhentos e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

04.00 Secretaria de Educação

04.01 Depto de Educação

123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação

0134 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 509.999,99

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 06 de Outubro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

São Bento do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 287/2013

DECRETO Nº 0287, DE 10 DE SETEMBRO DE 2013

HOMOLOGA O REGIMENTO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INTERNOS DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR-PROCON

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 242, de 07 de agosto de 1998, art. 6-A - redação dada pela Lei nº 3205, de 05 de julho de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologado o Regimento dos Procedimentos Administrativos Internos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

REGIMENTO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INTERNOS DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON

TÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º O presente Regimento tem por objetivo disciplinar os procedimentos administrativos a serem adotados pela Divisão

Executiva do PROCON do Município de São Bento do Sul, no caso de infrações à Lei 8.078/90, e alterações posteriores, portarias e outros atos baixados pelo Ministério da Justiça, Secretaria do Direito Econômico/Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, Legislação Estadual, Municipal e outras legislações correlatas na defesa do consumidor ou de outros atos expedidos cuja norma legal determine tal competência.

Art. 2º Os dispositivos deste Regimento são aplicáveis no que couber na obtenção de informações sobre produção, industrialização, distribuição e comercialização de bens e serviços para requisição e fornecimento de quaisquer dados, periódicos ou especiais, a cargo de pessoas jurídicas de direito público e privado ou pessoas físicas, que se dediquem às atividades no âmbito da legislação mencionada pelo artigo 1º desse Regimento.

TÍTULO II

Da Jurisdição e da Autuação

CAPÍTULO I

Da Jurisdição

Art. 3º A jurisdição administrativa inerente às matérias de que trata este Regimento, é exercida pelo Diretor do PROCON, no Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único - Mediante proposta aprovada pelo Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, pode o Diretor Executivo do PROCON, firmar convênio com outros municípios, ampliando a jurisdição do PROCON.

CAPÍTULO II

Da Autuação

Art. 4º As infrações a que se refere este Ato serão apuradas, processadas e julgadas mediante processo administrativo que terá por base o Auto de Infração ou a reclamação devidamente protocolada.

Parágrafo Único - Equipara-se ao Auto de Infração as decisões interlocutórias e decisões finais proferidas nos processos administrativos oriundos do Órgão de Defesa e Proteção do Consumidor - PROCON- de São Bento do Sul- SC.

Seção I

Do Auto de Infração

Art. 5º O Auto de Infração, lavrado em modelo próprio, com numeração seqüencial impressa, em 3 (três) vias, rubricado ou cancelado pelo Diretor do PROCON, ou por Fiscal do PROCON, além de ter, obrigatoriamente, todos os seus campos preenchidos, à máquina ou tinta indelével, deverá conter descrição clara e objetiva das ações ou omissões caracterizadas das infrações constatadas.

Parágrafo Único - Em caso de recusa do autuado em assinar e/ou receber o Auto lavrado, o Fiscal do PROCON consignará o fato no próprio Auto, remetendo ao autuado por via postal, com Aviso de Recebimento (AR), ou publicação em edital ou outro procedimento equivalente.

Seção II

Das Modalidades de Autuação

Art. 6º As autuações serão comuns ou especiais:

- I - comuns: quando decorrem de infrações constatadas no momento da fiscalização;
- II - especiais: quando se fundamentarem em quaisquer dos

instrumentos preliminares previstos neste Regimento.

Seção III

Dos Instrumentos Preliminares

Art. 7º As práticas infrativas às normas de proteção e defesa do consumidor serão apuradas em processo administrativo, que terá início mediante:

- I - ato, por escrito, da autoridade competente;
- I - lavratura de auto de infração;
- III - reclamação.

§ 1º Antecedendo à instauração do processo administrativo, poderá a autoridade competente abrir investigação preliminar, cabendo, para tanto, requisitar dos fornecedores informações sobre as questões investigadas, resguardado o segredo industrial, na forma do disposto no § 4º do art. 55 da Lei nº 8.078, de 1990.

§ 2º A recusa à prestação das informações ou o desrespeito às determinações e convocações dos órgãos do SNDC caracterizam desobediência, na forma do art. 330 do Código Penal, ficando a autoridade administrativa com poderes para determinar a imediata cessação da prática, além da imposição das sanções administrativas e civis cabíveis.

Sub-Seção I

Do Auto de Constatação

Art. 8º O Auto de Constatação lavrado objetiva descrever de modo claro e objetivo, ação ou omissão caracterizadora de infração, quando:

- I - for constatada fora do estabelecimento ao qual a infração é imputável;
- II - depender de documentos ou esclarecimentos ou outros meios complementares de prova necessários à lavratura do Auto de Infração;
- III- estabelecer um prazo para adequação das irregularidades verificadas no ato da fiscalização, sob pena de lavratura do Auto de Infração.

Art. 9º O Auto de Constatação, lavrado à máquina ou tinta indelével, em modelo próprio, com numeração seqüencial impressa, em 3 (três) vias, terá obrigatoriamente todos os seus campos preenchidos.

Parágrafo Único - Se o fiscalizado recusar-se a assinar e/ou a receber a via do Auto de Constatação, o Fiscal de Relações de Consumo, procederá na forma expressa no parágrafo único do art. 5º deste Regimento.

Sub-Seção II

Da Notificação

Art. 10 A Notificação objetiva exigir a exibição ou entrega de documentos, prestação de esclarecimento de matéria pertinente à fiscalização em curso, à instrução do próprio processo originário do Auto de Infração ou ao atendimento do disposto no artigo 2º, deste Regimento devendo ser expedida sempre que dados não estiverem disponíveis no momento da diligência fiscalizadora.

Art. 11 A Notificação, expedida à máquina ou tinta indelével, em modelo próprio, em três vias deverá conter:

- I - descrição clara e objetiva do fato constatado que se relaciona com o documento a ser exibido ou com o esclarecimento a ser prestado;
- II - finalidade da expedição deste documento;

III - local, data e horário para seu cumprimento.

Parágrafo Único - Se o fiscalizado recusar-se a receber a 2ª via da notificação, o agente de fiscalização procederá na forma expressa no parágrafo único do artigo 5º, deste Regimento.

Art. 12 O prazo para o cumprimento da Notificação, independente da localização da empresa fiscalizada, será de 10 (dez) dias, contados conforme art. 55 deste Regimento.

Parágrafo Único - O prazo inicialmente concedido poderá ser, excepcionalmente prorrogado pelo Diretor do PROCON ou pelo responsável pela fiscalização, por igual período, desde que justificado através de requerimento fundamentado e tal prorrogação não venha a prejudicar o andamento normal do processo.

Art. 13 Se a empresa fiscalizada ou notificada não cumprir a Notificação do PROCON, tal fato deve ser declarado imediatamente, no verso da primeira e terceira vias, procedendo-se em ato contínuo, a consequente lavratura do Auto de Infração.

Parágrafo Único - Cumprida a Notificação no prazo fixado, não se constatando infração, a Fiscalização aporá declaração de cumprimento nas três vias do respectivo documento, arquivando a primeira e terceira vias, e devolvendo a segunda ao notificado.

Art. 14 Equipara-se a Notificação, para efeito de permitir a lavratura de Auto de Infração, ofício ou documento através do qual a autoridade competente requisite, no prazo que instituir, o fornecimento de informações, dados periódicos ou especiais da empresa em geral ou comparecimento do representante legal da mesma na sede do PROCON.

Sub-Seção III

Do Auto de Apreensão

Art. 15 O Auto de Apreensão objetiva o recolhimento de amostra destinada à análise do conteúdo de mercadoria cujo tipo, especificação, peso ou composição possam ter transgredido determinações legais ou não correspondam à respectiva classificação oficial ou real, bem como, a apreensão e retirada das mercadorias impróprias ao consumo.

§ 1º A quantidade suficiente de amostra da mercadoria apreendida e o invólucro em que ela será acondicionada obedecerão à legislação do órgão competente para realização do exame pericial.

§ 2º Na falta de disposição constante da legislação do órgão competente, a amostra da mercadoria será acondicionada em invólucro adequado, fechado de modo inviolável, do qual constarão a assinatura do autuante e do responsável pelo estabelecimento.

§ 3º No caso de recusa do responsável pelo estabelecimento em assinar o invólucro, o autuante certificará o fato no próprio invólucro.

§ 4º Nos casos referente à peso, não haverá apreensão quando a mercadoria for comercializada a granel ou sem embalagem própria da empresa fiscalizada, procedendo-se neste caso, à verificação de peso na balança do próprio estabelecimento.

§ 5º No caso de apreensão de mercadorias impróprias para o consumo, estas ficarão à disposição dos órgãos competentes para análise e recolhimento, devendo ser acondicionadas e lacradas pelos fiscais do PROCON na posição de responsáveis pelo estabelecimento ou pessoa por ele designada, o qual será nomeado como fiel depositário.

Art. 16 O Auto de Apreensão, lavrado em modelo próprio, com numeração seqüencial impressa, em 3 (três) vias, será preenchida

à máquina ou a tinta indelével e terá obrigatoriamente todos os campos preenchidos e deverá conter:

I - descrição clara e precisa da mercadoria apreendida, bem como sua qualidade;

II - finalidade de apreensão.

Parágrafo Único - Se o fiscalizado recusar-se a assinar e/ou receber a segunda via do Auto de Apreensão, o agente de fiscalização procederá na forma expressa no Parágrafo Único do artigo 5º, deste Regimento.

Art. 17 O Diretor do PROCON ou responsável pela fiscalização remeterá no prazo de 10 (dez) dias, cópia da primeira via do Auto de Apreensão e a mercadoria apreendida ao órgão competente mais próximo, para proceder à perícia técnica, solicitando-lhe o laudo pericial.

§ 1º- Se o laudo pericial, solicitado na forma do "caput" deste artigo, comprovar o cometimento da infração, o fiscal autuará a empresa, juntando obrigatoriamente ao Auto de Infração, a primeira via do Auto de Apreensão e o referido laudo.

§ 2º- A terceira via do Auto de Apreensão, ficará arquivada no setor competente da Fiscalização.

§ 3º - No caso de apreensão de mercadorias impróprias para o consumo, o Fiscal lavrará o Auto de Apreensão e autuará a empresa, juntando obrigatoriamente ao Auto de Infração a primeira via do Auto de Apreensão, promovendo a destinação final dos produtos apreendidos com o devido preenchimento do Termo de Destinação dos mesmos.

Art. 18 Caso haja necessidade de utilização de mais de um formulário de Auto de Infração, de Constatação e de Apreensão para a narração da ocorrência verificada, o Fiscal deverá usar a folha de continuação, preenchidos à máquina ou em tinta indelével em modelo próprio em 3 (três) vias, que além de ter obrigatoriamente os seus campos preenchidos, deverá conter o número do auto lavrado e será processado como um único instrumento, independentemente dos números utilizados.

Sub-Seção IV

Das Reclamações

Art. 19 A reclamação lavrada em modelo próprio, pelo Serviço de Atendimento ao Consumidor ou Serviço de Apoio Administrativo do PROCON, protocolizada e preenchida à máquina ou tinta indelével, terá obrigatoriamente todos os seus campos preenchidos e deverá conter:

I - descrição clara e precisa dos fatos;

II - documentos apensados referente à reclamatória;

III - fundamentação legal.

§ 1º - A reclamação sempre que configurar prática infrativa precederá ao Auto de Infração, devendo fazer parte integrante do mesmo em forma de anexo.

§ 2º - Caso haja dúvidas quanto à caracterização da infração, poderá ser promovida a notificação para investigação preliminar.

§ 3º - Em se tratando de reclamação formulada na sede do PROCON, em decorrência de fato pretérito proveniente de relação de consumo, pode o Diretor do PROCON intimar o Reclamante e o Reclamado para audiência de conciliação.

§ 4º - Quando exitosa a conciliação, esta será lavrada em ata e homologada pelo Diretor do PROCON ou pela Assessoria Jurídica, tendo força de Termo de Ajustamento de Conduta de que trata o

artigo 6º e incisos do Decreto 2.181/97.

§ 5º - Havendo a Conciliação, será o processo administrativo suspenso, sendo arquivado quando cumpridas as condições do termo e em não havendo o cumprimento, será dado seguimento ao processo administrativo.

§ 6º - Se em decorrência da audiência ou de documentos juntados, houverem indícios de outras infrações à legislação de proteção ao consumidor, pode o Diretor do PROCON determinar de ofício, abertura de novo processo administrativo para apurar a existência da infração.

§ 7º - Não havendo conciliação e sendo fundamentada a reclamação, seguirá o processo na forma estabelecida no Título III deste Regimento.

Seção IV

Das Autuações Decorrentes dos Instrumentos Preliminares

Art. 20 No caso previsto no inciso I do artigo 8º deste Regimento, o Fiscal do PROCON lavrará Auto de Infração ao qual obrigatoriamente juntará a primeira via do Auto de Constatação.

Parágrafo Único - Proceder-se-á de maneira idêntica ao disposto no "caput" deste artigo, no caso do inciso II do artigo 8º, se em razão dos documentos ou esclarecimentos obtidos ficar caracterizado que o fato descrito no Auto de Constatação configura a infração a qualquer dispositivo da lei nº 8.078/90, e o Decreto nº 2.181/97 ou legislações de autoridades competentes.

Art. 21 A empresa deverá ser autuada no próprio estabelecimento se deixar de cumprir a Notificação, devendo o Fiscal do PROCON, juntar obrigatoriamente ao Auto de Infração a primeira via daquele instrumento preliminar com a declaração do seu não atendimento aposta no verso da folha.

Parágrafo Único - Os fornecedores que deixarem de prestar as informações e os dados requisitados por ofício, nos termos do artigo 14 deste Regimento, serão autuados, devendo ser anexado abrigatoriamente ao Auto de Infração: uma cópia do documento que as requisitou com declaração do desatendimento, sem prejuízo de representação criminal, quando couber.

Art. 22 O fornecedor será autuado na sede do órgão notificante quando o seu responsável comparecer para cumprir a notificação:

I - fora do prazo previsto no artigo 12 deste Regimento;

II - no prazo estipulado no artigo 12 deste Regimento e ficar caracterizado o cometimento de qualquer infração.

Parágrafo Único - Nas hipóteses dos incisos I e II deste artigo, o Fiscal juntará ao Auto de Infração uma das vias da Notificação, e se for o caso, os documentos que comprovem o ilícito praticado pela empresa autuada.

Seção V

Dos Critérios de Classificação da Infração

Art. 23 São critérios de classificação de cada infração a infringência de qualquer artigo e seus incisos da Lei 8.078/90 e suas Regulações posteriores, o momento da prática infrativa e a unidade ou a pluralidade de lesados, classificando-se em:

I - Leves: aquelas em que forem verificadas pelo menos uma das circunstâncias atenuantes;

II - Graves: aquelas em que forem verificadas somente circunstâncias agravantes.

Seção VI

Dos Responsáveis por Infrações e Penalidades

Art. 24 Responderão por infrações ou penalidades previstas na Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990 e Decreto nº 2.181 de 20 de março de 1997, e suas alterações posteriores, as empresas em geral, por atos praticados por administradores, empregados ou prepostos e ainda por pessoas físicas quando for o caso.

Parágrafo Único - Para efeito deste Regimento consideram-se:

I - Empresas em Geral: as sociedades empresariais, as sociedades simples, as firmas individuais registradas ou não, as cooperativas, fundações e as sociedades de fato, administradoras de consórcios, concessionárias de serviço público, empresas seguradoras de serviços de bancos e financiamentos e outros;

II - Estabelecimento: a sede industrial, comercial ou administrativa da empresa, suas filiais, sucursais, depósitos ou similares;

III - Responsável pelo Estabelecimento: diretores administradores, gerente, ou quem, de direito ou de fato pratique, em nome de outrem, ato de comércio;

IV - Pessoas Físicas: aquelas não inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas .

TÍTULO III

Do Processo

CAPÍTULO I

Da Defesa

Art. 25 Do dia da entrega da segunda via do Auto de Infração, ou da data do recebimento de Notificação ou da data única da publicação do Edital, correrá o prazo improrrogável de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa escrita.

Art. 26 A qualquer momento, o representante da empresa autuada terá vista, na sede do PROCON do processo originário do Auto de Infração, podendo coletar os dados que julgar necessários a sua mais ampla defesa, mediante requerimento expresso.

Art. 27 À empresa ou pessoa física autuada somente será permitida a produção ou indicação de prova documental ou pericial.

Parágrafo Único - A empresa ou pessoa física autuada poderá apresentar, na defesa, cópia de quaisquer documentos, sendo facultada à Fiscalização exigir a sua conferência com o documento original.

Art. 28 A empresa ou pessoa física autuada poderá anexar documentos e laudos de exames, em prazo marcado pelo Diretor do Procon, quando informado na defesa e por motivo de força maior, a este não puder juntá-los de plano.

§ 1º - A empresa ou pessoa física autuada especificará a prova indicada, sua natureza ou finalidade, podendo o Diretor do PROCON negá-la, quando não for comprovada a força maior ou se a prova indicada for estranha à matéria em apreciação.

§ 2º - O prazo marcado pelo Diretor do PROCON para a produção da prova indicada na defesa, não poderá exceder de 30 (trinta) dias da data da ciência do despacho que a determinar.

§ 3º - Não caberá recurso no despacho do Diretor do PROCON, que denegar a produção de posterior de prova não indicada na defesa.

Art. 29 Ultimada a fase de instrução do processo, inclusive com a tramitação da retificação do Auto de Infração e após os trâmites legais previstos neste Regimento, o Diretor do PROCON, antes de proferir sua decisão, poderá determinar à Fiscalização e/ou Assessoria Jurídica do órgão, a emissão de parecer sobre o processo sob análise.

CAPÍTULO II**Da Decisão em Primeira Instância**

Art. 30 Recebendo o processo, o Diretor, dentro dos 10 (dez) dias, proferirá a decisão no sentido de:

I - homologar o Auto e arbitrar multa para cada infração nela caracterizada, observadas as regras do art. 23;

II - deixar de homologar o auto respectivo.

§ 1º - O Diretor do PROCON fundamentará, obrigatoriamente, a sua decisão e declarará as infrações subsistentes e as insubsistentes, fixando para cada infração que reconhecer, a multa adequada, observando o disposto no parágrafo único dos artigos 24, 25, 26 e 27 do Decreto nº 2.181/97 que regulamenta a Lei 8.078/90.

§ 2º - Na fundamentação da decisão, o Diretor, poderá se reportar às razões e conclusões fundamentadas no parecer da Assessoria Jurídica, ou do Serviço de Fiscalização.

§ 3º - Se a decisão não atender ao disposto nos parágrafos anteriores, a autoridade competente, para apreciar o recurso, de plano determinará o retorno do processo ao Diretor do PROCON para fundamentar seu despacho decisório e especificar o valor de multa atribuída para cada infração.

CAPÍTULO III**Das Penalidades**

Art. 31 Declarada subsistente a infração, poderá se aplicar ao infrator as penalidades de:

I - multa;

II - apreensão do produto;

III - inutilização do produto;

IV - cassação do registro do produto junto ao órgão competente;

V - proibição de fabricação do produto;

VI - suspensão de fornecimento de produtos ou serviços;

VII - suspensão temporária de atividade;

VIII - revogação da concessão ou permissão de uso;

IX - cassação de licença do estabelecimento ou de atividade;

X - interdição, total ou parcial, do estabelecimento, da obra ou de atividade;

XI - Intervenção administrativa;

XII - imposição da contrapropaganda.

Seção I**Da Multa**

Art. 32 Para os fins da aplicação da multa de que trata o artigo 57 da Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990, e alterações posteriores, levar-se-á em conta, o porte da empresa e as circunstâncias em que a infração foi praticada.

Art. 33 Na imposição de sanções serão consideradas a repercussão de ordem econômica e social da infração cometida, o valor da operação de locupletamento ilícito ou outras vantagens obtidas pelo infrator; seu grau de instrução, experiência, antecedentes fiscais e comerciais e condição econômica.

§ 1º - A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração nas relações, de consumo, a vantagem auferida e a condição econômica do infrator, será aplicada mediante procedimento administrativo nos termos deste Regimento, depositando os créditos oriundos de tal ação, para o Fundo Municipal dos Direitos Difusos, ou outra conta específica proposta pelo setor contábil do Município.

§ 2º - A multa a ser aplicada, observadas as peculiaridades em cada caso, não poderá ser inferior a duzentas e nem superior a três milhões de vezes o valor da Unidade Fiscal de Referência

(UFIR), ou índice equivalente que venha substituí-lo, de conformidade com o Parágrafo Único do art. 57 da Lei 8.078/90.

§ 3º - A graduação da multa de que trata o Parágrafo anterior, bem como o art. 57 da Lei 8.078/90, dar-se-á de conformidade com a tabela anexa a este Regimento - Anexo I ou outro instrumento pertinente.

Seção II**Das Demais Penalidades**

Art. 34 As penas de apreensão, de inutilização de produtos, de proibição de fabricação de produto ou serviço de cassação de registro do produto e revogação da concessão ou permissão de uso serão aplicadas pela administração do PROCON, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando forem constatados vícios de quantidade ou qualidade por inadequação ou insegurança de produto ou serviço.

Art. 35 As penalidades de cassação de alvará de licença, de interdição e de suspensão temporária de atividade, bem como, a intervenção administrativa serão aplicadas mediante procedimento administrativo, assegurada a ampla defesa, quando o fornecedor reincidir na prática de infrações de maior gravidade previstas neste Regimento e na legislação de defesa do consumidor.

§ 1º - A pena de cassação será aplicada à concessionária de serviço público, quando violar obrigação legal ou contratual.

§ 2º - A pena de intervenção administrativa será aplicada sempre que as circunstâncias do fato desaconselharem a cassação de licença, a interdição ou suspensão da atividade.

§ 3º - Estando em tramitação ação judicial na qual se discuta a imposição de penalidade administrativa, não haverá incidência até o trânsito em julgado da sentença.

Art. 36 A imposição de contrapropaganda será cominada quando o fornecedor incorrer na prática de publicidade enganosa ou abusiva, nos termos do artigo 36 e seus parágrafos da Lei 8.078/90e sempre às expensas do infrator.

Parágrafo Único - A contrapropaganda será divulgada pelo responsável da mesma forma, frequência e dimensão e preferencialmente no mesmo veículo, local e espaço e horário, de forma capaz de desfazer o malefício da publicidade enganosa e abusiva.

Art. 37 As penalidades previstas nos incisos III ao XI do artigo 31 deste Regimento, sujeitar-se-ão a posterior confirmação pelo órgão normativo ou regulador da atividade, observados os limites de sua competência.

Seção III**Das Nulidades**

Art. 38 A inobservância de forma não acarretará a nulidade do ato, se não houver prejuízo para a defesa.

Parágrafo Único - A nulidade dos procedimentos, prejudica somente os atos posteriores ao ato declarado nulo e dele diretamente dependentes ou de que sejam consequência, cabendo à autoridade que a declarar indicar tais atos e determinar o adequado procedimento saneador, se for o caso.

Seção IV**Dos Recursos Administrativos**

Art. 39 Da decisão do diretor do PROCON, caberá recurso, com efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da

intimação da decisão ao Prefeito Municipal, ou a quem este delegar tal função através de decreto, que proferirá decisão definitiva, como segunda e última instância recursal.

Art. 40 Não será conhecido o recurso interposto fora do prazo indicado no artigo 39 e condições estabelecidas neste Regimento.

Art. 41 O Chefe do Poder Executivo Municipal, ou aquele que este delegar tal função, somente dará provimento ao recurso, quando a decisão do Diretor do PROCON for flagrante contra a lei, baseado em parecer da Procuradoria Geral do Município.

Parágrafo Único - O Chefe do Poder Executivo, poderá solicitar parecer do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor para fundamentar sua decisão, neste caso suspendendo o prazo do art. 39, até manifestação do Conselho.

Art. 42 A decisão é definitiva quando não mais couber recurso, seja de ordem formal ou material.

Art. 43 Todos os prazos referidos nesta Seção são preclusivos.

Seção V Da Inscrição na Dívida Ativa

Art. 44 Não sendo recolhido o valor da multa em 30 dias, será a mesma inscrita em dívida ativa em livro próprio, devendo ser emitida a Certidão de Dívida Ativa para a subsequente execução judicial, nos termos da Lei 6.830 de 22 de setembro de 1980.

Parágrafo Único: Não sendo efetuado o pagamento no prazo de 30 dias, poderá o Órgão competente protestar os títulos emitidos, em cartório competente para lavratura.

Art. 45 Aos procedimentos administrativos disciplinados por este Regimento, aplica-se subsidiariamente as normas do Decreto 2.0181/97, do Código de Processo Civil e demais normas vigentes no direito Processual Brasileiro.

TÍTULO IV Da Competência

Art. 46 São competentes para:

I - lavrar Autos de Infração, de Constatação e Apreensão:

a) O fiscal do PROCON;

II - processar o auto de infração;

a) O Serviço de Assessoria Jurídica,

III - prolatar a decisão de primeira instância no processo originário do Auto de Infração lavrado no limite territorial do município;

a) O Diretor do PROCON

IV - apreciar pedido de reconsideração :

a) O Diretor do PROCON;

V - intimar para audiência:

a) O profissional designado para exercer as atividades jurídicas do PROCON

VI - apreciar o recurso "ex officio" ou voluntário:

a) O Prefeito Municipal;

b) Ou a autoridade a quem o Prefeito delegar tal atribuição.

VII - emitir notificação :

a) O Diretor do PROCON;

b) O Fiscal do PROCON;

c) A Assessoria Jurídica;

d) O Serviço de Atendimento.

§ 1º - O fiscal do PROCON terá livre trânsito em qualquer dependência do estabelecimento fiscalizado, podendo examinar estoques, notas fiscais, papéis e livros e demais documentos que julgar conveniente ao desempenho de suas atribuições.

§ 2º - A empresa autuada será notificada da mudança do órgão processante.

§ 3º - Do dia da entrega da Notificação para recolhimento da multa ou da publicação do edital desta correrá o prazo para apresentação da defesa da empresa autuada, no termos deste Regimento.

§ 4º - As regras de competência constantes deste artigo não excluem as demais previstas em Regimentos para os servidores ou autoridades mencionadas.

TÍTULO V Das Disposições Gerais

Art. 47 A autuação somente poderá versar sobre fato pretérito ocorrido até 5 (cinco) anos antes de sua lavratura.

Art. 48 A autuação que versar sobre fato pretérito basear-se-á no ato interventivo vigente à época do fato, mesmo que na data da lavratura esteja revogado.

Art. 49 Nos casos em que este Regimento não determinar que a Notificação seja feita na pessoa do responsável pela empresa ou estabelecimento, esta deverá ser efetivada de acordo com o que consta no art. 53 do presente instrumento.

Art. 50 Quando o Auto de Infração ou Auto de Constatação se fundamentar em documentos, estes deverão ser comprovados mediante cópia anexa àquele.

Parágrafo Único - Na impossibilidade de tal fato ocorrer, o autuante deverá:

a) mencionar no auto a causa impeditiva da juntada e descrever minuciosamente o documento;

b) notificar o autuado para apresentar cópia do documento respectivo.

Art. 51 Todos os atos decorrentes de ação fiscalizadora serão lavrados ou expedidos no estabelecimento fiscalizado, exceto quando:

I - não houver segurança para o Fiscal exercer suas funções;

II - da lavratura do Auto de Constatação, no caso do inciso I do art 8º;

III - da lavratura do Auto de Apreensão, a mercadoria se encontrar em local diverso daquele em que foi produzida, embalada ou comercializada;

IV - da lavratura do Auto de Infração, nos casos previstos no artigo 22;

V - da lavratura do Auto ou da expedição de Notificação para o comerciante ambulante, que ocorrerá no local onde este se encontrar.

§ 1º - Na hipótese do inciso I deste artigo, o Fiscal do PROCON iniciará ou concluirá sua missão em local que julgar seguro, previamente comunicando ao responsável pelo estabelecimento, podendo solicitar auxílio à autoridade policial, caso julgue necessário.

§ 2º - O fiscal do PROCON deverá lavrar Auto de Constatação contra outras empresas infratoras que não a titular do estabelecimento fiscalizado, para posterior lavratura da Infração, desde que apure ou comprove infrações cometidas por àquelas.

§ 3º - Tratando-se de comerciante ambulante, o Fiscal do PROCON mencionará, no ato decorrente da ação fiscalizadora, a residência e os elementos dos documentos de identidade do fiscalizado.

Art. 52 Após a entrega da primeira via do Auto da Infração pelo

Fiscal autuante, à seção responsável pela protocolização do mesmo, deverá encaminhar o processo formado, juntamente com a primeira via do auto lavrado, à fiscalização para proceder a revisão do instrumento lavrado em formulário próprio, e de imediato:

I - determinar a juntada dos documentos que não tenham sido anexados;

II - sugerir ao Diretor do PROCON, quando for o caso, a retificação do Auto, que não poderá alterar a descrição do fato caracterizador da infração ou suprir a falta de assinatura do autuante, do autuado ou da declaração da recusa deste, em assinar o documento.

§ 1º - A fiscalização, no caso de retificação, comunicará imediatamente o fato à empresa autuada e lhe abrirá o prazo de 10 (dez) dias para defesa, a partir do dia do recebimento da retificação.

§ 2º - O Auto de Infração com vício que não possa ser retificado será protocolizado e o Diretor após decurso do prazo para apresentação da defesa, declara de plano, a nulidade e extinção do processo.

Art. 53 Na inviabilidade da entrega da segunda via do Auto de Infração ou do instrumento preliminar ao responsável pelo estabelecimento fiscalizado, a remessa será feita à empresa por via postal com Aviso de Recebimento (AR) e na impossibilidade desta, a ciência será dada por edital.

Parágrafo Único - Da única publicação do edital, contendo o inteiro teor do Auto de Infração ou do instrumento preliminar, no órgão de imprensa local, correrá o prazo de 10 (dez) dias para apresentação da defesa ou cumprimento da exigência.

Art. 54 O Diretor ou autoridade competente, por despacho fundamentado poderá declarar suspeição ou impedimento para eximir-se de proferir a decisão em processo originário de Auto de Infração.

§ 1º - Na hipótese deste artigo a autoridade referida no "caput" deverá remeter o processo ao seu substituto legal.

§ 2º - Se igualmente suspeitos ou impedidos os substitutos legais, o Diretor ou autoridade competente designará no processo, quem deve prolatar a decisão.

§ 3º - Tendo o Diretor Executivo do PROCON solicitado sua suspeição ou impedimento, designará funcionário do PROCON ou Procurador do Município, para substituí-lo naquele ato.

Art. 55 Os prazos previstos neste Regimento serão contínuos, porém, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, não se interrompendo em sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo, entretanto não começarão nem terminarão nestes dias, e nesta última hipótese, serão prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

Art. 56 São fatais os prazos constantes dos arts. 12, 17, 25 deste Regimento.

§ 1º - Transcorridos os prazos aludidos neste artigo sem que tenha sido cumpridas suas determinações, certificar-se-á o desatendimento em até 10 (dez) dias, dando-se prosseguimento do feito.

§ 2º - O órgão processante não poderá juntar ao processo, qualquer petição, guia do documento, apresentado fora de prazos mencionados nos artigos anteriores, devendo neste caso, ser o mesmo arquivado.

§ 3º - A restauração dos processos originários de Auto de Infração será iniciada com as respectivas terceiras vias arquivadas no órgão

processante.

TÍTULO VI

Disposições Transitórias

Art. 57 As normas expressas neste Regimento se aplicam a todos os processos originários de Autos de Infrações não transitados em julgado na instância administrativa, até a data de publicação deste instrumento.

Art. 58 O presente Regimento do PROCON, deverá ser homologado pelo Chefe do Poder Executivo, mediante respectivo Decreto.

Art. 59 Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 31 de Julho de 2013

ANEXO I

TABELA DE CLASSES DE FATURAMENTO

FATURAMENTO (1)

Em UFIR MULTA

Em UFIR

I - até 50.000 De 400 até 5.000

II - mais de 50.000 até 200.000 Mais de 5.000 até 50.000

III - mais de 200.000 até 1.000.000 Mais de 50.000 até 200.000

IV - mais 1.000.000 até 10.000.000 Mais de 200.000 até 500.000

V - mais de 10.000.000 até 100.000.000. Mais de 500.000 até 1.000.000

VI - mais 100.000.000 Mais de 1.000.000 até 3.000.000

(1) - Faturamento do mês anterior a data de autuação.

Decreto Nº 309/2013

DECRETO Nº 0309, DE 03 DE OUTUBRO DE 2013

DECLARA PONTO FACULTATIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 231, da Lei nº 228/01

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais, ressalvadas as necessidades de serviço de cada Secretaria, no dia 28 de outubro de 2013, em comemoração ao Dia do Servidor Público.

Art. 2º Estende-se o Ponto Facultativo à Central de Medicamentos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de outubro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 310/2013

DECRETO Nº 0310, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VI-GENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) no orçamento vigente do SAMAE, e suplementará a seguinte dotação orçamentária:
Órgão: 23 - SERV. AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Unidade: 02 - Abastecimento de Água
Projeto: 1.002 - Ampliação, Reforma e Reparelhamento do Sistema de Água
(26) 4.4.90.52.00.00.00.00.0200 - Equip. Material Permanente
R\$ 120.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:
Órgão: 23 - SERV. AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Unidade: 02 - Abastecimento de Água
Projeto: 1.002 - Ampliação, Reforma e Reparelhamento do Sistema de Água
(25) 4.4.90.51.00.00.00.00.0200 - Obras e Instalações
R\$ 120.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de outubro de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 311/2013

DECRETO Nº 0311, DE 07 DE OUTUBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito
Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito
Atividade: 2.003 - Defesa Civil
(22) 3.3.90.32.00.00.00.00.0100 - Material de Distrib. Gratuita.
R\$ 2.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito
Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito
Atividade: 2.003 - Defesa Civil
(20) 3.3.90.14.00.00.00.00.0100 - Diárias - Civil.
R\$ 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de outubro de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 313/2013

DECRETO Nº 0313, DE 08 DE OUTUBRO DE 2013
DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Edemilson Benedito de Assis, Sandra Sadowski Andrzejewski, Mauro Siqueira Ramos, Raphael Bedin Bueno e Ricardo Antonio Homechen, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura, análise e julgamento das propostas referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 266/2013, a realizar-se às 09:00 horas do dia 08 de outubro de 2013, na sala de reunião da sede do Município de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de outubro de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Listagem de Portarias

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 3513, de 02 de outubro de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Eliane Kubiak Graczeck. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 3514, de 02 de outubro de 2013. Declara Vago Cargo de Atendente Educativo, ocupado pela servidora Marines Becker, a partir de 01 de outubro de 2013, nos termos do art. 47, V, da Lei nº 228/01.

Portaria nº 3515, de 02 de outubro de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Neusa Terezinha Chupel. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 3516, de 02 de outubro de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Patricia Aparecida Hacke. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 3517, de 02 de outubro de 2013. Exonera Servidor Público, a pedido. Silene Xavier Rosa de Souza. Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 3519, de 03 de outubro de 2013. Nomeia Servidor Público, a partir de 02 de outubro de 2013. Larissa Leal Bassani Nogueira. Recepcionista. Grupo Ocupacional 2. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 3520, de 03 de outubro de 2013. Concede Licença Prêmio, período de 23/09/2013 a 22/10/2013. Mauri Becker Ferreira do Amaral. Vigia. SEMED.

Portaria nº 3521, de 03 de outubro de 2013. Concede Licença Prêmio, período de 29/10/2013 a 27/11/2013. Liane Luzia Sestren. Técnico em Saúde Bucal. SEMED.

Portaria nº 3522, de 03 de outubro de 2013. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 206/2009. Eliane Zelia dos Santos Stradioto. Psicólogo. SEMUS.

Portaria nº 3523, de 03 de outubro de 2013. Concede Redução de Carga Horária, a pedido, a partir de 01 de outubro de 2013, nos termos do Processo nº 6773/2013, passando de 40 horas

semanais para 10 horas semanais. Médico Clínico Geral. SEMUS.

Portaria nº 3524, de 03 de outubro de 2013. Concede Redução de Carga Horária, a pedido, a partir de 04 de novembro de 2013, nos termos do Processo nº 6546/2013, passando de 20 horas semanais para 10 horas semanais. Roberto Coswig Fiss. Médico Dermatologista. SEMUS.

Portaria nº 3525, de 03 de outubro de 2013. Revoga, a partir de 02 de outubro de 2013, a Portaria nº 3519/2013 que nomeou servidora pública Larissa Leal Bassani Nogueira, no cargo de Recepcionista, por desistência espontânea.

Portaria nº 3526, de 04 de outubro de 2013. Revoga, a partir de 25 de setembro de 2013, a Portaria nº 0041/2005 que cedeu a servidora Maria Eneir Correa Schpak para prestar serviços junto à 21ª Delegacia Regional de Polícia.

Portaria nº 3531, de 04 de outubro de 2013. Retira Gratificação de Função FG 2 concedida ao servidor Welinton Luis dos Santos, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 3532, de 04 de outubro de 2013. Concede Gratificação de Função - FG 2 - Agente de Serviços de Asfalto, a partir de 01 de outubro de 2013, ao servidor Antonio Wilson Muller, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 3534, de 07 de outubro de 2013. Exonera Chefe de Divisão de Obras Viárias, a partir de 01 de outubro de 2013. Lourival Ferreira do Castilho. SEMOB.

Portaria nº 3535, de 07 de outubro de 2013. Nomeia Chefe de Divisão de Limpeza Pública, no cargo de Chefe de Divisão de Limpeza Pública, Coleta e Tratamento de Lixo, a partir de 01 de outubro de 2013. Lourival Ferreira de Castilho. SEMOB.

Portaria nº 3536, de 07 de outubro de 2013. Retira Gratificação de Função FG 5 concedida à servidora Analu dos Santos Lopes, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria nº 3537, de 07 de outubro de 2013. Nomeia Diretor do Departamento de Proteção Social Especial, a partir de 01 de outubro de 2013. Analu dos Santos Lopes. SEMAS.

Portaria nº 3538, de 07 de outubro de 2013. Exonera Coordenador de Serviços de Atendimento na Recepção, a partir de 01 de outubro de 2013. Elenara Sandra Camillo Pinto. SECAD.

Portaria nº 3539, de 07 de outubro de 2013. Exonera Coordenador de Serviços de Recepção, a partir de 01 de outubro de 2013. Mariane Maia de Lima. SECAD.

Portaria nº 3540, de 07 de outubro de 2013. Nomeia Coordenador de Serviços de Oficinas, a partir de 01 de outubro de 2013. Elenara Sandra Camillo Pinto. SEMAS.

Portaria nº 3541, de 07 de outubro de 2013. Nomeia Coordenador de Serviços de Atendimento as Associações de Moradores, a partir de 01 de outubro de 2013. Mariane Maia de Lima. SEMAS.

São Bento do Sul, 09 de outubro de 2013.
FERNANDO TURECK
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº 3512/2013

PORTARIA Nº 3512, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora CAROLINE PRISCILA MACHADO, ocupante do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais: Zafira - placas MCR 6011, Celta - placas MFC 7635 e Sandero - placas MFF 5815.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de outubro de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 3518/2013

PORTARIA Nº 3518, DE 02 DE OUTUBRO DE 2013
CONSTITUI COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO MUNICIPAL-SEMUS

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão para elaboração dos instrumentos de Gestão Municipal/SEMUS - Plano Municipal de Saúde (2014-2017), Planejamento de Saúde/PAS, Relatório Anual de Gestão e Relatório Quadrimestral de Gestão.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores públicos para compor a Comissão constituída:

ETIANE PLOZAI LINZMEYER - responsável pelo Planejamento;
ELAINE DO PADO - responsável pelas Unidades de Saúde;
ELSINA NEHLS - responsável pelo Controle e Avaliação;
MARCELO LEANDRO NENEVÊ - responsável pelo Setor de Odontologia;
SANDRA DOS SANTOS SCHREINER - Diretora do Departamento de Gestão Administrativa;
SIRLENE PETERS - responsável pela Contabilidade; e
LUCIANE MARY KOCH SCATOLON - Diretora do Departamento de Vigilância à Saúde

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 02 de outubro de 2013
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 3528/2013

PORTARIA Nº 3528, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013.
EXONERA SECRETÁRIO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Exonerar, a partir de 01 de outubro de 2013, DANIEL LUTZ, do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

São Bento do Sul, 04 de outubro de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 3529/2013

PORTARIA Nº 3529, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013
REVOGA PORTARIA Nº 2780/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Revogar, a partir de 01 de outubro de 2013, a Portaria nº 2780, de 24 de julho de 2013, que designou DANIEL LUTZ para responder interinamente pela Assessoria Administrativa, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 04 de outubro de 2013
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 3530/2013

PORTARIA Nº 3530, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013.
NOMEIA ASSESSOR

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 01 de outubro de 2013, DANIEL LUTZ, no cargo de Assessor Administrativo, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 04 de outubro de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 3533/2013

PORTARIA Nº 3533, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013.
DESIGNA PARA RESPONDER

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da lei,

RESOLVE:

Designar, a partir de 01 de outubro de 2013, DANIEL LUTZ, ocupante do cargo de Assessor Administrativo, para assumir, interinamente, o expediente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

São Bento do Sul, 04 de outubro de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 278/2013

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 278/2013

OBJETO: Construção emergencial de muro de contenção em alvenaria estruturada em concreto armado com extensão de 26,00 metro e altura de 4,00 metros, obra complementar a pavimentação da Rua Mathias Nossol, conforme art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: Impacto Engenharia Ltda.
Valor: R\$ 37.092,16

SÃO BENTO DO SUL, 24 de setembro de 2013.
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Aviso de Licitação - Pregão Nº 8/2013 Emhab

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2013
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente da Empresa Municipal de Habitação, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 22 de outubro de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO E AJUDANTE DE SERVIÇOS, PARA ATENDER DIVERSAS ATIVIDADES NA EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - EMHAB.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30 às 17h00.

São Bento do Sul, 03 de outubro de 2013.
LUIZ CARLOS PEDROZO
Diretor Presidente da EMHAB

MAURO SIQUEIRA RAMOS
Pregoeiro

Extrato de Termo Aditivo Nº 148/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 148/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 103/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, em 25 de MARÇO de 2013, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 104/2013.

Considerando o objeto do Contrato nº 103/2013, que consiste na prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para o CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho - PAT.

Considerando análise do Processo Administrativo nº 2068/2013, que trata do certame licitatório de inexigibilidade com a EPAGRI para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural e em virtude de vários pedidos de informação oriundos do Ministério Público atentando sobre a fiscalização dos contratos de prestação de serviços firmados pelo Município, faz-se necessário a alteração da Cláusula Sexta, do referido Contrato nos seguinte termos:

Fica incluída na "Cláusula Sexta - Da Forma de Pagamento" do Contrato o §2º, com a seguinte redação: "A contratada deverá apresentar relatório junto da Nota Fiscal, onde conste o acompanhamento das ações executadas, permitindo elencar os beneficiados (famílias, agricultores, propriedades), listados por nome e benefícios, atendimentos, material recebido, documentos emitidos, projetos concretizados, etc."

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 25 de março de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 02 de maio de 2013.

Ass: ROBERTO SCHWEITZER DE ALBUQUERQUE, pela Secretaria de Agricultura e meio Ambiente do Município.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, como Contratada.

Justificativa Dispensa de Licitação Nº 278/2013

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/931 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: Construção emergencial de muro de contenção em alvenaria estruturada em concreto armado com extensão de 26,00 metro e altura de 4,00 metros, obra complementar a pavimentação da Rua Mathias Nossol

II - Contratado: Impacto Engenharia Ltda

III Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação:

Caracterização da Situação Emergencial que Justifica a Dispensa: Devido a desestabilização do talude executado para a execução da Pavimentação Asfáltica na Rua Mathias Nossol, localizada no Bairro Serra Alta, residência nº 4034, existe a necessidade da execução de um muro de arrimo misto (concreto e alvenaria), para a contenção do solo, pois existe o risco de contínuo processo de erosão, pondo em risco a casa localizada sobre o talude. Caracterizada está a situação emergencial que autoriza a contratação direta nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/93.

O valor de R\$ 37.092,16 (trinta e sete mil noventa e dois reais e dezesseis centavos) referente a obra e preço de mercado, comprovado através de orçamentos anexados aos autos do processo.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Impacto Engenharia Ltda foi escolhida porque (I) é do ramo pertinente (obras civis); (II) detém acervo de obras públicas de características semelhantes àquelas que serão executadas, aliás, muitas destas obras tendo como contratante o Município de São Bento do Sul.

V - Justificativa do Preço: O valor contratado de R\$ 37.092,16 (trinta e sete mil noventa e dois reais e dezesseis centavos) referente à obra é preço de mercado, comprovado através de orçamentos anexados aos autos do processo

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

Secretário de Planejamento e Urbanismo

Retificação de Termo de Homologação e Adjudicação Em Chamada Pública Nº 128/2013

RETIFICAÇÃO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO EM CHAMADA PÚBLICA Nº 128/2013

No Termo de Homologação e Adjudicação com o fornecedor Dalciano Fragoso 02529396973, publicado no dia 19 de agosto de 2013, no DOM - Diário Oficial dos Municípios - Edição 1305, quanto ao item adjudicado, onde se lê Item 03 (Cláusula 4.1 do Edital), leia-se Item 01 (Cláusula 4.1 do Edital).

São Bento do Sul, 01 de outubro de 2013.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Diretor de Compras

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Extrato de Contrato Nº 014/2013 Fc

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Largo Hugo Fischer, 33 - Centro

Fone/Fax: (47) 3631-6043

89280-364 - SÃO BENTO DO SUL - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 014/2013

DA ESPÉCIE: Contrato de prestação de serviços, que entre si celebram a FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL e a empresa NEJE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA.

DO OBJETO: Prestação de serviços de monitoramento de sistema de segurança eletrônica nas dependências do Arquivo Histórico Municipal, sito à Avenida Argolo, nº 215 e do Museu Municipal Dr. Felipe Maria Wolff, sito à Avenida Argolo, nº 245, bairro Centro - São Bento do Sul - SC, conforme compra direta 127/2013.

DO VALOR: R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) mensais, totalizando R\$ 1.920,00 (hum mil, novecentos e vinte reais).

DA VIGÊNCIA: 12 meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 01 de agosto de 2013.

Ass: BRAULIO HANTSCHER, pela Fundação Cultural

CAROLINA MUNHOZ MENDES SCHERER, pela Contratada.

Extrato de Contrato Nº 049/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 049/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CONSTRUTORA CAMPO ALEGRE LTDA ME.

DO OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de pedreiro, carpinteiro, encanador e servente para pequenos reparos na Secretaria de Assistência Social, conforme Convite nº 45/2013.

DO VALOR: R\$ 8.760,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 10 (dez) meses e 27 (vinte e sete) dias a contar desta data.

São Bento do Sul, 04 de fevereiro de 2013.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

CONSTRUTORA CAMPO ALEGRE LTDA ME, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 074/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 074/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Sra. VERONICA APARECIDA SILL DA CRUZ.

DO OBJETO: Consiste na contratação de 480 horas de profissional para ministrar aula/oficina de cabeleireiro no CRAS Serra Alta e CRAS Centenário, para Oficina Socioeducativa visando ampliar competências e contribuir para o fortalecimento de autonomia e inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social/fortalecimento de vínculos, conforme Convite nº. 66/2013.

DO VALOR: R\$ 6.624,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 10 (dez) meses a contar de 01.03.2013

São Bento do Sul, 25 de fevereiro de 2013.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

VERONICA APARECIDA SILL DA CRUZ, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 127/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 127/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Materiais que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MÁXIMA PAPELARIA EIRELI.

DO OBJETO: Consiste na aquisição de cartuchos originais, para impressora a jato de tinta, conforme descrição e quantidade anexa no Convite nº 86/2013, constante do item nº 1.

DO VALOR: R\$ 333,74 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 08 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a contar de 11/04/13.

São Bento do Sul, 15 de abril de 2013.

ASS: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

MÁXIMA PAPELARIA EIRELI, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 128/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 128/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Materiais que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa DIGISYSTEM COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA.

DO OBJETO: Consiste na aquisição de cartuchos remanufaturados, para impressora a jato de tinta e a laser, conforme descrição e quantidade anexa no Convite nº 86/2013 constante do item nº 2.

DO VALOR: R\$ 1.554,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 08 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a contar de 11/04/13.

São Bento do Sul, 15 de abril de 2013.

ASS: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

DIGISYSTEM COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 129/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 129/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Materiais que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PATRICIA DEZORDI - INFORMÁTICA - ME.

DO OBJETO: Consiste na aquisição de tonner remanufaturados para impressora a jato de tinta e a laser, conforme descrição e quantidade anexa no Convite nº 86/2013, constante do item nº 3.

DO VALOR: R\$ 504,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 08 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a contar de 11/04/13.

São Bento do Sul, 15 de abril de 2013.

ASS: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

PATRICIA DEZORDI INFORMÁTICA-ME, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 155/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 155/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa XTHOR INFORMÁTICA LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na Hospedagem, Assistência e Manutenção do site do Portal Turístico (www.turismoemsaobento.com.br) conforme Compra Direta nº 1241/2013 e requisição nº 135207.

DO VALOR: R\$ 1.672,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 08 (oito) meses a contar de 01/05/2013.

São Bento do Sul, 10 de maio de 2013.

ASS: DANIEL LUTZ, como Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Município.

XTHOR INFORMÁTICA LTDA, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 172/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 172/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Imóvel que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o Sr. ALCIR BAGNHUK.

DO OBJETO: Consiste na Locação de imóvel, para pagamento de aluguel social em caráter de emergência para abrigar a família do Sr. Nivaldo Inácio Pereira de Oliveira, em virtude de incêndio em sua residência, situada a Rua Luiz Hingestieler nº 113, Bairro Colonial, conforme Parecer Social nº 035/2013, e de acordo com a Lei nº 8.742/93 - Lei Orgânica da Assistência Social, que prevê a possibilidade de criação de benefícios eventuais para atender necessidades advindas de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, conforme a Dispensa de Licitação nº 144/2013 de 15 de maio de 2013.

DO VALOR: R\$ 1.050,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 03 (tres) meses dias, a contar de 15/05/2013.

São Bento do Sul, 29 de maio de 2013.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social.

IVALDO INÁCIO PEREIRA DE OLIVEIRA, como Beneficiário e ALCIR BAGNHUK como Locador.

Extrato de Contrato Nº 276/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 276/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PROJEÇÃO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato construção de depósito da alimentação escolar na Secretaria de Educação, situado na Rua Benjamin Constant, Centro - São Bento do Sul, conforme memorial descritivo anexo, conforme Convite nº 211/2013.

DO VALOR: R\$ 27.035,17 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 02 (dois) meses, a contar de 13/09/2013.

São Bento do Sul, 22 de agosto de 2013.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, como Secretária de Educação do Município.

PROJEÇÃO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 279/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 279/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Fornecimento de Produtos que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa COOPERATIVA REG. IND. COM. DOLCIMAR LUIS BRUNETTO.

DO OBJETO: Constitui objeto deste contrato na aquisição de alimentação escolar para as Unidades Escolares correspondente ao 2º Semestre nas Unidades Escolares, conforme item 6, conforme Edital de Pregão Presencial nº 230/2013.

DO VALOR: R\$ 21.905,84 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 03 (três) meses, a contar de 01/09/2013.

São Bento do Sul, 29 de agosto de 2013.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, como Secretária de Educação do Município.

COOPERATIVA REG. IND. COM. DOLCIMAR LUIS BRUNETTO, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 280/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 280/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Fornecimento de Produtos que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SUPERMERCADO FRONTAL.

DO OBJETO: Constitui objeto deste contrato na aquisição de alimentação escolar para as Unidades Escolares correspondente ao 2º Semestre nas Unidades Escolares, conforme item 5, conforme Edital de Pregão Presencial nº 230/2013.

DO VALOR: R\$ 93.578,56 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 03 (três) meses, a contar de 01/09/2013.

São Bento do Sul, 29 de agosto de 2013.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, como Secretária de Educação do Município.

SUPERMERCADO FRONTAL, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 281/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 281/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Sonorização que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BECKUS ORGANIZAÇÕES DE EVENTOS LTDA ME.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa de sonorização para realização de eventos realizados pela Secretaria Municipal de Educação do Município de São Bento do Sul conforme item 2 e 5, de acordo com o Pregão Presencial nº 228/2013.

DO VALOR: R\$ 48.480,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses e 02 (dois) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 29 de agosto de 2013.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, como Secretária de Educação do Município.

BECKUS ORGANIZAÇÕES DE EVENTOS LTDA ME, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 282/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 282/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Sonorização que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MANI SOM E LUZ LTDA EPP.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa de sonorização para realização de eventos realizados pela Secretaria Municipal de Educação do Município de São Bento do Sul conforme item 3, de acordo com o Pregão Presencial nº 228/2013.

DO VALOR: R\$ 14.400,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses e 02 (dois) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 29 de agosto de 2013.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, como Secretária de Educação do Município.

MANI SOM E LUZ LTDA EPP, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 283/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 283/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Sonorização que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa KANDYANY EVENTOS LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa de sonorização para realização de eventos realizados pela Secretaria Municipal de Educação do Município de São Bento do Sul conforme item 4, de acordo com o Pregão Presencial nº 228/2013.

DO VALOR: R\$ 5.380,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses e 02 (dois) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 29 de agosto de 2013.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, como Secretária de Educação do Município.

KANDYANY EVENTOS LTDA, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 286/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 286/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Fornecimento de Produtos que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa POSTO PÉROLA DO VALE LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na lavagem de aparência para as viaturas da Polícia Civil, conforme Compra Direta 2302/2013, requisição nº 136637.

DO VALOR: R\$ 1.560,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 02 de setembro de 2013.

ASS: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

POSTO PÉROLA DO VALE LTDA, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 287/2013
EXTRATO DO CONTRATO Nº 287/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Sonorização que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa COMERCIAL MULTISOM LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa de sonorização para realização de eventos realizados pela Secretaria Municipal de Educação do Município de São Bento do Sul conforme item 1, de acordo com o Pregão Presencial nº 228/2013.

DO VALOR: R\$ 11.720,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses e 02 (dois) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 29 de agosto de 2013.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, como Secretária de Educação do Município.

COMERCIAL MULTISOM LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 001/2013 Emhab
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2013

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 005/2012 firmado entre a EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL - EMHAB e a Empresa EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA em 02 de julho de 2012, conforme Edital de Tomada de Preços nº 12/2012.

Considerando o término do Contrato no dia 01 de fevereiro de 2013, que tem como objeto a contratação de empresa para realização de serviços de terraplanagem no Loteamento Santa Fé, localizado na Rua Alberto Torres, Bairro Centenário, conforme memorial descritivo, projetos e orçamento básico, faz-se necessário prorrogar a vigência do Contrato por 60 (sessenta) dias, para que seja realizada auditoria para aferição de quantidades executadas e verificação de aditivo de serviços solicitados pela empresa executora da obra, conforme Parecer Técnico em anexo. Não houve tempo hábil para a realização da auditoria em virtude de alta demanda por serviços dos profissionais da Prefeitura (topógrafos e auxiliares) durante os meses de novembro e dezembro 2012, bem como por ocasião das férias coletivas dos servidores municipais durante o mês corrente, o que impossibilitou a programação e a realização dos serviços, portanto conforme consta na Cláusula Quarta - Da Vigência e com base no Art. 57, inciso III, da Lei nº 8.666/93, fica prorrogado o Contrato por 60 (sessenta) dias, a contar de 02 de fevereiro de 2013 e a terminar em 02 de abril de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 02 de julho de 2012 e Termo Aditivo nº 007/2012 de 31 de outubro de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 30 de janeiro de 2013.

Ass: LUIZ CARLOS PEDROZO, como Diretor Presidente da EMHAB.

EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 003/2013 Fc
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL
Largo Hugo Fischer, 33 - Centro
Fone/Fax: (47) 3631-6043
89.280-364 - SÃO BENTO DO SUL - SC

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 003/2013

DA ESPÉCIE: Contrato de fornecimento de combustível, que entre

si celebram a FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL e BAVÁRIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Considerando que a contratante necessita de aumento do valor total contratado em litros, pois a quantidade contratada é insuficiente, considerando a cláusula 9ª do contrato primitivo e, considerando a diminuição do valor do objeto, estipulado pela própria CONTRATADA, faz-se necessário aditar o Contrato nº 001/2013 nos seguintes termos:

1º - Fica alterado a partir de 10 de setembro de 2013 o valor do litro da gasolina de R\$ 2,863 (dois reais, oitenta e seis centavos e três milésimos) para R\$ 2,788 (dois reais, setenta e oito centavos e oito milésimos). 2º- O presente contrato será aditivado em 25 % sobre o seu quantitativo total de litros, o que resultará em acréscimo de 135 (cento e trinta e cinco) litros. 3º- As despesas decorrentes deste Termo Aditivo, ocorrerão por conta da seguinte dotação orçamentária: 2.060.3.3.90.30.01.00.00.0100 - Manutenção da Fundação Cultural e suas atividades - Material de Consumo. 4º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 11 de janeiro de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2013.

Ass: BRAULIO HANTSCHER, pela Fundação Cultural.

MÁRIO CESAR PACHECO, pela Empresa.

Extrato de Termo Aditivo Nº 027/2013 Fmd
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 027/2013

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Arbitragem, firmado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA, o presente Contrato decorre do Pregão Presencial nº 004/2013, de 19 de fevereiro de 2013.

Considerando o objeto do Contrato a Prestação de Serviços de Arbitragem para os campeonatos realizados pela Fundação Municipal de Desportos, e tendo em vista que a contratante ingressou com pedido administrativo requerendo o aumento do valor total contratado na prestação de serviço de arbitragem, referente ao Contrato nº 008/2013, decorrente do Pregão Presencial nº 004/2013, faz-se necessário aditar o item nº 12 do Termo de Referência do referido Pregão, pois a quantidade inicialmente contratada será insuficiente, tendo em vista que no início do ano foi feito a estimativa de jogos para o ano de 2013 com base nos jogos realizados em 2012, porém tivemos mais equipes inscritas para os Jogos Escolares de Futsal Masculino e Feminino neste ano, o que resulta em mais rodadas, desta forma, faz-se necessário aditar o referido Contrato, nos seguintes termos:

1º - O presente contrato fica aditivado em 0,202375% sobre o seu valor total, o que resultará em um acréscimo de R\$ 179,00 (cento e setenta e nove) reais.

2º - A Contratante continuará a pagar a CONTRATADA o valor de R\$ 89,50 (oitenta e nove reais e cinquenta centavos) por jogo.

3º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 13 de março de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 20 de setembro de 2013.

ASS: JOSÉ ERMINIO GREIN, pela Fundação.

ALEXANDRE MARCHIORI, pela Empresa Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 147/2013
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 147/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 028/2013, firmado entre e o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, em 17 de JANEIRO de 2013, conforme Edital de Tomada de Preços nº 394/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 028/2013, que consiste na reforma da cobertura e ampliação parcial do Quartel Central da 2ª Companhia de Bombeiros Militar de São Bento do Sul, situado à Rua Barão do Rio Branco, nº 405, Centro, com fornecimento de materiais, mão de obra e demais obrigações necessárias, conforme memorial descritivo, projetos e convênio nº 11.439/2011-1; Considerando que durante o andamento da obra, verificou-se que o tamanho para a nova garagem para abrigar o novo caminhão do Corpo de Bombeiros era menor em comprimento do que estava no projeto, com isto, necessita-se aumentar em comprimento a nova garagem;

Considerando a necessidade de aumentar os tamanhos de duas janelas para dar uma melhor iluminação interna no imóvel, e também trocar uma janela do banheiro, na qual estava previsto para ser trocada apenas na segunda etapa, mas como o imóvel será pintado externamente, necessita-se trocar esta janela nesta etapa;

Considerando outro serviço necessário, constatado apenas durante o andamento da obra, sendo à demolição da caixa da água de concreto armado existente por uma caixa de água de fibra de vidro com capacidade de 3.000 litros;

Considerando as justificativas acima descritas e planilha anexa, faz-se necessário aditar o valor no Contrato, com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica incluído no Contrato o valor de R\$ 29.873,32 (vinte e nove mil, oitocentos e setenta e três reais e trinta e dois centavos), para pagamentos de acordo com o Contrato original, para execução dos serviços/obras previstos na planilha anexa, parte integrante do presente termo.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 17 de janeiro de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 02 de maio de 2013.

Ass: PAULO ROGÉRIO TURECK, como Chefe de Gabinete do Município.

BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 160/2013
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 160/2013

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Pavimentação Asfáltica de nº 215/2012 firmado entre e o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, em 18 de JULHO de 2012, conforme Edital de Tomada de Preços nº 197/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 215/2012, que consiste na pavimentação asfáltica parcial da Estrada Dona Francisca, extensão total 1.274,46m, área total 10.705,00m², Município de São Bento do Sul, com fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias, conforme Processo nº SDR25 00000788/2012, Convênio nº 4.533/2012-0, memorial descritivo e projetos;

Considerando que a Contratada ingressou com processo administrativo requerendo prorrogação contratual, defere-se o pedido de acordo com o Processo nº 3859/2013, fazendo-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato para fins contábeis por falta de repasse do Governo Estadual, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso V, da Lei nº 8.666/93;

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 18 de maio de 2013 e a terminar em 17 de agosto de 2013. As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 18 de junho de 2012, Termo Aditivo nº 299/2012 de 17 de agosto de 2012, Termo Aditivo nº 393/2012 de 13 de novembro de 2012, Termo Aditivo nº 427/2012 de 19 de dezembro de 2012 e Termo Aditivo nº 066/2013 de 15 de fevereiro de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 237/2013
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 237/2013

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 028/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, em 17 de JANEIRO de 2013, conforme Edital de Tomada de Preços nº 394/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 028/2013, que consiste na reforma da cobertura e ampliação parcial do Quartel Central da 2ª Companhia de Bombeiros Militar de São Bento do Sul, situado à Rua Barão do Rio Branco, nº 405, Centro, com fornecimento de materiais, mão de obra e demais obrigações necessárias, conforme memorial descritivo, projetos e convênio nº 11.439/2011-1; Considerando que em virtude da necessidade de demolição da caixa da água, não se fez necessário à execução do item 7.1 da planilha orçamentária licitada, razão pela qual devem ser objetos de supressão contratual;

Considerando que esta supressão de serviço se fez na planilha de orçamento de serviços do Termo Aditivo nº 147/2013, realizado no dia 02 de maio de 2013, o qual este item foi suprimido do total dos serviços realizados, na qual segue planilha extra contrato com a supressão dos serviços do item 7.1 da planilha orçamentária licitada em anexo;

Considerando que esta supressão citada acima é resultado da diferença gerada do valor aditivado de R\$ 34.443,32 (trinta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e três reais e trinta e dois centavos) com o valor da supressão de R\$ 4.570,00 (quatro mil, quinhentos e setenta reais), conforme planilha anexa ao Termo Aditivo 147/2013 de 02 de maio de 2013, na qual o referido termo aditivo encontra-se no valor de R\$ 29.873,32 (vinte e nove mil, oitocentos e setenta e três reais e trinta e dois centavos);

Considerando o término do Contrato nº 028/2013 em 16 de agosto de 2013, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato para fins contábeis, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93;

Considerando que durante o andamento da obra, verificou-se a necessidade da reforma do portão de ferro existente, pois este se encontra em péssimas condições para ser reinstalado, sendo que o serviço de reforma deste portão não havia sido previsto no projeto licitado, faz-se necessário aditar o valor no referido Contrato, conforme planilha anexa, com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 01 (um) mês, a contar de 17 de agosto de 2013 e a terminar em 16 de setembro de 2013. Fica incluído no Contrato o valor de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais), para pagamentos de acordo com o Contrato original, para execução dos serviços previstos na planilha anexa, parte integrante do presente termo.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 17 de janeiro de 2013 e Termo Aditivo nº 147/2013 de 02 de maio de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 30 de julho de 2013.
Ass: PEDRO IVO DIENER, como Chefe de Gabinete do Município.

BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 238/2013
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 238/2013

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 353/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA, conforme Edital de Tomada de Preços nº 316/2012, em 02 de OUTUBRO de 2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 353/2012, que consiste na construção de quadra poliesportiva coberta com vestiário (980,40m²) na Escola Básica Municipal Alexandre Pfeiffer, Rua Dr. Arndt s/nº, Bairro Colonial, Município de São Bento do Sul, com fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias, conforme memorial descritivo, projetos e Ministério da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE;

Considerando o término do Contrato nº 353/2012 no dia 01 de agosto de 2013, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato para fins contábeis, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 01 (um) mês, a contar de 02 de agosto de 2013 e com término em 01 de setembro de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 02 de outubro de 2012 e Termo Aditivo nº 102/2013 de 25 de março de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 31 de julho de 2013.
Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

LN CONSTRUÇÕES LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 259/2013
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 259/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel de nº 172/2013, firmado entre o Sr. ALCIR BAGNHUK e o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e tendo como beneficiário o Sr. NIVALDO INÁCIO PEREIRA DE OLIVEIRA, em 29 de MAIO de 2013, conforme Dispensa de Licitação nº 144/2013.

Considerando o objeto do Contrato nº 172/2013, que consiste no pagamento de aluguel social em caráter de emergência para abrigar a família do Sr. Nivaldo Inácio Pereira de Oliveira, em virtude de incêndio em sua residência, situada a Rua Luiz Hingestiel, nº 113, Bairro Colonial, conforme Parecer Social nº 035/2013 e de acordo com a Lei nº 8.742/93 - Lei Orgânica da Assistência Social, que prevê a possibilidade de criação de benefícios eventuais para atender necessidades advindas de vulnerabilidade temporária e calamidade pública;

Considerando que o contrato de locação foi firmado para 03 (três) meses e os beneficiários estavam cientes do tempo estipulado pela Prefeitura, os mesmos solicitaram mais 01 (um) mês para poderem se organizar e encontrar nova moradia. A família possui como renda um salário mínimo recebido de auxílio doença do Sr. Nivaldo e a Sra. Tereza sofre de depressão, está fazendo tratamento psiquiátrico e toma medicamentos controlados. Sendo assim, conforme decreto Nº 77, de 11 de março de 2013 sobre a concessão de benefícios eventuais, faz-se necessário aditar o referido contrato nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 01 (um) mês, a contar de 15 de agosto de 2013 e com término em 14 de setembro de

2013.
Permanece o valor mensal de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), totalizando o Contrato em R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) para o período prorrogado.
As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 29 de maio de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 12 de agosto de 2013.
Ass: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

ALCIR BAGNHUK, como Locador e NIVALDO INÁCIO PEREIRA DE OLIVEIRA, como Beneficiário.

Extrato de Termo Aditivo Nº 269/2013
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 269/2013

DA ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Pavimentação Asfáltica de nº 215/2012 firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, em 18 de JULHO de 2012, conforme Edital de Tomada de Preços nº 197/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 215/2012, que consiste na pavimentação asfáltica parcial da Estrada Dona Francisca, extensão total 1.274,46m, área total 10.705,00m², Município de São Bento do Sul, com fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias, conforme Processo nº SDR25 00000788/2012, Convênio nº 4.533/2012-0, memorial descritivo e projetos;

Considerando que por se tratar de convênio com o Governo Estadual e devido à falta de repasse, há necessidade de prorrogação da vigência do contrato para fins contábeis. Diante do exposto, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso V, da Lei nº 8.666/93 nos seguintes termos;

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 18 de agosto de 2013 e a terminar em 17 de novembro de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 18 de junho de 2012, Termo Aditivo nº 299/2012 de 17 de agosto de 2012, Termo Aditivo nº 393/2012 de 13 de novembro de 2012, Termo Aditivo nº 427/2012 de 19 de dezembro de 2012, Termo Aditivo nº 066/2013 de 15 de fevereiro de 2013 e Termo Aditivo nº 160/2013 de 17 de maio de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 16 de agosto de 2013.
Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 284/2013
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 284/2013

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada nº 353/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA, em 02 de outubro de 2012, conforme Edital de Tomada de Preços nº 316/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 353/2012, que consiste na construção de quadra poliesportiva coberta com vestiário (980,40m²) na Escola Básica Municipal Alexandre Pfeiffer, Rua Dr. Arndt s/nº, Bairro Colonial, Município de São Bento do Sul, com fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias, conforme memorial descritivo, projetos e Ministério da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/

FNDE;

Considerando o término do Contrato nº 353/2012 no dia 01 de setembro de 2013, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato para fins contábeis, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 02 de setembro de 2013 e com término em 01 de novembro de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 02 de outubro de 2012, Termo Aditivo nº 102/2013 de 25 de março de 2013 e Termo Aditivo nº 238/2013 de 31 de julho de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 29 de agosto de 2013.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

LN CONSTRUÇÕES LTDA, como Contratada.

Editais Nº 001/2013 - Comdim

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER
DE SÃO BENTO DO SUL - COMDIM

EDITAL Nº 001/2013

CONVOCAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO FÓRUM PARA A ESCOLHA DAS ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE SÃO BENTO DO SUL.

Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM no uso de suas atribuições legais com base na Lei Municipal nº 2409/2009, convoca as Entidades Não-Governamentais do Município de São Bento do Sul, que realizam políticas voltadas a garantir os direitos das mulheres, para participarem do Fórum para a Escolha das Entidades Não-Governamentais, mediante a seguinte regulamentação:

Art. 2º O Fórum elegerá seis Entidades Não Governamentais, da sociedade civil organizada que irão compor o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE SÃO BENTO DO SUL - COMDIM, para o biênio 2013/2015.

Art. 3º As entidades candidatas, ao se inscreverem, deverão apresentar a seguinte documentação:

I) fotocópia de seu Estatuto e as suas alterações posteriores;

II) fotocópia da ata de eleição da atual diretoria;

III) cópia do CNPJ;

IV - Nomeação e fotocópia da Carteira de Identidade ou documento similar (carteira nacional de habilitação ou carteira profissional) de um representante da Entidade para participar do fórum como delegado com direito a voto.

V - Nomeação de dois representantes para o conselho, sendo um titular e um suplente, que, caso a entidade seja eleita, serão os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Parágrafo único: Os documentos acima relacionados deverão ser entregues, na secretaria executiva do COMDIM, impreterivelmente até o dia 11 de novembro de 2013, bem como o preenchimento do formulário de inscrição da entidade, na Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua João Mühlbauer, 169, Bairro Serra Alta.

Art. 4º - A Comissão Eleitoral do COMDIM terá até o dia 18 de novembro de 2013, para examinar as candidaturas e divulgar a relação das entidades candidatas por meio de edital.

§ 1º - Os pedidos de impugnação de candidatura deverão ser dirigidos à Comissão Eleitoral do COMDIM, na Secretaria Municipal de Assistência Social, Rua João Mühlbauer, 169, Bairro Serra Alta, até 05 (cinco) dias após a publicação no Diário Oficial dos Municípios

- DOM, através de ofício, constando a identificação do impugnante e as razões do pedido.

§ 2º - A Comissão Eleitoral terá 03 (três) dias após o término do prazo para a impugnação para decidir sobre a impugnação e responder ao impugnante igualmente publicando no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

§ 3º Caso a solicitação de impugnação de candidatura seja aceita pela comissão eleitoral, a candidata a ser impugnada será comunicada e terá direito a resposta, que deverá ser feito em um prazo não superior a 03 (três) dias.

Art. 5º - A divulgação final das candidaturas, pela Comissão Eleitoral, ocorrerá até o dia 03 de dezembro de 2013, por meio de edital.

Parágrafo único - Da divulgação final não caberá recurso.

Art. 6º - O Fórum será realizado no dia 05 de dezembro de 2013, às 09h. Na Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua João Mühlbauer, nº 169, Bairro Serra Alta.

§ 1º - Caberá ao presidente da Comissão Eleitoral dirigir os trabalhos, esclarecendo dúvidas e resolvendo de pronto as eventuais questões de ordem.

§ 2º - A Comissão Eleitoral designará um secretário para elaborar a ata da assembleia e auxiliar na condução dos trabalhos.

Art. 7º - A entidade candidata que desejar expor os motivos de sua candidatura durante a assembleia do fórum, poderá realizar.

Parágrafo único - Cada entidade candidata terá no máximo 05 (cinco) minutos para fazer a sua exposição/apresentação.

Art. 8º - O voto direto e secreto será exercido pelo delegado, nomeado pela entidade que representa, em cédula contendo o nome das candidatas, previamente rubricada pela Comissão Eleitoral, que deverá ser depositada em local determinado pela Comissão.

§ 1º - Cada entidade terá direito a um único delegado;

§ 2º - O representante da entidade, no ato da votação, deverá se apresentar a comissão eleitoral informando a entidade que representa;

§ 3º - Cada delegado deverá votar em até 06 (seis) entidades candidatas;

§ 4º - Será considerada nula a cédula que apresentar mais de 06 (seis) candidatas assinaladas.

Art. 9º - Serão eleitas titulares as 06 (seis) entidades mais votadas e as demais permanecerão no quadro de entidades suplentes do COMDIM.

Parágrafo único - Em caso de empate, as entidades presentes votarão apenas nas entidades empatadas.

Art. 10 - Após a eleição das escolhas das entidades candidatas, redigir-se-á ata que será dirigida ao COMDIM, que encaminhará ao Prefeito Municipal para que seja feito a nomeação dos membros escolhidos, cabendo-lhe também, por ato próprio, destituí-los, sempre que fatos relevantes de violação legal ocorrer, a juízo do Plenário do Conselho.

Art. 11 - No caso de extinção ou recusa da entidade na participação do COMDIM, fica o Executivo Municipal autorizado a promover a substituição pela entidade suplente eleita neste fórum.

Art. 12 - A função de conselheiro do COMDIM não é remunerada, tem caráter relevante e o seu exercício é considerado prioritário, justificando as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinadas pelo comparecimento às suas Assembleias, reuniões ou outras participações de interesse do Conselho.

Art. 13 - O mandato dos conselheiros do COMDIM é de 02 (dois) anos, na forma da lei. Perderá o mandato e terá vedada a recondução para o mesmo mandato o conselheiro que, no exercício da titularidade, faltar a 03 (três) Assembleias ordinárias consecutivas ou 06 (seis) alternadas, salvo com justificativa aprovada em assembleia geral.

Art. 14 - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM fará ampla divulgação do presente edital e do resultado final em meios de comunicação que tragam o máximo de conhecimento ao público.

Art. 15 - Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

São Bento do Sul, 03 de outubro de 2013.

CÉLIA MARIA FENDRICH BATISTA

Presidente do COMDIM



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Editais de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1738/2013 e 1739/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1738/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIH2256	54591816E	6920/0	09/09/2013	233
ALE9314	54593376E	6548/0	11/08/2013	229
APA1344	54591835E	6920/0	12/09/2013	233
AQT3675	54593289E	6599/2	23/08/2013	230 * V
ATO7786	54591841E	6920/0	16/09/2013	233
BZC2875	54591813E	6920/0	09/09/2013	233
CXJ7339	54591814E	6920/0	09/09/2013	233
KOJ5565	54593169E	6920/0	14/08/2013	233
MAR8584	54592589E	6599/2	17/09/2013	230 * V
MAR8584	54592592E	5045/0	17/09/2013	162 * V
MAR8584	54592593E	5142/0	17/09/2013	164 c/c 162 * V
MAV4159	54593190E	6920/0	21/08/2013	233
MBK2210	54593287E	5010/0	23/08/2013	162 * I
MBK2210	54593288E	5118/0	23/08/2013	164 c/c 162 * I
MDF5355	54593054E	6599/2	19/08/2013	230 * V
MDF5355	54593055E	6726/1	19/08/2013	230 * XVIII
MDF5355	54593056E	6556/4	19/08/2013	230 * I
MDF5355	54593057E	6637/2	19/08/2013	230 * IX
MET4721	54593344E	6920/0	09/08/2013	233
MFF2749	54593184E	6920/0	20/08/2013	233
MGX2381	54593191E	6920/0	21/08/2013	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 7 DE OUTUBRO DE 2013

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADA REGIONAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1739/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJV6594	55513072D	5541/1	09/09/2013	181 * XVII
AVB4384	55512951D	5193/0	20/08/2013	168
AVP9959	55513076D	5568/0	09/09/2013	181 * XIX
BOB6641	55513120D	5185/1	18/09/2013	167
CAT3267	55513117D	7366/2	17/09/2013	252 * VI
CAT3267	55513160D	7366/2	17/09/2013	252 * VI
CBW7496	55513255D	5185/1	17/09/2013	167
CBW7496	55513256D	6130/0	17/09/2013	214 * II
DCK9740	55513069D	5568/0	09/09/2013	181 * XIX
HHP1066	55513251D	7366/2	17/09/2013	252 * VI
HLE8350	55513274D	5541/2	04/09/2013	181 * XVII
IAZ9913	55512801D	5568/0	10/08/2013	181 * XIX
IMA7461	55513036D	5460/0	30/08/2013	181 * IX
IPL5306	55512808D	5380/0	21/08/2013	181 * I
LPK6606	55728146D	6050/1	14/08/2013	208
LYL5417	55513260D	5460/0	18/09/2013	181 * IX
LYZ3975	55513073D	5380/0	09/09/2013	181 * I
LZJ0671	55512908D	5541/2	10/08/2013	181 * XVII
MAP2243	55513266D	5452/1	21/09/2013	181 * VIII
MBL9999	55513060D	5185/1	02/09/2013	167
MCC2056	55512871D	5568/0	21/08/2013	181 * XIX
MCD0856	55512812D	5819/6	21/08/2013	193
MCV2536	55512986D	5541/1	24/09/2013	181 * XVII
MDK6989	55513028D	5622/5	27/08/2013	182 * VI
MDN3050	55512820D	5746/1	24/08/2013	187 * I
MEO4252	55512811D	5746/1	21/08/2013	187 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MER6750	55513205D	5746/1	13/09/2013	187 * I
MEV8422	55728143D	7234/0	11/08/2013	250 * I * a
MGK2874	55513055D	5746/1	02/09/2013	187 * I
MGN8139	55512809D	7366/2	21/08/2013	252 * VI
MGP7651	55513262D	5541/1	20/09/2013	181 * XVII
MHH8104	55512988D	5541/2	06/09/2013	181 * XVII
MHI4913	55512911D	5541/1	29/08/2013	181 * XVII
MIU7402	55513208D	5541/4	04/09/2013	181 * XVII
MJE0670	55513270D	5541/2	03/09/2013	181 * XVII
MJL6439	54593255E	5185/1	19/08/2013	167
MJZ2159	55512952D	5819/6	22/08/2013	193
MMF8591	55724161D	5550/0	30/08/2013	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 7 DE OUTUBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 831/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 831/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABM2510	8492053356	7455/0	30/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
AFT5172	8492052547	7455/0	01/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
ALN2953	8492053271	7455/0	21/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
AQS4984	8492052506	7463/0	30/05/2013	R\$ 127,69	218 * II
ARP9349	8492053214	7455/0	23/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
ATI7874	8492053649	7455/0	07/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
ATS8364	8492053458	7455/0	02/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
AWP0633	8492052787	7463/0	09/06/2013	R\$ 127,69	218 * II
BGD2646	8492053437	7455/0	27/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
CFH6668	8492053398	6050/3	29/06/2013	R\$ 191,53	208
DGX8981	8492053904	6050/3	19/07/2013	R\$ 191,53	208
DXZ9344	8492054006	6050/3	24/07/2013	R\$ 191,53	208
HRL2098	8492054037	7455/0	16/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
ICB8301	8492054101	7455/0	24/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
IDV1442	8492051115	6050/3	18/04/2013	R\$ 191,53	208
INB9890	8492053981	6050/3	20/07/2013	R\$ 191,53	208
LXH2160	8492053909	6050/3	21/07/2013	R\$ 191,53	208
LXM1158	8492053999	5673/2	20/07/2013	R\$ 85,12	183
LXR3648	8492054088	7455/0	18/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYE5524	8492052903	7463/0	09/06/2013	R\$ 127,69	218 * II
LYF2971	8492054124	7455/0	17/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYP3458	8492052629	7463/0	01/06/2013	R\$ 127,69	218 * II
LZA2165	8492051563	7455/0	30/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZY9759	8492053962	7455/0	18/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAE1315	8492054120	7455/0	24/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAN7959	8492049789	7455/0	03/03/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAP7589	8492053333	7455/0	21/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAW9528	8492053680	7455/0	04/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAZ5891	8492053184	7455/0	22/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBD9545	8492054334	7455/0	25/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBL5797	8492053634	7455/0	06/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDD4066	8492053699	7455/0	07/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDH4754	8492053557	7455/0	06/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDN2289	8492054059	7455/0	23/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MED7452	8492053717	7455/0	08/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEJ0303	8492054066	7455/0	18/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFO8502	8492053253	5673/2	20/06/2013	R\$ 85,12	183
MGS4831	8492053925	6050/3	18/07/2013	R\$ 191,53	208
MHO3845	8492053986	6050/3	22/07/2013	R\$ 191,53	208
MHS5168	8492053928	6050/3	22/07/2013	R\$ 191,53	208
MHY8461	8492054079	7463/0	17/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
MIQ7368	8492051891	5673/2	15/05/2013	R\$ 85,12	183
MIR4122	8492053935	7455/0	24/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJB4394	8492054070	7455/0	20/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJH3748	8492053997	5673/2	18/07/2013	R\$ 85,12	183
MJU0010	8492054018	7471/0	21/07/2013	R\$ 574,61	218 * III
MKC7489	8492049697	5673/2	03/03/2013	R\$ 85,12	183
MKJ2001	8492053313	7455/0	20/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKL5024	8492054039	7455/0	17/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKP0461	8492053886	7455/0	12/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKX5193	8492054029	7463/0	23/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
MLE7434	8492053930	7463/0	17/07/2013	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 7 DE OUTUBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1740/2013 e 1741/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1740/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAR1457	54592921E	5169/1	27/07/2013	R\$ 1.915,38	165
AAR1457	54592922E	6637/1	27/07/2013	R\$ 127,69	230 * IX
AAR1457	54592923E	6637/2	27/07/2013	R\$ 127,69	230 * IX
KNK6319	55723785D	6599/2	29/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
KNK6319	55723786D	6629/0	29/04/2013	R\$ 127,69	230 * VIII
KNK6319	55723787D	6726/1	29/04/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
LZN0920	54592619E	6920/0	05/07/2013	R\$ 127,69	233
MFE6791	54593305E	6920/0	02/08/2013	R\$ 127,69	233
MFP6259	55724887D	5010/0	23/07/2013	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 7 DE OUTUBRO DE 2013

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADA REGIONAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1741/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGK7008	55512429D	5746/1	09/07/2013	R\$ 85,12	187 * I
AMA1264	55725301D	5541/1	05/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
AOH3250	55511802D	5185/1	22/05/2013	R\$ 127,69	167
AVB4384	55725257D	5460/0	18/05/2013	R\$ 85,12	181 * IX
BVB6180	54592754E	7366/2	10/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
BVB6180	54592755E	5185/1	10/07/2013	R\$ 127,69	167
BVB6180	54592756E	5207/0	10/07/2013	R\$ 53,20	169
DED3127	55725057D	5541/1	23/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
IJU2039	55512539D	5568/0	01/08/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
LXL6785	55512523D	5568/0	27/07/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
LYA6831	55723723D	5207/0	22/07/2013	R\$ 53,20	169
LZJ7951	54592945E	5185/1	07/08/2013	R\$ 127,69	167
MAH1689	55512226D	7366/2	04/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MAK4294	55512353D	5193/0	03/07/2013	R\$ 191,53	168
MGA1051	55512169D	5541/1	11/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHC7737	55512469D	5568/0	13/07/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MHE9083	55512291D	5452/3	23/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MHL7496	55512568D	5185/1	29/07/2013	R\$ 127,69	167
MHW3455	55512517D	5746/1	25/07/2013	R\$ 85,12	187 * I
MJI3806	55512614D	5452/6	31/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MJT0190	55512464D	5193/0	13/07/2013	R\$ 191,53	168
MKA5056	55512165D	5452/1	02/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MKG0621	55728349D	7366/2	05/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MKK1884	54044285D	5568/0	25/06/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MLA0180	55512468D	5452/1	13/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MLA0180	55724530D	5452/1	13/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLJ2743	55512531D	5843/4	30/07/2013	R\$ 127,69	196
MMF8891	55724013D	5452/1	03/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 7 DE OUTUBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 830/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 492 830/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIP7992	8492055513	5673/2	05/09/2013	183
AJY6628	8492055441	7455/0	08/09/2013	218 * I
AJY6628	8492055456	7455/0	08/09/2013	218 * I
AKR3772	8492055449	6050/3	08/09/2013	208
AKZ0076	8492055534	6050/3	07/09/2013	208
ALU8901	8492054995	7455/0	18/08/2013	218 * I
ALY3885	8492055347	7455/0	01/09/2013	218 * I
AMU4160	8492055537	5673/2	10/09/2013	183
AMU4160	8492055538	6050/3	10/09/2013	208
ANM1921	8492055539	5673/2	06/09/2013	183
AOD9080	8492055566	7455/0	07/09/2013	218 * I
ARN2888	8492055646	7463/0	07/09/2013	218 * II
ASJ0589	8492055348	7455/0	02/09/2013	218 * I
ASM5479	8492055479	7455/0	08/09/2013	218 * I
ASX7283	8492054959	7455/0	18/08/2013	218 * I
ATT9300	8492055439	5673/2	07/09/2013	183
AUM3001	8492055615	7455/0	07/09/2013	218 * I
AUM4047	8492055568	7463/0	07/09/2013	218 * II
BDZ2014	8492054475	5673/2	04/08/2013	183
CAN9737	8492055667	7463/0	08/09/2013	218 * II
CJX2857	8492055535	6050/3	07/09/2013	208
CLD8229	8492055506	7455/0	07/09/2013	218 * I
CNW3476	8492055436	7455/0	07/09/2013	218 * I
CTJ7058	8492055477	7455/0	07/09/2013	218 * I
ERM0241	8492055447	7455/0	08/09/2013	218 * I
EVS9230	8492054460	7455/0	01/08/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HCO1409	8492055650	7455/0	09/09/2013	218 * I
HRY1579	8492055030	7455/0	25/08/2013	218 * I
IMH9674	8492055555	7455/0	08/09/2013	218 * I
IOC9531	8492054949	7455/0	15/08/2013	218 * I
LWU3410	8492055657	7455/0	08/09/2013	218 * I
LXU7960	8492055504	6050/3	07/09/2013	208
LYC4848	8492055587	7455/0	08/09/2013	218 * I
LYL7777	8492055655	7455/0	07/09/2013	218 * I
LYZ4098	8492054876	7463/0	18/08/2013	218 * II
LZB2758	8492055476	7455/0	07/09/2013	218 * I
LZD6951	8492055647	7455/0	08/09/2013	218 * I
LZS1793	8492055545	7455/0	08/09/2013	218 * I
LZU7771	8492055668	7455/0	09/09/2013	218 * I
MBV1840	8492054873	7455/0	17/08/2013	218 * I
MBW8908	8492055579	7455/0	07/09/2013	218 * I
MCB7420	8492055618	7455/0	08/09/2013	218 * I
MCR4951	8492055465	5673/2	09/09/2013	183
MDA1256	8492055597	7455/0	07/09/2013	218 * I
MDG4480	8492055470	7455/0	08/09/2013	218 * I
MDQ9545	8492055500	6050/3	04/09/2013	208
MDU5081	8492055519	5673/2	07/09/2013	183
MDW5587	8492054821	7463/0	15/08/2013	218 * II
MDZ1233	8492055448	6050/3	08/09/2013	208
MEG9433	8492055576	7455/0	07/09/2013	218 * I
MFL4493	8492054942	7455/0	19/08/2013	218 * I
MFN8282	8492054920	7455/0	16/08/2013	218 * I
MFP0580	8492054451	7455/0	01/08/2013	218 * I
MFP3398	8492055649	7455/0	09/09/2013	218 * I
MFV8295	8492055452	7455/0	05/09/2013	218 * I
MGL5544	8492054872	7455/0	17/08/2013	218 * I
MHE7082	8492055454	6050/3	07/09/2013	208
MHN0809	8492055495	7455/0	08/09/2013	218 * I
MHY1093	8492054713	7455/0	11/08/2013	218 * I
MHY1168	8492055430	7455/0	04/09/2013	218 * I
MHY4112	8492055483	7455/0	04/09/2013	218 * I
MIB0843	8492055432	5673/2	05/09/2013	183
MIE0348	8492054810	7455/0	14/08/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIG3602	8492055644	7455/0	06/09/2013	218 * I
MIK1799	8492055552	7455/0	07/09/2013	218 * I
MIK7461	8492055557	7455/0	10/09/2013	218 * I
MIX9997	8492055438	5673/2	07/09/2013	183
MJA7845	8492055131	7455/0	21/08/2013	218 * I
MJB8169	8492055628	7455/0	06/09/2013	218 * I
MJH2281	8492055443	7455/0	08/09/2013	218 * I
MJJ8432	8492054846	7455/0	15/08/2013	218 * I
MJX9358	8492054899	7455/0	19/08/2013	218 * I
MKD3764	8492054858	7455/0	18/08/2013	218 * I
MKL1381	8492055643	7455/0	04/09/2013	218 * I
MKP9408	8492054932	7455/0	16/08/2013	218 * I
MKZ9002	8492054954	7455/0	17/08/2013	218 * I
MLL1977	8492054790	7455/0	10/08/2013	218 * I
MLM8084	8492055550	7455/0	05/09/2013	218 * I
MMA8963	8492055466	7455/0	10/09/2013	218 * I
MMD0602	8492054826	7455/0	16/08/2013	218 * I
NHR2020	8492055641	7455/0	04/09/2013	218 * I
NIY4366	8492054928	7455/0	19/08/2013	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 7 DE OUTUBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

IPRESBS**Portaria IPRESBS Nº. 356/2013**

PORTARIA IPRESBS Nº. 356/2013

Dispõe sobre a nomeação de perito médico ad hoc, no processo administrativo de concessão de auxílio por incapacidade temporária da segurada Sonia Aparecida Schmidt, e dá outras providências.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

Considerando a complexidade da matéria fática, bem como da necessidade de nova perícia médica, e com vistas a oportunizar à segurada o acesso à opinião de profissional especialista na doença atestada pela médica assistente;
Considerando o disposto no artigo 48 da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Dra. PAOLA FIGUEIREDO MYLLA TODESCHINI ALVES, médica perita psiquiatra, CRM/PR 22.004 , CPF. 045.807.159-50, para atuar como perito ad hoc deste Instituto de Previdência, para proceder a perícia médica na segurada, Sonia Aparecida Schmidt.

Art. 2º. A perícia será realizada dia 10/10/2013, no consultório do profissional nomeado, sito na Rua Alberto Boliger, nº 784, Juvevê - na cidade de Curitiba -PR, sendo para tanto disponibilizado à segurada, transporte em veículo do IPRESBS.

Art. 3º. Fixar o valor de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), como remuneração ao serviço profissional da perita.

São Bento do Sul, 08/10/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

SAMAE**Portaria/SAMAE/SBS/Nº 221, de 07 de Outubro de 2013.**

" EXONERA CHEFE DE DIVISÃO "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº. 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, na forma do art. 49º, alínea b, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, MARIA LOURDES SPERKA, do cargo de Chefe da Divisão Comercial.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 07 de outubro, revogando-se a portaria nº 005 de 02 de janeiro de 2013.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS/Nº 222, de 07 de Outubro de 2013.

"NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº. 0013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR, na forma do art. 5º, § 3º, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, JOSÉ ALEXANDRE KOCH, para exercer o cargo de Chefe da Divisão Comercial.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 07 de outubro de 2013.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Extrato de Contrato Nr. 63/2013

Contrato nº ..:63/2013 - 1º T.A. ao Contrato nº 25/2013

Contratante...: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada:ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Valor: 69.586,80 (sessenta e nove mil quinhentos e oitenta e seis reais e

oitenta centavos) total

Vigência :Inicio:19/09/2013 Termina:19/03/2014

Licitação :Pregão Presencial nº 02/2013

Recursos:Dotação: 14 - 23.01 2.063.3.3.90.37.00.00.00 (05), 38 - 23.02 2.064.3.3.90.37.00.00.00 (05) e 60 - 23.03 2.065.3.3.90.37.00.00.00 (05)

Objeto:SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA 04 AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS PARA REALIZAÇÃO DE LIMPEZA GERAL (SALAS, WC'S, VARANDAS, ESCADAS, CALÇADAS), FAZER CAFEZINHO COM LIMPEZA DE LOUÇAS E GARRAFAS DE CAFÉ NOS PRÉDIOS DA SEDE DO SAMAE, DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA - ETA E ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO.

São Bento do Sul, 04 de outubro de 2013.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Extrato de Contrato Nr. 64/2013

Contrato nº ..: 64/2013 - 7º T.A. ao Contrato nº 55/2011.

Contratante...: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada :MAPFRE VERACRUZ SEGURADORA S.A.

Valor :R\$ 6.272,39 (seis mil duzentos e setenta e dois reais e trinta e nove centavos) total

Vigência :Inicio:16/09/2013 Termina:16/07/2014

Licitação :Pregão Presencial nº 39/2011

Recursos :Dotação: 81- 3.3.90.39.00.00.00.00 (69)

Objeto : SERVIÇO DE SEGURO VEICULAR CONTRA TERCEIROS, PARA OS 27 VEÍCULOS DA FROTA DO SAMAE.

São Bento do Sul, 04 de outubro de 2013

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Extrato de Contrato Nr. 66/2013

Contrato nº ...66/2013.

Contratante.: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada:PRIME TREINAMENTOS ESPECIAIS LTDA

Valor: R\$3.000,00 (três mil reais) total

Vigência :Inicio:01/10/2013 Termina:01/04/2014

Licitação :Dispensa de Licitação - Processo nº 43/2013

Recursos:Dotação: 39 - 2.064.3.3.90.39.00.00.00.00(77); 61 - 2.065.3.3.90.39.00.00.00.00(77) e 90 - 2.063.3.3.90.39.00.00.00.00(77), do Exercício Vigente.

Objeto:SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO E ATENDIMENTO COM VIATURAS E VIGILANTES ESPECIALIZADOS, PELA CONTRATADA, NOS SEGUINTE IMÓVEIS DO CONTRATANTE NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA.:

- a) SEDE ADMINISTRATIVA, localizada na Rua Marechal Floriano, N.º 214, Centro;
- b) ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - ETE BRASILIA, localizada na Rua João Wenceslau Pscheidt s/n, bairro Brasília;
- c) ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - ETE SERRA ALTA, localizada na Rua Elvira Liebl s/n, bairro Serra Alta;
- d) ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - ETE CRUZEIRO, localizada na Estrada Cruzeiro s/n, bairro Cruzeiro;
- e) CAPTAÇÃO DE ÁGUA BRUTA RIO VERMELHO, localizada na Estrada Carlos Muhlmann s/n, bairro Rio Vermelho.

São Bento do Sul, 04 de outubro de 2013

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Extrato de Contrato Nr.61/2013

Contrato nº ...61/2013 - 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 65/2012.

Contratante.: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada :NEJE SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA

Valor :R\$20.222,01 (vinte mil duzentos e vinte e dois reais e um centavo) total.

Vigência :Inicio:03/09/2013 Termina:03/10/2013.

Licitação :Pregão Presencial nº 57/2012 - Processo nº 57/2012

Recursos:Dotação:38-3.3.90.37.00.00.00.00 (03), 60-3.3.90.37.00.00.00.00(03)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA, VESPERTINA/NOTURNA, NO HORÁRIO DAS 20:00 ÀS 06:00 HORAS/DIARIAMENTE, OSTENSIVA E DE CARÁTER PREVENTIVO, PRESTADA PELA CONTRATADA, NAS DEPENDÊNCIAS DA CONTRATANTE, DIARIAMENTE NOS POSTOS: - NO DEPÓSITO DE MATERIAL DO BAIRRO BRASILIA; - NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA, CENTRO E - NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, BAIRRO BRASILIA.

São Bento do Sul, 04 de outubro de 2013.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Extrato de Contrato Nr.62/2013

Contrato nº ...62/2013 - 6º T.A. ao Contrato nº 52/2010

Contratante.: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada:ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Valor: 95.683,68 (noventa e cinco mil seiscentos e oitenta reais e sessenta e oito centavos) total

Vigência :Inicio:19/09/2013 Termina:19/03/2014

Licitação :Pregão Presencial nº 32/2010

Recursos:Dotação:38-3.3.90.37.00.00.00.00 (99) e 60-3.3.90.37.00.00.00.00(99)

Objeto :SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA 06 AUXILIARES DE OPERAÇÕES/SERVIÇOS GERAIS.

São Bento do Sul, 04 de outubro de 2013.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Extrato de Contrato Nr.65/2013

Contrato nº ...65/2013 - 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 65/2012.

Contratante.: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada :NEJE SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA

Valor :R\$20.222,01 (vinte mil duzentos e vinte e dois reais e um centavo) total.

Vigência :Inicio:03/10/2013 Termina:03/11/2013.

Licitação :Pregão Presencial nº 57/2012 - Processo nº 57/2012

Recursos:Dotação:38-3.3.90.37.00.00.00.00 (03), 60-3.3.90.37.00.00.00.00(03)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA, VESPERTINA/NOTURNA, NO HORÁRIO DAS 20:00 ÀS 06:00 HORAS/DIARIAMENTE, OSTENSIVA E DE CARÁTER PREVENTIVO, PRESTADA PELA CONTRATADA, NAS DEPENDÊNCIAS DA CONTRATANTE, DIARIAMENTE NOS POSTOS: - NO DEPÓSITO DE MATERIAL DO BAIRRO BRASILIA; - NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA, CENTRO E - NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, BAIRRO BRASILIA.

São Bento do Sul, 04 de outubro de 2013.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

São José**PREFEITURA****Decreto Nº 1.439/2013**

DECRETO Nº 1.439/2013

PROMOVE, POR NOVA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL, OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, NOS TERMOS DA LEI Nº 4.422/2006 E ALTERAÇÕES CONTIDAS NA LEI MUNICIPAL Nº 4.676/2008 E DO DECRETO Nº 21.820/2006.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, II e IV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 20 da Lei nº 4.422/2006 e suas alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676/2008 e o artigo 2º do Decreto nº 21.820/2006,

DECRETA:

Art. 1º - Fica promovida por nova habilitação profissional, nos termos dos artigos 16, III, e 20 da Lei nº 4.422/2006 e alterações conforme Lei Municipal nº 4.676/2008 e do Decreto nº 21.820/2006, a servidora ZELIDIA OLIVEIRA DE SOUZA, lotada no Centro de Educação Infantil Bom Jesus de Iguape, com a carga horária de 30 horas, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, passando para a situação funcional MAG-APG-ASL-10B do anexo XXI da Lei nº 4.422/2006, sendo mantida a mesma lotação, função, período e carga horária.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de agosto de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de setembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 1.440/2013
DECRETO Nº 1.440/2013

PROMOVE, POR NOVA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL, OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, NOS TERMOS DA LEI Nº 4.422/2006 E ALTERAÇÕES CONTIDAS NA LEI MUNICIPAL Nº 4.676/2008 E DO DECRETO Nº 21.820/2006.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, II e IV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 20 da Lei nº 4.422/2006 e suas alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676/2008 e o artigo 2º do Decreto nº 21.820/2006,

DECRETA:

Art. 1º - Fica promovida por nova habilitação profissional, nos termos dos artigos 16, III, e 20 da Lei nº 4.422/2006 e alterações conforme Lei Municipal nº 4.676/2008 e do Decreto nº 21.820/2006, a servidora DENISE MELO GOULART, lotada no Centro de Educação Infantil Professora Ana Sperandio Battisti, com a carga horária de 30 horas, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, passando para a situação funcional MAG-APG-ASL-10B do anexo XXI da Lei nº 4.422/2006, sendo mantida a mesma lotação, função, período e carga horária.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de agosto de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de setembro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 1.441/2013
DECRETO Nº 1.441/2013

PROMOVE, POR NOVA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL, OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, NOS TERMOS DA LEI Nº 4.422/2006 E ALTERAÇÕES CONTIDAS NA LEI MUNICIPAL Nº 4.676/2008 E DO DECRETO Nº 21.820/2006.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, II e IV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 20 da Lei nº 4.422/2006 e suas alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676/2008 e o artigo 2º do Decreto nº 21.820/2006,

DECRETA:

Art. 1º - Fica promovida por nova habilitação profissional, nos termos dos artigos 16, III, e 20 da Lei nº 4.422/2006 e alterações conforme Lei Municipal nº 4.676/2008 e do Decreto nº 21.820/2006, a servidora ANA CRISTINA COLOMBI DE PAULA, lotada Na Escola Básica Municipal Professor Altino Corsino da Silva Flores, com a carga horária de 20 horas, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino, passando para a situação funcional MAG-APG-AES-10B do anexo XXII da Lei nº 4.422/2006, sendo mantida a mesma lotação, função, período e carga horária.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de agosto de 2012.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de setembro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 1.503/2013
DECRETO Nº 1503/2013
DECRETA ÁREA DE FESTA.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretada área de festa, nos dias 19 e 20 de outubro do corrente ano, toda a área que envolve a Rua Benjamin Gerlach e arredores da Igreja Santo Antônio, tendo em vista a realização da Festa de Nossa Senhora das Graças.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de outubro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.514/2013
DECRETO Nº 1514/2013
TORNA SEM EFEITO O DECRETO 1469/2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO que o candidato foi a provado em concurso público referente ao Edital nº 001/2011; CONSIDERANDO a desistência do servidor em assumir o cargo no qual foi nomeado por meio do decreto 1469/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 1469 de 23 de setembro de 2013 que nomeia o Sr. DANILO FABRI para ocupar o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, com a carga horária de 30 horas semanais, lotado na Secretaria de Administração.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de outubro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.515/2013
DECRETO Nº 1515/2013
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, DAYANE SCHROEDER DOS SANTOS, para cargo em comissão de Diretor Contábil - CCM 7, com lotação na Secretaria de Finanças, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de outubro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.516/2013

DECRETO Nº 1516/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado, MARCELO MULLER, para exercer o cargo de Supervisor de Fiscalização de Serviços e Obras - CCM 6, com lotação na Secretaria de Serviços Públicos, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.517/2013

DECRETO Nº 1517/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, FELIPE DOS SANTOS SCHMITZ, para exercer o cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.521/2013

DECRETO Nº 1521/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, MARIA SALETE DE OLIVEIRA FREITAS, para exercer o cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.523/2013

DECRETO Nº 1523/2013

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado, o servidor ACT- Admissão em Caráter Temporário, JEAN GUSTAVO SCHULTZ MUNHOZ, matrícula nº 31.759, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de setembro de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.524/2013

DECRETO Nº 1524/2013

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a servidora ACT- Admissão em Caráter Temporário, SANDRA CRISTINA BECCARI, matrícula nº 32.999, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.526/2013

DECRETO Nº 1526/2013

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor, LUIZ CARLOS MORFIM JUNIOR, ocupante do cargo de Assessor II Administrativo - CCM 2, com lotação na Secretaria de Controle Interno e Auditoria.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de outubro de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.527/2013

DECRETO Nº 1527/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, BRUNO MONGHILHOTT KOWALSKI para exercer o cargo de SUPERVISOR DA SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CCM 06, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei 014/2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se o decreto 681/2013.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de outubro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.529/2013

DECRETO Nº 1529/2013
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, RICARDO RAMOS para exercer o cargo de SUPERVISOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CCM 06, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei 014/2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto 250/2013.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de outubro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.530/2013

DECRETO Nº 1530/2013
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, JANE CRISTINA SOUZA, para exercer o cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de outubro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.531/2013

DECRETO Nº 1531/2013
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada MARIA DE LURDES GOEDERT DA SILVA, para exercer o cargo de Coordenador de Informática - CCM 5, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de outubro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Resolução Nº. 010/2013.

RESOLUÇÃO Nº. 010/2013.

DISPÕE SOBRE A INDICAÇÃO DE DUAS REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DE SÃO JOSÉ, BIÊNIO 2013/2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 2.411/92, alterada pela Lei Municipal nº. 4.302/2005, conforme deliberado em Assembléia Ordinária do dia 11 de setembro de 2013,

CONSIDERANDO, o ofício nº. 1125/2013/SAS, de 03 de setembro de 2013, da Secretaria Municipal de Assistência Social de São José que solicita ao CMDCA/SJ a indicação de dois representantes para compor o Conselho Municipal da Juventude de São José.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a indicação de duas representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José para compor o Conselho Municipal da Juventude de São José, biênio 2013/2015, conforme listado abaixo:

- LILIANE FERREIRA MARTINS (Educandário Santa Catarina) - Titular;
- JULIANA GRACIOSA PEREIRA (Procuradoria Geral do Município)
- Suplente.

Art.2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições contrárias.

São José, 11 de setembro de 2013.

LUCIANA PEREIRA DA SILVA
Presidente do CMDCA/SJ

Resolução Nº. 011/2013.

RESOLUÇÃO Nº. 011/2013.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO LOGOTIPO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ - CMDCA/SJ.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 2.411/92, alterada pela Lei Municipal nº. 4.302/2005, conforme deliberado em Assembléia Ordinária do dia 11 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Logotipo do Conselho Municipal da Juventude de São José, conforme abaixo:

Art.2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições contrárias.

São José, 11 de setembro de 2013.

LUCIANA PEREIRA DA SILVA
Presidente do CMDCA/SJ

Resolução Nº. 012/2013.

RESOLUÇÃO Nº. 012/2013.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DO ÓRGÃO GESTOR, A FIRMAR CONVÊNIO PARA REPASSE DE RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE SÃO JOSÉ - FIA, DESTINADOS AO

FINANCIAMENTO DO PROJETO: "ATUALIZAÇÃO DE MATERIAL DE ODONTOPEDIATRIA E EDUCAÇÃO PARA SAÚDE BUCAL", SEGMENTO DESPERTAR - ESPAÇO CRIANÇA III, EM FAVOR DA ENTIDADE SOCIEDADE EUNICE WEAVER DE FLORIANÓPOLIS - EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 2.411/92, alterada pela Lei Municipal nº. 4.302/2005, conforme deliberado em Assembléia Ordinária do dia 11 de setembro de 2013,

CONSIDERANDO, a competência do CMDCA para deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência de São José - FIA;

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar a autorização ao Município de São José, através do Órgão Gestor, a firmar convênio para repasse de recursos provenientes do Fundo da Infância e Adolescência de São José - FIA, no valor total de R\$ 4.766,89 (quatro mil, setecentos e sessenta e seis reais e oitenta e nove centavos), destinados ao financiamento do projeto: "ATUALIZAÇÃO DE MATERIAL DE ODONTOPEDIATRIA E EDUCAÇÃO PARA SAÚDE BUCAL", SEGMENTO DESPERTAR - ESPAÇO CRIANÇA III, em favor da entidade Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis - Educandário Santa Catarina. O referido Projeto será executado pela instituição, tendo como objetivo geral: Aquisição de materiais para assistência dentária; Prestação de atendimento social, odontológico, saúde, psicológico e pedagógico às crianças visando à garantia de seus direitos básicos; Oferecer no contra turno escolar serviço de convivência e fortalecimento de vínculos a 100 crianças de 06 a 11 anos pertencentes a famílias com precário acesso a renda e a serviços públicos.

Parágrafo Único - A celebração de convênios com os recursos do Fundo para a execução de projetos ou a realização de eventos deve se sujeitar às exigências da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação que regulamenta a formalização de convênios no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Artigo 2º - Nos materiais de divulgação das ações, projetos e programas que tenham recebido financiamento do Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência de São José - FIA deve ser obrigatória a referência ao Conselho e ao Fundo como fonte pública de financiamento.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições contrárias.

São José, 11 de setembro de 2013.
LUCIANA PEREIRA DA SILVA
Presidente do CMDCA/SJ

Resolução Nº. 013/2013.

RESOLUÇÃO Nº. 013/2013.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DO ÓRGÃO GESTOR, A FIRMAR CONVÊNIO PARA REPASSE DE RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE SÃO JOSÉ - FIA, DESTINADOS AO FINANCIAMENTO DO PROJETO: "AQUISIÇÃO DE PLAYGROUND", SEGMENTO DESPERTAR, EM FAVOR DA ENTIDADE SOCIEDADE EUNICE WEAVER DE FLORIANÓPOLIS - EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 2.411/92, alterada pela Lei Municipal nº. 4.302/2005, conforme deliberado em

Assembléia Ordinária do dia 11 de setembro de 2013,

CONSIDERANDO, a competência do CMDCA para deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência de São José - FIA;

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar a autorização ao Município de São José, através do Órgão Gestor, a firmar convênio para repasse de recursos provenientes do Fundo da Infância e Adolescência de São José - FIA, no valor total de R\$ 24.390,00 (vinte e quatro mil, trezentos e noventa reais), destinados ao financiamento do projeto: "AQUISIÇÃO DE PLAYGROUND", SEGMENTO DESPERTAR, em favor da entidade Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis - Educandário Santa Catarina. O referido Projeto será executado pela instituição, tendo como objetivo geral: Aquisição de 01 "playground", proporcionando lazer às crianças com vistas a auxiliar no desenvolvimento físico, mental, social, etc.; Oferecer no contra turno escolar serviço de convivência e fortalecimento de vínculos a 100 crianças de 06 a 11 anos pertencentes a famílias com precário acesso a renda e a serviços públicos.

Parágrafo Único - A celebração de convênios com os recursos do Fundo para a execução de projetos ou a realização de eventos deve se sujeitar às exigências da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação que regulamenta a formalização de convênios no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Artigo 2º - Nos materiais de divulgação das ações, projetos e programas que tenham recebido financiamento do Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência de São José - FIA deve ser obrigatória a referência ao Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao FIA como fonte pública de financiamento.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições contrárias.

São José, 11 de setembro de 2013.
LUCIANA PEREIRA DA SILVA
Presidente do CMDCA/SJ

Resolução Nº. 014/2013.

RESOLUÇÃO Nº. 014/2013.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DO ÓRGÃO GESTOR, A FIRMAR CONVÊNIO PARA REPASSE DE RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE SÃO JOSÉ - FIA, DESTINADOS AO FINANCIAMENTO DO PROJETO: "SEGURANÇA", SEGMENTO DESPERTAR - ESPAÇO CRIANÇA II, EM FAVOR DA ENTIDADE SOCIEDADE EUNICE WEAVER DE FLORIANÓPOLIS - EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 2.411/92, alterada pela Lei Municipal nº. 4.302/2005, conforme deliberado em Assembléia Ordinária do dia 11 de setembro de 2013,

CONSIDERANDO, a competência do CMDCA para deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência de São José - FIA;

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar a autorização ao Município de São José, através do Órgão Gestor, a firmar convênio para repasse de recursos provenientes do Fundo da Infância e Adolescência de São José - FIA,

no valor total de R\$ 37.187,66 (trinta e sete mil, cento e oitenta sete reais e sessenta e seis centavos), destinados ao financiamento do projeto: "SEGURANÇA", SEGMENTO DESPERTAR - ESPAÇO CRIANÇA II, em favor da entidade Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis - Educandário Santa Catarina. O referido Projeto será executado pela instituição, tendo como objetivo geral: Aquisição de materiais para segurança, eletrodomésticos e móveis, além da construção de um banheiro para cadeirante; Oferecer no contra turno escolar serviço de convivência e fortalecimento de vínculos a 100 crianças de 06 a 11 anos pertencentes a famílias com precário acesso a renda e a serviços públicos.

Parágrafo Único - A celebração de convênios com os recursos do Fundo para a execução de projetos ou a realização de eventos deve se sujeitar às exigências da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação que regulamenta a formalização de convênios no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Artigo 2º - Nos materiais de divulgação das ações, projetos e programas que tenham recebido financiamento do Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência de São José - FIA deve ser obrigatória a referência ao Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao FIA como fonte pública de financiamento.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições contrárias.

São José, 11 de setembro de 2013.
LUCIANA PEREIRA DA SILVA
Presidente do CMDCA/SJ

Resolução Nº. 015/2013. **RESOLUÇÃO Nº. 015/2013.**

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA REDAÇÃO DO ANTEPROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, A SER ENCAMINHADO A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA EFETIVAÇÃO DOS TRÂMITES REFERENTES AO PROCESSO LEGISLATIVO.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 2.411/92, alterada pela Lei Municipal nº. 4.302/2005, conforme deliberado em Assembléia Ordinária do dia 11 de setembro de 2013,

CONSIDERANDO, o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8069/1990) e as normativas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

CONSIDERANDO, os estudos realizados pela Comissão de Legislação, Regulamentação e Normas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a redação do Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a Política Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências, a ser encaminhado a Chefe do Poder Executivo municipal para efetivação dos trâmites referentes ao processo legislativo.

Art.2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições contrárias.

São José, 11 de setembro de 2013.

LUCIANA PEREIRA DA SILVA
Presidente do CMDCA/SJ

Resultado da Dispensa de Licitação Nº 066/2013

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 066/2013 - Processo nº 265/2013. Objeto: Dispensa de licitação para locação de equipamentos novos de primeiro uso para fornecimento de reproduções (cópias), impressões, digitalização, em caráter emergencial. Contratado: SELBETTI Gestão de Documentos Ltda. Valor: R\$ 184.485,77 (cento e oitenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos).

CARLOS ALFREDO SCHMIDT
Presidente da CPL

Resultado da Dispensa de Licitação Nº 069/2013

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 069/2013 - Processo nº 288/2013. Objeto: Dispensa de licitação para contratação de empresa de prestação de serviços técnicos na organização, planejamento, execução de: I) processo seletivo para contratação de ACT'S - Admissão em caráter temporário, II) concurso de relocação e aumento de carga horária dos professores efetivos, para a rede municipal de ensino de SJ. Contratado: Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio Economicas. Valor: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

CARLOS ALFREDO SCHMIDT
Presidente da CPL

Resultado de Habilitação - Tomada de Preços Nº 011/2013

RESULTADO DE HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2013. PROCESSO Nº 225/2013: Objeto: Contratação de empresa para realização de demolição de edificações em área invadida (área verde) e de risco, incluindo limpeza posterior e na ocorrência de possíveis sinistros, calamidade pública e situações de emergência. EMPRESAS HABILITADAS: Cone Construções Ltda EPP; DJP Construções e Comércio Ltda ME; Mundial Serviços Ltda EPP; De Faria Construções Ltda. EMPRESAS INABILITADAS: Maria Salete Gnoatto ME (Fortes Empreiteira). A abertura das propostas de preços ocorrerá dia 16 de outubro de 2013, às 14h e 30min no Centro Administrativo da PMSJ. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br.

CARLOS ALFREDO SCHMIDT
Presidente/CPL.

Resultado do Pregão Eletrônico 011/2013

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 011/2013 - Processo nº 169/2013: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de equipamentos, ferramentas e materiais de consumo de informática pra atender a Secretária da Saúde do Município de São José/SC. Contratados: HP & E Comercial Ltda. Epp (R\$ 593,48 - quinhentos e noventa e três reais e quarenta e oito centavos); e BEE2B Informática Ltda ME (R\$ 8.553,29 - oito mil, quinhentos e cinquenta e três reais e vinte e nove centavos). Valor Total: 22.575,00 (nove mil, cento e quarenta e seis reais e setenta e sete centavos).

VERA SUELY DE ANDRADE
Diretora de Compras.

Revogação do Pregão Presencial 076/2013

Revogação do Pregão Presencial 076/2013 - Processo nº 135/2013
- Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de um software de gestão acadêmica via web, instalado em um servidor remoto e acessado via internet, incluindo a prestação de serviços técnicos de treinamento, implantação, migração de dados, manutenção e suporte técnico, limitado a 2000 alunos. Motivo: Por razões de interesse público.

Credenciamento Nº 004/2012/SMS/Pmsj

A Secretaria Municipal de Saúde de São José, considerando o edital de credenciamento de nº 004/2012/SMS/PMSJ, e conforme os procedimentos de avaliação e relatório conclusivo da Comissão de Contratualização dos Prestadores de Serviços de Saúde (2ª vistoria), onde houve a comprovação da realização das readequações exigidas pela legislação e normas, torna público a relação de empresas habilitadas, portanto aptas a serem contratualizadas pelo Sistema Único de Saúde - SUS, com o objetivo de prestação de serviços de saúde complementar.

Credenciamento nº 004/2012 - Procedimentos com Finalidade Diagnóstica em Análises Clínicas:

Empresas habilitadas:

- Laboratório Santa Filomena Ltda EPP;
- Laboratório de Análises e Pesquisas Clínicas São José ME;
- Lima & Catânio Ltda ME;
- Laboratório de Análises Clínicas São Gerônimo Ltda.

Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos através do telefone (048) 3281-6800 / Diretoria de Planejamento, Regulação, Avaliação e Controle - com Dione Prim Laurindo.

São José, 09 de outubro de 2013



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 023 1706/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1706/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGQ5915	54445015E	6068/1	08/06/2013	R\$ 127,69	209
AST0541	55920635D	5460/0	14/07/2013	R\$ 85,12	181 * IX
CJE5955	55920874D	5452/1	07/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
DYD3474	54446203E	5452/1	02/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
FBB2793	55920876D	5819/5	15/07/2013	R\$ 574,61	193
HDQ2247	54446230E	5541/1	16/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
IFU5594	54446215E	5452/1	10/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
INH0849	55920658D	5460/0	13/05/2013	R\$ 85,12	181 * IX
LWR0254	55920395D	5452/1	15/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
LWX5887	54443746E	5452/1	16/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MAN4757	54443748E	5541/1	17/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MAX4055	54446207E	5541/1	04/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDR7688	55919345D	5410/0	28/06/2013	R\$ 85,12	181 * IV
MES5058	55920659D	5550/0	30/05/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFZ4348	55059440D	5835/0	27/07/2013	R\$ 127,69	195
MHD9386	55917484D	5460/0	02/07/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MHH7107	54446217E	5622/2	10/07/2013	R\$ 53,20	182 * VI
MHK2087	55912941D	5819/1	10/07/2013	R\$ 574,61	193
MHK2087	55912943D	5835/0	10/07/2013	R\$ 127,69	195
MHT7278	54443743E	5541/1	15/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIB2856	54446232E	5541/1	16/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIC3187	55160620C	6050/1	15/06/2011	R\$ 191,53	208
MIU6936	55918093D	5207/0	06/07/2013	R\$ 53,20	169
MIU6936	55918094D	5720/0	06/07/2013	R\$ 127,69	186 * I
MIU6936	55918095D	5819/1	06/07/2013	R\$ 574,61	193
MJE0601	55911146D	7366/2	28/06/2013	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKX5991	55917657D	7056/1	26/03/2013	R\$ 191,53	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 7 DE OUTUBRO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 714 1233/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1233/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIM3097	55636515C	5460/0	28/03/2011	R\$ 85,12	181 * IX
AKP8552	55659064C	5452/1	12/06/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
ALT5907	55660038C	5452/1	08/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
AUG2551	55660071C	7366/2	28/06/2013	R\$ 85,12	252 * VI
CCT3036	55659763C	5550/0	26/06/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
CKM6931	55660993C	5185/1	04/08/2013	R\$ 127,69	167
DTS8249	55658407C	5452/1	15/05/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
ISJ7977	55657382C	5452/1	09/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
LNU8916	55659489C	5550/0	01/07/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
LUI0990	55658487C	7366/2	14/06/2013	R\$ 85,12	252 * VI
LXE1477	55658127C	5541/4	15/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LZY1749	55658260C	5479/0	20/06/2013	R\$ 85,12	181 * X
MBA7504	55660456C	5452/1	19/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MBA8469	55658598C	5720/0	24/07/2013	R\$ 127,69	186 * I
MBS8347	55660302C	5185/1	06/07/2013	R\$ 127,69	167
MBY4245	55660303C	5185/1	06/07/2013	R\$ 127,69	167
MBY4245	55660480C	5550/0	19/07/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCA0786	55660481C	5550/0	19/07/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCZ6300	55651945C	5541/1	29/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MED6242	55659477C	7366/2	27/06/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MES3885	55659966C	7366/2	10/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MFB4362	55658645C	7366/2	14/06/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MFD6721	55657886C	5185/1	07/08/2013	R\$ 127,69	167
MFV0857	55660474C	6122/0	23/07/2013	R\$ 191,53	214 * I
MGJ4082	55659973C	5703/0	17/07/2013	R\$ 85,12	185 * I
MHD6328	55632298C	7366/2	24/02/2011	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIE4439	55660225C	6122/0	04/07/2013	R\$ 191,53	214 * I
MIO9751	55659804C	7366/2	08/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIP4992	55659605C	5185/1	06/07/2013	R\$ 127,69	167
MIW0998	55659450C	7366/2	26/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJE1619	55659212C	5452/2	13/06/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MJI4823	55658220C	5452/1	18/05/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MJK3183	55660135C	5452/1	23/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MJL5038	55658281C	5568/0	22/07/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MJN5267	55657387C	6050/1	22/07/2013	R\$ 191,53	208
MJO8782	55658829C	5703/0	12/06/2013	R\$ 85,12	185 * I
MJX8515	55660315C	5185/1	10/07/2013	R\$ 127,69	167
MKC3472	55659241C	5550/0	28/06/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MMM2780	55636224C	5550/0	30/03/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 7 DE OUTUBRO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 023 1704/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1704/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ARD6767	54448038E	5185/1	05/09/2013	167
CCX1763	54446248E	5541/1	17/09/2013	181 * XVII
CKB5960	54768236E	7366/2	13/09/2013	252 * VI
CKB5960	54768237E	5185/1	13/09/2013	167
LYI4612	55910894D	5347/0	07/09/2013	178
LYI8451	54444915E	5452/1	18/09/2013	181 * VIII
LZQ5424	54447197E	5525/0	14/08/2013	181 * XV
MBT4866	54768165E	5185/1	12/09/2013	167
MDL0989	54768204E	7366/2	12/09/2013	252 * VI
MDO4120	54446246E	5452/1	13/08/2013	181 * VIII
MDX0171	54768201E	5185/1	12/09/2013	167
MER9140	54448453E	5835/0	24/08/2013	195
MES5228	54447901E	7366/2	16/08/2013	252 * VI
MEV2039	55060389D	5835/0	14/09/2013	195
MEV2039	55060392D	5819/1	14/09/2013	193
MEV2039	55060393D	5843/3	14/09/2013	196
MEV2039	55060394D	7030/2	14/09/2013	244 * I
MFS6831	54446250E	5452/1	17/09/2013	181 * VIII
MHB4416	54768219E	7366/2	12/09/2013	252 * VI
MIN1286	55920887D	5541/1	04/08/2013	181 * XVII
MIS7882	54768248E	6122/0	13/09/2013	214 * I
MJB7105	54444918E	5843/4	20/09/2013	196
MJD1790	54768156E	5185/1	12/09/2013	167
MJO3187	54768084E	5185/1	14/09/2013	167
MKF9727	54447868E	5460/0	13/09/2013	181 * IX
MLA6894	54768210E	5185/1	12/09/2013	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
NSO3003	54768209E	5185/1	12/09/2013	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 7 DE OUTUBRO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 714 1231/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1231/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALN5460	55660391C	5550/0	21/09/2013	181 * XVIII
ANE9473	55661783C	5550/0	16/09/2013	181 * XVIII
BQI4866	55661497C	5509/0	04/09/2013	181 * XIII
CGH2507	55659100C	6050/1	11/09/2013	208
CMB0114	55660780C	5550/0	19/08/2013	181 * XVIII
DER5448	55661570C	5835/0	24/08/2013	195
DER5448	55661571C	5215/2	24/08/2013	170
EDK4928	55661672C	5541/1	12/09/2013	181 * XVII
HCY3196	55662050C	5452/1	20/09/2013	181 * VIII
HHI4726	55660937C	5452/1	18/09/2013	181 * VIII
HHN4563	55662469C	5452/1	20/09/2013	181 * VIII
HIO3205	55662629C	5541/1	20/09/2013	181 * XVII
HOL7551	55661193C	5541/4	16/09/2013	181 * XVII
HSR5000	55657895C	5185/1	15/08/2013	167
IFG6881	55661412C	6050/1	24/08/2013	208
IMU6362	55661985C	5819/6	10/09/2013	193
INW4043	55662209C	5185/1	05/09/2013	167
IUL2799	55654982C	7366/2	04/09/2013	252 * VI
JGA7082	55661367C	5452/1	20/08/2013	181 * VIII
JPN2730	55661102C	5509/0	12/08/2013	181 * XIII
KMX8846	55662607C	5487/0	19/09/2013	181 * XI
LOD7859	55661458C	5452/1	27/08/2013	181 * VIII
LRQ0845	55662230C	5452/1	05/09/2013	181 * VIII
LWS3860	55661794C	5509/0	16/09/2013	181 * XIII
LXB7935	55662060C	5452/1	09/09/2013	181 * VIII
LXS2429	55654546C	7366/2	19/09/2013	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYA8857	55661196C	6050/1	12/09/2013	208
LYT3705	55662580C	5185/1	17/09/2013	167
LYT3705	55662581C	5185/2	17/09/2013	167
LZL0435	55662565C	5185/1	13/09/2013	167
LZQ4564	55661094C	5185/1	12/09/2013	167
MAG6446	55660935C	5452/1	10/09/2013	181 * VIII
MAG7746	55662888C	5185/1	17/09/2013	167
MAH2777	55649011C	7366/2	13/09/2013	252 * VI
MAR1026	55658864C	5541/4	26/08/2013	181 * XVII
MBC0660	55662578C	5185/1	13/09/2013	167
MBM3437	55661209C	7366/2	19/08/2013	252 * VI
MBN2338	55660778C	5452/1	14/08/2013	181 * VIII
MBN7459	55658145C	5460/0	12/08/2013	181 * IX
MCC1089	55662605C	5541/1	19/09/2013	181 * XVII
MCC3475	55661796C	6122/0	16/09/2013	214 * I
MCD9887	55660816C	5452/2	14/08/2013	181 * VIII
MCJ3559	55662560C	5185/1	13/09/2013	167
MCK3222	55634245C	5550/0	17/08/2013	181 * XVIII
MCL2486	55660940C	5452/1	22/09/2013	181 * VIII
MCL3393	55663014C	5452/1	17/09/2013	181 * VIII
MCN5664	55658939C	5452/1	22/09/2013	181 * VIII
MCQ8067	55663010C	7366/2	17/09/2013	252 * VI
MCV1142	55659537C	5703/0	19/08/2013	185 * I
MCV3253	55661371C	5550/0	20/08/2013	181 * XVIII
MDE1879	55661003C	5185/1	04/08/2013	167
MDG8461	55661601C	5550/0	27/08/2013	181 * XVIII
MDJ4512	55660699C	5550/0	27/08/2013	181 * XVIII
MDK7575	55662632C	5509/0	20/09/2013	181 * XIII
MDL7604	55661403C	5541/4	20/08/2013	181 * XVII
MDN0714	55657932C	5568/0	18/09/2013	181 * XIX
MDQ6013	55661040C	5509/0	16/08/2013	181 * XIII
MDR4885	55660936C	7366/2	10/09/2013	252 * VI
MDV2217	55661453C	5541/4	23/08/2013	181 * XVII
MDW7968	55658920C	5452/1	21/08/2013	181 * VIII
MDW9654	55662410C	5967/0	09/09/2013	203 * V
MDX3157	55662735C	5185/1	25/09/2013	167
MEG8617	55662023C	5568/0	12/09/2013	181 * XIX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEH1549	55661436C	5452/1	15/09/2013	181 * VIII
MEI0048	55662155C	7366/2	13/09/2013	252 * VI
MEN7860	55662865C	5452/1	17/09/2013	181 * VIII
MEP0540	55663029C	6050/1	17/09/2013	208
MER4424	55662238C	5550/0	09/09/2013	181 * XVIII
MEW3630	55660924C	7030/2	24/08/2013	244 * I
MEW3630	55660925C	6050/1	24/08/2013	208
MEW3630	55660926C	5835/0	24/08/2013	195
MFC1401	55658929C	5835/0	18/09/2013	195
MFC1401	55658930C	5720/0	18/09/2013	186 * I
MFC1401	55658932C	5819/1	18/09/2013	193
MFC1401	55658933C	5215/1	18/09/2013	170
MFG6087	55662262C	6122/0	14/09/2013	214 * I
MFH0770	55662414C	7366/2	09/09/2013	252 * VI
MFK6399	55662440C	5452/1	13/09/2013	181 * VIII
MFK8074	55661687C	5541/1	16/09/2013	181 * XVII
MFL5832	55662336C	5452/1	19/09/2013	181 * VIII
MFN9209	55662224C	6050/1	05/09/2013	208
MFR7465	55662260C	5991/0	14/09/2013	206 * I
MGN0087	55661360C	5959/4	20/08/2013	203 * IV
MGP1173	55660678C	5568/0	23/08/2013	181 * XIX
MGU8031	55660914C	5568/0	21/08/2013	181 * XIX
MGX1138	55662577C	5185/1	13/09/2013	167
MHE7278	55663024C	6050/1	17/09/2013	208
MHG2602	55661667C	6050/1	04/09/2013	208
MHL0145	55662587C	5452/1	17/09/2013	181 * VIII
MHS2107	55661395C	5185/1	20/08/2013	167
MHU2058	55662101C	5819/1	05/09/2013	193
MHV0479	55662020C	5541/1	12/09/2013	181 * XVII
MHW1437	55661387C	5185/1	20/08/2013	167
MHW3896	55659288C	7366/2	21/08/2013	252 * VI
MHY4300	55662242C	6041/2	09/09/2013	207
MIB3986	55662033C	5452/2	12/09/2013	181 * VIII
MIB9563	55661019C	6041/2	12/08/2013	207
MII5054	55661384C	5185/1	20/08/2013	167
MIK7243	55661078C	5550/0	27/08/2013	181 * XVIII
MIN5194	55662619C	5509/0	20/09/2013	181 * XIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIQ4402	55662562C	5185/1	13/09/2013	167
MIS0312	55662438C	5550/0	13/09/2013	181 * XVIII
MIZ1793	55643446C	5460/0	21/08/2013	181 * IX
MIZ3782	55661383C	7366/2	20/08/2013	252 * VI
MJG4104	55661201C	7366/2	15/08/2013	252 * VI
MJJ8589	55662034C	5452/1	16/09/2013	181 * VIII
MJS7332	55654987C	5738/0	18/09/2013	186 * II
MJT2024	55661645C	7366/2	16/09/2013	252 * VI
MKA9489	55662623C	5550/0	20/09/2013	181 * XVIII
MKF7878	55661016C	5550/0	12/08/2013	181 * XVIII
MKO0800	55661472C	5819/6	02/09/2013	193
MKP7964	55653432C	5452/2	11/09/2013	181 * VIII
MKQ1547	55659924C	5541/1	17/09/2013	181 * XVII
MKS4572	55661372C	6050/1	16/08/2013	208
MKT6546	55660876C	5509/0	19/09/2013	181 * XIII
MKY8087	55663011C	6050/1	17/09/2013	208
MLN9271	55661282C	7366/2	23/08/2013	252 * VI
MLP0254	55661789C	5541/1	16/09/2013	181 * XVII
MLV0290	55661300C	7366/2	31/08/2013	252 * VI
MMB9340	55662717C	5568/0	21/09/2013	181 * XIX
MMI7279	55657930C	5541/1	06/09/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 7 DE OUTUBRO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

CÂMARA MUNICIPAL**Pregão Presencial - Nº 018/2013–****TERMO DE REVOGAÇÃO**

Pregão Presencial - Nº 018/2013–

REVOGA-SE o Processo Licitatório n.º 040/2013 na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2013, destinado ao registro de preços para eventual aquisição de suprimentos para as impressoras instaladas na Câmara Municipal de São José/SC, com vistas ao atendimento de interesse público e por conveniência administrativa, nos termos permissivos do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93. A presente Revogação visa garantir efetivamente os princípios da economicidade, eficiência e isonomia, de forma a atender a preservação do interesse público em todos os Atos adotados por esta Administração.

São José, 07 de outubro de 2013.

Ata da Sexsagésima Quarta Sessão Ordinária, do Primeiro Período Legislativo, da Décima Oitava Legislatura, da Câmara Municipal de São José, Santa Cat

ATA DA SEXSAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA, DO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, SANTA CATARINA.

Presidente: Sanderson Almedci de Jesus - PMDB

1º Secretário Ad Hoc : Moacir da Silva - PMDB

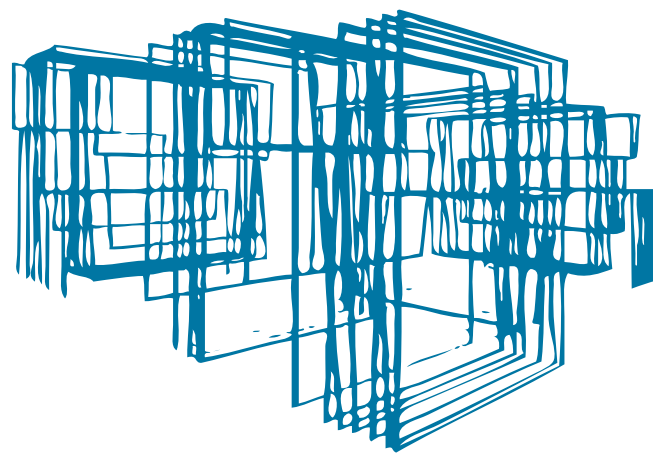
Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, na sede do Poder Legislativo, reuniram-se os Vereadores da Câmara Municipal de São José, sob a Presidência do Titular. Dando por abertos os trabalhos o Senhor Presidente convidou os Vereadores Moacir da Silva e Amauri Valdemar da Silva - PMDB, para ocuparem Ad Hoc, a Primeira e Segunda secretarias. A seguir solicitou ao Senhor Primeiro Secretário que proferisse a leitura da Ata da Sexagésima Segunda Sessão Ordinária que posta em votação, foi aprovada por doze votos favoráveis, com a ressalva do Vereador Moacir da Silva, dizendo ter sido indicado para Membro da Comissão de Finanças e não o Vereador Neri, como consta. Em continuidade foi proferida a Leitura das Matérias da presente Sessão e em continuidade o Senhor Presidente suspendeu os trabalhos, para que fosse realizada uma reunião com vereadores. Decorrido o prazo suspensivo, foram reabertos os trabalhos, e declarada livre a palavra na hora do Expediente. Ocupou a tribuna o vereador Sanderson Almedci de Jesus - PMDB, saudou à Vereadora Sandra Martins que vestia rosa, participando da Campanha Outubro Rosa, pela prevenção do Câncer de Mama. Continuou dizendo que esta Casa protocolou pedido de reconsideração ao Ministério Público Federal, sobre a manutenção do fechamento dos acessos à BR 101, que hoje se configura como uma via urbana. Disse o orador que respeita a opinião da Polícia Federal, mas não pode ser o primeiro a ser cobrado e o último a ser avisado das ações que são executadas sem levar em conta a opinião e as necessidades da população. Explicou que São José tem hoje a maior densidade demográfica do Estado, por isto as inserções no espaço urbano tem que ser bem planejadas. Disse que tentaram até fechar os acessos da Rua Gerônimo Thieves, o que seria o caos na mobilidade urbana da cidade. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Orvino Coelho de Ávila - PSD, que inicialmente deu conhecimento especialmente à comissão que trata da São José Previdência, que através das Portarias nº 006/2013 e 007/2013, foi instaurada a Tomada de Contas Especial, para apurar os responsáveis pelo desvio de verbas da Autarquia São José Previdência, fazendo justiça com a luta da comissão interna desta Casa, que apurou o caso e ao trabalho do Vereador Antonio Luiz Battisti.

Continuou o orador parabenizando o trabalho do Chefe de Controle Externo e Auditoria Doutor José Silvestre Sesconeto Júnior. A seguir o orador deu conhecimento aos Vereadores que já foi entregue a esta Casa o demonstrativo de Cálculo da receita municipal. Continuando o orador comentou sobre a Avenida Beira Mar, dizendo esperar que com a tomada de posição do Executivo, se resolva a questão, pois é absurdo que o município tenha feito um investimento desta monta e não poder utilizar esta, que deveria ser uma grande área de lazer da cidade. Continuando o orador enalteceu o trabalho da Secretária de Esportes Andréia Grando, que promoveu neste último fim de semana um evento maravilhoso no local. Estando esgotado o tempo do Expediente, passou-se à Ordem do dia. Manifestou-se pela Ordem o Vereador Geraldo Swiech - PT, dizendo ter encaminhado expediente à todos os vereadores para que encaminhem no prazo estabelecido as sugestões para a Comissão que estuda as mudanças do Regimento Interno desta Casa. A seguir foi posto em deliberação e aprovado por doze votos favoráveis o Parecer de Redação Final da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, ao Projeto de Lei n.º- 129/2011, da Prefeita Municipal, que autoriza a chefe do poder executivo municipal a permutar área de terras pertencentes ao Município. A seguir foram deliberadas as matérias constantes da pauta, como segue: 1) Aprovado por doze votos favoráveis o pedido de retirada de pauta do Requerimento dos Vereadores Geraldo Swiech e Telmo Pedro Vieira, que solicita à SUSP cópia de todos os Processos Administrativos para concessão de habite-se e alvarás de construções Semestre de 2013, conforme especifica. 2) Aprovado por doze votos favoráveis o pedido do Vereador Geraldo Swiech e Telmo Vieuiira para que fosse retirado de pauta a Admissibilidade da Emenda Aditiva, dos Vereadores Wallace de Souza e Orvino Coelho de Ávila, que dá nova redação ao artigo 16 do Projeto de Lei n.º- 114/2013, que cria a Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) do Município de São José e dá outras providências. 3) Aprovado por doze votos favoráveis o Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social e Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei Ordinária nº 76/2013, do Vereador Túlio Márcio Salles Maciel, que Declara de Utilidade Pública a Associação Esportiva RE Racing Kart Amador - RA RACING. 4) Aprovado por doze votos favoráveis o Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social e Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei Ordinária nº 112/2013, do Vereador Michel da Silva Schlemper, que Declara de Utilidade Pública a Associação Catarinense de Lutas Marciais e MMA". Em segunda discussão, foram aprovadas por doze votos favoráveis as seguintes matérias: 1) Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Substitutivo Global ao Projeto de Lei Ordinária nº 21/2013, da Prefeita Municipal, ao Projeto de Lei n.º- 21/2013, que dá nova redação ao parágrafo 2º- do artigo 1º- da Lei Ordinária n.º 4.997, de 16 de agosto de 2010, que trata da comissão permanente de licitação. 2) Parecer Conjunto das Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e da Comissão de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social e Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei n.º- 102/2013, do Vereador Neri Osvaldo da Amaral, que insere o programa de incentivo à doação de sangue entre os servidores no Município de São José. 3) Parecer Conjunto das Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e da Comissão de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social e Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei n.º- 103/2013, do Vereador Neri Osvaldo da Amaral, que dispõe sobre a fixação de placas ou cartazes nos hospitais da rede pública e privada do município de São José com informação sobre o direito dos idosos de serem acompanhados em caso de internação ou observação clínica. Finalmente foi aprovado por onze votos favoráveis e um voto contrário do Vereador Amauri Valdemar da Silva o Parecer Conjunto das Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e da Comissão de Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei n.º 125/2013, da Prefeita Municipal, que altera o artigo 2º- da Lei n.º- 4.421, de 10 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a concessão de

diárias aos agentes políticos e servidores públicos do Município. Não havendo mais matérias a serem deliberada, passou-se às Explicações Pessoais. Ocupou a tribuna o Vereador Telmo Pedro Vieira - PSDB, dizendo vir à tribuna a pedido dos professores para falar do Plano Nacional de Educação. Disse o orador que quanto esta matéria passou pela comissão econômica do Senado, sofreu algumas significativas mudanças que demonstram a pouca importância que o governo dá a Educação Pública. Disse que com esta mudança da Lei o dinheiro que deveria ser aplicado na Educação Pública, poderá ser aplicado em instituições privadas de educação através de concessão de bolsas. Continuando o orador explicou as mudanças feitas no texto da Lei dizendo que o novo texto substituiu a frase incentivar o investimento público na educação pública, por Investimento público na educação. Continuou explicando que na meta onze, que trata das Escolas Técnicas, também sofreu modificações, alterando pelo menos cinquenta por cento na escola pública, por cinquenta por cento de gratuidade, o que, novamente permite a transferência do dinheiro das escolas públicas para as escolas particulares, o que também ocorre com o ensino superior. Ressaltou que essas alterações irão gerar uma reação em cadeia, com a migração dos recursos da Educação Pública para as escolas particulares. Ressaltou que estas alterações irão manter o IDEB vergonhoso do Brasil, acaba com a possibilidade de se colocar em prática o discurso de universalização da educação. Finalizou dizendo não ser contra as escolas privadas, mas entende que o dinheiro público deve ser investido na Educação Pública, para qualificá-la. Disse que o povo deve estar atento para as sutilezas da redação das leis. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Orvino Coelho de Ávila - PSD, que inicialmente, na qualidade de Líder de Governo agradeceu à todos os vereadores pela aprovação das leis que tratam da Comissão de Licitação e da Lei que permite o reajuste das diárias dos agentes públicos quando atuam fora da cidade. Continuando comentou sobre o Plano Diretor dizendo que algumas leis que são aprovadas e não podemos depois reverter seus efeitos. Citou a Lei 3.750/2001, que alterou dispositivos do Plano Diretor, um tratava da construção de pavimentos em subsolo, nos bairros de Campinas, Kobrasol e, no texto original a concessão desta construção seria autorizado em análise dos técnicos da SUSP. Durante a tramitação foi feita alteração, ficando proibida a construção deste tipo de pavimento nos bairros Campinas Kobrasol, Nossa Senhora do Rosário, Roçado, Nossa Senhora do Rosário e Kobrasol II. Disse o orador que a Lei foi aprovada a doze anos, e por algumas vezes foi tentado mudar, uma vez que a os subsolos fariam com que pudéssemos tirar carros das ruas, o que é atenuando o grave problema da Mobilidade Urbana da cidade. Continuando comentou sobre a Lei 4.410, dizendo que precisamos se não pudermos revogar esta Lei, teremos que uniformizar os direitos e concessões das leis. Disse que já passou o tempo de ser arrumar estas questões, sobre pena de não termos como explicar aos que virão depois a situação caótica que será instalada. Estando esgotado o tempo regimental da presente sessão, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos em nome de Deus, convocando uma próxima ordinária a ser realizada na segunda feira em horário regimental.

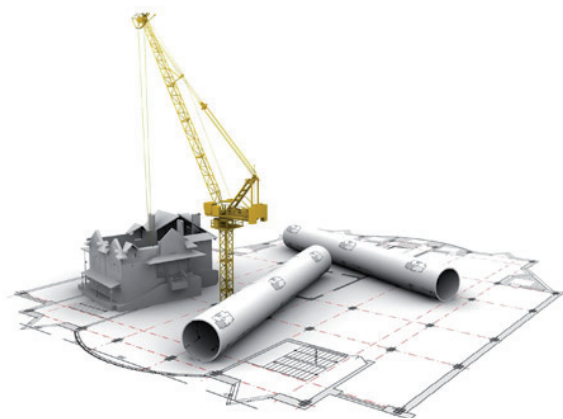
São José (SC), 02 de outubro de 2013.
SANDERSON ALMECI DE JESUS GERALDO SWIECH
Presidente Vice-Presidente

MOACIR DA SILVA AMAURI VALDEMAR DA SILVA
1º Secretário Ad Hoc Segundo Secretário Ad Hoc



Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.736, de 08 de Outubro de 2013.

DECRETO Nº 4.736, DE 08 DE OUTUBRO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.062, de 22/01/2013 e inciso II, § 1º, art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 113.729,61 (cento e treze mil, setecentos e vinte e nove reais e sessenta e um centavos), na seguinte dotação orçamentária:

09.00 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO -SDU

09.01.15.451.4511.2.034.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024 137
Aplicação Direta R\$ 113.729,61

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.062, de 22/01/2013 e inciso II, § 1º, art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de outubro de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.737, de 08 de Outubro de 2013.

DECRETO Nº 4.737, DE 08 DE OUTUBRO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.062, de 22/01/2013 e inciso II, § 1º, art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00

SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.365.4505.2.015.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0022 151
Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em

conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.062, de 22/01/2013 e inciso II, § 1º, art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de outubro de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Portaria N.º 290/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000

- Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 290/2013

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor JUCÉLIO FREIBERGER BAUNGARTEN, ocupante do cargo de Motorista II, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor JUCÉLIO FREIBERGER BAUNGARTEN, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar da data de 26/09/2013, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26/09/2013.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de outubro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 291/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000

- Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 291/2013

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor OSLI SEIDLER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Transportes e Obras.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor OSLI SEIDLER, pelo período de 30 (trinta) dias a contar da data de

04/10/2013, para que a Administração Municipal possa dar continuidade no processo de aposentadoria, conforme determina o laudo médico pericial.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de outubro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/ ____/2013.

Despacho - Revogação de Licitação Pregão Presencial N.º 08/2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R-223

www.pmspa.sc.gov.br - licitacoes@pmspa.sc.gov.br

DESPACHO - REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial n.º 08/2013 FMS, que tem como objeto Aquisição estimada parcelada de Leite em pó (Pregomim - Pepti) conforme solicitação da Pediatra - Cardiologista Pediátrica Drª Chris-tiane M. Catalão da Unidade Básica de Saúde Maria Rasvailer Junckes (neste Município), (con-forme o laudo em anexo II Digitalizado), para o Paciente Leonardo C. Mateus. Com solicitação do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, conforme especificações e quantitativos do anexo I do Edital.

CONSIDERANDO a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios tramitantes em sua instância, com fundamento no teor do art. 49, caput, da Lei Federal 8.666/93 e nos termos da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal.

RESOLVE Tendo como princípio o interesse da Administração e a conveniência administrativa, revogar o certame licitatório objeto do Pregão Presencial n.º 08/2013 FMS.

Publique-se; registre-se; cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de outubro de 2013.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Decreto Nº 2.742/2013 de 30 de Setembro de 2013

DECRETO Nº 2.742/2013 de 30 de setembro de 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 312,63 (trezentos e doze reais e sessenta e três centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.03 - ASSESSORIA DE OBRAS

06.03.15.451.0008.2.030 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE OBRAS

3.3.90.93.00.00.00.00 - 00.03.0202 - Indenizacoes e Restituicoes

R\$ 312,63

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0202

R\$ 312,63

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 30 de setembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.743/2013, de 07 de Outubro de 2013

DECRETO Nº 2.743/2013, de 07 de outubro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder - LC nº. 004/98, de 19/05/1998:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Bruna Tanisa Moreira	21	22
Diane Dereti	60	61

Art. 2º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 25 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Alexandre Santos de Oliveira	B-2	B-3
Claudiane de Oliveira Ramos	B-Inicial	B-1
Cristiane Fernandes Sabino	C-7-IV	C-8-IV
Leonidia Bauer Weidauer	C-9-IV	C-10-IV
Sílvia dos Santos Batista	B-1	B-2

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 07 de outubro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 05/2013-FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500- CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 05/2013-FAS

PROCESSO Nº. 15/2013-FAS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de lanches para serem servidos aos usuários que participam das oficinas e projetos realizados pelo CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e CREAS - Centro de Referência Especializada, órgãos da Política pública de Assistência Social vinculada a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 23 de outubro de 2013 às 08h45min.

Abertura do Processo: 23 de outubro de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 09 de outubro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 06/2013-FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500- CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 06/2013-FAS

PROCESSO Nº. 16/2013-FAS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de outdoors e adesivos para divulgação dos Serviços e Ações da Política de Assistência Social vinculada a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 24 de outubro de 2013 às 08h45min.

Abertura do Processo: 24 de outubro de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 09 de outubro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 22/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/2013-FMS

PROCESSO Nº. 80/2013-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de roupas de cama das salas de observações dos Postos de Saúde Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 22 de outubro de 2013 às 08h45min.

Abertura do Processo: 22 de outubro de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 09 de outubro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal



Dispensa Nº 72/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 72/2013 - DL****Processo Nr.: 173/2013
Data: 07/10/2013**

Folha: 1/2

Fornecedor: SOCIEDADE CULTURA ARTISTICA

Código: 10038

Endereço: R JORGE CZERNIEWICZ,160 -

Cidade: JARAGUA DO SUL - SC

CNPJ: 82.901.638/0001-68

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Locação de grande Teatro SCAR - Sociedade Cultura Artística de Jaraguá do Sul, para apresentação da Banda Municipal, no dia 18 de outubro do corrente para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Locação de grande Teatro SCAR - Sociedade Cultura Artística de Jaraguá do Sul, para apresentação da Banda Municipal, no dia 18 de outubro do corrente para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.	UN	4.500,00	4.500,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem à sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

JUSTIFICATIVA

Em comemoração ao aniversário de emancipação do Município de Schroeder, deve-se tal solicitação, ressaltando que o local a ser locado é o único da região que comporta número grande de pessoas e instalações adequadas para este evento.

Schroeder, 7 de Outubro de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 72/2013 - DL**

Processo Nr.: 173/2013
Data: 07/10/2013

Folha: 2/2

25/9/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 25 de Setembro de 2013

Valor da Despesa: 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Dispensa Nº 73/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 73/2013 - DL**Processo Nr.: 174/2013
Data: 07/10/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: BETHA SISTEMAS LTDA
Endereço: RUA JOÃO PESSOA, Nº 134, 1º ANDAR
Cidade: Criciúma - SC
CNPJ: 00.456.865/0001-67

Código: 8088

Inscrição Estadual: 253.086.027

Objeto da Compra: Sistema para oferecer aos cidadãos Transparência na Gestão Pública, com publicação de dados da Contabilidade, Compras, Folha e Tributos em conformidade a Lei Complementar nº. 131, de 27 de maio de 2009 para a Prefeitura Municipal de Schroeder, Fundo Municipal da Saúde de Schroeder, Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Schroeder, Fundo da Assistência Social e Fundo Municipal da Habitação e Interesse Social**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	3,00	Sistema para oferecer aos cidadãos Transparência na Gestão Pública, com publicação de dados da Contabilidade, Compras, Folha e Tributos em conformidade a Lei Complementar nº. 131, de 27 de maio de 2009	MÊS	200,00	600,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

PARA CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131, DE 27 DE MAIO DE 2009.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 7 de Outubro de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 73/2013 - DL**

Processo Nr.: 174/2013
Data: 07/10/2013

Folha: 2/2

27/09/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 27 de Setembro de 2013

Valor da Despesa: 600,00 (seiscentos reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Extrato do Contrato Nº. 199/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 199/2013 - PMS

Processo Licitatório nº. 174/2013-PMS

Dispensa de Licitação nº. 73/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA, doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, 134, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.801-530.

Objeto: Constitui o presente contrato a Sistema para oferecer aos cidadãos Transparência na Gestão Pública, com publicação de dados da Contabilidade, Compras, Folha e Tributos em conformidade a Lei Complementar nº. 131, de 27 de maio de 2009 para a Prefeitura Municipal de Schroeder, Fundo Municipal da Saúde de Schroeder, Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Schroeder, Fundo da Assistência Social e Fundo Municipal da Habitação e Interesse Social, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Sistema para oferecer aos cidadãos Transparência na Gestão Pública, com publicação de dados da Contabilidade, Compras, Folha e Tributos em conformidade a Lei Complementar nº. 131, de 27 de maio de 2009	03	Mês	200,00	600,00
TOTAL R\$					600,00

Valor do contrato: R\$ 600,00 (seiscentos reais),

Data da Assinatura: 07/10/2013 – Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 200/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 200/2013 - PMS

Processo Licitatório nº. 172/2013-PMS

Dispensa de Licitação nº. 71/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: ORSEGUPS – ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRINCESA DA SERRA LTDA, doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 83.424.762/0001-42, com sede à Rua Getúlio Vargas, 2729 na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.103-400.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de Empresa especializada em segurança para vigiar a área do Complexo Esportivo Alfredo Passold nos dias 02, 03, 04, 05 e 06/10/2013, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	contratação de Empresa especializad em segurança para vigiar a área do Complexo Esportivo Alfredo Passold nos dias 02, 03, 04, 05 e 06/10/2013. Sendo: Dia 02/10 das 22h às 06h, dia 03/10 das 06h às 18h e 18h às 06h, dia 04/10 das 06h às 18h e 18h às 06h.	56	Horas	35,00	1.960,00
TOTAL R\$					1.960,00

Valor do contrato: R\$ 1.960,00 (um mil novecentos e sessenta reais)

Data da Assinatura: 08/10/2013 – Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

Decreto Nº 138/2013

DECRETO Nº 138 DE 07 DE OUTUBRO DE 2013.

Regulamenta a Lei Municipal nº 948, de 11 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do artigo 216 da Constituição.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 40, da Lei Orgânica,
DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo da Prefeitura Municipal de Serra Alta, os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso, observados grau e prazo de sigilo, conforme o disposto na Lei Municipal nº 948, de 11 de dezembro de 2012.

Art. 2º Os órgãos e as entidades do Poder Executivo Municipal assegurarão, às pessoas naturais e jurídicas, o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as diretrizes previstas na Lei Municipal nº 948, de 11 de dezembro de 2012.

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - informação - dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - dados processados - dados submetidos a qualquer operação ou tratamento por meio de processamento eletrônico ou por meio automatizado com o emprego de tecnologia da informação;

III - documento - unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

IV - informação sigilosa - informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquelas abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;

V - informação pessoal - informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;

VI - tratamento da informação - conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

VII - disponibilidade - qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VIII - autenticidade - qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

IX - integridade - qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

X - primariedade - qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações;

XI - informação atualizada - informação que reúne os dados mais recentes sobre o tema, de acordo com sua natureza, com os prazos previstos em normas específicas ou conforme a periodicidade estabelecida nos sistemas informatizados que a organizam; e

XII - documento preparatório - documento formal utilizado como fundamento da tomada de decisão ou de ato administrativo, a exemplo de pareceres e notas técnicas.

Art. 4º A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressaltada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

§ 1º Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos, o SIC observado o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará ao requerente Guia de Recolhimento Municipal - GRM ou documento equivalente, com custo conforme convênio vigente, firmado com a Instituição Bancária, por guia emitida, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

§ 2º A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de dez dias, contado da comprovação do pagamento pelo requerente.

§ 3º Nos casos em que houver a necessidade de reprodução de documentos mediante fotocópias convencionais, assim consideradas aquelas feitas em papel A4, ou fornecimento de mídia (CD), serão cobrados os seguintes valores:

I - R\$ 0,15 (zero vírgula quinze centavos), por impressão preto e branco em papel tamanho A4;

II - R\$ 0,50 (zero vírgula cinquenta centavos), por impressão colorida em papel tamanho A4;

III - R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos), por mídia de CD.

§ 4º Os valores cobrados serão reajustados anualmente conforme Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M.

§ 5º Para casos em que a resposta à informação for solicitada via correios, o valor a ser cobrado será o valor da taxa cobrada pelos correios.

§ 6º Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei no 7.115, de 29 de agosto de 1983.

§ 7º As pessoas que levarem mídias eletrônicas como suporte para reprodução da informação nos balcões de atendimento, ou cuja impressão em papel for igual ou inferior a 10 (dez) páginas também ficam isentas de pagamento.

Art. 5º É dever do Poder Executivo Municipal promover, independente de requerimento, a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, observado o disposto na Lei Municipal nº 948 de 11 de dezembro de 2012.

Art. 6º O Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, tem como objetivo:

I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;

II - informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e

III - receber e registrar pedidos de acesso à informação.

Parágrafo único. Compete ao SIC:

I - o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;

II - o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido; e

III - o encaminhamento do pedido recebido e registrado à unidade responsável pelo fornecimento da informação, quando couber.

Art. 7º O SIC será instalado em unidade física identificada, de fácil acesso e aberta ao público.

Art. 8º Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado pelo SIC.

§ 2º O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação do pedido ao SIC.

§ 3º O recebimento de pedidos de acesso à informação poderá ocorrer por qualquer outro meio legítimo, como contato telefônico, correspondência eletrônica ou física.

§ 4º Na hipótese do § 3º, será enviada ao requerente comunicação com o número de protocolo e a data do recebimento do pedido pelo SIC, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

Art. 9º O pedido de acesso à informação deverá conter:

I - nome do requerente;

II - número de documento de identificação válido;

III - especificação, de forma clara e precisa, da informação

requerida; e

IV - endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Art. 10. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 11. São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

Art. 12. Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato.

§ 1º Caso não seja possível o acesso imediato, o órgão ou entidade deverá, no prazo de até vinte dias:

I - enviar a informação ao endereço físico ou eletrônico informado;

II - comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;

III - comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;

IV - indicar, caso tenha conhecimento, o órgão ou entidade responsável pela informação ou que a detenha; ou

V - indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 2º Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida prevista no inciso II do § 1º.

§ 3º Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou do documento, o órgão ou entidade deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original.

§ 4º Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o § 3º, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

Art. 13. O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por dez dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.

Art. 14. Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

I - razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;

II - possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade que o apreciará.

Art. 15. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

Art. 16. As entidades privadas sem fins lucrativos que receberem recursos públicos para realização de ações de interesse público deverão dar publicidade às seguintes informações:

I - cópia do estatuto social atualizado da entidade;

II - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade; e

III - cópia integral dos convênios, contratos, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres realizados com o Poder Executivo Municipal, respectivos aditivos, e relatórios finais de prestação de contas, na forma da legislação aplicável.

§ 1º As informações de que trata o caput serão divulgadas em quadro de avisos de amplo acesso público em sua sede.

Art. 17. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos deste Decreto, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar,

alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontra sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

IV - divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido a informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal;

V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§ 1º Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas para fins do disposto no Estatuto dos Servidores Públicos sanções administrativas, que deverão ser apenadas, no mínimo, com suspensão, segundo os critérios estabelecidos na referida lei.

§ 2º Pelas condutas descritas no caput, poderá agente público responder, também, por improbidade administrativa.

Art. 18. A pessoa natural ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o Poder Público e praticar conduta prevista no art. 17, estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - rescisão do vínculo com o Poder Público;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a dois anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º A sanção de multa poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput.

§ 2º A multa prevista no inciso II do caput será aplicada sem prejuízo da reparação pelos danos, e no valor de:

I - 01 (um) salário mínimo, no caso de pessoa natural; ou

II - 01 (um) salário mínimo, no caso de entidade privada.

§ 3º A reabilitação referida no inciso V do caput será autorizada somente quando a pessoa natural ou entidade privada efetivar o ressarcimento ao órgão ou entidade dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV do caput.

§ 4º O prazo para apresentação de defesa nas hipóteses previstas neste artigo é de dez dias, contado da ciência do ato.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22 de maio de 2013. Revogando-se as disposições em contrários.

Gabinete de Prefeito, 07 de outubro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Extrato Pregão Presencial Nº 049/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2013

Tipo: Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de organização e execução de Processo Seletivo Municipal para provimento de vagas de cargos temporários para o ano de 2014, englobando todas as fases do processo com provas escritas e práticas até a homologação do resultado final.

Entrega dos Envelopes : 08:30 horas do dia 22 de outubro de 2013.

Abertura dos Envelopes : 09:00 horas do dia 22 de outubro de 2013.

O Edital e anexos encontram-se disponíveis no site do Município www.serraalta.sc.gov.br e maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:15 às 17:15 horas.

SERRA ALTA, 09 de outubro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Extrato de Edital Processo Seletivo Nº002/2013

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº002/2013

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA TORNA PÚBLICO que encontra-se disponível no Mural da Prefeitura Municipal e site www.serraalta.sc.gov.br Edital que divulga a HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES.

Serra Alta, 08 de outubro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal.



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Relação de Compras Mês de Setembro - Fundo Municipal de Saúde**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA**

Página: 1/1

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CONSTRUCERTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E C	REFORMA DA SALA DE FISIOTERAPIA COMPREENDENDO UMA ÁREA TOTAL DE 91,60M², LOCALIZADA EM ANEXO A UNIDADE DE SAÚDE MUNICIPAL, SITO A RUA ALMIRANTE BARROSO, 525, CENTRO DO MUNICÍPIO. OS DADOS SÃO DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONTIDAS NO PROJETO DE ENGENHARIA, MEMORIAL TÉCNICO DESCRITIVO, ORÇAMENTO QUANTITATIVO E FINANCEIRO, PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO EM ANEXO AO PRESENTE EDITAL. * FAZ PARTE INTEGRANTE DO ITEM 1: 1.0 PLACA DA OBRA - (Sub itens 1.1) 2.0 RETIRADAS - (Sub itens 2.1 a 2.8) 3.0 PAREDES- (Sub itens 3.1 a 3.1.1) 4.0 ESQUADRIAS - (Sub itens 4.1 a 4.2.3) 5.0 COBERTURA - (Sub itens 5.1 a 5.5) 6.0 REVESTIMENTOS DE PAREDES - (Sub itens 6.1 a 6.3) 7.0 PAVIMENTAÇÃO - (Sub itens 7.1 a 7.3) 8.0 PINTURA - (Sub itens 8.1 a 8.6) 9.0 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - (Sub itens 9.1) 10.0 INSTALAÇÃO HIDRÁULICA - (Sub itens 10.1 a 10.2) 11.0 COMPLEMENTARES - (Sub itens 11.1) OBS: OS ITENS MENCIONADOS ACIMA CONSTAM NO ORÇAMENTO QUANTITATIVO E FINANCEIRO E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DO PROJETO DE ENGENHARIA, E SUAS ESPECIFICAÇÕES ESTÃO DESCRITAS NO MEMORIAL TÉCNICO DESCRITIVO QUE SÃO PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO LICITATÓRIO.	817	1,000	41.941,5400	41.941,54
Total Geral do Mês —>					41.941,54

Relação de Compras Mês de Setembro - Município Serra Alta**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

Página: 1/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CLAUDEMIR MARTINELLI & CIA LTDA ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA COM TRATOR DE PNEUS TRAÇADO, DESTINADA AOS TRABALHOS DE PREPARO DO SOLO E O PLANTIO DE CULTURAS ALIMENTARES, NAS PROPRIEDADES RURAIS, ATENDENDO AO PROGRAMA DE INCENTIVO AO PRODUTOR RURAL QUE O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA DISPÕE.	1741	500,000	95,0000	47.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Página: 2/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CONSTRUTORA FAIBER LTDA ME	AMPLIAÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COMPREENDENDO UMA ÁREA DE 582,28M², DE DOIS PAVIMENTOS EM ALVENARIA, localizada na Rua Duque de Caxias esquina com a Rua 7 de Setembro, centro do Município de Serra Alta. Os dados são de acordo com as especificações e quantidades contidas no Projeto de Engenharia, memorial técnico descritivo, orçamento quantitativo e financeiro, cronograma físico-financeiro em Anexo do presente Edital. * FAZ PARTE INTEGRANTE DO ITEM 1: 1.0 INSTALAÇÕES PRELIMINARES - (Sub itens 1.1 a 1.4) 2.0 MOVIMENTO DE TERRA - (Sub itens 2.1 a 2.2) 3.0 ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO - (Sub itens 3.1 a 3.08) 4.0 ALVENARIA - (Sub itens 4.1 a 4.3) 5.0 CONTRAPISO - (Sub itens 5.1 a 5.2) 6.0 COBERTURA - (Sub itens 6.1 a 6.5) 7.0 INSTALAÇÃO HIDRÁULICA - (Sub itens 7.1 a 7.15) 8.0 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS - (Sub itens 8.1 a 8.8) 9.0 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - (Sub itens 9.1 a 9.7) 10.0 REVESTIMENTOS - (Sub itens 10.1 a 10.6) 11.0 PAVIMENTAÇÃO - (Sub itens 11.1 a 11.3) 12.0 PAVIMENTAÇÃO EXTERNA - (Sub itens 12.1) 13.0 ESQUADRIA DE ALUMÍNIO - (Sub itens 13.1 a 13.4) 14.0 ESQUADRIA DE MADEIRA - (Sub itens 14.1 a 14.4) 15.0 PINTURA EM PAREDES - (Sub itens 15.1 a 15.2) 16.0 PINTURA DE ESQUADRIAS DE MADEIRA - (Sub itens 16.1) 17.0 PINTURA FORRO DE MADEIRA - (Sub itens 17.1) 18.0 SOLEIRAS E PINGADEIRAS - (Sub itens 18.1 a 18.3) 19.0 PROJETOS COMPLEMENTARES - (Sub itens 19.1) 20.0 ABRIGO DE GÁS - (Sub itens 20.1 a 20.3) 21.0 TOLDO - (Sub itens 21.1) 22.0 LIMPEZA DE OBRA - (Sub itens 22.1)	1729	1,000	253.699,8500	253.699,85

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Página: 3/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
	OBS: OS ITENS MENCIONADOS ACIMA CONSTAM NO ORÇAMENTO QUANTITATIVO E FINANCEIRO DO PROJETO DE ENGENHARIA, E SUAS ESPECIFICAÇÕES ESTÃO DESCRITAS NO MEMORIAL TÉCNICO DESCRITIVO QUE SÃO PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO LICITATÓRIO.				
EM INFORMÁTICA LTDA	DESUMIFICADOR DE PAPEL A4 COM CAPACIDADE PARA 1.500 FOLHAS MENNO		1,000	260,0000	260,00
JAITAN MARTINI & CIA LTDA ME	CADEIRA FIXA 4 (QUATRO) PÉS		2,000	98,0000	196,00
			Total Geral do Mês -->		301.655,85

Sombrio

PREFEITURA

Decreto / 168

DECRETO Nº. 168, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL ÁGUA E ESGOTO-SAMAE DE SOMBRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e Lei nº 2042, de 06 de dezembro de 2012, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Sombrio - SC, crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

11.01 - SAMAE - Serv. Aut. Munic. De Água e Esgoto
2.042 - Manut. Dos Serviços Administrativos do SAMAE
4.4.90.00.00.00.00.3080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º. A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 80 (Rec. Próprios do SAMAE).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 01 de outubro de 2013.
ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Decreto / 168

DECRETO Nº. 168, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL ÁGUA E ESGOTO-SAMAE DE SOMBRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e Lei nº 2042, de 06 de dezembro de 2012, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Sombrio - SC, crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

11.01 - SAMAE - Serv. Aut. Munic. De Água e Esgoto
2.042 - Manut. Dos Serviços Administrativos do SAMAE
4.4.90.00.00.00.00.3080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º. A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 80 (Rec. Próprios

do SAMAE).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 01 de outubro de 2013.
ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Decreto / 169

DECRETO Nº 169 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando de suas atribuições legais conferidas pelo item VI, do Artigo 66, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 1037, de 01 de setembro de 1995, com alterações estabelecidas pelas Leis Nºs 1257, de 06 de setembro de 2000, Lei nº 1276, de 18 de janeiro de 2001, Lei nº 1537, de 11 de outubro de 2005, Lei nº 1682, de 07 de agosto de 2007 e Lei nº 1828, de 09 de setembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeado os membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, face as substituições dos representantes das entidades, que passará a ser composta pelas seguintes pessoas:

- Representante do Poder Executivo:
- Membro Efetivo: Marcia Regina da Silva Coelho
- Suplente: Ivanilda Vilela Magalhães

- Representante de Professores:
- Membro Efetivo: Taise de Morães Cardoso
- Suplente: Alexandra Racena
- Membro Efetivo: Elisabete Antune S. Coelho
- Suplente: Débora Rocha Pereira dos Santos

- Representante de Pais:
- Membro Efetivo: Danúbia Martins
- Suplente: Alexandre Souza de Luca
- Membro Efetivo: Jucélia Ferreira de Jesus
- Suplente: Karey de Oliveira

- Representante da Sociedade Civil:
- Membro Efetivo: Adriana Cecília Coelho Januário
- Suplente: Nicanor da Rosa Miguel
- Membro efetivo: Maria Miguel da Silva
- Suplente: Sandoval Miguel Ferreira

Art. 2º - O exercício da função de conselheiro será gratuito, constituindo-se de serviço público relevante.

Art. 3º - O exercício do mandato de Conselheiro será pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser renovado, desempenhado de forma gratuita e constituirá serviço público.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Fica revogado o Decreto nº 095, de 23/04/2013, e demais disposições em contrário.

Município de Sombrio-SC, 01 de outubro de 2013.
ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Decreto 160/13

DECRETO Nº 160, DE 13 DE SETEMBRO DE 2013.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CONSELHO DO FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições privativas que lhe confere o item VI, do Artigo 66, da Lei Orgânica Municipal e, em conformidade com o Art. 2º da Lei Nº 1645, de 21 de março de 2007.

DECRETA:

Art 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que passa a ser composto pelas seguintes pessoas:

Márcia Regina da Silva Coelho (efetivo)	Rep. da Sec. Mun. de Educação, Cult. e Esportes
Graziela Caetano da Rosa (suplente)	
Aldinéia G.R. Candido (efetivo)	Rep. do Poder Executivo Municipal
Fabício Espindola (suplente)	
Maria Magnus Bratti (efetivo)	Rep. dos Prof. de Escolas Públicas Municipais
Katia Maria Santos Coelho (suplente)	
Jairo Roberto Guimarães (efetivo)	Rep. dos Dir. de Escolas Públicas Municipais
Magali Abatti Colares (suplente)	
Cristian de Oliveira Velho (efetivo)	Rep. dos Serv. Técnico-Adm. das Escolas Públicas Municipais
Jedson Coelho da Silva (suplente)	
Luiz Reginaldo da Rosa (efetivo)	Rep. dos Pais de Alunos de Escolas Públicas Municipais
Rose Lopes Espindola (suplente)	
Mariléia Mateus (efetivo)	Rep. do Conselho Municipal de Educação
Mariléia Lopes Matos (suplente)	
Paula da Silva Pereira (efetivo)	
Denise dos Santos Bitencourt (suplente)	Rep. do Conselho Tutelar
Deise Vicente Coelho Clarinda (efetivo)	
Sabrina Fagundes Nunes (efetivo)	
Bruna Rocho de Souza (Suplente)	
Suelem Santana (suplente)	Rep. dos Estudantes

Art 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º. Fica revogado o Decreto Nº 092, de 23/04/2013, e demais disposições em contrário.

Município de Sombrio-SC, 13 de setembro de 2013.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Decreto 160/13

DECRETO Nº 160, DE 13 DE SETEMBRO DE 2013.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CONSELHO DO FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições privativas que lhe confere o item VI, do Artigo 66, da Lei Orgânica Municipal e, em conformidade com o Art. 2º da Lei Nº 1645, de 21 de março de 2007.

DECRETA:

Art 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que passa a ser composto pelas seguintes pessoas:

Márcia Regina da Silva Coelho (efetivo)	Rep. da Sec. Mun. de Educação, Cult. e Esportes
Graziela Caetano da Rosa (suplente)	
Aldinéia G.R. Candido (efetivo)	Rep. do Poder Executivo Municipal
Fabício Espindola (suplente)	
Maria Magnus Bratti (efetivo)	Rep. dos Prof. de Escolas Públicas Municipais
Katia Maria Santos Coelho (suplente)	
Jairo Roberto Guimarães (efetivo)	Rep. dos Dir. de Escolas Públicas Municipais
Magali Abatti Colares (suplente)	
Cristian de Oliveira Velho (efetivo)	Rep. dos Serv. Técnico-Adm. das Escolas Públicas Municipais
Jedson Coelho da Silva (suplente)	
Luiz Reginaldo da Rosa (efetivo)	Rep. dos Pais de Alunos de Escolas Públicas Municipais
Rose Lopes Espindola (suplente)	
Mariléia Mateus (efetivo)	Rep. do Conselho Municipal de Educação
Mariléia Lopes Matos (suplente)	
Paula da Silva Pereira (efetivo)	
Denise dos Santos Bitencourt (suplente)	Rep. do Conselho Tutelar
Deise Vicente Coelho Clarinda (efetivo)	
Sabrina Fagundes Nunes (efetivo)	
Bruna Rocho de Souza (Suplente)	
Suelem Santana (suplente)	Rep. dos Estudantes

Art 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º. Fica revogado o Decreto Nº 092, de 23/04/2013, e demais disposições em contrário.

Município de Sombrio-SC, 13 de setembro de 2013.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Timbó

PREFEITURA

Portaria No 587, de 02 de Setembro de 2013

PORTARIA No 587, DE 02 DE SETEMBRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Professor C10

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Rosaleene Teske Henschel (Aumento do número de alunos)	06/08/68	612.748.019.15	20h	02/09/2013 a 17/12/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de setembro de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 586, de 02 de Setembro de 2013

PORTARIA No 586, DE 02 DE SETEMBRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Silvia de Souza (Subst.Arlete Schumacher, que se encontra em Lic.Para Trat.de Saúde)	13/11/83	036.799.619.79	44h	03/09/2013 a 17/09/2013
Tarin Romina Germano (Aumento do número de crianças)	20/01/76	936.465.189.87	44h	02/09/2013 a 01/10/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de setembro de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 591, de 02 de Setembro de 2013

PORTARIA No 591, DE 02 DE SETEMBRO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Juliana Aparecida de Oliveira Goetten, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal JULIANA APARECIDA DE OLIVEIRA GOETTEN, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 125, de 04 de fevereiro de 2013, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de setembro de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 593, de 03 de Setembro de 2013

PORTARIA No 593, DE 03 DE SETEMBRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de

1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Educador Infantil B-18

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Diéssica Regina Melnik Zelinski (Subst.Inge-lore Andre-atta, que se encontra em Lic.Para Trat.de Saúde)	19/10/88	055.545.489.46	30h	03/09/2013 a 01/10/2013
Juliani Soares Marques (Subst.Tania Weiss, que se encontra em afast.do exerc.do cargo)	25/05/77	027.320.229.42	30h	05/09/2013 a 01/10/2013
Lucia Diniz (Subt.Marcia W.Mellies, em afast.do exerc.do cargo)	15/04/78	004.432.329.89	30h	03/09/2013 a 03/10/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em03 de setembro de 2013; 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 595, de 04 de Setembro de 2013

PORTARIA No 595, DE 04 DE SETEMBRO DE 2013

Designa membros para compor o Conselho Gestor do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais, para o mandato setembro/2013 a setembro/2015.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos II e VII e art.70, Inciso II, alíneas "c" e "g" da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art.7º da Lei Complementar no 412, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, para o mandato setembro/2013 a setembro 2015, abaixo relacionados:

I - REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO:

Titulares: Eduardo Espíndola
Sandra Helena Dallabona
Simone Barth Cristelli

Suplentes: Carlota Scoz
Denielle Cristiane Parno
Scheila Heloísa Berndt Zickuhr

II - REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO:

Titular: Giani Zaira Seidel
Suplente: Ruben Parno

III - REPRESENTANTE DO SINDICATO REPRESENTATIVO DA CATEGORIA:

Titular: Paulo Seberino da Silva
Suplente: Thomaz Henrique Nogueira Campregheer

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em04 de setembro de 2013; 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 596, de 04 de Setembro de 2013

PORTARIA No 596, DE 04 DE SETEMBRO DE 2013

Designa membros para compor o Conselho Fiscal do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais, para o mandato setembro/2013 a setembro/2016.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos II e VII e art.70, Inciso II, alíneas "c" e "g" da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art.11 da Lei Complementar no 412, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO FISCAL DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, para o mandato setembro/2013 a setembro 2016, abaixo relacionados:

I - REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO:

Titular: Bruna de Andrade
Suplente: Silvana Slomp Toresan

II - REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO:

Titular: Ailton Bertoldi
Suplente: Joel Ricardo Reiter

III - REPRESENTANTE DO SINDICATO REPRESENTATIVO DA CATEGORIA:

Titular: Diego Zatelli
Suplente: Carla Tatiana Raduenz Geisler

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em04 de setembro de 2013; 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 598, de 05 de Setembro de 2013

PORTARIA No 598, DE 05 DE SETEMBRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Fortunato Portilho de Souza (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc.Público/Proc.Seletivo)	25/10/48	62146009268	44h	05/09/2013 a 30/09/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em05 de setembro de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 599, de 05 de Setembro de 2013

PORTARIA No 599, DE 05 DE SETEMBRO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Graziela Aparecida de Souza, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 04 de setembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal GRAZIELA APARECIDA DE SOUZA, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 271, de 02 de abril de 2013, a contar de 04 de setembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de

outubro de 2010.

Município de Timbó, em05 de setembro de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 600, de 06 de Setembro de 2013

PORTARIA No 600, DE 06 DE SETEMBRO DE 2013

Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade à Servidora Pública Municipal Filomena Bernardete Decker Zатели, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER à Servidora Pública Municipal FILOMENA BERNARDETE DECKER ZATELLI, brasileira, casada, nascida em 15 de agosto de 1953, portadora do CPF sob nº 868.336.779-72, RG nº 1.721.416-5, residente na rua João Tesch nº 457, Bairro Imigrantes, em Timbó-SC, ocupante do cargo de Educador Infantil, Referência Salarial C-21, matrícula nº 2334.5-8, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a Aposentadoria Voluntária Por Idade, com base no art.40, §1º, III, "b", da Constituição Federal, e art.17 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, com proventos calculados de forma proporcional ao Tempo de Contribuição, no valor de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais), tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBO-PREV 024/2013, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em06 de setembro de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 656, de 27 de Setembro de 2013

PORTARIA No 656, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

Designa Servidora Pública Municipal para exercer a função de Agente de Desenvolvimento local no Município de Timbó

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e em conformidade com o artigo 85-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de Dezembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Servidora Pública Municipal DANIELA WITHOEFT KRAMBECK, para exercício da função de Agente de Desenvolvimento Local no Município de Timbó, de que trata o art. 85-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 2º O exercício da função de Agente de Desenvolvimento não será remunerado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em27 de setembro de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 592, de 02 de Setembro de 2013

PORTARIA Nº 592, DE 02 DE SETEMBRO DE 2013

Designa membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, com mandato de setembro/2013 a setembro/2015.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei nº 2458, de 28 de abril de 2010,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER, com mandato de setembro/2013 a setembro/2015, composto pelos seguintes representantes:

a) CONSELHEIROS NÃO-GOVERNAMENTAIS:

I - REPRESENTANTES DE CLUBES DE SERVIÇOS:

a) Lions Clube de Timbó:
Titular: Doralice B. Paifer
Suplente: Marlene Drews

b) Casa da Amizade Timbó:
Titular: Elvira Ladehoff
Suplente: Elisabeth Germer

II - REPRESENTANTE DA REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER:

Titular: Marly do Carmo Vieira Hass
Suplente: Feliciano Bitencourt

III - REPRESENTANTE DA CÂMARA DA MULHER EMPRESÁRIA:

Titular: Cíntia Kaestner Kopsch
Suplente: Elizabeth Freitag

IV - REPRESENTANTE DAS ENTIDADES RELIGIOSAS (Primeira Igreja Batista Nacional em Timbó:

Titular: Erisvalda Monte dos Santos
Suplente: Ellaine Vieira da Silva

V - REPRESENTANTE DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES:

Titular: Ana Lúcia Zemuner Grassi
Suplente: Clarice Ana Andreazza

VI - REPRESENTANTE DOS GRUPOS DE TERCEIRA IDADE:

Titular: Norma Krueger
Suplente: Edeltraue Struch

b) CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS:

I - REPRESENTANTE DA EPAGRI OU SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

Titular: Kátia Marly Z.de Mello
Suplente: Elenise Pisetta

II - REPRESENTANTE DA CÂMARA DE VEREADORES:

Titular: Ana Paula Manfrini
Suplente: Clara Weiss Roncálio

III - REPRESENTANTE DA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL:

Titular: Eleonora Gomes Costa Sagaz
Suplente: Marcionize Cecília Agostine

IV - REPRESENTANTE DO INSS

Titular: Rosângela S.Ferri

Suplente: Sueli Carmen Campregher Barth

V - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Gladis Terezinha Longo Boaventura
Suplente: Scheila Bertram

VI - REPRESENTANTES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

a) Departamento de Saúde:

Titular: Luciana Butzke Marconcini
Suplente: Cintia Volani Elert

b) Departamento de Assistência Social:

Titular: Jucineide Mengarda Longo
Suplente: Kátia Regina Lazarini Vilvert

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de setembro de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 588, de 02 de Setembro de 2013

PORTARIA Nº 588, DE 02 DE SETEMBRO DE 2013

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15 de março de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Andréa Beatriz Fachini	516/2013	18/12/2013
Iloa Dias Hilário Brandão	525/2013	18/12/2013
Karla Girardi	516/2013	02/10/2013
Kátia Michele Jurk Avalos	516/2013	18/12/2013
Laurita Voltolini Dallabona	540/2013	18/12/2013
Marcia Aparecida Tamanini	516/2013	02/10/2013
Marildo Mauricio Uler	525/2013	18/12/2013
Michele de Souza	448/2013	18/12/2013
Patrícia Regina Felippi	500/2013	09/09/2013
Rita Maria Cardoso	525/2013	07/10/2013
Roselei Salete Frusina	516/2013	17/12/2013
Rosimeri Ferreira da Silva	546/2013	17/12/2013
Ruth Piske	546/2013	17/12/2013
Sandra Monika Ewers Mohr	516/2013	17/12/2013
Sirlei Garcia	516/2013	18/12/2013

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de setembro de 2013; 143º ano de

Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 589, de 02 de Setembro de 2013

PORTARIA Nº 589, DE 02 DE SETEMBRO DE 2013

Coloca Servidoras Públicas Municipais do quadro da Administração Direta à disposição do TIMBOPREV, com ônus para este, a contar desta data.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, VII e XXV, c/c o disposto no art. 70, inciso II, alíneas "a", "b" e "g", da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no artigo 25, inciso VIII, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e c/c art.4º, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 431, de 05/07/2013,

RESOLVE:

Art.1º Colocar à disposição do TIMBOPREV - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó, com ônus para este, as servidoras abaixo identificadas, a contar desta data:

Nome do Servidor	Cargo	Lotação de Origem
Norma C. Kades	Oficial de Serviços Administrativos	Secretaria Municipal da Fazenda e Administração
Raquel C. Cunha	Auxiliar de Serviços Administrativos	Secretaria Municipal da Fazenda e Administração

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em02 de setembro de 2013, 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 594, de 03 de Setembro de 2013

PORTARIA Nº 594, DE 03 DE SETEMBRO DE 2013

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15 de março de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação do Servidor abaixo relacionado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE

NOME	PORTARIA CONTRATACÃO	DATA TÉRMINO
Edemir Dalmônico	465, de 03/07/2013	27/12/2013

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em03 de setembro de 2013; 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 597, de 04 de Setembro de 2013

PORTARIA Nº 597, DE 04 DE SETEMBRO DE 2013

Constitui a Comissão Especial de avaliação dos servidores em Estágio Probatório na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração e dá outras providências.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II e VII, c/c art. 70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, com fundamento no art.30 da Lei Complementar nº 01, de 22 de Outubro de 1993, alterado pela Lei Complementar nº 139, de 02 de Julho de 1998, e regulamentado pelo Decreto nº 90, de 11 de Agosto de 1998, as servidoras abaixo relacionadas, para sob a presidência do primeiro e sem ônus para o Município, constituírem a Comissão Especial, encarregada de proceder a avaliação semestral dos servidores em Estágio Probatório na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes:

NOME	CARGO
Simone Barth Cristelli	Diretora do Depto de RH
Silvana Vicente Roepke	Auxiliar de Serviços Administrativos
Sandra Helena Dallabona	Auxiliar de Serviços Administrativos

Art.2º REVOGAR a Portaria nº 107, de 02 de fevereiro de 2009 e alterações.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em04 de setembro de 2013; 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Aviso de Abertura das Propostas Carta Convite N.º 35 2013 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

CARTA CONVITE Nº. 35/2013 SAMAE

AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS

O Município de Timbó leva ao conhecimento dos interessados que a abertura dos envelopes de proposta da Carta Convite n.º 35/2013, referente à contratação de empresa de engenharia para elaboração de estudo e projeto para ampliação e modernização do sistema de abastecimento de água no município de Timbó/SC, acontecerá no dia 10/10/2013 às 09h00min na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, centro, Timbó.

Timbó, 08/10/2013.

DEISE ADRIANA NICHOLETTI MENDES

Presidente da Comissão de Licitações

Aviso Retificação Pregão Presencial N.º 106 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE RETIFICAÇÃO

REGISTRO DE PREÇO N.º 106/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRODUÇÃO DE ÁUDIO (SPOTS).

Devido à ausência da data na entrega dos envelopes e início da sessão pública, informa-se que a data de entrega dos envelopes será dia 16/10/2013 as 14h30min e o início da sessão pública será dia 16/10/2013 as 14h40min.

Serão mantidas as demais condições do edital

TIMBÓ/SC, 07/10/2013

JAIME AVENDANO

Assessor Institucional de Comunicação Social

Extrato Ata Registro de Preço N.º 39 2013 SAMAE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 39/2013 - SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

OBJETO: material hidráulico para almoxarifado.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Sul Ar e Água Equipamentos Ltda, N.B. Falce & Cia Ltda EPP, Margem Comercio de Materiais Hidráulicos Ltda EPP, Hidro Valvulas - Lea Loureiro ME, Tigre S.A - Tubos e Conexões e Conexa Tubos e Conexões Ltda ME.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 59.020,98 (cinquenta e nove mil e vinte reais e noventa e oito centavos)

VALIDADE DA ATA: 08/10/2014.

Timbó/SC, 08/10/2013

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

Tunápolis

PREFEITURA

Ata Leilão

ATA DE ABERTURA DE SESSÃO DE LEILÃO

No dia sete de outubro de 2013, às catorzehoras, na garagem da Prefeitura Municipal de Tunápolis, situada na Rua: 25 de Julho, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, para realização de procedimento licitatório, na modalidade leilão sob o nº 01/2013, que tem por objeto o LEILÃO para a venda de Móveis, implementos e materiais declarados inservíveis de propriedade da municipalidade, baseado em laudo de avaliação prévia, emitido pelos Servidores Municipais, Zeno Hammerschmidt, Bruno Lengert, Pedro Baumgratz, Otávio Herschaft, Paulo Groth, comissão nomeada através do Decreto nº 1546/2013, conforme condições, quantidades e especificações constantes no processo nº 100/2013. Às catorze horas iniciou os procedimentos de credenciamento dos interessados em participar deste leilão, conforme estabelecido no Edital, na hora previamente designada, a Leiloeira declarou aberta a sessão e em seguida, prestou os esclarecimentos acerca da forma de condução do leilão informando as regras para que fossem oferecidos os lances, através de manifestação de cada interessado e o valor pretendido para o arremate. Após a conclusão do credenciamento, a leiloeira e os membros da Comissão Permanente de

Licitações procederam ao início da fase de lances verbais.

Itens nº 02,03,04,06 e 07. - foram arrematados pela pessoa física Sr. Helio Groth, devidamente inscrito no CPF nº 050.567.319-35, pelo valor final de R\$ 6.805,000(seis mil oitocentos e cinco reais)

Itens nº 08,10 e 11, foi arrematado Aloisio Melz, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 526.528.749-34, pelo valor final de R\$ 576,00(quinhentos e setenta e seis reais).

Item nº 12, foi arrematado pelo Sr. Rui Paulo Staub, pessoa física, devidamente inscrito no CPF nº 892.466.089-68, pelo valor final de R\$ 2.001,00 (dois mil e um real), inscrito no CPF nº 848.731.599-20.

Não foram arrematados os itens 01,05, e 09.

Pagamento será em cheque depositado, na conta corrente nº 56605-5, agencia 5435-6, banco BB 001, sendo que a quitação e entrega do respectivo bem somente será efetuada após a regular compensação bancária;

Os arrematadores de cada item apresentaram os documentos necessários.

Ao final dos trabalhos, a Leiloeira informou que o resultado do presente leilão serão publicados no DOM, deu por encerrados os trabalhos do leilão, lavrando-se a presente Ata, que vai assinada pela leiloeira juntamente com os membros da CPL e participantes que arremataram os itens. Após a publicação do extrato do resultado do julgamento nos órgãos oficiais, encaminhe-se ao Ordenador de Despesa para homologação do presente procedimento licitatório e demais Providências.

SHEILA INÊS BIEGER

Leiloeira

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

ELIO GROTH

Arrematante

ALOISIO MELZ

Arrematante

RUI STAUB

Arrematante

Videira

PREFEITURA

Encerramento PR 133/2013 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2013

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2013, a qual tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO GOL PLACAS CHV - 7774, FROTA 236, SECRETARIA DE AGRICULTURA, foi encerrada sem vencedores, ante a falta de interessados em participar do certame. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9012.

Videira SC, 07 de outubro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Julgamento das Propostas Técnicas CC 02/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 02/2013

A Comissão Permanente de Licitações, em vista do disposto no item 22.6 do Edital, torna público o resultado do julgamento da proposta técnica referente ao processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PROFISSIONAIS AO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, CONFORME LEI FEDERAL Nº 12.232/2010 E DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO §1º DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, restando DESCLASSIFICADA com base no item 7.4, "a" do Edital a única empresa Ipse Publicidade e Propaganda Ltda, única participante do certame.

Videira, 07 de outubro de 2013.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços Nº 07/2013 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2013 - PMV

O Prefeito Municipal Interino de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUBSTITUIÇÃO DE PISOS EM SALAS DE AULA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA JOAQUIM AMARANTE, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO. As propostas e documentos serão recebidos até às 16:00h do dia 25 de Outubro de 2013. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: www.videira.sc.gov.br, link "Licitações", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto Departamento de Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45 ou pelos telefones (49) 3566-9012/3566-9034.

Videira, 07 de Outubro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Vitor Meireles**PREFEITURA****Portaria Nº 199/2013**

P O R T A R I A Nº. 199/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ANDRÉ LUIS RINALDI

Cargo: CONTROLADOR INTERNO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Administração e Finanças, 15 (quinze) dias de férias, pelo período de 14/10/2013 a 28/10/2013, referentes ao período aquisitivo de 12/07/2012 a 11/07/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),

07 DE OUTUBRO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Xavantina**PREFEITURA****Ata PP 53/2013**

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 53/2013 - PMXV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2013

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 53/2013 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2013 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa DESTRA SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 18.329.278/0001-72, nesta Ata representada pelo seu(ua) Proprietário, Sr(a). EDSON LUIZ EISENHARDT, portador(a) do CPF nº 006.945.279-20 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 53/2013, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de mão de obra em geral para consertar caminhões e ônibus da frota do Município de Xavantina.

Item	Quant	Unid.	Valor do Item em R\$	Especificação
1	1.500	HORAS	R\$ 25,00	MÃO DE OBRA DE MECANICA EM GERAL PARA CONSERTAR CAMINHÕES E ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA, SENDO QUE OS SERVIÇOS DEVEM SER PRESTADOS EM TODO O TERRITÓRIO MUNICIPAL.

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 53/2013 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 08 de outubro de 2013.

EDSON LUIZ EISENHARDT CPF: 006.945.279-20	MAURO JUNES POLETTI Prefeito Municipal
--	---

Associações

EGEM

Resolução EGEM 002-2013 _Emprestimo _veiculos RESOLUÇÃO Nº 002/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM, VANDERLEI ALEXANDRE, prefeito de Forquilha, atendendo ao disposto no artigo 17, I, "a" do Estatuto Social,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a celebração de contrato de comodato de veículos automotores de propriedade da EGEM a Federação Catarinense de Municípios - FECAM, pessoa jurídica de direito privado, de natureza civil, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Florianópolis/SC, na rua Santos Saraiva, nº 1.546, bairro Capoeira, Código de Endereçamento Postal - CEP 88.070-101, telefone (48) 3221-8800, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 75.303.982/0001-90.

Art. 2º Todas as despesas decorrentes do uso dos veículos automotores objeto do contrato firmado serão custeadas pelo ente comodatário do veículo.

Art. 3º Os Diretores Executivos das entidades comodatárias descritas nesta Resolução firmarão contrato de comodato dos veículos de propriedade da FECAM, ratificando as disposições contidas nesta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data da publicação.

Florianópolis/SC, 30 de setembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

FECAM

Edital de Convocação Nº 02/2013 - Assembleia Geral Extraordinária

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2013 - Assembleia Geral Extraordinária

O Presidente da Federação Catarinense de Municípios - FECAM, Senhor PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito de Gaspar, no uso de suas atribuições,

CONVOCA:

Os senhores prefeitos municipais do Estado de Santa Catarina, para Assembleia Geral Extraordinária com a seguinte ordem do dia:

Datas: 24 de outubro de 2013 - Horário: 14h30

Local: Auditório da CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Avenida Itamarati, 160 - Itacorubi - Florianópolis/SC.

Fone: (48) 3231 5000

Ordem do Dia:

14h30 - Abertura;

14h40 - Espaço ao presidente da Celesc, Sr. Cleverton Siewert;

15h10 - Apresentação, análise e coleta de sugestões para alteração do Estatuto Social da Fecam;

15h40 - Assuntos para debate:

1. FUNDEB;

2. Análise e avaliação da pesquisa municípios;

3. Crise Financeira dos Municípios: limites constitucionais (educação, saúde, pessoal, LRF);

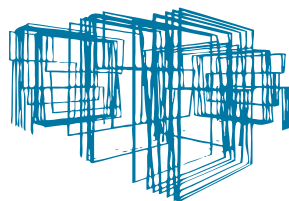
17hs - Encerramento.

Florianópolis, SC, 07 de outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito de Gaspar

Presidente da FECAM



Programa de
Gestão de Obras



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Consórcios

CIM-AMAVI

Resolução Nº 10, de 04/10/2013

RESOLUÇÃO nº 10, de 04/10/2013.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014-2017.

HUGO LEMBECK, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no Contrato de Consórcio Público,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 1º Esta Resolução institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2014-2017, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Integram o Plano Plurianual os seguintes anexos:

I - Anexo I - Estimativa de Receita para o quadriênio 2014-2017;

II - Anexo II - Programas de Governo e o detalhamento sistemático dos Objetivos e Metas e Justificativas, discriminados através das respectivas Ações.

III - Anexo III - Compatibilidade das Fontes de Recurso.

Art. 2º O Plano Plurianual 2014-2017 organiza a atuação governamental em Programas orientados para o alcance dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano.

Art. 3º Os Programas e ações deste Plano serão observados nas Resoluções de Diretrizes Orçamentárias, nas Resoluções Orçamentárias Anuais e nas Resoluções que as modifiquem.

Art. 4º Para efeito desta Resolução entende-se por:

I - Programa: instrumento de organização da ação governamental que articula um conjunto de ações visando à concretização do objetivo nele estabelecido.

II - Ação: instrumento de Programação que contribui para atender ao objetivo de um Programa, podendo ser orçamentária ou não-orçamentária, sendo a orçamentária classificada, conforme a sua natureza, em:

a) Projeto: instrumento de Programação para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

b) Atividade: instrumento de Programação para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

c) Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo federal, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Art. 5º Os valores financeiros estabelecidos para as ações

orçamentárias são estimativos, não se constituindo em limites à Programação das despesas expressas nas Resoluções orçamentárias e em seus créditos adicionais.

CAPÍTULO II

DA GESTÃO DO PLANO

Seção I

Aspectos Gerais

Art. 6º A gestão do Plano Plurianual observará os princípios de eficiência, eficácia e efetividade e compreenderá a implementação, monitoramento, avaliação e revisão de Programas.

Art. 7º Os Poderes Executivos dos municípios Consorciados manterão sistema de informações gerenciais e de planejamento para apoio à gestão do Plano, com característica de sistema estruturador de governo.

Art. 8º Caberá aos Poderes Executivos dos municípios Consorciados estabelecerem normas complementares para a gestão do Plano Plurianual 2014-2017.

Seção II

Das Revisões e Alterações do Plano

Art. 9º A exclusão ou a alteração de Programas constantes desta Resolução ou a inclusão de novo Programa serão propostas pelo Conselho de Administração, por meio de projeto de Resolução de revisão anual ou específico de alteração da Resolução do Plano Plurianual.

§ 1º Os projetos de Resolução de revisão anual serão encaminhados à Assembleia Geral, até 31 de agosto de 2014, 2015 e 2016.

§ 2º Os projetos de Resolução de revisão do Plano Plurianual conterão, no mínimo, na hipótese de:

I - inclusão de Programa:

a) diagnóstico sobre a atual situação do problema que se deseja enfrentar ou sobre a demanda da sociedade que se queira atender com o Programa proposto;

b) indicação dos recursos que financiarão o Programa proposto;

II - alteração ou exclusão de Programa:

a) exposição das razões que motivam a proposta.

§ 3º Considera-se alteração de Programa:

I - modificação da denominação, do objetivo ou do público-alvo do Programa;

II - inclusão ou exclusão de ações orçamentárias;

III - alteração do título, do produto e da unidade de medida das ações orçamentárias.

§ 4º As alterações previstas no inciso III do § 3º poderão ocorrer por intermédio da proposta orçamentária ou de seus créditos adicionais, desde que mantenham a mesma codificação e não modifiquem a finalidade da ação.

§ 5º A inclusão de ações orçamentárias de caráter plurianual poderá ocorrer por intermédio de Resolução de créditos especiais desde que apresente, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do

Plano.

Art. 10. A Diretoria Executiva fica autorizado a:

I - alterar o órgão responsável por Programas e ações;

II - alterar os indicadores dos Programas e seus respectivos índices;

III - adequar a meta física de ação orçamentária para compatibilizá-la com alterações no seu valor, produto, ou unidade de medida, efetivadas pelas Resoluções orçamentárias anuais e seus créditos adicionais ou por Resoluções que alterem o Plano Plurianual.

Seção III

Do Monitoramento e Avaliação

Art. 11. A Diretoria Executiva instituirá o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual 2014-2017.

Art. 12. A Diretoria Executiva enviará à Assembleia Geral, até o dia 15 de setembro de cada exercício, a partir de 2014, o relatório de avaliação do Plano executado no exercício anterior, que conterá:

I - avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;

II - demonstrativo, na forma dos Anexos II desta Resolução, contendo, para cada Programa a execução física e orçamentária das ações orçamentárias nos exercícios de vigência deste Plano;

III - avaliação, por Programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas, indicando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias;

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. A Diretoria Executiva divulgará, pela Internet, pelo menos uma vez em cada um dos anos subsequentes à aprovação do Plano, em função de alterações ocorridas:

I - texto atualizado da Resolução do Plano Plurianual;

II - anexos atualizados incluindo a discriminação das ações em cada um dos Programas, em função dos valores das ações aprovadas pelo Conselho de Administração.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de outubro de 2013.

HUGO LEMBECK

Presidente do CIM-AMAVI

ANEXO I - RECEITA PREVISTA



PLANO PLURIANUAL 2014-2017

ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2014 - 2017

código	Discriminação	FONTE	2014	2015	2016	2017	TOTAL
		RECURSOS					
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		10.645.759,37	1.578.504,93	1.673.215,23	1.773.608,14	15.671.087,67
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		516.759,37	547.764,93	580.630,83	615.468,68	2.260.623,81
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Imposto sobre o Patrimônio e Renda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto sobre proventos de qualquer natureza	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ outros rendimentos	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32	87.492,32
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS		20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32	87.492,32
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	-	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32	87.492,32
4.1.3.2.5.03.00.00.00.00	Remuneração Depósitos Bancários Abrigo	100	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
4.1.3.2.5.04.00.00.00.00	Remuneração Depósitos Bancários Recursos C	130	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	43.746,16
4.1.3.2.5.05.00.00.00.00	Remuneração Depósitos Bancários Recursos E	131	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08	21.873,08
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		500,00	530,00	561,80	595,51	2.187,31
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serv. Administrativos		500,00	530,00	561,80	595,51	2.187,31
4.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serv. De Venda de Editais	100	500,00	530,00	561,80	595,51	2.187,31
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		496.259,37	526.034,93	557.597,03	591.052,85	2.170.944,18
4.1.7.2.3.37.00.00.00.00	Transferência à Consórcios Públicos	-	496.259,37	526.034,93	557.597,03	591.052,85	2.170.944,18
4.1.7.2.3.37.01.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Agrolândia	101	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05	13.123,85
4.1.7.2.3.37.01.00.00.01	Rateio - abrigo	101.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.01.00.00.02	Prestação Serviços	101.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.01.00.00.03	Aquisição Compartilhada	101.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.01.00.00.04	Rateio - Geral	101.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.02.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Agronômica	102	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05	13.123,85
4.1.7.2.3.37.02.00.00.01	Rateio - abrigo	102.1		0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.02.00.00.02	Prestação Serviços	102.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.02.00.00.03	Aquisição Compartilhada	102.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.02.00.00.04	Rateio - Geral	102.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.03.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Atalanta	103	30.092,97	31.898,55	33.812,46	35.841,21	131.645,19
4.1.7.2.3.37.03.00.00.01	Rateio - abrigo	103.1	27.092,97	28.718,55	30.441,66	32.268,16	118.521,34
4.1.7.2.3.37.03.00.00.02	Prestação Serviços	103.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.03.00.00.03	Aquisição Compartilhada	103.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.03.00.00.04	Rateio - Geral	103.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.04.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Aurora	104	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05	13.123,85
4.1.7.2.3.37.04.00.00.01	Rateio - abrigo	104.1		0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO I - RECEITA PREVISTA

4.1.7.2.3.37.04.00.00.02	Prestação Serviços	104.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.04.00.00.03	Aquisição Compartilhada	104.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.04.00.00.04	Rateio - Geral	104.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.05.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Braço do Trombu	105	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05	13.123,85
4.1.7.2.3.37.05.00.00.01	Rateio - abrigo	105.1		0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.05.00.00.02	Prestação Serviços	105.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.05.00.00.03	Aquisição Compartilhada	105.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.05.00.00.04	Rateio - Geral	105.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.06.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Chapadão do Lag	106	25.713,93	27.256,77	28.892,17	30.625,70	112.488,57
4.1.7.2.3.37.06.00.00.01	Rateio - abrigo	106.1	22.713,93	24.076,77	25.521,37	27.052,65	99.364,72
4.1.7.2.3.37.06.00.00.02	Prestação Serviços	106.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.06.00.00.03	Aquisição Compartilhada	106.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.06.00.00.04	Rateio - Geral	106.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.07.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Dona Emma	107	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05	13.123,85
4.1.7.2.3.37.07.00.00.01	Rateio - abrigo	107.1		0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.07.00.00.02	Prestação Serviços	107.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.07.00.00.03	Aquisição Compartilhada	107.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.07.00.00.04	Rateio - Geral	107.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.08.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Ibirama	108	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05	13.123,85
4.1.7.2.3.37.08.00.00.01	Rateio - abrigo	108.1		0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.08.00.00.02	Prestação Serviços	108.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.08.00.00.03	Aquisição Compartilhada	108.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.08.00.00.04	Rateio - Geral	108.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.09.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Imbuia	109	49.901,13	52.895,20	56.068,91	59.433,04	218.298,28
4.1.7.2.3.37.09.00.00.01	Rateio - abrigo	109.1	46.901,13	49.715,20	52.698,11	55.860,00	205.174,43
4.1.7.2.3.37.09.00.00.02	Prestação Serviços	109.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.09.00.00.03	Aquisição Compartilhada	109.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.09.00.00.04	Rateio - Geral	109.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.10.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Ituporanga	110	185.816,15	196.965,11	208.783,02	221.310,00	812.874,28
4.1.7.2.3.37.10.00.00.01	Rateio - abrigo	110.1	182.816,15	193.785,11	205.412,22	217.736,95	799.750,43
4.1.7.2.3.37.10.00.00.02	Prestação Serviços	110.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.10.00.00.03	Aquisição Compartilhada	110.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.10.00.00.04	Rateio - Geral	110.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.11.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – José Boiteux	111	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05	13.123,85
4.1.7.2.3.37.11.00.00.01	Rateio - abrigo	111.1		0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.11.00.00.02	Prestação Serviços	111.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.11.00.00.03	Aquisição Compartilhada	111.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.11.00.00.04	Rateio - Geral	111.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.12.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Laurentino	112	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05	13.123,85
4.1.7.2.3.37.12.00.00.01	Rateio - abrigo	112.1		0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.12.00.00.02	Prestação Serviços	112.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.12.00.00.03	Aquisição Compartilhada	112.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.12.00.00.04	Rateio - Geral	112.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62

ANEXO I - RECEITA PREVISTA

4.1.7.2.3.37.13.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Lontras	113	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05	13.123,85
4.1.7.2.3.37.13.00.00.01	Rateio - abrigo	113.1		0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.13.00.00.02	Prestação Serviços	113.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.13.00.00.03	Aquisição Compartilhada	113.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.13.00.00.04	Rateio - Geral	113.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.14.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Mirim Doce	114	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05	13.123,85
4.1.7.2.3.37.14.00.00.01	Rateio - abrigo	114.1		0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.14.00.00.02	Prestação Serviços	114.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.14.00.00.03	Aquisição Compartilhada	114.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.14.00.00.04	Rateio - Geral	114.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.15.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Petrolândia	115	53.379,80	56.582,58	59.977,54	63.576,19	233.516,11
4.1.7.2.3.37.15.00.00.01	Rateio - abrigo	115.1	50.379,80	53.402,58	56.606,74	60.003,14	220.392,26
4.1.7.2.3.37.15.00.00.02	Prestação Serviços	115.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.15.00.00.03	Aquisição Compartilhada	115.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.15.00.00.04	Rateio - Geral	115.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.16.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Pouso Redondo	116	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05	13.123,85
4.1.7.2.3.37.16.00.00.01	Rateio - abrigo	116.1		0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.16.00.00.02	Prestação Serviços	116.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.16.00.00.03	Aquisição Compartilhada	116.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.16.00.00.04	Rateio - Geral	116.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.17.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Presidente Getúlio	117	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05	13.123,85
4.1.7.2.3.37.17.00.00.01	Rateio - abrigo	117.1		0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.17.00.00.02	Prestação Serviços	117.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.17.00.00.03	Aquisição Compartilhada	117.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.17.00.00.04	Rateio - Geral	117.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.18.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Presidente Nereu	118	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05	13.123,85
4.1.7.2.3.37.18.00.00.01	Rateio - abrigo	118.1		0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.18.00.00.02	Prestação Serviços	118.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.18.00.00.03	Aquisição Compartilhada	118.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.18.00.00.04	Rateio - Geral	118.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.19.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Rio do Campo	119	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05	13.123,85
4.1.7.2.3.37.19.00.00.01	Rateio - abrigo	119.1		0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.19.00.00.02	Prestação Serviços	119.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.19.00.00.03	Aquisição Compartilhada	119.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.19.00.00.04	Rateio - Geral	119.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.20.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Rio do Oeste	120	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05	13.123,85
4.1.7.2.3.37.20.00.00.01	Rateio - abrigo	120.1		0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.20.00.00.02	Prestação Serviços	120.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.20.00.00.03	Aquisição Compartilhada	120.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.20.00.00.04	Rateio - Geral	120.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.21.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Rio do Sul	121	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05	13.123,85
4.1.7.2.3.37.21.00.00.01	Rateio - abrigo	121.1		0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.21.00.00.02	Prestação Serviços	121.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62


ANEXO I - RECEITA PREVISTA

4.1.7.2.3.37.21.00.00.03	Aquisição Compartilhada	121.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.21.00.00.04	Rateio - Geral	121.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.22.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Salete	122	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05	13.123,85
4.1.7.2.3.37.22.00.00.01	Rateio - abrigo	122.1		0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.22.00.00.02	Prestação Serviços	122.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.22.00.00.03	Aquisição Compartilhada	122.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.22.00.00.04	Rateio - Geral	122.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.23.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Santa Terezinha	123	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05	13.123,85
4.1.7.2.3.37.23.00.00.01	Rateio - abrigo	123.1		0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.23.00.00.02	Prestação Serviços	123.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.23.00.00.03	Aquisição Compartilhada	123.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.23.00.00.04	Rateio - Geral	123.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.24.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Taió	124	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05	13.123,85
4.1.7.2.3.37.24.00.00.01	Rateio - abrigo	124.1		0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.24.00.00.02	Prestação Serviços	124.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.24.00.00.03	Aquisição Compartilhada	124.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.24.00.00.04	Rateio - Geral	124.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.25.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Trombudo Centra	125	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05	13.123,85
4.1.7.2.3.37.25.00.00.01	Rateio - abrigo	125.1		0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.25.00.00.02	Prestação Serviços	125.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.25.00.00.03	Aquisição Compartilhada	125.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.25.00.00.04	Rateio - Geral	125.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.26.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Vidal Ramos	126	54.689,51	57.970,88	61.449,13	65.136,08	239.245,58
4.1.7.2.3.37.26.00.00.01	Rateio - abrigo	126.1	51.689,51	54.790,88	58.078,33	61.563,03	226.121,74
4.1.7.2.3.37.26.00.00.02	Prestação Serviços	126.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.26.00.00.03	Aquisição Compartilhada	126.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.26.00.00.04	Rateio - Geral	126.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.27.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Vitor Meireles	127	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05	13.123,85
4.1.7.2.3.37.27.00.00.01	Rateio - abrigo	127.1		0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.27.00.00.02	Prestação Serviços	127.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.27.00.00.03	Aquisição Compartilhada	127.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.27.00.00.04	Rateio - Geral	127.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.28.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Witmarsum	128	3.000,00	3.180,00	3.370,80	3.573,05	13.123,85
4.1.7.2.3.37.28.00.00.01	Rateio - abrigo	128.1		0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.28.00.00.02	Prestação Serviços	128.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.28.00.00.03	Aquisição Compartilhada	128.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.28.00.00.04	Rateio - Geral	128.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.28.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – outros conveniad	129	30.665,90	32.505,85	34.456,20	36.523,57	134.151,51
4.1.7.2.3.37.28.00.00.01	Rateio	129.1	27.665,90	29.325,85	31.085,40	32.950,52	121.027,67
4.1.7.2.3.37.28.00.00.02	Prestação Serviços	129.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.28.00.00.03	Aquisição Compartilhada	129.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.1.7.2.3.37.28.00.00.04	Rateio - Geral	129.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CAPITAL		10.129.000,00	1.030.740,00	1.092.584,40	1.158.139,46	13.410.463,86

ANEXO I - RECEITA PREVISTA


4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		10.129.000,00	1.030.740,00	1.092.584,40	1.158.139,46	13.410.463,86
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	Transferências Intergovernamentais	-	10.129.000,00	1.030.740,00	1.092.584,40	1.158.139,46	13.410.463,86
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferência da União	-	10.000.000,00	1.000.000,00	1.060.000,00	1.123.600,00	13.183.600,00
4.2.4.2.1.37.00.00.00.00	Transferência a Consórcios Públicos	130	10.000.000,00	1.000.000,00	1.060.000,00	1.123.600,00	13.183.600,00
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	-	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
4.2.4.2.2.37.00.00.00.00	Transferência Consórcios Públicos	131	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
4.2.4.2.3.00.00.00.00.00	Transferência dos Municípios	-	29.000,00	30.740,00	32.584,40	34.539,46	126.863,86
4.2.4.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	-	29.000,00	30.740,00	32.584,40	34.539,46	126.863,86
4.2.4.2.3.37.01.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Agrolândia	101	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.02.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Agronômica	102	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.03.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Atalanta	103	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.04.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Aurora	104	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.05.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Braço do Trombador	105	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.06.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Chapadão do Lageado	106	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.07.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Dona Emma	107	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.08.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Ibirama	108	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.09.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Imbuia	109	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.10.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Ituporanga	110	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.11.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – José Boiteux	111	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.12.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Laurentino	112	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.13.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Lontras	113	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.14.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Mirim Doce	114	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.15.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Petrolândia	115	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.16.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Pouso Redondo	116	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.17.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Presidente Getúlio	117	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.18.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Presidente Nereu	118	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.19.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Rio do Campo	119	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.20.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Rio do Oeste	120	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.21.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Rio do Sul	121	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.22.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Salete	122	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.23.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Santa Terezinha	123	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.24.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Taió	124	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.25.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Trombador Central	125	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.26.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Vidal Ramos	126	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.27.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Vitor Meireles	127	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.28.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Witmarsum	128	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
4.2.4.2.3.37.29.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI - Outros	129	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02	4.374,62
	TOTAL		10.645.759,37	1.578.504,93	1.673.215,23	1.773.608,14	15.671.087,67

Hugo Lembeck
Presidente do CIM-AMAVI


 CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIO DA AMAVI - CIM-AMAVI PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017		
PROGRAMA 001 – INVESTIMENTOS SANEAMENTO ALTO VALE AÇÃO: 1.001 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS		
<p>O CIM-AMAVI – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário, é constituído por 28 (vinte e oito) pequenos municípios, com baixo adensamento populacional e características predominantemente agrícolas, totalizando 7.524,810 km², localizados na parte alta da bacia do Rio Itajaí, na região central de Santa Catarina, contando atualmente com aproximadamente 270.000 (duzentos setenta mil) habitantes, destes, 130.000 locados no meio urbano. A geração mensal de resíduos está em 3.266 toneladas, sendo que deste total, 9,56% é coletado através da coleta seletiva, objetivamos com a implantação atingir a meta de 59%.</p> <p>Com o intuito de atender a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305/2010, foi elaborado em dezembro de 2012, através de forma consorciada, via o CIM-AMAVI – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário, consorcio este constituído de acordo com a Lei 11.107/2005, o Plano Municipal de Gestão integrada de Resíduos Sólidos - PGRI, o qual foi aprovado como lei nos 28 municípios constituintes do consórcio.</p> <p>Atualmente a coleta nos 28 municípios é realizada através de caminhões compactadores, tanto de forma terceirizada como pelo poder publico, sendo realizada de porta a porta da área urbana, em 54.000 domicílios, o que compromete o atendimento as metas da coleta seletiva, aja vista a dificuldade da segregação dos resíduos compactados.</p> <p>A coleta automatizada e segregada em secos e úmidos, facilitará o atendimento das metas estabelecidas, tanto no plano nacional de resíduos sólidos, como no PGRI, atualmente, a velocidade do caminhão de coleta convencional é em média de 5 (cinco) a 7 (sete) km/h, aja vista a necessidade do veículo coletor, ter que parar em cada residência para efetuar a coleta, com o investimento em análise implantado, a velocidade média aumentará consideravelmente em virtude da diminuição do número de paradas para realização da coleta, considerando que para o cálculo de dimensionamento dos contêineres foi considerado o adensamento populacional e também uma distancia máxima de 200 (duzentos) metros entre cada equipamento, ou seja, o veículo coletor, realizará uma parada a cada 200 (duzentos) metros no máximo, aja que a coleta atualmente é realizada em aproximadamente 54.000 (cinquenta e quatro mil) domicílios e na forma automatizada serão aproximadamente 2.300 (dois mil e trezentos) pontos para coleta.</p> <p>Devido a utilização de somente de 1 (um) trabalhador (motorista / operador do equipamento hidráulico) em substituição a 3 (três) trabalhadores que são usados na coleta convencional (um motorista e dois garis), possibilitará diminuição do uso de mão de obra em uma atividade insalubre, principalmente a dos garis, e de alto risco a vida humana, aja vista que o trabalhador é exposto a toda a gama de materiais descartados nos RSU. Este mesmo trabalhador terá uma condição digna de trabalho na valoração dos materiais coletados de forma seca e limpa.</p> <p>A implantação da coleta automatizada em contêineres para materiais recicláveis e rejeitos de forma sistematizada, evitará o descarte inadequado dos resíduos sólidos urbanos em espaços públicos, tais como, áreas verdes e áreas para equipamentos comunitários, evitando a proliferação de vetores causadores de doenças, trazidos por animais atraídos por restos de alimentos contidos nos RSU.</p>		
META FÍSICA:	Quantidade	Valor
Aquisição Equipamentos	10 EQUIPAMENTOS	R\$ 13.476.083,10

META FINANCEIRA:		
ELEMENTO	Valor	Fonte de Recursos
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ -	100
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	101
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	102
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	103
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	104
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	105
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	106
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	107
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	108
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	109
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	110
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	111
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	112
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	113
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	114
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	115
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	116
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	117
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	118
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	119
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	120
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	121
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	122
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	123
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	124
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	125
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	126
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	127
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	128
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	129
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 13.227.346,16	130
4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 121.873,08	131
TOTAL	R\$ 13.476.083,10	

Hugo Lembeck
Presidente do CIM-AMAVI

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIO DA AMAVI - CIM-AMAVI		
		
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017		
PROGRAMA 002 – MANUTENÇÃO		
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MODALIDADE 93)		
AÇÃO: 2.001 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
<p>O CIM-AMAVI foi concebido com o intuito de realizar ações de múltiplas finalidades para os entes consorciados, de forma direta através da execução orçamentária própria, ou de forma indireta com a contratualização sendo realizada junto aos entes consorciados. As ações de manutenção do sistema de iluminação pública, dos sistemas de informática para controle das Secretarias Municipais de educação exigem a estruturação do CIM-AMAVI de forma que possa dar o devido respaldo às ações mencionadas. Da mesma forma, a partir das ações de investimentos no sistema de saneamento vão exigir a dedicação de toda uma equipe técnica para garantir o cumprimento de de todas as metas previstas no projeto.</p>		
META FÍSICA:	Quantidade/Unidade	Valor
Manutenção do CIS-AMAVI	12 meses	R\$ 150.924,25
META FINANCEIRA:		
ELEMENTO	Valor	Fonte de Recursos
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 24.060,39	100
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	101
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	102
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	103
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	104
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	105
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	106
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	107
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	108
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	109
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	110
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	111
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	112
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	113
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	114
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	115
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	116
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	117
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	118
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	119
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	120
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	121
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	122
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	123
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	124
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	125
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	126
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	127
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	128
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	129
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ -	130
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ -	131
TOTAL	R\$ 150.924,25	

Hugo Lembeck
Presidente do CIM-AMAVI

 CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIO DA AMAVI - CIM-AMAVI PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017		
PROGRAMA 003 – MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA - PESSOAL		
(RATEIO - MODALIDADE 71)		
AÇÃO: 2.002 - MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DE PESSOAL ABRIGO INSTITUCIONAL		
As ações realizadas através do CIM-AMAVI exigem a contratação de pessoal para garantir a gestão burocrática da entidade, seja no âmbito do controle orçamentária, financeiro e patrimonial ou através da disponibilização das ferramentas necessárias à implementação das ações.		
META FÍSICA:	Quantidade/Unidade	Valor
Manutenção do Pessoal	12 meses	R\$ 126.863,86
META FINANCEIRA:		
ELEMENTO	Valor	Fonte de Recursos
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ -	100
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	101
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	102
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	103
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	104
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	105
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	106
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	107
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	108
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	109
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	110
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	111
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	112
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	113
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	114
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	115
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	116
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	117
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	118
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	119
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	120
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	121
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	122
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	123
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	124
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	125
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	126
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	127
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	128
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	129
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ -	130
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ -	131
TOTAL	R\$ 126.863,86	

Hugo Lembeck
Presidente do CIM-AMAVI

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIO DA AMAVI - CIM-AMAVI



PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017

PROGRAMA 004. – MANUTENÇÃO CIM-AMAVI


AQUISIÇÃO COMPARTILHADA DE BENS, MERCADORIAS E SERVIÇOS

AÇÃO: 2.003 - AQUISIÇÃO COMPARTILHADA DE BENS, MERCADORIAS E SERVIÇOS

A aquisição compartilhada de Bens Mercadorias e Serviços tem se mostrado bastante eficiente. Para tanto, é meta do CIM-AMAVI centralizar as aquisições de bens daqueles itens comuns, buscando a economia de escala em função dos quantitativos.

META FÍSICA:	Quantidade/Unidade	Valor
Manutenção do CIS-AMAVI	12 meses	126.863,86
META FINANCEIRA:		
ELEMENTO	Valor	Fonte de Recursos
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ -	100
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	101
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	102
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	103
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	104
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	105
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	106
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	107
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	108
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	109
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	110
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	111
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	112
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	113
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	114
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	115
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	116
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	117
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	118
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	119
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	120
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	121
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	122
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	123
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	124
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	125
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	126
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	127
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	128
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62	129
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ -	130
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ -	131
TOTAL	R\$ 126.863,86	

Hugo Lembeck
Presidente do CIM-AMAVI

<div> <div>  </div> <div> CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIO DA AMAVI - CIM-AMAVI PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017 </div> </div>		
PROGRAMA 005 – MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA - DESPESAS GERAIS (RATEIO)		
AÇÃO: 2.004 - MANUTENÇÃO ABRIGO INSTITUCIONAL ALBERTINA BERKEMBROCK O Sistema único da Assistência Social - SUAS estabelece, nos serviços de Proteção Social Especial, a segurança às populações em situação de risco pessoal e social. O Acolhimento é um serviço de alta complexidade de caráter transitório, onde as pessoas, vítimas de violência em com direitos violados ou ameaçados, são acolhidas com atendimento integral. Direitos são violados ou ameaçados nos casos de abandono, maus tratos, negligência, quebra ou suspensão momentânea do vínculo familiar e comunitário. O objetivo é proporcionar proteção integral aos indivíduos em situação de risco, assegurar seus direitos, restabelecer vínculos e referências familiares e comunitários, e promover a inclusão social. O Abrigo Institucional Albertina Berkembrock foi constituído na comarca de Ituporanga, englobando o município de Atalanta, Chapadão do Lageado, Imbuia, Ituporanga, Petrolândia, Vidal Ramos e, de forma conveniada, o município de Leoberto Leal. Organizado em parceria com o Ministério Público, atende crianças e adolescentes provenientes daquela Comarca.		
META FÍSICA:	Quantidade	Valor
CRIANÇAS	25	1.790.352,59
META FINANCEIRA:		
ELEMENTO	Valor	Fonte de Recursos
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ -	100
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 2.187,31	100
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ -	101
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ -	101
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ -	102
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ -	102
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 94.817,07	103
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 23.704,27	103
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ -	104
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ -	104
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ -	105
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ -	105
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 79.491,78	106
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 19.872,94	106
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ -	107
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ -	107
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ -	108
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ -	108
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 164.139,55	109
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 41.034,89	109
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 639.800,35	110
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 159.950,09	110
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ -	111
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ -	111

3.1.90.00.00.00.00.00	R\$	-	112
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$	-	112
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$	-	113
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$	-	113
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$	-	114
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$	-	114
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$	176.313,81	115
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$	44.078,45	115
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$	-	116
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$	-	116
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$	-	117
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$	-	117
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$	-	118
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$	-	118
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$	-	119
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$	-	119
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$	-	120
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$	-	120
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$	-	121
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$	-	121
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$	-	122
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$	-	122
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$	-	123
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$	-	123
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$	-	124
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$	-	124
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$	-	125
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$	-	125
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$	180.897,39	126
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$	45.224,35	126
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$	-	127
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$	-	127
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$	-	128
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$	-	128
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$	96.822,13	129
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$	24.205,53	129
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$	-	130
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$	-	130
3.1.90.00.00.00.00.00	R\$	-	131
3.3.90.00.00.00.00.00	R\$	-	131
TOTAL	R\$	1.790.352,59	

Hugo Lembeck
Presidente do CIM-AMAVI

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017



COMPATIBILIDADE DAS FONTES DE RECURSO

RECEITA		DESPESA	
DESCRIÇÃO	VALOR 2013	DESCRIÇÃO	VALOR 2013
100 – Recurso Ordinário	R\$ 24.060,39	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 24.060,39
	R\$ 24.060,39		R\$ 24.060,39
101 – Agrolândia		4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
Receita Corrente	R\$ 13.123,85	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 8.749,23
Receita Capital	R\$ 4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
	R\$ 17.498,46		R\$ 17.498,46
102 – Agronômica		4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
Receita Corrente	R\$ 13.123,85	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 8.749,23
Receita Capital	R\$ 4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
	R\$ 17.498,46		R\$ 17.498,46
103 – Atalanta		4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
Receita Corrente	R\$ 131.645,19	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 32.453,50
Receita Capital	R\$ 4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 99.191,69
	R\$ 136.019,80		R\$ 136.019,80
104 – Aurora		4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
Receita Corrente	R\$ 13.123,85	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 8.749,23
Receita Capital	R\$ 4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
	R\$ 17.498,46		R\$ 17.498,46
105 – Braço do Trombudo		4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
Receita Corrente	R\$ 13.123,85	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 8.749,23
Receita Capital	R\$ 4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
	R\$ 17.498,46		R\$ 17.498,46
106 – Chapadão do Lageado		4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
Receita Corrente	R\$ 112.488,57	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 28.622,18
Receita Capital	R\$ 4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 83.866,39
	R\$ 116.863,19		R\$ 116.863,19
107 – Dona Emma		4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
Receita Corrente	R\$ 13.123,85	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 8.749,23
Receita Capital	R\$ 4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
	R\$ 17.498,46		R\$ 17.498,46
108 – Ibirama		4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
Receita Corrente	R\$ 13.123,85	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 8.749,23
Receita Capital	R\$ 4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
	R\$ 17.498,46		R\$ 17.498,46
109 – Imbuia		4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
Receita Corrente	R\$ 218.298,28	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 49.784,12
Receita Capital	R\$ 4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 168.514,16
	R\$ 222.672,90		R\$ 222.672,90
110 – Ituporanga		4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
Receita Corrente	R\$ 812.874,28	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 168.699,32
Receita Capital	R\$ 4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 644.174,96
	R\$ 817.248,90		R\$ 817.248,90
111 – José Boiteux		4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
Receita Corrente	R\$ 13.123,85	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 8.749,23
Receita Capital	R\$ 4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
	R\$ 17.498,46		R\$ 17.498,46

112 – Laurentino		4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
Receita Corrente	R\$ 13.123,85	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 8.749,23
Receita Capital	R\$ 4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
	R\$ 17.498,46		R\$ 17.498,46
113 – Lontras		4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
Receita Corrente	R\$ 13.123,85	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 8.749,23
Receita Capital	R\$ 4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
	R\$ 17.498,46		R\$ 17.498,46
114 – Mirim Doce		4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
Receita Corrente	R\$ 13.123,85	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 8.749,23
Receita Capital	R\$ 4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
	R\$ 17.498,46		R\$ 17.498,46
115 – Petrolândia		4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
Receita Corrente	R\$ 233.516,11	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 52.827,68
Receita Capital	R\$ 4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 180.688,42
	R\$ 237.890,72		R\$ 237.890,72
116- Pouso Redondo		4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
Receita Corrente	R\$ 13.123,85	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 8.749,23
Receita Capital	R\$ 4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
	R\$ 17.498,46		R\$ 17.498,46
117 – Presidente Getúlio		4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
Receita Corrente	R\$ 13.123,85	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 8.749,23
Receita Capital	R\$ 4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
	R\$ 17.498,46		R\$ 17.498,46
118 – Presidente Nereu		4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
Receita Corrente	R\$ 13.123,85	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 8.749,23
Receita Capital	R\$ 4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
	R\$ 17.498,46		R\$ 17.498,46
119 – Rio do Campo		4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
Receita Corrente	R\$ 13.123,85	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 8.749,23
Receita Capital	R\$ 4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
	R\$ 17.498,46		R\$ 17.498,46
120 – Rio do Oeste		4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
Receita Corrente	R\$ 13.123,85	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 8.749,23
Receita Capital	R\$ 4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
	R\$ 17.498,46		R\$ 17.498,46
121 – Rio do Sul		4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
Receita Corrente	R\$ 13.123,85	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 8.749,23
Receita Capital	R\$ 4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
	R\$ 17.498,46		R\$ 17.498,46
122 – Salete		4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
Receita Corrente	R\$ 13.123,85	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 8.749,23
Receita Capital	R\$ 4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
	R\$ 17.498,46		R\$ 17.498,46
123 – Santa Terezinha		4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
Receita Corrente	R\$ 13.123,85	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 8.749,23
Receita Capital	R\$ 4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
	R\$ 17.498,46		R\$ 17.498,46
124 – Taió		4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
Receita Corrente	R\$ 13.123,85	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 8.749,23
Receita Capital	R\$ 4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
	R\$ 17.498,46		R\$ 17.498,46
125 – Trombudo Central		4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62
Receita Corrente	R\$ 13.123,85	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 8.749,23
Receita Capital	R\$ 4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 4.374,62

	R\$	17.498,46		R\$	17.498,46
126 – Vidal Ramos			4.4.90.00.00.00.00.00	R\$	4.374,62
Receita Corrente	R\$	239.245,58	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$	53.973,58
Receita Capital	R\$	4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$	185.272,00
	R\$	243.620,20		R\$	243.620,20
127 – Vitor Meireles			4.4.90.00.00.00.00.00	R\$	4.374,62
Receita Corrente	R\$	13.123,85	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$	8.749,23
Receita Capital	R\$	4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$	4.374,62
	R\$	17.498,46		R\$	17.498,46
128 – Witmarsum			4.4.90.00.00.00.00.00	R\$	4.374,62
Receita Corrente	R\$	13.123,85	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$	8.749,23
Receita Capital	R\$	4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$	4.374,62
	R\$	17.498,46		R\$	17.498,46
129 – Outros Municípios			4.4.90.00.00.00.00.00	R\$	4.374,62
Receita Corrente	R\$	134.151,51	3.3.90.00.00.00.00.00	R\$	32.954,77
Receita Capital	R\$	4.374,62	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$	101.196,75
	R\$	138.526,13		R\$	138.526,13
130 – Recursos da União			4.4.90.00.00.00.00.00	R\$	13.227.346,16
Receita Corrente			3.3.90.00.00.00.00.00	R\$	-
Receita Capital	R\$	13.227.346,16	3.1.90.00.00.00.00.00	R\$	-
	R\$	13.227.346,16		R\$	13.227.346,16
131 – Recursos do Estado			4.4.90.00.00.00.00.00	R\$	121.873,08
Receita Corrente			3.3.90.00.00.00.00.00		
Receita Capital	R\$	121.873,08	3.1.90.00.00.00.00.00		
	R\$	121.873,08		R\$	121.873,08
TOTAL	R\$	15.671.087,67		R\$	15.671.087,67

Hugo Lembeck
Presidente do CIM-AMAVI

CIS/AMMVI**Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Consórcios Públicos**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE AMMVI
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSÓRCIOS PÚBLICOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setembro/2012 a Agosto/2013

RGF – ANEXO 1 (Portaria STN nº 72, art. 15, inciso IV, a)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Exercício de 2013)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	132.662,08	0,00
Pessoal Ativo	132.662,08	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc. (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração.	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (III) = (I - II)	132.662,08	0,00
DESPESA COM PESSOAL (RECURSOS PRÓPRIOS) (IV)	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (V) = (IIIa + IIIb)	132.662,08	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (RECURSOS PRÓPRIOS) (VI) = (IVa + IVb)	0,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (V + VI)		

DESPESA BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO	VALOR TRANSFERIDO POR CONTRATO DE RATEIO	VALOR EXECUTADO
Município de Apiúna	10.762,33	2.787,20
Município de Ascurra	3.188,72	2.683,88
Município de Benedito Novo	2.410,38	2.705,01
Município de Blumenau	12.501,08	10.521,83
Município de Botuverá	1.270,76	2.139,12
Município de Brusque	8.620,44	7.255,62
Município de Doutor Pedrinho	2.586,16	2.176,69
Município de Gaspar	8.182,48	6.886,98
Município de Guabiruba	3.425,88	2.883,46
Município de Indaial	6.099,18	6.844,71
Município de Pomerode	4.578,04	3.853,23
Município de Rio dos Cedros	2.558,94	2.871,73
Município de Rodeio	2.672,81	2.674,48
Município de Timbó	5.189,01	5.823,28
Total	74.046,21	62.107,22

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 10/09/2013, Hora de emissão 15h e 37m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

CISAM**Balancete Financeiro - por Categoria Econômica - Agosto/2013****Santa Catarina****CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Agosto/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	9.513,61	Despesa Orçamentária	180,60
RECEITA PATRIMONIAL	2.512,71	Despesas exceto Intra-orçamentárias	180,60
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.949,64	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	180,60
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.051,26		
Receita Extra - Orçamentária	180,60	Despesa Extra - Orçamentária	180,60
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	180,60	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	180,60
OBRIGAÇÕES A PAGAR	180,60	OBRIGAÇÕES A PAGAR	180,60
FORNECEDORES	180,60	FORNECEDORES	180,60
Saldos anteriores	476.837,98	Saldos atuais	486.170,99
BANCO C/ MOVIMENTO	476.837,98	BANCO C/ MOVIMENTO	486.170,99
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	486.532,19	Total	486.532,19

Capinzal, 06/09/2013

MARIZA BRESSAN DE MORAES

Téc.Contab. 1 SC 017818-O-1

ANDEVIR ISGANZELLA

PRESIDENTE

Balancete Financeiro - por Categoria Econômica - Setembro/2013**Santa Catarina****CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Setembro/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	17.614,74	Despesa Orçamentária	180,60
RECEITA PATRIMONIAL	2.585,44	Despesas exceto Intra-orçamentárias	180,60
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.625,72	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	180,60
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.403,58		
Receita Extra - Orçamentária	180,60	Despesa Extra - Orçamentária	180,60
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	180,60	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	180,60
OBRIGAÇÕES A PAGAR	180,60	OBRIGAÇÕES A PAGAR	180,60
FORNECEDORES	180,60	FORNECEDORES	180,60
Saldos anteriores	486.170,99	Saldos atuais	503.605,13
BANCO C/ MOVIMENTO	486.170,99	BANCO C/ MOVIMENTO	503.605,13
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	503.966,33	Total	503.966,33

Capinzal, 03/10/2013

MARIZA BRESSAN DE MORAES
Téc.Contab. 1 SC 017818-O-1

ANDEVIR ISGANZELLA
PRESIDENTE

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br